

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

RIO DE JANEIRO
2013

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRAS
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, da DN TCU nº 119, de 18 de janeiro de 2012, da DN TCU nº 121, de 13 de junho de 2012, da DN TCU nº 124, de 05 de dezembro de 2012, da Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012, e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU nº 133, de 18 de janeiro de 2013)

Superintendência de Estratégia e Sustentabilidade
Coordenação de Informações Corporativas
Rio de Janeiro
2013

SUMÁRIO

Página

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2010 – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1.	PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	16
1.1.	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	16
1.1.1.	Relatório de Gestão Individual	16
1.2.	FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	18
1.3.	ORGANOGRAMA FUNCIONAL	21
1.4.	MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	206
1.5.	MACROPROCESSOS DE APOIO.....	218
1.6.	PRINCIPAIS PARCEIROS	238
2.	PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	240
2.1.	PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	240
2.2.	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	242
2.3.	EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	244
2.4.	INDICADORES	251
3.	PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	258
3.1.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	258
3.2.	AValiação DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	264
3.3.	REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES.....	265
3.3.1.	Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	265
3.3.2.	Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos.....	266
3.3.3.	Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	267
3.3.4.	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores	268
3.4.	SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	268
3.5.	CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	268
4.	PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	268
4.1.	INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	268
4.1.1.	Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	269
4.1.2.	Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ ...	269
4.1.3.	Informações Sobre Iniciativas Vinculadas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	269
4.1.4.	Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ	270
4.1.5.	Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ	283

4.1.6.	Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	283
4.2.	INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	286
4.2.1.	Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	286
4.2.2.	Programação de Despesas.....	286
4.2.2.1.	Programação de Despesas Correntes	286
4.2.2.2.	Programação de Despesas de Capital	287
4.2.2.3.	Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	288
4.2.2.4.	Análise Crítica	288
4.2.3.	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	288
4.2.4.	Execução Orçamentária da Despesa.....	288
4.2.4.1.	Execução da Despesa com Créditos Originários	288
4.2.4.1.1.	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	289
4.2.4.1.2.	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários	289
4.2.4.2.	Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	290
4.2.4.2.1.	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	290
4.2.4.2.2.	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	290
4.2.4.2.3.	Análise Crítica	290
5.	PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	291
5.1.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	291
5.1.1.	Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	291
5.1.2.	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	291
5.2.	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	291
5.2.1.	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	291
5.2.2.	Análise Crítica	291
5.3.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	291
5.3.1.	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de 2011	291
5.3.2.	Quantidade de Instrumentos de Transferência Celebrados e Valores Repassados nos Últimos Três Exercícios	295
5.3.3.	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Videntes no Exercício de 2013 e Seguintes.....	295
5.3.4.	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	296
5.3.5.	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.....	296
5.3.6.	Análise Crítica	297

5.4.	SUPRIMENTO DE FUNDOS	298
5.4.1.	Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos	298
5.4.1.1.	Suprimentos de Fundos – Visão Geral	298
5.4.1.2.	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	298
5.4.1.3.	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)	298
5.4.1.4.	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ	298
5.4.1.5.	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	298
5.4.1.6.	Análise Crítica	298
5.5.	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	298
5.5.1.	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ	299
5.5.2.	Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	299
5.5.3.	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídica e Física.....	299
5.5.4.	Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Física e Jurídica	299
5.5.5.	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária ...	299
5.5.6.	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	299
5.5.7.	Comunicações à RFB	299
5.5.8.	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	299
5.5.9.	Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal	299
5.5.10.	Fiscalizações Realizadas pela RFB	299
5.6.	GESTÃO DE PRECARTÓRIOS	299
5.6.1.	Requisições e Precatórios da Administração Direta	299
5.6.2.	Requisições e Precatórios da Administração Indireta.....	299
5.6.3.	Análise Crítica	300
6.	PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	300
6.1.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS.....	300
6.1.1.	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	300
6.1.1.1.	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada	300
6.1.2.	Qualificação da Força de Trabalho	301
6.1.2.1.	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	301
6.1.2.2.	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	302
6.1.3.	Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	303
6.1.4.	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	304
6.1.4.1.	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	304
6.1.4.2.	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada.....	304

6.1.5.	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	304
6.1.6.	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	304
6.1.7.	Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	305
6.1.7.1.	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC.....	305
6.1.7.2.	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico	306
6.1.7.3.	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos	306
6.1.8.	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	306
6.2.	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	312
6.2.1.	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão	312
6.2.2.	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorência da Realização de Concurso Público	314
6.2.3.	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados	314
6.2.4.	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	315
6.2.5.	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	316
6.2.6.	Composição do Quadro de Estagiários.....	317
7.	PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	318
7.1.	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	318
7.2.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	323
7.2.1.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	323
7.2.2.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	323
7.2.3.	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ	323
8.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	323
8.1.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	323
8.2.	ANÁLISE CRÍTICA	325
9.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	325
9.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	325
9.2.	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	327
10.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	328
10.1.	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	328

10.1.1.	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	328
10.1.2.	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	332
10.1.3.	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	332
10.1.4.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	336
10.2.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA.....	336
10.3.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	342
10.3.1.	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93	342
10.3.2.	Análise Crítica	342
10.4.	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.	343
10.4.1.	Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV.	343
11.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	344
11.1.	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.	344
11.1.1.	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.	344
11.2.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	344
11.2.1.	Declaração Plena.	344
11.2.2.	Declaração com Ressalva.	344
11.3.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008.	344
11.4.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976.....	344
11.5.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS.	495
11.5.1.	Composição Acionária do Capital Social como Investida.....	495
11.5.2.	Composição Acionária da UJ como Investidora.....	495
11.6.	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.	496
12.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	499
12.1.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ.....	499
PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS		
13.	PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	511
13.1.	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE.	511
13.2.	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS – TRE.....	511

14.	PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	511
15.	PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	511
16.	PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
17.	PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
18.	PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
19.	PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
20.	PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
21.	PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
22.	PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
23.	PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
24.	PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
25.	PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
26.	PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
27.	PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
28.	PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	551
29.	PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
30.	PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
31.	PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
32.	PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
33.	PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
34.	PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
35.	PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552

36.	PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
37.	PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
38.	PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
39.	PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
40.	PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
41.	PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	552
42.	PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	553
43.	PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	553
44.	PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	553
45.	PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	553
46.	PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	553
47.	PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	553
48.	PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	553
49.	PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
50.	PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
51.	PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
52.	PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
53.	PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
54.	PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
55.	PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577

56.	PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
57.	PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
58.	PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577
59.	PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012.....	577

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro A.1.1. Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	16
Quadro A.3.1. Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	264
Quadro A.3.2. Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	266
Quadro A.3.3. Síntese da Remuneração dos Administradores	267
Quadro A.3.4. Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	268
Quadro A.4.3. Iniciativas de Programa Temático de Responsabilidade da UJ	269
Quadro A.4.4. Ações Vinculadas a Programa Temático de Responsabilidade da UJ.....	270
Quadro A.4.6. Ações Vinculadas a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de Responsabilidade da UJ	283
Quadro A.4.7. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ	286
Quadro A.4.8. Programação de Despesas Correntes	286
Quadro A.4.9. Programação de Despesas de Capital	287
Quadro A.4.10. Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência ...	288
Quadro A.4.12. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	289
Quadro A.4.13. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	289
Quadro A.5.3. Caracterização dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício de Referência.....	291
Quadro A.5.4. Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios	295
Quadro A.5.5. Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2013 e Exercícios Seguintes	295
Quadro A.5.6. Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse..	296
Quadro A.5.7. Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	296
Quadro A.6.1. Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	300
Quadro A.6.2. Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	300
Quadro A.6.3. Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)	301
Quadro A.6.4. Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12.....	301
Quadro A.6.5. Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12.....	302
Quadro A.6.6. Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores..	303
Quadro A.6.7. Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31 de Dezembro	304

	Página
Quadro A.6.8.	Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12..... 304
Quadro A.6.9.	Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 305
Quadro A.6.10.	Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)..... 305
Quadro A.6.11.	Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC 305
Quadro A.6.14.	Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada..... 312
Quadro A.6.15.	Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorência da Realização de Concurso Público ou de Provedimento Adicional Autorizados.... 314
Quadro A.6.16.	Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provedimento Adicional para Substituição de Terceirizados 314
Quadro A.6.17.	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 315
Quadro A.6.18.	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra..... 316
Quadro A.6.19.	Composição do Quadro de Estagiários..... 317
Quadro A.8.1.	Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada.....323
Quadro A.9.1.	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....325
Quadro A.9.2.	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....327
Quadro A.10.1.	Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....328
Quadro A.10.3.	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI332
Quadro A.10.5.	Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a BR.....342
Quadro A.10.6.	Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SINCOV.....343
Quadro A.11.3.	Composição Acionária do Capital Social495
Quadro A.11.4.	Investimentos Permanentes em Outras Sociedades495

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2012 de Furnas Centrais Elétricas S.A. está estruturado segundo a Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010, e a Portaria TCU nº 123, de 12 de maio de 2011.

Esta UJ é uma sociedade anônima de capital fechado, regida pela Lei nº 6.404/1976. Os itens identificados a seguir não estão contemplados neste Relatório por não se aplicarem à realidade da Empresa.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

3.4. Sistema de Correição

3.5. Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria Nº 1.043/2007 da CGU

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

4.1. Informações sobre Programas do PPA de Responsabilidade da UJ

4.1.1. Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.2. Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

4.1.5. Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

4.2.4.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

4.2.4.2.3. Análise Crítica

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

5.1. Reconhecimento de Passivos

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

5.1.2. Análise Crítica

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.2. Análise Crítica

5.4. Suprimento de Fundos

5.4.1. Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

5.4.1.5. Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

5.4.1.6. Análise Crítica

5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.5.1. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

5.5.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

5.5.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídica e Física

5.5.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Física e Jurídica

5.5.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

5.5.6. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

5.5.7. Comunicações à RFB

5.5.8. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

5.5.9. Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

- 5.5.10. Fiscalizações Realizadas pela RFB
- 5.6. Gestão de Precatórios
 - 5.6.1. Requisições e Precatórios da Administração Direta
 - 5.6.2. Requisições e Precatórios da Administração Indireta
 - 5.6.3. Análise Crítica
- 6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012
 - 6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
 - 6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos
 - 6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico
 - 6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos
- 7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012
 - 7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário
 - 7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial
 - 7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros
 - 7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ
- 11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
 - 11.1. Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pela Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
 - 11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos
 - 11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis
 - 11.2.1. Declaração Plena
 - 11.2.2. Declaração com Ressalva
 - 11.3. Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei Nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC Nº 1.133/2008
- 13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
 - 13.1. Informações Sobre o Fundo Partidário a Serem Prestadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE
 - 13.2. Informações Sobre o Fundo Partidário a Serem Prestadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais – TRE
- 14. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 16. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 17. PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 18. PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 19. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 20. PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 21. PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
- 22. PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

23. PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
24. PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
25. PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
26. PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
27. PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
28. PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
29. PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
30. PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
31. PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
32. PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
33. PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
34. PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
35. PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
36. PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
37. PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
38. PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
39. PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
40. PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
41. PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
42. PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
43. PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
44. PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
45. PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
46. PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
47. PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
49. PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

50. PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
51. PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
52. PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
53. PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
54. PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
55. PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
56. PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
57. PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
58. PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012
59. PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Este Relatório foi aprovado pela Diretoria Colegiada em 28.05.2013, por meio da RD nº 002/2704.

O Relatório da Administração junto com as Demonstrações Financeiras de Furnas 2012, foram publicados em 19 de abril de 2013, no jornal O Globo e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DORJ) e encontram-se disponíveis no site da Empresa (www.furnas.com.br).

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2013.

Flavio Decat de Moura
Diretor-Presidente

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO GERAL
DO RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

QUADRO A.1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia (MME)		Código SIORG: 2852
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)		Código SIORG: 226
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: FURNAS – Centrais Elétricas S.A.		
Denominação abreviada: FURNAS		
Código SIORG: 060478	Código LOA: 01.30.32.228	Código SIAFI: 32228
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		CNPJ: 23.274.194/0001-19
Principal Atividade: Geração de Energia Elétrica		Código CNAE: 3511-5
Transmissão de Energia Elétrica		Código CNAE: 3512-3
Comércio Atacadista de Energia Elétrica		Código CNAE: 3513-1
Telefones/Fax de contato:	(21) 2528-4480	(21) 2528-4545
Endereço Eletrônico: presidencia@furnas.com.br		
Página na Internet: www.furnas.com.br		
Endereço Postal: Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo – Rio de Janeiro – CEP 22283-900 – RJ		

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada

O Decreto nº 41.066, de 28.02.57 (Diário Oficial da mesma data), autorizou Furnas a funcionar como empresa de energia elétrica.

O Estatuto originariamente aprovado integra a escritura de constituição da Companhia, lavrada, em 28.02.1957, no Livro nº 600, às páginas 12/16, do 15º Tabelionato de Notas da cidade do Rio de Janeiro, publicada no Diário Oficial da União, em 08.04.1957, e no de "Minas Gerais", em 14.03.1957, arquivada por despacho de 12.03.1957, sob o nº 81.860, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16.02.1971, com vigência a partir de 01.06.1971, (I) a sede da Sociedade, primitivamente em Passos (MG), foi transferida para o Rio de Janeiro; (II) a primitiva razão social (Central Elétrica de Furnas S.A.) foi alterada para Furnas – Centrais Elétricas S.A. (Ata publicada no jornal Minas Gerais, órgão oficial dos Poderes do Estado, em 07.03.1971). Em consequência, os atos constitutivos da Sociedade e as alterações estatutárias foram, por despacho de 15.06.1971, arquivados, sob o nº 44.174, na Junta Comercial do então Estado da Guanabara que, a respeito, expediu certidão, publicada no Diário Oficial do antigo Estado (Parte I), em 29.06.1971 (página 10.196).

A Companhia está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 23.274.194/0001-19.

Em 2012, não houve alterações no Estatuto Social e no Regimento Interno da Empresa.

Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da Unidade Jurisdicionada

Os Documentos Organizacionais da Empresa são subdivididos da seguinte forma: Avisos Gerais e Circulares, Manuais de Furnas, Resoluções de Diretoria (acesso restrito) e Sistema Eletrobras (Código de Ética e Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras).

O documento que formaliza a estrutura organizacional de Furnas é o Manual de Organização, disponível em meio eletrônico para todos os empregados, que tem como principais objetivos:

- Estabelecer os níveis de autoridade;

- Definir os métodos de divisão do trabalho;
- Estabelecer as delegações de competência;
- Facilitar a comunicação interna entre os diversos órgãos.

As normas relacionadas à gestão e estrutura da Empresa estão contidas no Manual de Organização, que apresenta os seguintes documentos: Estatuto Social, Regimentos Internos dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, Políticas de Estoques, Informática, Recursos Humanos, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança Empresarial, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Ambiental, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos, Educação Ambiental, Contratação, Atos Normativos, Instrumentos de Comunicação e Formulários e Impressos Institucionais. Além das Políticas citadas, a Empresa adota, desde 2010, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética definidos pela *Holding* e suas Controladas para todo o Sistema Eletrobras.

O Manual de Organização de Furnas apresenta, também, a constituição e atribuições da Administração Superior, composta pela Assembleia de Acionistas, Conselhos de Administração e Fiscal, Diretoria Executiva e Auditoria Interna, além dos Colegiados (Comitês) que apóiam a Administração Superior e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais da estrutura organizacional de Furnas por Diretoria, até o nível de Divisão. A Relação de Órgãos e Chefias também integra o Manual de Organização, como Separata.

A estrutura organizacional da Empresa foi estabelecida, quando da sua criação, em seu Estatuto Social e Regimento Interno e apresenta a seguinte composição:

- administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, constituída pelo Diretor-Presidente e cinco Diretores, com base nas seguintes áreas de atividades: Gestão Corporativa; Finanças; Operação; Expansão; e Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações.
- as atividades subordinadas ao Diretor-Presidente e a cada Diretor têm seu detalhamento, compreendendo a denominação, a posição e as atribuições dos órgãos que as integram, estabelecido no Manual de Organização da Empresa, devendo, a posição, corresponder a um dos seguintes níveis de hierarquia administrativa: Superintendência, Departamento/Assessoria e Divisão.

Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada

Além dos documentos acima citados afetos à gestão e estrutura organizacional da Empresa, outros documentos, também disponíveis para todos os empregados, complementam seu funcionamento, a saber:

Manual de Administração de Material – estabelece normas e procedimentos para o trato do material da Empresa, envolvendo: equipamentos, componentes, acessórios, veículos e materiais em geral, considerados como itens de suprimento destinados à utilização em toda e qualquer atividade, independentemente de sua condição, demanda, custo, fonte de aquisição, origem ou finalidade de uso.

Manual de Administração Financeira – estabelece os critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades de obtenção, programação, utilização e controle dos recursos financeiros.

Manual de Aquisição – estabelece critérios e procedimentos para requisitar, licitar e adquirir materiais e equipamentos.

Manual de Contabilidade – estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para a geração de informações destinadas a registro contábil por parte das áreas da Empresa.

Manual de Pessoal – estabelece critérios e procedimentos a serem aplicados nas atividades necessárias à administração dos recursos humanos.

Manual de Saúde – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de saúde. Estruturado de forma a atender o desenvolvimento integrado das atividades de medicina preventiva, do trabalho e assistencial, orienta as áreas e os empregados.

Manual de Segurança e Higiene Industrial – estabelece critérios e procedimentos para o desenvolvimento das atividades de Segurança e Higiene Industrial. Para tanto, consolida os Atos Normativos de Segurança e Higiene Industrial de acordo com as Normas Regulamentadoras Brasileiras e com os critérios, programas, planos, procedimentos e responsabilidades e competências relativas às suas atividades em Furnas.

Coletânea de Atos Normativos Diversos – complementa os procedimentos definidos nos Manuais da Empresa, apresentando Instruções Normativas específicas necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Fonte: Intranet e Internet de Furnas.

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Estatuto Social, em seu Art. 4º, estabelece o objeto social de Furnas, a saber:

- “a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade;
- i) comercializar direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
- j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.”

Criada em 28 de fevereiro de 1957, pelo Decreto nº 41.066, para construir e operar a primeira usina hidrelétrica de grande porte no Brasil, bem como o sistema de transmissão a ela associado, interligando Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro pela primeira vez na história do País, Furnas é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como principal acionista a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Furnas atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e atualmente possui instalações em todas as regiões do Brasil, abrangendo treze estados e o Distrito Federal. Há 55 anos Furnas trabalha para o crescimento do Brasil. E 40% de toda energia do País passa pelo seu sistema.

A Empresa conta com um diversificado parque gerador e transmissor no qual figuram 15 usinas hidrelétricas, 2 termelétricas, que somam 12.010 MW instalados, cerca de 20 mil km de linhas de transmissão e 54 subestações, com capacidade de transformação de 106.987 MVA, construídas com recursos próprios ou em parceria com a iniciativa privada.

Nos próximos anos, serão acrescidos 5.215 MW de capacidade instalada ao Sistema Elétrico Brasileiro com a entrada em operação das próximas unidades geradoras da UHE Santo Antônio e com a construção de mais 3 novas usinas hidrelétricas e 17 parques eólicos, com investimentos próprios e em parceria. Além disso, a Empresa participa da construção 19 subestações e de 32 linhas de transmissão, que acrescentarão mais de 5 mil km ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Além de operar grande parte desses empreendimentos, a Empresa atua, ainda, na área de comercialização de energia elétrica e em 2012 comercializou 74.223 GWh.

Em 2012, os investimentos em empreendimentos próprios atingiram um total de aproximadamente R\$ 1.150 milhões e as inversões em Sociedades de Propósito Específico (SPE), R\$ 1.473 milhões. A produção de energia foi de 41.820 GWh e o EBTIDA Ajustado Individual foi de R\$ 2.063 milhões. Os ajustes provenientes do novo marco regulatório levaram a um prejuízo de R\$ 1.322 milhões.

Ao final do exercício de 2012, Furnas contava com 4.567 empregados efetivos e 1.515 não efetivos.

Em paralelo à sua atividade de gerar, transmitir e comercializar energia elétrica, a Empresa pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e por respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades, desenvolvendo programas que visam a preservar a biodiversidade. Destaca-se ainda, pela realização de projetos de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, de uso racional da energia, de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

Objetivos Estratégicos

O ano de 2012 é um marco na história de Furnas: a um só tempo, comemoramos 55 anos de história de firme compromisso com o desenvolvimento do Brasil e garantimos, por meio da Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013, a renovação por mais 30 anos da concessão da usina que deu origem à marca Furnas, hoje de reconhecido e respeitado valor no mercado nacional e internacional de energia elétrica. Essa Lei prorrogou, ao todo, seis concessões de geração e cerca de 90% do sistema de transmissão de Furnas.

É emblemático que Furnas tenha lançado as bases para os desafios do futuro no ano de profundas mudanças na conjuntura do setor elétrico em que, por meio de novo modelo regulatório, o Governo do Brasil pode propiciar aos consumidores uma redução média de 20% nas tarifas de energia elétrica, desonerando de forma expressiva o custo deste insumo fundamental para a competitividade do sistema produtivo brasileiro e para o bem-estar da sociedade.

Se 2011 foi o ponto de partida para mudanças significativas em Furnas, o ano de 2012 marcou o início da implantação de nova etapa na história da Empresa. Enfrentamos importantes desafios econômicos, ambientais e sociais na busca por uma corporação cada vez mais competitiva e sustentável.

Nesse período, Furnas começou a implantar as ações de governança corporativa para ajustar-se ao novo ambiente setorial, de forma a melhorar seu foco na busca por eficiência econômica e maximização de valor para os acionistas. O Projeto de Reestruturação Organizacional, batizado de PRO-Furnas, que visa otimizar custos e dar mais agilidade à empresa, colocou em prática suas duas primeiras fases: diagnóstico da situação e do modelo organizacional atual, e *benchmarks* internos e externos. O PRO-Furnas é um projeto que conta com o apoio e o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e que levou, por meio de licitação internacional, à contratação da *Roland Berger Strategy Consultants* para a sua condução.

Com essa reestruturação preliminar, através da criação de duas áreas de negócios, uma de expansão e gestão societária, a ser custeada por um percentual dos investimentos em expansão; e outra de operação e manutenção dos ativos existentes, custeada pelas receitas definidas pelo órgão regulador.

A readequação e a redução da força de trabalho, através de planos inovadores de desligamento de pessoal próprio e terceirizado, preveem uma redução de 35% da força de trabalho. A redução de pessoal próprio, ora em curso, conta com a adesão de cerca de 1.400 empregados, no âmbito do Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ). No que se refere à redução de pessoal terceirizado, a empresa solucionou uma longa batalha judicial que pôs fim à determinação de substituição imediata da mão de obra terceirizada. Sob mediação do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público do Trabalho e da Federação Nacional dos Urbanitários, com a participação do Ministério Público Federal, o assunto ganhou prioridade máxima e chegou a um consenso, com a redução completa do quadro de terceirizados, que totaliza 1.515 empregados, de forma escalonada.

Uma vez preparada para enfrentar o novo cenário do setor elétrico, Furnas continuou cumprindo o seu dever de prestar um serviço de excelência junto à sociedade brasileira. Em 2012, o orçamento de investimentos, de R\$ 2,621 bilhões, foi o maior dos últimos 12 anos, tendo sido executado em percentual recorde (91%). Foram investidos R\$ 753 milhões em reforço, manutenção e implantação de novos empreendimentos de transmissão, corporativos e em parceria, com destaque para a Interligação Elétrica do Madeira. Outros R\$ 169 milhões foram investidos nas áreas de meio ambiente e infraestrutura. O parque gerador recebeu cerca de R\$ 1,7 bilhão, destacando-se as parcerias nas usinas de Santo Antônio e Teles Pires e os empreendimentos corporativos, como as hidrelétricas de Simplício e Batalha.

Considerada a espinha dorsal do Sistema Interligado Nacional, Furnas realizou, apenas em 2012, 33 obras de modernização e de reforço em 22 subestações, como parte de seu Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET).

Ao completar seus 55 anos de trajetória, em fevereiro de 2012, Furnas reafirmou também o compromisso com a produção de energia limpa e renovável a partir da diversificação de suas fontes de geração, sobretudo no segmento eólico, com o início da construção de 17 parques no Nordeste do País. Juntas, as centrais geradoras eólicas somam 502 MW de potência instalada. Além da construção de quatro novas usinas hidrelétricas – Santo Antônio (RO), Teles Pires (MT/PA), Simplício (RJ/MG) e Batalha (GO/MG), Furnas deu prosseguimento à execução das obras de 32 linhas de transmissão – quatro delas conquistadas durante leilão realizado em 2012 em parceria com as empresas State Grid e Companhia Paranaense de Energia (Copel), e com o Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão – e 19 subestações, com recursos próprios e em parceria com a iniciativa privada.

Até 2016, Furnas acrescentará mais 5.215 MW ao Sistema Elétrico Brasileiro, um crescimento de 43% em relação aos 12.010 MW atuais, superando 17 mil MW de capacidade instalada. Esses novos projetos representam 131 mil empregos e energia para mais de 18,6 milhões de brasileiros.

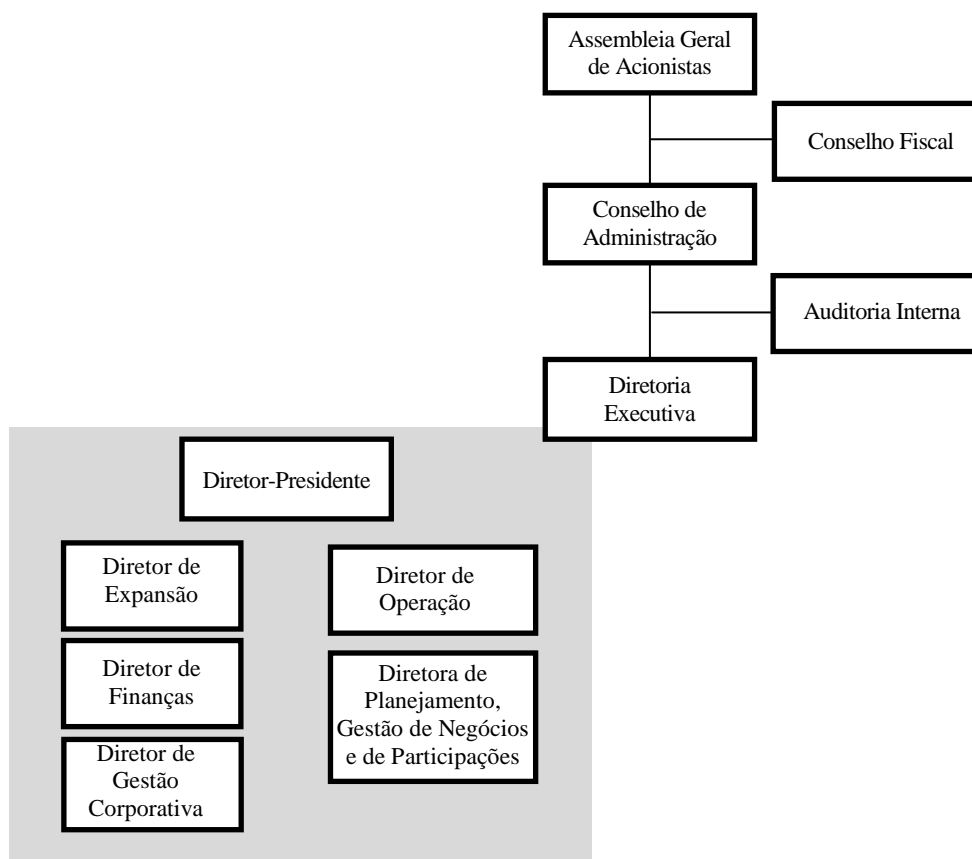
Para os próximos anos, perseguiremos o objetivo de garantir a expansão na participação no mercado que hoje detemos: 9% da geração e 19% da transmissão.

Ressalta-se que o conjunto de ações empreendidas resultou na obtenção de um resultado do serviço positivo de R\$ 1.018 milhões, mais de 30% superior ao exercício anterior.

A adaptação à nova realidade setorial, superando seus impactos iniciais e sinalizando um futuro de expansão, já se encontra projetada no Plano Diretor aprovado no final do exercício, e será implantada na próxima revisão do Planejamento Estratégico da Empresa.

Os resultados obtidos mostram que Furnas segue incansável na busca por aliar a tradição de competência técnica que construiu a história da Empresa, até os dias atuais, com as exigências de modernidade, flexibilidade, rapidez de resposta, valorização do empreendedorismo, redução de custos e efetividade de resultados em prol de um crescimento mais vigoroso do País. Estamos no caminho certo.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral Ordinária realiza-se dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, em dia e hora previamente fixados, na sede de Furnas para:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- eleger os membros do Conselho de Administração, quando for o caso, e do Conselho Fiscal, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações, assim como os honorários da Diretoria Executiva;

A mesa que dirigirá os trabalhos da Assembleia Geral será constituída pelo presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência ou impedimento por quem a Assembleia escolher, e por um secretário, escolhido dentre os presentes.

O acionista poderá ser representado nas Assembleias Gerais nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

A competência para deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral é do Conselho de Administração. A competência assiste ainda ao Conselho Fiscal e aos acionistas, nos casos previstos em lei.

A Assembleia Geral será convocada em especial para deliberar sobre:

- alienação, no todo ou em parte, de ações do seu capital social ou de suas controladas; abertura e aumento do capital social por subscrição de novas ações ou venda desses valores mobiliários, se em tesouraria; venda de debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emissão de debêntures conversíveis em ações;
- operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação;
- permuta de ações ou outros valores mobiliários;
- reforma do Estatuto Social; e
- outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

O Edital de Convocação poderá condicionar a representação do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito, na sede da sociedade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações em custódia com setenta e duas horas de antecedência do dia marcado para realização da Assembleia Geral.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de (03) três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional, não computados os eleitos pelas ações ordinárias minoritárias e pelas ações preferenciais, quando aplicável, todos brasileiros e residentes no país, observados os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente.

Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão.

Além das hipóteses previstas em lei, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de exercer suas funções por mais de duas reuniões consecutivas.

No caso de vacância, renúncia ou impedimento de membro efetivo, o presidente do Conselho Fiscal convocará o respectivo suplente que completará o mandato do substituído.

Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos por Assembleia, permitidas reeleições, e exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição.

As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e registradas no “Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal”, cabendo ao seu presidente, além do voto comum, o de desempate.

O Conselho Fiscal solicitará a Furnas a designação de pessoal qualificado para secretariá-lo e prestar-lhe apoio técnico.

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o limite estabelecido na legislação vigente.

A pedido de qualquer de seus membros, o Conselho Fiscal poderá solicitar esclarecimentos ou informações e a apuração de fatos específicos aos auditores independentes.

O Conselho Fiscal poderá, para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à Diretoria Executiva que indique, no prazo máximo de trinta dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, dentre os quais o Conselho Fiscal escolherá um, cujos honorários serão de responsabilidade de Furnas.

Ao Conselho Fiscal, sem exclusão de outros casos previstos em lei, compete:

- pronunciar-se sobre assuntos de sua atribuição que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria Executiva;
- acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de títulos e de valores mobiliários, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão de Furnas;
- denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses de Furnas, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis a Furnas;
- convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;
- analisar, pelo menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras, elaboradas periodicamente pela Diretoria;
- examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- exercer as atribuições previstas neste artigo, quando cabíveis, durante a eventual liquidação de Furnas;
- assistir obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, em que se deliberar sobre assuntos sobre os quais deva opinar, relativo aos incisos V, VI e X deste artigo;
- fornecer ao acionista ou grupo de acionistas, que representarem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social, sempre que solicitadas, informações sobre matérias de sua competência; e
- examinar o plano de auditoria interna.

Os órgãos de administração são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de dez dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de quinze dias do seu recebimento, cópias dos seus balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e dos relatórios de execução de orçamentos.

O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por solicitação do presidente do Conselho de Administração, do diretor-presidente de Furnas ou de qualquer de seus membros, e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição.

Os membros do Conselho de Administração deverão ser eleitos na forma descrita no *caput*, inclusive o membro que for escolhido Diretor-Presidente, nos termos do art. 25 deste estatuto.

Um dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

O conselheiro representante dos empregados não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse.

Nas matérias em que fique configurado conflito de interesses do conselheiro de administração representante dos empregados, nos termos do parágrafo anterior, a deliberação ocorrerá em reunião especial exclusivamente convocada para essa finalidade, da qual não participará o referido conselheiro.

Em caso de vacância do cargo de conselheiro representante dos empregados, o substituto será escolhido na forma da legislação vigente.

Em caso de ausência ou impedimento temporário do titular, a Presidência do Conselho de Administração será exercida por substituto a ser eleito dentre os demais conselheiros.

Além das hipóteses previstas em lei, perderá o mandato o conselheiro que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas sem motivo justificado.

Em caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto, exceto o indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, será indicado pela controladora e nomeado pelos conselheiros remanescentes, devendo servir até a primeira Assembleia Geral subsequente. O substituto eleito pela Assembleia Geral, para preencher o cargo, completará o prazo da gestão do substituído.

O prazo de gestão se prorrogará até a investidura dos novos membros.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

O Conselho de Administração será convocado pelo seu presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes, as quais, quando contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, serão arquivadas na Junta Comercial competente e publicadas.

Os membros do Conselho de Administração terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estada, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ao menos uma vez ao ano, sem a presença do diretor-presidente da empresa, para avaliação dos membros da Diretoria Executiva.

Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios de Furnas, o controle superior dos programas aprovados, bem como a verificação dos resultados obtidos. No exercício de suas atribuições, cabe também ao Conselho de Administração:

- estabelecer em R\$ 20 milhões ou 0,5% do Capital Social, o que for maior, como valor limite a partir do qual as matérias lhe serão submetidas para deliberação;
- autorizar Furnas a contrair empréstimo, no País ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a prestação de garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior, conforme limites fixados mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- autorizar a execução de atos negociais visando à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, conforme limites fixados mediante sua deliberação;
- eleger e destituir diretores, fixando-lhes suas atribuições;
- deliberar sobre a constituição de consórcios empresariais ou participações em sociedades que se destinem, direta ou indiretamente, à consecução do objeto social de Furnas, sob o regime de concessão, autorização ou permissão, mediante autorização do Conselho de Administração da Eletrobras;
- aprovar a indicação, feita pela Diretoria Executiva, dos membros para compor as diretorias e conselhos de administração e fiscal das sociedades em que participe, submetendo sua escolha à aprovação da Eletrobras;
- aprovar a estrutura organizacional de Furnas;
- monitorar a gestão da empresa mediante requisição de informações ou exame de livros e documentos;
- aprovar os relatórios da administração e de controles internos, bem como as contas da Diretoria Executiva;
- autorizar Furnas a emitir títulos de valores mobiliários, mediante sua deliberação e manifestação favorável da Eletrobras;
- escolher e destituir auditores independentes, segundo as normas aprovadas pela controladora, observada a legislação pertinente;
- elaborar e alterar seu Regimento Interno, bem como aprovar o Regimento Interno de Furnas;
- deliberar sobre as estimativas de receitas, despesas e investimentos de Furnas em cada exercício, propostas pela Diretoria;
- deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável;
- deliberar sobre aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis, não relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme limites previamente fixados, bem como sobre fazer e aceitar doações com ou sem encargos;
- autorizar a alienação ou aquisição de bens móveis e imóveis, diretamente relacionados ao cumprimento do objeto social de Furnas, conforme os valores definidos como de sua competência para aprovação;
- convocar as Assembleias Gerais;
- autorizar a abertura de filiais, agências e escritórios no Brasil ou no exterior;
- deliberar sobre o afastamento dos diretores, quando o prazo for superior a trinta dias consecutivos;
- avaliar o desempenho dos membros da Diretoria Executiva da empresa, pelo menos uma vez por ano; com base nas diretrizes estabelecidas para a realização do contrato de metas de desempenho e dos planos estratégico, de negócios e de investimentos;
- aprovar o plano anual de auditoria interna, após seu exame pelo Conselho Fiscal;
- deliberar sobre o uso ou exploração, a qualquer título, e por qualquer pessoa ou entidade, de equipamentos, instalações, bens ou outros ativos da companhia, não vinculados à concessão, cujo valor exceda a 1% (um por cento) do patrimônio líquido apurado no balanço referente ao último exercício social encerrado;

- aprovar a assinatura do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), por meio do qual Furnas se compromete a cumprir as orientações estratégicas ali definidas visando atender às metas e resultados estabelecidos pela controladora;
- decidir os casos omissos neste Estatuto.

O valor em reais estabelecido no inciso I será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – índice oficial de inflação do Governo Federal – ou outro índice que vier a substituí-lo.

As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão instruídas pela Diretoria Executiva.

Caberá ao Conselho de Administração regulamentar a composição, atribuição e funcionamento de Comitês a ele vinculados.

O Conselho de Administração submeterá à apreciação do Conselho Fiscal o relatório anual da administração e respectivas demonstrações financeiras de cada exercício social.

O Conselho de Administração, em cada exercício, examinará e submeterá à decisão da Assembleia Geral Ordinária, o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras elaboradas pela Diretoria Executiva em conformidade com a legislação societária vigente, bem como a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, anexando o parecer do Conselho Fiscal e o certificado dos auditores independentes.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591/2000, artigo 15, parágrafo 3º, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, tendo por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, do controle e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente no sentido de adicionar valor à Empresa, fortalecendo seus controles e suas operações.

Compete à Auditoria Interna:

- estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, observada a legislação pertinente;
- atuar, independentemente de provocação, sobre as atividades operacionais, administrativas e econômico-financeiras da Empresa, acompanhando e avaliando a conformidade da execução e do cumprimento das metas estabelecidas em seus projetos e ações e zelando pelo cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, quanto à economicidade, eficiência, eficácia, legalidade e legitimidade dos atos;
- avaliar o desempenho dos processos organizacionais, estimulando o aperfeiçoamento contínuo das práticas gerenciais, incentivando a eficiência no uso dos recursos e o adequado gerenciamento dos processos;
- promover a realização de trabalhos de auditoria interna, visando avaliar a regularidade da gestão, a eficácia e a eficiência dos serviços, recomendando providências necessárias ao aprimoramento dos processos;
- avaliar a efetividade das auditorias realizadas, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis;
- recomendar à Diretoria da Empresa a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

- avaliar o cumprimento, pelas áreas, das recomendações ou determinações feitas pela auditoria interna, pelos órgãos de controle interno e externo ou por outro órgão competente;
- participar das reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração, quando convocada, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- comunicar ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Conselho de Administração, na forma e nos prazos estabelecidos pelas normas específicas, a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a continuidade da Empresa ou a fidedignidade de suas demonstrações contábeis;
- acompanhar e apoiar os órgãos de controle interno e externo em sua missão institucional;
- examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da Empresa e sobre as tomadas de contas especiais que vierem a ser instauradas;
- submeter à análise do órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, no prazo e na forma estabelecidos, sua proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte;
- submeter ao exame do Conselho Fiscal a proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte;
- submeter à aprovação do Conselho de Administração, a proposta de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna, na forma da alínea b do Art. 1º da Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010;
- encaminhar, após aprovação do Conselho de Administração, o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna do exercício seguinte ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos, bem como ao Conselho Fiscal da Empresa;
- encaminhar, após aprovação do Conselho de Administração o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do exercício anterior ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, no prazo e na forma estabelecidos, bem como ao Conselho Fiscal da Empresa;
- encaminhar os relatórios de auditoria emitidos, consubstanciando o resultado dos trabalhos realizados, ao Diretor da área auditada, ao Diretor Presidente, bem como ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada e no prazo estabelecido em normativo.

A Auditoria Interna se restringirá à execução de suas atividades típicas, evitando o desvio de funções e preservando sua isenção e imparcialidade.

Os órgãos de direção da Empresa poderão fazer uso da Auditoria Interna no assessoramento relativo às decisões importantes da Empresa, quando for o caso.

A Auditoria Interna está estruturada em três órgãos: Superintendência de Auditoria Interna (AD), Departamento de Programação de Auditoria (DPA), Departamento Operacional de Auditoria (DOA) e por um corpo técnico capaz de atender suas finalidades, e provida de recursos materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

A designação ou exoneração do titular da Auditoria Interna será proposta pelo Diretor-Presidente e submetida à aprovação do Conselho de Administração e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

Será exigido como requisito básico para nomeação ao cargo de titular da Auditoria Interna a conclusão de curso de nível superior, além de comprovada experiência e competência para o seu exercício.

O titular da Auditoria Interna será substituído, em suas faltas e impedimentos legais e eventuais, por empregado devidamente habilitado e lotado na própria Auditoria Interna.

Os trabalhos de auditoria serão realizados com adequado planejamento e programa de trabalho específico estabelecendo os objetivos dos exames, identificação do universo a ser examinado, estabelecimento das técnicas apropriadas, e os resultados serão consubstanciados em atas e relatórios de auditoria a serem encaminhados ao Diretor Presidente, Diretorias e gestores das áreas responsáveis da Empresa para implementação das recomendações apresentadas.

Os auditores deverão, na fase de encerramento dos trabalhos de campo, apresentar ao gestor da área auditada todas as constatações consignadas em Ata, propiciando ao gestor condições de apresentar esclarecimentos adicionais ou justificativas a respeito dos atos e fatos administrativos sob sua responsabilidade.

Caso a Auditoria Interna, no decorrer da realização de qualquer trabalho, necessite da ajuda de especialista, em razão dos seus membros não possuírem capacitação para realização das revisões de assuntos técnicos ou de caráter singular poderá ser requerida a ajuda de outros empregados da Empresa.

Os membros da Auditoria Interna, no exercício de suas competências, terão livre acesso a todas as dependências da Empresa, assim como a documentos, valores e livros considerados indispensáveis ao cumprimento de suas atribuições, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhum processo, documento ou informação, devendo as informações e documentos de que tiver conhecimento serem tratados de forma confidencial e serem utilizadas tão somente para consubstanciar o resultado do trabalho que realiza.

Os membros da Auditoria Interna além de portar-se nas regras estabelecidas pela Empresa para os demais empregados devem adotar comportamento ético, cautela e zelo profissional no exercício de suas atividades, manter atitude de independência que permita a imparcialidade de seu julgamento, bem como ter o comprometimento técnico-profissional e estratégico necessário à capacitação permanente, à utilização de tecnologias atualizadas e ao cumprimento das suas competências.

O corpo técnico da Auditoria Interna deve ser submetido a programa de capacitação contínua que abranja treinamentos voltados não só à realização de trabalhos de auditoria, mas também ao desenvolvimento do conhecimento dos negócios da Empresa.

Departamento de Programação de Auditoria (DPA)

Estabelecer a programação mensal de auditoria, definindo as atividades a serem auditadas em cada área da Empresa.

Elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria e o Sumário Trimestral das Auditorias Realizadas, submetendo-os à Secretaria Federal de Controle Interno.

Acompanhar as providências dos órgãos da Empresa para atender aos Órgãos Externos de Fiscalização e Controle, no que se refere à preparação da documentação solicitada e a resposta aos questionamentos formulados.

Acompanhar o andamento dos processos auditados pelos Órgãos Externos de Fiscalização, mantendo informados os órgãos envolvidos.

Acompanhar a implementação, pelos órgãos da Empresa, das recomendações dos Órgãos Externos de Fiscalização.

Participar dos trabalhos de proposição ou revisão de atos normativos e da implantação de novas funções ou aperfeiçoamento das existentes, objetivando a adequação dos mesmos aos controles a serem aplicados.

Avaliar os controles internos da Empresa para o atendimento à lei *Sarbanes Oxley* (SOX), bem como participar, sistematicamente, das atividades relativas à obtenção da certificação anual SOX.

Departamento Operacional de Auditoria (DOA)

Executar auditorias de natureza contábil, tributária, de sistemas de informação, trabalhista, de gestão, operacional ou especial constantes do Plano Anual de Atividades de Auditoria, bem como as auditorias determinadas pela Alta Administração.

Analisar, em conjunto com os órgãos auditados, os resultados da auditoria, propondo as recomendações cabíveis.

Participar de Grupo de Trabalho e de Comissão de Sindicância ou Inquérito, quando solicitado.

Diretoria Executiva

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, assegurar o funcionamento regular de Furnas.

O diretor-presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao objeto social de Furnas, salvo na controladora, nas subsidiárias ou controladas e empresas concessionárias sobre controle estatal ou privado, em que tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos no Conselho de Administração, observadas as disposições da legislação vigente quanto ao recebimento de remuneração.

A Diretoria Executiva compor-se-á do diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

Compete a cada diretor, na sua área de atuação, planejar, coordenar e executar as atividades da sociedade, com vistas à realização do seu objeto social.

Os integrantes da Diretoria Executiva não poderão afastar-se do exercício do cargo por mais de trinta dias consecutivos, salvo em caso de férias ou licença, sob pena de perda do cargo, exceto nos casos autorizados pelo Conselho de Administração nos termos do presente Estatuto.

É vedado o pagamento em dobro da remuneração relativa às férias não gozadas no decorrer do período concessivo.

No caso de impedimento temporário, licença ou férias de qualquer dos membros da Diretoria Executiva, a sua substituição processar-se-á pela forma determinada por seus pares, podendo também ser escolhida pessoa do quadro dos empregados de Furnas ou do Sistema Eletrobras, exceto quanto ao diretor-presidente, cujo substituto será indicado dentre os demais diretores pelo Conselho de Administração.

Vagando definitivamente cargo na Diretoria Executiva, utilizar-se-á o mesmo critério constante do § 2º do art. 27, para a substituição, até a realização da reunião do Conselho de Administração que decidir pela substituição definitiva e der posse ao novo diretor, preenchendo-se, assim, o cargo vago, pelo prazo que restava ao substituído.

No exercício das suas atribuições, compete à Diretoria Executiva, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

- aprovar, em harmonia com as diretrizes fundamentais fixadas pelo Conselho de Administração, normas orientadoras da ação de Furnas;
- elaborar planos de emissão de títulos de valores mobiliários para serem submetidos à apreciação do Conselho de Administração e posteriormente à Assembleia Geral;
- elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:
 - a) os planos anuais de negócios e o plano estratégico de Furnas;
 - b) os programas anuais de dispêndios e de investimentos de Furnas com os respectivos projetos;
 - c) os orçamentos de custeio e de investimentos de Furnas; e
 - d) a avaliação do resultado de desempenho das atividades de Furnas;
- elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- decidir sobre contratações de obras, empreitadas, fiscalização, locação de serviços, consultorias, fornecimentos e similares que envolvam recursos financeiros cujos valores sejam inferiores ao limite previamente definido pelo Conselho de Administração de Furnas;
- aprovar normas de cessão de uso, locação ou arrendamento de bens imóveis de propriedade de Furnas;
- aprovar manuais e normas de administração, técnicas, financeiras e contábeis e outros atos normativos necessários à orientação do funcionamento de Furnas;
- aprovar planos que disponham sobre admissão, carreira, acesso, vantagens e regime disciplinar para os empregados de Furnas;
- aprovar os nomes indicados pelos diretores para preenchimento dos cargos que lhes são diretamente subordinados;
- delegar competência aos diretores para decidirem, isoladamente, sobre questões incluídas nas atribuições da Diretoria Executiva;
- delegar poderes ao diretor-presidente, diretores e empregados para autorização de despesas, estabelecendo limites e condições;
- pronunciar-se nos casos de admissão, elogio, punição, transferência e demissão dos empregados subordinados diretamente aos diretores;
- promover e prover a organização interna, mantendo-a constantemente atualizada;
- encaminhar ao Conselho de Administração solicitações visando à captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia e participação em parcerias, no país ou no exterior;
- propor atos de renúncia ou transação judicial ou extrajudicial, para pôr fim a litígios ou pendências, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, exceto para os casos já regulamentados em lei e observando-se o limite fixado na legislação vigente;
- elaborar, em cada exercício, as demonstrações financeiras estabelecidas pela legislação societária vigente, submetendo-as ao exame dos auditores independentes, bem como elaborar a proposta de distribuição de dividendos e de aplicação dos valores excedentes, para serem submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal e ao exame e deliberação da Assembleia Geral;
- designar empregados de Furnas para missões no exterior, observados os procedimentos de aprovação junto à controladora;
- movimentar recursos de Furnas e formalizar obrigações em geral, mediante assinatura do diretor-presidente e de um diretor nos respectivos instrumentos obrigacionais, podendo esta competência ser delegada a procuradores ou empregados de Furnas, relacionados em atos específicos de Diretoria;

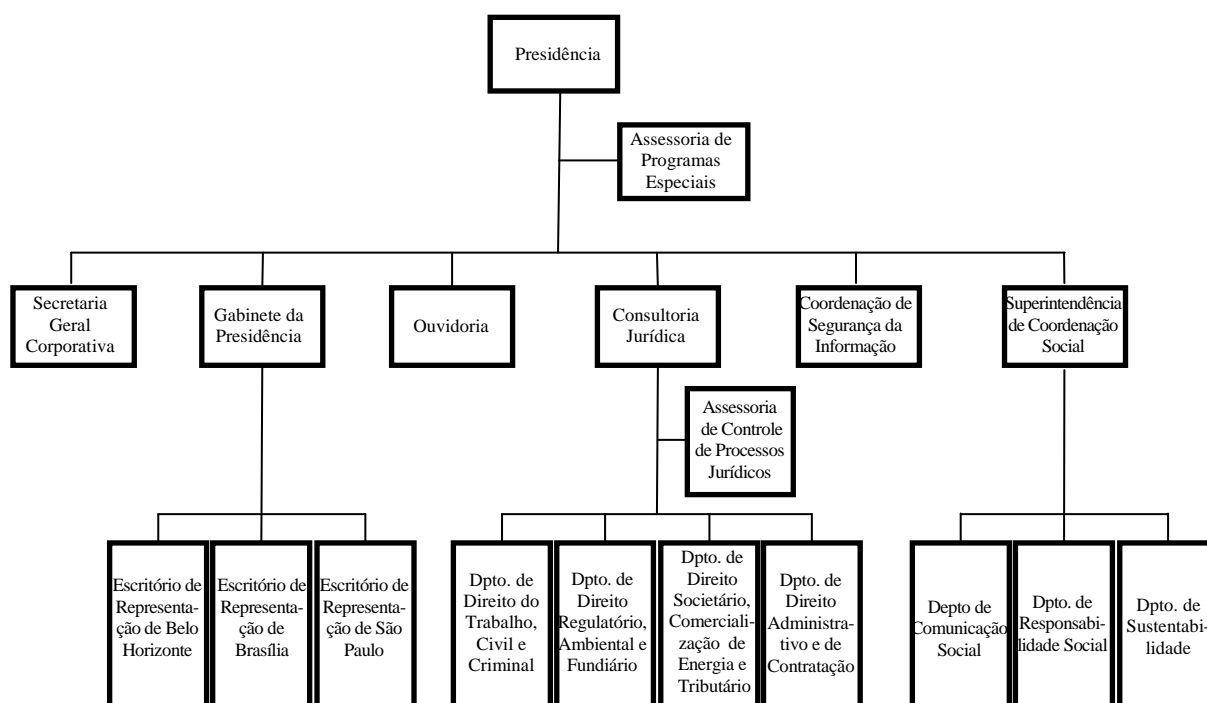
- autorizar férias ou licenças de qualquer de seus membros, exceto o diretor-presidente, designando o substituto na forma do parágrafo 2º do art. 27 deste Estatuto;
- deliberar sobre a alienação de bens móveis e imóveis de valor inferior ao referido no artigo 21, incisos XVI e XVII.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana, com a maioria dos seus membros e, extraordinariamente, mediante a convocação do diretor-presidente e as suas reuniões serão registradas em atas, que serão assinadas por todos os membros presentes.

Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria, compete ao diretor-presidente, além da orientação da política administrativa e a representação de Furnas:

- superintender os negócios de Furnas;
- representar Furnas, judicial ou extrajudicialmente, ou ainda perante outras sociedades, acionistas ou público em geral e órgãos de fiscalização e controle, podendo delegar tais poderes a qualquer diretor, bem como nomear representantes, procuradores, prepostos ou mandatários;
- admitir e demitir empregados;
- formalizar as nomeações aprovadas pela Diretoria; e
- designar comissão eleitoral com o objetivo de organizar a eleição do representante dos empregados no Conselho de Administração cabendo-lhe, ainda, proclamar o candidato vencedor e comunicar o resultado ao sócio controlador para adoção das providências necessárias à designação do representante dos empregados no Conselho de Administração.

Diretoria da Presidência (DP)



Assessoria de Programas Especiais (APG.P)

Coordenar a execução de atividades delegadas a Furnas em decorrência de Acordos de Cooperação Técnica e Convênios celebrados entre a Empresa e o Governo Federal.

Coordenar a elaboração e implantação de projetos, bem como a execução de atividades vinculadas a Programas de Governo, por delegação do Governo Federal, nos Estados nos quais a Empresa atua.

Fiscalizar, por delegação, a execução de atividades, projetos e obras desenvolvidas por terceiros, vinculadas a Programas de interesse governamental.

Prestar contas das atividades realizadas, dos projetos executados, das obras fiscalizadas e dos recursos aplicados em decorrência das competências delegadas à Empresa para atuação em Programas de interesse governamental.

Prestar apoio técnico-administrativo ao funcionamento de Secretarias Executivas, Comitês, Grupos de Trabalho e Comissões Técnicas vinculadas a Programas de interesse governamental, em decorrência de Acordos de Cooperação Técnica e Convênios celebrados entre a Empresa e o Governo Federal.

Manter a Presidência informada sobre o andamento e resultados da participação de Furnas em atividades vinculadas a Programas de interesse governamental.

Superintendência de Relações Institucionais (RI.P)

Planejar, coordenar e acompanhar planos de ações de comunicação, alinhados às diretrizes do planejamento estratégico de Furnas e de acordo com as orientações do Governo Federal e do Sistema Eletrobras, bem como gerir a imagem institucional da Empresa.

Elaborar atos normativos referentes aos processos sob sua responsabilidade.

Planejar, coordenar e acompanhar ações de publicidade legal e institucional, bem como de divulgação da imagem da Empresa junto à opinião pública, promovendo ações voltadas à defesa dos seus interesses.

Promover a disseminação de conceitos e práticas voltadas à política de comunicação empresarial, responsabilidade social e de sustentabilidade empresarial, divulgando as ações realizadas pela Empresa para o atendimento a este compromisso.

Planejar, coordenar e acompanhar o relacionamento da Empresa com os demais pares empresariais, como: órgãos governamentais, parceiros de negócio e sociedade.

Celebrar e gerir os Acordos de Cooperação Técnica e Convênios entre a Empresa, Governo Federal e outras Instituições Nacionais e Internacionais para execução de atividades relacionadas a Comunicação Social, Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

Planejar, coordenar e acompanhar o relacionamento da Empresa com a imprensa e outros meios de comunicação.

Assessorar o Diretor-Presidente, Diretores e empregados de Furnas na elaboração de discursos, palestras e conferências, bem como em seus contatos com a imprensa, em assuntos de interesse da Empresa.

Coordenar e acompanhar o atendimento às autoridades, visitantes, convidados e imprensa, bem como a consultas do público interno e externo, garantindo a qualidade da informação e do atendimento.

Coordenar, em articulação com as demais áreas de Furnas, o calendário de eventos da Empresa.

Definir as diretrizes para investimento social, por meio de patrocínios e programas, conciliando os interesses institucionais de Furnas com as diretrizes do sistema Eletrobras e do Governo Federal.

Planejar, coordenar, acompanhar e controlar a participação de Furnas em projetos socioculturais que promovam o desenvolvimento local integrado e sustentável de comunidades localizadas no âmbito de sua atuação geográfica e de acordo com as Políticas da Empresa.

Coordenar, em articulação com as demais áreas da Empresa, projetos e ações relacionadas à Comunicação Social, Responsabilidade Social e à Sustentabilidade Empresarial.

Promover, em articulação com órgãos próprios da Empresa, a contínua melhoria dos indicadores de Comunicação Social, Responsabilidade Social e de Sustentabilidade Empresarial.

Promover e divulgar a participação de Furnas em iniciativas e certames referentes ao tema de Comunicação Social, Responsabilidade Social e de Sustentabilidade Empresarial.

Promover o estabelecimento de parcerias no desenvolvimento de projetos socioculturais, em articulação com segmentos dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

Promover e incentivar a participação dos empregados da Empresa em eventos vinculados a programas e ações de sustentabilidade empresarial.

A RI.P está estruturada em:

- Departamento de Comunicação Social (DCO.P);
- Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P);
- Departamento de Sustentabilidade (DSU.P).

Departamento de Comunicação Social (DCO.P)

Planejar, coordenar e organizar eventos que divulgue, para o público interno e externo, as realizações de Furnas em suas diversas áreas de atuação.

Coordenar ações, pesquisas e campanhas publicitárias que objetivem divulgar a imagem de Furnas junto à opinião pública.

Manter contatos com os meios de comunicação de massa, objetivando se antecipar ou acompanhar os noticiários e matérias de interesse de Furnas.

Pesquisar, acompanhar e interpretar o noticiário e outras publicações de interesse de Furnas, organizando súmulas e providenciando a sua divulgação.

Providenciar a veiculação das publicações e informações internas da Empresa, bem como de suas publicações legais.

Manter atualizado o cadastro de público externo, incluindo autoridades de níveis internacional, federal, estadual, municipal e privado de interesse da Empresa.

Receber, acompanhar e prestar assistência a visitantes, convidados e imprensa, bem como atender ao público interno e externo no fornecimento de material informativo em geral.

Analisar as informações de uso público da Empresa, previamente à sua divulgação em redes externas conectadas a Furnas, em articulação com as demais Diretorias.

Desenvolver e orientar o programa de identidade visual da Empresa.

Coordenar o registro documental de imagens dos eventos e empreendimentos da Empresa, mantendo o arquivo dessas informações.

Coordenar e acompanhar a preparação do calendário promocional de Furnas e de outras publicações institucionais da Empresa, de âmbito interno e externo, analisando a forma gráfica, a linha editorial e a identidade visual da Empresa.

Coordenar, em articulação com a área de gestão de pessoas, o treinamento de pessoal para os Centros de Informações de Furnas, visando o atendimento adequado ao público.

Coordenar a utilização dos sistemas de divulgação internos de informações, bem como dos equipamentos audiovisuais, auditórios e outros espaços socioculturais.

Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P)

Planejar, desenvolver e implantar ações e projetos de investimento social, que promovam o desenvolvimento local integrado e sustentável das comunidades localizadas nas áreas geográficas de atuação da Empresa.

Coordenar, acompanhar e controlar os processos referentes aos patrocínios, com ou sem incentivo, convênios, parcerias, termos de compromisso e cooperação, doações e outros tipos de contribuição, considerando as políticas definidas pela Eletrobras e a legislação vigente.

Incentivar, coordenar e acompanhar o programa de voluntariado empresarial.

Coordenar a programação anual de cultura do Espaço Cultural de Furnas.

Manter e fornecer informações atualizadas sobre o investimento social de Furnas visando o atendimento às necessidades de informação internas e externas.

Coordenar a articulação das negociações junto aos movimentos sociais.

Representar Furnas na Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), para a avaliação de projetos de patrocínio.

Participar da administração dos projetos da memória de Furnas e da eletricidade.

Participar da elaboração e da administração do Edital de Cultura e de Eventos das Empresas do Sistema Eletrobrás.

Departamento de Sustentabilidade (DSU.P)

Definir e analisar os indicadores de responsabilidade social e de sustentabilidade da Empresa, de forma a atender necessidades internas e externas.

Disseminar, apoiar e acompanhar a implementação de ações de sustentabilidade nas práticas de gestão da Empresa.

Elaborar e divulgar o relatório de responsabilidade social e de sustentabilidade.

Fornecer informações sobre responsabilidade social e sustentabilidade para pesquisas de interesse da Empresa e para elaboração de relatórios corporativos.

Promover ações de capacitação sobre sustentabilidade para todos os envolvidos nas ações e projetos patrocinados pela Empresa.

Acompanhar a evolução dos temas relacionados à responsabilidade social e sustentabilidade, nos cenários nacional e internacional, com vistas à incorporação das melhores práticas à gestão da Empresa.

Gabinete da Presidência (GP.P)

Planejar, em articulação com as demais áreas da Presidência, e coordenar o desenvolvimento das atividades do Gabinete.

Coordenar a elaboração da documentação relativa ao expediente do Diretor-Presidente, controlando sua tramitação.

Registrar, controlar e arquivar a documentação recebida e expedida no âmbito da Presidência e do Gabinete.

Consolidar os Orçamentos Estrutural e de Investimento dos órgãos da Presidência, acompanhando a respectiva execução.

Coordenar os programas de pessoal da Presidência, compreendendo avaliação de desempenho, progressões salariais, treinamento, estágios e outros de natureza similar.

Elaborar e controlar os processos de pagamento referentes a contribuições de Furnas a Entidades Cíveis.

Coordenar e acompanhar, no âmbito da Empresa, o programa de viagens ao exterior, a serviço e para treinamento, em articulação com os órgãos governamentais.

Representar a Presidência em comissões e organismos técnicos nacionais e internacionais, por delegação específica do Diretor-Presidente.

Prover suporte administrativo às atividades da Presidência, incluindo serviços de secretaria, recepção de visitantes, serviços de viagens e outros de natureza similar.

Prover suporte administrativo à Secretaria-Executiva da Comissão de Ética de Furnas e aos Programas de Governo nos quais a Empresa participa em decorrência de Acordos de Cooperação Técnica celebrados com o Governo Federal.

Coordenar e controlar as atividades dos Escritórios Regionais de Representação da Empresa em Brasília, Belo Horizonte e São Paulo.

O GP.P está estruturado em:

- Escritório de Representação de Belo Horizonte (EBH.P);
- Escritório de Representação de Brasília (EBR.P);
- Escritório de Representação de São Paulo (ESP.P).

Escritório de Representação de Belo Horizonte (EBH.P)

Representar Furnas, por delegação, e desenvolver atividades de relações públicas junto a órgãos e instituições de interesse da Empresa no Estado de Minas Gerais.

Desenvolver atividades de relações públicas junto a órgãos e instituições de interesse da Empresa no Estado de Minas Gerais.

Prestar apoio ao Presidente, Diretores e Gerentes da Empresa em visitas e reuniões em Belo Horizonte.

Prestar apoio administrativo e suporte logístico aos diversos órgãos da Empresa, bem como aos Programas Especiais dos quais Furnas participa, para a execução de atividades de sua responsabilidade, bem como para a realização de contatos com órgãos e instituições no Estado de Minas Gerais.

Escritório de Representação de Brasília (ERB.P)

Representar Furnas, por delegação, junto aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, sediados no Distrito Federal, bem como junto às Representações Diplomáticas com sede em Brasília, mantendo informados os órgãos interessados.

Exercer as atividades inerentes à assessoria parlamentar e interagir com a Assessoria Parlamentar do Ministério de Minas e Energia, de forma a legitimar Furnas como interlocutora nos processos decisórios dos poderes constituídos, em especial o Legislativo, agregando e disponibilizando informações sobre sua área de atuação, para garantir decisões mais aprimoradas e adequadas à Empresa e ao setor elétrico, em consonância com as diretrizes da Eletrobras.

Desenvolver atividades de Relações Públicas junto aos órgãos e instituições de interesse da Empresa no Distrito Federal.

Prestar apoio ao Presidente, Diretores e Gerentes da Empresa em visitas e reuniões no Distrito Federal.

Participar de Audiências Públicas e reuniões nas Comissões Temáticas da Câmara e Senado Federal, bem como acompanhar a tramitação de proposições de interesse da Empresa no Congresso Nacional, mantendo a Presidência informada.

Providenciar a emissão de Notas Técnicas junto às áreas competentes de Furnas, para subsidiar o trabalho de Parlamentares Relatores de proposições que, de alguma forma, impactem a Empresa.

Prestar apoio técnico, administrativo e suporte logístico aos diversos órgãos da Empresa na execução de atividades de sua responsabilidade, bem como na realização de contatos com órgãos e instituições no Distrito Federal.

Prestar apoio administrativo e suporte logístico para a realização de Assembleias de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva no Distrito Federal.

Escritório de Representação de São Paulo (ESP.P)

Representar Furnas, por delegação, e desenvolver atividades de relações públicas junto a órgãos e instituições de interesse da Empresa no Estado de São Paulo.

Desenvolver atividades de relações públicas junto a órgãos e instituições de interesse da Empresa no Estado de São Paulo.

Prestar apoio ao Presidente, Diretores e Gerentes da Empresa em visitas e reuniões em São Paulo.

Prestar apoio técnico, administrativo e suporte logístico aos diversos órgãos da Empresa na execução de atividades de sua responsabilidade, bem como na realização de contatos com órgãos e instituições no Estado de São Paulo.

Secretaria Geral Corporativa (SA.P)

Planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de apoio ao funcionamento das Assembleias de Acionistas, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

Verificar a adequação processual das matérias a serem submetidas à deliberação da Administração Superior, em relação ao Estatuto Social, ao Regimento Interno de Furnas, aos Regimentos da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Código de Ética e aos demais normativos da Empresa e à legislação vigente, bem como a existência de pareceres, quando for necessário.

Elaborar as pautas das reuniões da Administração Superior e executar as atividades relacionadas à lavratura, ao registro e à publicação das atas, bem como a comunicação, aos órgãos interessados, das resoluções e deliberações adotadas.

Planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à convocação, realização e documentação das reuniões de deliberação da Administração Superior, gerindo o acervo documental decorrente dessas reuniões.

Divulgar e controlar a distribuição das deliberações e resoluções dos órgãos da Administração Superior da Empresa.

Lavar nos livros competentes os termos de posse do Presidente e demais membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos Diretores da Empresa, bem como providenciar o registro das respectivas declarações de bens.

Prover assessoramento e suporte administrativo aos membros dos órgãos da Administração Superior.

Fornecer aos membros dos órgãos da Administração Superior, com a antecedência necessária, as informações e documentos que fazem parte integrante dos processos e expedientes indicados nas respectivas pautas de reunião.

Solicitar, registrar e manter sob guarda a documentação exigida dos membros dos órgãos da Administração Superior.

Manter o acervo de documentos emitidos pelos órgãos de Administração Superior de Furnas. Efetuar o controle das alterações do Estatuto Social e do Regimento Interno da Empresa.

Ouvidoria (OV.P)

Intermediar e facilitar o atendimento e a relação entre o cidadão, o empregado e a organização.

Coordenar e executar as atividades relativas ao recebimento e análise de reclamações, sugestões, elogios, solicitações ou denúncias decorrentes de procedimentos e ações e omissões da Empresa, com a finalidade de encaminhar as respostas ou soluções, sempre observando os princípios da legalidade e da ética, no menor tempo possível.

Assegurar ao cidadão o direito de acesso à informação e ao exame de suas manifestações.

Atuar como mediadora eficaz na busca de solução de conflitos extrajudiciais.

Atuar como canal de segunda instância para o público interno, nas questões não resolvidas ou resolvidas de forma insatisfatória pelos outros canais de comunicação da Empresa.

Interpretar de forma sistemática as demandas decorrentes para identificar oportunidades de aprimorar processos, produtos e serviços de Furnas, comunicando as conclusões à Diretoria Executiva e às áreas pertinentes da Empresa.

Manter a Diretoria Executiva adequadamente informada sobre os indicativos de satisfação de todas as partes interessadas.

Consultoria Jurídica (CJ.P)

Assessorar as Diretorias e os diversos órgãos da Empresa no que se refere aos aspectos jurídicos, orientando sua atuação e providenciando a defesa dos seus interesses.

Propor políticas corporativas referentes aos processos sob sua responsabilidade, de acordo com as orientações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e da Presidência.

Representar e defender os interesses da Empresa na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, ou ainda em processos de arbitragem, em matérias de sua competência, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados.

Orientar a realização de estudos e emissão de pareceres sobre questões relacionadas a matérias de direito, em atendimento a consultas de todos os órgãos da Empresa.

Incumbir-se dos assuntos judiciais de qualquer natureza e correspondentes contenciosos, assistindo, orientando e informando as diversas áreas de Furnas, respondendo às consultas ordinárias formuladas diretamente pelos órgãos interessados ou aconselhando, de ofício, as medidas consideradas de interesse para a Empresa, impostas pela legislação, pelos costumes jurídicos e pela jurisprudência.

Examinar os aspectos jurídicos de instrumentos contratuais celebrados pela Empresa, relativos a parcerias, consórcios e participações societárias, bem como a novos negócios de geração, transmissão e comercialização, participando de sua formação desde a fase preliminar, dando-lhes forma jurídica adequada.

Dar forma jurídica, quando solicitado, a todos os papéis e expedientes de interesse da Empresa, examinando as consequências deles decorrentes.

Orientar e recomendar a contratação de serviços jurídicos externos.

Acompanhar, supervisionar e fiscalizar o desempenho de escritórios de advocacia contratados pela Empresa.

A CJ.P está estruturada em:

- Assessoria de Controle de Processos Jurídicos (APJ.P);
- Departamento de Direito do Trabalho, Civil e Criminal (DCC.P);
- Departamento de Direito Regulatório, Ambiental e Fundiário (DRA.P);
- Departamento de Direito Societário, Comercialização de Energia e Tributário (DSC.P);
- Departamento de Direito Administrativo e de Contratação (DAC.P).

Assessoria de Controle de Processos Jurídicos (APJ.P)

Dar suporte ao planejamento e controle das atividades administrativas da Superintendência.

Coordenar a elaboração dos orçamentos estrutural e de investimento da Superintendência, acompanhando sua execução.

Coordenar as contratações e a gestão de instrumentos contratuais no âmbito da Superintendência.

Supervisionar a realização dos cálculos e valores dos processos judiciais.

Coordenar o processo de pagamento a ser realizado pela Empresa no âmbito dos processos judiciais, administrativos e arbitrais.

Coordenar a emissão das procurações, solicitadas pelas diversas áreas da Empresa, aprovadas pela Diretoria Executiva ou pelo Diretor Presidente.

Acompanhar junto ao Serasa quaisquer protestos ou restrições creditícias em nome da Empresa junto aos Cartórios de Protesto de Títulos e solicitar a emissão de certidões negativas de Protestos.

Coordenar o atendimento à área financeira, aos auditores externos e à Eletrobras, no que tange ao contingenciamento dos valores envolvidos nos processos judiciais, administrativos e arbitrais.

Acompanhar os levantamentos dos valores referentes aos depósitos realizados pela Empresa para garantia do juízo, nos processos judiciais, administrativos e arbitrais.

Departamento de Direito do Trabalho, Civil e Criminal (DCC.P)

Incumbir-se dos assuntos judiciais referentes aos direitos civil, trabalhista, previdenciário, criminal e correspondentes contenciosos, assistindo, orientando e informando as diversas áreas de Furnas, respondendo às consultas ordinárias formuladas diretamente pelos órgãos interessados ou aconselhando, de ofício, as medidas consideradas de interesse para a Empresa, impostas pela legislação, pelos costumes jurídicos e pela jurisprudência.

Analisar e emitir parecer sobre assuntos jurídicos, referentes a matérias de direito civil, trabalhista, previdenciário e criminal.

Realizar estudos sobre questões relacionadas a matérias de direito civil, trabalhista, previdenciário e criminal, em atendimento a consultas de todos os órgãos da Empresa.

Assessorar juridicamente a celebração de Acordos Coletivos de Trabalho.

Opinar sobre a interposição de recursos judiciais, bem como manifestar-se, quando solicitado, sobre a interposição de recursos administrativos referentes a matérias de direito civil, trabalhista, previdenciário e criminal.

Representar e defender os interesses da Empresa na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, ou ainda em processos de arbitragem, em matérias de sua competência, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados.

Departamento de Direito Regulatório, Ambiental e Fundiário (DRA.P)

Incumbir-se dos assuntos de natureza jurídica relacionados aos órgãos reguladores do setor de Energia Elétrica, bem como dos assuntos de telecomunicações, meio-ambiente e desapropriação, assistindo, orientando e informando as diversas áreas da Empresa, respondendo às consultas ordinárias formuladas diretamente pelos órgãos interessados ou aconselhando, de ofício, as medidas consideradas de interesse para Furnas, impostas pela legislação, pelos costumes jurídicos e pela jurisprudência.

Analisar e emitir parecer sobre assuntos jurídicos, referentes a matérias de direito regulatório, ambiental e fundiário.

Analisar os contratos regulados pela Aneel em que a Empresa for parte.

Realizar estudos sobre questões relacionadas a matérias dos direitos regulatório, ambiental, e fundiário, em atendimento a consultas de todos os órgãos de Furnas.

Opinar sobre a interposição de recursos judiciais, bem como manifestar-se, quando solicitado, sobre a interposição de recursos administrativos referentes a matérias de direito regulatório, ambiental e fundiário.

Representar e defender os interesses da Empresa na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, ou ainda em processo de arbitragem, em matérias de sua competência, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados.

Departamento de Direito Societário, Comercialização de Energia e Tributário (DSC.P)

Incumbir-se dos assuntos jurídicos de natureza societária, de comercialização de energia e tributária, assistindo, orientando e informando as diversas áreas da Empresa no que se refere a parcerias, consórcios e participações societárias, bem como a novos negócios de geração, transmissão e comercialização.

Examinar os aspectos jurídicos de contratos celebrados pela Empresa, relativos a parcerias, consórcios e participações societárias, bem como a novos negócios de geração, transmissão e comercialização, participando de sua formação desde a fase preliminar, dando-lhes forma jurídica adequada.

Incumbir-se dos assuntos de natureza tributária, inclusive seus desdobramentos, assistindo, orientando e informando as diversas áreas de Furnas, respondendo às consultas ordinárias formuladas diretamente pelos órgãos interessados ou aconselhando, de ofício, as medidas consideradas de interesse para a Empresa, impostas pela legislação, pelos costumes jurídicos e pela jurisprudência.

Orientar a participação de Furnas nos leilões de empreendimentos de transmissão e geração de energia patrocinados pela Aneel.

Analisar e emitir parecer sobre assuntos jurídicos, referentes a matérias dos direitos societário, de comercialização de energia e tributário.

Realizar estudos sobre questões relacionadas a matérias de direito societário, de comercialização de energia e tributário, em atendimento a consultas dos diversos órgãos da Empresa.

Opinar sobre a interposição de recursos judiciais, bem como manifestar-se, quando solicitado, sobre a interposição de recursos administrativos referentes a matérias de direito societário, de comercialização de energia e tributário.

Representar e defender os interesses de Furnas na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, ou ainda em processos de arbitragem, em matérias de sua competência, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados.

Departamento de Direito Administrativo e de Contratação (DAC.P)

Examinar os aspectos jurídicos das licitações e contratos celebrados pela Empresa, participando da sua formação desde a fase preliminar, dando-lhes forma jurídica adequada.

Analisar e emitir parecer sobre assuntos jurídicos, referentes a processo de contratação de obras e serviços, seja Furnas contratada ou contratante, e de aquisição de material.

Realizar estudos sobre questões relacionadas a matérias de direito administrativo e de contratações, em atendimento a consultas dos diversos órgãos da Empresa.

Opinar sobre a interposição de recursos judiciais, bem como manifestar-se, quando solicitado, sobre a interposição de recursos administrativos referentes a matérias de direito administrativo e de contratações.

Representar e defender os interesses da Empresa na esfera judiciária ou administrativa, em qualquer instância ou tribunal, ou ainda em processos de arbitragem, em matérias de sua competência, mantendo o controle do curso dos processos e diligenciando no sentido de que tenham adequado andamento sem prejuízo da representação cometida aos advogados descentralizados.

Coordenação de Segurança da Informação (SLP)

Identificar e avaliar riscos vinculados à segurança da informação, recomendando as medidas preventivas e corretivas necessárias.

Monitorar e gerenciar eventos e incidentes relacionados com informações estratégicas e confidenciais da Empresa.

Elaborar Atos Normativos que visem à segurança da informação da Empresa.

Coordenar a execução de projetos e ações que visem proteger as informações confidenciais e estratégicas, a propriedade intelectual, a imagem de Furnas e da Diretoria Executiva.

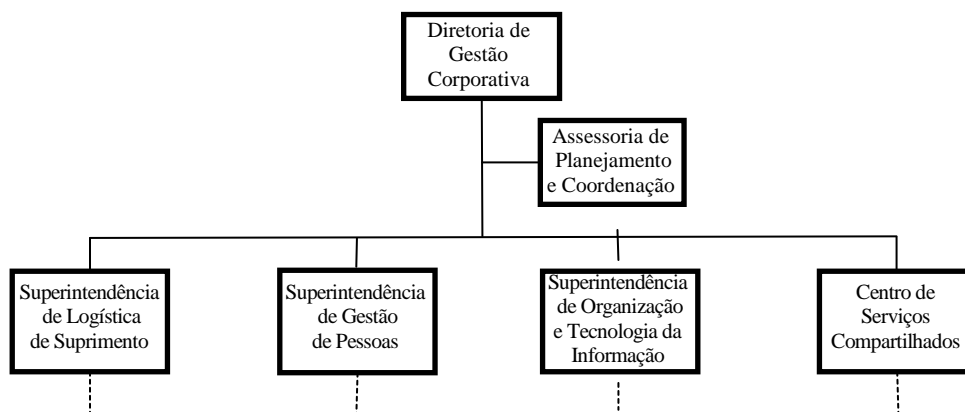
Promover ações de capacitação sobre segurança da informação para todos os envolvidos em projetos e atividades que envolvam a geração, manuseio e disponibilidade de informações de interesse da Empresa.

Desenvolver, implementar e monitorar a estratégia de Segurança da Informação da Empresa, visando garantir a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações de propriedade, controladas ou processadas por Furnas.

Garantir que os projetos e ações de segurança da informação estejam em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes.

Elaborar o Plano Anual de Segurança da Informação.

Diretoria de Gestão Corporativa (DG)



Assessoria de Planejamento e Coordenação (APC.G)

Promover e coordenar as atividades de planejamento da DG, junto aos demais órgãos da Diretoria, tendo em vista o estabelecimento de objetivos compatíveis com a política e diretrizes de planejamento empresarial estabelecidas pela Empresa.

Manter contatos com os órgãos da DG para identificar oportunidades de aperfeiçoamento da atuação da Diretoria.

Coordenar a elaboração e consolidar, a partir das ações de planejamento estabelecidas, os Orçamentos Estrutural e de Investimento, orientando os órgãos da DG e acompanhando a sua respectiva execução.

Coordenar, analisar e consolidar as informações prestadas pelos órgãos subordinados à DG, para a elaboração de relatórios diversos.

Coordenar o processo de cessão de empregados a outras empresas ou cedidos por essas a Furnas, mantendo atualizados os respectivos registros cadastrais.

Realizar estudos e assessorar o Diretor na aplicação de critérios internos e nas demandas não caracterizadas como atividades de rotina dos órgãos da DG.

Coordenar a participação dos órgãos próprios de Furnas e da Fundação Real Grandeza (FRG) na elaboração dos instrumentos jurídicos e atos normativos complementares, entre as duas entidades, necessários à operacionalização das atividades relacionadas ao Convênio, bem como às referentes à Previdência Complementar.

Acompanhar as despesas administrativas da FRG e informar a evolução ao Diretor.

Acompanhar o desenvolvimento das atividades da FRG, com foco no cumprimento de suas obrigações legais perante os órgãos de fiscalização interna e externa, bem como no cumprimento das determinações dos Conselhos Deliberativo e Fiscal informando sua evolução ao Diretor.

Viabilizar, junto aos órgãos próprios da Empresa, a execução do Programa de Desmobilização de Ativos, acompanhando seus resultados e emitindo relatórios.

Providenciar, junto aos níveis competentes, a aprovação do Programa de Desmobilização de Ativos da Empresa, bem como de suas revisões, propostos pela Comissão de Desmobilização de Ativos de Furnas. Orientar os órgãos da Empresa na elaboração de proposições de desmobilização.

Disseminar e zelar pelo cumprimento das diretrizes e critérios estabelecidos na Política de Desmobilização de Ativos, aprovada pela Diretoria.

Coordenar, no âmbito da DG, o atendimento às demandas dos organismos externos de fiscalização e controle.

Superintendência de Logística de Suprimento (SR.G)

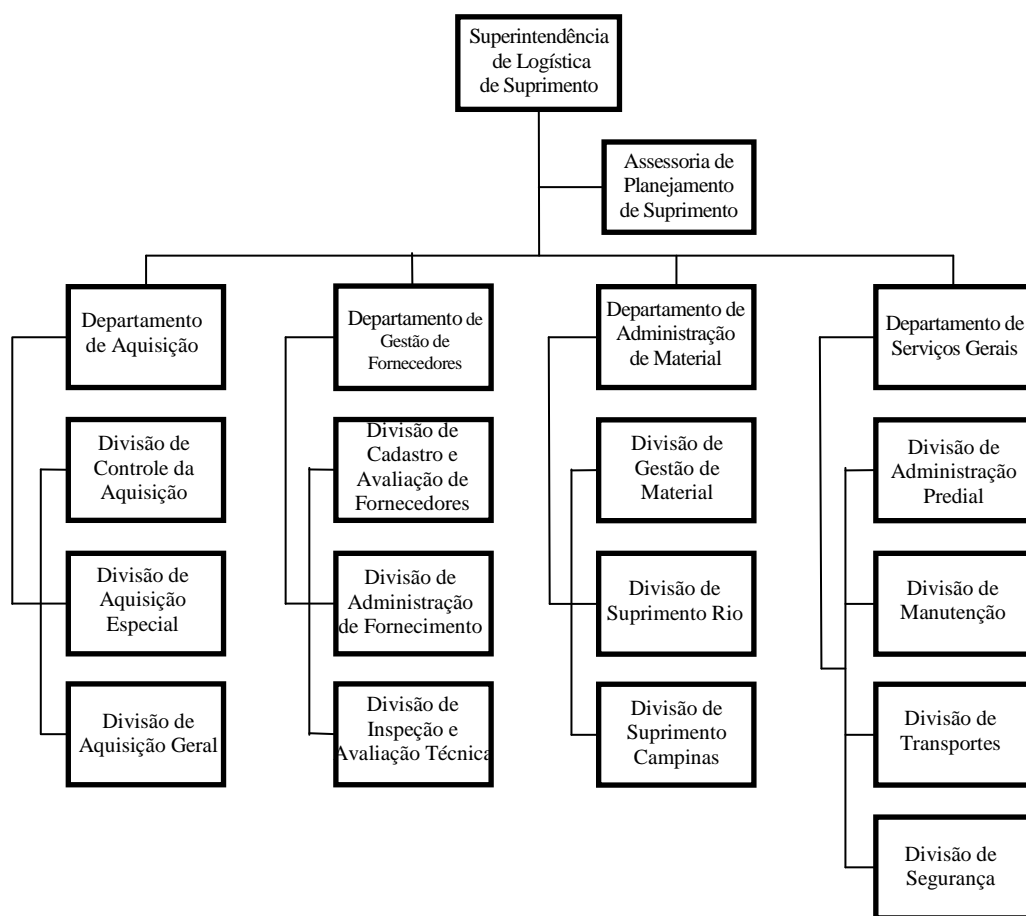
Estabelecer as diretrizes para a função suprimento em Furnas.

Planejar, coordenar e controlar as seguintes atividades:

- planejamento da logística de suprimento;
- gestão de fornecedores;
- aquisição de bens e contratação de serviços;
- administração do fornecimento de bens;
- administração de material.

A SR.G está estruturada em:

- Assessoria de Planejamento de Suprimento (APS.G);
- Departamento de Aquisição (DAQ.G);
- Departamento de Gestão de Fornecedores (DGF.G);
- Departamento de Administração de Material (DAM.G);
- Departamento de Serviços Gerais (DSG.G).



Assessoria de Planejamento de Suprimento (APS.G)

Elaborar, em articulação com os órgãos envolvidos, o planejamento da logística de suprimento, incluindo previsões de aquisição de bens e de contratação de serviços.

Coordenar e acompanhar os planos de ação, metas e indicadores estabelecidos pelo planejamento da área de suprimento.

Acompanhar o desenvolvimento dos projetos da área de suprimento, assessorando os órgãos da Superintendência sempre que necessário.

Coordenar a divulgação dos programas e ações referentes às atividades de suprimento.

Promover estudos e análises relativos às atividades de suprimento, em articulação com os demais órgãos da Superintendência.

Elaborar relatórios internos e externos referentes às atividades de suprimento.

Coordenar a elaboração, consolidar e acompanhar a execução do Orçamento Estrutural e o de Investimento dos órgãos da Superintendência.

Coordenar a elaboração de Atos Normativos relativos às atividades de suprimento.

Coordenar o atendimento às demandas de auditoria no âmbito da área de suprimento.

Monitorar, avaliar e melhorar continuamente os processos da Superintendência.

Coordenar e monitorar os sistemas de gestão da Superintendência.

Departamento de Aquisição (DAQ.G)

Coordenar a execução das atividades de aquisição de bens e contratação de serviços.

Acompanhar o atendimento às demandas de auditoria no âmbito do Departamento.

Promover a orientação aos órgãos sobre aquisição de bens e contratação de serviços.

Elaborar Atos Normativos relativos às atividades de aquisição de bens e contratação de serviços.

O DAQ.G está estruturado em:

Divisão de Controle da Aquisição (DCAQ.G)

Executar as seguintes atividades de controle do processo de aquisição:

- recebimento e distribuição das requisições de bens e serviços;
- acompanhamento dos processos licitatórios de aquisição centralizada;
- controle e arquivamento da documentação dos processos licitatórios de aquisição centralizada;
- atendimento às demandas de auditoria no âmbito das Divisões do Departamento;
- orientação aos órgãos sobre aquisição de bens e contratação de serviços.

Divisão de Aquisição Especial (DAQE.G)

Executar as seguintes atividades de aquisição de bens e contratação de serviços relativos à implantação, expansão e manutenção dos empreendimentos de Furnas:

- análise e processamento de requisições;
- elaboração e controle da publicação de documentos de licitação;
- recebimento, abertura, análise e avaliação de documentos de habilitação e proposta;
- elaboração dos documentos de contratação.

Divisão de Aquisição Geral (DAQG.G)

Executar as seguintes atividades de aquisição de bens e contratação de serviços, de caráter comum:

- análise e processamento de requisições;
- elaboração e controle da publicação de documentos de licitação;
- recebimento, abertura, análise e avaliação de documentos de habilitação e proposta;
- elaboração dos documentos de contratação.

Departamento de Gestão de Fornecedores (DGF.G)

Promover a execução das atividades de cadastramento e de avaliação de desempenho de fornecedores de Furnas.

Coordenar as atividades de administração de contratos de fornecimento de bens.

Coordenar as atividades de inspeção e avaliação técnica de fornecedores.

Elaborar Atos Normativos relativos às atividades de gestão de fornecedores.

O DGF.G está estruturado em:

Divisão de Cadastro e Avaliação de Fornecedores (DCAF.G)

Executar as seguintes atividades de cadastramento e de avaliação de desempenho de fornecedores:

- análise da adequação da documentação apresentada pelos interessados em participar do cadastro de Furnas;
- consolidação de informações quanto à avaliação técnica;
- consolidação de informações quanto ao desempenho dos fornecedores;
- elaboração de atestados de capacidade técnica;
- execução do processo para aplicação das penalidades de advertência ou suspensão;
- apoio aos órgãos licitantes na verificação de exigências legais de habilitação de fornecedores em licitações nas modalidades de Concorrência e Pregão;
- habilitação de fornecedores em licitações na modalidade Tomada de Preços.

Divisão de Administração de Fornecimento (DADF.G)

Executar as seguintes atividades de administração de contratos de fornecimento de bens:

- controle de assinatura e distribuição de instrumentos contratuais;

- publicação de extratos de instrumentos contratuais;
- gestão do instrumento contratual em articulação com outros órgãos de suprimento e os órgãos requisitantes;
- licenciamento de importação;
- habilitação de documentos de cobrança, análise de reajustamento de preços, aplicação de multas, bem como emissão de aditamentos contratuais.

Divisão de Inspeção e Avaliação Técnica (DIAT.G)

Executar as seguintes atividades de inspeção e avaliação técnica de fornecedores:

- definição de ensaios de rotina em materiais e equipamentos, quando estes não forem especificados;
- análise e validação de planos de inspeção elaborados por fornecedores;
- diligenciamento técnico em fornecedores;
- inspeção de materiais e equipamentos, nas instalações de fornecedores ou terceiros;
- supervisão de serviços de inspeção contratados;
- avaliação da capacitação fabril, tecnológica e de gestão da qualidade de fornecedores de materiais e equipamentos;
- desenvolvimento de materiais em articulação com diversos órgãos da Empresa e fornecedores.

Departamento de Administração de Material (DAM.G)

Programar a composição qualitativa e quantitativa de estoque de Furnas, bem como definir sua localização, em articulação com os órgãos usuários.

Promover a identificação, codificação e catalogação de material e serviços.

Acompanhar a reposição dos itens de estoque de gestão centralizada.

Coordenar o suporte aos órgãos da operação no atendimento a emergências em subestações e linhas de transmissão.

Coordenar a execução das atividades de aquisição de bens e contratação de serviços, dentro dos limites da delegação de competências.

Elaborar Atos Normativos relativos às atividades de administração de material.

O DAM.G está estruturado em:

Divisão de Gestão de Material (DGMA.G)

Executar as seguintes atividades de gestão de material:

- composição quantitativa e qualitativa de estoque, bem como sua localização;
- identificação, codificação e catalogação de material e serviços;
- elaboração e atualização de padrões de descrição e instruções técnicas de armazenamento de materiais utilizados na Empresa;
- padronização de itens de material de consumo em articulação com outros órgãos da Empresa;
- reposição dos itens de estoque de gestão centralizada;
- controle e armazenamento dos equipamentos e materiais a serem mantidos como reserva do sistema de transmissão, em articulação com os órgãos de engenharia e operação;

- análise das declarações de disponibilidade de equipamento geral, visando reaproveitamento ou alienação;
- estabelecimento dos padrões de arranjo físico das instalações de armazenamento da Empresa e dos equipamentos necessários à sua operação;
- avaliação dos almoxarifados e depósitos da Empresa.

Divisão de Suprimento Rio (DSUR.G)

Executar as seguintes atividades de logística de suprimento:

- administração das instalações de armazenamento sob sua responsabilidade;
- recebimento, armazenamento e distribuição de materiais e equipamentos;
- recebimento e armazenamento de materiais e equipamentos em disponibilidade para alienação;
- suporte aos órgãos da operação no atendimento a emergências em subestações e linhas de transmissão na sua área de atuação;
- programação e execução dos inventários físicos de materiais e equipamentos nos almoxarifados e depósitos da Empresa;
- programação e execução do desfazimento de materiais e equipamentos inservíveis;
- gerenciamento do transporte de cargas nas modalidades de carga geral, especial e indivisível;
- acompanhamento e monitoramento das linhas regulares de transporte de carga entre usinas e subestações.

Executar atividades de aquisição de bens e contratação de serviços, dentro dos limites da delegação de competências.

Divisão de Suprimento Campinas (DSUC.G)

Executar as seguintes atividades próprias de logística de suprimento:

- administração das instalações de armazenamento sob sua responsabilidade;
- recebimento, armazenamento e distribuição de materiais e equipamentos;
- recebimento e armazenamento de materiais e equipamentos em disponibilidade para alienação;
- suporte aos órgãos da operação no atendimento a emergências em subestações e linhas de transmissão na sua área de atuação;
- programação e execução dos inventários físicos de materiais e equipamentos nos almoxarifados e depósitos da Empresa;
- programação e execução do desfazimento de materiais e equipamentos inservíveis;
- acompanhamento e monitoramento das linhas regulares de transporte de carga entre usinas e subestações.

Executar atividades de aquisição de bens e contratação de serviços, dentro dos limites da delegação de competências.

Departamento de Serviços Gerais (DSG.G)

Coordenar a execução, no âmbito do Escritório Central, das atividades de administração predial e de serviços gráficos.

Coordenar a execução das atividades de manutenção do Escritório Central.

Coordenar a execução das atividades de transporte terrestre e aéreo.

Coordenar a execução das atividades de segurança patrimonial no Escritório Central, bem como dar suporte às Áreas Regionais na execução destas atividades.

Elaborar Atos Normativos relativos às atividades de segurança patrimonial, transporte e serviços gerais no âmbito de Furnas.

O DSG.G está estruturado em:

Divisão de Administração Predial (DADP.G)

Executar as seguintes atividades de administração predial do Escritório Central:

- controle e supervisão da prestação de serviços de refeições, mudanças internas, limpeza e ajardinamentos, realizados diretamente ou por terceiros;
- controle e supervisão da prestação de serviços de recepção e portaria, coleta, distribuição e expedição de correspondências, documentos, encomendas e malotes, inclusive serviço de mensageiro;
- recebimento, armazenamento e distribuição de materiais, mobiliários e equipamentos;
- execução e controle das atividades de serviços gráficos, realizados diretamente ou por terceiros;
- controle das atividades de serviços públicos, como luz, água, telefonia fixa e móvel e fax.

Divisão de Manutenção (DMAN.G)

Executar as seguintes atividades de manutenção do Escritório Central:

- operação e manutenção do sistema de climatização e de suprimento e tratamento de água e esgoto;
- operação da subestação Botafogo;
- execução e supervisão de obras e serviços de recuperação e adequação das instalações e modificações de arranjo físico;
- execução e supervisão da manutenção e modernização dos sistemas mecânicos, hidráulicos, elétricos, eletroeletrônicos e de prevenção e combate a incêndio;
- execução e supervisão da manutenção de máquinas e mobiliário;
- operação da central de atendimento do Escritório Central.

Divisão de Transportes (DTRP.G)

Executar as seguintes atividades de transporte no Escritório Central:

- controle da frota própria de veículos da Empresa;
- atendimento às solicitações de requisição de transporte terrestre;
- atendimento às solicitações de aluguel de veículos e fretamento de aeronaves;
- atendimento às solicitações de aquisição de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para todos os empregados do Escritório Central e para terceiros a serviço da Empresa;
- atendimento à necessidade de emissão de documentação necessária para empregados da Empresa e profissionais estrangeiros, quando em viagem a serviço de Furnas;
- credenciamento de hotéis localizados no Rio de Janeiro;
- atendimento às demandas de reserva de hotéis na cidade do Rio de Janeiro, para empregados da Empresa e terceiros a serviço de Furnas;
- atendimento às demandas de reserva de hotéis fora da cidade do Rio de Janeiro, onde não tenha órgão da Empresa, para empregados lotados no Escritório Central e terceiros a serviço de Furnas.

Divisão de Segurança (DSEG.G)

Executar as seguintes atividades no Escritório Central:

- supervisão e controle das atividades de segurança patrimonial;

- execução e controle do serviço de prevenção e combate a incêndio, abandono de instalações, salvamento e acionamento do plantão para casos de emergência;
- operação e controle dos elevadores;
- operação e controle da manutenção do heliponto;
- apoio aos órgãos governamentais para emissão de Carteira de Identidade e de Trabalho.

Controlar a execução das atividades de segurança patrimonial no âmbito de Furnas:

- orientação técnica e funcional aos órgãos da Empresa nas atividades de segurança patrimonial;
- elaboração do plano de proteção física das instalações da Empresa;
- operação do sistema integrado de monitoramento e controle de alarmes;
- articulação com os órgãos envolvidos para o planejamento da implantação de sistemas de monitoramento de segurança patrimonial na Empresa;
- articulação com os órgãos de segurança pública para o apoio necessário à execução das medidas de proteção à Empresa;
- realização de investigações sobre ocorrências de interesse da Empresa;
- prestação dos serviços de auditoria das atividades das empresas de vigilância contratadas pela Empresa;
- prestação dos serviços de segurança às autoridades nas instalações da Empresa;
- prestação dos serviços de segurança em eventos externos de interesse da Empresa.

Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G)

Planejar, coordenar, controlar e propor planos e metas para as atividades de gestão de pessoas, abrangendo:

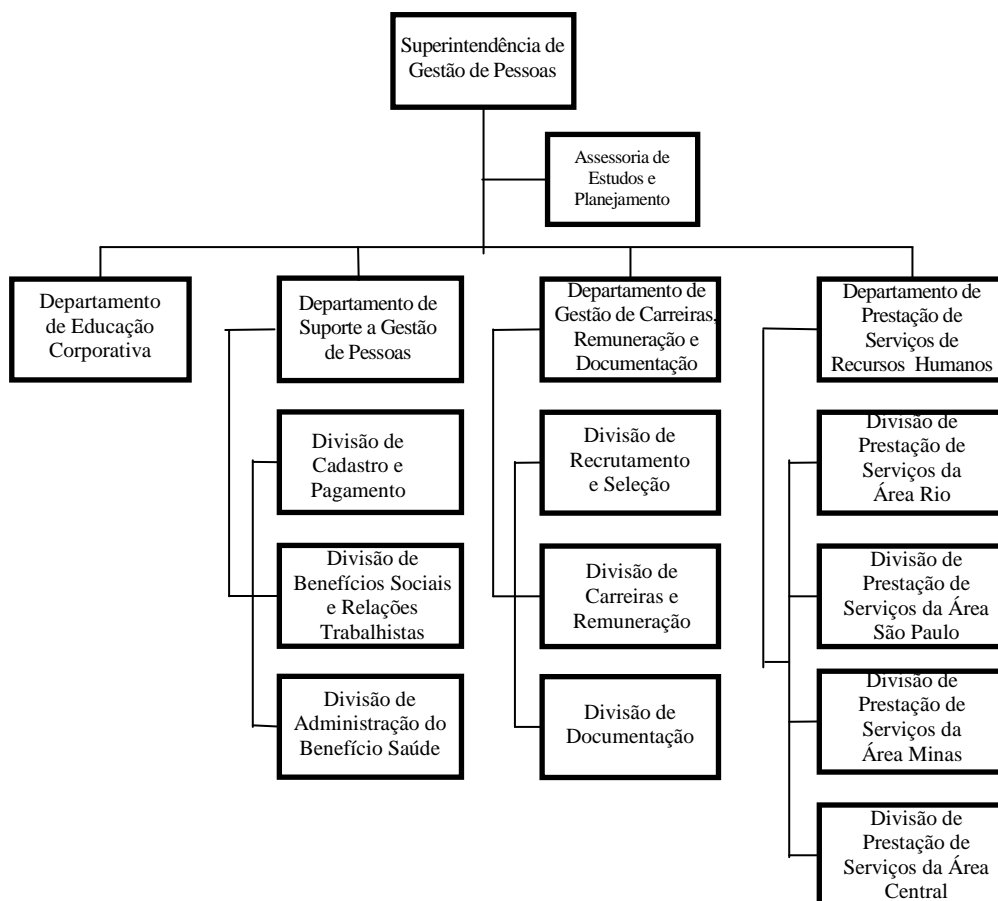
- seleção e avaliação;
- carreiras e remuneração;
- administração de pessoas;
- educação corporativa;
- segurança do trabalho e higiene industrial;
- bem-estar e saúde.

Planejar, coordenar e controlar as atividades de biblioteconomia e documentação.

Promover a celebração dos convênios firmados com a Fundação Real Grandeza, com instituições oficiais de ensino e entidades de Benefícios Sociais e de Serviços Assistenciais.

A RH.G está estruturada em:

- Assessoria de Estudos e Planejamento (AEP.G);
- Departamento de Educação Corporativa (DUC.G);
- Departamento de Suporte à Gestão de Pessoas (DAP.G);
- Departamento de Gestão de Carreiras, Remuneração e Documentação (DCR.G);
- Departamento de Prestação de Serviços de Recursos Humanos (DPH.G).



Assessoria de Estudos e Planejamento (AEP.G)

Coordenar e acompanhar os planos de ação, metas e indicadores estabelecidos pelo planejamento estratégico da área de gestão de pessoas, em articulação com os demais órgãos da Superintendência.

Acompanhar o desenvolvimento dos projetos da área de gestão de pessoas, assessorando os órgãos da Superintendência, sempre que necessário.

Promover estudos e análises relativos às atividades de gestão de pessoas, em articulação com os demais órgãos da Superintendência.

Assessorar os demais órgãos da Superintendência no planejamento de sistemas de informações gerenciais.

Coordenar e propor a elaboração dos relatórios internos e externos referentes às atividades de gestão de pessoas.

Coordenar a elaboração e consolidar os Orçamentos Estrutural e de Investimento, prestando apoio aos órgãos da Superintendência e acompanhando sua respectiva execução.

Coordenar a divulgação dos programas de gestão de pessoas e das informações referentes às atividades e serviços.

Coordenar o atendimento às demandas dos órgãos governamentais de fiscalização e controle.

Coordenar a elaboração de Atos Normativos relativos às atividades de gestão de pessoas. Administrar todos os contratos da Superintendência, no que tange à negociação de novos contratos e renovação ou encerramento de contratos existentes, assegurando o fiel cumprimento da legislação vigente.

Departamento de Educação Corporativa (DUC.G)

Planejar e coordenar a execução de todas as atividades relativas às ações formais de desenvolvimento dos empregados da Empresa, avaliando os resultados e adotando medidas corretivas, caso necessário.

Manter articulação com as Universidades Corporativas do Sistema Eletrobras.

Analisar e propor alternativas de Educação Corporativa, considerando as diretrizes estabelecidas pelo Planejamento Estratégico de Furnas.

Elaborar, propor e implantar o Programa de Educação Corporativa de Furnas, em articulação com as áreas da Empresa.

Coordenar as solicitações de desenvolvimento não incluídas no Programa de Educação Corporativa.

Desenvolver, disponibilizar e administrar o conjunto de informações referentes à Educação Corporativa.

Coordenar os processos de elaboração e de execução dos Planos de Desenvolvimento Individual (PDI).

Coordenar a utilização das instalações e equipamentos dos diversos centros de desenvolvimento da Empresa.

Elaborar Atos Normativos relativos à Educação Corporativa.

Administrar a biblioteca de Furnas.

Departamento de Suporte à Gestão de Pessoas (DAP.G)

Firmar Contratos de Trabalho em nome de Furnas.

Manter o cadastro de pessoal de Furnas e de mão-de-obra direta, controlando os afastamentos e licenças.

Desenvolver atividades de suporte à administração de mão-de-obra direta da Empresa.

Desenvolver atividades de suporte à administração do plano de saúde de Furnas e pessoas, abrangendo relações trabalhistas e previdenciárias, pagamentos, recolhimentos, movimentação e registro de pessoal, com o respectivo tratamento das informações.

Zelar pela correta utilização dos benefícios de saúde oferecidos por Furnas e pela qualidade dos serviços executados por profissionais e entidades de saúde credenciados.

Elaborar Atos Normativos sobre pessoal.

Representar Furnas, como preposto, junto a entidades públicas e privadas das áreas trabalhistas e previdenciárias.

Atender à fiscalização dos órgãos governamentais, prestando informações e esclarecimentos.

O DAP.G está estruturado em:

Divisão de Cadastro e Pagamento (DCPA.G)

Executar as seguintes atividades de cadastro e pagamento de pessoal:

- admissão e rescisão de empregados, estagiários e trainees;
- administração do processo de pagamentos e rescisão de Diretores e Conselheiros;
- emissão, manutenção e atualização de Fichas de Registro e Carteiras de Trabalho e Previdência Social;
- processamento da movimentação, frequência e disciplina de empregados, para efeito de salários, promoções, reclassificações, décimo-terceiro salário, férias, vantagens e benefícios, inclusive salário-educação;
- manutenção e atualização do cadastro de mão-de-obra direta da Empresa;
- administração do processo de pagamentos de empregados, estagiários, trainees, pensões judiciais e alimentícias, benefícios sociais, adiantamento de benefícios concedidos por outras entidades, pessoal de Furnas no exterior, férias, 13º Salário, participação nos resultados, rendimentos PIS/Pasep;
- administração da informação e documentação de pessoal;
- administração do processo de recolhimentos de tributos e encargos em folha de pagamento; elaboração de cálculos, para fins de ressarcimento, dos valores referentes a mão-de-obra, encargos e benefícios sociais dos empregados de Furnas cedidos a outras empresas, bem como dos cedidos a Furnas;
- administração do processo de pagamento às empresas responsáveis pelos contratos de mão-de-obra direta de Furnas.

Divisão de Benefícios Sociais e Relações Trabalhistas (DBRT.G)

Executar as seguintes atividades de administração de benefícios sociais e relações trabalhistas: celebração de convênios com INSS;

- controle da designação de prepostos para assuntos de pessoal e fornecimento de subsídios necessários à defesa dos interesses de Furnas;
- representação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Justiça do Trabalho e ao INSS em processos homologatórios de rescisões de Contrato de Trabalho e outros atos previstos na legislação trabalhista e previdenciária;
- controle dos benefícios, exceto benefício saúde;
- preparo e envio de relatórios para órgãos externos ou fiscalizadores relacionados a legislação trabalhista e previdenciária.

Divisão de Administração do Benefício Saúde (DABS.G)

Executar as seguintes atividades de benefício saúde:

- acompanhamento do Plano de Saúde de Furnas, do ponto de vista técnico-administrativo e financeiro;
- análise e processamento do pagamento ou reembolso dos benefícios de saúde proporcionados por Furnas;
- auditoria técnica de saúde relacionada ao processamento de benefícios de saúde; manutenção do cadastro de entidades e profissionais de saúde credenciados e avaliação da inclusão de novos credenciamentos, bem como o acompanhamento de sua utilização;

- negociação de procedimentos e tabelas de entidades e profissionais de saúde credenciados; orientação e fiscalização dos serviços prestados pelas entidades e profissionais de saúde credenciados;
- execução de auditoria em contas de pacientes internados e nos programas especiais e domiciliares;
- execução de perícias odontológicas;
- concessão de autorizações prévias para tratamentos especiais;
- pagamentos às entidades e aos profissionais de saúde credenciados, à ANS, ao convênio de reciprocidade com empresas de energia elétrica e com a Unimed, bem como o ressarcimento ao SUS;
- intercâmbio com a Agência Nacional de Saúde (ANS), adequando os cadastros e procedimentos de Furnas às regulamentações da ANS.

Departamento de Gestão de Carreiras, Remuneração e Documentação (DCR.G)

Promover as atividades de obtenção de pessoal, incluindo recrutamento interno e externo, seleção, acompanhamento e gestão de carreiras e remuneração, através de programas corporativos de gestão de pessoas.

Elaborar programas de avaliação de potencial e de sucessão gerencial.

Coordenar o processo de concurso público.

Promover estudos de competitividade e propor alterações no plano de carreiras e remuneração de Furnas. Elaborar programas corporativos voltados para gestão de pessoas e pesquisas de clima organizacional e satisfação.

Coordenar as atividades relativas ao arquivamento e guarda da documentação administrativa da Empresa.

O DCR.G está estruturado em:

Divisão de Recrutamento e Seleção (DRSE.G)

Executar as seguintes atividades de recrutamento e seleção:

- recrutamento interno e externo;
- implementação de concurso público;
- seleção e acompanhamento de estagiários;
- acompanhamento dos processos de admissão e demissão dos empregados;
- integração de novos empregados, em articulação com os diversos órgãos da Empresa.
- desenvolvimento e implementação os programas corporativos voltados para pesquisas de clima organizacional e de satisfação.

Divisão de Carreiras e Remuneração (DCAR.G)

Executar as seguintes atividades de gestão de carreiras e remuneração:

- ciclo de avaliação de desempenho e do potencial dos empregados;
- acompanhamento da trajetória profissional dos empregados;
- desenvolvimento e implementação de programas de sucessão gerencial;
- estudos e pesquisas de competitividade da remuneração de Furnas em relação ao mercado; acompanhamento e atualização do plano de carreiras e remuneração.

Divisão de Documentação (DDOM.G)

Executar e controlar as atividades de documentação administrativa e arquivo:

- proposição de critérios e procedimentos de arquivamento e guarda da documentação;
- determinação dos prazos de retenção e da destinação da documentação;
- efetuação de empréstimos de documentos para as áreas da Empresa;
- disponibilização de informações contidas no acervo documental;
- orientação às áreas da Empresa sobre o processo de arquivamento e guarda da documentação, bem como o envio para o Arquivo Central;
- coordenação a análise dos documentos administrativos das diversas Diretorias.

Departamento de Prestação de Serviços de Recursos Humanos (DPH.G)

Estabelecer critérios de atendimento em assuntos de administração de pessoal, bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial.

Propor e coordenar a execução das atividades de bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial.

Coordenar, em articulação com os órgãos próprios da Superintendência, a execução das atividades de atendimento administrativo, de educação corporativa e de programas corporativos de gestão de pessoas.

Identificar e propor ações, em articulação com os órgãos próprios da Superintendência, para obtenção de melhores condições de trabalho para os empregados.

Coordenar e desenvolver programas, campanhas, estudos e pesquisas voltadas para o bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial.

Propor e coordenar a execução de eventos voltados para o bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial.

Elaborar Atos Normativos relativos às áreas de bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial.

Orientar e fiscalizar o cumprimento da legislação relativa à saúde, segurança do trabalho e higiene industrial.

Prestar apoio técnico aos órgãos da Empresa responsáveis pela implantação de novas frentes de trabalho, com base em estudos epidemiológicos e no levantamento dos recursos de saúde existentes no local.

Propor ações para a identificação de agentes que possam representar risco ocupacional, tais como: agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos ou de outra.

Propor e coordenar o levantamento e avaliação das condições ambientais relacionadas com a saúde, segurança do trabalho e higiene industrial nas dependências de Furnas.

Coordenar a implantação de sistemas de gestão e assessoramento técnico em segurança do trabalho e higiene industrial.

Coordenar as atividades de suporte técnico às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), Unidades ou Setores de Segurança (USEG), Brigadas de Emergência (BEM), em articulação com as áreas pertinentes.

Propor e coordenar, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, levantamentos e estudos de avaliação de condições ambientais, sob o aspecto de segurança do trabalho e higiene industrial.

Coordenar e fiscalizar as investigações, análises e estatísticas de acidentes e incidentes.

Emitir laudo e parecer técnico em assuntos relacionados a segurança do trabalho e higiene industrial em atendimento às legislações trabalhista e previdenciária.

O DPH.G está estruturado em:

Divisão de Prestação de Serviços da Área Rio (DPRJ.G)

Executar as atividades relativas à prestação de serviços de recursos humanos:

- orientação aos empregados em questões inerentes a gestão de pessoas, com apoio, quando necessário, das áreas pertinentes;
- execução de ações de educação corporativa, administração de pessoas, bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial, sob supervisão dos órgãos pertinentes;
- implementação de programas e campanhas relacionadas com gestão de pessoas, sob supervisão do órgão pertinente;
- prestação de assistência médica direta, através dos ambulatórios nos locais de trabalho;
- execução de inspeções sanitárias e avaliação de risco ocupacional nos locais de trabalho;
- prevenção e controle de doenças através do monitoramento epidemiológico e sanitário;
- organização de eventos voltados para bem-estar, saúde, qualidade de vida, segurança do trabalho e higiene industrial;
- implantação de sistemas de gestão e assessoramento técnico em segurança do trabalho e higiene industrial;
- levantamento e avaliação de condições ambientais de segurança do trabalho e higiene industrial;
- apoio e suporte técnico às CIPA, USEG, Brigadas de Emergência, em articulação com as áreas pertinentes;
- investigação e análise de acidentes e incidentes.

Coordenar e executar as atividades de atendimento e de suporte relacionadas com a administração de pessoal.

Divisão de Prestação de Serviços da Área SP (DPSP.G)

Executar as atividades relativas à prestação de serviços de recursos humanos:

- orientação aos empregados em questões inerentes a gestão de pessoas, com apoio, quando necessário, das áreas pertinentes;
- implementação de ações de educação corporativa, administração de pessoas, bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial, sob supervisão dos órgãos pertinentes;
- implementação de programas e campanhas relacionadas com gestão de pessoas, sob supervisão do órgão pertinente;
- prestação de assistência médica direta, através dos ambulatórios nos locais de trabalho;
- prestação de inspeções sanitárias e de avaliação de risco ocupacional nos locais de trabalho;
- prevenção e controle de doenças através do monitoramento epidemiológico e sanitário;
- organização de eventos voltados para bem-estar, saúde, qualidade de vida, segurança do trabalho e higiene industrial;

- implantação de sistemas de gestão e assessoramento técnico em segurança do trabalho e higiene industrial;
- levantamento e avaliação de condições ambientais de segurança do trabalho e higiene industrial;
- apoio e suporte técnico às CIPA, USEG, Brigadas de Emergência, em articulação com as áreas pertinentes;
- investigação e análise de acidentes e incidentes;
- administração do Centro de Manutenção de Extintores (CME).

Divisão de Prestação de Serviços da Área Minas (DPMG.G)

Executar as atividades relativas à prestação de serviços de recursos humanos:

- orientação aos empregados em questões inerentes a gestão de pessoas, com apoio, quando necessário, das áreas pertinentes;
- implementação de ações de educação corporativa, administração de pessoas, bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial, sob supervisão dos órgãos pertinentes;
- implementação de programas e campanhas relacionadas com gestão de pessoas, sob supervisão do órgão pertinente;
- prestação de assistência médica direta, através dos ambulatórios nos locais de trabalho;
- inspeções sanitárias e de avaliação de risco ocupacional nos locais de trabalho;
- prevenção e controle de doenças através do monitoramento epidemiológico e sanitário;
- organização de eventos voltados para bem-estar, saúde, qualidade de vida, segurança do trabalho e higiene industrial;
- implantação de sistemas de gestão e assessoramento técnico em segurança do trabalho e higiene industrial;
- levantamento e avaliação de condições ambientais de segurança do trabalho e higiene industrial;
- apoio e suporte técnico às CIPA, USEG, Brigadas de Emergência, em articulação com as áreas pertinentes;
- investigação e análise de acidentes e incidentes;
- administração do Centro de Treinamento de Controle de Emergências (CTCE).

Divisão de Prestação de Serviços da Área Central (DPCE.G)

Executar as atividades relativas à prestação de serviços de recursos humanos:

- orientação aos empregados em questões inerentes a gestão de pessoas, com apoio, quando necessário, das áreas pertinentes;
- implementação de ações de educação corporativa, administração de pessoas, bem-estar, saúde, segurança do trabalho e higiene industrial, sob supervisão dos órgãos pertinentes;
- implementação de programas e campanhas relacionadas com gestão de pessoas, sob supervisão do órgão pertinente;
- prestação de assistência médica direta, através dos ambulatórios nos locais de trabalho;
- execução de inspeções sanitárias e de avaliação de risco ocupacional nos locais de trabalho;
- prevenção e controle de doenças através do monitoramento epidemiológico e sanitário;
- organização de eventos voltados para bem-estar, saúde, qualidade de vida, segurança do trabalho e higiene industrial;
- implantação de sistemas de gestão e assessoramento técnico em segurança do trabalho e higiene industrial;
- levantamento e avaliação de condições ambientais de segurança do trabalho e higiene industrial;
- apoio e suporte técnico às CIPA, USEG, Brigadas de Emergência, em articulação com as áreas pertinentes;
- investigação e análise de acidentes e incidentes.

Superintendência de Organização e Tecnologia da Informação (TI.G)

Planejar, coordenar e propor planos e metas para as atividades de organização e tecnologia da informação, abrangendo:

- desenvolvimento organizacional;
- gestão orientada por processos;
- desenvolvimento de sistemas de informação;
- desenvolvimento do sistema integrado de gestão;
- gestão da infraestrutura, segurança da rede corporativa e produção;
- relacionamento com Clientes.

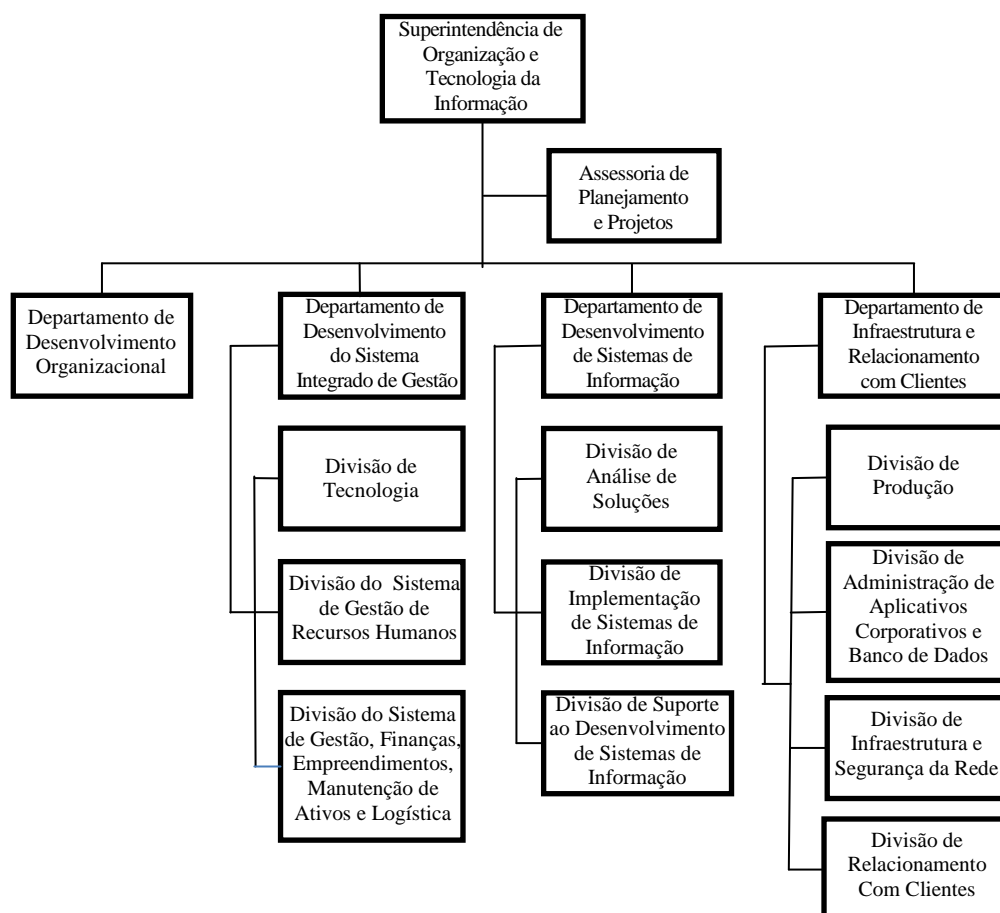
Gerenciar o portfólio de projetos da Superintendência, estabelecendo prioridades entre os projetos, definindo e alocando os recursos necessários, em articulação com os demais órgãos da Superintendência.

Promover, junto aos órgãos competentes, a contratação e aquisição de equipamentos, de serviços e produtos aplicáveis a sistemas, organização e processamento de dados, bem como promover a administração dos respectivos instrumentos contratuais.

Estabelecer o processo de controle de acesso à Rede Corporativa, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Empresa.

A TI.G está estruturada em:

- Assessoria de Planejamento e Projetos (APP.G);
- Departamento de Desenvolvimento Organizacional (DDG.G);
- Departamento de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão (DDI.G);
- Departamento de Desenvolvimento de Sistemas de Informação (DSI.G);
- Departamento de Infraestrutura e Relacionamento Com Clientes (DIR.G).



Assessoria de Planejamento e Projetos (APP.G)

Coordenar e manter atualizado o portfólio de projetos da Superintendência, nos seus aspectos operacionais e financeiros, em articulação com os demais órgãos da Superintendência.

Acompanhar e avaliar o desempenho dos projetos da Superintendência.

Assessorar a Superintendência no estabelecimento de diretrizes para a definição de pontos de controle nos processos de TI.

Elaborar o planejamento da Superintendência em alinhamento permanente com o Planejamento Estratégico da Empresa.

Acompanhar os processos de TI, seus indicadores de desempenho, suas métricas, bem como estudar e propor a implantação de metodologias e melhores práticas.

Realizar o levantamento e a análise de riscos nos processos de TI, em alinhamento com as diretrizes da área de riscos corporativos.

Assessorar a Superintendência no estabelecimento do acordo de nível de serviço para os serviços prestados.

Consolidar os orçamentos estrutural e de investimento, orientando os órgãos da Superintendência e acompanhando a sua respectiva execução.

Apoiar os órgãos da Superintendência na realização dos processos licitatórios.

Apoiar os órgãos da Superintendência na gestão de seus instrumentos contratuais.

Articular, junto aos órgãos da Empresa, a participação da Superintendência em projetos de P&D+I que utilizem recursos de TI.

Assessorar a Superintendência na manutenção de conformidades do ambiente de controles gerais de TI.

Coordenar, no âmbito da TI.G, o atendimento às demandas dos organismos externos de fiscalização e controle.

Departamento de Desenvolvimento Organizacional (DDG.G)

Assessorar a Direção Superior na proposição de alternativas de arquitetura organizacional, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Planejamento Estratégico da Empresa.

Analisar propostas de alteração na estrutura organizacional, verificando o atendimento aos preceitos de administração e emitindo pareceres sobre o assunto.

Analisar proposições relativas a aspectos organizacionais e normativos de Furnas e emitir pareceres quanto a sua adequação aos objetivos pretendidos e a oportunidade de melhoria, considerando o Planejamento Estratégico da Empresa.

Analisar proposições relativas à delegação de competências a serem exercidas pelos níveis hierárquicos, com vistas à agilização e descentralização do processo decisório, bem como emitir pareceres sobre o assunto.

Estabelecer, de acordo com as melhores práticas, os padrões, metodologias e ferramentas de apoio para a gestão orientada por processos, disseminando-os na Empresa.

Desenvolver, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, estudos e projetos que visem o mapeamento, análise e melhoria dos processos existentes.

Identificar oportunidades de utilização de recursos de TI no aperfeiçoamento dos processos de negócio da Empresa, em articulação com os demais órgãos da Superintendência.

Preservar o conhecimento relativo aos processos da Empresa, com vistas a sua reutilização por todas as áreas.

Elaborar, divulgar e manter atualizado o Manual de Organização e a Coletânea de Atos Normativos Diversos.

Analisar e emitir parecer sobre proposições relativas à criação e atualização de manuais da Empresa, bem como prestar apoio à sua implantação e divulgação.

Executar trabalhos relativos à elaboração, padronização e administração dos formulários de uso geral da Empresa.

Departamento de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão (DDI.G)

Avaliar as demandas relativas ao Sistema Integrado de Gestão quanto à viabilidade e conveniência técnica de sua implementação.

Planejar o atendimento às demandas para desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão de acordo com a priorização estabelecida.

Promover a implantação de soluções no Sistema Integrado de Gestão, em articulação com os demais órgãos da Empresa.

Promover a implantação, no Sistema Integrado de Gestão, de soluções de suporte à tomada de decisão baseadas na análise de dados corporativos e em tecnologia de inteligência empresarial e alinhadas ao Planejamento Estratégico da Empresa.

Estabelecer indicadores de desempenho do processo de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão.

O DDI.G está estruturado em:

Divisão de Tecnologia (DTEC.G)

Executar as atividades próprias de tecnologia do Sistema Integrado de Gestão, de acordo com sua área de atuação:

- implantação e suporte aos softwares que compõem o Sistema Integrado de Gestão;
- elaboração de procedimentos para operação do Sistema Integrado de Gestão;
- estabelecimento de métricas para monitoração do Sistema Integrado de Gestão.

Divisão do Sistema de Gestão de Recursos Humanos (DGRH.G)

Executar as atividades próprias de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão, de acordo com sua área de atuação:

- elaboração, em articulação com as diversas áreas da Empresa, das especificações de novas funcionalidades no Sistema Integrado de Gestão para apoio aos processos de negócio;
- desenvolvimento e implantação de soluções para atendimento às demandas relativas aos processos do Sistema Integrado de Gestão, em articulação com os outros órgãos da Superintendência;
- execução de ações necessárias para homologação e implantação de soluções no Sistema Integrado de Gestão; suporte à área gestora da função quanto à utilização do respectivo módulo do Sistema Integrado de Gestão;
- atualização do Sistema Integrado de Gestão a fim de atender a legislação vigente ou mudanças nas regras de negócio.

Divisão do Sistema de Gestão de Finanças, Empreendimentos, Manutenção de Ativos e Logística (DGFE.G)

Executar as atividades próprias de desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão, de acordo com sua área de atuação:

- elaboração, em articulação com as diversas áreas da Empresa, das especificações de novas funcionalidades no Sistema Integrado de Gestão para apoio aos processos de negócio;
- desenvolvimento e implantação de soluções para atendimento às demandas relativas aos processos do Sistema Integrado de Gestão, em articulação com os outros órgãos da Superintendência;
- execução das ações necessárias para homologação e implantação de soluções no Sistema Integrado de Gestão; suporte à área gestora da função quanto à utilização do respectivo módulo do Sistema Integrado de Gestão;
- atualização do Sistema Integrado de Gestão a fim de atender a legislação vigente ou mudanças nas regras de negócio.

Departamento de Desenvolvimento de Sistemas de Informação (DSI.G)

Avaliar as demandas relativas a Sistemas de Informação quanto à viabilidade e conveniência técnica de sua implementação.

Planejar o atendimento às demandas para desenvolvimento de Sistemas de Informação, de acordo com a priorização estabelecida.

Promover a implementação de soluções em novos Sistemas de Informação, em articulação com os demais órgãos da Empresa.

Promover a implementação, nos Sistemas de Informação, de soluções de suporte à tomada de decisão baseadas na análise de dados corporativos e em tecnologia de inteligência empresarial e alinhadas ao Planejamento Estratégico de Furnas.

Estabelecer indicadores de desempenho dos processos relacionados ao desenvolvimento de Sistemas de Informação.

Propor estudos para a implementação de novas tecnologias.

O DSI.G está estruturado em:

Divisão de Análise de Soluções (DASO.G)

Executar as atividades próprias de análise de soluções:

- levantamento de requisitos e especificação de soluções, em articulação com as diversas áreas da Empresa, para apoio a processos de negócio;

- levantamento de requisitos e especificação de Sistemas de Informação para atendimento às demandas relativas a Soluções de Inteligência Empresarial, em articulação com as diversas áreas da Superintendência;
- especificação de componentes para a integração e apoio às funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão;
- elaboração e manutenção da documentação referente à análise e especificação de sistemas, de acordo com a metodologia e padrões vigentes;
- gestão dos projetos de Sistemas de Informação;
- ações para a homologação de Sistemas de Informação;
- suporte à área gestora da função quanto à utilização dos Sistemas de Informação;
- relacionamento com fornecedores de produtos e serviços e com os diversos órgãos da Empresa;
- especificação das mudanças nos Sistemas de Informação implantados a fim de atender a legislação vigente ou mudanças nas regras de negócio.

Divisão de Implementação de Sistemas de Informação (DISI.G)

Executar as atividades próprias de implementação de Sistemas de Informação:

- implementação e disponibilização de Sistemas de Informação para atendimento a necessidades específicas da Empresa, para apoio a processos de negócio;
- adequação e disponibilização de soluções já comercializadas no mercado, para apoio a processos de negócio;
- implementação e disponibilização de Sistemas de Informação para atendimento às demandas relativas a Soluções de Inteligência Empresarial, em articulação com as outras áreas da Superintendência;
- implementação e disponibilização de Sistemas de Informação para a integração e apoio às funcionalidades do Sistema Integrado de Gestão;
- elaboração e manutenção da documentação referente à implementação de sistemas, de acordo com a metodologia e padrões vigentes;
- atualização dos Sistemas de Informação já implementados a fim de atender a legislação vigente ou mudanças nas regras de negócio;
- relacionamento com fornecedores de produtos e serviços e com os diversos órgãos da Empresa.

Divisão de Suporte ao Desenvolvimento de Sistemas de Informação (DSDS.G)

Executar as atividades próprias de suporte ao desenvolvimento de Sistemas de Informação:

- administração dos componentes de software, em conformidade com os padrões de arquitetura estabelecidos;
- análise da documentação de Sistemas de Informação, de acordo com a metodologia e padrões vigentes;
- elaboração e execução de planos de testes para os Sistemas de Informação;
- administração dos modelos de dados corporativos, conceituais e lógicos, bem como os modelos de dados dimensionais atendendo necessidades de soluções de inteligência empresarial e alinhadas ao Planejamento Estratégico da Empresa;
- elaboração, atualização e manutenção de metodologias e padrões de arquitetura de software para o desenvolvimento de soluções relacionadas a Sistemas de Informação;
- monitoração de indicadores de desempenho dos processos relacionados ao desenvolvimento de Sistemas de Informação;
- aferição da qualidade dos Sistemas de Informação em relação aos padrões de desenvolvimento;
- relacionamento com fornecedores de produtos e serviços e com os diversos órgãos da Empresa.

Departamento de Infraestrutura e Relacionamento Com Clientes (DIR.G)

Estabelecer a política de cópias de segurança de dados da Rede Corporativa.

Promover a administração dos equipamentos e dos demais recursos de TI da Rede Corporativa.

Promover as atividades de suporte a software básico e de uso geral.

Propor diretrizes para a utilização da infraestrutura de interconexão, física e lógica, de redes locais que compõem a Rede Corporativa.

Propor diretrizes para a utilização e operação dos recursos da infraestrutura da Rede Corporativa.

Estabelecer o padrão de segurança da infraestrutura da Rede Corporativa.

Promover o estabelecimento de métricas para a monitoração do uso dos recursos de TI da Rede Corporativa.

Promover, no âmbito da Superintendência, a implantação das ações relacionadas à Segurança da Informação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Empresa.

Promover e controlar a implantação de mecanismos de controle de acesso à Rede Corporativa.

Prospectar soluções inovadoras de TI, identificando a viabilidade de utilização na Empresa.

O DIR.G está estruturado em:

Divisão de Produção (DIPR.G)

Executar as seguintes atividades próprias de produção:

- administração da segurança das instalações físicas da infraestrutura da Rede Corporativa e do controle de acesso às instalações físicas do Data Center;
- administração de cópias de segurança de dados da Rede Corporativa;
- monitoração do desempenho, da disponibilidade e das falhas da Rede Corporativa de acordo com as métricas estabelecidas;
- procedimentos relativos à produção dos serviços da Rede Corporativa;
- inventário dos equipamentos e dos demais recursos de TI da Rede Corporativa, instalados local e remotamente;
- manutenção do padrão de segurança das estações de trabalho interligadas à Rede Corporativa;
- administração da concessão de acesso aos serviços da Rede Corporativa, em conformidade com o processo estabelecido;
- administração das licenças dos softwares contratados e utilizados na Rede Corporativa, de acordo com as políticas da Empresa e em consonância com os termos contratuais.

Divisão de Administração de Aplicativos Corporativos e Banco de Dados (DABD.G)

Executar as seguintes atividades próprias de suporte a aplicativos corporativos e administração de banco de dados:

- elaboração de projeto, implantação e suporte de software básico e de uso geral;
- elaboração de métricas para monitoração de software básico;
- elaboração de procedimentos para utilização de software básico e de uso geral;

- prospecção de novas tecnologias de software básico e de uso geral visando à evolução da Rede Corporativa;
- elaboração e implantação de rotinas e procedimentos relacionados à segurança, à integridade e à disponibilidade das informações corporativas, armazenadas nos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados;
- validação dos modelos de dados corporativos, conceituais e lógicos, bem como os modelos de dados dimensionais e implantação dos modelos físicos nos Gerenciadores de Banco de Dados e no Ambiente de Inteligência Empresarial Corporativo;
- definição de métricas para monitoração dos gerenciadores de banco de dados;
- planejamento, implantação, administração e suporte aos produtos e serviços relacionados às plataformas de Banco de Dados, Inteligência Empresarial, Colaboração, Mobilidade, Portais e Aplicativos Corporativos;
- prospecção de novas tecnologias relacionadas às plataformas de Banco de Dados, Inteligência Empresarial, Colaboração, Mobilidade, Portais e Aplicativos a serem utilizados na Rede Corporativa.

Divisão de Infraestrutura e Segurança da Rede (DDIS.G)

Executar as seguintes atividades próprias de administração da infraestrutura de TI e da segurança da Rede Corporativa:

- elaboração de projeto, implantação, expansão e suporte da infraestrutura da Rede Corporativa;
- elaboração de procedimentos para utilização e operação dos recursos da infraestrutura da Rede Corporativa;
- análise do desempenho e planejamento de capacidade da infraestrutura da Rede Corporativa;
- elaboração de projeto, implantação e manutenção da infraestrutura de interconexão, física e lógica, de redes locais que compõem a Rede Corporativa;
- definição, implantação e suporte de sistema operacional dos servidores da Rede Corporativa;
- prospecção de novas tecnologias de infraestrutura visando a evolução da Rede Corporativa;
- elaboração de métricas para monitoração da Rede Corporativa;
- elaboração de medidas preventivas para minimizar o risco de incidentes de segurança no ambiente de TI;
- monitoração do uso dos recursos de TI da Rede Corporativa, rastreando eventos críticos e evidenciando possíveis incidentes de segurança;
- implantação de mecanismos de controle de acesso à Rede Corporativa, em conformidade com o processo estabelecido;
- elaboração de projeto, implantação e manutenção da infraestrutura de segurança da Rede Corporativa; prospecção de novas tecnologias de segurança de TI visando a proteção da Rede Corporativa;
- elaboração de métricas para monitoração da segurança da Rede Corporativa.

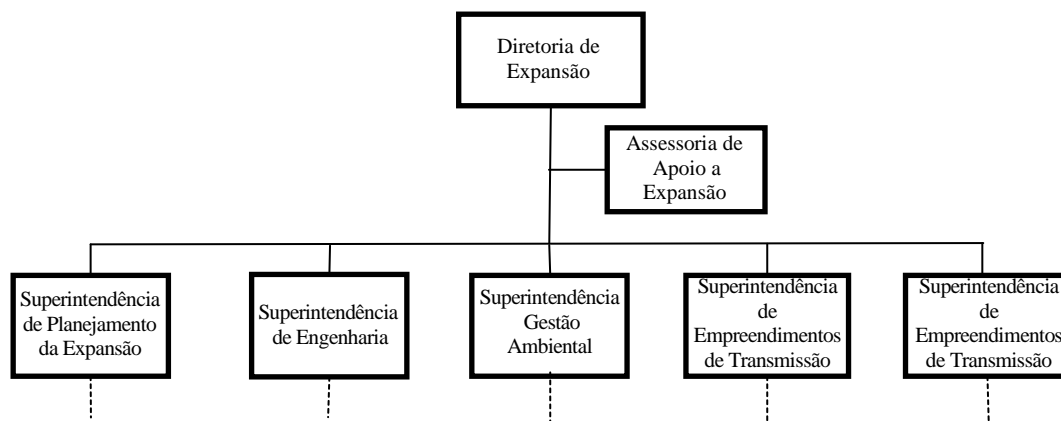
Divisão de Relacionamento com Clientes (DRCL.G)

Executar as seguintes atividades próprias de relacionamento com clientes:

- atendimento aos usuários de TI quanto à orientação no uso dos recursos disponíveis;
- gestão da qualidade dos serviços prestados pela Central de Atendimento aos usuários de TI, tomando por base os níveis de serviço acordados;
- registro e solução de incidentes relativos às ocorrências de não-conformidades dos serviços e equipamentos da Rede Corporativa, bem como o acompanhamento até a conclusão;

- identificação de demandas das áreas de negócio quanto a novos serviços e aos acordos de nível de serviço;
- administração da movimentação dos equipamentos;
- administração da manutenção dos equipamentos;
- definição e acompanhamento de indicadores de desempenho de atendimento;
- ações de comunicação relativas a serviço de TI, juntamente com o órgão de comunicação corporativa;
- disponibilização de ferramentas e serviços que auxiliem no uso dos recursos de TI;
- administração da operação e manutenção do serviço de impressão departamental.

Diretoria de Expansão (DE)



Assessoria de Apoio à Expansão (AAE.E)

Coordenar, no âmbito da DE, os processos licitatórios relativos à contratação de serviços.

Coordenar, no âmbito da DE, o atendimento às demandas dos organismos externos de fiscalização e controle.

Coordenar, no âmbito da DE, os assuntos referentes à gestão de pessoas, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento técnico-profissional, em articulação com a área de gestão de pessoas.

Gerir, no âmbito da DE, os Instrumentos Contratuais.

Superintendência de Planejamento da Expansão (SL.E)

Coordenar as atividades de compra ou desapropriação de terras, propriedades, servidões de passagem e direitos fundiários, necessários aos projetos da Empresa e a prestação de serviços de Engenharia do Proprietário para as atividades fundiárias inerentes aos empreendimentos de transmissão e geração dos diversos consórcios em que Furnas está inserida.

Representar a Empresa perante a Aneel, MME, EPE no que se refere a empreendimentos de Geração e de Transmissão, reforços definidos de transmissão, leilões de transmissão e estudos de planejamento da expansão do Sistema Interligado Nacional.

Coordenar a elaboração do Plano Geral de Obras contendo os reforços, melhorias e novas instalações no sistema de transmissão da Empresa.

Coordenar os acessos ao sistema de transmissão da Empresa, por agentes de geração ou consumidores livres, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

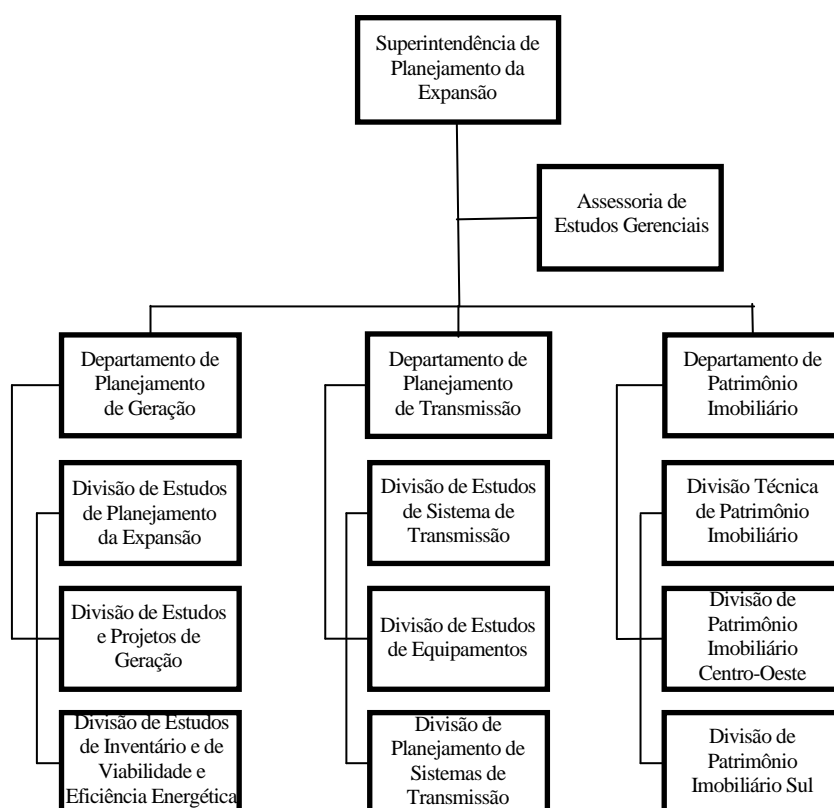
Coordenar a elaboração de estudos técnicos e econômicos, com o objetivo de assegurar um desempenho ótimo do sistema de transmissão da Empresa, indicar os critérios gerais e o grau da confiabilidade adequado e determinar as características elétricas gerais dos equipamentos de geração e transmissão e fornecê-las aos órgãos de projeto.

Coordenar a elaboração dos estudos de planejamento, investigação e viabilização técnica, econômica e ambiental e fundiária de empreendimentos de geração de fontes convencionais e alternativas de interesse da Empresa e dos estudos técnicos relativos à expansão do sistema gerador de energia elétrica.

Coordenar a elaboração de estudos, projetos e a prestação de serviços relativos à Eficiência Energética, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, junto a empresas, consumidores, fornecedores, consultores e concessionárias de energia elétrica.

A SL.E está estruturada em:

- Assessoria de Estudos Gerenciais (AEG.E);
- Departamento de Planejamento de Geração (DPL.E);
- Departamento de Planejamento de Transmissão (DPT.E);
- Departamento de Patrimônio Imobiliário (DPI.E).



Assessoria de Estudos Gerenciais (AEG.E)

Elaborar, consolidar, atualizar e coordenar a gestão das demandas candidatas de projetos e estudos que pretendam concorrer com os investimentos da Empresa, de forma a subsidiar as avaliações quanto à composição do plano estratégico de investimento de Furnas no curto, médio e longo prazos.

Coordenar a elaboração do Plano de Negócio dos empreendimentos autorizados.

Elaborar, consolidar e manter atualizado o Plano de Obras da Empresa aprovado para execução no curto, médio e longo prazos.

Consolidar, adequar, acompanhar e revisar o orçamento de investimento e das inversões financeiras dos empreendimentos da Diretoria de Expansão e, o seu orçamento estrutural de modo a compor, em conjunto com as demais Diretorias, a definição e distribuição dos recursos necessários ao planejamento e à execução dos projetos e atividades inseridos no Plano de Obras da Empresa.

Participar, junto aos órgãos responsáveis do Governo Federal, da coordenação, implantação e acompanhamento das Ações Orçamentárias relativas à Empresa que compõem o Plano Plurianual de Ações (PPA).

Departamento de Planejamento de Geração (DPL.E)

Elaborar estudos energético-econômicos pertinentes a empreendimentos de geração de fontes convencionais e alternativas de interesse de Furnas e ao dimensionamento de interligações elétricas regionais, avaliando os impactos dos intercâmbios energéticos resultantes sobre os subsistemas interligados e a Empresa.

Elaborar estudos técnicos relativos à expansão do sistema gerador de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional e da Empresa.

Coordenar os estudos de inventário de bacias hidrográficas, de viabilidade técnica, econômica, ambiental e fundiária de empreendimentos de geração de fontes convencionais e alternativas e de projeto básico dos novos empreendimentos de geração hidrelétrica objeto de outorga de autorização pelo Poder Concedente.

Coordenar o processo de análise e habilitação técnica de novos empreendimentos de geração de fontes convencionais e alternativas para participação nos leilões de energia proveniente de novos empreendimentos.

Planejar, coordenar e desenvolver estudos, projetos e a prestação de serviços relativos à Eficiência Energética, em articulação com os órgãos próprios de Furnas, junto à empresa, consumidores, fornecedores, consultores e concessionárias de energia elétrica.

Departamento de Planejamento de Transmissão (DPT.E)

Elaborar o Plano Geral de Obras contendo os reforços, melhorias e novas instalações no sistema de transmissão da Empresa.

Coordenar os acessos ao sistema de transmissão da empresa, por agentes de geração ou consumidores livres, e envolvendo as demais áreas.

Desenvolver estudos técnicos e econômicos, com o objetivo de assegurar um desempenho ótimo do sistema de transmissão da Empresa, indicar os critérios gerais e o grau da confiabilidade adequado e determinar as características elétricas gerais dos equipamentos de geração e transmissão e fornecê-las aos órgãos de projeto.

Departamento de Patrimônio Imobiliário (DPI.E)

Programar, controlar e executar as atividades de compra ou desapropriação de terras, propriedades, servidões de passagem e direitos fundiários, necessários aos projetos da Empresa, bem como prestar serviços de Engenharia do Proprietário para as atividades fundiárias inerentes aos empreendimentos de transmissão e geração dos diversos consórcios em que Furnas está inserida.

Estabelecer contatos com autoridades Federais, Estaduais e Municipais, para o encaminhamento e acompanhamento dos assuntos relacionados com obrigações assumidas pela Empresa, dentro de sua área de atuação, bem como promover negociações com outras entidades institucionais e da sociedade civil organizada, envolvendo assuntos ligados à desapropriação de áreas para os projetos de Furnas.

Realizar os estudos sócio-fundiários necessários aos processos de inventário e viabilidade dos projetos de interesse de Furnas, verificando a interferência dos futuros empreendimentos nas questões fundiárias e o impacto na população.

Aplicar os procedimentos da Engenharia de Avaliação no cálculo da indenização das áreas necessárias aos empreendimentos.

Promover as análises e atos técnico-jurídicos inerentes ao pagamento de indenização das áreas necessárias aos empreendimentos de geração e de transmissão, bem como as suas respectivas regularizações dominiais.

Superintendência de Engenharia (SE.E)

Planejar, coordenar e controlar as atividades de engenharia nos empreendimentos de Geração, Transmissão e Telecomunicações.

Promover a modernização dos critérios de projeto, especificações necessárias ao desenvolvimento das atividades de engenharia.

Acompanhar o desenvolvimento dos projetos sob sua responsabilidade.

Planejar o fornecimento dos itens necessários aos projetos sob sua responsabilidade.

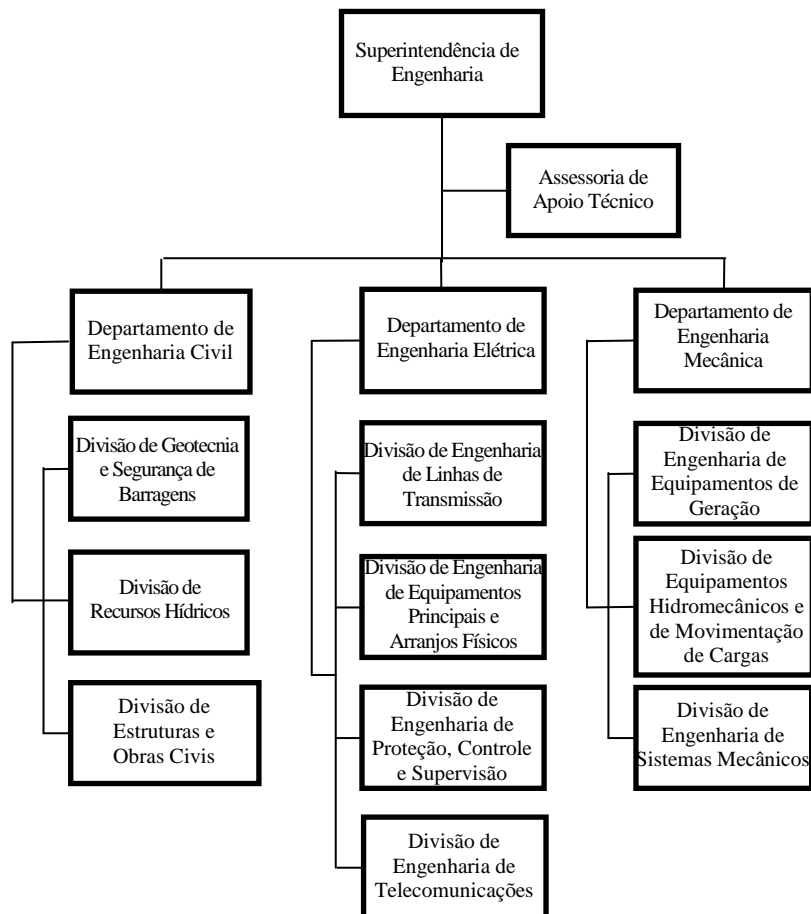
Participar da viabilização de novos empreendimentos.

Prestar apoio às outras diretorias no que tange aos serviços de engenharia.

Gerenciar os projetos de geração, transmissão e telecomunicações.

A SE.E está estruturada em:

- Assessoria de Apoio Técnico (AAT.E);
- Departamento de Engenharia Civil (DEC.E);
- Departamento de Engenharia Elétrica (DEL.E);
- Departamento de Engenharia Mecânica (DEM.E).



Assessoria de Apoio Técnico (AAT.E)

Realizar a gestão das informações do acervo técnico dos empreendimentos da Empresa.

Realizar a gestão das informações georeferenciadas, obtidas através dos sistemas GIS e utilizadas no apoio aos projetos de engenharia.

Consolidar as informações de projetos da Superintendência.

Consolidar os orçamentos estrutural e de investimento, no âmbito da Superintendência.

Departamento de Engenharia Civil (DEC.E)

Desenvolver todas as atividades relacionadas a projetos de engenharia civil, nas seguintes especialidades: estrutura, arquitetura, urbanismo, paisagismo, geotecnia, geologia, cartografia, hidrologia e hidráulica.

Realizar a Gestão Técnica de projetos nas áreas de hidrologia, hidráulica, hidrometeorologia, climatologia e sedimentologia, quando relacionadas às fases de projeto e construção.

Coordenar, no âmbito da Superintendência, os projetos dos empreendimentos próprios ou de prestação de serviços em empreendimentos de geração, nas fases de Projeto Pré-Básico, Básico e Executivo.

Realizar a Prestação de Serviços nas fases de Estudos de Inventário e Viabilidade.

Realizar a Gestão Técnica de projetos nas áreas de estrutura, arquitetura, urbanismo e paisagismo, geotecnia, geologia e cartografia e Internamente em empreendimentos de transmissão.

Coordenar os projetos e serviços de segurança de barragens nos empreendimentos de geração da empresa ou de terceiros, como prestador de serviços.

Departamento de Engenharia Elétrica (DEL.E)

Gerenciar estudos, projetos e aquisições de equipamentos, sistemas e materiais relativos a atividades de engenharia elétrica e de telecomunicações de subestações, linhas de transmissão e usinas para implantação de empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica.

Coordenar, no âmbito da Superintendência, as atividades de engenharia de empreendimentos de transmissão, no que tange a orçar projetos de engenharia elétrica e telecomunicações e a aquisição dos respectivos equipamentos, sistemas e materiais em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Elaborar as especificações técnicas e técnico-comerciais para aquisição de equipamentos, sistemas, materiais e serviços, emitindo a documentação necessária para sua contratação, bem como a participação no processo de licitação dos mesmos.

Acompanhar a execução dos trabalhos de fabricação de equipamentos, sistemas e materiais sob sua responsabilidade, zelando pela fiel observância das especificações e programação de fabricação, bem como o acompanhamento dos ensaios de tipo, rotina e recebimento.

Elaborar as especificações técnicas e técnico-comerciais para contratação dos projetos sob sua responsabilidade, emitindo a documentação necessária para sua contratação bem como a participação no processo de licitação dos mesmos.

Prestar assistência aos órgãos de planejamento, meio ambiente, fundiário, construção e operação e acompanhar o desenvolvimento e comissionamento das obras na implantação de projetos e instalação dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Gerenciar e elaborar o planejamento dos sistemas de telecomunicações da empresa e gerenciar a legalização dos sistemas de telecomunicações junto à Anatel.

Departamento de Engenharia Mecânica (DEM.E)

Programar, executar e controlar estudos, projetos e serviços de engenharia mecânica referentes às usinas hidrelétricas, usinas termoeletricas, fontes alternativas de energia e subestações a cargo da Superintendência, bem como a aquisição dos respectivos equipamentos, sistemas e materiais.

Elaborar estudos e projetos, em articulação com os órgãos próprios da Diretoria de Operação, visando a repotencialização e a modernização dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, e coordenar os órgãos de engenharia, responsabilizando-se pelos contatos com os fabricantes.

Coordenar o acompanhamento da fabricação, testes e ensaios de aceitação dos sistemas, equipamentos e materiais sob sua responsabilidade.

Coordenar os órgãos de engenharia no desenvolvimento dos serviços de engenharia dos empreendimentos de geração térmica, eólica e demais fontes alternativas.

Emitir especificações técnicas para contratação de projetos de sua responsabilidade, bem como instruções para a execução de testes para liberação da operação comercial de equipamentos, sistemas e materiais sob sua responsabilidade, acompanhando a sua execução.

Gerenciar os documentos contratuais de responsabilidade do Departamento, no tocante a valores, prazos e demais informações referentes à análise da documentação de faturamento e pela emissão de pareceres para liberação dos pagamentos.

Superintendência de Gestão Ambiental (GA.E)

Formular as diretrizes e políticas que tenham como objetivo compatibilizar suas atividades com as exigências legais, com destaque para aquelas estabelecidas pelos órgãos de controle ambiental integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Coordenar, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, os estudos de meio ambiente necessários ao atendimento da legislação vigente e concernentes aos empreendimentos de Furnas em instalação e em operação, acompanhando sua implementação.

Coordenar o licenciamento ambiental dos empreendimentos de Furnas, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Propor a celebração de contratos e convênios com entidades públicas e privadas, visando à realização de estudos e ações de natureza ambiental necessários à viabilização e à regularização dos empreendimentos da Empresa.

Disseminar a conscientização ambiental e definir projetos ambientais em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

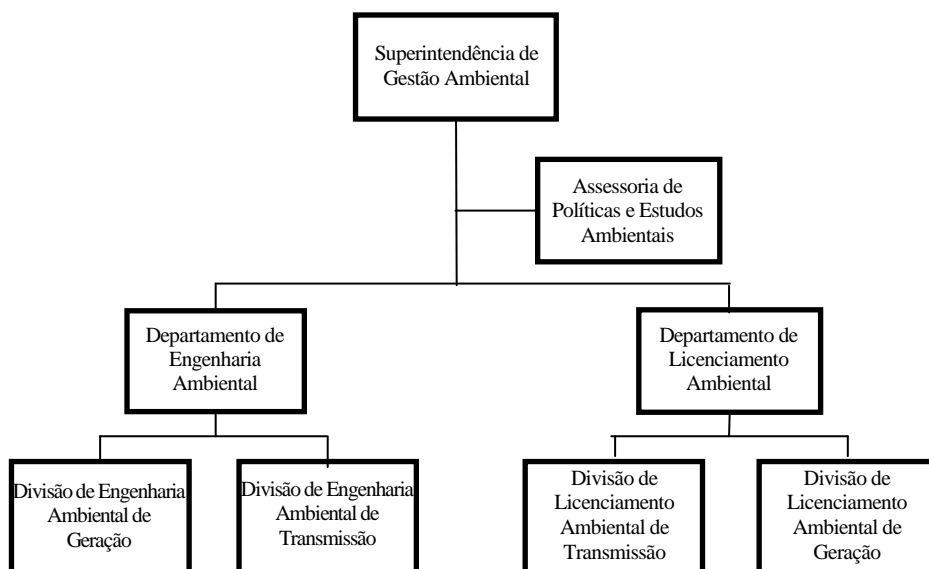
Representar a Empresa junto a órgãos governamentais, entidades públicas ou privadas, comunidades e outros quaisquer organismos, nacionais ou estrangeiros, nas atividades sob sua responsabilidade.

Manter intercâmbio com a Eletrobras e demais empresas do setor elétrico sobre a política relativa ao gerenciamento ambiental.

Acompanhar e avaliar o comportamento da sociedade e de órgãos ambientais nos projetos com potencial impacto ambiental, objetivando minimizar conflitos.

A GA.E está estruturada em:

- Assessoria de Políticas e Estudos Ambientais (APE.E);
- Departamento de Engenharia Ambiental (DEA.E);
- Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA.E).



Assessoria de Políticas e Estudos Ambientais (APE.E)

Definir as ações ambientais para novos empreendimentos, quando dos estudos de viabilidade e dos leilões de geração e transmissão.

Estruturar as atividades para prestação de serviços, na área ambiental, nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e nos empreendimentos no exterior gerenciados pela Eletrobras.

Elaborar as Políticas Ambientais de Furnas.

Acompanhar a execução dos orçamentos no âmbito da sua Superintendência.

Coordenar as ações relativas às questões sobre mudança de clima, redução de emissão de gases de efeito estufa e obtenção de crédito de carbono.

Coordenar a elaboração dos Indicadores de Desempenho Ambiental, visando a melhoria dos Índices de Sustentabilidade Empresarial da Empresa.

Departamento de Engenharia Ambiental (DEA.E)

Acompanhar tecnicamente os estudos e programas ambientais dos empreendimentos, em todas as etapas.

Coordenar e executar os programas ambientais dos empreendimentos.

Elaborar relatórios e termos de referências para viabilizar a contratação de estudos ou ações ambientais, bem como para subsidiar a obtenção de licenças e autorizações e demais anuências ambientais.

Prestar serviços técnicos na área ambiental para estudos de inventário, viabilidade e projeto básico, em parceria com a iniciativa privada quando para as SPE.

Elaborar, implantar e monitorar o levantamento de aspectos e impactos ambientais, Mapeamento de Situações de Emergência, Plano de Atendimento às Emergências, Plano de Controle de Efluentes Industriais e Sanitários, Plano de Gerenciamento de Resíduos, Plano de Controle de Água para Consumo Humano e Plano de Procedimentos Ambientais da Manutenção em empreendimentos em operação.

Apoiar tecnicamente a obtenção das Autorizações de Supressão de Vegetação necessárias ao serviço de manutenção das linhas de transmissão e do sistema de telecomunicações em operação.

Implantar os programas de atendimento às emergências ambientais e de gerenciamento de resíduos dos empreendimentos de Geração e Transmissão em operação.

Elaborar os processos técnicos de contratação relativos aos Programas e Estudos Ambientais.

Departamento de Licenciamento Ambiental (DLA.E)

Obter as Licenças Ambientais, Autorizações de Supressão de Vegetação e demais anuências de órgãos ambientais para implantação e operação de empreendimentos da Empresa e de ampliações e reforços de suas instalações.

Coordenar o atendimento às condicionantes das licenças ambientais e demais autorizações e anuências.

Acompanhar a legislação relativa ao licenciamento ambiental de empreendimentos de Geração e Transmissão.

Coordenar a realização de audiências públicas para o licenciamento ambiental prévio de novos empreendimentos.

Coordenar a aplicação e destinação dos recursos financeiros da Compensação Ambiental dos empreendimentos da Empresa.

Participar, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos estudos de meio ambiente concernentes aos empreendimentos em planejamento, construção e operação, necessários ao atendimento da legislação vigente relativa ao licenciamento ambiental.

Coordenar as Auditorias Ambientais Compulsórias e da implementação de Sistemas de Gestão Ambiental.

Obter as outorgas de direito de uso de recursos hídricos para os empreendimentos em implantação e operação.

Avaliar ambientalmente a implantação dos reforços e demais obras nos empreendimentos em operação.

Superintendência de Empreendimentos de Transmissão (ST.E)

Planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas a empreendimentos de transmissão, no que se refere à sua implantação.

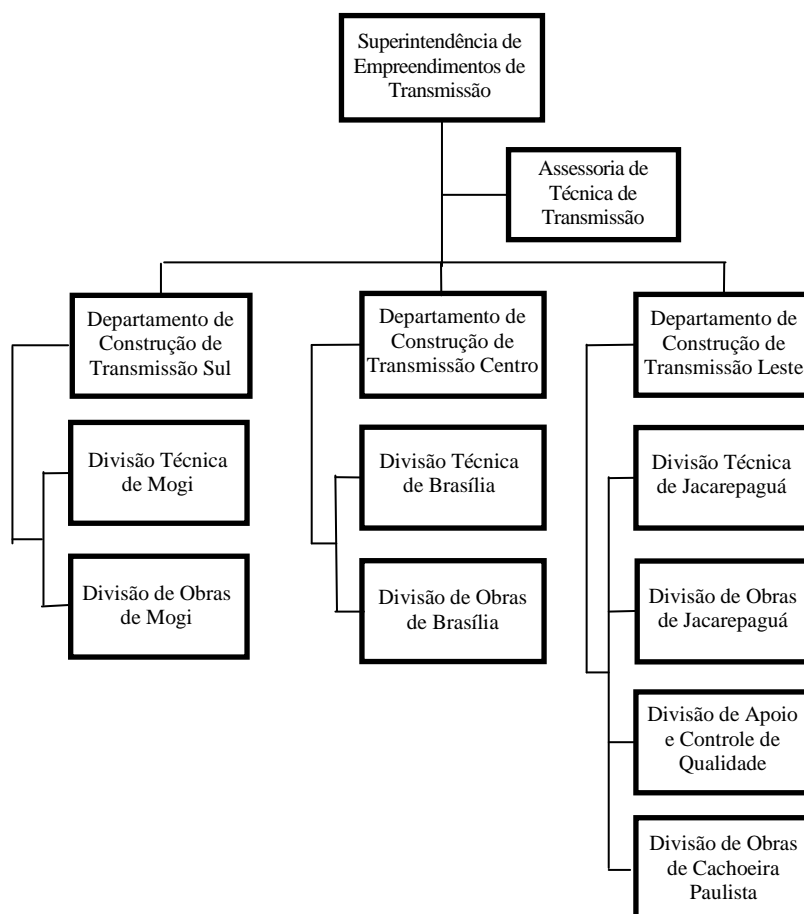
Implantar, recuperar, modernizar, reforçar e ampliar os empreendimentos de transmissão de energia de interesse da Empresa e promover os serviços tecnológicos associados, em consonância com o Planejamento Estratégico e em alinhamento com as diretrizes de Sustentabilidade Empresarial.

Analisar os resultados de custo, prazo e qualidade dos empreendimentos, com vistas a integrar e aperfeiçoar as atividades, em articulação com os demais órgãos de Furnas, bem como implementar as ações necessárias à consecução das metas dos planos de negócio da Empresa.

Participar dos estudos de viabilização de novos empreendimentos e negócios de transmissão, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

A ST.E está estruturada em:

- Assessoria Técnica de Transmissão (ATT.E);
- Departamento de Construção de Transmissão Sul (DTS.E);
- Departamento de Construção de Transmissão Centro (DTC.E);
- Departamento de Construção de Transmissão Leste (DTL.E).



Assessoria Técnica de Transmissão (ATT.E)

Analisar e consolidar, em articulação com os gestores de projetos envolvidos, o orçamento de investimento de empreendimentos de transmissão e acompanhar a respectiva execução.

Atuar na integração dos Departamentos de Construção com os demais órgãos envolvidos nos empreendimentos.

Subsidiar a Superintendência com as informações necessárias à visão de negócio do portfólio dos empreendimentos de transmissão.

Subsidiar os órgãos competentes da Empresa com informações necessárias ao relacionamento com os órgãos fiscalizadores, reguladores e financiadores.

Consolidar, no âmbito da Superintendência, informações técnicas e relatórios referentes ao acompanhamento físico e financeiro das obras e dos contratos em execução.

Departamento de Construção de Transmissão Sul (DTS.E)

Gerenciar, em articulação com as demais áreas envolvidas da Empresa, a implantação de empreendimentos de transmissão, bem como recuperações, modernizações, reforços e ampliações das instalações existentes em sua região de atuação, em consonância com os respectivos Planos de Negócios aprovados pela alta administração.

Coordenar a aquisição de materiais e a contratação de obras, serviços e insumos necessários à implantação dos empreendimentos sob sua responsabilidade, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

Coordenar a integração dos diversos agentes, órgãos e empresas, envolvidos nos empreendimentos sob sua responsabilidade.

Coordenar a fiscalização e o controle de qualidade e conformidade das obras através do gerenciamento dos contratos de construção e de montagem eletromecânica.

Promover e conduzir as reuniões de coordenação de cada um dos empreendimentos sob responsabilidade do Departamento.

Departamento de Construção de Transmissão Centro (DTC.E)

Gerenciar, em articulação com as demais áreas envolvidas da Empresa, a implantação de empreendimentos de transmissão, bem como recuperações, modernizações, reforços e ampliações das instalações existentes em sua região de atuação, em consonância com os respectivos Planos de Negócio aprovados pela alta administração.

Coordenar a aquisição de materiais e a contratação de obras, serviços e insumos necessários à implantação dos empreendimentos sob sua responsabilidade, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

Coordenar a integração dos diversos agentes, órgãos e empresas, envolvidos nos empreendimentos sob sua responsabilidade.

Coordenar a fiscalização e o controle de qualidade e conformidade das obras através do gerenciamento dos contratos de construção e de montagem eletromecânica.

Promover e conduzir as reuniões de coordenação de cada um dos empreendimentos sob responsabilidade do Departamento.

Departamento de Construção de Transmissão Leste (DTL.E)

Gerenciar, em articulação com as demais áreas envolvidas da Empresa, a implantação de empreendimentos de transmissão, bem como recuperações, modernizações, reforços e ampliações das instalações existentes em sua região de atuação, em consonância com os respectivos Planos de Negócio aprovados pela alta administração.

Coordenar a aquisição de materiais e a contratação de obras, serviços e insumos necessários à implantação dos empreendimentos sob sua responsabilidade, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

Coordenar a integração dos diversos agentes, órgãos e empresas, envolvidos nos empreendimentos sob sua responsabilidade.

Coordenar a fiscalização e o controle de qualidade e conformidade das obras através do gerenciamento dos contratos de construção e de montagem eletromecânica.

Promover e conduzir as reuniões de coordenação de cada um dos empreendimentos sob responsabilidade do Departamento.

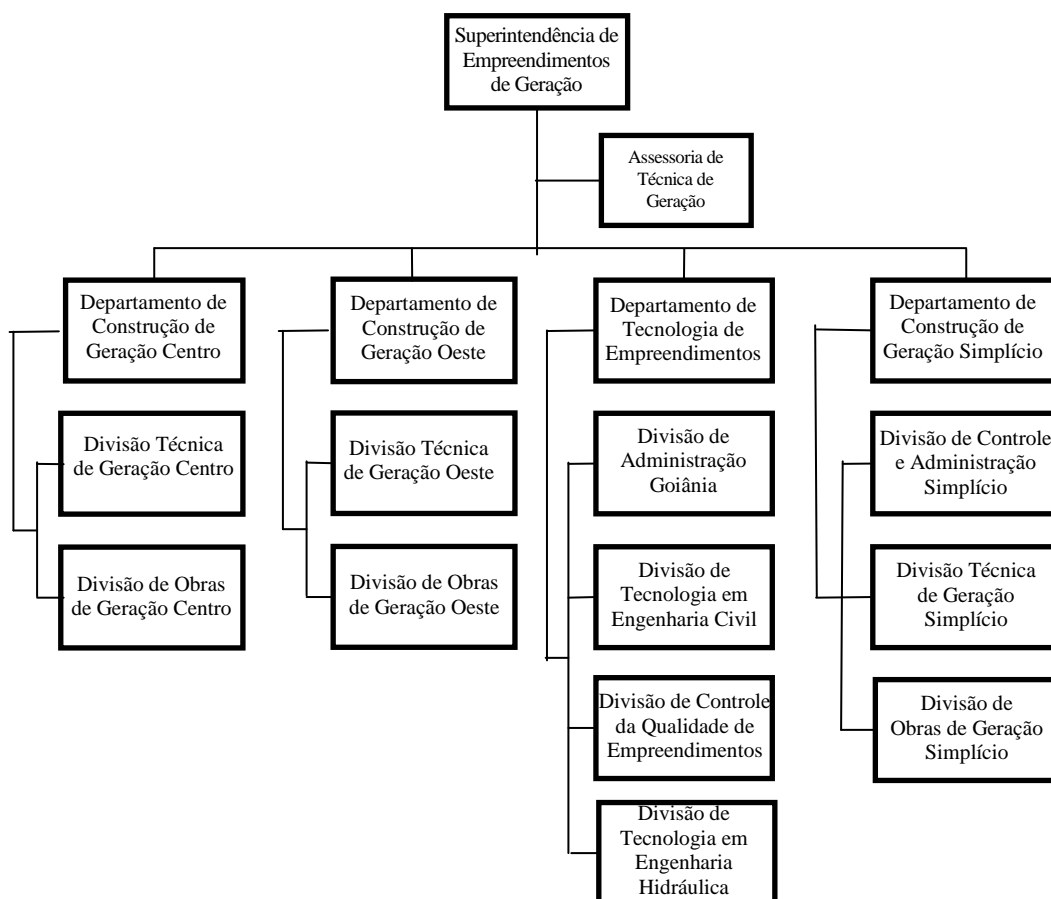
Superintendência de Empreendimentos de Geração (SG.E)

Planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas a empreendimentos de geração, abrangendo:

- implantação, recuperação e modernização dos empreendimentos de geração de energia de interesse de Furnas e a promoção de seus serviços tecnológicos associados, incluindo parcerias com terceiros ou prestação de serviços, em alinhamento com o Planejamento Estratégico e com as diretrizes de Sustentabilidade Empresarial;
- definição das obras, serviços e demais insumos necessários, para sua contratação em articulação com a área de suprimento de Furnas;
- definição dos serviços de engenharia do empreendedor, para acompanhamento e controle dos empreendimentos;
- desenvolvimento e implementação de soluções tecnológicas para os empreendimentos;
- análise dos resultados de custo, prazo e qualidade dos empreendimentos, com vistas a integrar e aperfeiçoar as atividades que impactem estes resultados, em articulação com os demais órgãos da Empresa;
- execução de ações necessárias à consecução das metas referentes aos empreendimentos, estabelecidas nos planos de negócio da Empresa;
- acompanhamento e controle dos contratos sob sua responsabilidade, necessários aos empreendimentos, em articulação com os demais órgãos envolvidos;
- comissionamento dos empreendimentos, em articulação com os demais órgãos envolvidos, bem como sua transferência para a responsabilidade da Operação de Furnas;
- participação nos estudos de viabilização de novos empreendimentos e negócios de geração, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

A SG.E está estruturada em:

- Assessoria Técnica de Geração (ATG.E);
- Departamento de Construção de Geração Centro (DGC.E);
- Departamento de Construção de Geração Oeste (DGO.E);
- Departamento de Tecnologia de Empreendimentos (DCT.E);
- Departamento de Construção de Geração Simplício (DGS.E).



Assessoria Técnica de Geração (ATG.E)

Prestar assessoria e apoio técnico aos demais órgãos da Superintendência, abrangendo :

- análise e validação dos relatórios de gestão dos empreendimentos de geração;
- emissão de pareceres técnicos referentes aos empreendimentos de geração;
- estruturação e manutenção de banco de dados com informações técnicas, e gerenciais, referentes aos empreendimentos de geração, mantendo informações atualizadas relativas aos índices de preços de equipamentos, sistemas, materiais e serviços sob responsabilidade da Superintendência;
- coordenação, no âmbito da Superintendência, de estudos técnicos e econômicos de obras e serviços, referentes aos empreendimentos de geração;
- apoio a prospecção de oportunidades referentes a empreendimentos de geração, participando de estudos de novos projetos, elaboração de contratos e formatação de parcerias, em articulação com os demais órgãos da Superintendência e da Empresa.

Departamento de Construção de Geração Centro (DGC.E)

Coordenar e controlar, em articulação com as demais áreas envolvidas de Furnas, a implantação, recuperação e modernização dos empreendimentos de geração de energia em sua região de atuação, incluindo parceria com terceiros ou prestação de serviço de engenharia do proprietário, abrangendo:

Acompanhar e controlar as obras e serviços dos empreendimentos, exercendo os serviços de engenharia do empreendedor.

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas dos empreendimentos, em articulação com outras empresas ou órgãos de Furnas envolvidos.

Requisitar e dar apoio técnico para a aquisição de materiais e a contratação de obras, serviços e demais insumos necessários à implantação dos empreendimentos sob sua responsabilidade, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

Gerenciar os serviços de integração nos empreendimentos sob sua responsabilidade.

Departamento de Construção de Geração Oeste (DGO.E)

Coordenar e controlar, em articulação com as demais áreas envolvidas de Furnas, a implantação, recuperação e modernização dos empreendimentos de geração de energia em sua região de atuação, incluindo parceria com terceiros ou prestação de serviço de engenharia do proprietário, abrangendo:

Acompanhar e controlar as obras e serviços dos empreendimentos, exercendo os serviços de engenharia do empreendedor;

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas dos empreendimentos, em articulação com outras empresas ou órgãos de Furnas envolvidos;

Requisitar e dar apoio técnico para a aquisição de materiais e a contratação de obras, serviços e demais insumos necessários à implantação dos empreendimentos sob sua responsabilidade, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

Gerenciar os serviços de integração nos empreendimentos sob sua responsabilidade.

Departamento de Tecnologia de Empreendimentos (DCT.E)

Desenvolver e viabilizar soluções tecnológicas de construção, para serem aplicadas nos empreendimentos de interesse de Furnas, bem como em prestação de serviços a órgãos externos, abrangendo:

- controle tecnológico dos materiais de construção civil;
- instalação e manutenção de instrumentação para auscultação de estruturas;
- fornecimento de subsídios técnicos para os projetos de engenharia e para as metodologias de construção;
- execução de investigações geológico-geotécnicas de campo e caracterização de materiais;
- elaboração estudos hidráulicos em modelo reduzido, e prestação de serviços de apoio tecnológico referente a área de hidráulica experimental;
- operação e manutenção de redes hidrometeorológicas;
- execução de atividades de confiabilidade metrológica;
- pesquisas e análises avançadas como subsídios para a otimização e confiabilidade dos projetos e implantação de empreendimentos, além da promoção de durabilidade e segurança operativa destes, isoladamente ou em conjunto com Centros de Pesquisa, Laboratórios e Universidades.

Departamento de Construção de Geração Simplício (DGS.E)

Coordenar e controlar, em articulação com as demais áreas envolvidas de Furnas, a implantação do empreendimento de Simplício, promovendo a engenharia do proprietário, em consonância com o Plano de Negócio aprovado.

Requisitar e dar apoio técnico à aquisição de materiais e a contratação de obras, serviços e demais insumos necessários à implantação do empreendimento de Simplício, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

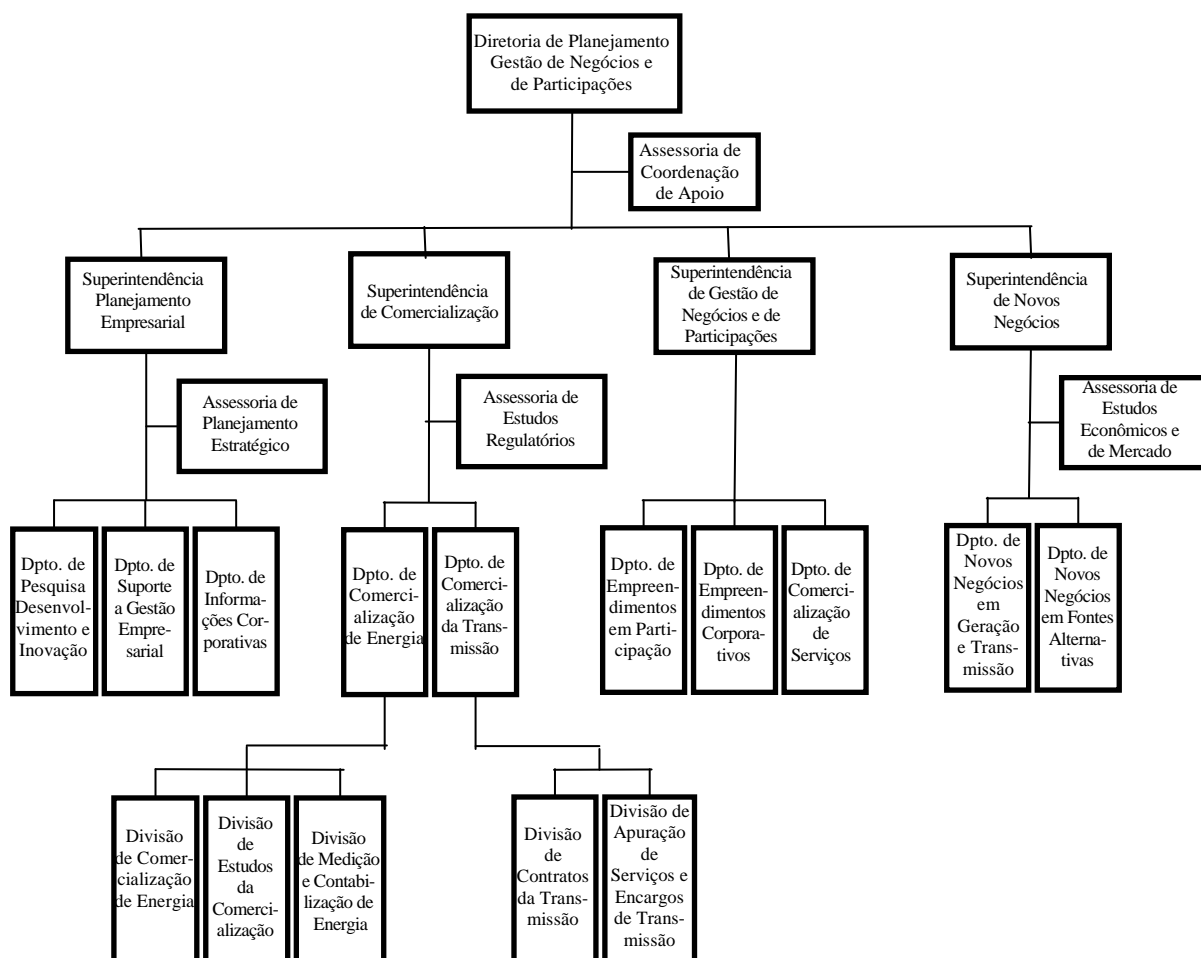
Gerenciar os serviços de integração do empreendimento de Simplício.

Atestar a conformidade das diversas estruturas ou sistemas do empreendimento de Simplício, em articulação com os órgãos de Furnas envolvidos, com vistas à sua transferência para a responsabilidade da Operação de Furnas.

Acompanhar e controlar os contratos sob sua responsabilidade, em articulação com os demais órgãos envolvidos.

Representar Furnas perante entidades externas, em assuntos relacionados ao empreendimento de Simplício.

Diretoria de Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações (DN)



Assessoria de Coordenação e Apoio (ACO.N)

Coordenar a elaboração e consolidar o Orçamento Estrutural e de Investimento da DN, orientando os órgãos da Diretoria e acompanhando a sua respectiva execução.

Coordenar os processos licitatórios relativos à contratação de serviços no âmbito da DN.

Coordenar, no âmbito da DN, o atendimento às demandas dos organismos externos de fiscalização e controle.

Cadastrar e manter atualizados, os registros orçamentários relativos a contratos e convênios da DN.

Coordenar, no âmbito da DN, os assuntos referentes à gestão de pessoas, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento técnico-profissional, em articulação com a área de gestão de pessoas.

Superintendência de Planejamento Empresarial (PE.N)

Elaborar o Planejamento Estratégico de Furnas e o acompanhar o seu desdobramento na Empresa.

Executar a gestão dos assuntos relacionados com pesquisa, desenvolvimento, inovação e propriedade intelectual.

Executar a gestão dos assuntos relacionados com excelência da gestão empresarial e certificação de sistemas de gestão.

Executar a gestão dos relatórios corporativos.

A PE.N está estruturada em:

- Assessoria de Planejamento Estratégico (APL.N);
- Departamento de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (DPE.N);
- Departamento de Suporte à Gestão Empresarial (DSE.N);
- Departamento de Informações Corporativas (DIC.N).

Assessoria de Planejamento Estratégico (APL.N)

Elaborar o Planejamento Estratégico de Furnas e suas revisões, em articulação com os órgãos da Empresa, alinhado ao Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobras.

Acompanhar a implementação do Plano Estratégico e de seus desdobramentos nas diversas áreas da Empresa.

Acompanhar os indicadores vinculados aos objetivos e metas estabelecidos no Plano Estratégico.

Departamento de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (DPE.N)

Elaborar o planejamento de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D+I) da Empresa.

Coordenar e acompanhar as atividades relacionadas com P&D+I.

Providenciar a proteção à propriedade intelectual dos projetos de P&D+I e das inovações da Empresa.

Incentivar e identificar as inovações que apresentem possibilidade de retorno econômico-financeiro para a Empresa.

Atualizar e divulgar o indicador de Retorno sobre o Investimento (ROI) em Inovação.

Departamento de Suporte à Gestão Empresarial (DSE.N)

Desenvolver as atividades relacionadas com a excelência da gestão empresarial e a certificação de sistemas de gestão.

Acompanhar e atualizar a Cadeia de Valor de Furnas e a correlação entre o Planejamento Estratégico e os macroprocessos da Empresa, identificando os desvios relacionados às metas estabelecidas no Plano Estratégico e informando aos órgãos próprios da Empresa.

Departamento de Informações Corporativas (DIC.N)

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios, os relatórios corporativos providenciando sua divulgação e distribuição.

Estabelecer a padronização técnica para a elaboração dos relatórios corporativos em conjunto com os órgãos próprios.

Superintendência de Novos Negócios (SN.N)

Prospectar e avaliar novos negócios em geração, transmissão, telecomunicações e em fontes alternativas de geração de energia elétrica.

Coordenar a participação de Furnas na expansão de suas instalações através de novos negócios, inclusive na aquisição de ativos, no Brasil ou no exterior, em parceria ou de forma corporativa.

Coordenar as negociações com entidades e empresas, nacionais e estrangeiras, de acordos de cooperação de caráter abrangente, que prevejam a participação de Furnas em atividades coerentes com sua vocação e habilitações.

Análise da previsão do mercado nacional e internacional de energia elétrica e da expansão da oferta da energia e de sistemas de transmissão.

Elaborar e acompanhar o portfólio de expansão do investimento de Furnas.

A SN.N está estruturada em:

- Assessoria de Estudos Econômicos e de Mercado (AEE.N);
- Departamento de Novos Negócios em Geração e Transmissão (DNT.N);
- Departamento de Novos Negócios em Fontes Alternativas (DNA.N).

Assessoria de Estudos Econômicos e de Mercado (AEE.N)

Analisar o comportamento e as perspectivas do mercado de energia elétrica brasileiro.

Elaborar estudos e cenários prospectivos sobre o comportamento do mercado de energia elétrica (consumo e carga) no curto, médio e longo prazo.

Analisar a expansão da oferta de energia e do sistema de transmissão, visando dar suporte à empresa na sua expansão.

Executar, com ótica estratégica, a gestão do portfólio de programas e projetos de investimentos da Empresa, objetivando a maximização do retorno do portfólio.

Desenvolver estudos sobre as modificações ocorridas na conjuntura econômica e nas variáveis estruturais que afetam diretamente o setor de energia elétrica.

Departamento de Novos Negócios em Geração e Transmissão (DNT.N)

Analisar as novas oportunidades de negócios de geração e transmissão.

Coordenar o processo de seleção de parceiros para investimentos em novos negócios de geração e transmissão.

Participar do desenvolvimento de análises societárias e financeiras para os novos negócios em geração e transmissão.

Elaborar os instrumentos contratuais relativos aos novos negócios em geração e transmissão.

Coordenar a estruturação e a preparação da documentação dos novos negócios em geração e transmissão.

Elaborar os Planos de Negócios.

Departamento de Novos Negócios em Fontes Alternativas (DNA.N)

Analisar as novas oportunidades de negócio referentes a fontes alternativas.

Coordenar o processo de seleção de parceiros para investimentos em novos empreendimentos em fontes alternativas.

Participar do desenvolvimento de análises societárias e financeiras para os novos negócios em fontes alternativas.

Elaborar os instrumentos contratuais relativos aos novos negócios em fontes alternativas.

Coordenar a estruturação e a preparação da documentação dos novos negócios em fontes alternativas.

Elaborar os Planos de Negócios.

Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações (SP.N)

Executar a gestão dos negócios relativos aos empreendimentos em participação.

Executar a gestão dos negócios relativos aos empreendimentos corporativos.

Planejar e coordenar a comercialização de serviços relacionados à geração e transmissão de energia e de telecomunicações, a serem prestados por Furnas a outras empresas no Brasil e no exterior.

A SP.N está estruturada em:

- Departamento de Empreendimentos em Participação (DEP.N);

- Departamento de Empreendimentos Corporativos (DEO.N);
- Departamento de Comercialização de Serviços (DCS.N).

Departamento de Empreendimentos em Participação (DEP.N)

Planejar, coordenar, controlar e executar os processos e atividades de acompanhamento e controle da gestão das SPE em que Furnas tem participação.

Participar da constituição das Sociedades de Propósito Específico (SPE) e da formalização de seus documentos societários.

Gerir a documentação societária e os aportes financeiros das empresas em SPE.

Monitorar a evolução do Plano de Negócios dos empreendimentos em participação.

Subsidiar tecnicamente o trabalho de Conselheiros e Prepostos designados por Furnas para representá-la junto às SPE.

Departamento de Empreendimentos Corporativos (DEO.N)

Acompanhar e controlar o desenvolvimento dos negócios relativos aos empreendimentos corporativos, de acordo com o Plano de Negócio estabelecido.

Participar do processo matricial de integração das diversas áreas funcionais envolvidas na implantação e operação dos empreendimentos de geração e transmissão.

Coordenar atividades e ações necessárias ao cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Negócio.

Consolidar os orçamentos plurianuais dos negócios relativos aos empreendimentos corporativos, adequando-os ao Plano de Negócio estabelecido.

Departamento de Comercialização de Serviços (DCS.N)

Prospectar as competências de Furnas para a comercialização de serviços a serem prestados, relacionados à geração e transmissão de energia elétrica e de telecomunicações.

Elaborar, negociar e administrar, em articulação com outros órgãos da Empresa, os instrumentos contratuais relativos à comercialização de serviços prestados por Furnas.

Elaborar, negociar e administrar, em articulação com outros órgãos da Empresa, os instrumentos contratuais de parcerias para o desenvolvimento de estudos de inventário e viabilidade de empreendimentos de geração de energia.

Prestar serviços e comercializar produtos de telecomunicações, abrangendo a transmissão de voz, dados, imagens e serviços de valor agregado.

Comercializar o direito de uso ou ocupação de suas instalações, equipamentos e instrumentos de telecomunicações que possam constituir recursos de infraestrutura.

Comercializar os serviços e produtos de telecomunicações junto às empresas concessionárias e às permissionárias de serviço público de energia elétrica.

Superintendência de Comercialização (CE.N)

Elaborar políticas corporativas referentes aos processos de comercialização de energia e da transmissão, de acordo com as orientações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Planejar, coordenar e controlar as atividades de comercialização de energia e da transmissão.

Elaborar estratégias de negociação para comercialização de energia e da transmissão.

Gerir os riscos hidrológicos e regulatórios associados à comercialização de energia.

Coordenar as análises dos impactos de novas políticas, atos legais propostos ou emitidos e regulamentação do setor elétrico e de combustíveis para geração de energia elétrica, propondo gestões e alterações junto aos órgãos competentes, quando couber.

Propor, em conjunto com as demais áreas da Empresa, gestões junto aos órgãos competentes nos assuntos regulatórios.

Representar a Empresa junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e aos demais órgãos, instituições, associações e agentes do setor elétrico no âmbito das suas atribuições de Comercialização de Energia e da Transmissão.

A CE.N está estruturada em:

- Assessoria de Estudos Regulatórios (AER.N);
- Departamento de Comercialização de Energia (DCE.N);
- Departamento de Comercialização da Transmissão (DTR.N).

Assessoria de Estudos Regulatórios (AER.N)

Acompanhar e analisar as diretrizes e a regulamentação do Setor Elétrico e do mercado de gás e demais combustíveis, no que diz respeito ao Setor Elétrico, identificando e divulgando as alterações.

Acompanhar e analisar a evolução da legislação e regulamentação dos tributos e encargos incidentes nos segmentos do Setor Elétrico, identificando e divulgando as alterações.

Coordenar as análises, a serem realizadas em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos impactos de novas políticas e atos legais propostos ou emitidos pelos órgãos competentes.

Coordenar as análises, a serem realizadas em articulação com os órgãos próprios da Empresa, do marco regulatório do Setor Elétrico de países com os quais Furnas venha a ter relações comerciais.

Departamento de Comercialização de Energia (DCE.N)

Elaborar o planejamento e programação das atividades de comercialização de energia.

Propor as estratégias comerciais, associadas ao parque existente e aos novos negócios de geração nos Ambientes de Comercialização Livre e Regulado.

Coordenar e controlar, no âmbito da Empresa, a execução dos compromissos de comercialização de energia, sugerindo e adotando as medidas necessárias ao seu fiel cumprimento.

Acompanhar, identificar e analisar os impactos de novas políticas, atos legais ou regulatórios propostos ou emitidos sobre a comercialização de energia , propondo as melhores estratégias para a Empresa.

Elaborar os instrumentos contratuais referentes à comercialização de energia.

Analisar, mitigar e monitorar os riscos hidrológicos, regulatórios e demais riscos associados à comercialização de energia.

Representar a Empresa junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e aos demais órgãos, instituições, associações e agentes do setor elétrico no âmbito das suas atribuições de Comercialização de Energia.

O DCE.N está estruturado em:

Divisão de Comercialização de Energia (DCEE.N)

Executar as seguintes atividades próprias da comercialização de energia elétrica:

- aplicação das Regras de Comercialização estabelecidas pela CCEE, acompanhando sua evolução e revisões;
- acompanhamento da regulação referente à comercialização de energia;
- elaboração de previsões e estimativas de faturamento de Furnas, requeridas para atendimento dos órgãos da Diretoria Financeira;
- execução dos estudos de avaliação e gerenciamento de riscos hidrológicos e regulatórios associados à atividade de comercialização de energia;
- elaboração de estudos de preços de liquidação de diferenças e de mercado de energia elétrica, para a avaliação das estratégias de comercialização da produção energética;
- prospecção de Preços do Mercado de Energia, para avaliação das oportunidades de negócios que se apresentem;
- elaboração dos contratos de comercialização de energia elétrica e seus respectivos aditamentos.

Divisão de Estudos Energéticos da Comercialização (DEEC.N)

- Executar as seguintes atividades próprias de estudos da comercialização de energia elétrica:
- elaboração de estudos de metodologias e modelagens de geração de séries hidrológicas a serem utilizados nos modelos da cadeia de formação de preços;
- Elaboração de estudos de modelos de formação de preços no mercado de energia elétrica;
- acompanhamento do desenvolvimento de modelos de previsão de vazão e otimização, assim como modelos heurísticos e metodologias exógenas a esses modelos que compõe a cadeia de formação de preço;
- realização da simulação de preços do mercado de curto prazo;
- elaboração de estudos de avaliação dos reflexos comerciais de políticas operativas e de manutenção;
- execução de simulações de médio/longo prazos do mercado de energia considerando cenários de demanda e expansão, com vistas à comercialização de longo prazo nos leilões do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e Ambiente de Contratação Livre (ACL);
- participação nos estudos energéticos no âmbito do planejamento mensal, anual e quinquenal do Sistema Integrado Nacional (SIN), de forma a avaliar e influenciar as diretrizes que afetem diretamente a comercialização de energia;

- acompanhamento, em conjunto com órgãos próprios da Diretoria de Operação (DO), da elaboração dos programas de manutenção das unidades geradoras e equipamentos do sistema de transmissão da Empresa, visando otimizar a alocação das manutenções aos Preços de Mercado Spot e, no caso de equipamentos de transmissão, a diferença de preços entre os submercados;
- acompanhamento da indisponibilidade de unidades geradoras das usinas de Furnas e avaliar o seu impacto na Comercialização de Curto Prazo na CCEE e no lastro para contratação de energia;
- fornecimento à DO de informações e orientações para a otimização da geração das usinas hidrelétricas, minimizando os custos com a compra de energia através do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Divisão de Medição e Contabilização de Energia (DMCE.N)

Executar as seguintes atividades próprias da medição e contabilização de energia elétrica:

- acompanhamento da execução dos compromissos de comercialização de energia elétrica entre Furnas e os demais agentes do setor elétrico;
- administração dos Contratos de Compra e Venda de Energia nos Ambientes Livre e Regulado, através de registro e manutenção destes junto a CCEE;
- emissão dos documentos de faturamento mensal de venda de energia elétrica e emissão das Notas Fiscais Eletrônicas associadas, de acordo com os prazos fixados nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica e pela CCEE;
- encaminhamento para a Diretoria Financeira (DF) das informações relativas ao faturamento de venda de energia elétrica e às Notas Fiscais Eletrônicas emitidas;
- análise dos resultados da operação do sistema, do ponto de vista do cumprimento dos compromissos com a comercialização da produção energética;
- avaliação do desempenho da medição de faturamento, objetivando manter a continuidade, qualidade e confiabilidade dos dados medidos.

Departamento de Comercialização da Transmissão (DTR.N)

Coordenar, no âmbito da Empresa, os processos de comercialização do segmento de transmissão e as atividades relacionadas à elaboração dos respectivos contratos que envolvam a contratação do acesso, do uso, da conexão e do compartilhamento de instalações do sistema de transmissão, dos serviços de transmissão e dos serviços ancilares.

Recomendar estratégias de negociação relativas à comercialização do segmento de transmissão, incluindo o estabelecimento de alternativas para os arranjos comerciais.

Recomendar, em articulação com os demais órgãos da Empresa, alteração da estratégia de negociação com os acessantes decorrentes de mudanças no Marco Regulatório.

Manter atualizadas as informações relativas aos contratos do segmento de transmissão, visando a elaboração de relatórios gerenciais.

Coordenar e controlar a execução dos compromissos de comercialização de transmissão entre Furnas e os demais agentes do setor elétrico, incluindo as ações necessárias para a validação do faturamento dos serviços e encargos do segmento de transmissão.

Promover a análise, mitigar e monitorar os riscos associados à comercialização do segmento de transmissão, em articulação com outros órgãos da Empresa.

Participar, sob a coordenação da DF, dos processos de revisão e reajuste da receita vinculada ao serviço público de transmissão de energia elétrica.

Propor, em articulação com outros órgãos da Empresa, as regras e procedimentos de comercialização do segmento de transmissão, incluindo as questões contratuais e comerciais referentes ao acesso e conexão.

O DTR.N está estruturado em:

Divisão de Contratos da Transmissão (DVCT.N)

Executar as seguintes atividades próprias de Contratos do segmento de transmissão:

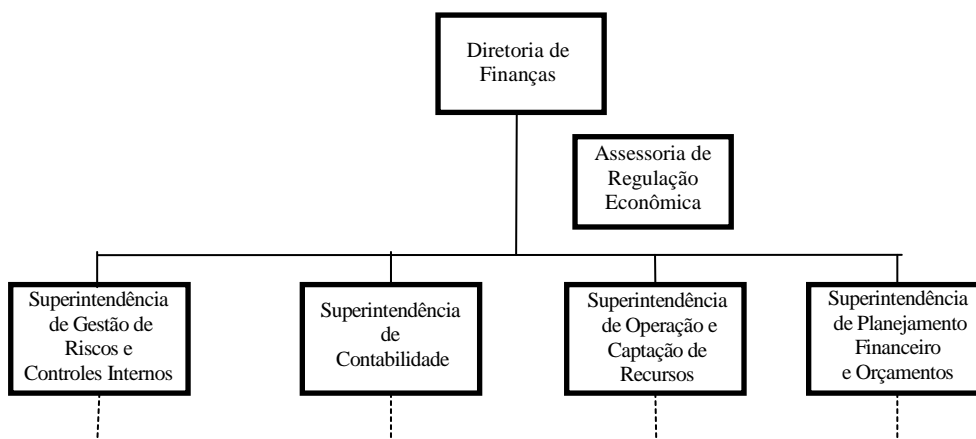
- negociação, elaboração, obtenção dos pareceres das áreas jurídica e financeira da Empresa, e encaminhamento para celebração dos contratos de transmissão;
- acompanhamento e monitoração das obrigações contratuais;
- elaboração de análises que visem a definição de estratégias de negociação, relativas à comercialização do segmento de transmissão;
- atendimento, em articulação com a DO e a DE, às solicitações de acesso e conexão, referentes à comercialização do segmento de transmissão;
- acompanhamento da evolução do marco regulatório setorial e seus reflexos sobre o negócio da transmissão, em articulação com outros órgãos da Empresa e entidades externas, como associações representativas dos agentes de transmissão.

Divisão de Apuração de Serviços e Encargos da Transmissão (DASE.N)

Executar as seguintes atividades próprias da apuração dos serviços e encargos de transmissão:

- emissão dos documentos de faturamento dos contratos de transmissão, tais como Rede Básica, Contratos de Conexão, Compartilhamento de Instalações e Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, acompanhando e validando a apuração dos serviços e encargos de transmissão para a geração dos documentos de cobrança e complementação do processo pela área financeira;
- análise e aprovação dos pagamentos associados aos contratos de Transmissão;
- elaboração de relatório mensal sobre a comercialização da transmissão;
- análise e cálculo de tarifas de transmissão, em especial das tarifas nodais e das perdas, no horizonte do planejamento da operação;
- validação da receita e dos encargos de transmissão, em especial quanto aos Relatórios de Apuração Mensal de Serviços e Encargos de Transmissão e de Parcela Variável, emitidos pelo ONS;
- acompanhamento dos processos de revisões e reajustes das receitas e encargos de transmissão promovidos pela Aneel;
- análise e cálculo de encargos contratuais de transmissão, com gerenciamento dos parâmetros financeiros dos contratos de transmissão;
- fornecimento de informações relacionadas com os encargos de transmissão, para o Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica (SAMP);
- acompanhamento da Regulamentação do Setor Elétrico;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, na análise da remuneração dos investimentos em transmissão.

Diretoria de Finanças (DF)



Assessoria de Regulação Econômica (ARE.F)

Executar as atividades relacionadas ao processo de estabelecimento dos valores dos reajustes e das revisões das receitas de transmissão de energia elétrica, na forma determinada pela Aneel.

Coordenar estudos de natureza econômico-financeira com a finalidade de fundamentar ações da Empresa perante a Aneel, nos atos ordinários ou recursais previstos no procedimento de regulação tarifária.

Acompanhar, através de relatórios gerenciais e analíticos, o comportamento do nível de preços, das tarifas de uso e das receitas praticadas pela Empresa na prestação do serviço de energia elétrica.

Acompanhar a legislação específica da regulação econômica aplicada à atividade de geração e transmissão de energia elétrica analisando seus efeitos sobre o resultado econômico-financeiro da Empresa.

Elaborar as projeções de receitas e despesas decorrentes das atividades de geração e transmissão de energia elétrica.

Avaliar, sob a ótica econômica e financeira, os contratos de transmissão de energia elétrica, os contratos de compra e venda de energia e os contratos de prestação de serviços extra-concessão, para efeito da modicidade tarifária.

Superintendência de Gestão de Riscos e Controles Internos (CR.F)

Planejar a gestão de riscos corporativos e do ambiente de controles internos.

Promover a cultura de gestão de riscos corporativos e de gestão do ambiente de controles internos, bem como a aplicação das respectivas metodologias.

Fornecer à Administração Superior as informações estratégicas necessárias às deliberações referentes à gestão de riscos corporativos.

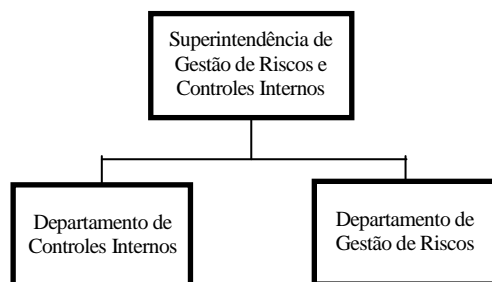
Promover a adequação do ambiente de controles internos, em relação aos aspectos regulatórios internos e externos.

Coordenar a consolidação do ambiente de controles internos da Empresa, nos contatos entre as áreas de Auditoria Interna, Ouvidoria, Tecnologia da Informação e as áreas gestoras de processos de negócio.

Atender a solicitações externas de informações referentes a riscos corporativos da Empresa.

A CR.F está estruturada em:

- Departamento de Controles Internos (DCI.F);
- Departamento de Gestão de Riscos (DGR.F).



Departamento de Controles Internos (DCI.F)

Propor o estabelecimento do ambiente de controles internos da Empresa e, quando pertinente, das empresas em que Furnas é parceira.

Efetuar o aprimoramento do ambiente de controles internos e a consolidação das informações quanto à efetividade deste ambiente, em aderência às regras estabelecidas pela legislação e regulamentação vigentes.

Prestar apoio às diversas áreas da Empresa na identificação, manutenção e priorização dos controles em nível corporativo.

Cumprir os planos de ação de otimização, decorrentes das não-conformidades identificadas no ambiente de controles internos.

Elaborar e divulgar instruções de caráter técnico, critérios e procedimentos relacionados à conformidade do ambiente de controles internos, considerando as eventuais alterações identificadas nos processos de negócio e no perfil de riscos da Empresa.

Departamento de Gestão de Riscos (DGR.F)

Identificar, avaliar e acompanhar os riscos corporativos da Empresa e dos empreendimentos em parceria.

Desenvolver ações integradas para a gestão de riscos corporativos da Empresa e, quando pertinente, dos empreendimentos em parceria.

Pesquisar e desenvolver as melhores práticas de mercado para gestão de riscos.

Coordenar a aplicação da metodologia de gestão de riscos corporativos na Empresa.

Identificar os órgãos responsáveis pelo monitoramento dos principais riscos na Empresa.

Prestar suporte, aos órgãos identificados, no desenvolvimento de indicadores de riscos e sua adequação ao perfil de riscos da Empresa.

Efetuar a homologação dos planos de mitigação de riscos para as áreas de negócio que serão responsáveis por sua execução.

Consolidar as informações referentes a riscos corporativos da Empresa para atender a solicitações externas.

Superintendência de Contabilidade (SC.F)

Planejar, estabelecer, coordenar, controlar e propor planos e metas para as atividades tributárias, de contabilidade e de controle, abrangendo:

- gestão tributária;
- registros oficiais e auxiliares de Contabilidade Geral e de Custos;
- análise e controle contábil;
- controle patrimonial;
- gerenciamento e disseminação de informações econômico-financeiras.

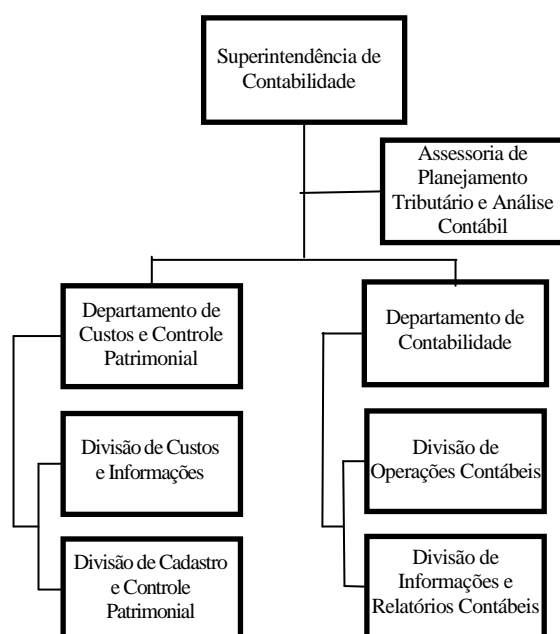
Submeter ao Diretor Financeiro os balancetes, balanços e relatórios contábil-financeiros a serem aprovados pela Diretoria Executiva e destinados aos Acionistas, aos órgãos e às entidades de controle e ao público em geral.

Submeter ao Diretor Financeiro a Prestação Anual de Contas, para fazer prova junto ao poder concedente.

Submeter à Diretoria Executiva e aos Conselhos de Administração e Fiscal, as demonstrações contábeis trimestrais e anuais para serem aprovadas e encaminhadas à Eletrobras para consolidação.

A SC.F está estruturada em:

- Assessoria de Planejamento Tributário e Análise Contábil (APT.F);
- Departamento de Custos e Controle Patrimonial (DCP.F);
- Departamento de Contabilidade (DCB.F).



Assessoria de Planejamento Tributário e Análise Contábil (APT.F)

Promover ações integradas de Governança Tributária e propor metodologia para Gestão de Tributos, acompanhando sua implementação em toda a Empresa.

Realizar planejamento tributário para todos os empreendimentos da Empresa, propondo alternativas que busquem a redução da carga tributária e a adequação ao ordenamento legal e fiscal vigente.

Acompanhar a legislação fiscal e tributária vigente nas esferas federal, estadual e municipal, informando à Diretoria os limites legais de Incentivos Fiscais em cada exercício financeiro.

Promover ações integradas para a manutenção da regularidade fiscal e cadastral, assessorando os órgãos da Empresa na interpretação e aplicação da legislação tributária vigente.

Participar da elaboração dos contratos corporativos para prestação ou tomada de serviços, fornecimento de energia e aquisição de bens de uso e consumo, no que concerne às cláusulas tributárias.

Promover ações integradas de apoio ao processo de escrituração de faturas dos negócios associados à energia, no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Analisar e validar os valores dos tributos diretos e indiretos vinculados diretamente às demonstrações contábeis, dividendos e aquisições de mercadorias e serviços.

Atender aos órgãos de fiscalização tributária federal, estadual e municipal.

Coordenar, junto aos estabelecimentos da Empresa, os critérios para execução das obrigações acessórias pertinentes às Secretarias Estaduais de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal.

Realizar estudos de Planejamento Fiscal, que visem à otimização do fluxo de dispêndios associados a pagamentos de taxas e tributos da Empresa, gerenciando toda a atividade fiscal-tributária.

Orientar os órgãos da Empresa sobre os procedimentos fiscais e, sempre que necessário, elaborar documentação específica, identificando e recomendando alternativas que visem à redução da carga tributária, a obtenção de incentivos fiscais e a adequação às alterações da legislação fiscal vigente.

Prestar apoio aos órgãos de Furnas quanto aos aspectos tributários, nos casos de abertura e fechamento de estabelecimentos da Empresa.

Apoiar, sempre que solicitado, a capacitação dos empregados envolvidos com as atividades tributárias, identificando as necessidades de aperfeiçoamento técnico.

Identificar futuras oportunidades tributárias nos incentivos fiscais e tributários propostos em projetos de leis e outros instrumentos legais, passíveis de reduzir os custos da Empresa.

Realizar, em parceria com os órgãos próprios da Empresa, contatos com entidades externas relacionados com as atividades fiscal-tributárias, visando benefícios fiscais.

Avaliar o grau de confiabilidade relativa às inserções dos dados feitos pela Empresa no sistema corporativo sob o aspecto econômico-financeiro, emitindo relatórios, para os órgãos envolvidos.

Analisar, após reconciliação, o Plano de Contas da Empresa, solicitando aos órgãos responsáveis as regularizações necessárias, bem como manter atualizados os registros das análises efetuadas, a fim de propiciar, aos órgãos de Furnas, consultas necessárias ao desempenho de suas funções.

Acompanhar e controlar as prestações de contas com base nas atos normativos da Empresa, emitindo relatórios de não-conformidades, quando necessário.

Elaborar atos normativos no âmbito da DF, objetivando atender aos aspectos econômico-financeiros e de controle contábil.

Controlar os investimentos em valores mobiliários efetuados em caráter permanente, compatibilizando os saldos contábeis com os apresentados pelas empresas nas quais foram feitos os investimentos e verificando a distribuição de dividendos e bonificações.

Emitir e encaminhar relatórios para dar suporte aos diversos órgãos financeiros da Empresa.

Prestar atendimento às Auditorias Interna e Externa.

Departamento de Custos e Controle Patrimonial (DCP.F)

Planejar, coordenar, instituir, divulgar e acompanhar, a estrutura de apuração de custos estrutural e de investimento de forma a atender às legislações societária e regulatória e às necessidades gerenciais da Empresa.

Coordenar o acompanhamento e análise do comportamento dos custos das Ordens em Curso e dos Custos Estruturais, providenciando os acertos das irregularidades ocorridas junto aos órgãos da Empresa e provendo-os de dados em função de suas necessidades.

Controlar, organizar e manter atualizado o Cadastro da Propriedade de forma a garantir com fidelidade a representação físico-contábil dos Bens, Direitos e Instalações da Empresa, em conformidade com a legislação pertinente.

Coordenar a elaboração de demonstrativos, para composição das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Diretoria, no tocante ao Custo Estrutural, ao Custo de Investimento e às demais Ordens em Curso.

Coordenar a prestação de informações sobre Custo Estrutural, Custo de Investimento e demais Ordens em Curso e do Patrimônio da Empresa, em atendimento à legislação ou por solicitação de órgãos internos e entidades externas.

O DCP.F está estruturado em:

Divisão de Custos e Informações (DCIN.F)

Executar as seguintes atividades próprias de custos e informações:

- identificação, implantação e gerenciamento do cadastro da estrutura de apuração dos Custos das Ordens em Curso e dos Custos Estruturais, de forma a atender à legislação específica e às necessidades de informações dos órgãos da Empresa e de entidades externas;
- acompanhamento das Ordens em Curso e dos Custos Estruturais, subsidiando os diversos órgãos da Empresa, em função de suas necessidades;

- análise e apuração do Custo Estrutural, do Custo de Investimento e das demais Ordens em Curso, informando as inconsistências detectadas para fins de reclassificação ou efetuando as correções necessárias;
- participação da organização e elaboração de demonstrativos e dados, para composição das Demonstrações Financeiras da Empresa e que se refere ao Custo Estrutural, Custo de Investimento e às demais Ordens em Curso;
- elaboração dos levantamentos contábeis necessários à obtenção de informações utilizadas na preparação do Custo Estrutural, do Custo de Investimento e das demais Ordens em Curso;
- preparação, avaliação e prestação de informações sobre a posição do Custo Estrutural, do Custo de Investimento e das demais Ordens em Curso, em atendimento à legislação ou por solicitação de órgãos internos e de entidades externas, propondo critérios e procedimentos para a coleta das mesmas;
- definição de critérios para contabilização das operações realizadas pela Empresa, envolvendo custos das Ordens em Curso e Custo Estrutural de acordo com a legislação em vigor;
- análise e avaliação da movimentação de materiais em depósito e em almoxarifado, assegurando a adequada compatibilização físico-contábil;
- orientação aos órgãos da Empresa em relação às classificações de Custos;
- elaboração do cálculo e contabilização do Ativo Financeiro dos contratos de concessão de transmissão;
- elaboração do cálculo do valor recuperável do Ativo Imobilizado e sua contabilização, se aplicável;
- elaboração do cálculo e contabilização do Uso do Bem Público (UBP).

Divisão de Cadastro e Controle Patrimonial (DCCT.F)

Executar as seguintes atividades próprias de cadastro e controle patrimonial:

- elaboração da estrutura de apuração e registro dos custos das Ordens em Curso de Investimento, obedecendo aos preceitos da legislação vigente e atendendo às necessidades de informação dos órgãos internos e externos;
- análise dos registros econômicos, relativos às Ordens de Imobilização de Equipamento Geral e Instalações Fixas, assegurando a adequada alocação dos custos nas Unidades de Cadastro, efetuando as correções necessárias e notificação aos órgãos da Empresa;
- realização de análise prévia dos documentos referentes à Aquisição de Material e à Contratação de Obras e Serviços visando identificar e corrigir as classificações contábeis indevidas;
- identificação e realização de inventários físicos dos bens, direitos e instalações eletromecânicas e de apoio de propriedade da Empresa, inclusive aqueles em poder de terceiros e vice-versa, bem como aqueles necessários às operações de compra e venda, mantendo atualizados os respectivos cadastros;
- orientação aos órgãos no inventário de equipamento geral de propriedade da Empresa;
- análise técnica dos processos de adição e desativação do Ativo Imobilizado;
- gerenciamento do cadastro e apuração dos custos das Ordens de Desativação e de Alienação;
- realização do custeio da movimentação de materiais em depósito, quando não disponível nas áreas, e assegurando o seu correto registro;
- análise e levantamentos contábeis necessários à determinação do Custo de Bens e Instalações em operação nos casos de compra e venda.

Departamento de Contabilidade (DCB.F)

Estabelecer e propor os procedimentos contábeis a serem obedecidos para cumprimento das disposições legais e fiscais e das específicas do setor de energia elétrica.

Promover o acompanhamento dos lançamentos contábeis centralizados e acompanhar a execução dos demais a cargo de outros órgãos da Empresa, indicando as correções necessárias.

Prestar informações à Diretoria Executiva e aos Conselhos Fiscal e de Administração, sobre as atividades contábeis da Empresa.

Validar os livros oficiais e os registros auxiliares de contabilidade.

Coordenar a elaboração das Demonstrações Econômico-Financeiras periódicas e das Demonstrações e Relatórios Contábeis, de acordo com a legislação societária, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com as normas específicas do setor de energia elétrica estabelecidas pela Aneel.

Prestar as informações para atualização das Demonstrações Contábeis Consolidadas da Eletrobras.

Promover o envio dos dados contábeis à Receita Federal do Brasil e à Junta Comercial do Rio de Janeiro, nos termos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) - Contábil.

Registrar contabilmente os tributos diretos e indiretos vinculados diretamente às demonstrações contábeis, dividendos e aquisições de mercadorias e serviços.

Cumprir com as obrigações legais relativas a documentos ou arquivos magnéticos a serem entregues às Receitas Federal, Estaduais e Municipais.

Acompanhar a legislação pertinente nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

O DCB.F está estruturado em:

Divisão de Operações Contábeis (DOPC.F)

Executar as seguintes atividades próprias de operações contábeis:

- análise do ponto de vista contábil e administrativo dos documentos recebidos de órgãos da Empresa e de entidades externas, procedendo a sua classificação e validação para efeito de registro contábil;
- elaboração da prestação de contas mensal, trimestral e anual, para fazer prova junto à Aneel;
- registro dos diversos fatos contábeis não alcançados por sistemas automatizados;
- atualização e controle dos sistemas gerenciais e de contabilidade;
- identificação, implantação e gerenciamento do cadastro da estrutura de apuração dos custos da Ordens de Serviços Prestados a Terceiros (ODS) e das Ordens de Despesas Reembolsáveis (ODR), de forma a atender à legislação específica e às necessidades de informações dos órgãos da Empresa e de entidades externas;
- apuração e análise dos Custos e Receitas registrados nas ODS e nas ODR, divulgando aos órgãos gestores dos instrumentos contratuais, posição dos registros mensais, para fins de avaliação e reclassificação das inconsistências;
- orientação aos órgãos da Empresa quanto à utilização dos instrumentos contábeis, para cumprimento do previsto pela Aneel no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica;
- fechamento contábil mensal;
- elaboração, análise e consolidação das informações para o Balanço Social;
- acompanhamento da legislação, análise e contabilização das atividades de P&D+I;
- levantamento das informações contábeis para atendimento aos órgãos fiscalizadores;
- preparação, em conjunto com a área de Tecnologia da Informação, dos dados contábeis para envio à Receita Federal do Brasil e Junta Comercial do Rio de Janeiro, nos termos do SPED Contábil.

Divisão de Informações e Relatórios Contábeis (DIRC.F)

Executar as seguintes atividades próprias de informações e relatórios contábeis:

- elaboração das demonstrações financeiras regulatórias mensais, trimestrais e anuais;
- elaboração das demonstrações financeiras societárias mensais, trimestrais e anuais, de forma individual e consolidada;
- elaboração de informações contábeis mensais, trimestrais e anuais, na forma exigida pela legislação societária e órgãos competentes de regulação;
- acompanhamento da legislação societária;
- elaboração das informações contábeis internas específicas para a Diretoria Executiva e Conselhos de Administração e Fiscal;
- elaboração das informações contábeis internas específicas, para atendimento a órgãos da Empresa responsáveis por estudos, projeções ou elaboração de relatórios financeiros;
- elaboração das informações contábeis externas específicas para a Eletrobras, Aneel, DEST, órgãos da imprensa e instituições financeiras;
- análise das contas de empréstimos e financiamentos ativos e passivos em moeda nacional e estrangeira, bem como o registro da provisão/capitalização de juros e a atualização das operações referentes a essas contas;
- atendimento à auditoria externa;
- apuração e contabilização dos tributos federais incidentes sobre o faturamento e o resultado tributável da Empresa;
- cumprimento das obrigações acessórias junto à Receita Federal do Brasil (RFB);
- apuração, contabilização e controle do tributo estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre as operações com mercadoria, de competência do Estado do Rio de Janeiro;
- cumprimento das obrigações acessórias de ICMS pertinentes à Secretaria Estadual de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro;
- apuração, contabilização e controle do tributo municipal incidente sobre a receita com a prestação de serviços (ISSQN), no âmbito do Escritório Central, cumprindo com as obrigações acessórias pertinentes;
- atualização dos cadastros das Unidades da Empresa localizadas no Estado do Rio de Janeiro;
- orientação sobre os procedimentos fiscais, no tocante às obrigações principais e acessórias, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Superintendência de Operação e Captação de Recursos (OC.F)

Planejar, coordenar, controlar e propor planos e metas para as atividades de operação e captação de recursos, abrangendo:

- obtenção, utilização e aplicação dos recursos financeiros da Empresa;
- administração de pagamentos e recebimentos;
- administração de títulos e valores de recursos próprios e de terceiros;
- mercado financeiro e de capitais.

Coordenar e negociar a utilização dos serviços bancários no País e no exterior, para apoio aos órgãos da Empresa.

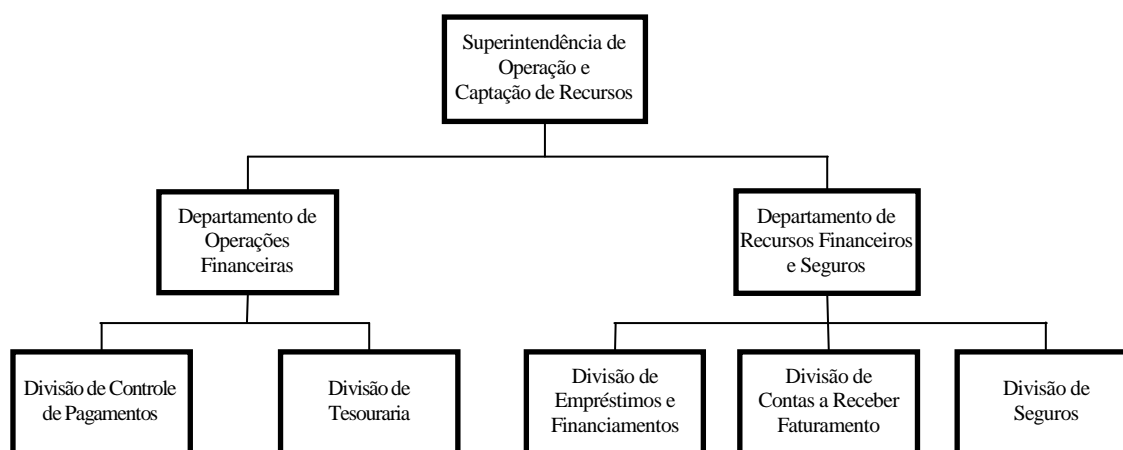
Negociar contratos de financiamentos e empréstimos, a serem contraídos junto à Eletrobras e às entidades financeiras nacionais e internacionais.

Prestar assessoramento na obtenção de acordos e garantias, junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para os contratos de financiamento e de empréstimo.

Coordenar e controlar a contratação dos seguros da Empresa.

A OC.F está estruturada em:

- Departamento de Operações Financeiras (DEF.F);
- Departamento de Recursos Financeiros e Seguros (DRF.F).



Departamento de Operações Financeiras (DEF.F)

Promover o registro e o controle dos compromissos financeiros da Empresa, bem como o pagamento das obrigações assumidas.

Promover e encaminhar para aprovação, os cálculos relativos à cobrança de quaisquer tipos de mora, juros, correções, reajustes e outros oriundos de adiantamento ou atraso de pagamento.

Recomendar a obtenção ou a aplicação, no curto prazo, de recursos disponíveis, executando as operações financeiras necessárias à sua efetivação.

Promover o controle da movimentação do Caixa, das contas bancárias e das linhas de crédito de curto prazo da Empresa.

Promover o suprimento de recursos nas contas correntes dos Órgãos do Escritório Central e das Áreas Regionais para atender os compromissos assumidos pela Empresa.

Propor a utilização dos serviços bancários, prestando apoio aos órgãos do Escritório Central e das Áreas Regionais na implantação de tais serviços e em procedimentos financeiros de pagamento e recebimento.

Promover a guarda de títulos e valores mobiliários da Empresa e, se caucionados por terceiros, recomendar a utilização de estabelecimento de crédito ou custódia, quando for o caso.

Orientar operações de câmbio que visem promover os pagamentos e recebimentos da Empresa em moeda estrangeira.

Elaborar projeções financeiras de curto prazo com o objetivo de manter a Administração Superior informada.

Emitir Relatórios Gerenciais para atender a Administração Superior e outros órgãos de controle da Empresa.

DEF.F está estruturado em:

Divisão de Controle de Pagamentos (DCPG.F)

Executar as seguintes atividades próprias de controle de pagamentos:

- registro dos compromissos financeiros recebidos;
- análise dos compromissos assumidos pela Empresa, expressos em moeda nacional ou estrangeira, verificando os aspectos financeiros, validade, valores, prazos e condições de faturamento e de pagamento, tributação incidente e garantias contratuais;
- controle dos documentos de garantias contratuais apresentados pelo Órgão Gestor do Instrumento Contratual por conta de condição contratual exigida de fornecedores ou prestadores de serviços;
- exame dos documentos de cobrança referentes aos compromissos, considerando os aspectos de preenchimento, idoneidade, legitimidade e mantendo o controle de seus respectivos vencimentos;
- análise da retenção dos tributos associados aos compromissos com fornecedores e prestadores de serviços;
- apuração dos valores de tributos retidos, exceto o ISS, a serem recolhidos às respectivas Autarquias, providenciando o registro dos processos para o recolhimento dentro dos prazos legais estipulados;
- orientação e apoio, aos diversos órgãos da Empresa, nos procedimentos de pagamento dos compromissos que não possuem instrumentos contratuais, tais como impostos, taxas, contribuições legais e estatutárias e contas de serviços públicos.

Divisão de Tesouraria (DVTE.F)

Executar as seguintes atividades próprias de tesouraria:

- recebimentos e pagamentos que representem movimentação em moeda nacional e estrangeira;
- movimentação e controle das contas correntes da Empresa;
- guarda de moedas, títulos, apólices e valores mobiliários da Empresa, quando não caucionados por terceiros;
- abertura e encerramento de contas bancárias no País, quando necessário;
- recebimento da documentação de Despesa de Viagem no Exterior, objetivando sua contabilização;
- controle das procurações bancárias e dos cartões de assinatura de Diretores e de empregados com delegação para aprovar movimentação de numerário no Escritório Central e nas Áreas Regionais;
- aplicações e resgates dos recursos disponíveis da Empresa;
- controle da movimentação do Caixa, das contas bancárias e linhas de crédito de curto prazo da Empresa;
- controle das contas correntes para atender compromissos assumidos pelos órgãos do Escritório Central e das Áreas Regionais;
- elaboração de estudos relativos aos serviços bancários, dando apoio aos órgãos do Escritório Central e das Áreas Regionais, na utilização e implantação de tais serviços, bem como em procedimentos financeiros de pagamentos e recebimentos;
- fornecimento de informações para elaboração de projeções financeiras de curto prazo;
- realização diária do Encontro de Contas a Receber e a Pagar;
- obtenção, junto ao Banco Central, do Registro de Operações Financeiras, das autorizações para remessas e das sistemáticas de pagamentos em moeda estrangeira;

- contratação de câmbio, visando atender aos interesses da Empresa e de seus empregados, quando a serviço.

Departamento de Recursos Financeiros e Seguros (DRF.F)

Participar da elaboração da política de operação e captação de recursos financeiros da Empresa.

Orientar e acompanhar os processos de operação e captação de recursos financeiros.

Apoiar a Superintendência nas negociações dos contratos de financiamentos e empréstimos.

Promover a liberação dos recursos provenientes dos contratos de empréstimos e financiamentos contraídos, em conformidade com os critérios das entidades financiadoras.

Promover o pagamento das parcelas de amortização, encargos financeiros e respectivos tributos associados.

Administrar os títulos e valores mobiliários de emissão da Empresa.

Gerenciar e orientar as atividades próprias da gestão de contas a receber e de faturamento de energia elétrica.

Promover os pagamentos de dividendos ou juros sobre Capital Próprio aos acionistas da Empresa.

Acompanhar a operacionalização das modalidades de garantias financeiras oferecidas pela Empresa em favor de terceiros.

Analisar o acompanhamento da operacionalização das modalidades de garantias recebidas pela Empresa para atender aos contratos de comercialização de energia.

Apoiar a elaboração dos contratos de comercialização da geração e transmissão de energia elétrica.

Propor critérios relacionados com a área de seguros.

Representar a Empresa, quando esta figurar como estipulante, nas negociações de seguro a cargo de terceiros.

O DRF.F está estruturado em:

Divisão de Empréstimos e Financiamentos (DEFI.F)

Executar as seguintes atividades próprias de empréstimos, financiamentos, controle acionário e garantias financeiras:

- apoio na estruturação das operações de captação de recursos junto à Eletrobras, instituições financeiras e bancos de desenvolvimento no País e no exterior;
- cálculo de juros, comissões, taxas e impostos, bem como a atualização monetária ou cambial dos empréstimos e financiamentos;
- controle e acompanhamento da liberação dos recursos financeiros obtidos junto às entidades nacionais e internacionais, provenientes de empréstimos e financiamentos;
- análise e administração dos contratos de empréstimos, financiamentos e repasses, firmados com instituições financeiras no País e no exterior;
- diligenciamento dos contratos de financiamento e empréstimo do interesse da Empresa;
- elaboração dos processos de pagamento do Serviço da Dívida e seus respectivos tributos;

- elaboração de relatórios relativos ao Serviço da Dívida da Empresa;
- administração dos contratos de financiamentos, nos quais a Empresa figura como credora;
- execução dos instrumentos de garantias, quando caracterizado o inadimplemento junto à Empresa;
- controle das garantias recebidas pela Empresa nos contratos de comercialização de energia e encargos de conexão;
- operacionalização das diversas modalidades de garantias oferecidas pela Empresa em favor de terceiros, para atender as exigências dos contratos de energia, de conexão, ações judiciais e outros contratos, à exceção de seguros-garantia;
- controle acionário de Furnas, transferências de titularidade e pagamentos de dividendos ou juros sobre capital próprio aos acionistas da Empresa;
- controle de títulos e ações de empresas onde a Empresa participa como minoritária, à exceção das SPE;
- consulta, registro, suspensão e retirada do Cadastro de Inadimplentes do Setor Público (Cadin) dos devedores inadimplentes com a Empresa.

Divisão de Contas a Receber e Faturamento (DCRF.F)

Executar as seguintes atividades próprias de contas a receber e faturamento de energia elétrica:

- análise financeira, emissão e controle das faturas, boletos bancários e notas fiscais eletrônicas associadas à comercialização e transmissão de energia elétrica;
- análise e controle da inadimplência, atualização dos encargos moratórios e adoção dos procedimentos administrativos relativos às cobranças das obrigações contratuais e financeiras assumidas por terceiros com a Empresa;
- registro, análise e adequação fiscal e financeira dos contratos de prestação de serviços, quando solicitado;
- apoio na elaboração dos contratos, quando solicitado, no que se refere às condições de cobrança, multa, penalidade e atualização monetária dos contratos de prestação de serviços a serem celebrados pela Empresa;
- destinações contábeis e cancelamentos de cobranças a receber, quando solicitado e justificado;
- apoio aos diversos órgãos da Empresa, nos assuntos referentes a Contas a Receber, tais como análise, emissão e recebimento das cobranças e relatórios associados;
- elaboração e controle dos dados de cobrança a serem enviados aos bancos, bem como o acompanhamento diário do retorno bancário;
- administração dos dados financeiros do cadastro de clientes da Empresa;
- orientação e apoio aos diversos órgãos da Empresa no que se refere aos procedimentos requeridos para a emissão de cobranças;
- cálculo e emissão dos documentos de arrecadação destinados ao recolhimento de ICMS, quando da venda de energia elétrica aos consumidores livres;
- geração de relatórios destinados à Aneel, ao ONS e à Eletrobras, relativos à inadimplência de energia elétrica, bem como a obtenção do Certificado de Adimplência junto ao Órgão Regulador.

Divisão de Seguros (DISG.F)

Executar as seguintes atividades de seguros:

- realização de estudos e negociações;
- emissão de parecer nos casos de contratação de seguro;
- análise técnica e preparo da documentação necessária para contratação de seguro e liberação do pagamento dos prêmios devidos;

- processamento das reclamações de seguro e acompanhamento, com base nas informações sobre sinistros encaminhadas pelos órgãos ou pessoas envolvidas;
- proposição da formalização dos processos de regulação ou liquidação do sinistro;
- elaboração de estudos relativos à tarifação individual;
- inspeção para análise e gerenciamento de riscos das instalações de Furnas;
- avaliação de seguradora, nos casos em que Furnas figurar como segurada.

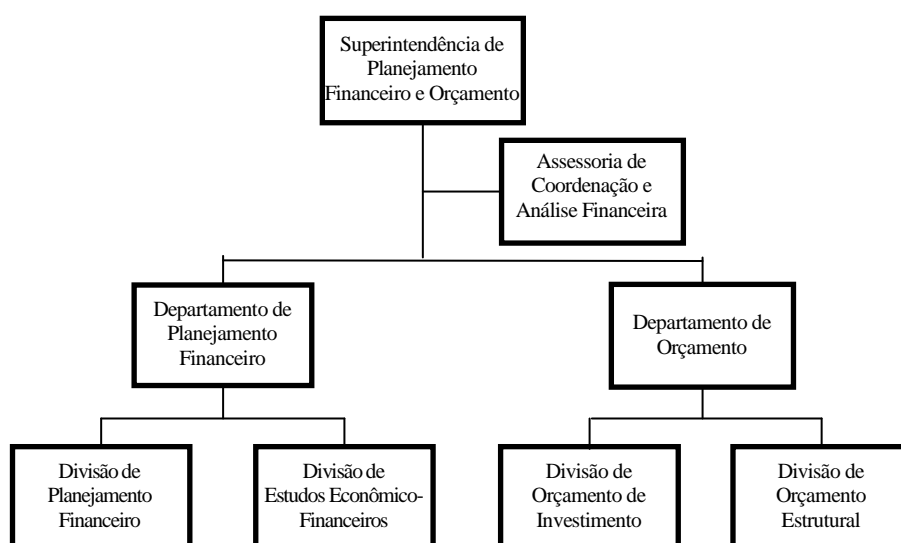
Superintendência de Planejamento Financeiro e Orçamentos (OP.F)

Planejar, coordenar, controlar e propor diretrizes, planos e metas abrangendo as seguintes atividades:

- planejamento financeiro;
- orçamento empresarial;

A OP.F está estruturada em:

- Assessoria de Coordenação e Análise Financeira (ACA.F)
- Departamento de Planejamento Financeiro (DPF.F)
- Departamento de Orçamentos (DOR.F)



Assessoria de Coordenação e Análise Financeira (ACA.F)

Realizar estudos econômico-financeiros relativos às pré-qualificações de empresas a serem contratadas, para prestação de obras e serviços ou para fornecimento de materiais e equipamentos.

Atuar em processos de licitação, propondo as condições econômico-financeiras que deverão constar nas especificações para licitações em geral.

Participar da análise das propostas apresentadas pelas empresas concorrentes, da elaboração dos relatórios dos grupos de trabalho e da análise das minutas de contratos para contratação de obras e serviços e para fornecimento de materiais e equipamentos.

Acompanhar a negociação de contratos, com relação às cláusulas financeiras, tais como, condições de pagamento, reajustes em geral, caução e utilização dos financiamentos.

Dar suporte à avaliação econômico-financeira de contratos de construção, fornecimento, engenharia, gestão ambiental e gestão fundiária.

Elaborar e acompanhar as projeções de tarifas e preços, índices econômico-financeiros e taxas de câmbio, bem como as projeções da receita de venda de energia e da despesa com compra de energia para revenda, inclusive no mercado de curto prazo.

Departamento de Planejamento Financeiro (DPF. F)

Preparar e acompanhar as projeções plurianuais econômico-financeiras da Empresa, tais como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Usos e Fontes, Fluxo de Caixa.

Fornecer, a órgãos externos ou governamentais, as informações referentes à projeção e ao acompanhamento da situação econômica- financeira da Empresa.

Acompanhar e projetar o Serviço da Dívida, Tributos, Encargos Setoriais e o Resultado Primário da Empresa.

Propor, calcular e acompanhar os diversos indicadores de desempenho econômico-financeiro da Empresa, sugerindo ações que resultem na melhoria do seu perfil.

Projetar a necessidade de captação de recursos da Empresa, buscando alternativas para o equilíbrio entre sua capacidade de geração interna e o nível de captação necessário, mantendo o patamar de investimentos.

Calcular e acompanhar o Custo Médio Ponderado de Capital e a Estrutura Ótima de Capital da Empresa, selecionando as modelagens utilizadas.

Promover a execução das atividades relativas ao planejamento econômico-financeiro da Empresa.

Promover o acompanhamento dos planos econômico-financeiros estabelecidos, apontando os eventuais desvios e a necessidade de reprogramações.

Propor ações e medidas para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Empresa.

Coordenar o envio de informações de natureza econômico-financeira a aos órgãos externos ou governamentais.

Realizar análise dos reflexos econômico-financeiros, decorrentes de fatos externos, em nível global e, especificamente, sobre a Empresa.

Determinar os indicadores de desempenho econômico-financeiro da Empresa, efetuando o seu acompanhamento e sugerindo à Administração Superior ações que visem à melhoria do seu desempenho.

Prover os órgãos próprios de Furnas de informações sobre o desempenho comparativo da Empresa com outras empresas do setor elétrico.

O DPF.F está estruturado em:

Divisão de Planejamento Financeiro (DPLF.F)

Executar as seguintes atividades próprias de planejamento financeiro:

- preparação e análise das projeções econômico-financeiras da Empresa, tais como Balanço, Demonstração do Resultado, Usos e Fontes, Fluxo de Caixa e Custo do Serviço;
- fornecimento de informações a órgãos governamentais, referentes a projeção e acompanhamento do orçamento econômico-financeiro da Empresa;
- acompanhamento e projeção do Serviço da Dívida da Empresa;
- cálculo e análise dos diversos indicadores de desempenho econômico-financeiro da Empresa, bem como sugestão de ações que resultem em melhoria do seu perfil;
- estudos de viabilidade econômico-financeira de investimentos, buscando alternativas de equilíbrio entre sua capacidade de geração interna e o nível de captação de recursos necessários para o atendimento às projeções do mercado futuro de energia elétrica.

Divisão de Estudos Econômico-Financeiros (DEEF.F)

Executar as seguintes atividades próprias de estudos econômico-financeiros:

- estudos econômico-financeiros para avaliação e modelagem de investimentos da Empresa;
- estudos econômico-financeiros de acompanhamento dos investimentos da Empresa;
- análise das projeções econômico-financeiras dos investimentos da Empresa tais como, análise de resultados, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e fluxo de dividendos para monitorar a rentabilidade da Empresa;
- estudos econômico-financeiros do portfólio de investimentos da Empresa;
- proposição de alternativas para melhoria da rentabilidade dos investimentos da Empresa.

Departamento de Orçamentos (DOR.F)

Coordenar a elaboração e o acompanhamento do Orçamento Empresarial.

Propor modificação no sistema orçamentário, em função de novas necessidades ou aumento de eficiência e, quando aprovadas, tomar as medidas necessárias para implantá-las.

Propor normas e diretrizes para a elaboração da proposta orçamentária anual e dos orçamentos plurianuais, bem como formular instruções para a coleta das informações necessárias.

Analisar os orçamentos da Empresa, propondo alterações ou redefinições que se façam necessárias para a uniformização de critérios.

Elaborar estudos e orçamentos complementares necessários à composição da proposta orçamentária anual e da plurianual.

Elaborar a proposta orçamentária anual e dos orçamentos plurianuais de Investimento e Dispendios.

Participar da alocação das fontes de recursos para os investimentos e dispendios previstos.

Acompanhar a realização das projeções orçamentárias, analisando os pedidos de suplementações e transferência de verbas no orçamento estrutural e no de investimento, sugerindo as medidas necessárias.

Exercer o controle apriorístico dos orçamentos Estrutural e de Investimento das diversas áreas no que tange à Aquisição de Material e Contratação de Serviços, tendo em vista os programas previamente aprovados pela Empresa.

Controlar, previamente, o empenho das dotações orçamentárias.

Avaliar as implicações de mudanças na conjuntura econômica, legislação e aspectos orçamentários, analisando seus efeitos no orçamento e sua repercussão na Empresa.

Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento orçamentário de investimento e dispêndios, para envio aos órgãos envolvidos.

Prestar informações a órgãos internos e externos, quando solicitado, quanto a orçamentos e acompanhamento orçamentário de investimento e dispêndios.

Acompanhar o orçamento dos compromissos vinculados aos investimentos.

Acompanhar e participar dos estudos voltados para as receitas associadas aos empreendimentos de transmissão e geração.

Coordenar e elaborar o orçamento de curto prazo dos investimentos financeiros, a partir de informações recebidas das diversas áreas da Empresa.

O DOR.F está estruturado em:

Divisão de Orçamento de Investimento (DOIN.F)

Executar as seguintes atividades próprias de orçamento de investimento:

- elaboração de instruções para a coleta de informações necessárias à elaboração da proposta orçamentária anual de investimentos e dos orçamentos plurianuais de investimentos;
- elaboração de estudos e orçamentos complementares necessários à composição da proposta orçamentária anual de investimentos e dos orçamentos plurianuais de investimento;
- análise dos orçamentos de investimento recebidos das diversas áreas, sugerindo alterações ou redefinições que se façam necessárias;
- elaboração da proposta orçamentária anual de investimentos e dos orçamentos plurianuais de investimento, a partir dos orçamentos das diversas áreas;
- participação na alocação de fontes de recursos para os investimentos previstos;
- coordenação das emissões das Autorizações de Dispêndio (AD) na Empresa, em
- conformidade com a legislação em vigor;
- análise dos pedidos de suplementações e transferências de verbas no orçamento de investimento, sugerindo as medidas necessárias;
- acompanhamento da execução dos orçamentos das diversas áreas, analisando seus desvios e distorções e sugerindo as necessárias revisões;
- coordenação e elaboração do orçamento de curto prazo dos investimentos financeiros, a partir de informações recebidas das diversas áreas da Empresa;
- elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento orçamentário de investimento, para envio aos órgãos envolvidos;
- preparação e análise das informações de natureza orçamentária de investimentos, solicitadas por órgãos internos e externos.

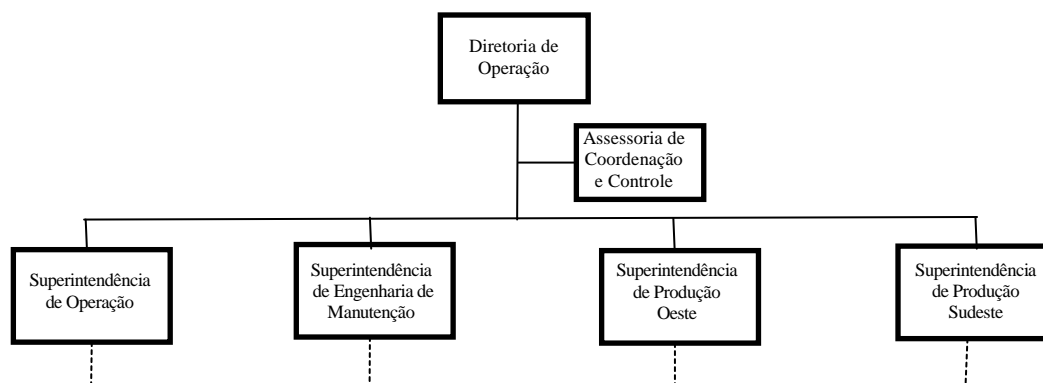
Divisão de Orçamento Estrutural (DORE.F)

Executar as seguintes atividades próprias de orçamento estrutural:

- elaboração de instruções para a coleta de informações necessárias à elaboração da proposta orçamentária estrutural anual e plurianual;

- elaboração de estudos e orçamentos complementares necessários à composição da proposta orçamentária estrutural anual e plurianual;
- análise dos orçamentos estruturais recebidos das diversas áreas, sugerindo alterações ou redefinições que se façam necessárias;
- elaboração da proposta orçamentária estrutural anual e plurianual, a partir dos orçamentos das diversas áreas;
- participação da alocação de fontes de recursos para os dispêndios previstos no orçamento estrutural;
- análise dos pedidos de suplementações e transferências de verbas no orçamento estrutural, sugerindo as medidas necessárias;
- acompanhamento da execução do orçamento estrutural das diversas áreas, analisando seus desvios e distorções, sugerindo as necessárias revisões;
- elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento orçamentário estrutural, para envio aos órgãos envolvidos;
- preparação e análise das informações de natureza orçamentária estrutural, solicitadas por órgãos internos e externos.

Diretoria de Operação (DO)



Assessoria de Coordenação e Controle (ACL.O)

Promover e coordenar as atividades de planejamento da DO, junto aos demais órgãos da Diretoria, tendo em vista o estabelecimento de objetivos compatíveis com a política e diretrizes de planejamento empresarial estabelecidas pela Empresa.

Coordenar, no âmbito da Diretoria, os assuntos referentes à tecnologia da informação, gestão de pessoas, aquisição e contratação de obras e serviços, bem como aqueles referentes à proteção do patrimônio que esteja sob responsabilidade da DO, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Coordenar a elaboração, consolidar e acompanhar a execução dos Orçamentos Estrutural e de Investimento da Diretoria, prestando apoio, quando necessário, aos órgãos da DO.

Coordenar, no âmbito da DO, as atividades referentes a viagens para o exterior, a serviço ou para treinamento.

Consolidar e acompanhar as informações gerenciais no âmbito da DO, participando, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, do desenvolvimento de aplicações de TI.

Acompanhar as ações de mitigação dos riscos corporativos sob responsabilidade da DO.

Assessorar a Diretoria nos assuntos referentes a movimentos sociais, socioambientais e de sustentabilidade que envolvam as instalações industriais sob responsabilidade da DO.

Monitorar as instalações de geração e de transmissão quanto às condições de operação, manutenção e conservação dos seus ativos.

Monitorar a regularização das não-conformidades técnicas identificadas na fiscalização de órgãos regulamentadores.

Acompanhar os processos de fiscalização da Aneel associados à operação e manutenção das instalações do sistema elétrico de Furnas.

Superintendência de Operação (SO.O)

Coordenar e controlar a operação eletroenergética do Sistema de Geração e de Transmissão de Furnas.

Planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas ao Sistema de Geração e de Transmissão de Furnas, compreendendo:

- programação energética e estudos elétricos;
- elaboração de diretrizes para a operação eletroenergética;
- otimização eletroenergética visando o desempenho ótimo do sistema de geração e de transmissão de Furnas;
- realização de intervenções no sistema, em articulação com o Operador Nacional do Sistema (ONS);
- operação do sistema de telecomunicações sob a responsabilidade da DO.

Estabelecer as prioridades de execução das obras contidas nos planos de melhorias, ampliações e reforços em instalações em operação.

Participar, em conjunto com os órgãos próprios da DO, da elaboração dos programas de manutenção de unidades geradoras e equipamentos do sistema de transmissão de Furnas, visando sua compatibilização com o planejamento eletroenergético da operação do sistema e com as estratégias de comercialização de energia definidas pela DN.

Promover o planejamento da produção de energia, no horizonte de planejamento da operação, propondo as alternativas de operação dos reservatórios hidráulicos, a complementação térmica e os intercâmbios de energia com outras empresas, visando à utilização ótima das fontes geradoras e atendendo às exigências da legislação e de acordos internacionais, em articulação com o ONS.

Promover estudos hidrometeorológicos diretamente relacionados com o planejamento da operação e produção hidroenergética do sistema.

Coordenar a análise das perturbações do Sistema Furnas.

Coordenar as atividades, que estejam relacionadas com a operação, o planejamento eletroenergético da operação, a programação energética e estudos elétricos, dos processos que envolvam o acesso, a conexão e o compartilhamento de instalações do sistema de transmissão, dos serviços de transmissão e dos serviços ancilares, em articulação com a DE e a DN.

Acompanhar projetos relacionados com a expansão do sistema elétrico, prestando assistência à DE no que diz respeito à adequação desses projetos às necessidades da operação e produção energética.

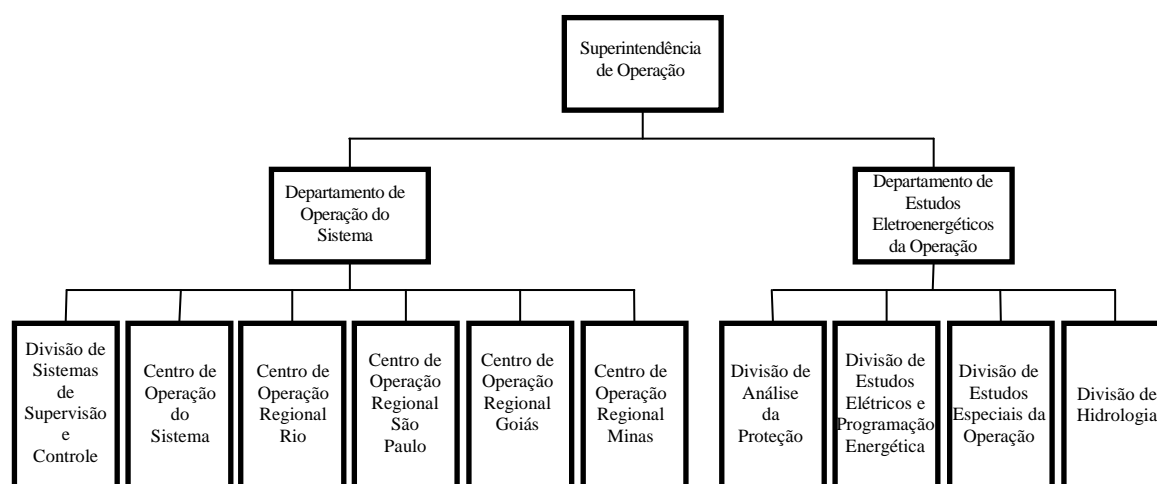
Desenvolver, no âmbito de sua área de atuação, as atividades necessárias ao relacionamento operacional e ao cumprimento dos compromissos operacionais de Furnas com os demais agentes do setor elétrico.

Participar, sob coordenação da DN e em conjunto com os órgãos próprios da Empresa, da elaboração de propostas de novos empreendimentos de geração e de transmissão.

Representar Furnas junto ao ONS, à Aneel e aos demais órgãos, instituições, associações e agentes do setor elétrico no âmbito das atividades de Operação, Planejamento Eletroenergético da Operação, Estudos Elétricos e Programação Energética da Operação.

A SO.O está estruturada em:

- Departamento de Operação do Sistema(DOS.O);
- Departamento de Estudos Eletroenergéticos da Operação (DEE.O.)



Departamento de Operação do Sistema (DOS.O)

Coordenar, supervisionar e controlar a operação do Sistema Elétrico da Furnas não integrado à rede de operação do ONS, bem como do Sistema de Telecomunicações da Empresa.

Supervisionar, comandar e executar a operação do Sistema Elétrico de Furnas, integrado à rede de operação do ONS.

Controlar, em articulação com o Departamento de Estudos Eletroenergéticos da Operação (DEE.O) e com os órgãos próprios da DO, as intervenções para manutenção nos sistemas elétricos, de telecomunicações e de supervisão e aquisição de dados.

Promover a implementação das Instruções de Operação dos Sistemas Elétrico e de Telecomunicações, para as condições normais e de emergência.

Coordenar a Comissão de Normas de Operação.

Promover o desenvolvimento, testes, atualização e implementação de recursos de hardware e software, modelos, técnicas e programas computacionais representativos de novas tendências ou tecnologias nos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação Regional, do Centro de Operação do Sistema e do Centro de Supervisão de Telecomunicações, analisando o seu desempenho e disponibilidade.

Analisar a operação dos Sistemas Elétrico e de Telecomunicações, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da Empresa.

Acompanhar a disponibilidade e a manutenção dos equipamentos computacionais do Sistema de Supervisão e Controle do Centro de Operação do Sistema, do Centro de Supervisão de Telecomunicações e seus periféricos e dos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação Regional.

Exercer as atribuições relativas ao Sistema de Supervisão e Controle do Centro Regional de Operação Sudeste (COSR-SE), do ONS, nos termos dos documentos contratuais que regulamentam a referida prestação de serviço.

Representar Furnas junto a instituições e agentes do Setor Elétrico nos processos de operação e de suporte à operação do Sistema.

Fornecer aos órgãos próprios da DO e ao ONS, os dados necessários para análise e tomada de decisão, referentes aos Sistemas Elétrico e de Telecomunicações.

Fornecer, ao DEE.O, os dados básicos para a apuração dos serviços de transmissão e dos serviços ancilares.

Participar, em conjunto com o DEE.O, dos processos que envolvam o acesso, a conexão e o compartilhamento de instalações do sistema de transmissão, dos serviços de transmissão e dos serviços ancilares, fornecendo o suporte técnico necessário.

Programar a manutenção dos equipamentos do Centro de Operação do Sistema e dos equipamentos de telecomunicações instalados no Escritório Central, sob a responsabilidade da DO.

Realizar treinamentos periódicos ou especiais, para operadores do Sistema Elétrico e dos Sistemas de Telecomunicações, bem como aplicar testes de certificação do conhecimento da operação do Sistema Elétrico, em articulação com os órgãos próprios da DO.

Coordenar reuniões, encontros, palestras e seminários para debates sobre assuntos da operação do sistema elétrico da Companhia.

O DOS.O está estruturado em:

Divisão de Sistemas de Supervisão e Controle (DSSC.O)

Executar as seguintes atividades próprias de sistemas de supervisão e controle dos Centros de Operação e dos sistemas de supervisão e gerência do Centro de Supervisão de Telecomunicações:

- desenvolvimento, testes e atualização dos softwares utilizados nos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Centro de Supervisão de Telecomunicações de Furnas, compreendendo os softwares básico, de suporte e de aplicação;
- análise do desempenho e da disponibilidade dos recursos de hardware e software dos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Centro de Supervisão de Telecomunicações de Furnas, e operar esses recursos, com vistas a otimizar a sua utilização e garantir índices de disponibilidade adequados;
- desenvolvimento, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos trabalhos sobre futuras expansões dos recursos computacionais dos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Centro de Supervisão de Telecomunicações de Furnas, participando inclusive das fases de especificação, implantação e testes referentes a estas expansões;

- coordenação dos procedimentos de administração da base de dados, necessários à consistência e à integridade das informações contidas no Sistema de Supervisão e Gerência de Telecomunicações e nos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação de Furnas, e demais Centros de Operação interligados;
- desenvolvimento, testes e implantação de modelos, técnicas e programas computacionais representativos de novas tendências ou tecnologias, para aplicação nos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Centro de Supervisão de Telecomunicações de Furnas;
- elaboração e proposição das normas e instruções de utilização dos recursos computacionais do Sistema de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Centro de Supervisão de Telecomunicações de Furnas;
- proposição dos requisitos básicos e da periodicidade a serem adotados para manutenção dos equipamentos dos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Centro de Supervisão de Telecomunicações de Furnas;
- coordenação das atividades de contratação de serviços de manutenção de software e hardware para os Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Centro de Supervisão de Telecomunicações de Furnas;
- manutenção dos equipamentos computacionais dos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Centro de Supervisão de Telecomunicações de Furnas, incluindo seus periféricos;
- acompanhamento e análise da disponibilidade dos terminais remotos dos Sistemas de Supervisão e Controle dos Centros de Operação e do Sistema de Supervisão de Telecomunicações, bem como da disponibilidade e da qualidade das informações referentes a medições e estado de dispositivos e equipamentos supervisionados por estes sistemas, mantendo informados os órgãos próprios da DO e propondo ações que visem garantir o atendimento às necessidades operativas do Centro de Supervisão de Telecomunicações e dos Centros de Operação, bem como dos Centros de Operação interligados;
- coordenação e autorização do início das intervenções nos equipamentos dos sistemas de telecomunicações e dos sistemas de supervisão e controle do sistema elétrico, acompanhando a execução dos trabalhos pertinentes;
- elaboração e proposição de instruções e documentos de operação sobre critérios para a operação dos sistemas de telecomunicações da Empresa, em condições normais e de emergência;
- emissão de relatórios diários e específicos de ocorrências com informações da operação dos sistemas de telecomunicações em tempo real;
- análise de ocorrências nos sistemas de telecomunicações da Empresa, visando resguardar os interesses da companhia perante o ONS, a Aneel, empresas interligadas e clientes especiais;
- coordenação, junto aos órgãos envolvidos, da energização de novos equipamentos dos sistemas de telecomunicações e dos sistemas de supervisão e controle do sistema elétrico;
- estabelecimento da sistemática e coordenação da normalização dos sistemas de telecomunicações da Empresa;
- elaboração, proposição e acompanhamento de modificações, de modo a resguardar os interesses da Empresa, nos documentos de normatização da operação dos sistemas de telecomunicações e dos sistemas de supervisão e controle do sistema elétrico, oriundos de Furnas, do ONS ou de outra empresa do Setor Elétrico e do Setor de Telecomunicações;
- coordenação, supervisão, comando, controle e execução da operação do sistema de telecomunicações da Empresa;

- prestação de serviços de operação, manutenção, gerência e desenvolvimento de hardware e software para sistemas de supervisão e controle de outras empresas, nos termos dos documentos contratuais que regulamentam as referidas prestações de serviço.

Centro de Operação do Sistema (CTOS.O)

Executar as seguintes atividades próprias da operação do Sistema Elétrico de Furnas:

- coordenação, supervisão e controle da operação do sistema elétrico da Empresa não integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão e comando da operação do sistema elétrico da Empresa integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão e comando da operação das usinas da empresa, integradas à rede de operação do ONS, seguindo a programação de geração elaborada por este e instruindo as usinas para o seu adequado cumprimento e eventuais modificações;
- supervisão e comando da operação de controle de cheias das bacias hidrográficas das usinas da Empresa, integradas à rede de operação do ONS;
- controle, junto ao ONS, das intervenções nos equipamentos e linhas de transmissão da Empresa, bem como no sistema de telecomunicações, integrados à rede de operação do ONS, acompanhando a execução dos programas de manutenção liberados por este;
- aprovação e autorização do início das intervenções nos equipamentos e linhas de transmissão da Empresa não integradas à rede de operação do ONS, acompanhando a execução dos programas de manutenção;
- elaboração e proposição de instruções e documentos de operação sobre critérios para a operação do sistema eletroenergético da Empresa, em condições normais e de emergência;
- análise, atendendo aos interesses da Empresa, da viabilidade técnico-econômica das decisões em tempo real do ONS, a respeito das variações de geração, sincronismo e desligamento de unidades geradoras e vertimento nas usinas da Empresa;
- acompanhamento da especificação técnica dos recursos de hardware e software de equipamentos e sistemas de supervisão e controle, participando de sua implantação e atualização, junto aos órgãos próprios;
- acompanhamento do desenvolvimento, implantação e testes de aplicativos computacionais, junto aos órgãos próprios, integrados aos sistemas de supervisão e controle, de funções especiais necessárias à segurança e confiabilidade do sistema eletroenergético;
- emissão de relatórios diários e específicos de ocorrências com informações da operação em tempo real;
- análise de ocorrências no sistema eletroenergético de Furnas, visando resguardar os interesses da Empresa perante o ONS, a Aneel, empresas interligadas e clientes especiais;
- acompanhamento do desempenho da operação do sistema eletroenergético da Empresa, de acordo com os índices estabelecidos pelo ONS e Aneel;
- coordenação junto aos órgãos envolvidos, demais empresas e ao ONS, da energização de novos equipamentos e linhas de transmissão;
- proposição da sistemática e coordenação da normalização do sistema elétrico da Empresa, não integrante à rede de operação do ONS;
- estudos de desenvolvimento de recursos computacionais para a otimização da operação do sistema;

- coordenação de informações das instalações de Furnas, com relação às condições de operação destas, nos impedimentos de equipamentos e linhas de transmissão e de perturbações nos sistemas eletroenergético e de telecomunicações, mantendo informados os órgãos envolvidos, os níveis hierárquicos superiores e o órgão de comunicação da Empresa;
- acompanhamento do planejamento semanal elétrico e energético;
- elaboração, proposição e acompanhamento de modificações, de modo a resguardar os interesses de Furnas, nos documentos de normatização da operação do sistema, oriundos da Empresa, do ONS ou de outra empresa do Setor Elétrico;
- recepção e preparação de material para o acompanhamento de visitantes, na sala de visitas do DOS.O;
- representação da Empresa em grupos de trabalho, no âmbito da operação do sistema, junto à Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate) e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO);
- conferência das telemedições analógicas, com relação à qualidade das grandezas medidas;
- controle da documentação para a execução de intervenções no sistema de telecomunicações em sua área de atuação, que envolvam, direta ou indiretamente, o sistema elétrico;
- coordenação do serviço telefônico de atendimento de emergência do sistema elétrico da Empresa;
- elaboração dos Acordos Operativos referentes aos contratos de transmissão, conexão, compartilhamento, serviços ancilares e de operação e manutenção, em articulação com os órgãos próprios da DO;

Centro de Operação Regional Rio (CTRR.O)

Executar as seguintes atividades próprias da operação regional do Sistema Elétrico de Furnas:

- supervisão, controle, comando e execução da operação do sistema elétrico da Empresa, em sua área de atuação, não integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão, comando e execução da operação do sistema elétrico da Empresa, em sua área de atuação, integrado à rede de operação do ONS;
- registro e repasse de informações, ao Centro de Operação do Sistema, ao ONS, a empresas de energia elétrica e aos órgãos de manutenção, das anormalidades em equipamentos do sistema elétrico em sua área de atuação;
- elaboração e proposição de procedimentos operativos aos órgãos próprios, com o objetivo de corrigir problemas ou otimizar a operação do sistema elétrico;
- supervisão, comando e execução de manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de tensão previstos em instruções de operação;
- supervisão e execução de manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de carregamento de equipamentos previstos em instruções de operação, preservando os ativos da Empresa;
- participação da análise do controle de tensão, em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da DO;
- supervisão, controle, comando e execução da normalização do sistema elétrico, quando da ocorrência de perturbações em sua área de atuação;
- controle da documentação para a execução de intervenções no sistema de telecomunicações em sua área de atuação, que envolvam, direta ou indiretamente, o sistema elétrico;

- comando e controle das manobras de isolamento para serviços no sistema de telecomunicações, liberando-os para a equipe de manutenção e atendendo às condições de segurança do pessoal da manutenção e dos equipamentos;
- autorização de execução, prorrogação, transferência e cancelamento em intervenções no sistema de telecomunicações que não necessitem de desligamento do equipamento, mas que tenham influência no sistema elétrico não-integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão e solicitação da execução dos testes de teleproteção das linhas de transmissão ou interligação, nos intervalos periódicos estabelecidos nas Instruções de Operação específicas;
- apoio à normalização do sistema elétrico, em ocorrências fora de sua área de atuação, quando solicitado;
- análises preliminares das perturbações que ocorrerem em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da DO;
- coordenação, em conjunto com o CTOS.O, das intervenções nos equipamentos e linhas de transmissão da Companhia em sua área de atuação, integrados ou não à rede de operação do ONS;
- comando, controle e execução das manobras para isolamento de equipamentos, liberando-os para a equipe de manutenção, atendendo às condições de segurança do pessoal de manutenção e dos equipamentos;
- autorização da execução, prorrogação, transferência e cancelamento em intervenções no sistema que não necessitem de desligamento do equipamento, mas que tenham influência no sistema elétrico não integrado à rede de operação do ONS;
- aprovação, em conjunto com o CTOS.O, da execução de trabalhos em equipamentos energizados, e controle de manobras visando a segurança do pessoal de manutenção e dos equipamentos envolvidos;
- supervisão das telecomunicações utilizadas, zelando pela sua adequada operação e coordenação, em articulação com o Centro de Supervisão de Telecomunicações, dos trabalhos nos sistemas de comunicação e telemedição;
- elaboração e coordenação dos programas de testes e energização de novos equipamentos, em articulação com os órgãos de operação e manutenção locais e o CTOS.O, bem como a participação na realização dos testes;
- supervisão do cumprimento das Normas e Instruções de Operação implantadas nos Sistemas Elétrico e de Telecomunicações;
- elaboração e implantação de instruções de operação, relativas ao sistema elétrico, em sua área de atuação, excetuando-se as que dizem respeito à normalização do sistema, controle de cheias e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- análise e proposição de alterações nas instruções de operação que dizem respeito à normalização do sistema e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- operação do sistema de supervisão e controle de sua área de atuação, acompanhando seu desempenho, corrigindo ou solicitando correção de anormalidades, em articulação com os órgãos próprios da DO;
- coleta e registro das leituras de medições necessárias ao faturamento da Empresa, e quando necessário, definição dos parâmetros para estimativas de medição de energia, no caso de defeitos na medição;
- elaboração do relatório diário de ocorrências, no qual constam os eventos relacionados à operação do sistema elétrico;

- análise da operação do sistema elétrico em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da Operação;
- coordenação, supervisão, comando, controle e execução da operação dos equipamentos dos serviços auxiliares dos prédios dos Centros de Operação Regional, tais como: sistema de alimentação normal e de emergência, ar condicionado, telefonia, sistema contra incêndio e sistema de supervisão e controle, elaborando relatórios de acompanhamento, verificando índices de controle, buscando origens de falhas e atuando para corrigi-las;
- supervisão, operação e manutenção da gravação dos sistemas de telefonia dos Centros de Operação Regional;
- acompanhamento da especificação técnica dos recursos de hardware e software de equipamentos e sistemas de supervisão e controle, participando de sua implantação e atualização, junto aos órgãos próprios da DO;
- acompanhamento do desenvolvimento, implantação e testes de aplicativos computacionais, integrados aos sistemas de supervisão e controle, de funções especiais necessárias à segurança e confiabilidade dos sistemas eletroenergético e de telecomunicações, junto aos órgãos próprios da DO;
- participação na elaboração dos Acordos Operativos referentes aos contratos de transmissão, conexão, compartilhamento, serviços ancilares e de operação e manutenção, em articulação com os órgãos próprios da DO;
- coordenação da Comissão de Normas de Operação da Empresa;
- elaboração e implantação de Mensagens de Operação, objetivando alterar provisoriamente as Instruções de Operação relativas ao sistema elétrico, em sua área de atuação, excetuando as que dizem respeito à normalização do sistema, controle de cheias e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- coleta, registro e conferência das telemedições oriundas das usinas e subestações;
- acompanhamento e testes no sistema de supervisão e controle, visando a conferência das grandezas elétricas e de sinalização dos equipamentos de manobras no sistema elétrico, solicitando suas correções em caso de discrepância.

Centro de Operação Regional São Paulo (CTRS.O)

Executar as seguintes atividades próprias da operação regional do Sistema Elétrico de Furnas:

- supervisão, controle, comando e execução da operação do sistema elétrico da Empresa, em sua área de atuação, não integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão, comando e execução da operação do sistema elétrico da Empresa, em sua área de atuação, integrado à rede de operação do ONS;
- registro e repasse de informações, ao Centro de Operação do Sistema, ao ONS, empresas de energia elétrica e aos órgãos de manutenção, das anormalidades em equipamentos do sistema elétrico em sua área de atuação;
- elaboração e proposição de procedimentos operativos aos órgãos próprios, com o objetivo de corrigir problemas ou otimizar a operação do sistema elétrico;
- supervisão, comando e execução de manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de tensão previstos em instruções de operação;
- supervisão e execução de manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de carregamento de equipamentos previstos em instruções de operação, preservando os ativos da Empresa;

- participação da análise do controle de tensão, em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da DO;
- supervisão, controle, comando e execução da normalização do sistema elétrico, quando da ocorrência de perturbações em sua área de atuação;
- controle da documentação para a execução de intervenções no sistema de telecomunicações em sua área de atuação, que envolvam, direta ou indiretamente, o sistema elétrico;
- comando e controle das manobras de isolamento para serviços no sistema de telecomunicações, liberando-os para a equipe de manutenção e atendendo às condições de segurança do pessoal da manutenção e dos equipamentos;
- autorização de execução, prorrogação, transferência e cancelamento em intervenções no sistema de telecomunicações que não necessitem de desligamento do equipamento, mas que tenham influência no sistema elétrico não-integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão e solicitação da execução dos testes de teleproteção das linhas de transmissão ou interligação, nos intervalos periódicos estabelecidos nas Instruções de Operação específicas;
- apoio à normalização do sistema elétrico, em ocorrências fora de sua área de atuação, quando solicitado;
- análises preliminares das perturbações que ocorrerem em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da DO;
- coordenação, em conjunto com o CTOS.O, das intervenções nos equipamentos e linhas de transmissão da Empresa em sua área de atuação, integrados ou não à rede de operação do ONS;
- comando, controle e execução das manobras para isolamento de equipamentos, liberando-os para a equipe de manutenção, atendendo às condições de segurança do pessoal de manutenção e dos equipamentos;
- autorização da execução, prorrogação, transferência e cancelamento em intervenções no sistema que não necessitem de desligamento do equipamento, mas que tenham influência no sistema elétrico não integrado à rede de operação do ONS;
- aprovação, em conjunto com o CTOS.O, da execução de trabalhos em equipamentos energizados, e controle de manobras visando a segurança do pessoal de manutenção e dos equipamentos envolvidos;
- supervisão das telecomunicações utilizadas, zelando pela sua adequada operação e coordenação, em articulação com o Centro de Supervisão de Telecomunicações, dos trabalhos nos sistemas de comunicação e telemedição;
- elaboração e coordenação dos programas de testes e energização de novos equipamentos, em articulação com os órgãos de operação e manutenção locais e o CTOS.O, bem como a participação na realização dos testes;
- supervisão do cumprimento das Normas e Instruções de Operação implantadas nos Sistemas Elétrico e de Telecomunicações;
- elaboração e implantação de instruções de operação, relativas ao sistema elétrico, em sua área de atuação, excetuando-se as que dizem respeito à normalização do sistema, controle de cheias e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- análise e proposição de alterações nas instruções de operação que dizem respeito à normalização do sistema e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- operação do sistema de supervisão e controle de sua área de atuação, acompanhando seu desempenho, corrigindo ou solicitando correção de anormalidades, em articulação com os órgãos próprios da DO;

- coleta e registro das leituras de medições necessárias ao faturamento da Empresa, e quando necessário, definição dos parâmetros para estimativas de medição de energia, no caso de defeitos na medição;
- elaboração do relatório diário de ocorrências, no qual constam os eventos relacionados à operação do sistema elétrico;
- análise da operação do sistema elétrico em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da Operação;
- coordenação, supervisão, comando, controle e execução da operação dos equipamentos dos serviços auxiliares dos prédios dos Centros de Operação Regional, tais como: sistema de alimentação normal e de emergência, ar condicionado, telefonia, sistema contra incêndio e sistema de supervisão e controle, elaborando relatórios de acompanhamento, verificando índices de controle, buscando origens de falhas e atuando para corrigi-las;
- supervisão, operação e manutenção da gravação dos sistemas de telefonia dos Centros de Operação Regional;
- acompanhamento da especificação técnica dos recursos de hardware e software de equipamentos e sistemas de supervisão e controle, participando de sua implantação e atualização, junto aos órgãos próprios da DO;
- acompanhamento do desenvolvimento, implantação e testes de aplicativos computacionais, integrados aos sistemas de supervisão e controle, de funções especiais necessárias à segurança e confiabilidade dos sistemas eletroenergético e de telecomunicações, junto aos órgãos próprios da DO;
- participação na elaboração dos Acordos Operativos referentes aos contratos de transmissão, conexão, compartilhamento, serviços ancilares e de operação e manutenção, em articulação com os órgãos próprios da DO;
- coordenação da Comissão de Normas de Operação da Empresa;
- elaboração e implantação de Mensagens de Operação, objetivando alterar provisoriamente as Instruções de Operação relativas ao sistema elétrico, em sua área de atuação, excetuando as que dizem respeito à normalização do sistema, controle de cheias e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- coleta, registro e conferência das telemedições oriundas das usinas e subestações;
- acompanhamento e testes no sistema de supervisão e controle, visando a conferência das grandezas elétricas e de sinalização dos equipamentos de manobras no sistema elétrico, solicitando suas correções em caso de discrepância.

Centro de Operação Regional Goiás (CTRG.O)

Executar as seguintes atividades próprias da operação regional do Sistema Elétrico de Furnas:

- supervisão, controle, comando e execução da operação do sistema elétrico da Empresa, em sua área de atuação, não integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão, comando e execução da operação do sistema elétrico da Empresa, em sua área de atuação, integrado à rede de operação do ONS;
- registro e repasse de informações, ao Centro de Operação do Sistema, ao ONS, empresas de energia elétrica e aos órgãos de manutenção, das anormalidades em equipamentos do sistema elétrico em sua área de atuação;
- elaboração e proposição de procedimentos operativos aos órgãos próprios, com o objetivo de corrigir problemas ou otimizar a operação do sistema elétrico;

- supervisão, comando e execução de manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de tensão previstos em instruções de operação;
- supervisão e execução de manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de carregamento de equipamentos previstos em instruções de operação, preservando os ativos da Empresa;
- participação da análise do controle de tensão, em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da DO;
- supervisão, controle, comando e execução da normalização do sistema elétrico, quando da ocorrência de perturbações em sua área de atuação;
- controle da documentação para a execução de intervenções no sistema de telecomunicações em sua área de atuação, que envolvam, direta ou indiretamente, o sistema elétrico;
- comando e controle das manobras de isolamento para serviços no sistema de telecomunicações, liberando-os para a equipe de manutenção e atendendo às condições de segurança do pessoal da manutenção e dos equipamentos;
- autorização de execução, prorrogação, transferência e cancelamento em intervenções no sistema de telecomunicações que não necessitem de desligamento do equipamento, mas que tenham influência no sistema elétrico não-integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão e solicitação da execução dos testes de teleproteção das linhas de transmissão ou interligação, nos intervalos periódicos estabelecidos nas Instruções de Operação específicas;
- apoio à normalização do sistema elétrico, em ocorrências fora de sua área de atuação, quando solicitado.
- análises preliminares das perturbações que ocorrerem em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da DO;
- coordenação, em conjunto com o CTOS.O, das intervenções nos equipamentos e linhas de transmissão da Empresa em sua área de atuação, integrados ou não à rede de operação do ONS;
- comando, controle e execução das manobras para isolamento de equipamentos, liberando-os para a equipe de manutenção, atendendo às condições de segurança do pessoal de manutenção e dos equipamentos;
- autorização da execução, prorrogação, transferência e cancelamento em intervenções no sistema que não necessitem de desligamento do equipamento, mas que tenham influência no sistema elétrico não integrado à rede de operação do ONS;
- aprovação, em conjunto com o CTOS.O, da execução de trabalhos em equipamentos energizados, e controle de manobras visando a segurança do pessoal de manutenção e dos equipamentos envolvidos;
- supervisão das telecomunicações utilizadas, zelando pela sua adequada operação e coordenação, em articulação com o Centro de Supervisão de Telecomunicações, dos trabalhos nos sistemas de comunicação e telemedição;
- elaboração e coordenação dos programas de testes e energização de novos equipamentos, em articulação com os órgãos de operação e manutenção locais e o CTOS.O, bem como a participação na realização dos testes;
- supervisão do cumprimento das Normas e Instruções de Operação implantadas nos Sistemas Elétrico e de Telecomunicações;

- elaboração e implantação de instruções de operação, relativas ao sistema elétrico, em sua área de atuação, excetuando-se as que dizem respeito à normalização do sistema, controle de cheias e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- Análise e proposição de alterações nas instruções de operação que dizem respeito à normalização do sistema e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- operação do sistema de supervisão e controle de sua área de atuação, acompanhando seu desempenho, corrigindo ou solicitando correção de anormalidades, em articulação com os órgãos próprios da DO;
- coleta e registro das leituras de medições necessárias ao faturamento da Empresa, e quando necessário, definição dos parâmetros para estimativas de medição de energia, no caso de defeitos na medição;
- elaboração do relatório diário de ocorrências, no qual constam os eventos relacionados à operação do sistema elétrico;
- análise da operação do sistema elétrico em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da Operação;
- coordenação, supervisão, comando, controle e execução da operação dos equipamentos dos serviços auxiliares dos prédios dos Centros de Operação Regional, tais como: sistema de alimentação normal e de emergência, ar condicionado, telefonia, sistema contra incêndio e sistema de supervisão e controle, elaborando relatórios de acompanhamento, verificando índices de controle, buscando origens de falhas e atuando para corrigi-las;
- supervisão, operação e manutenção da gravação dos sistemas de telefonia dos Centros de Operação Regional;
- acompanhamento da especificação técnica dos recursos de hardware e software de equipamentos e sistemas de supervisão e controle, participando de sua implantação e atualização, junto aos órgãos próprios da DO;
- acompanhamento do desenvolvimento, implantação e testes de aplicativos computacionais, integrados aos sistemas de supervisão e controle, de funções especiais necessárias à segurança e confiabilidade dos sistemas eletroenergético e de telecomunicações, junto aos órgãos próprios da DO;
- participação na elaboração dos Acordos Operativos referentes aos contratos de transmissão, conexão, compartilhamento, serviços ancilares e de operação e manutenção, em articulação com os órgãos próprios da DO;
- coordenação da Comissão de Normas de Operação da Empresa;
- elaboração e implantação de Mensagens de Operação, objetivando alterar provisoriamente as Instruções de Operação relativas ao sistema elétrico, em sua área de atuação, excetuando as que dizem respeito à normalização do sistema, controle de cheias e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- coleta, registro e conferência das telemedições oriundas das usinas e subestações;
- acompanhamento e testes no sistema de supervisão e controle, visando a conferência das grandezas elétricas e de sinalização dos equipamentos de manobras no sistema elétrico, solicitando suas correções em caso de discrepância.

Centro de Operação Regional Minas (CTRM.O)

Executar as seguintes atividades próprias da operação regional do Sistema Elétrico de Furnas:

- supervisão, controle, comando e execução da operação do sistema elétrico da Empresa, em sua área de atuação, não integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão, comando e execução da operação do sistema elétrico da Empresa, em sua área de atuação, integrado à rede de operação do ONS;
- registro e repasse de informações, ao Centro de Operação do Sistema, ao ONS, a empresas de energia elétrica e aos órgãos de manutenção, das anormalidades em equipamentos do sistema elétrico em sua área de atuação;
- elaboração e proposição de procedimentos operativos aos órgãos próprios, com o objetivo de corrigir problemas ou otimizar a operação do sistema elétrico;
- supervisão, comando e execução de manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de tensão previstos em instruções de operação;
- supervisão e execução de manobras em equipamentos, sob coordenação do ONS, objetivando atingir os níveis de carregamento de equipamentos previstos em instruções de operação, preservando os ativos da Empresa;
- participação da análise do controle de tensão, em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da DO;
- supervisão, controle, comando e execução da normalização do sistema elétrico, quando da ocorrência de perturbações em sua área de atuação;
- controle da documentação para a execução de intervenções no sistema de telecomunicações em sua área de atuação, que envolvam, direta ou indiretamente, o sistema elétrico;
- comando e controle das manobras de isolamento para serviços no sistema de telecomunicações, liberando-os para a equipe de manutenção e atendendo às condições de segurança do pessoal da manutenção e dos equipamentos;
- autorização de execução, prorrogação, transferência e cancelamento em intervenções no sistema de telecomunicações que não necessitem de desligamento do equipamento, mas que tenham influência no sistema elétrico não-integrado à rede de operação do ONS;
- supervisão e solicitação da execução dos testes de teleproteção das linhas de transmissão ou interligação, nos intervalos periódicos estabelecidos nas Instruções de Operação específicas;
- apoio à normalização do sistema elétrico, em ocorrências fora de sua área de atuação, quando solicitado;
- análises preliminares das perturbações que ocorrerem em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da DO;
- coordenação, em conjunto com o CTOS.O, das intervenções nos equipamentos e linhas de transmissão da Empresa em sua área de atuação, integrados ou não à rede de operação do ONS;
- comando, controle e execução das manobras para isolamento de equipamentos, liberando-os para a equipe de manutenção, atendendo às condições de segurança do pessoal de manutenção e dos equipamentos;
- autorização da execução, prorrogação, transferência e cancelamento em intervenções no sistema que não necessitem de desligamento do equipamento, mas que tenham influência no sistema elétrico não integrado à rede de operação do ONS;
- aprovação, em conjunto com o CTOS.O, da execução de trabalhos em equipamentos energizados, e controle de manobras visando a segurança do pessoal de manutenção e dos equipamentos envolvidos;

- supervisão das telecomunicações utilizadas, zelando pela sua adequada operação e coordenação, em articulação com o Centro de Supervisão de Telecomunicações, dos trabalhos nos sistemas de comunicação e telemedição;
- elaboração e coordenação dos programas de testes e energização de novos equipamentos, em articulação com os órgãos de operação e manutenção locais e o CTOS.O, bem como a participação na realização dos testes;
- supervisão do cumprimento das Normas e Instruções de Operação implantadas nos Sistemas Elétrico e de Telecomunicações;
- elaboração e implantação de instruções de operação, relativas ao sistema elétrico, em sua área de atuação, excetuando-se as que dizem respeito à normalização do sistema, controle de cheias e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;
- análise e proposição de alterações nas instruções de operação que dizem respeito à normalização do sistema e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema.
- operação do sistema de supervisão e controle de sua área de atuação, acompanhando seu desempenho, corrigindo ou solicitando correção de anormalidades, em articulação com os órgãos próprios da DO;
- coleta e registro das leituras de medições necessárias ao faturamento da Empresa, e quando necessário, definição dos parâmetros para estimativas de medição de energia, no caso de defeitos na medição;
- elaboração do relatório diário de ocorrências, no qual constam os eventos relacionados à operação do sistema elétrico;
- análise da operação do sistema elétrico em sua área de atuação, elaborando relatórios e fornecendo dados aos órgãos próprios da Operação;
- coordenação, supervisão, comando, controle e execução da operação dos equipamentos dos serviços auxiliares dos prédios dos Centros de Operação Regional, tais como: sistema de alimentação normal e de emergência, ar condicionado, telefonia, sistema contra incêndio e sistema de supervisão e controle, elaborando relatórios de acompanhamento, verificando índices de controle, buscando origens de falhas e atuando para corrigi-las;
- supervisão, operação e manutenção da gravação dos sistemas de telefonia dos Centros de Operação Regional;
- acompanhamento da especificação técnica dos recursos de hardware e software de equipamentos e sistemas de supervisão e controle, participando de sua implantação e atualização, junto aos órgãos próprios da DO;
- acompanhamento do desenvolvimento, implantação e testes de aplicativos computacionais, integrados aos sistemas de supervisão e controle, de funções especiais necessárias à segurança e confiabilidade dos sistemas eletroenergético e de telecomunicações, junto aos órgãos próprios da DO;
- participação na elaboração dos Acordos Operativos referentes aos contratos de transmissão, conexão, compartilhamento, serviços ancilares e de operação e manutenção, em articulação com os órgãos próprios da DO;
- coordenação da Comissão de Normas de Operação da Empresa;
- elaboração e implantação de Mensagens de Operação, objetivando alterar provisoriamente as Instruções de Operação relativas ao sistema elétrico, em sua área de atuação, excetuando as que dizem respeito à normalização do sistema, controle de cheias e a outros assuntos relacionados com o funcionamento do sistema;

- coleta, registro e conferência das telemedições oriundas das usinas e subestações.
- acompanhamento e testes no sistema de supervisão e controle, visando a conferência das grandezas elétricas e de sinalização dos equipamentos de manobras no sistema elétrico, solicitando suas correções em caso de discrepância;

Departamento de Estudos Eletroenergéticos da Operação (DEE.O)

Realizar estudos elétricos e a programação energética, bem como promover e participar do planejamento eletroenergético da operação, da análise de desempenho do sistema eletroenergético, dos sistemas de proteção e dos sistemas de controle, visando manter a integridade e a confiabilidade dos equipamentos de Furnas, tendo como base a operação integrada do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Promover a análise das perturbações verificadas no sistema elétrico, nos sistemas de controle e nos sistemas de proteção; e dos esquemas de controle de emergência, propondo medidas corretivas para minimizar ou eliminar tais ocorrências.

Determinar os ajustes dos sistemas de proteção, bem como os ajustes dos sistemas automáticos de controle de geradores, de compensadores síncronos e estáticos, das estações conversoras de corrente contínua, de capacitores série controláveis e demais equipamentos que possuam tal recurso, em articulação com os órgãos próprios da DO quanto aos fatores intrínsecos dos equipamentos.

Coordenar, em articulação com o DOS.O e com os órgãos próprios da DO, as intervenções para manutenção no sistema de geração e transmissão, de telecomunicações e de supervisão e aquisição de dados.

Promover o desenvolvimento de estudos e a execução de testes no simulador de sistemas elétricos, para analisar problemas relativos ao desempenho transitório e dinâmico do sistema elétrico e ao desempenho de sistemas de controle e de proteção.

Promover, em articulação com a DE, o desenvolvimento, testes, implantação e atualização de modelos referentes aos sistemas de controle e aos sistemas de proteção de geradores, de compensadores síncronos e estáticos, das estações conversoras de corrente contínua, de capacitores série controláveis e demais equipamentos que possuam tal recurso.

Promover estudos e propor modificações na filosofia de operação e de atuação dos sistemas de proteção e controle, após a entrega desses sistemas à Operação e uma vez vencidos os períodos de garantia.

Recomendar, especificar e participar da execução, com os órgãos próprios da DO, de ensaios e testes especiais, visando avaliar as condições de operação e as causas de falhas, recomendando providências apropriadas às correções nos sistemas de proteção e nos sistemas de controle em operação.

Recomendar e coordenar a contratação de serviços especializados, de consultoria técnica, relativos ao desempenho do sistema eletroenergético, dos sistemas de controle e dos sistemas de proteção em operação.

Apoiar os órgãos próprios da DE sobre os estudos relativos ao planejamento e à expansão do sistema elétrico, nas fases de estabelecimento de critérios básicos de operação e de definição das características principais dos equipamentos elétricos e sistemas de controle.

Participar, em articulação com os órgãos próprios da DO e DE, do processo de pré-comissionamento e de comissionamento de novos equipamentos do sistema e de novos sistemas de controle e de proteção.

Analisar, em articulação com os órgãos próprios da DE, os resultados obtidos durante o comissionamento de sistemas de controle e de sistemas de proteção, indicando as modificações necessárias, recomendando as aceitações preliminares e, ao final do período de garantia, as aceitações definitivas.

Apresentar sugestões aos órgãos próprios da DE quanto à identificação de problemas operacionais que requeiram reanálise da concepção dos projetos, após a aceitação definitiva dos equipamentos e sistemas.

Promover a elaboração e a atualização dos diagramas unifilares do Sistema Elétrico de Furnas.

Promover a atualização e a distribuição do Livro do Sistema Elétrico de Furnas.

Promover a elaboração das estatísticas da operação.

Participar, em articulação com os órgãos próprios da DO e DE, dos processos de digitalização das usinas e subestações.

Participar, em articulação com os órgãos próprios da DO, do programa de intervenções em fontes de geração e equipamentos do sistema.

Participar, em conjunto com o DOS.O e em articulação com os órgãos próprios da DN, dos processos que envolvam o acesso, a conexão e o compartilhamento de instalações do sistema de transmissão, dos serviços de transmissão e dos serviços ancilares, fornecendo o suporte técnico necessário.

Apurar e fornecer à DN as informações de operação do sistema elétrico, que servem de base para os cálculos da comercialização da transmissão.

Elaborar a previsão da produção de energia, no horizonte do planejamento da operação, propondo as estratégias de operação dos reservatórios hidráulicos, a complementação térmica e os intercâmbios de energia com outras empresas, visando à utilização ótima das fontes geradoras e atendendo às exigências da legislação e acordos internacionais, em articulação com o ONS.

Elaborar a programação de geração das usinas e de descargas dos vertedouros para controle dos reservatórios.

Promover o desenvolvimento dos modelos e programas de planejamento energético da operação e de despacho econômico de geração para utilização no planejamento da operação do sistema, responsabilizando-se pela sua implantação e atualização.

Supervisionar o sistema de monitoração da situação hidráulica e hidrometeorológica das áreas de interesse da produção energética.

Promover o desenvolvimento de estudos hidrometeorológicos diretamente relacionados com o planejamento da operação e produção hidroenergética do sistema, bem como fornecer informações a órgãos governamentais, empresas congêneres e outras entidades responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos.

Acompanhar estudos e projetos relacionados com a hidráulica, hidrometeorologia e sedimentologia, desenvolvidos em órgãos próprios da DE, relacionados à operação do sistema.

Elaborar e emitir boletins meteorológicos, bem como prestar serviços na área de meteorologia, para todos os órgãos da Empresa.

Participar dos estudos ambientais, em articulação com os órgãos da Empresa responsáveis pelo meio ambiente, relativos às áreas das bacias hidrográficas de interesse de Furnas.

O DEE.O está estruturado em:

Divisão de Análise da Proteção (DAPR.O)

Executar as seguintes atividades próprias de análise da proteção do Sistema Elétrico de Furnas:

- análise das perturbações verificadas no Sistema Elétrico, avaliando o desempenho da proteção e propondo medidas para corrigir as falhas encontradas;
- estudos e determinação dos ajustes da proteção dos geradores, transformadores, linhas de transmissão e demais equipamentos do sistema em operação, em articulação com os órgãos próprios da DO quanto aos fatores intrínsecos desses equipamentos;
- estudos de curto-circuito visando sua aplicação nos estudos de proteção e na verificação dos limites relativos à capacidade nominal de equipamentos do sistema;
- elaboração de esquemas especiais de proteção e circuitos de controle, para atender configurações de emergência e recomendações provenientes de estudos operativos, tais como esquemas de corte de geração, esquemas de conservação de carga, desligamentos sequenciais e outros;
- estudos para a substituição de relés e dispositivos de proteção;
- sequências de testes especiais nos esquemas de proteção e circuitos de controle, de geradores, transformadores, linhas de transmissão e demais equipamentos, participando da análise dos resultados e da aplicação junto aos órgãos de manutenção;
- relatórios de análise dos desligamentos forçados e de análise da atuação das proteções de geradores, transformadores, linhas de transmissão e demais equipamentos.
- determinação da distribuição dos canais dos registradores de perturbações, bem como do ajuste dos respectivos sensores de partida;
- determinação de modificações relativas aos sistemas de proteção e circuitos de controle dos geradores, transformadores, linhas de transmissão e demais equipamentos do sistema, após a respectiva entrega à operação e uma vez vencidos os períodos de garantia;
- estudos de proteção visando sanar a influência de harmônicos no Sistema;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da Companhia, nas modificações na distribuição de pontos supervisionados pelo Sistema de Aquisição de Dados, registrados nos Sequenciadores de Eventos;
- participação, junto aos órgãos responsáveis pela manutenção, na execução de testes de comissionamento de novos esquemas elétricos de proteção e controle;
- análise, em articulação com os órgãos próprios da DE, das falhas encontradas no comissionamento dos equipamentos de proteção, propondo as modificações necessárias;
- realização de estudos e emissão de pareceres, em articulação com os órgãos próprios da DO e da DE, referentes à especificação de sistemas de proteção.

Divisão de Estudos Elétricos e Programação Energética (DEEP.O)

Executar as seguintes atividades próprias de estudos elétricos e programação energética do Sistema Elétrico de Furnas:

- estudos de fluxo de potência, de transitórios eletromecânicos, de estabilidade, de rejeição de carga, de energização de equipamentos, de penetração harmônica, de programação dinâmica dual estocástica, de planejamento da operação de sistemas hidrotérmicos a médio prazo, de Simulação a Usinas Individualizadas de Subsistemas Hidrotérmicos Interligados e de transitórios eletromagnéticos para o sistema em operação e para configurações previstas a curto e médio prazos, em condições normais e de emergência;
- estudos para determinar os ajustes das escalas de medidores instantâneos e da telemedição;
- análise de perturbações no sistema elétrico, propondo medidas que visem melhorar o desempenho deste;
- estudos de carregamento em transformadores e linhas de transmissão para várias configurações e condições do sistema, com o objetivo de definir limitações operativas para estes equipamentos;
- desenvolvimento, testes, implantação e atualização dos programas computacionais de suporte à programação energética, análise de redes em regime permanente e transitório, para o planejamento eletroenergético da operação;
- elaboração das instruções de operação para normalização e recomposição do sistema;
- elaboração e análise das estatísticas da operação e de desempenho do sistema elétrico;
- atualização do Livro do Sistema Elétrico de Furnas;
- apuração e acompanhamento dos dados operativos que servem de base para o cálculo da parcela variável da receita de transmissão, bem como das grandezas e valores referentes à apuração da receita dos serviços ancilares;
- elaboração e atualização dos diagramas de operação;
- proposição de alternativas de operação dos reservatórios hidráulicos, da complementação térmica e dos intercâmbios de energia com outras empresas, visando a utilização ótima das fontes geradoras e atendendo às exigências da legislação e acordos internacionais, em articulação com o ONS;
- implantação da programação horária de geração das usinas e de descargas dos vertedouros para controle dos reservatório;
- programação horária de intercâmbios de energia elétrica com as demais empresas;
- programação e supervisão da execução da operação de controle de cheias em situação normal e de emergência, em articulação com os órgãos próprios das demais empresas envolvidas e com o ONS;
- desenvolvimento dos modelos e programas de planejamento energético da operação e de despacho econômico de geração, para utilização no planejamento da operação do sistema;
- coleta, juntos aos órgãos próprios da Empresa e das Empresas Interligadas, de dados de equipamentos de geração e de linhas de transmissão, para aplicação em estudos elétricos e para atualização de limites operativos;
- participação, junto com os demais agentes do Sistema Interligado, da análise das solicitações de intervenção em geradores, equipamentos e linhas de transmissão;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da DO, na elaboração do programa de desligamentos de fontes de geração e equipamentos do sistema de transmissão, cuja indisponibilidade restrinja a capacidade de geração de Furnas ou a de Itaipu, compatibilizando-a com as estratégias de comercialização de energia indicadas.

Divisão de Estudos Especiais da Operação (DEEO.O)

Executar as seguintes atividades próprias de estudos especiais da operação do Sistema Elétrico de Furnas:

- estudos, abrangendo o sistema em operação e as configurações previstas a curto e médio prazos, em condições normais e de emergência, com o objetivo de otimizar o desempenho transitório e dinâmico do sistema elétrico através de ações dos sistemas de controle;
- desenvolvimento de estudos e ferramentas para a identificação, determinação de parâmetros e ajustes dos sistemas de controle analógicos e digitais, visando a simulação do comportamento transitório e dinâmico do sistema elétrico;
- desenvolvimento, testes, implantação e atualização do sistema digital de Controle Automático de Geração, referente ao Sistema de Supervisão e Controle do Centro de Operação do Sistema;
- desenvolvimento, testes, implantação e atualização dos sistemas de controle conjunto de potência ativa e reativa de usinas, dos sistemas de controle do elo de corrente contínua, dos sinais estabilizadores de potência (PSS) e dos compensadores estáticos;
- estudos de sistemas de controle, visando à solução de problemas de ressonância, instabilidade e interação harmônica existentes no Sistema;
- estudos e análises relativos à modernização e à melhoria do desempenho do sistema de transmissão de corrente contínua de Furnas;
- estudos especiais do sistema elétrico que envolvam conversão corrente alternada/corrente contínua, tais como avaliação das sobretensões e sobrecorrentes transitórias oriundas de falhas de comutação e curto-circuitos em pontes tiristorizadas e desempenho dinâmico de estações conversoras;
- participação no processo de análise de perturbações do sistema e, quando necessário, efetuar estudos de simulação, propondo medidas corretivas e mitigadoras através de ações dos sistemas de controle em operação;
- utilização, manutenção e operação do Simulador de Sistemas Elétricos, visando a análise do desempenho transitório e dinâmico do Sistema Elétrico e de seus controles e proteções associadas, com o objetivo de suportar as atividades de operação do Sistema;
- análise e determinação das modificações de filosofia de sistemas de controle analógicos e digitais em operação, visando a solução de problemas relativos a esses sistemas;
- participação no desenvolvimento de modelos e protótipos relativos a novos sistemas de controle analógicos e digitais, visando a realização de novas funções de controle para atender às necessidades do sistema elétrico;
- recomendação, especificação e solicitação aos órgãos da DO da execução de ensaios e testes especiais nos sistemas de controle, bem como participação na sua definição, análise e acompanhamento da aplicação.
- análise e emissão de parecer, em articulação com os órgãos próprios da DE, quanto à especificação de sistemas de controle analógicos e digitais;
- desenvolvimento, análise e modelagem de aplicativos de suporte a estudos de sistemas de controle;
- participação nos processos de determinação de critérios e metodologias para o estabelecimento e alocação da Reserva de Potência Operativa do Sistema Interligado no âmbito do ONS e da CMO.

Divisão de Hidrologia (DHDR.O)

Executar as seguintes atividades próprias de hidrologia:

- elaboração de previsões de vazões afluentes e precipitações pluviométricas, relativas aos locais de interesse do planejamento e supervisão da operação energética, bem como para o controle de cheias;
- supervisão do sistema de monitoração da situação hidrológica e emissão de boletins e alertas para as áreas envolvidas;
- acompanhamento, junto às áreas de produção, da instalação e manutenção de equipamentos e estações hidrometeorológicas;
- acompanhamento de estudos referentes ao controle de cheias, fazendo, quando solicitado, o levantamento de informações de campo e a quantificação de parâmetros;
- elaboração de estudos hidrometeorológicos diretamente relacionados com o planejamento da operação e produção hidroenergética do sistema, bem como fornecimento de informações a órgãos governamentais, empresas congêneres e outras entidades responsáveis pelo gerenciamento de recursos hídricos;
- acompanhamento de estudos e projetos relacionados com a hidráulica, hidrometeorologia e sedimentologia, desenvolvidos em órgãos próprios da DE, relacionados à operação do sistema;
- elaboração e emissão de boletins meteorológicos, bem como prestar serviços na área de meteorologia, para todos os órgãos da Empresa;
- operação e supervisão, com apoio de outros órgãos da Empresa, do Sistema de Hidrometeorologia de Furnas (SHF);
- elaboração e atualização do banco de dados energéticos, hidrológicos e de operação dos reservatórios.

Superintendência de Engenharia de Manutenção (EM.O)

Planejar, coordenar e controlar as atividades de engenharia de manutenção dos equipamentos de geração, de transmissão, de telecomunicações, de proteção, de medição e de terminais remotos, bem como sistemas locais de supervisão, automação, controle e aquisição de dados, compreendendo:

- política de manutenção dos diferentes tipos de equipamentos e sobressalentes sob a responsabilidade dos diversos órgãos da DO;
- política de instrumentos de ensaios e testes de dispositivos especiais de manutenção;
- programação de manutenção dos equipamentos sob a responsabilidade dos diversos órgãos da DO, em articulação com as Superintendências de Produção e de Operação;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos sob a responsabilidade dos diversos órgãos da DO, em articulação com as Superintendências de Produção;
- pesquisa e divulgação de novas técnicas de manutenção, promovendo o intercâmbio das experiências no âmbito da DO;
- análise e avaliação do desempenho dos equipamentos sob a responsabilidade da DO, estabelecendo soluções para os problemas identificados.

Promover a execução de treinamentos de formação, de aperfeiçoamento técnico e de absorção de novas tecnologias, no Centro de Treinamento da Operação.

Promover, junto aos fabricantes e prestadores de serviços externos, quando necessário, a solução dos problemas de manutenção dos equipamentos em operação nas diferentes áreas da DO.

Acompanhar, junto à DE, o trato de assuntos ligados a projetos e especificações, a reclamações de garantia e a pendências relativas a equipamentos e sobressalentes, visando proporcionar informações necessárias à identificação de problemas operacionais que requeiram reanálise de concepções de projetos e de especificações.

Coordenar as atividades de manutenção de Furnas junto a entidades externas.

Promover, quando necessário, a contratação de serviços especializados de consultoria técnica para inspeção, manutenção e ensaios nas linhas de transmissão, nos equipamentos de geração e nos de transmissão em operação, após o período de garantia dos mesmos, bem como nos serviços relacionados com a substituição, fabricação e recuperação de peças, dispositivos especiais e equipamentos para manutenção.

Apoiar os órgãos próprios da DE na definição de projetos e do desenvolvimento de novos sistemas e ampliações, para atender à necessidade de automação de processos no âmbito da DO, fornecendo subsídios através do levantamento e da análise das necessidades de supervisão, automação, controle e aquisição de dados de usinas, subestações e estações de telecomunicações em operação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

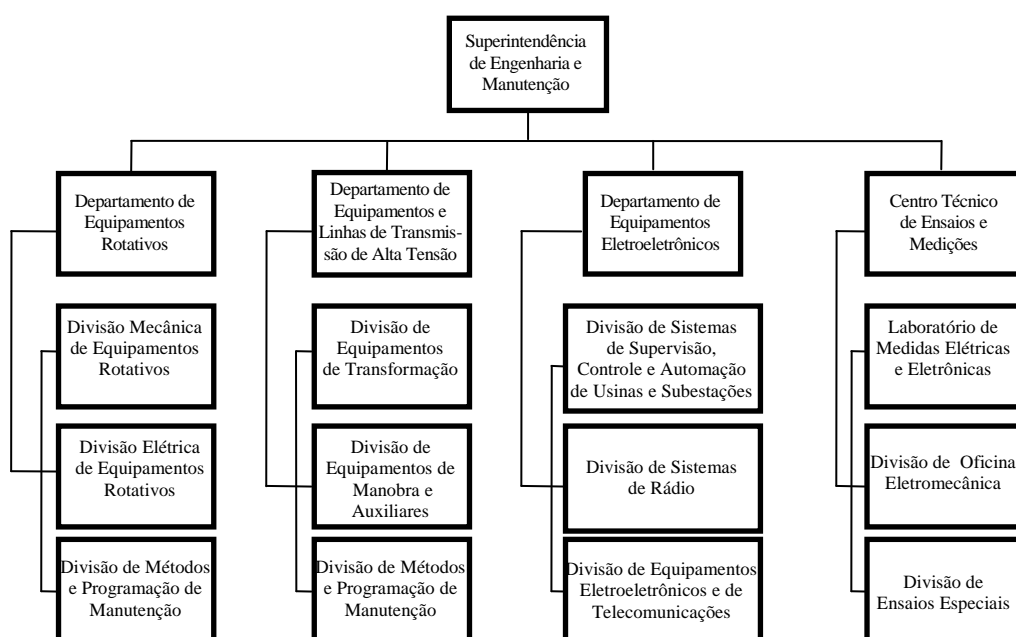
Acompanhar, junto aos órgãos da DE, a execução de projetos de modificação ou ampliação das instalações da Empresa, bem como a atualização dos documentos técnicos.

Acompanhar, em articulação com a DE, o cumprimento da garantia contratual das instalações de geração, transmissão e telecomunicação.

Coordenar, no âmbito da DO, a atualização da base de dados dos ativos imobilizados em serviços e o levantamento dos custos de operação e manutenção.

A EM.O está estruturada em:

- Departamento de Equipamentos Rotativos (DER.O);
- Departamento de Equipamentos e Linhas de Transmissão de Alta Tensão (DAT.O);
- Departamento de Equipamentos Eletroeletrônicos (DQE.O);
- Centro Técnico de Ensaio e Medições (CTE.O).



Departamento de Equipamentos Rotativos (DER.O)

Estabelecer, em articulação com o Departamento de Operação e os de Produção, a metodologia e a periodicidade para manutenção dos geradores, reguladores de tensão, compensadores síncronos, equipamentos de sistemas de supervisão e controle de serviços auxiliares, com tensão abaixo de 13,8 kV; turbinas; reguladores de velocidade; pórticos e pontes rolantes; comportas; condutos forçados; sistemas de ar condicionado; sistemas de refrigeração e resfriamento; motores; bombas; geradores diesel; tubulações; e instalações civis em geral.

Pesquisar e estabelecer, em articulação com os Departamentos de Produção, as modificações nas condições-limite de operação dos equipamentos da sua área de responsabilidade e na forma de atuação dos dispositivos de proteção e controle.

Determinar, para os equipamentos em operação e fora do processo de modernização, em relação a sistemas analógicos e digitais de monitoramento: forma de atuação; necessidades; especificação; aquisição, em coordenação com os órgãos próprios da DG; implantação; atualização e dotação, dos equipamentos sob sua responsabilidade, de técnicas preditivas de manutenção.

Determinar, em coordenação com os Departamentos de Produção, a forma de atuação e as necessidades de supervisão digital, alarme e anunciação dos equipamentos em operação sob sua responsabilidade, bem como providenciar e acompanhar a implementação, junto aos órgãos próprios da DO e da DE.

Desenvolver, em articulação com os órgãos próprios da DO, estudos relativos à manutenção dos equipamentos de sua área de responsabilidade e dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário.

Acompanhar, junto à DE, o desenvolvimento de projetos, especificações e montagem de equipamentos, fornecendo informações provenientes de sua experiência técnica, bem como identificar e encaminhar, quando necessário, os problemas de obras civis relativas a equipamentos e instalações em operação sob sua responsabilidade.

Definir, em articulação com os Departamentos de Produção, e conduzir, junto aos órgãos próprios da DE, a especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção para novos sistemas, instalações e ampliações.

Definir e implantar no Sistema Integrado de Gestão as diretrizes de manutenção dos equipamentos de geração.

Participar da elaboração das normas e instruções de manutenção, inspeção e ensaios para os equipamentos da sua área de responsabilidade.

Representar a Empresa em órgãos externos, no que se relaciona a atividades de apoio técnico à manutenção dos equipamentos sob sua responsabilidade.

Especificar e dar aceitação técnica, em articulação com os órgãos próprios da DO e da DG, de máquinas de manutenção, materiais, ferramentas e instrumentos especiais sob sua responsabilidade.

Coordenar, no âmbito da DO, a aquisição de equipamentos, ferramentas e instrumentos eletromecânicos, analisando, em articulação com os Departamentos de Produção, as respectivas especificações e quantidades necessárias, bem como acompanhar o processo de aquisição, junto aos órgãos próprios da DG.

Coordenar a participação da DO nas atividades de comissionamento de novos equipamentos sob sua responsabilidade.

Definir, em conjunto com os órgãos próprios da DE, os critérios de inspeções subaquáticas e de manutenção das instalações civis de usinas hidrelétricas.

Recomendar e coordenar, quando necessário, a contratação de serviços especializados de manutenção ou de consultoria técnica para inspeção, manutenção e ensaios, nos equipamentos em operação, bem como os relacionados com a substituição, fabricação e recuperação de equipamentos, peças e dispositivos especiais para manutenção sob sua responsabilidade.

Propor, em articulação com os órgãos próprios da DO, as modificações nos sistemas de supervisão e controle dos serviços auxiliares com tensão abaixo de 13,8 kV, bem como analisar a forma de operação, determinar as fontes de alimentação prioritárias, as necessidades de automatismo e seletividade operacional.

Fornecer, às empresas parceiras de Furnas, relatórios de desempenho dos equipamentos instalados nos empreendimentos administrados em conjunto com essas empresas.

O DER.O está estruturado em:

Divisão Mecânica de Equipamentos Rotativos (DMCR.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção dos geradores, compensadores síncronos, turbinas, reguladores de velocidade, pórticos e pontes rolantes, comportas, condutos forçados, sistema de ar condicionado, sistemas de refrigeração e de resfriamento, bombas, geradores diesel e tubulações, compreendendo:

- metodologia e periodicidade para a manutenção;
- prestação de serviços de inspeção, ensaios e testes eletromecânicos especiais, a outros órgãos da Empresa e a entidades externas, recomendando ou executando as correções pertinentes;
- acompanhamento da execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário;
- orientação dos órgãos de produção em relação às recomendações dos órgãos reguladores e do ONS que tratam de não-conformidades, de solicitações de testes e demais encaminhamentos;
- promoção e realização de estudos e pesquisas relativos a sistemas de lubrificação e de óleos lubrificantes;
- desenvolvimento de estudos e implantação de sistemas de galvanoplastia;
- monitoramento do desempenho de cargas de óleo lubrificante e hidráulico utilizados em equipamentos de grande porte de usinas hidrelétricas e subestações, através de análises físico-químicas de amostras programadas e eventuais de óleo;
- acompanhamento do estado de funcionamento das unidades geradoras, através do sistema de monitoramento contínuo “on-line” dos parâmetros do processo;
- definição da necessidade de recondicionamento (centrifugação / filtração), readitivação, regeneração ou troca de cargas de óleo lubrificante, hidráulico e sintético dos equipamentos de usinas hidrelétricas e subestações;

- implantação de sistemas de tratamento químico e microbiológico de água, para sistemas abertos de resfriamento de unidades geradoras e de captação de água de serviço, em articulação com os órgãos de meio ambiente;
- estudo do impacto de espécies aquáticas invasoras em equipamentos de captação de água, apresentando formas de controle e monitoramento, em articulação com os órgãos de meio ambiente;
- realização de estudos na área de materiais de engenharia resistentes à corrosão, recomendando tratamento anticorrosivo e esquemas de proteção e pintura e;
- estudos e análises relativas a:
 - condições-limite de operação dos equipamentos sob sua responsabilidade e dos respectivos dispositivos de proteção e controle;
 - materiais e produtos aplicáveis aos equipamentos sob sua responsabilidade;
 - modificações e ensaios nos reguladores de velocidade em operação, visando melhoria na sua performance operativa;
 - desempenho dos equipamentos sob sua responsabilidade;
 - propostas para aquisição e, quando for o caso, remanejamento de instrumentos, ferramentas e equipamentos mecânicos;
 - resultados de ensaios em equipamentos e emissão de recomendação de manutenção;
 - especificação, acompanhamento e emissão de recomendação de ensaios de comissionamento ou aceitação de equipamentos;
 - definição de escopo e elaboração de especificação técnica, visando a modernização e recapacitação de equipamentos das usinas;
 - pesquisa com produtos similares ou alternativos, com vistas à especificação da aquisição de peças e componentes sobressalentes para equipamentos;
 - pesquisa e implementação de novas tecnologias de monitoração e manutenção de equipamentos.

Divisão Elétrica de Equipamentos Rotativos (DEER.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção dos geradores, compensadores síncronos, turbinas, reguladores de velocidade, pórticos e pontes rolantes, comportas, condutos forçados, sistema de ar condicionado, sistemas de refrigeração e de resfriamento, bombas, geradores diesel e tubulações, compreendendo:

- metodologia e periodicidade para a manutenção;
- prestação de serviços de inspeção, ensaios e testes eletromecânicos especiais, a outros órgãos da Empresa e a entidades externas, recomendando ou executando as correções pertinentes;
- acompanhamento da execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário;
- orientação dos órgãos de produção em relação às recomendações dos órgãos reguladores e do ONS que tratam de não-conformidades, de solicitações de testes e demais encaminhamentos;
- promoção e realização de estudos e pesquisas relativos a sistemas de lubrificação e de óleos lubrificantes;
- desenvolvimento de estudos e implantação de sistemas de galvanoplastia;

- monitoramento do desempenho de cargas de óleo lubrificante e hidráulico utilizados em equipamentos de grande porte de usinas hidrelétricas e subestações, através de análises físico-químicas de amostras programadas e eventuais de óleo;
- acompanhamento do estado de funcionamento das unidades geradoras, através do sistema de monitoramento contínuo “on-line” dos parâmetros do processo;
- definição da necessidade de condicionamento (centrifugação / filtração), readitivação, regeneração ou troca de cargas de óleo lubrificante, hidráulico e sintético dos equipamentos de usinas hidrelétricas e subestações;
- implantação de sistemas de tratamento químico e microbiológico de água, para sistemas abertos de resfriamento de unidades geradoras e de captação de água de serviço, em articulação com os órgãos de meio ambiente;
- estudo do impacto de espécies aquáticas invasoras em equipamentos de captação de água, apresentando formas de controle e monitoramento, em articulação com os órgãos de meio ambiente;
- realização de estudos na área de materiais de engenharia resistentes à corrosão, recomendando tratamento anticorrosivo e esquemas de proteção e pintura e;
- estudos e análises relativas a:
 - condições-limite de operação dos equipamentos sob sua responsabilidade e dos respectivos dispositivos de proteção e controle;
 - materiais e produtos aplicáveis aos equipamentos sob sua responsabilidade;
 - modificações e ensaios nos reguladores de velocidade em operação, visando melhoria na sua performance operativa;
 - desempenho dos equipamentos sob sua responsabilidade;
 - propostas para aquisição e, quando for o caso, remanejamento de instrumentos, ferramentas e equipamentos mecânicos;
 - resultados de ensaios em equipamentos e emissão de recomendação de manutenção;
 - especificação, acompanhamento e emissão de recomendação de ensaios de comissionamento ou aceitação de equipamentos;
 - definição de escopo e elaboração de especificação técnica, visando a modernização e recapacitação de equipamentos das usinas;
 - pesquisa com produtos similares ou alternativos, com vistas à especificação da aquisição de peças e componentes sobressalentes para equipamentos;
 - pesquisa e implementação de novas tecnologias de monitoração e manutenção de equipamentos.

Divisão de Métodos e Programação de Manutenção (DMPM.O)

Executar as seguintes atividades próprias de métodos e programação de manutenção, compreendendo:

- elaboração de estudos e pesquisas, em articulação com os órgãos de produção e de engenharia de manutenção, visando subsidiar a definição de critérios de manutenção, tipos de ensaios e suas periodicidades, bem como os mecanismos de controle necessários à implantação de novas técnicas de manutenção;
- participação no desenvolvimento e na implantação de sistemas computacionais para gerenciamento das atividades de manutenção, acompanhamento e controle dos custos de manutenção, e de monitoramento do desempenho dos equipamentos e instalações das áreas de produção;

- acompanhamento da atualização do cadastro de dados técnicos, operacionais e administrativos de equipamentos e instalações da Empresa;
- divulgação e atualização de normas e instruções de manutenção referentes a equipamentos e instalações de responsabilidade das Superintendências de Produção e de Engenharia de Manutenção, por meio do Manual Técnico de Campo;
- elaboração e promoção da implantação, divulgação e atualização de procedimentos de inspeção de usinas, subestações e linhas de transmissão;
- acompanhamento da apuração de índices de manutenção, promovendo sua análise, interpretação e divulgação;
- pesquisa e implantação de tecnologias voltadas para o gerenciamento informatizado da manutenção;
- acompanhamento do desenvolvimento, implantação e utilização dos aplicativos desenvolvidos ou em desenvolvimento pelos órgãos da Superintendência, promovendo sua divulgação.

Departamento de Equipamentos e Linhas de Transmissão de Alta Tensão(DAT.O)

Estabelecer, em articulação com os Departamentos de Produção, a metodologia e a periodicidade para manutenção dos equipamentos de alta tensão, de nível de tensão igual ou superior a 13,8 kV, instalados nos vãos de linha e nos serviços auxiliares das subestações; das válvulas conversoras; das linhas de transmissão; dos barramentos e estruturas de usinas, subestações e estações conversoras; das estações de telecomunicações; dos sistemas de aterramento; dos eletrodos de terra; das faixas de servidão e das estradas de acesso.

Pesquisar e estabelecer, em articulação com os Departamentos de Produção, as modificações nas condições-limite de operação dos equipamentos da sua área de responsabilidade e na forma de atuação dos dispositivos de proteção e controle, visando a melhoria do desempenho operativo.

Desenvolver, em articulação com os órgãos próprios da DO, estudos relativos à manutenção dos equipamentos de sua área de responsabilidade e dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário.

Promover, junto aos fabricantes e prestadores de serviços externos, a solução dos problemas com os equipamentos da sua área de responsabilidade e com as linhas de transmissão, que estejam em operação.

Acompanhar, junto à DE, o desenvolvimento de projetos, especificações e montagem dos equipamentos da sua área de responsabilidade, serviços auxiliares e linhas de transmissão, fornecendo informações provenientes de sua experiência técnica, bem como identificar e recomendar soluções para os problemas relativos à interação, com o meio ambiente, dos equipamentos da sua área de responsabilidade e linhas de transmissão, que estejam em operação.

Definir, em articulação com os Departamentos de Produção, e conduzir, junto aos órgãos próprios da DE, a especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção para novos sistemas, instalações e ampliações.

Representar a Empresa em órgãos externos, no que se relaciona às atividades de apoio técnico à manutenção dos equipamentos da sua área de responsabilidade e das linhas de transmissão.

Participar da elaboração das normas e instruções de manutenção, inspeção e ensaios para os equipamentos da sua área de responsabilidade.

Especificar e dar aceitação técnica, em articulação com os órgãos próprios da DO e da DG, de máquinas de manutenção, materiais, ferramentas e instrumentos especiais da sua área de responsabilidade.

Avaliar e emitir parecer sobre as propostas para a execução de benfeitorias e de travessias de linhas de transmissão, rodovias, ferrovias, oleodutos, aquedutos, gasodutos e a implantação de loteamentos, nas faixas de servidão das linhas de transmissão de Furnas, acompanhando essa execução.

Promover e realizar estudos e pesquisas, especialmente nas áreas de materiais isolantes, pintura e corrosão em equipamentos em operação e materiais utilizados nos Departamentos de Produção, recomendando as medidas corretivas necessárias, mantendo os órgãos próprios da DE informados.

Recomendar e coordenar, quando necessário, a contratação de serviços especializados de manutenção ou de consultoria técnica para inspeção, manutenção e ensaios, nos equipamentos da sua área de responsabilidade e linhas de transmissão em operação, bem como os relacionados com a substituição, fabricação e recuperação de equipamentos, peças e dispositivos especiais para manutenção, da sua área de responsabilidade.

Pesquisar, estabelecer, desenvolver, implantar e manter atualizados os sistemas de monitoramento, para os bancos de dados inerentes às técnicas preditivas de manutenção dos equipamentos da sua área de responsabilidade.

Prestar apoio técnico aos órgãos diretamente envolvidos com a manutenção dos equipamentos da sua área de responsabilidade e das linhas de transmissão, através da indicação de necessidade de treinamento e da disseminação de conhecimentos sobre novos sistemas, equipamentos e tecnologias utilizadas.

O DAT.O está estruturado em:

Divisão de Equipamentos de Transformação (DETF.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção de equipamentos de transformação, tais como transformadores, reatores, pára-raios, transformadores de corrente, transformadores de potencial, divisores capacitivos de potência, divisores resistivos de potência, bancos de capacitores, filtros de corrente contínua e corrente alternada, compensadores estáticos, resistores e buchas de parede, compreendendo:

- metodologia e periodicidade para a manutenção;
- ensaios, inspeções e testes especiais, recomendando as providências apropriadas à correção das falhas encontradas;
- prestação de serviços de inspeção, ensaios e testes especiais a outros órgãos da Empresa e a entidades externas, recomendando ou executando as correções pertinentes;
- acompanhamento da execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário.
- estudos e análises relativas a:

- condições-limite de operação dos equipamentos sob sua responsabilidade e dos respectivos dispositivos de proteção e controle;
- especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção;
- desempenho dos equipamentos sob sua responsabilidade;
- materiais isolantes, pintura e corrosão nos equipamentos em operação, bem como os materiais utilizados pelos Departamentos de Produção, propondo as alterações necessárias.

Divisão de Equipamentos de Manobra e Auxiliares (DEMA.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção de equipamentos de manobra e auxiliares, tais como disjuntores, chaves seccionadoras, compressores e sistema de ar comprimido, válvulas conversoras, baterias e retificadores, malha de terra e sistemas de aterramento, sistemas auxiliares de corrente contínua, equipamentos de sistemas auxiliares de corrente alternada de tensão igual ou superior a 13,8 kV, sistemas anti-incêndio de água nebulizada e de gás halon e sistemas auxiliares de estações de telecomunicações, compreendendo:

- metodologia e periodicidade para a manutenção;
- ensaios, inspeções e testes especiais, recomendando as providências apropriadas à correção das falhas encontradas;
- prestação de serviços de inspeção, ensaios e testes especiais a outros órgãos da Empresa e a entidades externas, recomendando ou executando as correções pertinentes;
- acompanhamento da execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário.
- estudos e análises relativas a:
 - condições-limite de operação dos equipamentos sob sua responsabilidade e dos respectivos dispositivos de proteção e controle;
 - especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção;
 - desempenho dos equipamentos sob sua responsabilidade.

Divisão de Linhas de Transmissão (DLTR.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção de linhas de transmissão e de seu aterramento, linhas e eletrodos de aterramento do sistema de transmissão em corrente contínua, linhas de alimentação das estações de telecomunicações, estruturas, barramentos, conectores, isoladores, cabos condutores e cabos pára-raios das subestações, faixas de servidão e áreas de interferência de eletrodos, e estradas de acesso às linhas de transmissão, compreendendo:

- metodologia e periodicidade para a manutenção;
- ensaios, inspeções e testes especiais, recomendando as providências apropriadas à correção das falhas encontradas;
- prestação de serviços de inspeção, ensaios e testes especiais, a outros órgãos da Empresa e a entidades externas, recomendando ou executando as correções pertinentes;
- acompanhamento da execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário;

- projetos de variantes provisórias e de recuperação de linhas de transmissão acidentadas em emergência.
- estudos e análises relativas a:
 - condições-limite de operação das linhas de transmissão em operação;
 - especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, peças sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção;
 - desempenho das linhas de transmissão, propondo as melhorias necessárias relacionadas à segurança, confiabilidade e disponibilidade;
 - propostas para a execução de benfeitorias e de travessias de linhas de transmissão, rodovias, ferrovias, oleodutos, aquedutos, gasodutos e a implantação de loteamentos, nas faixas de servidão das linhas de transmissão de Furnas, acompanhando essa execução.

Departamento de Equipamentos Eletroeletrônicos (DQE.O)

Estabelecer, em articulação com o Departamento de Operação e os de Produção, a metodologia e a periodicidade de manutenção dos equipamentos de telecomunicações, proteção e medição; e dos terminais remotos e sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados localizados nas usinas, subestações e estações de telecomunicações.

Desenvolver, testar e implantar os sistemas, de atuação em tempo real, dos terminais remotos e sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados das usinas, subestações e estações de telecomunicações em operação, excetuando as ampliações de responsabilidade da DE e as modernizações, que serão implementadas em articulação com a DE.

Analisar e avaliar o desempenho dos sistemas de telecomunicações, de medição, de proteção, de serviços auxiliares de usinas e subestações, de terminais remotos e de sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados das usinas, subestações e estações de telecomunicações, recomendando ensaios e testes especiais para avaliar as condições de operação.

Acompanhar, junto à DE, o desenvolvimento de projetos, especificações e implantação de equipamentos e sistemas da sua área de responsabilidade, fornecendo informações provenientes de sua experiência técnica.

Definir, em articulação com os Departamentos de Produção, e conduzir, junto aos órgãos próprios da DE, a especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção para novos sistemas, instalações e ampliações.

Representar a Empresa em órgãos externos, no que se relacionar às atividades de apoio técnico à manutenção dos equipamentos da sua área de responsabilidade.

Participar da elaboração das normas e instruções de manutenção, inspeção e ensaios para os equipamentos da sua área de responsabilidade.

Especificar e dar aceitação técnica, em articulação com os órgãos próprios da DO e da DG, de máquinas de manutenção, materiais, ferramentas e instrumentos especiais sob sua responsabilidade.

Coordenar, no âmbito da DO, a aquisição de instrumentos eletroeletrônicos, analisando, em articulação com os Departamentos de Produção, as respectivas necessidades, e acompanhar o processo de aquisição junto aos órgãos próprios da DG.

Propor, em articulação com os Departamentos de Produção, a política de sobressalentes, de equipamentos de reserva, de instrumentos e de aparelhos de testes, da sua área de responsabilidade.

Promover a manutenção, em laboratório, dos relés, transdutores, medidores, instrumentos indicadores, registradores e instrumentos de ensaio, além de módulos de sistemas eletroeletrônicos.

Promover, junto aos órgãos governamentais, as atividades de legalização dos sistemas de telecomunicações da Empresa, após a entrada em operação.

Determinar os ajustes dos relés de proteção de serviços auxiliares de usinas e subestações.

Estudar e determinar alterações em circuitos de medição e controle da proteção dos serviços auxiliares de usinas e subestações.

Desenvolver, em articulação com os órgãos próprios da DO, estudos relativos à manutenção dos equipamentos de sua área de responsabilidade e dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário.

Recomendar e coordenar a contratação dos serviços especializados de consultoria técnica, relativos ao desempenho dos sistemas de telecomunicações, bem como dos terminais remotos e sistemas locais de supervisão, automação, controle e aquisição de dados das usinas, subestações e estações de telecomunicações em operação. Prestar apoio técnico aos órgãos diretamente envolvidos com a manutenção dos sistemas de sua área de atuação, através da indicação de necessidade de treinamento e da disseminação de conhecimentos sobre novos sistemas e equipamentos da tecnologia utilizada.

Promover o estudo, o levantamento e a análise das necessidades próprias de telecomunicações, supervisão, automação, controle e aquisição de dados no âmbito da DO, participando, junto aos órgãos próprios da DE, da concepção de projetos e do desenvolvimento e integração de novos sistemas a serem implantados ou de ampliações.

Participar, sob coordenação dos órgãos próprios da DE, do desenvolvimento e a implantação de sistemas eletrônicos de segurança patrimonial em instalações da Empresa.

O DQE.O está estruturado em:

Divisão de Sistemas de Supervisão, Controle e Automação de Usinas e Subestações (DSCA.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção de sistemas de proteção e medição, e dos terminais remotos e sistemas de supervisão, automação, controle e aquisição de dados das Usinas e Subestações, compreendendo:

- metodologia e periodicidade para a manutenção;
- solicitação e acompanhamento, junto aos órgãos responsáveis da DO, da execução de testes em equipamentos sob sua responsabilidade, participando da definição dos testes e da análise dos resultados;
- participação no desenvolvimento de protótipos, bem como no estudo e análise das necessidades próprias de supervisão de usinas e subestações em operação, informando aos órgãos próprios da DE e acompanhando, junto aos mesmos, a definição da concepção de projetos e do desenvolvimento e integração de novos sistemas e ampliações, visando atender às necessidades de automação de processos, no âmbito da DO;

- participação, em articulação com os órgãos próprios da DO e da DE, na análise da concepção de sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade, fornecendo subsídios sob o ponto de vista operativo e de manutenção, bem como do comissionamento e da integração desses sistemas, analisando os resultados obtidos, propondo as modificações e recomendando, aos órgãos próprios da DE, as aceitações técnicas preliminares e definitivas;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da DO e da DE, no projeto, desenvolvimento, testes e implantação da rede de telemedição analógica e digital para o controle automático da geração;
- elaboração dos procedimentos de administração das bases de dados dos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade, mantendo os órgãos próprios da DO informados, tendo em vista a garantia de consistência das informações;
- estudos e análises relativas a:
 - condições-limite de operação dos equipamentos sob sua responsabilidade;
 - especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção para novas instalações e ampliações;
 - desempenho dos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade;
 - ajustes dos relés de proteção dos serviços auxiliares de usinas e subestações;
 - circuitos de medição e controle da proteção dos serviços auxiliares de usinas e subestações, propondo as alterações necessárias.

Divisão de Sistemas de Rádio (DSRA.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção dos sistemas e equipamentos de transmissão por ondas portadoras em linhas de alta tensão; de rádio SHF, UHF, VHF e HF; de multiplex alta, média e baixa capacidade; de transmissão e recepção de dados de baixa, média e alta capacidade; e de outros meios de transmissão, tais como, cabos coaxiais e fibras óticas:

- metodologia e periodicidade para a manutenção;
- acompanhamento da execução das manutenções nos equipamentos sob sua responsabilidade, bem como dos serviços de recuperação de maior vulto, prestando o apoio técnico necessário;
- ensaios e testes eletroeletrônicos especiais nos equipamentos sob sua responsabilidade, recomendando as providências apropriadas à correção das falhas encontradas;
- controle da utilização dos canais de comunicação dos sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento, junto aos fabricantes e prestadores de serviços externos, da solução dos problemas com os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, que estejam em operação, após o período de garantia;
- estudos e análises relativas a:
 - condições-limite de operação dos equipamentos sob sua responsabilidade;
 - especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção para novas instalações e ampliações;
 - desempenho dos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Divisão de Equipamentos Eletroeletrônicos e de Telecomunicações (DQET.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção dos sistemas e equipamentos de comutação de circuitos de voz e dados, interface com usuário, redes telefônicas, incluindo cabos coaxiais, fibras óticas, eletrônicos de rede, dispositivos de proteção e outros especiais de comunicações, compreendendo:

- metodologia e periodicidade para a manutenção;
- execução da manutenção dos equipamentos de telecomunicações, de telefonia, eletroeletrônicos e dos sistemas auxiliares de telecomunicações, instalados no Escritório Central, sob a responsabilidade da DO;
- participação na execução dos serviços de instalação, em conjunto com outras empresas, dos equipamentos de telecomunicações, de telefonia, eletroeletrônicos e dos sistemas auxiliares de telecomunicações instalados no Centro de Operação do Sistema;
- ensaios e testes eletroeletrônicos especiais nos equipamentos sob sua responsabilidade, recomendando as providências apropriadas à correção das falhas encontradas;
- implantação e acompanhamento, em articulação com as empresas concessionárias de telecomunicações, do desempenho dos circuitos de telecomunicações interligados aos sistemas de responsabilidade da DO;
- acompanhamento das providências relativas à instalação, ampliação, comissionamento e operação dos sistemas sob sua responsabilidade;
- estudos e análises relativas a:
 - condições-limite de operação dos equipamentos sob sua responsabilidade;
 - especificação e dimensionamento de equipamentos de reserva, sobressalentes, ferramentas e instrumentos especiais de manutenção para novas instalações e ampliações;
 - desempenho dos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Centro Técnico de Ensaios e Medições (CTE.O)

Promover a execução de estudos, desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, ensaios, processos e sistemas que visem melhorar o desempenho dos equipamentos das áreas de produção da Companhia, elaborando normas e instruções de serviços de manutenção, inspeção e ensaios.

Desenvolver, em articulação com a OI.G, produtos e processos digitais e computacionais de monitoração e aquisição de informações para os bancos de dados, inerentes às técnicas preditivas de manutenção dos equipamentos das áreas de produção da Empresa.

Promover, em articulação com os demais órgãos da EM.O, a atuação junto a fabricantes e centros de pesquisa, de modo a solucionar problemas com equipamentos e sistemas das áreas de produção da Empresa.

Participar das atividades de comissionamento e aceitação de novos equipamentos das áreas de produção da Empresa.

Promover a execução de ensaios especializados, necessários à manutenção e operação de equipamentos e sistemas das áreas de produção da Empresa.

Promover a execução de estudos e análises relativas à similaridade, para subsidiar os demais órgãos da EM.O em novas aquisições de materiais destinados ao reparo de equipamentos das áreas de produção da Empresa.

Promover a execução de atividades próprias de laboratório, relativas à aferição dos padrões primários do sistema elétrico da Empresa, disseminando suas medidas pelas usinas e subestações.

Promover a calibração e aferição dos sistemas de medição de energia para fins de faturamento da Empresa.

Promover a análise de amostras de óleo isolante de transformadores e reatores, de óleos lubrificantes e de eletrólitos de baterias das usinas e subestações da Empresa.

Promover a especificação, a aceitação, a calibração, a aferição e o reparo de equipamentos e instrumentos de ensaios.

Promover a execução da manutenção corretiva de urgência, ensaios e testes eletroeletrônicos em reguladores de tensão e de velocidade e seus dispositivos associados.

Prestar serviços de manutenção, reparo, ajuste e calibração de instrumentos a terceiros, quando de interesse da Empresa.

Desenvolver, no âmbito da DO, procedimentos e tecnologias aplicáveis a telecomunicações por fibras óticas, promovendo a disseminação da tecnologia envolvida.

Promover a execução de serviços necessários à recuperação de equipamentos eletroeletrônicos e eletromecânicos defeituosos e à confecção de peças, componentes ou sobressalentes completos.

Promover a execução de estudos e análises relativos à viabilidade técnica e econômica para a confecção de peças, componentes ou sobressalentes completos para substituição por similar nacional.

Representar Furnas junto a outras empresas e órgãos oficiais para assuntos relacionados à metrologia elétrica, tempo e frequência.

Executar os programas e as atividades de treinamento, formação e aperfeiçoamento técnico-profissional desenvolvidos no Centro de Treinamento da Operação, localizado junto à usina de Furnas, administrando e mantendo suas instalações.

Solicitar ao órgão de gestão de pessoas, suporte pedagógico para as atividades de treinamento, formação e de aperfeiçoamento técnico-profissional.

O CTE.O está estruturado em:

Laboratório de Medidas Elétricas e Eletrônicas (LAME.O)

Executar as seguintes atividades próprias de reparo, ajuste e calibração dos instrumentos e equipamentos de ensaio, elétricos e eletrônicos, compreendendo:

- calibração dos padrões de referência, trabalho e serviço, referentes às medidas elétricas, de temperatura e de tempo/frequência da Empresa;
- disseminação dos sinais de Tempo Padrão para aplicação em sistemas da Empresa;
- propriedade, guarda, manutenção e uso dos padrões de referência e dos instrumentos de medição;
- calibração e recertificação dos padrões primários de medidas elétricas, de temperatura e de tempo/frequência junto aos órgãos oficiais;
- projetos de melhorias, especificação de equipamentos, instalação, ensaios de aceitação, de manutenção, de calibração periódica e ajustes dos sistemas de medição de energia de faturamento e de qualidade de energia da Empresa, para o atendimento à agência reguladora, em conformidade com a legislação vigente;

- serviços de laboratório, incluindo correções de defeitos, modificações, calibrações e ajustes em relés, medidores, instrumentos e equipamentos de ensaio, transdutores, módulos eletrônicos e dispositivos de comunicação e telemedicação;
- avaliação dos projetos dos sistemas de medição de faturamento e seu respectivo comissionamento, nas fronteiras com outros agentes conectantes, quando da interligação desses agentes ao sistema da Empresa;
- ensaios de avaliação de desempenho de instrumentos, equipamentos de ensaio, sistemas de proteção, controle e supervisão, no campo e no laboratório;
- avaliação de necessidades, especificação e acompanhamento, no âmbito da DO, do processo de aquisição e aceitação de instrumentos de ensaios e medições;
- estudos e ensaios visando à substituição de componentes descontinuados ou de difícil aquisição;
- desenvolvimento, no âmbito da DO, de procedimentos e tecnologias de medição e análise de temperatura por infravermelho;
- desenvolvimento, no âmbito da DO, de procedimentos e tecnologias de detecção de efeito corona por ultravioleta.
- participação em fóruns técnicos de medição e qualidade de energia;
- participação em programas de comparação interlaboratorial, visando estabelecer o kWh padrão;
- manutenção do credenciamento do Laboratório junto ao Inmetro, à Rede Brasileira de Calibração e a outros organismos oficiais.

Divisão de Oficina Eletromecânica (DOFE.O)

Executar as seguintes atividades próprias de oficina eletromecânica para as áreas de produção da Empresa, compreendendo:

- confecção de peças, componentes ou sobressalentes completos, visando suprir as necessidades das áreas de produção;
- serviços de recuperação em equipamentos, dispositivos especiais e componentes não ofertados pelo mercado;
- atuação junto a fabricantes, fornecedores e centros de pesquisas, buscando solucionar problemas com os equipamentos das áreas de produção da Empresa;
- operação e manutenção da unidade móvel de apoio a emergências em linhas de transmissão, dando suporte às áreas de produção e aos órgãos próprios da EM.O;
- avaliação de necessidades, especificação e acompanhamento, no âmbito da DO, do processo de aquisição e aceitação de equipamentos e instrumentos de oficina;
- ensaios relativos às propriedades mecânicas dos materiais;
- ensaios de verificação e calibração referentes às grandezas dimensionais força e pressão;
- serviços de recuperação em transformadores de alta e extra-alta tensão.

Divisão de Ensaios Especiais (DENE.O)

Executar as seguintes atividades próprias de ensaios, inspeções e testes eletromecânicos especiais em usinas e subestações, compreendendo:

- proposição de produtos e processos digitais e computacionais de monitoração e aquisição de informações para bancos de dados, inerentes às técnicas preditivas de manutenção dos equipamentos das áreas de produção da Empresa;

- operação e manutenção do laboratório móvel, utilizado em ensaios, em alta e extra-alta tensão, nas subestações das áreas de produção da Empresa;
- manutenção corretiva de urgência, além de ensaios preventivos em reguladores de tensão e de velocidade e seus dispositivos associados;
- estudos de similaridade e especificação de materiais perecíveis destinados ao reparo de equipamentos elétricos;
- ensaios e testes eletromecânicos de comissionamento, aceitação e eficiência de equipamentos das áreas de produção da Empresa;
- ensaios físico-químicos e cromatográficos;
- ensaios de avaliação de grau de polimerização em papel isolante de equipamentos de alta e extra-alta tensão;
- ensaios periódicos e não-programados em óleos isolantes, lubrificantes, hidráulicos e eletrólitos das usinas e subestações;
- fabricação, por processo fotográfico, de cartões de circuito impresso, contatos elétricos, componentes diversos e painéis de alumínio anodizado;
- serviços de metalização em contatos elétricos de instrumentos e equipamentos;
- ensaios de avaliação do teor de umidade em papel, papelão e materiais isolantes diversos.

Superintendência de Produção Oeste (PO.O)

Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, as atividades de geração de energia elétrica e as de transmissão, bem como as atividades do sistema de telecomunicações, e zelar pela eficiência e eficácia da operação das instalações.

Participar, em articulação com a EM.O, do estabelecimento dos programas de manutenção dos equipamentos de sua área de atuação, bem como coordenar e controlar a execução das atividades pertinentes.

Participar, em articulação com a EM.O, da elaboração das normas e instruções de manutenção.

Prestar apoio, à SO.O, na elaboração de normas, de instruções de operação e nas revisões mensais da programação de manutenção das unidades geradoras.

Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Participar, sob a coordenação da DE, do comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Acompanhar a execução de projetos de modificação ou ampliação das instalações da Empresa conduzidos pela DE, bem como a atualização dos documentos técnicos.

Acompanhar, em articulação com a EM.O, o cumprimento da garantia contratual das instalações de geração, transmissão e telecomunicação, de responsabilidade da DE.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da DE, o trato dos assuntos ligados a construção, montagem, comissionamento de novas instalações, arranjos físicos de casas de controle de usinas e subestações, bem como a projetos de instalações de apoio, localização de vilas residenciais, almoxarifados, escritórios e estradas de acesso.

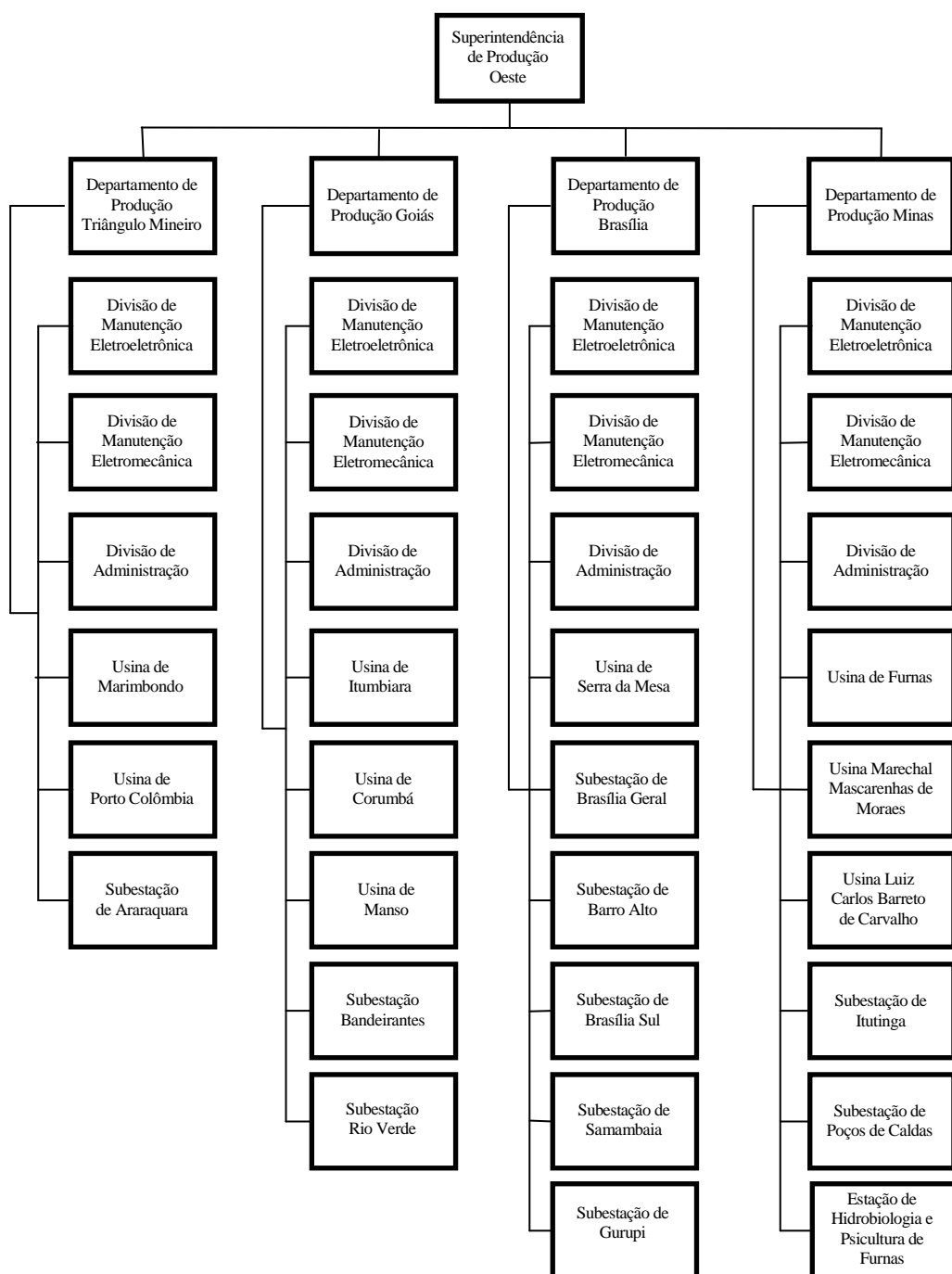
Propor os programas de implantação das atividades de operação de novas instalações em sua área de atuação.

Desenvolver, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, as atividades de preservação do meio ambiente, segundo a política e diretrizes definidas por Furnas.

Controlar a realização dos serviços de travessias nos reservatórios das usinas sob sua responsabilidade, inclusive os executados por terceiros e, quando necessário, coordenar essas atividades com órgãos de outras Diretorias.

A PO.O está estruturada em:

- Departamento de Produção Triângulo Mineiro (DRT.O);
- Departamento de Produção Goiás (DRG.O);
- Departamento de Produção Brasília (DRB.O);
- Departamento de Produção Minas (DRM.O).



Departamento de Produção Triângulo Mineiro (DRT.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas hidráulicas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos regionais da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Controlar a execução dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas, responsabilizando-se pela operação, manutenção e utilização das balsas e demais bens patrimoniais necessários à prestação dos serviços de navegação.

O DRT.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLT.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida sob sua responsabilidade;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMET.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos,

mecânicos e eletromecânicos das usinas hidráulicas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;

- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas.
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE.
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades.
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGT.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do DRT.O, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à Fundação Real Grandeza (FRG), tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- elaboração do orçamento anual do DRT.O, realizando o acompanhamento orçamentário;
- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DRT.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;

- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DRT.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do DTR.O;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas.

Usina de Marimbondo (USMR.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;

- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Usina de Porto Colômbia (USCL.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;

- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Subestação de Araraquara (STAR.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Departamento de Produção Goiás (DRG.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas hidráulicas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos regionais da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Controlar a execução dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas, responsabilizando-se pela operação, manutenção e utilização das balsas e demais bens patrimoniais necessários à prestação dos serviços de navegação.

O DRG.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLG.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida sob sua responsabilidade;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEG.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas hidráulicas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;
- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGG.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do DRG.O, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- elaboração do orçamento anual do DRG.O, realizando o acompanhamento orçamentário;
- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DRG.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;

- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DRG.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do Departamento;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas.

Usina de Itumbiara (USIT.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação da usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;

- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Usina de Corumbá (USCB.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação da usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;

- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Usina de Manso (USMS.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação da usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;

- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Subestação de Bandeirantes (STBD.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação da subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Rio Verde (STRV.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação da subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Departamento de Produção Brasília (DRB.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas hidráulicas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos regionais da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Promover a execução, sob contrato, dos serviços especiais de operação, zelando pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

O DRB.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLB.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;

- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida sob sua responsabilidade;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEB.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas hidráulicas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;
- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;

- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGB.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do Departamento, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à Fundação Real Grandeza, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- elaboração do orçamento anual do DRB.O, realizando o acompanhamento orçamentário;
- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DRB.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DRB.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do DRB.O.

Usina de Serra da Mesa (USSM.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação da usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;

- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à Fundação Real Grandeza, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Subestação de Brasília Geral (STBG.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação da subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;

- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Subestação de Barro Alto (STBT.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;

- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Brasília Sul (STBS.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;

- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG; contábeis-financeiros, tais como: de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Samambaia (STSB.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG; contábeis-financeiros, tais como: de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Gurupi (STGU.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE.
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- execução, sob contrato, dos serviços especiais de operação, zelando pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Departamento de Produção Minas (DRM.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas hidráulicas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos regionais da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Controlar a execução dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas, responsabilizando-se pela operação, manutenção e utilização das balsas e demais bens patrimoniais necessários à prestação dos serviços de navegação.

O DRM.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLM.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida sob sua responsabilidade;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEM.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas hidráulicas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;
- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;

- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGM.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do DRM.O, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- elaboração do orçamento anual do DRM.O, realizando o acompanhamento orçamentário;
- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DRM.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DRM.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do DRM.O;

- execução, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas.

Usina de Furnas (USFU.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Usina de Marechal Mascarenhas de Moraes (USMM.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas Licenças de Trabalho Ordinárias (LTO);
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- Atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Usina Luiz Carlos Barreto de Carvalho (USLB.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Subestação de Itutinga (STIT.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Poços de Caldas (STPC.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;

- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;

Estação de Hidrobiologia e Piscicultura de Furnas (EHPF.O)

Executar as seguintes atividades próprias de hidrobiologia e piscicultura:

- monitoramento limnológico e da qualidade da água dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas;
- avaliação da necessidade do peixamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, com espécies nativas das respectivas bacias hidrográficas;
- estudos de biologia de pesca e levantamento do desembarque pesqueiro nos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas;
- desenvolvimento de estudos e tecnologia para a reprodução de espécies nativas;
- ações de repovoamento dos reservatórios com as espécies selecionadas;
- desenvolvimento da piscicultura em geral, atendendo pequenos e médios produtores rurais, por meio de contratos e convênios com prefeituras e órgãos de extensão;
- elaboração ou acompanhamento de estudos e ações ambientais ligadas aos empreendimentos de geração e transmissão, nas fases de planejamento, construção e operação.

Superintendência de Produção Sudeste (PS.O)

Planejar, coordenar e controlar, na sua área de atuação, as atividades de geração e transmissão de energia elétrica, bem como as atividades do sistema de telecomunicações, e zelar pela eficiência e eficácia da operação das instalações.

Participar, em articulação com a EM.O, do estabelecimento dos programas de manutenção dos equipamentos de sua área de atuação, bem como coordenar e controlar a execução das atividades pertinentes.

Acompanhar os resultados da política de sobressalentes das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações e recomendar alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Participar, sob a coordenação da DE, do comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

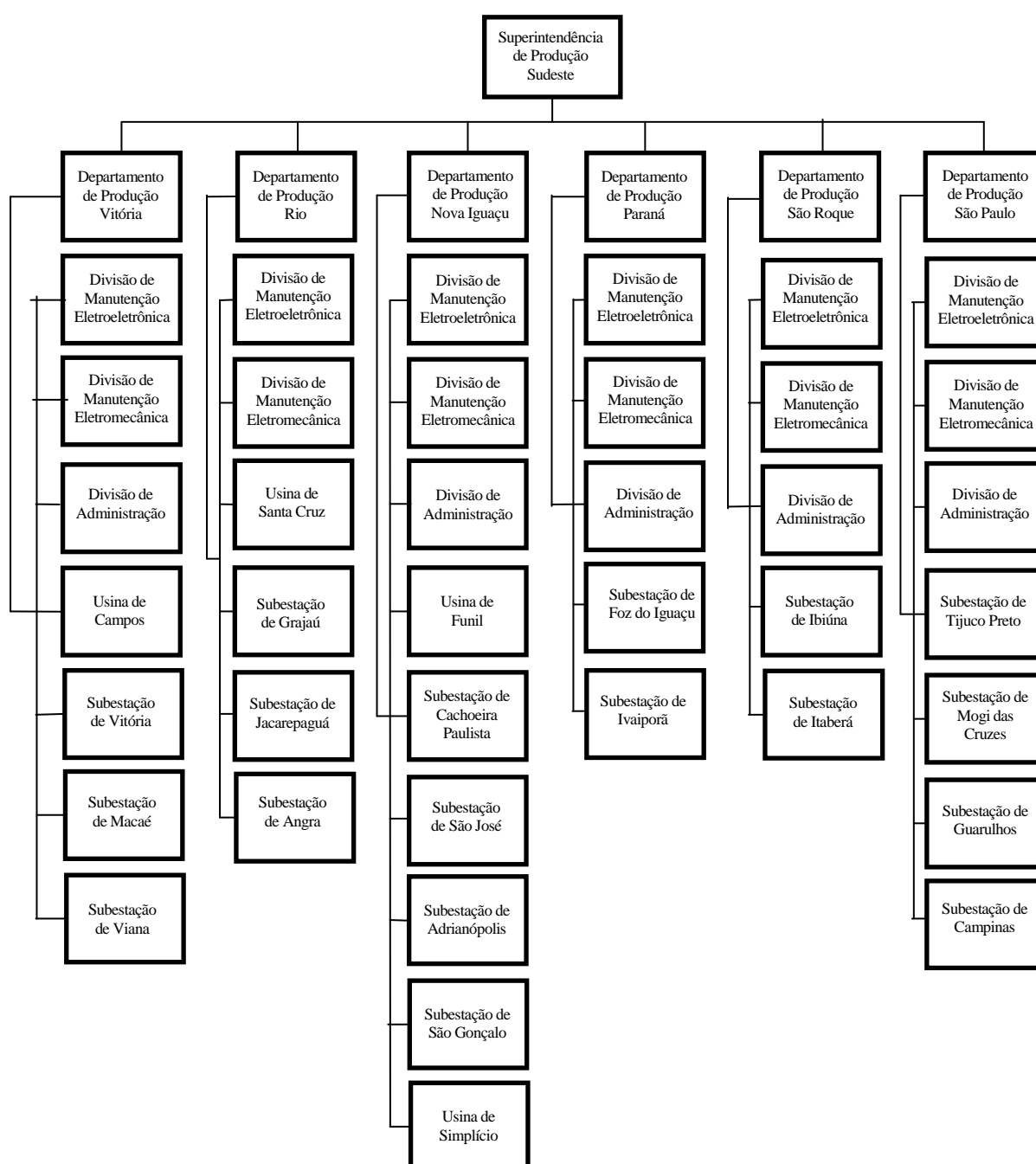
Acompanhar a execução de projetos de modificação ou ampliação das instalações da Empresa conduzidos pela DE, bem como a atualização dos documentos técnicos.

Acompanhar, em articulação com a EM.O, o cumprimento da garantia contratual das instalações de geração, transmissão e telecomunicação, de responsabilidade da DE.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da DE, o trato dos assuntos ligados à construção, montagem, comissionamento de novas instalações, arranjos físicos de casas de controle de usinas e subestações, bem como a projetos de instalações de apoio, localização de vilas residenciais, almoxarifados, escritórios e estradas de acesso.

Desenvolver, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, as atividades de preservação do meio ambiente, segundo a política e diretrizes definidas por Furnas.

Controlar a realização dos serviços de travessias nos reservatórios das usinas sob sua responsabilidade, inclusive os executados por terceiros e, quando necessário, coordenar essas atividades com órgãos de outras Diretorias.



Departamento de Produção Vitória (DRV.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação, geração e transmissão e as relativas a sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos regionais da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, simuladores, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios de Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Coordenar, em articulação com os órgãos próprios da DO, as atividades necessárias à manutenção dos estoques de combustível fóssil.

Promover, em conjunto com os órgãos próprios da Empresa, o desenvolvimento apropriado de pessoal para as atividades especiais relacionadas à geração térmica convencional e outras fontes alternativas, e de operação, fazendo cumprir os programas de treinamento teórico e prático, conforme as exigências legais regulamentares.

O DRV.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLV.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção em sistemas de proteção, monitoramento, medição, controle, automação e supervisão, bem como em sistemas de rádio, fibras óticas, CFTV, telecontrole e sistemas computacionais de vídeo, voz e dados, nas usinas, subestações e estações de telecomunicações sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios, testes em simuladores, testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida sob sua responsabilidade;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos, simuladores e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEV.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;
- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGV.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do DRV.O, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- elaboração do orçamento anual do DRV.O, realizando o acompanhamento orçamentário;

- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DRV.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DRV.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do DRV.O;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas.

Usina de Campos (USCG.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e o seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização de execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, na elaboração nas instruções e normas de operação;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, na elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- supervisão dos postos meteorológicos e de controle do ar atmosférico da sua área de responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da Área de Meio Ambiente;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes a execução das respectivas atividades;
- acompanhamento da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- fornecimento de treinamento teórico e prático de pessoal técnico para os cursos de formação e de aperfeiçoamento;
- execução de suas atividades observando a preservação do meio ambiente em sua área de atuação;
- execução do controle e tratamento químico da água do ciclo térmico das Unidades Geradoras e sistemas auxiliares;

- realização da operação e do controle dos parâmetros químicos da Estação de Tratamento de Água;
- realização das análises físico-química para controle da qualidade de óleos lubrificantes, isolantes e combustíveis usados na Usina e demais Usinas Térmicas do DRV.O;
- realização das análises físico-química e bacteriológica de águas para , modernizações, efluentes e resfriamento;
- controle do recebimento, estocagem e consumo dos combustíveis utilizados na usina.

Subestação de Vitória (STVT.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Macaé (STMH.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;

- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Viana (STVA.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;

- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Departamento de Produção Rio (DRR.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação, geração e transmissão e as relativas a sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e de EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos regionais da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, simuladores, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Coordenar, em articulação com os órgãos próprios da DO, as atividades necessárias à manutenção dos estoques de combustível fóssil.

Promover, em conjunto com os órgãos próprios da Empresa, o desenvolvimento apropriado de pessoal para as atividades especiais relacionadas à geração térmica convencional e outras fontes alternativas, e de operação, fazendo cumprir os programas de treinamento teórico e prático, conforme as exigências legais regulamentares.

O Departamento de Produção Rio - DRR.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLR.O)

- Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:
- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;

- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida sob sua responsabilidade;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMER.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;
- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Usina de Santa Cruz (USSC.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e o seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização de execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, na elaboração das instruções e normas de operação;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, na elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- supervisão dos postos meteorológicos e de controle do ar atmosférico da sua área de responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da Área de Meio Ambiente;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- acompanhamento da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- fornecimento de treinamento teórico e prático de pessoal técnico para os cursos de formação e de aperfeiçoamento;
- execução de suas atividades observando a preservação do meio ambiente em sua área de atuação;
- execução do controle e tratamento químico da água do ciclo térmico das Unidades Geradoras e sistemas auxiliares;
- realização da operação e do controle dos parâmetros químicos da Estação de Tratamento de Água;
- realização das análises físico-química para controle da qualidade de óleos lubrificantes, isolantes e combustíveis usados na Usina e demais Usinas Térmicas do DRR.O;
- realização das análises físico-química e bacteriológica de águas para , modernizações, efluentes e resfriamento;
- controle do recebimento, estocagem e consumo dos combustíveis utilizados na Usina.

Subestação de Grajaú (STGR.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;

- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Jacarepaguá (STJP.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;

- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Angra (STAN.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Departamento de Produção Nova Iguaçu (DRN.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas hidráulicas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições. Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Controlar a execução dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas, responsabilizando-se pela operação, manutenção e utilização das balsas e demais bens patrimoniais necessários à prestação dos serviços de navegação.

O DRN.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLN.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida sob sua responsabilidade;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEN.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;

- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGN.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do DAGN.O, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG; contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- elaboração do orçamento anual do DAGN.O realizando o acompanhamento orçamentário;
- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DAGN.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DAGN.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;

- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do DAGN.O;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas.

Usina de Funil (USFL.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;

- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
- participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Subestação de Cachoeira Paulista (STCH.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de São José (STSJ.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;

- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Adrianópolis (STAD.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;

- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de São Gonçalo (STSG.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Usina de Simplício (USSL.O)

Executar as seguintes atividades próprias de operação de usina:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da usina, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na usina, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificada aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- participação, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e os de manutenção do Departamento de Produção, da elaboração do Programa de Parada de Máquinas;
- inspeção, em articulação com os órgãos próprios da DE, das barragens principal e auxiliares, realizando as leituras dos instrumentos de controle, de acordo com os critérios estabelecidos pelos órgãos próprios da DE;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e aos órgãos próprios da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- execução e fiscalização, em sua área de responsabilidade, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
 - apoio às atividades sociais pertinentes à vila residencial e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviço;
 - apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção e a outros órgãos da Empresa localizados na sua área de atuação;
 - participação na elaboração, em articulação com os órgãos próprios da SO.O, de normas e instruções de operação.

Departamento de Produção Paraná (DRP.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas hidráulicas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos regionais da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da Superintendência de Engenharia de Manutenção, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios da Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Controlar a execução dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas, responsabilizando-se pela operação, manutenção e utilização das balsas e demais bens patrimoniais necessários à prestação dos serviços de navegação.

O DRP.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLP.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEP.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas hidráulicas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;
- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;

- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGP.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do DRP.O, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- elaboração do orçamento anual do DRP.O, realizando o acompanhamento orçamentário;
- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DRP.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DRP.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;

- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do DRP.O;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas.

Subestação de Foz do Iguaçu (STFI.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Ivaiporã (STIV.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;

- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Departamento de Produção São Roque (DRQ.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas hidráulicas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios de Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Controlar a execução dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas, responsabilizando-se pela operação, manutenção e utilização das balsas e demais bens patrimoniais necessários à prestação dos serviços de navegação.

O DRQ.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLQ.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;

- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMEQ.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas hidráulicas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;
- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;

- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGQ.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do DRQ.O, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- elaboração do orçamento anual do DRQ.O, realizando o acompanhamento orçamentário;
- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DRQ.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DRQ.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do DRQ.O;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas.

Subestação de Ibiuna (STIN.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;

- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Itaberá (STIA.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;

- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Departamento de Produção São Paulo (DRL.O)

Supervisionar e controlar a execução, nas áreas sob sua responsabilidade, das atividades de operação das usinas hidráulicas, subestações e sistemas de telecomunicações, bem como as de manutenção das instalações das usinas hidráulicas, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações.

Elaborar, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e da EM.O, a programação de parada das unidades geradoras e de desligamento de equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Programar e controlar a execução dos serviços relativos a reparos, substituição e transferência de equipamentos, na sua área de atuação.

Supervisionar a execução de ensaios especiais, modificações e outros serviços de grande porte, recomendados pelos órgãos da EM.O, nos sistemas e equipamentos sob sua responsabilidade.

Informar, aos órgãos da SO.O e da EM.O, os dados relativos a ocorrências em instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações de sua área de atuação.

Prestar apoio, aos órgãos da DE, no comissionamento e testes de recepção das instalações de geração, transmissão e telecomunicações, em sua área de atuação, bem como acompanhar as respectivas pendências.

Implantar os serviços de operação e manutenção de novas instalações ou de expansão de instalações, coordenando as providências necessárias, junto aos órgãos da Empresa, bem como participar da programação de energização na sua área de atuação.

Prestar apoio aos órgãos da DE no comissionamento e testes de recepção das instalações de usinas, linhas e subestações, bem como acompanhar respectivas pendências.

Liberar, para operação, os equipamentos sob sua responsabilidade, após a realização dos testes de recepção e comissionamento.

Acompanhar, junto aos órgãos próprios da EM.O, os assuntos ligados a novos projetos, inclusive quanto a sobressalentes, instrumentos de ensaio, equipamentos reserva e testes realizados pelos fabricantes.

Providenciar, em articulação com os órgãos próprios da EM.O, o cumprimento dos aspectos de garantia contratual das instalações de geração, de transmissão e de telecomunicações.

Promover ou recomendar, em sua área de atuação, a contratação de serviços e administrar os respectivos contratos.

Avaliar os resultados da política de sobressalentes estabelecida para as instalações de sua responsabilidade e recomendar, se for o caso, alterações visando o seu aperfeiçoamento.

Programar e controlar a execução das atividades relacionadas com a conservação do meio ambiente, em articulação com os órgãos próprios de Empresa.

Representar a Empresa, na sua área de atuação, junto a órgãos da Administração Pública e Instituições.

Providenciar, junto aos órgãos próprios da Empresa, as medidas necessárias à regularização das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão e estações de telecomunicações de sua área de responsabilidade, quando verificada, através de inspeção aérea ou terrestre, sua ocupação irregular.

Controlar a execução dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas, responsabilizando-se pela operação, manutenção e utilização das balsas e demais bens patrimoniais necessários à prestação dos serviços de navegação.

O DRL.O está estruturado em:

Divisão de Manutenção Eletroeletrônica (DMLS.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletroeletrônica:

- programação e execução da manutenção de sistemas de proteção, medição, controle e supervisão nas usinas e subestações, bem como de sistemas de rádio, comutação e telecontrole, de computadores e periféricos e das estações de microondas sob sua responsabilidade;
- inspeções, ensaios e testes especiais e modificações necessárias em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, após o término da garantia;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- proposição da realização de atividades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem, para atender às necessidades inerentes ao exercício de suas funções;
- análise das falhas ocorridas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias e fornecendo subsídios aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliação;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;

- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Manutenção Eletromecânica (DMES.O)

Executar as seguintes atividades próprias de manutenção eletromecânica:

- programação e execução da manutenção de equipamentos rotativos, elétricos e mecânicos, de transformação, de manobras, auxiliares e demais equipamentos e dispositivos elétricos, mecânicos e eletromecânicos das usinas hidráulicas e subestações, bem como a manutenção de linhas de transmissão e seus componentes sob sua responsabilidade;
- programação e inspeção, aérea e terrestre, das faixas de servidão e estradas de acesso, relativas a linhas de transmissão, estações de telecomunicações, sob sua responsabilidade, bem como as respectivas manutenções;
- inspeções, ensaios, testes especiais e modificações necessárias, em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- acompanhamento do desempenho dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, verificando se os mesmos operam dentro de suas características técnicas;
- fornecimento de subsídios, aos órgãos próprios da SO.O e da EM.O, sobre as falhas ocorridas em sua área de atuação que tenham provocado interrupção do sistema elétrico ou do sistema de telecomunicações;
- análise das falhas encontradas em equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, providenciando a recuperação e as correções necessárias;
- acompanhamento da execução de serviços de manutenção e de instalação em áreas e sistemas sob sua responsabilidade, atribuída a outros órgãos da Empresa ou a outras empresas;
- análise, sob o aspecto funcional e operacional, em articulação com os órgãos próprios da DO, dos projetos de novas instalações e ampliações;
- fornecimento de informações, aos órgãos próprios da EM.O, quanto aos resultados da aplicação da política de sobressalentes estabelecida para sua área de atuação;
- avaliação, quantificação e indicação, em articulação com os órgãos próprios da DO, da necessidade de instrumentos e ferramentas necessárias à execução de tarefas sob sua responsabilidade;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, enviando-os aos órgãos próprios da DE;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- elaboração de normas e instruções de manutenção para os equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade.

Divisão de Administração (DAGS.O)

Executar as seguintes atividades próprias de administração:

- execução e fiscalização, no âmbito do DRL.O, dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de hotéis, casas de visitas, alojamentos, refeitórios e centros recreativos; de postos telefônicos de responsabilidade de Furnas; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;

- elaboração do orçamento anual do DRL.O, realizando o acompanhamento orçamentário;
- apoio administrativo para a contratação de obras e serviços e para aluguel de imóveis, de competência do DRL.O, e controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- promoção, junto ao órgão próprio da Empresa, da contratação do seguro de instalações e equipamentos sob responsabilidade do DRL.O;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da EM.O e da DE, das atividades de hidrobiologia, piscicultura, ecologia, reflorestamento e controle do solo;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais e fiscalização do desempenho dos estabelecimentos comerciais e de serviços;
- apoio a outros órgãos da Empresa localizados na área de atuação do DRL.O;
- execução, em articulação com os órgãos próprios da Empresa, dos serviços de travessias através de balsas, nos reservatórios das usinas.

Subestação de Tijuco Preto (STTP.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;

- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Mogi das Cruzes (STMO.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Guarulhos (STGA.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;

- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;
- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

Subestação de Campinas (STCA.O)

Executar as seguintes atividades próprias de subestação:

- supervisão, em articulação com os órgãos próprios da SO.O e com os de manutenção do Departamento de Produção, da execução dos desligamentos dos equipamentos da subestação, em condições normais e de emergência, e do seu retorno à operação;
- autorização, coordenação e controle, em articulação com o Centro de Operação do Sistema, dos desligamentos dos equipamentos e sistemas não supervisionados diretamente por este Centro;
- acompanhamento dos serviços executados na subestação, zelando pelo cumprimento das normas operativas e de segurança em vigor;
- autorização da execução dos serviços definidos nas LTO;
- inspeção dos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade operativa, relatando as anormalidades verificadas aos órgãos próprios da SO.O e aos de manutenção do Departamento de Produção;
- indicação das necessidades de treinamento técnico-operacional de formação e reciclagem inerentes à execução das respectivas atividades;
- controle dos postos hidrométricos, pluviométricos, meteorológicos e sismológicos sob sua responsabilidade, informando os dados coletados aos órgãos próprios da SO.O e da DE;
- atualização dos desenhos técnicos originais, das instruções dos fabricantes e dos documentos técnicos relativos aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade;
- execução e fiscalização dos serviços de administração de pessoal, inclusive aqueles ligados à FRG, tais como: contábeis-financeiros; de suprimentos; de controle patrimonial; de apoio de transporte; de administração de refeitório e alojamentos; de vigilância e segurança industrial; e de manutenção, conservação e limpeza de áreas industriais e residenciais;

- controle da execução dos serviços contratados, zelando pelo cumprimento das cláusulas contratuais;
- elaboração do programa de distribuição de residências funcionais e de ramais telefônicos, de acordo com as diretrizes estabelecidas;
- apoio às atividades sociais pertinentes às vilas residenciais;
- apoio de serviços gerais ao pessoal técnico de manutenção localizado na sua área de atuação;
- elaboração de normas e instruções de operação.

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Furnas atua nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e atualmente possui instalações em todas as regiões do Brasil, abrangendo treze estados e o Distrito Federal. Além de operar grande parte desses empreendimentos, a Empresa atua, ainda, na área de comercialização de energia elétrica.

A seguir, está descrito como esses macroprocessos foram conduzidos durante o exercício de 2012.

NEGÓCIOS DA EMPRESA

Com 55 anos de história, Furnas está presente em 13 estados do Brasil e no Distrito Federal. A Empresa tem como base de seus negócios as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. Furnas tem participação, em parceria com a iniciativa privada, em empreendimentos de geração e transmissão de fundamental importância para garantir o aumento da oferta de energia elétrica no País. Esta participação, juntamente com as demais Empresas do Sistema Eletrobras, permitiu a obtenção de deságios consideráveis nos leilões promovidos pela Aneel, a partir de 2008, propiciando ganhos ao consumidor brasileiro.

Geração

Ocupando posição de destaque entre as maiores geradoras do País, Furnas possui 15 usinas hidrelétricas e 2 termelétricas convencionais, totalizando 11.365,58 MW de capacidade instalada, sendo 8.137 MW de propriedade integral, 1.487 MW de propriedade compartilhada e 1.741,58 MW em parceria com empresas estatais e/ou privadas, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE). Além das 15 usinas hidrelétricas em operação, 9 unidades geradoras da UHE Santo Antônio entraram em operação em 2012, agregando mais 644,4 MW ao parque gerador da Empresa, energia suficiente para abastecer 3 milhões de residências.

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade das Instalações (%)	Energia Assegurada (MW Médio)
Hidrelétrica			
Propriedade Integral			
Itumbiara (GO/MG)	2.082	100,00	1.015
Marimbondo (SP/MG)	1.440	100,00	726
Furnas (MG)	1.216	100,00	598
Luiz Carlos Barreto de Carvalho (SP/MG)	1.050	100,00	495
Marechal Mascarenhas de Moraes (MG)	476	100,00	295
Corumbá 1 (GO)	375	100,00	209

Usina / Localização	Capacidade Instalada (MW)	Propriedade das Instalações (%)	Energia Assegurada (MW Médio)
Porto Colômbia (MG/SP)	320	100,00	185
Funil (RJ)	216	100,00	121
Propriedade Compartilhada			
Serra da Mesa (GO)	1.275	48,46	671
Manso (MT)	212	70,00	92
Sociedade de Propósito Específico (SPE)			
Peixe Angical (TO) – SPE Enerpeixe S.A.	452	40,00	271
Baguari (MG) – SPE Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	140	15,00	80,2
Retiro Baixo (MG) – SPE Retiro Baixo Energética S.A.	82	49,00	38,5
Serra do Facão (GO) – SPE Serra do Facão Energia S.A.	212,6	49,50	182,4
Foz do Chapecó (RS/SC) – SPE Foz do Chapecó Energia S.A.	855	40,00	432
Santo Antônio (RO) – SPE Santo Antônio Energia S.A. *	644,4	39,00	453,7
Térmica			
Propriedade Integral			
Santa Cruz (RJ)	932	100,00	332
Roberto Silveira (Campos) (RJ)	30	100,00	21

* Corresponde a capacidade instalada das 9 unidades geradoras que entraram em operação em 2012. A capacidade total da usina é de 3.150,4 MW.

Com a finalidade de expandir seus negócios no exterior, Furnas participa com 19,6% na SPE Inambari Geração de Energia S.A. (IGESA), para realização de estudos de viabilidade da Central Hidrelétrica Inambari, no Peru, a 300 km da fronteira com o território brasileiro, com potência instalada prevista de 2.000 MW, bem como a transmissão associada, que inclui a elaboração de projeto para exportação de energia elétrica para o Brasil.

Ainda neste contexto, foram assinados dois Memorandos de Entendimentos que estabelecem os objetivos da parceria entre Furnas e a empresa *China Three Gorges International Corporation*. Destaca-se a estruturação de parceria visando à participação de Furnas na implantação do projeto piloto do Parque Eólico Xiangshui, de 200 MW, *off-shore*, na China. Encontra-se em conclusão o relatório de Furnas sobre a sua participação no projeto. A previsão de investimento total é de US\$ 550 milhões.

Novos Projetos de Geração em Implantação

Em alinhamento com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, Furnas tem como objetivo primordial o crescimento de seus negócios, seja por investimento exclusivo ou em parceria com a iniciativa privada. Hoje a Empresa está à frente de quatro novos empreendimentos de geração hidráulica, que agregarão 5.356 MW ao sistema elétrico brasileiro. Esses empreendimentos, relacionados a seguir, com investimento aproximado de R\$ 23 bilhões, encontram-se em fase de construção e apresentam as seguintes características:

Empreendimentos de Geração Hidráulica

Empreendimento	SPE	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
UHE Simplício / PCH Anta (RJ/MG)	-	333,7	100,0	2013
UHE Batalha (MG/GO)	-	52,5	100,0	2013
UHE Santo Antônio (RO)	Santo Antônio Energia S.A.	3.150,4	39,0	2012*
UHE Teles Pires (MT/PA)	Cia. Hidrelétrica Teles Pires S.A.	1.820,0	24,7	2015

* Em 2012, entraram em operação comercial 9 unidades geradoras das 44 existentes no projeto, que somaram 644,4 MW. De acordo com o cronograma, outras 17 turbinas entrarão em operação comercial durante 2013.

Com a finalidade de incluir fontes alternativas de energia em sua matriz energética, a Empresa participa da implantação de 17 parques eólicos (cerca de 500 MW), em parceria com a iniciativa privada, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, com investimento total aproximado de R\$ 1,8 bilhão. Destes parques, três estão em fase final de construção, descritos a seguir.

Empreendimentos de Geração Eólica

Usina Eólica / Localização	SPE	Capacidade Instalada (MW)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
Miassaba 3 (RN)	Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	68,47	24,5	2013
Rei dos Ventos 1 (RN)	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	58,45	24,5	2013
Rei dos Ventos 3 (RN)	Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	60,12	24,5	2013

Adicionalmente, 14 parques eólicos serão construídos a partir de 2013.

Ainda no âmbito do PAC, em parceria com empresas estatais e privadas, Furnas desenvolve estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de empreendimentos hidrelétricos, para aprovação da Aneel, a saber:

Estudos de Viabilidade de UHE

Aproveitamento Hidrelétrico	Localização	Capacidade Instalada (MW)
Água Limpa	MT	380
Mirador	GO	80
Porteiras	GO	86
Tabajara	RR	350
Toricoejo	MT	76

Furnas desenvolve, ainda, os seguintes estudos não incluídos no PAC:

Estudos de Inventário de UHE

Projeto	Localização	Capacidade Instalada (MW)
Inventário do rio Jequitinhonha	MG	1.092
Viabilidade UHE Maranhão	GO	125

Transmissão

O segmento de transmissão tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação de energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas de transmissão de energia. Furnas detém e opera uma rede de 19.420 km de linhas de transmissão, que faz parte do SIN. A Empresa opera ainda, 54 subestações, com capacidade de transformação de 106.987 MVA, sendo 46 próprias, 2 de propriedade compartilhada e 6 em parceria com a iniciativa privada sob a forma de SPE.

Este Sistema de Transmissão é responsável pelo transporte da energia das usinas geradoras até as subestações espalhadas pelas diversas regiões da área de atuação e disponibilizadas para as distribuidoras atenderem aos consumidores finais de eletricidade do País.

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o Sistema de Transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km desde o Estado do Paraná, até São Paulo. Este sistema é composto por três linhas em corrente alternada de 750 kV, e duas linhas em corrente contínua de ± 600 kV necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

Em agosto de 2012, entrou em operação a SE 500 kV Itatiba, parceria de Furnas (49%) e J. Malucelli Construtora de Obras S.A. (51%), na SPE Transenergia São Paulo S.A. Refere-se à implantação do seccionamento da LT 500 kV Campinas-Ibiúna para a instalação de 2 bancos de autotransformadores de 400 MVA cada e 500/138 kV, que permitem o fornecimento de energia para as distribuidoras locais.

Novos Projetos de Transmissão em Implantação

Para a expansão do seu parque transmissor, Furnas investe na construção de novos empreendimentos, que totalizam cerca de R\$ 5.870 milhões. A Empresa participa, com recursos próprios ou em parceria, dos projetos de construção de 32 novas linhas de transmissão, que acrescentarão mais de 5 mil km de linhas ao SIN, e de 19 subestações, também integrantes do PAC, com as seguintes características:

Empreendimento / Localização	SPE	Extensão da Linha (km)	Tensão (kV)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
LT Tijuco Preto-Itapeti (SP)	-	21,0	345	100,0	2013
LT Itapeti-Nordeste 3 e 4 (SP)	-	29,0	345	100,0	2013
LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 (MG)	-	180,0	500	100,0	2013
LT Anta-Simplício (RJ/MG)	-	30,0	138	100,0	2013
LT Simplício-Rocha Leão (MG/RJ)	-	120,0	138	100,0	2013
LT Batalha-Paracatu 1 (MG)	-	75,0	138	100,0	2013
LT Coletora Porto Velho-Araraquara 2 (RO/SP)	IE Madeira S.A.	2.375,0	± 600	24,5	2013
LT Santo Antônio-Coletora Porto Velho (RO)	IE Madeira S.A.	5,0	500	24,5	2013
LT Serra da Mesa-Niquelândia (GO)	Transenergia Goiás S.A.	100,0	230	49,0	2014
LT Niquelândia-Barro Alto (GO)	Transenergia Goiás S.A.	88,0	230	49,0	2014
LT Rio Verde Norte-Trindade (GO)	Goiás Transmissão S.A.	193,0	500	49,0	2013
LT Trindade-Xavantes (GO)	Goiás Transmissão S.A.	37,0	230	49,0	2013
LT Trindade-Carajás (GO)	Goiás Transmissão S.A.	29,0	230	49,0	2013

Empreendimento / Localização	SPE	Extensão da Linha (km)	Tensão (kV)	Participação de Furnas (%)	Previsão de Entrada em Operação
LT Chapadão-Jataí (MS/GO)	Transenergia Renovável S.A.	127,5	230	49,0	2013
LT Jataí-Mineiros (GO)	Transenergia Renovável S.A.	61,4	138	49,0	2013
LT Mineiros-Morro Vermelho (GO)	Transenergia Renovável S.A.	45,9	138	49,0	2013
LT Mineiros-Água Emendada (GO)	Transenergia Renovável S.A.	20,2	138	49,0	2013
LT Palmeiras-Edéia (GO)	Transenergia Renovável S.A.	57,1	230	49,0	2013
LT Morro Vermelho-Alto Taquari (GO/MT)	Transenergia Renovável S.A.	29,9	138	49,0	2013
LT Jataí-UTE Jataí (GO)	Transenergia Renovável S.A.	51,5	138	49,0	2013
LT Edéia-Tropical Bioenergia 1 (GO)	Transenergia Renovável S.A.	45,1	138	49,0	2013
LT Mesquita-Viana 2 (MG/ES)	MGE Transmissão S.A.	248,0	500	49,0	2013
LT Viana 2-Viana (MG/ES)	MGE Transmissão S.A.	10,0	345	49,0	2013
LT Mascarenhas-Linhares (ES)	-	99,0	230	100,0	2014
LT Xavantes-Pirineus (GO)	-	50,0	230	100,0	2013
LT Galinhos-Macau (RN)	Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	40,0	230	24,5	2013
LT Macau-Açu (RN)	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	80,0	230	24,5	2013
LT Teles Pires-Coletora Norte (MT)	Teles Pires Participações S.A.	7,0	500	24,72	2014
SE Linhares (ES)	-	-	230/138	100,0	2014
SE Trindade (GO)	Goiás Transmissão S.A.	-	500/230	49,0	2013
SE Viana (ES)	MGE Transmissão S.A.	-	500/345	49,0	2013
SE Corumbá (GO)	Caldas Novas Transmissão S.A.	-	345/138	49,9	2013
SE Luziânia (GO)	Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	-	500/138	49,0	2014
SE Niquelândia (GO)	Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	-	230/69	49,0	2014
SE Anta (RJ)	-	-	138	100,0	2013
SE Simplicio (MG)	-	-	138	100,0	2013
SE Batalha (GO/MG)	-	-	138	100,0	2013
SE Edéia (GO)	Transenergia Renovável S.A.	-	230/138	49,0	2013
SE Jataí (GO)	Transenergia Renovável S.A.	-	230/138	49,0	2013
SE Galinhos (RN)	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	-	230	24,5	2013
SE Macau (RN)	Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	-	230	24,5	2013
SE Morro Vermelho (GO)	Transenergia Renovável S.A.	-	138	49,0	2013
SE Mineiros (GO)	Transenergia Renovável S.A.	-	138	49,0	2013
SE Quirinópolis (GO)	Transenergia Renovável S.A.	-	230/138	49,0	2013
SE Santo Antônio (RO)	Madeira Energia S.A.	-	500	24,5	2013
SE Teles Pires (MT)	Teles Pires Participações S.A.	-	500	24,72	2014

Além dos projetos listados, Furnas participou dos Leilões Aneel 02/2012 e 07/2012, e sagrou-se vencedora nos seguintes empreendimentos:

SE 500/138 kV Zona Oeste: arrematada no Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado em 09.03.2012, de propriedade integral, consiste na implantação de um banco de transformadores e respectivas conexões, na SE Zona Oeste, localizada em Santa Cruz (RJ). A obra reforçará a segurança energética e a confiabilidade do sistema de transmissão da cidade do Rio de Janeiro para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Entrada em operação prevista para 2014.

LT 500 kV Marimbondo II-Assis, com 297 km de extensão: arrematada no Leilão de Transmissão nº 07/2012 Lote D, realizado em 19.12.2012, parceria de Furnas (49%) com o Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão (51%), no Consórcio Triângulo Mineiro. Localizado nos Estados de Minas Gerais e São Paulo, o empreendimento fará parte do conjunto de obras necessárias para o aumento do intercâmbio energético entre as Regiões Sudeste e Sul e permitirá o despacho máximo disponível das usinas já licitadas do rio Teles Pires. O prazo previsto para a entrada em operação é de 28 meses após assinatura do contrato de concessão.

LT 500 kV Barreiras II-Rio das Éguas, com 244 km; LT 500 kV Rio das Éguas- Luziânia, com 373 km; e LT 500 kV Luziânia-Pirapora 2, com 350 km: arrematadas no Leilão de Transmissão nº 07/2012 Lote G, realizado em 19.12.2012, parceria de Furnas (24,5%), Copel (24,5%) e *State Grid* (51%), no Consórcio Paranaíba. Estes empreendimentos, situados nos Estados da Bahia, Minas Gerais e Goiás, têm por objetivo a exportação da energia excedente produzida pelas novas usinas térmicas e eólicas das Regiões Norte e Nordeste para o Sudeste. A previsão de entrada em operação é de 36 meses após assinatura do contrato de concessão.

Operação do Sistema

O País tem hoje mais de 176 mil quilômetros de Linhas de Transmissão, o que o coloca entre os quatro maiores no *ranking* mundial em extensão na área de transmissão. Deste total, 19.420 km fazem parte da rede básica de Furnas, configurada em linhas com tensões de 138, 230, 345, 500, 750 e ± 600 kV, que passam por treze estados e pelo Distrito Federal.

A operação do sistema elétrico de Furnas tem se caracterizado pela busca contínua do aprimoramento de seus processos e atividades, com o objetivo de preservar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica por toda a área de atuação da Empresa. Seu sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Escritório Central, no Rio de Janeiro, em articulação com os Centros de Operação Regionais. Informações das mais remotas áreas regionais são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos Centros de Operação que dispõem de um panorama *on-line* completo de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN), utilizando sistemas computacionais de tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

As medidas e melhorias implementadas até o momento já se refletem na recuperação do desempenho operacional de Furnas, especialmente quando o Brasil se prepara para sediar grandes eventos internacionais como a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. Assim, o indicador de robustez, que relaciona as perturbações no sistema com o suprimento às cargas, avaliando a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem causar interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores, já se situa próximo a 100% em 2012 (94,9% para qualquer nível de corte de carga; 98,5% para cortes de carga superiores a 100 MW; 99,3% para cortes acima de 500 MW; e 99,3% para interrupções superiores a 1.000 MW).

Em 2012, Furnas implantou o Sistema de Intervenções, Indisponibilidades e Restrições Operativas (SIRO), em ambiente *Windows*, cuja principal função é o gerenciamento das intervenções nos sistemas eletroenergético e de telecomunicação da Empresa, para manutenção dos seus ativos e entrada de novos equipamentos,

possibilitando uma visão integrada desse processo, com fluxo de atividades e terminologia padronizados, compatibilizando as atividades das equipes de operação e manutenção com a segurança exigida.

Por meio da introdução de novos conceitos e de uma nova abordagem para todo o processo, o SIRO viabilizou as mudanças exigidas pelo momento atual do Setor Elétrico Brasileiro, no qual se destacam a observância estrita aos Procedimentos de Rede, a busca pela redução de custos, mais precisão e rapidez no trâmite de informação e mais segurança nas intervenções, tudo de forma coordenada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e outros agentes.

Disponibilidade Operacional de Geração e Transmissão Próprias

A operação eletro-energética do sistema Furnas é monitorada por meio do acompanhamento da disponibilidade operacional e utiliza a fórmula definida pelo ONS para procedimentos de rede, com dados tratados e consistidos no Sistema para Cálculo de Indicadores de Desempenho (SCID).

As usinas hidrelétricas tiveram fator de disponibilidade médio de 91,36%, com um total de 42.491 horas de indisponibilidade, em 2012, sendo 14.315 horas de indisponibilidade forçada (não planejada) e 28.176 horas de indisponibilidade planejada. O sistema de transmissão teve fator de disponibilidade operacional médio de 99,86%.

Interrupções de Energia

Durante o ano de 2012, alguns desligamentos originados em instalações do sistema Furnas causaram interrupção do suprimento de energia para os consumidores. Das mais relevantes podemos citar:

No dia 24.01.2012, ocorreu desligamento da linha de transmissão em 500 kV que interliga as SE Angra e São José, provocado por uma descarga entre a linha e uma árvore durante a realização de serviços de poda na faixa de servidão da referida linha de transmissão. Como consequência, houve interrupção de 1.450 MW de cargas no Estado do Rio de Janeiro, afetando alguns bairros da Baixada Fluminense e Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro. Como principais medidas adotadas após esta ocorrência foram substituídas as proteções desta e de outras linhas de transmissão da área Rio e foram revisados os procedimentos de poda de vegetação em faixas de servidão de linhas de transmissão.

No dia 06.03.2012, ocorreu um curto-circuito que causou o desligamento automático de todos os transformadores da SE Brasília Geral e de um dos circuitos da LT em 230 kV que interliga as SE Brasília Geral e Brasília Sul, os quais acarretaram interrupção de 169 MW de cargas na Região de Brasília, nas localidades Asa Sul, Guará, Setor de Indústria e Abastecimento, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal. Como principais medidas adotadas após esta ocorrência, foram revistas filosofias e lógicas de proteção e foi realizada inspeção analítica visual por equipe especializada em todos os conectores e isoladores da SE Brasília Geral, de forma a prevenir novas falhas.

No dia 03.10.2012, uma explosão seguida de incêndio do banco de transformadores de aterramento da SE Foz do Iguaçu causou curto-circuito no banco de autotransformadores de 1.650 MVA, ocasionando um desligamento. Os bancos de transformadores remanescentes entraram em sobrecarga e também desligaram. O evento interrompeu o fornecimento de energia da UHE Itaipu para o SIN, causando a queda de cerca de 3.300 MW em todo o Sistema Interligado. Como principais medidas adotadas após esta ocorrência, foram realizados ajustes de proteção em diversas unidades geradoras de vários agentes do SIN, visando a evitar que novas perturbações tenham impacto sistêmico.

No dia 15.12.2012, uma descarga atmosférica na região de Itumbiara causou o desligamento imediato de cinco geradores e, posteriormente, devido à configuração de carga do sistema, o desligamento do último gerador da UHE Itumbiara, causando uma perturbação que levou à interrupção de 1.019 MW no Sistema Interligado. A causa provável deste evento, ainda sob análise

de especialistas, foi a indução eletromagnética nos circuitos de controle e proteção das unidades geradoras, causada pela descarga atmosférica. Como principais medidas que serão encaminhadas aos órgãos responsáveis após o evento, destacam-se o estudo e análise do comportamento do sistema de aterramento da usina e subestação de Itumbiara, o estudo de introdução de isolamento galvânica dos circuitos de proteção e controle do gerador sujeitos à interferência eletromagnética e a avaliação ou substituição dos isoladores do painel dos inversores do sistema de corrente contínua.

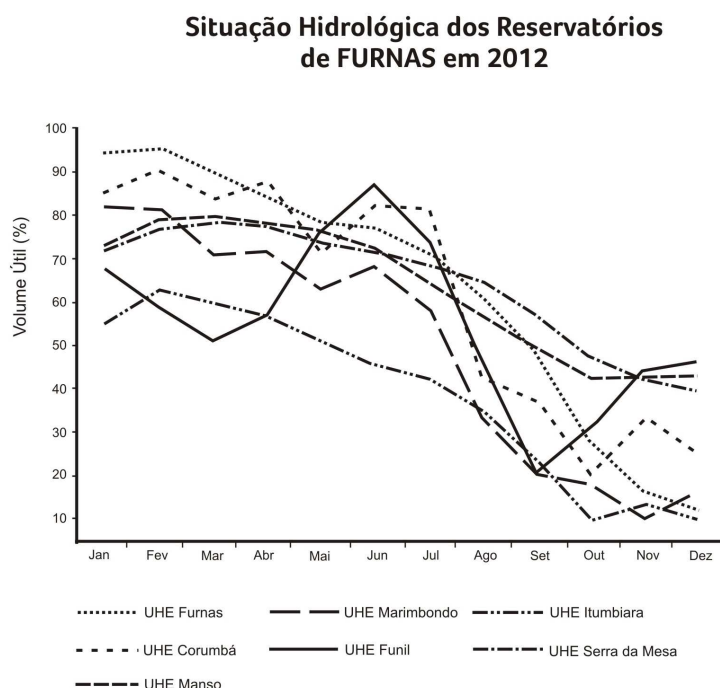
Situação Hidrológica dos Reservatórios de Furnas

No final do período chuvoso de 2011-2012, os reservatórios da Empresa encontravam-se com armazenamento da ordem de 80%, como reflexo das chuvas ocorridas no período com valores próximos à média histórica. O ano de 2012 foi marcado por grande período de estiagem e, no final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 12%, nos reservatórios das UHE Furnas, Marimbondo e Itumbiara, e de 37% no reservatório da UHE Serra da Mesa.

Embora baixos, tais níveis de armazenamento não comprometeram a geração de energia elétrica. Os reservatórios das UHE Furnas, Marimbondo, Itumbiara, Serra da Mesa e Manso são de regularização e operam armazenando durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Este procedimento permite que as usinas produzam a energia elétrica necessária durante todo o ano, além de fornecer água para que outras usinas situadas rio abaixo também possam produzir energia.

As usinas de Furnas são componentes do SIN e a operação das mesmas é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das usinas hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada, com objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

O quadro a seguir registra os níveis dos reservatórios das usinas de Furnas e a dinâmica das bacias hidrográficas que os compõem, nos últimos 12 meses.



Obs.: UHE Marechal Mascarenhas de Moraes, Luiz Carlos Barreto de Carvalho e Porto Colômbia fazem parte da Bacia do rio Grande e se localizam em posições intermediárias em relação aos reservatórios das UHE Furnas e Marimbondo, com comportamento similar.

Manutenção do Sistema

Com o objetivo de aumentar as taxas de disponibilidade dos equipamentos, com reflexo direto na confiabilidade operacional do SIN, Furnas procura aliar a experiência de seu corpo técnico à implementação de rigorosos procedimentos de manutenção. A Empresa adota a filosofia de Manutenção Centrada na Confiabilidade (MCC), que é a aplicação de método estruturado para estabelecer a melhor estratégia de manutenção para um sistema ou equipamento. A MCC identifica as funções e os padrões de desempenho dos equipamentos e realiza o levantamento e o detalhamento dos modos de falha, suas causas prováveis e suas consequências. Desta forma, as estratégias de manutenção preditiva, preventiva, corretiva e detectiva podem ser aplicadas de modo a otimizar a segurança, a disponibilidade e a eficiência das instalações e dos equipamentos.

Além da MCC, foram criados os Planos Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET) e Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER), para garantir a execução de importantes e vultosos investimentos em melhorias e reforços no sistema de transmissão, que acumulava expressivo volume de obras a executar, e revitalização da geração da Empresa.

O PGET consolida todas as ações a serem realizadas nas instalações em operação comercial, apresentando os respectivos prazos de execução e as estimativas de investimentos para o período 2011-2014. As ações de melhorias estão agrupadas em quatro conjuntos, denominados Anexos, baseados em critérios da Aneel, conforme descrições a seguir:

Anexo 1 – Contempla melhorias e modernizações relativas à proteção, supervisão e controle.

Anexo 2 – Contempla a substituição de equipamentos em subestações e usinas (disjuntores, seccionadores, transformador de corrente e filtros de onda) superados por corrente de carga e de curto-circuito, tensão de restabelecimento transitório e de outros fatores.

Anexo 3 – Contempla novos reforços de transmissão, tais como instalação de novas unidades transformadoras e bancos de capacitores e reatores em derivação, construção de vãos de linha, substituição de cabos para-raios e recondutoramento de linhas de transmissão.

Anexo 4 – Contempla modernizações adicionais no sistema de transmissão, incluindo substituição de transformadores e reatores, melhoria na blindagem contra descargas atmosféricas e modernização de serviços auxiliares. Contempla, também, a substituição de disjuntores, a construção de bacias de contenção para o óleo para atender a exigências ambientais, a substituição de equipamentos por dificuldade de obtenção de sobressalentes, por obsolescência ou descontinuidade do fornecimento de peças pelo fabricante, bem como a aquisição de reservas estratégicas de equipamentos considerados chaves.

Em 2012, foram energizados 817 equipamentos, totalizando 33 projetos em 22 subestações. O quadro a seguir ilustra a realização financeira no PGET no final do exercício de 2012:

Anexo	Orçado 2012 (R\$)	Realizado Acumulado (R\$)	Percentual
1	20.654.644,15	13.189.887,57	63,86
2	88.532.236,29	76.489.454,79	86,40
3	143.798.073,83	123.804.450,76	86,10
4	79.261.464,81	64.877.188,89	81,85
Total	332.246.419,08	278.360.982,01	83,78

Na mesma linha do PGET, o PGER repete o programa da transmissão no que tange à revitalização da geração, com atualização tecnológica, substituição de equipamentos analógicos por digitais, troca de peças antigas dos geradores e turbinas por novos componentes com tecnologia mais moderna e substituição de componentes mecânicos por hidráulicos, o que possibilitará a operação remota das usinas.

Em 2012, prosseguiram os trabalhos de modernização das UHE Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com o propósito de restaurar a confiabilidade operacional das unidades geradoras e das subestações, que atingiram avanço físico em suas obras de 95,6% e 99,9%, respectivamente.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A transferência da Área de Comercialização para a recém-criada Diretoria de Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações, no final de 2011, fortaleceu a estratégia de gestão do portfólio de negócios da Empresa.

Sua atuação, em conjunto com as demais áreas da Diretoria, possibilitou a viabilização de novos empreendimentos por meio da definição de estratégias de comercialização de energia, considerando as incertezas inerentes a cada negócio e analisando diversos cenários com o foco de precificar e mitigar os riscos associados.

Além disso, Furnas deu sequência à prospecção de novos consumidores livres e potencialmente livres, para formação de portfólio de contratos diversificados que incremente a participação da Empresa no mercado livre (Ambiente de Contratação Livre).

Geração

Os recursos disponíveis de energia para venda são compostos pela energia de usinas próprias de Furnas e pela compra de energia.

De acordo com a Lei nº 12.111/2009, a energia proveniente da Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear) passará, a partir de janeiro de 2013 a ser comercializada diretamente entre a Eletronuclear e as distribuidoras. Neste caso, os contratos de compra de energia de Furnas apresentarão o seguinte resultado:

	MW Médios		
	2012	2013	2014
Eletronuclear	1.475	-	-
Serra da Mesa	345	345	-
Manso	4	4	4
Total	1.824	349	4

Legislação específica permitia que as tarifas do contrato com a Eletronuclear pudessem sofrer reajustes em percentuais superiores aos dos índices de inflação, o que acabou se configurando até 31.12.2012, quando teve fim a vigência do referido instrumento. De forma a equacionar tal efeito, a Lei supracitada estabeleceu, em seu Artigo 12, que fica autorizada a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre as variações da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e da tarifa de referência da Eletronuclear homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro de 2009, reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e dezembro de 2011.

Assim, a Resolução Homologatória Aneel nº 1.406/2012 aprovou o montante de R\$ 581 milhões como o diferencial a ser pago pelas distribuidoras à Eletronuclear, que será repassado pela Eletronuclear a Furnas.

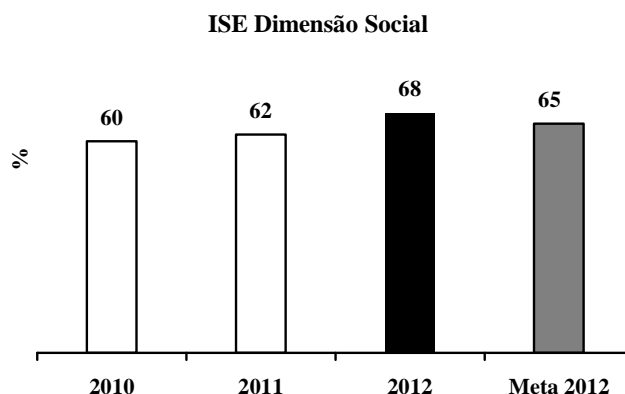
Adicionalmente, a referida Resolução estabeleceu as tarifas definitivas do contrato celebrado entre Furnas e Eletronuclear, que se mostraram inferiores às efetivamente praticadas entre dezembro de 2009 e 31 de dezembro 2012, gerando um crédito para Furnas de R\$ 225 milhões.

A Portaria nº 262, de 27 de abril de 2012, prorrogou, pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir de 12 de novembro de 2004, a concessão de uso de bem público da UHE Serra da Mesa.

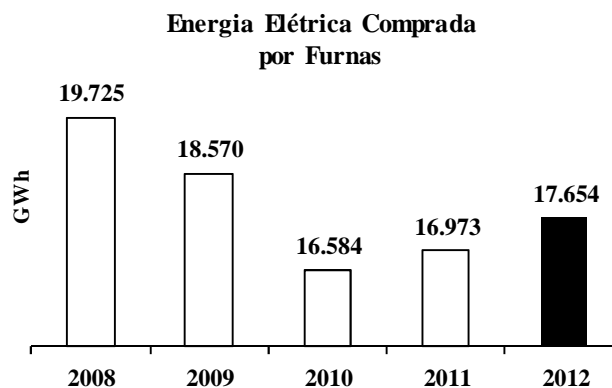
Em 03.12.2012, a Assembleia de Acionistas de Furnas aprovou as condições previstas pela MP 579 e Decreto 7.805/2012 e a Empresa tem, portanto, prorrogadas por até trinta anos as concessões das suas usinas hidrelétricas alcançadas pelo Artigo 19 da Lei nº 9.074/1995 (Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondó, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I).

A comercialização da energia de tais usinas se dará por meio do rateio de cotas das mesmas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel que busquem cobrir os respectivos custos de operação e manutenção, além dos relativos a tributos e encargos setoriais.

A energia elétrica vendida por Furnas, em 2012, foi de 56.569 GWh, o que representa incremento de 3% em relação a 2011, com faturamento de R\$ 5.287 milhões, decorrente do início dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) vinculados à UTE Santa Cruz. O gráfico a seguir, apresenta a evolução da energia vendida por Furnas, em GWh.



Em 2012, o custo da energia comprada por Furnas foi de R\$ 2.549 milhões, o equivalente a 17.654 GWh. A elevação do volume de compra deve-se, especialmente, ao início de suprimento, em 01.01.2012, dos CCEAR lastreados na ampliação da UTE Santa Cruz, cujo ciclo combinado permaneceu fora de operação comercial ao longo do ano, e da elevação da necessidade de reposição do lastro das UHE Simplício e Batalha.



Transmissão

A comercialização dos serviços de transmissão é realizada segundo duas modalidades: no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acessante (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão pela disponibilidade das instalações de transmissão e o compartilhamento com outros concessionários de instalações e infraestruturas. Estão incluídos, nesse caso, os Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) e os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI).

O Contrato de Concessão permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de outras receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Estão incluídos, nesse caso, os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato.

Receita Anual		
	(R\$ Mil)	
Natureza do Contrato	2011	2012
Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT)		
Encargos definidos por Resolução Homologatória da Aneel	67.980	69.814
Furnas Geração ⁽¹⁾	15.776	16.767
Encargos negociados entre as partes	20.039	21.459
Total CCT	103.795	108.040
Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI)	7.176	6.319
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM)	1.429	1.508
Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção e Operação (CPSOM)	3.958	3.824
Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) ⁽²⁾	2.115.448	2.218.791
Total Geral	2.231.806	2.338.482

⁽¹⁾ Parcela devida por Furnas Geração a Furnas Transmissão (Resolução Homologatória Aneel nº 1.313/2012).

⁽²⁾ Inclui a receita dos empreendimentos Ibiúna-Bateias e Macaé-Campos C3.

O Contrato de Concessão nº 062/2001 foi prorrogado seguindo as novas determinações impostas pela MP nº 579, e sua receita foi reduzida em 72%, passando este serviço de transmissão a ser remunerado apenas pelas parcelas de operação e manutenção do sistema.

COMERCIALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

No âmbito de suas atribuições estatutárias, Furnas atua no segmento de Comercialização de Serviços nas fases de planejamento, projeto, construção, exploração e fiscalização de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica.

Nesse contexto, vem ampliando sua atuação em serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica e apoio técnico às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica.

Além dos serviços acima descritos, Furnas é reconhecida pelo pioneirismo e excelência em Centros Tecnológicos e Centros de Treinamento, apoio às suas atividades, que fornecem e garantem eficiência, economia, segurança e aperfeiçoamento profissional para empresas públicas e privadas, no Brasil e no exterior.

O acompanhamento das propostas referentes aos diversos serviços prestados por Furnas está apresentado a seguir:

Proposta	Quantidade	Valor (R\$ Milhões)
Liberadas para Cliente	16	21
Desistência*	8	5,3
Em elaboração, pendência ou em aprovação	2	4,7
Total	26	31

* Desistências de Furnas e/ou dos clientes são contabilizadas igualmente.

1.4. MACROPROCESSOS DE APOIO

Em paralelo à sua atividade de gerar, transmitir e comercializar energia elétrica, a Empresa pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e por respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades, desenvolvendo programas que visam a preservar a biodiversidade. Destaca-se ainda, pela realização de projetos de conservação do patrimônio arqueológico, histórico e cultural, de uso racional da energia, de ações sociais e de apoio à cultura brasileira.

A seguir, está descrito como esses macroprocessos foram conduzidos durante o exercício de 2012.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Como Empresa de geração e transmissão de energia elétrica, insumo básico para o desenvolvimento econômico e social do País, Furnas reconhece que suas atividades podem levar à interferência ambiental, sendo seu compromisso conduzir suas ações respeitando o meio ambiente, promovendo o aproveitamento dos recursos naturais de maneira sustentável e a conservação da diversidade biológica e, incorporando os processos associados ao ecossistema florestal. A atuação da Empresa é orientada pelas suas Políticas Ambientais, que consideram aspectos legais, práticas e experiências acumuladas, na busca da integração harmônica dos seus empreendimentos com o meio ambiente.

Licenciamento Ambiental

Para obtenção da efetiva regularidade dos empreendimentos da Empresa, todos os estudos e relatórios elaborados para o licenciamento ambiental, são conduzidos de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes.

Visando a aperfeiçoar o seu processo de gestão, estão sendo implantadas melhorias no Sistema de Acompanhamento do Licenciamento Ambiental (SALA), que disponibilizará relatórios de controle contendo a relação das condicionantes por licença ou autorização, além da lista de procedimentos, contemplando status e prazos por condicionante de licença ou autorização.

Foram obtidas as seguintes licenças ambientais, em 2012:

- Licença de Operação para UHE Simplício – Queda Única, UHE Batalha, LT 138 kV Anta-Simplício- Rocha Leão, LT 138 kV Batalha-Paracatu, LT 345kV Itapeti-Nordeste, LT 345 kV Tijuco Preto-Itapeti e LT 500 kV Bom Despacho 3-Ouro Preto 2;
- Licenciamento Corretivo para as UHE Funil e Marimbondo.

Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Outorga

O módulo Gestão de Representantes em Fóruns de Recursos Hídricos, do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e Outorga (SIGO), teve sua especificação finalizada e aprovada, em 2012, pelo Comitê de Recursos Hídricos de Furnas, sendo incorporado na intranet o Sistema SIG-Outorgas, que permitirá o acompanhamento e visualização, tanto das outorgas da Empresa como das de terceiros, nos reservatórios de Furnas.

Em 2012, foi obtida outorga de direito de uso de recursos hídricos para as UHE Simplício Queda Única, Batalha e Marimbondo.

Compensação Ambiental

Foram investidos, no ano, cerca de R\$ 4 milhões em compensação ambiental, referentes à UHE Corumbá e às LT Foz-Ivaiporã III, Ivaiporã-Itaberá III, Ibiúna-Batéias e Ouro Preto II-Vitória.

Programas Ambientais

Os programas ambientais de Furnas estão voltados para prevenção e solução dos problemas advindos pela implantação de seus empreendimentos, contribuindo para a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida e sua sustentabilidade. Entre eles destacam-se:

Programa Ambiental	Objetivo
Conservação e Monitoramento da Ictiofauna	Monitorar, sistematicamente, em seus reservatórios as várias espécies de peixes com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a ictiofauna em áreas de atuação da Empresa. Além disso, é feita a produção e a criação de alevinos na Estação de Hidrobiologia e Piscicultura, instalada na UHE Furnas, visando o repovoamento em alguns de seus reservatórios.
Monitoramento Limnológico	Acompanhar o comportamento da água de seus reservatórios por meio do Sistema de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água (SMLQA), permitindo minimizar eventuais impactos em toda a extensão dos reservatórios em caso de acidente ou externalidades, a partir da confiabilidade dos dados gerados.
Áreas Protegidas	Investir na consolidação de unidades de conservação instituídas pelo Poder Público, tais como: parques nacionais, reservas biológicas e reservas indígenas, abrangendo uma área superior a 2,1 milhões de hectares, como forma de compensar os impactos causados pela implantação de seus empreendimentos.
Reflorestamento	Manter viveiros de mudas voltados à conservação das espécies nativas dos biomas nos quais atua, utilizando estas mudas para a recomposição de áreas degradadas. Em 2012, foram produzidas 597.117 mudas e plantadas 117.100, o equivalente a 46,84 ha.
Plano de Monitoramento de Efluentes e Qualidade da Água (PMEQA)	Estabelecer procedimentos para o monitoramento dos efluentes líquidos industriais, pluviais e sanitários, conforme padrões expressos nas Resoluções Conama 357/2005, 430/2011 e outras legislações pertinentes. Em 2012, foram realizadas inspeções técnicas nos seguintes empreendimentos: UHE Serra da Mesa e SE Cachoeira Paulista, Grajaú, Ibiúna, Itaberá, Itutinga, Jacarepaguá e Poços de Caldas.

Ainda em 2012, Furnas realizou programas de Educação Ambiental e de Comunicação Social, promovendo o relacionamento com a comunidade nos empreendimentos em implantação, totalizando mais de 2.600 pessoas assistidas, entre alunos, professores, proprietários rurais e trabalhadores.

Inventário de Gases do Efeito Estufa (GEE)

Furnas é membro do Programa Brasileiro do *Greenhouse Gas Protocol* desde 2008. Em 2012, a Empresa foi elevada à categoria Prata, uma vez que passou a produzir seu inventário de forma completa, incluindo os escopos 1, 2 e 3.

Controle de Emissões

Em 2012, Furnas realizou iniciativas buscando a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a proteção da camada de ozônio em seus processos: substituição do gás refrigerante R-22 por gases refrigerantes isentos de cloro na UHE Marimbondo e na SE Campinas, atendendo ao Protocolo de Montreal, do qual o Brasil é signatário; substituição do combustível utilizado no acionamento das turbinas das UTE Santa Cruz e Campos, trocando óleo combustível por gás natural.

GESTÃO DE PESSOAS

Furnas considera que sua força de trabalho é fator importante de sucesso da Empresa. A política de gestão de pessoas atua como agente do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, a rentabilidade e a sustentabilidade empresarial. Tem por objetivo melhorar a satisfação e a qualidade de vida dos colaboradores e está direcionada para soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas. A Empresa busca sempre melhorar os modelos de gestão e criar ambientes de trabalho capazes de motivar e comprometer as pessoas com a estratégia empresarial, visando desenvolvimento das competências profissionais, excelência e alcance dos objetivos organizacionais. Os colaboradores são estimulados a atuar com foco em resultados, empreendedorismo, inovação, ética e transparência.

Quadro de Pessoal Próprio

Furnas encerrou o ano com 4.567 funcionários efetivos. O decréscimo de 293 empregados, em relação a 2011, deve-se à diferença entre 171 admissões e 464 desligamentos ocorridos no período, conforme detalhado na tabela a seguir:

Empregados	Quantidade
Em 31.12.2011	4.860
Desligamentos até 31.12.2012	464
Admissões até 31.12.2012	171
Total em 2012	4.567

Aposentadoria

Aproximadamente 51,28% dos empregados reunirão condições para se aposentar nos próximos 5 anos e, para os próximos 10 anos, cerca de 59,56% dos trabalhadores terão estas condições.

Empregados que reúnem condições de se aposentar por categoria funcional	Próximos 5 anos (%)	Próximos 10 anos (%)
Cargo gerencial	71,06	79,10
Nível universitário	38,71	47,43
Sem exigência de nível universitário	56,01	64,12

Quadro de Pessoal Não Efetivo

Furnas encerrou 2012 com 1.515 funcionários do quadro não efetivo. O decréscimo de 26 empregados em relação a 2011 deve-se a 14 demissões por motivos diversos e 12 aprovações em concurso público. Com relação aos estagiários, no final de 2012 Furnas contava com 441 estudantes.

Empregados	Quantidade	Estagiários			
Em 2011	1.541	Gênero	2010	2011	2012
Em 2012	1.515	Feminino	254	245	268
Variação em 2012	26	Masculino	246	241	173
		Total	500	486	441

Inclusão

Atualmente, Furnas conta com 26 empregados portadores de necessidade especiais em seu quadro efetivo. O contrato com a Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape) complementa a determinação legal, permitindo a Furnas não afastar-se de sua responsabilidade corporativa até que, progressivamente, a cota seja preenchida por concursados, com a consequente substituição dessa mão de obra contratada, de 219 pessoas, por efetiva. No final do exercício de 2012, o número total de portadores com necessidades especiais era de 245 pessoas.

Atração e Retenção de Talentos

Conjugando as necessidades da Empresa com as expectativas de desenvolvimento de carreira dos empregados, em 2012, foi dado início ao processo de mobilidade interna entre os órgãos da Empresa, propiciando aos colaboradores o ingresso em carreira profissional de seu interesse. O projeto piloto de recrutamento interno foi feito para atender às necessidades de formação de quadro funcional da nova Diretoria de Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações, que possibilitou a realocação de 27 profissionais com perfil adequado às demandas. Devido ao sucesso do referido processo, foi dada continuidade à política de mobilidade interna às Diretorias de Finanças e de Expansão.

Além da mobilidade, as promoções verticais e horizontais na função, de acordo com as regras do Plano de Cargos e Remuneração (PCR) também se configura como ferramenta de gestão de talentos.

Seguindo os princípios da Constituição brasileira, Furnas, empresa de economia mista, só pode admitir empregados aprovados em concurso público. Em 2012, foram admitidos 171 funcionários aprovados no último concurso.

Para facilitar a adaptação dos novos empregados, admitidos por meio de concurso público, às práticas da Empresa, foi implantado o Programa de Integração dos Novos Empregados (PINE), com duração de duas semanas, no qual foram ministradas palestras sobre os temas: estrutura organizacional, visão, missão e valores, atribuições de cada Diretoria, benefícios oferecidos, políticas de desempenho, plano de carreira e remuneração, código de ética, entre outros. Participaram, também, de dinâmicas de integração, trabalhos de grupo focados nas competências básicas exigidas para qualquer empregado da Empresa e de visita técnica a uma usina hidrelétrica de Furnas, para conhecer seu funcionamento e suas características.

Além do PINE, foi implantado também o Projeto de Acompanhamento do Novo Empregado, que fornece subsídios para a criação de mecanismos de levantamento, avaliação, mapeamento e desenvolvimento de pessoas, para orientar a carreira e priorizar o investimento no desenvolvimento das competências necessárias para a superação de desafios na sua vida profissional.

Plano de Cargos e Remuneração (PCR)

Desde 2005 Furnas adota a Gestão por Competências como base do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR). Em 2010, foi implantado o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que também utiliza como base o conceito de competências como a principal referência para a gestão de pessoas. O modelo de carreira utilizado visa a alinhar as políticas e as práticas de gestão de pessoas ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas, buscando a melhoria do desempenho organizacional.

O PCR está baseado na descrição de cargos, separados por natureza e complexidade. Para as remunerações, são considerados os cargos, as faixas de complexidade em que o funcionário se enquadra e os critérios de progressões horizontais e verticais, que são concedidas de acordo com o desempenho do empregado.

Participação dos Empregados nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados, após o encerramento de cada exercício financeiro, desde que as metas coletiva e individual sejam alcançadas. As metas coletivas são os indicadores financeiros (margem operacional líquida e índice de custeio) e operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão). A meta individual consiste no Fator de Contribuição Individual, que corresponde à relação entre os dias (ou horas) efetivamente trabalhados pelo empregado e o total de dias (ou horas) exigidos.

Além das metas, existem as condições fundamentais para este pagamento, que estão relacionadas à distribuição de dividendos aos acionistas da Eletrobras e de Furnas, na razão de 50% do resultado das metas da *Holding* e 50% de sua Subsidiária. O montante a ser distribuído aos empregados não pode ultrapassar o limite de 4 remunerações. A PLR está de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE) nº 10/1995 e na Lei nº 10.101/2000.

Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção dos seus empregados, Furnas agrega aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua Política de Recursos Humanos, destacando-se: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-funeral, cesta-natalina, reembolso de medicamentos, seguro de vida, entre outros.

Plano de Previdência Complementar

Furnas é patrocinadora instituidora da Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

A gestão responsável da FRG fez com que ela alcançasse no ano de 2012 a 8ª posição no *ranking* da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), considerando a soma do patrimônio do Plano de Benefício Definido (BD) e do Plano de Contribuição Definida (CD), que totalizou a importância de R\$ 11,8 bilhões.

Em 31.12.2012, do total dos 11.413 participantes dos dois planos administrados pela FRG, 9.040 eram filiados ao Plano BD, sendo 2.206 ativos, 5.474 assistidos, 1.297 pensionistas, 5 autopatrocinados e 58 ex-participantes que deixaram de ser empregados de Furnas, não mais contribuindo para o plano, e que farão jus ao denominado benefício proporcional diferido quando se tornarem elegíveis ao benefício de complementação de aposentadoria. Os demais 2.373 participantes, filiados ao Plano CD, no final de 2012, dividiam-se em 2.320 ativos, 6 assistidos, 12 pensionistas, 22 autopatrocinados e 13 que aderiram ao benefício proporcional diferido.

Durante o ano de 2012, o valor das contribuições normais pagas por Furnas para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder nos dois planos foi de R\$ 101.870.634,17. Com relação ao valor destinado pela Empresa para a cobertura das despesas administrativas da FRG, o mesmo alcançou R\$ 34.327.044,70 no exercício.

Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento

Furnas prioriza o investimento em seus colaboradores alinhado às diretrizes da Educação Corporativa e ao Planejamento Estratégico da Empresa. Para tanto, procura desenvolver as capacidades técnicas, competências gerais e específicas dos empregados, por meio de sua Unidade de Educação Corporativa, que tem como objetivo promover a formação continuada a partir da política e das diretrizes de educação corporativa. A iniciativa, que visa ao aumento da competitividade, foi implantada para que os empregados viabilizem seus objetivos de crescimento pessoal e profissional.

As ações voltadas para a Gestão do Conhecimento em Furnas tiveram início em 2011, com pesquisa para avaliar o nível de maturidade na Empresa, que deu origem ao Plano Diretor de Gestão do Conhecimento. A implantação do Plano foi iniciada em abril de 2012 e terá duração de 12 meses.

Furnas também tem se valido de treinamentos para capacitação de seus funcionários, com o objetivo de prepará-los para os desafios técnicos e gerenciais em sua carreira. As chamadas Trilhas de Aprendizagem representam uma importante ferramenta de planejamento e permitem a sistematização do caminho educacional dos empregados.

A seguir, estão listados os principais programas e ações realizadas, em 2012, que promovem a educação continuada dos empregados de Furnas:

- estruturação do Plano Anual de Desenvolvimento (PAD), contemplando ações educacionais voltadas para o desenvolvimento das competências essenciais da Empresa e para o alcance dos seus objetivos estratégicos. Foram ofertadas 94 ações educacionais, priorizadas em áreas tais como: gestão econômico-financeira (MBA em Finanças), análise de investimentos, plano de negócios, processos decisórios e estratégicos, comercialização de energia eólica no mercado livre e gestão de projetos;
- atendimento às ações do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), resultante das avaliações de desempenho de cada empregado, com 284 participações em 10 turmas;
- conclusão das Trilhas de Aprendizagem de Operação de Usinas, Subestações, Centros de Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão; e Contratação, Logística e Meio Ambiente;
- desenvolvimento e coordenação de 14 turmas do Curso de Treinamento Básico para empregados que atuam nas áreas de operação e manutenção da Empresa;
- atendimento aos requisitos legais, com oferta de ações educacionais exigidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego para os empregados que atuam em áreas de risco, com turmas de NR 10 Básico, NR 33 – Espaços Confinados, Suporte Básico de Vida, Direção Defensiva, dentre outras;

- atuação, em parceria com a Universidade do Sistema Eletrobras (Unise), na inscrição de empregados em programas técnicos e gerenciais;
- oferta de treinamentos de longa duração como especializações, mestrados e doutorados. Em 2012, foram concluídos 2 turmas do Programa de Gestão Empresarial (PGE), especialização *latu sensu*, para gerentes e futuros gerentes.

Em 2012, foram ofertados 987 eventos educacionais, entre cursos de curta e longa duração, seminários, *workshops* e palestras. A carga horária total desses eventos foi de, aproximadamente, 44 mil horas, com participação de 3.484 colaboradores. O quadro abaixo apresenta a média de horas de treinamento do ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional e gênero.

Cargo/Gênero	Média de Horas
Gerencial feminino	50.26
Gerencial masculino	27.65
Nível superior feminino	35.30
Nível superior masculino	19.92
Sem nível superior feminino	20.39
Sem nível superior masculino	60.24

Avaliação de Desempenho

A Avaliação de Desempenho por competências é aplicada em Furnas desde 2005. Desde a implantação do PCR unificado para todo o Sistema Eletrobras, a Empresa adota o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) que contempla, além da avaliação de competências, a avaliação de metas.

Esta ferramenta é aplicada, anualmente, a todos os empregados, com exceção daqueles que ocupam cargos gerenciais. Além da avaliação pelo gestor imediato, o empregado também faz a sua autoavaliação e tem a oportunidade de emitir sua opinião e receber informações sobre as perspectivas de sua carreira profissional.

Os resultados da avaliação são considerados subsídios para o desenvolvimento das potencialidades dos empregados, e servem de base para progressões salariais individuais e para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Pesquisa de Clima Organizacional

A partir de 2010, a Pesquisa de Clima Organizacional segue modelo unificado, elaborado por profissionais de todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

No final de 2011, foi realizada Pesquisa de Clima Organizacional, que contou com a participação de 3.218 colaboradores. O resultado da pesquisa, divulgado em 2012, teve como meta definida o patamar mínimo de 66%.

Vale ressaltar que o fator Identidade, que avalia o orgulho do colaborador em trabalhar na empresa, o grau de estabilidade por ela oferecido e até que ponto isso contribui para o sucesso da organização, teve um índice de favorabilidade de 76,12%. O aspecto específico do orgulho que as pessoas têm em trabalhar na Empresa, assertiva que compõe a pesquisa de clima, recebeu avaliação de 86,75% de favorabilidade.

O resultado demonstra que o trabalho até agora desenvolvido na recuperação dos valores empresariais, na valorização da força de trabalho, mesmo em situações adversas, no trato especial com a imagem de Furnas e no incremento da transparência na gestão já produziu efeito.

Diante deste cenário, Furnas prepara novos planos de aperfeiçoamento de seu Clima Organizacional, trabalho com envolvimento direto de todos os níveis gerenciais. Ao final, os trabalhos serão consolidados proporcionando uma gestão corporativa cada vez mais efetiva do assunto na Empresa.

Saúde Ocupacional, Segurança e Qualidade de Vida

Em 2012, a Empresa investiu em saúde, segurança e qualidade de vida do trabalhador com o objetivo de garantir segurança das instalações e operações, e saúde e integridade física de seus empregados. Foi dado prosseguimento ao Plano de Ações e Metas e executados vários Programas, listados a seguir.

Programa	Objetivo
Programa de Educação e Cultura Prevencionista	Visa a reduzir a ocorrência de acidentes do trabalho.
Certificação de Operadores	Assegura que esses profissionais estejam devidamente habilitados para o desempenho de suas funções, de acordo com os requisitos da norma de certificação (Norma Inmetro NIE.DINQP.014).
Pesando Furnas	Conscientiza o empregado para a redução de peso, mudança de hábitos e diminuição do sedentarismo.
Caminhadas e Corrida de Rua	Disponibiliza atividades mensais para a manutenção de hábitos saudáveis e promoção da saúde.
Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química (Programa Reviver)	Trata a força de trabalho, aposentados e dependentes que usam álcool, drogas e outras substâncias tóxicas.
Programa Antitabagismo	Dá suporte terapêutico-comportamental e medicamentoso à força de trabalho da Empresa.
Campanha de Vacinação	Imuniza os colaboradores, como medida de prevenção, da gripe H1N1.
Cuidador Social	Forma e instrumentaliza cuidadores e familiares para melhoria da qualidade de vida das pessoas que venham a necessitar de cuidado, em situação de fragilidade e risco.
Oficinas Culturais e de Integração (Coral, Canto, Teatro, Dança de Salão, Banda, Culinária, Mercado Financeiro e Fotografia)	Sensibiliza os participantes para outros aspectos importantes da qualidade de vida e no trabalho, além de incentivar novos talentos.
Sobremesa Cultural	Integra a força de trabalho a partir de apresentações de teatro, cinema e música, durante o horário do almoço.
Programa Valor Social – Integração Família Empresa	Promove ações de reflexão e discussão sobre a educação de crianças e adolescentes.
Atividades Alternativas de Relaxamento	Proporciona momentos de descontração e relaxamento durante a atividade laboral (yoga, shiatsu e pilates).
Projeto Saúde do Viajante	Orienta os empregados sobre prevenção, riscos e cuidados que devem ser tomados em áreas endêmicas.
Projeto Interativo Comunitário de Educação Ambiental	Promove a cidadania e a qualidade de vida dos habitantes das cidades vizinhas às áreas de produção e transmissão de energia elétrica.

Para atender ao público externo e atuando de forma preventiva no trato das questões referentes à operacionalidade de seu sistema, a Empresa tem promovido campanhas permanentes de prevenção de acidentes, tais como: campanhas contra queimadas e alerta ao risco de balões perto de linhas de transmissão, usinas e subestações; esclarecimentos sobre atividades que não devem ser desenvolvidas nas faixas de servidão dos empreendimentos; sinalização de pontos do reservatório onde a prática de pesca é proibida; entre outras.

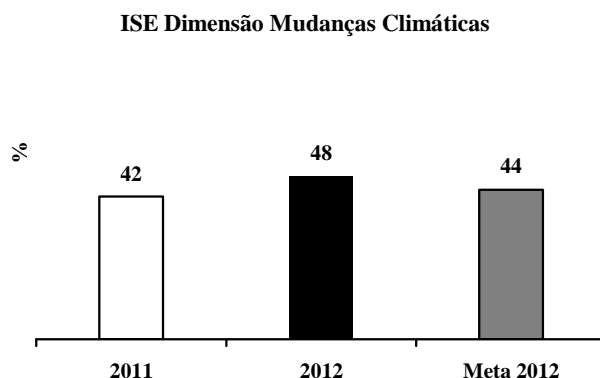
Foi implantado o Plano de Atendimento a Contingências, em todas as unidades da Empresa, com o objetivo de estabelecer responsabilidades e ações a serem providenciadas, durante situações de emergência, visando a impedir ou minimizar os danos às pessoas, ao meio ambiente e ao patrimônio. As Brigadas de Emergência, com treinamento periódico, executam os primeiros atendimentos em caso de acidente e acionam órgãos públicos (Corpo de Bombeiros, órgãos ambientais, etc).

Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho

Este indicador é obtido relacionando o número de acidentes com afastamento por milhão de horas-pessoas em exposição a situações de risco.

Segundo o Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2011, da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge), a taxa média de frequência de acidentes do trabalho do setor foi 3,46.

A evolução da Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho de Furnas, nos últimos cinco anos, é demonstrada a seguir.

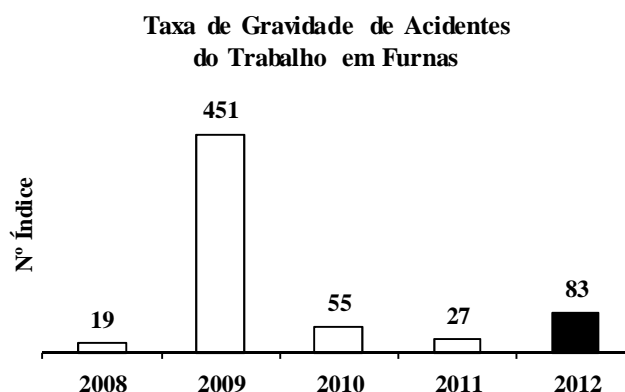


Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho

Este indicador é obtido relacionando o número de dias perdidos mais dias debitados, por milhão de horas-pessoas em exposição a situações de risco.

A Empresa vem implantando metodologia de gestão nas áreas operacionais, com o objetivo de aprimorar suas ações de segurança do trabalho e higiene industrial, intensificando, assim, as ações de prevenção e controle para redução de acidentes, notadamente os de maior gravidade.

Segundo o Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2011, da Fundação Coge, a taxa média de gravidade de acidentes do trabalho do setor foi 581.



Tecnologia da Informação (TI)

Em agosto de 2012, foi iniciada a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que tem por objetivo alinhar o uso e a gestão de recursos aos objetivos estratégicos da Empresa.

O PDTI busca disseminar e consolidar uma visão de gestão alinhada aos negócios da Empresa, através de estruturação adequada de papéis, relações, processos e padrões de avaliação, em nível das melhores práticas adotadas mundialmente. Além disso, posiciona a TI como suporte em níveis estratégico, tático e operacional, capaz de potencializar vantagem competitiva aos negócios de Furnas, conciliando as restrições de recursos com as demandas existentes.

Estratégias, ações, prazos, recursos financeiros, humanos e materiais são definidos no PDTI para eliminar desperdício de recursos e prejuízo ao cumprimento dos objetivos institucionais da Empresa.

Ainda em 2012, várias ações foram implementadas, destacando-se:

- consolidação do SAP/ERP, integrando os processos de negócios de Furnas, por meio de base única de dados, com informações em tempo real, facilitando as decisões gerenciais, além de promover a atualização tecnológica da Empresa;
- desenvolvimento do Sistema de Segurança de Barragens (SSB), implantando nova solução que proporcione uma gestão mais moderna da segurança de barragens;
- desenvolvimento do Sistemas de Inspeções Visuais (SIV), permitindo o planejamento das inspeções dos empreendimentos da Empresa, a padronização do processo de inspeções técnicas e o auxílio na produção de relatórios técnicos;
- otimização dos canais de comunicação (WAN), acelerando a transferência de dados e o acesso às aplicações da rede;
- modernização do processo de apoio a liberações executivas (Proposta de Resolução de Diretoria – PRD), implementando *workflow* eletrônico no processo, requisito de assinatura digital e portal executivo da Presidência;
- implantação do novo modelo de Central de Serviços (*help-desk*).

Comunicação com os Públicos Interno e Externo

Em 2012, Furnas consolidou a atuação de seus canais interno e externo de comunicação, aproximando as pessoas por meio de linguagem clara e dinâmica.

Comunicação com os Colaboradores

Como forma de garantir que todos os empregados recebam informações sobre decisões, ações, dados e fatos concernentes à Empresa como um todo, Furnas mantém diversas formas de comunicação. A transmissão destas mensagens institucionais se dá por meio de notícias na intranet, e-mail corporativo, sistema de som interno e murais Furnas Na Mídia, localizados em diversos locais da Empresa.

Comunicação com o Público Externo

As mídias adotadas por Furnas para ampliar a interatividade com diversos públicos apresentaram índices significativos em 2012.

No *twitter* foram publicadas 1.092 informações (*tweets*), com adesão de mais 2.948 seguidores, totalizando 8.073 pessoas, um crescimento de 58% desde o último relatório.

O *site* de Furnas foi acessado mais de 650 mil vezes, com uma média mensal de 54.226 acessos, o que corresponde a cerca de 1.807 acessos por dia. Nele encontram-se informações sobre a Empresa, meio ambiente, comercialização de serviços, sociedade, editais, além de publicações institucionais, como os Relatórios Corporativos oficiais.

O canal Furnas no *YouTube* – um serviço que permite que seus usuários carreguem e compartilhem vídeos em formato digital – estreou em outubro de 2012 e, desde então, conquistou 104 inscritos. Seus 32 vídeos ultrapassaram 10 mil exibições, com uma média de 320 exibições por vídeo.

O serviço Fale Conosco recebeu 2.817 e-mails com pedidos de informação sobre os mais diversos assuntos. Desse total, 92% tiveram suas solicitações atendidas integralmente.

Em setembro de 2012, foi lançado o Sistema Furnas no *Google Maps*. Nele, o usuário navega pelas instalações da Empresa – usinas e subestações em funcionamento e em construção – de forma ágil e objetiva, por meio de imagens de satélite. Desde o lançamento houve 4.924 visualizações, cerca de 950 acessos por mês.

Publicidade Institucional e Legal

Em 2012, Furnas fez investimentos em publicidade institucional em jornais e revistas de grande circulação e emissoras de TV e rádio das principais capitais brasileiras.

Nas campanhas institucionais foram abordados temas sobre geração e transmissão de energia, meio ambiente, responsabilidade social, sustentabilidade e parcerias internacionais, de forma a divulgar programas e novos investimentos aos públicos externo e interno.

No âmbito da publicidade legal foram publicados os seguintes documentos corporativos: prestação de contas, atas, avisos de licitação, editais, comunicados, chamadas públicas e outros.

Vídeos Corporativos e Banco de Imagens

Com o intuito de preservar a memória institucional e divulgar a sua imagem corporativa, em 2012, a Empresa produziu 80 filmes corporativos e mantém um acervo de cerca de 2 mil matrizes de vídeos, com registros de ações nas áreas de geração, transmissão, meio ambiente e responsabilidade social, desde a sua criação.

O banco de imagens conta com um acervo histórico e corrente de 120 mil imagens digitais, cuja temática institucional abrange geração, transmissão, eventos corporativos, meio ambiente, responsabilidade social e campanhas de saúde e pró-equidade de gênero e raça.

Relações Sindicais

A Empresa tem como prática a plena liberdade de associação. Atualmente, negocia diretamente com 15 entidades organizadas em duas Representações (Intersindical Furnas e União Intersindical Furnas). As decisões provenientes desses processos de negociação são estendidas a todos os empregados da Empresa.

Nas negociações dos Acordos Coletivos de Trabalho, Furnas atua com o objetivo de assegurar a solução de impasses, buscando resguardar os interesses da Empresa e maximizar a satisfação dos empregados.

Relacionamento com Fornecedores

Furnas mantém relacionamento próximo com seus fornecedores, no intuito de orientá-los quanto aos objetivos, desejos e limitações legais da Empresa. Desde 2009, disponibiliza no *site* da Empresa (www.furnas.com.br/fornecedores) o documento Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação de Furnas com seus Fornecedores, do qual todos os interessados em participar dos processos licitatórios se comprometem a ter conhecimento prévio. O objetivo é compartilhar valores e princípios em temas como saúde e segurança do trabalho, proteção ao meio ambiente, equidade de gênero, transparência, participação e prestação de contas para toda a cadeia de suprimento.

A Empresa possui uma gama de produtos considerados relevantes, que ajudam a manter o nível de excelência dos serviços prestados no segmento em que atua. Podemos considerar os equipamentos e componentes elétricos e eletromecânicos adquiridos para os empreendimentos de transmissão como os principais produtos adquiridos.

Por ser uma Empresa de economia mista, todo o processo de aquisição em Furnas é norteado pela Lei nº 8.666/1993, desde a fase de seleção e habilitação de fornecedores até a gestão dos instrumentos contratuais, nos quais constam cláusulas específicas de engenharia de segurança industrial, proteção ao meio ambiente e condições de trabalho. Os fornecedores são fiscalizados quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade, relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Furnas adota o princípio constitucional da isonomia e mantém em seu quadro de fornecedores empresas dos mais variados segmentos, desde micro até empresas de grande porte, para fornecimento dos produtos, materiais e serviços que garantam a eficiência do trabalho realizado perante a sociedade. Anualmente, Furnas publica chamada pública, convocando empresas de qualquer segmento e porte, que desejarem se cadastrar como fornecedoras da Empresa.

A Política de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras tem como objetivo aumentar a eficiência e a competitividade de suas Empresas por meio da integração da logística de suprimento de bens e serviços. Uma das orientações básicas dessa Política é o fomento ao engajamento dos fornecedores a ações de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade.

GESTÃO DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A Empresa está focada em estabelecer diretrizes que norteiem suas ações quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeira e ambiental.

Em 2012, Furnas teve expressiva participação na Rio+20, quando técnicos da Empresa ministraram palestras sobre novas tecnologias sustentáveis, nos stands da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), e montaram um túnel sensorial no stand da Eletrobras. Além de ceder auditório para a realização do Fórum Global em Mobilidade Elétrica, evento do Departamento de Relações Econômicas e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), Furnas realizou palestra sobre a Adoção de Normas Voluntárias para o Desenvolvimento Sustentável em vários locais onde o evento Rio+20 esteve presente.

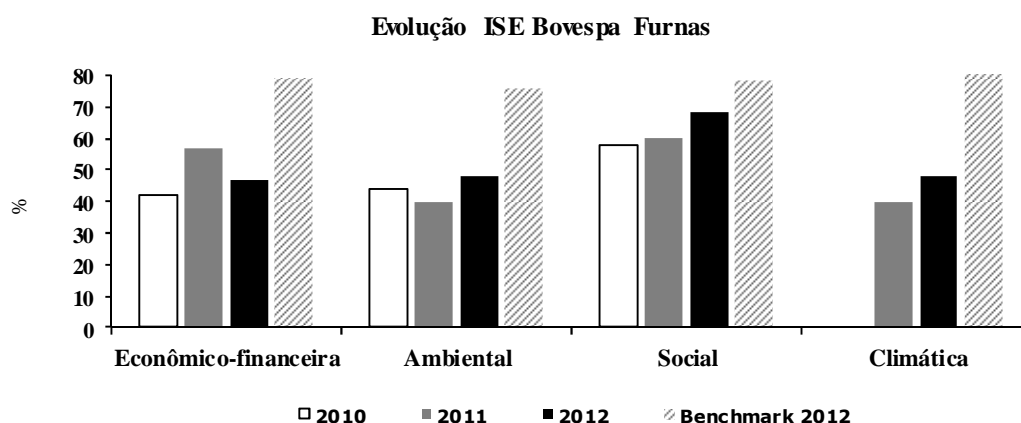
Projeto Indicadores Socioambientais para a Gestão da Sustentabilidade Empresarial (IGS)

O IGS é uma ferramenta exclusiva do Grupo Eletrobras que, por meio de banco de dados, reúne informações para auxiliar a análise e a comunicação da melhoria do desempenho socioambiental das empresas do Sistema.

A partir de 2012, Furnas estendeu a participação no Projeto às suas áreas operacionais, de construção e escritórios, o que permitirá, nos próximos anos, com a rastreabilidade das informações, a gestão facilitada a partir de dados quantitativos, dando credibilidade ao processo.

ISE Bovespa

Em 2012, Furnas atingiu sua melhor pontuação nos Indicadores de Sustentabilidade Empresarial (ISE Bovespa), no que tange às iniciativas Ambiental, Social e de Mudanças Climáticas, confirmando o foco para a gestão com base no desenvolvimento sustentável.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Furnas, em paralelo à sua atividade de gerar, transmitir e comercializar energia elétrica, pauta sua atuação pelo compromisso com o bem-estar da sociedade e por respeito e cuidado com o meio ambiente e com as comunidades. Ao reconhecer os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades, nas localidades onde implanta e opera seus empreendimentos, a Empresa consolida sua reputação de excelência em cidadania empresarial.

Pautada no combate à pobreza e às desigualdades, sua Política de Responsabilidade Social tem por objetivo promover a cidadania e o desenvolvimento humano, visando a uma sociedade mais justa, em equilíbrio com a natureza, sustentável e solidária.

Investimento Social

O investimento social se concretiza pelo apoio, financeiro ou não, a projetos e ações socioculturais que atendam aos compromissos da Política de Responsabilidade Social da Empresa. Os recursos para o investimento social podem ser próprios ou decorrentes de renúncias fiscais, e se refletem em centenas de programas, projetos, campanhas e ações implementadas nas diversas áreas de atuação de Furnas, por meio de parcerias com órgãos públicos, organizações sem fins lucrativos ou redes sociais.

Os projetos, mencionados na tabela a seguir são aqueles que recebem incentivo fiscal previsto em leis específicas, como a Lei *Rouanet* (projetos culturais) e a Lei de Incentivo ao Esporte (projetos esportivos).

Indicadores Sociais Externos

Projetos Sociais	2012	2011
Educação	453.924,00	323.156,93
Saúde e Infraestrutura	-	22.741,41
Geração de Renda e Trabalho	1.090.073,24	70.994,50
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	300.000,00	1.305.000,00
Meio Ambiente	217.281,40	-
Esporte e Lazer	299.623,59	-
Projetos Esportivos		
Incentivados	450.000,00	-
Não incentivados	500.000,00	-
Projetos Culturais e Institucionais		
Patrocínios Culturais	5.988.580,00	4.271.637,58
Patrocínios Institucionais	3.259.002,01	1.393.616,94
Doações Filantrópicas		
Recursos Financeiros	4.704.504,68	-
Total de Investimento	17.262.988,92	7.364.405,95

Otimizando o investimento social e colaborando para o desenvolvimento das comunidades do entorno dos empreendimentos da Empresa, as ações promovidas têm minimizado as externalidades negativas e potencializado as positivas, fortalecendo os negócios da organização. Dentre as iniciativas sociais apoiadas por Furnas, em 2012, destacaram-se:

Projeto/Programa Social	Objetivo
Programa Furnas Social	Melhorar a qualidade de vida dos moradores de comunidades menos favorecidas situadas nos municípios onde Furnas possui instalações. Em 2012, foram contempladas 156 instituições, com investimento de R\$ 5 milhões.
Projetos Sociais em Parceira	Alfabetizar e capacitar jovens e adultos para o trabalho, promover cidadania e direitos, gerar trabalho, renda e segurança alimentar. Em 2012, foram beneficiadas 11 mil pessoas, com investimento de, aproximadamente, R\$ 2,3 milhões.
Projeto Núcleos de Integração Comunitária	Promover o desenvolvimento territorial das comunidades vizinhas aos empreendimentos, agregando conhecimentos e autonomia às populações dessas localidades. Desde sua criação, foram implantados 14 núcleos de integração em comunidades nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)	Em 2012, Furnas assinou o Termo de Acordo com o PNUD para a implementação do Projeto Movimento ODM Brasil 2015 – Desenvolvimento de Capacidades, de Justiça Econômica Sustentável e Promoção de Boas Práticas para Alcance dos Objetivos do Milênio no Brasil. O projeto prevê desembolso total de R\$ 2 milhões ao longo de quatro anos.
Projeto Aldeias da Cidadania	Promover iniciativas nas áreas de saúde, educação, lazer, cultura e cidadania, tais como: emissão de documentos de identidade, CPF e título de eleitor; orientação jurídica; promoção de casamentos comunitários; vacinação infantil e atendimento médico para controle de diabetes e combate à dengue, entre outras.
Projeto Hortas Comunitárias	Produzir legumes e hortaliças para distribuição a instituições públicas, em áreas de servidão da Empresa. Em 2012, foram mantidas cinco hortas do Projeto, beneficiando cerca de 26,5 mil pessoas desde a sua implantação.
Centro Comunitário Vila Santa Tereza	Possibilitar que os moradores do bairro de Vila Santa Teresa, próximo à SE São José, em Belford Roxo (RJ), tenham área de lazer e convivência. Em 2012, destacaram-se as atividades relativas ao Meio Ambiente, com oficinas de reciclagem utilizando garrafas PET e óleo vegetal usado, e à oferta de cursos profissionalizantes com o objetivo de incrementar a geração de renda da região.
Programa Voluntários em Ação	Incentivar os empregados a formular e desenvolver projetos para melhoria das condições de vida das comunidades vizinhas às instalações da Empresa.
Projeto Cozinha Brasil	Instruir a população das comunidades carentes no manuseio e no preparo de gêneros alimentícios de baixo custo e alto valor nutritivo. Realizado em parceria com o SESI, está em coerência com os Objetivos do Milênio, nas vertentes: Acabar com a Fome e a Miséria, e Todo Mundo Trabalhando pelo Desenvolvimento. Em 2012, contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas, abrangendo 20 municípios nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Distrito Federal.
Combate à Exploração Infantil	Coibir a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. A Empresa realizou repasse ao fundo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a utilização de benefício fiscal, para o município de Chapada dos Guimarães (MT). Os recursos serão investidos em programas e projetos de combate à exploração infantil, fortalecendo o Programa Na Mão Certa, iniciativa da WCF-Brasil, da ONG <i>World Childhood Foundation</i> . Furnas é signatária da Declaração de Compromisso de Enfrentamento da Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma mobilização articulada pela Associação Brasileira Terra dos Homens (ABTH), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)	Identificar e definir medidas de reparação às famílias atingidas pela implantação dos empreendimentos da Empresa. Em 2012, 761 famílias foram indenizadas, atingindo 92% do total das indenizações previstas.

No ano de 2012, foi implantada a Metodologia de Avaliação e Monitoramento de Projetos Sociais. Por meio de indicadores, a iniciativa tem como objetivo fazer com que as propostas de investimento em Projetos Sociais, encaminhadas à Empresa, recebam uma avaliação técnica que sinalize a conformidade e a adequação à Política de Responsabilidade Social de Furnas e a aderência aos Princípios do Pacto Global dos quais a Empresa é signatária. A implantação do monitoramento dos projetos sociais possibilitará o controle das metas e dos objetivos sociais dos convênios e maximizará o impacto de transformação na vida dos beneficiados.

Investimento Cultural

Furnas participou do Programa Cultural das Empresas do Sistema Eletrobras 2012, por meio da Lei *Rouanet*, com aporte de cerca de R\$ 1,1 milhão no incentivo às produções artísticas em dois segmentos: fomento ao audiovisual e ao teatro infanto-juvenil. A Empresa também investiu cerca de R\$ 4,5 milhões em projetos de outros segmentos com incentivo da mesma Lei.

Projetos	Quantidade		
	2010	2011	2012
Área Cultural			
Artes Cênicas	2	5	8
Artes Integradas	4	3	-
Artes Visuais, Digitais e Eletrônicas	-	1	-
Audiovisual	4	3	3
Humanidades	2	2	1
Música	4	3	6
Patrimônio Cultural	1	4	2
Artesanato	-	-	1
Total	17	21	21

Apostando na cultura como elemento transformador de realidades por meio do incentivo à diversidade e à inclusão social, o Espaço Furnas Cultural oferece *shows* musicais, espetáculos teatrais e exposições, com acesso gratuito, aos empregados de Furnas e ao público externo. Em 2012, o Espaço contou com a presença de 203 jovens de projetos sociais apoiados por Furnas.

Os projetos que formaram a programação do Espaço Furnas Cultural foram selecionados por meio do Edital de Ocupação, lançado em 2011. Foram selecionados 25 projetos, sendo 5 exposições, 13 *shows* musicais e 7 espetáculos teatrais, e teve público de, aproximadamente, 11 mil pessoas.

O Edital de Ocupação do Espaço Furnas Cultural para 2013, lançado em setembro de 2012, recebeu 380 inscrições e selecionou 25 projetos nas áreas de artes visuais, música e artes cênicas. Os projetos foram analisados por uma comissão e o valor do investimento será de R\$ 1,3 milhão.

Entre os meses de outubro e novembro, a Empresa patrocinou o V Furnas Geração Musical, realizado na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em parceria com a organização do 50º Festival Villa Lobos. O evento consistiu da capacitação de jovens músicos nas áreas de práticas interpretativas, conhecimento técnico-musical e prática de música em conjunto, oferecidas por grandes mestres brasileiros para instrumentistas de sopro, cordas, piano, cantores e arranjadores.

Investimento Esportivo

Em 2012, Furnas deu início aos patrocínios esportivos com o apoio ao projeto *Dream Football Upp*, com objetivo de oferecer aos jovens das comunidades carentes do Vidigal e da Mangueira, no Rio de Janeiro, a oportunidade de mostrar seu talento para o esporte, via internet, por meio de câmeras instaladas no campo, através das quais os jovens são observados por times do Rio de Janeiro e da Itália.

A Empresa também realizou ações de patrocínio a projetos de inclusão social na prática da natação, dando oportunidade a crianças de comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Patrocínio a Eventos

No ano de 2012, Furnas patrocinou 26 eventos, sendo 4 por meio do Edital de Seleção Pública de Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico (Edital Eletrobras) e 22 por escolha direta, realizados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Ceará. Os eventos, reconhecidos nacional e internacionalmente, agregam valor à marca Furnas e seguem aos preceitos normativos da Empresa.

Equidade de Gênero e Raça

A Empresa assinou a IV Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, biênio 2011/2012, com o desafio de fortalecer as ações já em andamento e incorporar o tema raça.

Em 2012, destacaram-se as seguintes ações do Grupo Gênero:

- comemoração do Dia Internacional da Mulher com mesa redonda sobre o tema Autonomia das Mulheres e Igualdade Étnica Também São Para Valer, com transmissão simultânea para todas as áreas regionais da Empresa;
- diversas atividades culturais, além do patrocínio de Furnas para a exposição Mulheres Luminosas no Museu da República (RJ);
- palestra sobre equidade de gênero e violência doméstica para as mulheres do Centro Comunitário Vila Santa Tereza, em Belford Roxo (RJ).

Além disto, o Grupo Gênero participou: de oito eventos de treinamento e capacitação sobre o tema gênero e raça; de projetos sociais do Banco da Providência (RJ) e do projeto Mãos de Teotônio (RO), com vistas ao fortalecimento e ao empoderamento das mulheres, com foco na capacitação e geração de renda; da Conferência Rio+20, no fórum Equidade de Gênero: Pressuposto para o Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, que discutiu a igualdade entre os sexos como peça fundamental na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva; e da palestra Mulheres e Desenvolvimento Sustentável: o Papel da Comunidade Empresarial, com a presença de representante da diretoria executiva da ONU e de outras autoridades.

Internamente, foram realizadas campanhas sobre equidade de gênero e raça; distribuídas 7.000 cartilhas com o título Em Defesa da Mulher; divulgado o Disque 100 (combate à exploração sexual infantil, de acordo com as orientações do Governo Federal e do Programa Na Mão Certa) com a distribuição de 4.000 adesivos; exibidos filmes relacionados à equidade de gênero e raça; e realizado o Primeiro Fórum de Ética, Ouvidoria e Gênero de Furnas (Feog) no qual esteve presente a Ministra da Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (Seppir), Luiza Bairros.

Participação em Programas de Governo

Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep)

Furnas apoia a Secretaria Executiva do COEP, criado em 1993, que reúne organizações públicas e privadas de todo País e desempenha importante papel de mobilização e articulação social, incentivando e participando de iniciativas que têm como objetivo o desenvolvimento humano e social sustentável. Desde o início da sua trajetória, o Comitê incentiva suas associadas a desenvolverem iniciativas complementares às políticas públicas do Governo Federal.

Em 2012, destacaram-se as seguintes iniciativas de mobilização social realizadas pelo Coep:

- Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20: participação na mesa de debate O Futuro Sustentável – Tecnologia e Inovação para uma Economia Verde e a Erradicação da Pobreza; e no *workshop* Promover a Adaptação para a Redução da Vulnerabilidade e o Aumento da Resiliência;
- Seminário Brasil Pós Rio+20: o Papel da Cidadania Ativa na Construção do Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza, que foi reapresentado em 10 Comitês estaduais;
- Prêmio Betinho – Atitude Cidadã: realização da 5ª edição do Prêmio com a participação de candidatos de 17 estados e 24 municípios brasileiros. Este evento mobilizou 41.390 votantes;
- Capacitação *On Line* – realização das oficinas Mudanças Climáticas e Segurança Hídrica; Cidadania na Prática; Eficiência Energética no Dia a Dia; Lixo, Reciclagem, Reaproveitamento e Clima; e Agroecologia: Desafios para sua Implementação e Prevenção a Desastres Naturais.

Programa da Coleta Seletiva Solidária

Desde 2008, a Comissão da Coleta Seletiva Solidária de Furnas tem implantado o Programa em várias unidades, com o objetivo de ajustar a conduta da Empresa quanto à gestão de seus resíduos, promovendo a redução do lixo comum, a otimização da operação da coleta, a segregação e o melhor aproveitamento dos resíduos para reutilização e reciclagem, encaminhando o material reciclável para organizações de catadores.

Em cinco anos de programa, Furnas contribuiu para a geração de renda para 2.800 catadores e promoveu a destinação adequada de 850 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro). Somente em 2012, foram destinadas 105 toneladas.

Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Criado pelo Ministério do Meio Ambiente, este Programa tem como princípios a inserção dos critérios socioambientais nas atividades administrativas e operacionais da administração pública, que vão desde a mudança na forma de comprar e contratar serviços (licitações sustentáveis) até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, além de promover melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho. Furnas aderiu à A3P em outubro de 2012.

A implantação da A3P tem como objetivo dar visibilidade aos programas que a Empresa promove em termos de responsabilidade socioambiental e incentivar outras ações nessa área, formando uma única agenda ambiental e facilitando a divulgação interna e externa dessas ações sustentáveis.

Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem)

Criado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), visa atender às populações desassistidas de rede elétrica convencional, utilizando-se de fontes energéticas renováveis e livres de poluição. A principal fonte utilizada pelo Prodeem é a fotovoltaica, que transforma a energia solar em energia elétrica, destinada às escolas rurais, poços de abastecimento de água e outras atividades comunitárias, em locais ainda não servidos por redes de distribuição rural das concessionárias e normalmente distantes das sedes dos municípios ou de difícil acesso.

Desde 2004, Furnas é responsável pela execução do Plano de Revitalização e Capacitação do Prodeem (PRC/Prodeem) nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e Goiás.

Em 2012, foram realizadas 55 intervenções nos sistemas fotovoltaicos do Prodeem, sendo que, deste total, 7 referem-se à desativação dos sistemas situados em comunidades que foram beneficiados pelo Programa Luz para Todos com a instalação de rede de distribuição de energia das concessionárias estaduais, e 48 que demandaram ações de manutenção corretiva visando a manter os sistemas em operação normal.

Ao final do exercício de 2012, 148 sistemas permaneceram em operação e 507 estão armazenados em consonância com o estabelecido pelo Diretório do PRC/Prodeem e com o Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos.

Os equipamentos desativados, após definição e autorização do MME e avaliação de seu estado de funcionamento, serão disponibilizados para outras empresas do Setor Elétrico ou para outras entidades. Os módulos fotovoltaicos de geração de energia armazenados em Furnas, até o final do ano, totalizam 4.141 unidades, com potência nominal de cerca de 316 mil Watts, em condições de reaproveitamento.

Programa Luz para Todos

Lançado pelo Governo Federal, em novembro de 2003, e coordenado pelo MME, o Programa tem por objetivo levar energia elétrica à população rural, que ainda não tem acesso a esse serviço público, e fazer da eletricidade vetor de desenvolvimento e renda para as comunidades atendidas. Em 2012, foram realizadas 2.995 ligações, beneficiando 15 mil pessoas. Desde sua criação, o Programa totalizou 539 mil ligações, favorecendo cerca de 2,7 milhões de pessoas.

Furnas realizou, ao longo dos últimos anos, palestras educativas em articulação com prefeituras e outros parceiros; implantou o Projeto de Inclusão Digital, com a doação de mobiliários e equipamentos eletrônicos; criou 492 Centros Comunitários de Produção, que possibilitou o compartilhamento, entre famílias, de máquinas e equipamentos agrícolas movidos à eletricidade; criou, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 1.031 bibliotecas conhecidas como Arca das Letras, que contêm 200 livros em vários temas: literatura, educação, meio ambiente, saúde, cidadania, entre outros; implantou, na região de atuação do Programa Furnas Digital, 50 telecentros comunitários (espaços com computadores conectados à internet).

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I)

Furnas compartilha da consciência de que o investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação em empresas do setor elétrico, antes de ser uma obrigação legal, é uma ação que permite à Empresa manter-se competitiva e atualizada tecnologicamente no mercado em que atua, atendendo aos anseios das partes interessadas (clientes, acionistas, fornecedores e colaboradores).

Em 2012, foi implantado o Sistema de Coleta Pública Permanente de Ideias Externas e Propostas de Projetos de P&D pelo seu *website*, sendo uma das poucas empresas do Setor Elétrico Brasileiro a adotar esta abordagem. Foram também criados critérios para tornar atrativo, às entidades externas, o desenvolvimento de projetos de P&D em parceria, assegurando participação conjunta na propriedade intelectual das inovações desenvolvidas. Com essas medidas, até o final de 2012, o sistema recebeu 152 ideias externas.

A escolha dos novos projetos que irão compor a carteira é feita de acordo com direcionamento estratégico estabelecido pela Alta Administração de Furnas, com vistas à maximização de resultados para a Empresa. Com foco na responsabilidade social, são incluídos, ainda, projetos que beneficiem municípios afetados por barragens. Visando promover a imagem da Empresa, são acolhidos projetos de grande visibilidade integrados ao Projeto Rio Capital Energia, criado pelo Governo do Rio de Janeiro, que tem como objetivo mobilizar a sociedade e concentrar recursos em torno de debates sobre o desenvolvimento sustentável na área energética.

A carteira de projetos de P&D de Furnas, para 2012 e os próximos cinco anos completa o investimento que a Empresa deve fazer, de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que define investimentos anuais a serem feitos pelas permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica. Em 2012, foram realizados R\$ 102 milhões, com perspectiva de mais R\$ 28 milhões para o início de 2013.

Nessa empreitada, Furnas conta com o aporte de conhecimento de instituições de ensino e pesquisa, centros de pesquisa e empresas de base tecnológica do País, além de especialistas do seu quadro de colaboradores. Todas essas ações expressam o forte compromisso da Empresa em manter-se atualizada tecnologicamente, atenta às tendências do setor, como forma de consolidar sua expressiva participação em um mercado cada vez mais competitivo.

Conservação de Energia

Para disseminar padrões de consumo sustentáveis, Furnas realiza diversas ações para estimular o uso consciente de bens coletivos, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

As iniciativas desenvolvidas por Furnas são direcionadas para duas vertentes: educacional, que consiste na realização de atividades de informação e sensibilização para práticas sustentáveis de consumo, e técnica, que consiste na realização de estudos e projetos para melhorias em instalações e sistemas elétricos de áreas públicas e privadas, de modo a torná-los energeticamente eficientes.

Em 2012, os programas educativos de sensibilização para conservação de energia envolveram cerca de 105 mil pessoas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, além do Distrito Federal. Foram capacitados 1.300 professores e mais de 67 mil estudantes. Já os projetos de difusão e marketing, como a participação em eventos, feiras e palestras, sensibilizaram cerca de 36 mil pessoas.

Os programas educacionais para a conservação de energia estão descritos a seguir:

Animação Cultural, programa de contação de histórias e apresentação de jogos e brincadeiras com abordagem do tema Conservação de Energia Elétrica. É realizado em escolas, parques e comunidades e teve a participação de 6.801 crianças.

Furnas/Procel nas Escolas, consiste na apresentação de palestras para alunos de escolas públicas e privadas, com informações sobre geração e transmissão de energia elétrica bem como orientações sobre economia de energia nas residências. Este programa teve a participação de 58.495 crianças e 1.363 professores.

Energia da Sabedoria, consiste na apresentação de palestras voltadas para pessoas da terceira idade, para sensibilização e conscientização sobre o desperdício de energia elétrica e teve a participação de 2.136 pessoas. Para esse Programa, Furnas tem parceria com a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Bem Estar Social, Serviço Social do Comércio (Sesc) e universidades.

Palestras Técnicas, consiste na apresentação de palestras direcionadas para profissionais de nível superior ou formação técnica. As atividades foram realizadas em escolas técnicas, seminários, *workshops* e congressos de eficiência energética e teve a participação de 427 pessoas.

Eventos, atividade realizada em congressos, exposições e feiras, consiste na montagem de *stands* com apresentação de esquetes teatrais, gincanas culturais e distribuição de encartes informativos que abordam o tema conservação de energia. Este Programa teve a participação de 35.473 pessoas.

Em 2012, como atividades técnicas, foram realizados 4 diagnósticos energéticos em escolas e 3 diagnósticos em instalações próprias. Esses estudos identificaram um potencial de economia de 118,38 MWh/ano e um potencial de redução de demanda de 58,83 kW.

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

Furnas participa acionariamente em empreendimentos de energia elétrica, sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE) ou Parceria, cujos parceiros estão descritos no quadro a seguir:

Empresa (SPE/Consórcio)	Parceiro
Serra da Mesa S.A.	CPFL Geração de Energia S.A.
Consórcio APM Manso	Produtores Energéticos de Manso S.A. (Proman)
Enerpeixe S.A.	EDP Energias do Brasil S.A.
Retiro Baixo Energética S.A.	Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda. Logos Engenharia Arcadis Logos Energia
Baguari Geração de Energia Elétrica S.A.	Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (Cemig) Neoenergia S.A.
Serra do Facão Energia S.A.	Alcoa Alumínio S.A. DME Energética S.A. Camargo Corrêa Energia S.A.
Foz do Chapecó Energia S.A.	CPFL Energia S.A. Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT)
Madeira Energia S.A.	Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia Andrade Gutierrez Participações S.A. Odebrecht Energia S.A. Cemig Geração e Transmissão S.A.
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	Neoenergia S.A. Eletrosul Centrais Elétricas S.A. Odebrecht Participações e Investimentos S.A.
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) J. Malucelli Energia S.A.
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) J. Malucelli Energia S.A.
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) J. Malucelli Energia S.A.

Empresa (SPE/Consórcio)	Parceiro
Energia dos Ventos I S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Goiabeira Ltda.
Energia dos Ventos II S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Ubatuba Ltda.
Energia dos Ventos III S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Santa Catarina Ltda.
Energia dos Ventos IV S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Pitombeira Ltda.
Energia dos Ventos V S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica São Januário Ltda.
Energia dos Ventos VI S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Nossa Senhora de Fátima Ltda.
Energia dos Ventos VII S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Jandaia Ltda.
Energia dos Ventos VIII S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica São Clemente Ltda.
Energia dos Ventos IX S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Jandaia I Ltda.
Energia dos Ventos X S.A.	Alupar Investimento S.A. Central Eólica Horizonte Ltda.
Inambari Geração de Energia S.A.	Centrais Elétricas brasileira S.A. (Eletrobras) Construtora OAS
Companhia Transudeste de Transmissão S.A.	Transminas Holding S.A. Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.
Companhia Transirapé de Transmissão S.A.	Transminas Holding S.A. Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.
Companhia Transleste de Transmissão S.A.	Transminas Holding S.A. Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) Orteng Equipamentos e Sistemas Ltda.
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A.	Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)
Transenergia Renovável S.A.	J. Malucelli Energia S.A. J. Malucelli Construtora de Obras S.A.
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)
Transenergia São Paulo S.A.	J. Malucelli Energia S.A.
Transenergia Goiás S.A.	J. Malucelli Energia S.A.
Goiás Transmissão S.A.	J. Malucelli Energia S.A. Desenvix Energias Renováveis S.A.
MGE Transmissão S.A.	J. Malucelli Energia S.A. Desenvix Energias Renováveis S.A.
Caldas Novas Transmissão S.A.	Desenvix Energias Renováveis S.A. CEL Engenharia Ltda. Santa Rita Comércio e Instalações Ltda.

Empresa (SPE/Consórcio)	Parceiro
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	State Grid Brazil Holding S.A.
Consórcio Triângulo Mineiro	Fundo de Investimento em Participações Caixa Milão
Consórcio Paranaíba	Companhia Paranaense de Energia (Copel) State Grid
Fonte: Gerência de Empreendimentos em Participação (GEP.N).	

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

Planejamento Estratégico de Furnas

Aprovado pela Eletrobras em setembro de 2008 e, inicialmente, implantado em dezembro do mesmo ano, a elaboração do Planejamento Estratégico, ciclo 2008-2018, contou com a participação efetiva do corpo técnico de Furnas e o apoio da consultoria externa Accenture.

Os trabalhos desenvolvidos culminaram na definição da visão de futuro da Empresa: “Ser o maior e mais bem sucedido agente brasileiro no setor de energia elétrica”, que expressa sua ambição de perseguir a liderança na geração e transmissão de energia elétrica.

A partir da visão definida, foi elaborado o mapa estratégico contendo os fatores críticos de sucesso, cujo detalhamento permite a Furnas controlar as ações que levem os indicadores – índices usados para medir o desempenho financeiro e operacional da Empresa – às metas estabelecidas.

Para a implantação do planejamento estratégico, a estruturação das ações consubstanciou a indicação de nove iniciativas estratégicas: Gestão da Mudança, Gestão Institucional, Gestão de Projetos, Processos e Sistemas, Gestão de Compras, Gestão de Riscos, Gestão do Conhecimento, Gestão de Pessoas e Estratégias de Crescimento Sustentável.

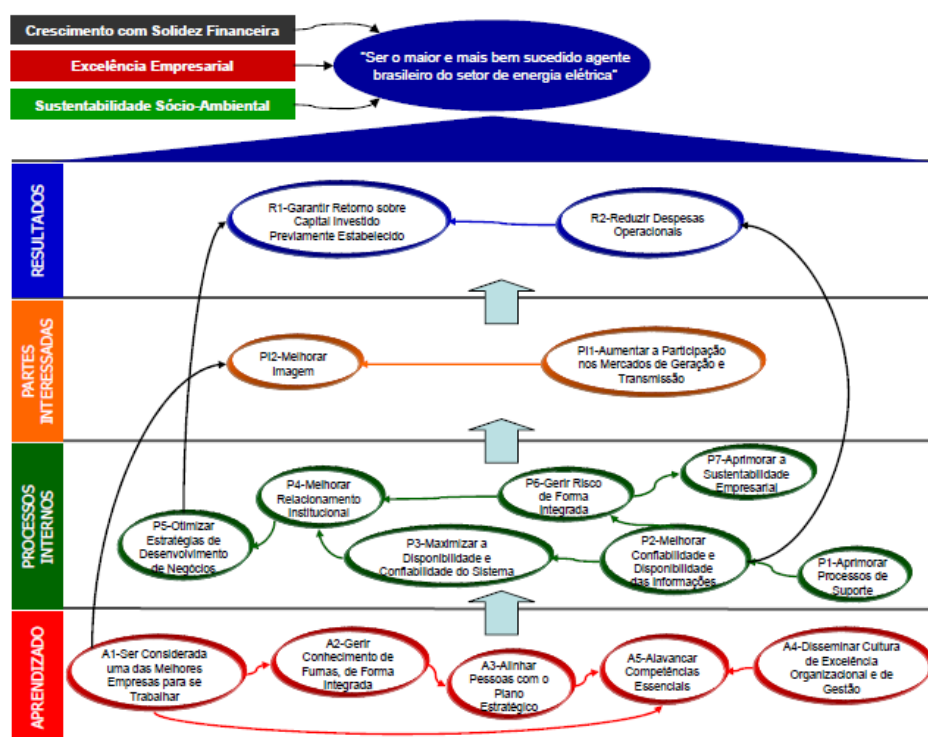


Para a administração dos trabalhos de implantação foram definidas oito etapas, cujo encadeamento encontra-se na figura a seguir:



As duas primeiras etapas, Implantação das Iniciativas Estratégicas (a) e Revisão e Priorização dos Fatores Críticos de Sucesso (b) encontram-se concluídas. As etapas Consolidação das Ações Estratégicas (c), Implementação dos Indicadores de Desempenho e Metas (d), Comunicação das Estratégias (e) e Planos de Ação (f) encontram-se em andamento e as duas últimas (Avaliação e Controle) correspondem a atividades a serem exercidas permanentemente na Empresa, mesmo após a conclusão das etapas anteriores.

Cabe salientar, ainda, que a realização da segunda etapa ocasionou uma nova versão do Mapa Estratégico de Furnas exposta a seguir:



O Mapa Estratégico revisado considera as conclusões oriundas do PTSE com poder de impacto direto no Planejamento Estratégico de Furnas e apresenta um desenho menos poluído, com texto de melhor entendimento, facilitando a comunicação da estratégia empresarial e mantendo a ideia original da consultoria que nomeia as elipses das perspectivas como Fator Crítico de Sucesso. Pela leitura do Mapa Estratégico é possível identificar dezesseis fatores críticos de sucesso, distribuídos pelas quatro perspectivas que o norteiam.

Para apresentar a todos os funcionários a Visão, Missão e Valores que norteiam o direcionamento empresarial, além do Mapa Estratégico, Painel de Bordo e Relatório de Desempenho, foi criado o Portal Implantação do Planejamento Estratégico (Portal IPE), que possibilita o acesso às informações, verificação do desempenho estratégico da Empresa e percepção dos resultados dos esforços para a conquista da visão de futuro estabelecida.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro implantado após a Constituição de 1988, bem como as melhorias e o aperfeiçoamento introduzidos pelo marco legal regulatório, a partir de 2004, propiciaram as condições de retomada do planejamento de longo prazo e criaram as condições para investimentos em novos projetos de energia (geração e transmissão).

Objetivando que o Sistema Eletrobras cumprisse o seu papel institucional e aproveitasse todas as oportunidades apresentadas pelo mercado, o MME definiu em 2008 as diretrizes que consubstanciaram o Plano de Transformação e Fortalecimento do Sistema Eletrobras (PTSE), constituído por um conjunto de 41 projetos ou ações, com vistas à reorganização e ao reposicionamento da Empresa na área de infraestrutura energética.

Como consequência da implantação do PTSE, no final de 2009, Furnas e Eletrobras assinaram o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE), ciclo 2010-2014, pelo qual a Empresa se comprometeu, perante a *Holding*, a cumprir, anualmente, orientações estratégicas definidas para os exercícios sociais seguintes.

Com base na necessidade compartilhada pela alta direção de Furnas para criar foco e assegurar o alinhamento na atuação da Empresa, inclusive garantindo o cumprimento do CMDE, foi elaborado, em 2011, o documento intitulado Plano Diretor de Furnas, contemplando orientações de longo prazo para os seus negócios.

Trata-se de um guia da gestão que reflete compromissos de Furnas e do Conselho de Administração com seus acionistas no que se refere a metas econômico-financeiras (dividendos, lucro líquido, EBITDA etc.), *covenants* e estratégias empresariais de crescimento e política de investimentos, com objetivos e resultados a serem perseguidos.

Tem como diretrizes estratégicas básicas o crescimento contínuo associado a medidas de eficiência operacional e redução de custos, algumas já implementadas, e prevê a melhoria da rentabilidade de Furnas e um retorno adequado para seus acionistas.

Elaborado com base nas informações e metodologia do planejamento estratégico da Empresa, o Plano Diretor tem evoluído permanentemente em sua formatação, adaptando-se às necessidades impostas pelo ambiente regulatório do setor, em especial ao novo regime econômico instituído pela Medida Provisória nº 579 (Lei nº 12.783) para a prorrogação dos Contratos de Concessão.

Neste particular, com a decisão tomada pela Empresa de prorrogar antecipadamente as concessões vincendas nos termos da citada Lei, o Plano Diretor foi ajustado para contemplar as novas condições estabelecidas para as usinas e os sistemas de transmissão que foram prorrogados.

Adicionalmente, alinhado com o novo regime econômico das concessões, o Plano Diretor visualiza a Empresa em duas unidades de negócios: a operadora e mantenedora e a empreendedora. A unidade de negócios de operação e manutenção é suportada por tarifas reguladas e a unidade de negócios de expansão e gestão de participações é suportada por captura de receitas e dividendos.

Para atingir seus objetivos, o Plano Diretor contempla metas de curto, médio e longo prazo nos campos administrativo, financeiro e operacional, assim como para os investimentos na expansão dos serviços. Entre as metas estabelecidas destacam-se as de redução dos custos operacionais e aumento de receitas para ampliação da margem EBITDA, de redução do custo de capital de terceiros e de aumento da performance financeira e operacional das SPE.

Destaque especial foi dado ao ajuste da Empresa ao novo regime econômico das concessões prorrogadas que, por compreender redução de tarifas, conduziu à necessidade de busca de novas receitas e de economias advindas de melhoria de processos, de aumento de automação e de modernização e simplificação da estrutura organizacional. Em relação à margem EBITDA, a meta é avançar dos níveis atuais de cerca de 25% para níveis ao redor de 60%, comparáveis às melhores empresas do segmento.

A gestão das participações nas SPE, braço utilizado para a expansão dos serviços, contempla como meta proporcionar uma taxa de retorno sob a forma de dividendos superior ao custo de capital de Furnas. Para atingir este objetivo, o foco volta-se para a gestão financeira/operacional, enxugando suas estruturas, captando os recursos mais econômicos e compartilhando custos entre elas.

No que tange ao crescimento, fixou-se a meta de manter, no médio e longo prazo, o *market share* atual de 9% da capacidade instalada de geração do País e de 19% das redes de transmissão.

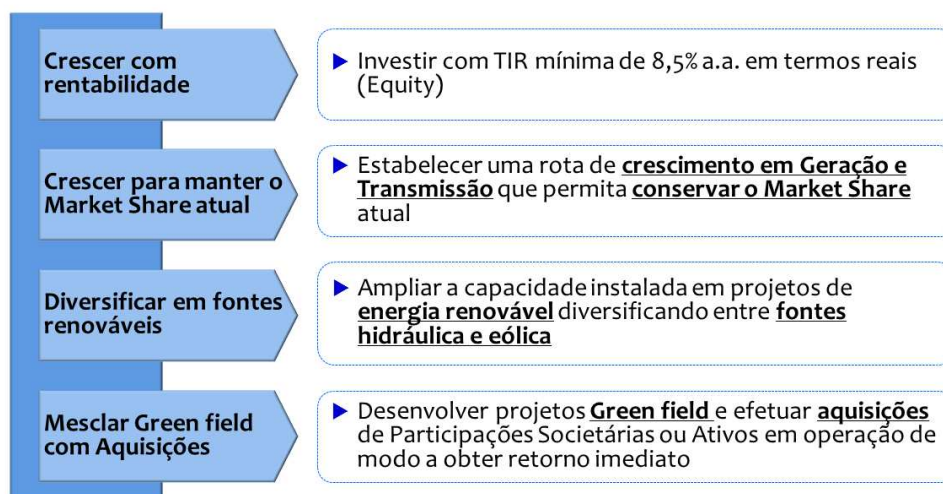
Podemos destacar os seguintes avanços já alcançados:

- diversificação das fontes de financiamento dos projetos, com redução do seu custo médio e alongamento de seu vencimento, aliviando as necessidades de capital no curto prazo;
- participação nos leilões de energia nova e de transmissão em projetos que complementam o sistema da Empresa e capturados com taxas de retorno mais expressivas;
- esforços centrados na finalização dos projetos em andamento, recuperando os atrasos já incorridos;
- redução de custos operacionais além dos obtidos com as saídas já registradas do PREQ, especialmente decorrentes de aprimoramento e simplificação de processos, compartilhamento de serviços nas áreas operacionais e enxugamento da estrutura organizacional;
- atuação forte na gestão das parcerias com aumento do fluxo de dividendos e da eficiência operacional das SPE.

Princípios Estratégicos Fixados pelo Plano Diretor

Com vistas a continuar sua trajetória de crescimento sustentável, a Empresa necessita ter uma visão de futuro, conhecer os seus limites e definir qual é a sua ambição e seu potencial de crescimento. O Plano Diretor é um instrumento que orienta as ações estratégicas a serem implementadas pela Empresa.

Conforme o Plano Diretor de Furnas, a ambição estratégica da Empresa baseia-se em quatro princípios, conforme figura a seguir:



Considerando o seu potencial de crescimento e as suas limitações econômico-financeiras, Furnas optou por um cenário de manutenção do *market share* e adotou como estratégia a captura de projetos mesclando-se aquisições de ativos performados com projetos *greenfield* de curta e longa maturação. Este cenário de crescimento associado às medidas de redução de custos definidas no Plano deverão proporcionar a melhoria da rentabilidade da Empresa e um retorno adequado aos acionistas.

2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

A Empresa está sendo ajustada ao novo modelo do setor, que exige competência e eficiência. Os novos processos e práticas irão priorizar a visão empresarial na tomada de decisões e garantir uma gestão de qualidade dos ativos existentes, gerando recursos para os acionistas e para a expansão do sistema elétrico.

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 579, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que "Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária". Esta iniciativa estabelece um novo marco regulatório do Setor Elétrico e marca a disposição do Governo Federal para a redução de tarifas de forma a gerar um ambiente de maior competitividade para o País.

A MP nº 579 estabeleceu a possibilidade de prorrogação das concessões das usinas hidrelétricas por um período de até 30 anos sujeita a aceitação, pelo Concessionário, de regime de remuneração por tarifa calculada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para cada usina, de alocação de cotas de garantia física de energia e de potência das usinas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) e de submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel. Adicionalmente, foi estabelecida a possibilidade de antecipação dos efeitos da prorrogação em até sessenta meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga.

A data estabelecida para solicitação da prorrogação foi 04.12.2012, sendo que as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica não prorrogadas, nos termos da Medida Provisória, serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Em 03.12.2012, a Assembleia de Acionistas de Furnas aprovou as condições previstas pela MP nº 579 e pelo Decreto nº 7.805/2012 e a Empresa assinou o primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2004 – Aneel prorrogando por trinta anos, a partir de 1º de janeiro de 2013, as concessões das usinas hidrelétricas Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I.

A tabela a seguir destaca as usinas de Furnas que tiveram os seus contratos de concessão prorrogados, bem como suas receitas de geração estabelecidas para o período de 1º de janeiro de 2013 a 30 de junho de 2013.

UHE	Receita Inicial Semestral (R\$ Milhões)
Corumbá I	21,50
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	43,30
Funil	46,96
Furnas	65,12
Marimbondo	9,54
Porto Colômbia	14,22
Total	200,64

A tais valores deverão ser acrescentadas as despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas. Adicionalmente foi autorizado o ressarcimento às geradoras das despesas relativas à Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos.

Em relação aos ativos de transmissão, a Empresa assinou o primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 062/2001 – Aneel, cujo objeto foi a prorrogação, por trinta anos, a partir de 1º de janeiro de 2013, das instalações de transmissão associadas ao Contrato, com redução de receita de cerca de R\$ 2.200 milhões para R\$ 629,8 milhões, não incluídas as despesas do PIS/Pasep e da Cofins efetivamente incorridas.

Foram publicadas também, portarias interministeriais contendo os valores das indenizações a serem pagas às geradoras e transmissoras, com concessões a vencer até 2017.

O valor da indenização de ativos de Furnas é de R\$ 3,609 bilhões, sendo R\$ 2,878 bilhões referentes a transmissão e R\$ 731 milhões a geração (UHE Marimbondo: R\$ 64 milhões e UHE Corumbá I: R\$ 667 milhões). Estes valores foram calculados pela Aneel e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) utilizando metodologia denominada Valor Novo de Reposição (VNR), que vem sendo utilizada nos processos de revisão tarifária das concessões de distribuição e de transmissão de energia elétrica, para a definição da base de sua remuneração.

Já no caso da geração, os valores indenizatórios mencionados só consideraram o Projeto Básico dos Empreendimentos. Todavia o Decreto nº 7.850/2012 estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2013 para envio, pelos Agentes, de informações complementares ao projeto básico para fins do cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou não depreciados, com vistas a indenização ou ao seu reconhecimento na base tarifária, neste caso quando dos processos tarifários.

A adequação de Furnas a este novo marco regulatório está sendo implementada por meio de grande reestruturação, que inclui a reorganização administrativa e dos ambientes do trabalho, readequação e redução da força de trabalho, mudanças no relacionamento com os órgãos de fiscalização, controle e regulação e a recuperação do sistema, conforme descrito a seguir:

Reorganização da Estrutura da Empresa

O processo de reorganização da Empresa começou com a criação da Diretoria de Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações e da Diretoria de Expansão, originária da fusão das antigas Diretorias de Construção e de Engenharia, em 2011.

Assim, de imediato, se obteve grande melhoria no funcionamento da Empresa e de seus negócios, com a aglutinação de funções anteriormente dispersas. Alcançou-se ganhos expressivos na prospecção, na avaliação e na gestão de negócios e parcerias, no gerenciamento de riscos, conhecimento, pesquisa, desenvolvimento e inovação, na formulação e operacionalização da estratégia corporativa e na comercialização dos serviços de produção e transmissão de energia elétrica.

Adicionalmente, neste contexto, Furnas contratou, com interveniência e participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a *Roland Berger Strategy Consultants*, empresa de consultoria especializada, para a elaboração de estrutura organizacional de uma empresa de referência. A partir da análise detalhada de eficiência operacional de Furnas, com comparações a *benchmarks* nacionais e internacionais do setor elétrico, será realizado o dimensionamento quali-quantitativo de pessoal para uma nova estrutura organizacional que permitirá a gestão por processos e por projetos, otimizando custos com incremento da eficiência. A nova estrutura estará completamente alinhada ao modelo regulatório do setor elétrico e aos recentes ditames do Governo Federal. Nesse projeto são previstas 2 fases e 5 etapas conforme apresentado no diagrama a seguir.

Fases e etapas da abordagem metodológica



Readequação e Redução da Força de Trabalho

Em 30.10.2001, foi editada, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Portaria nº 1.139, autorizando Furnas a adotar medidas visando à recomposição de seu quadro de pessoal, com demissão imediata da mão de obra contratada. A partir de então, planos justos e inovadores de desligamento de pessoal próprio e terceirizado já se encontram em andamento.

No âmbito do quadro próprio, com a adesão de 1.759 empregados, 633 dos quais já desligados, o Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ) possibilitará redução de, aproximadamente, 28% desses efetivos até 2013.

O Plano consiste no desligamento voluntário de colaboradores que já tenham alcançado ou que alcançarão os direitos de aposentadoria até o término de sua vigência (agosto de 2013), com a condição de repasse de conhecimentos e com benefícios financeiros à época do desligamento. A tabela a seguir demonstra a situação do Plano até 31.12.2012.

	Adesões	Desistências	Desligamentos	Adesões Ativas
Total	1.759	340	633	786

Quanto ao contingente de funcionários contratados, não fossem os relevantes motivos de ordem social, a substituição da mão de obra terceirizada sem qualquer planejamento provavelmente traria reflexos danosos e imprevisíveis ao sistema de geração e transmissão de energia elétrica do País. O número de funcionários terceirizados alocados em áreas técnico-operacionais superava, inclusive, o de empregados efetivos, sem falar na qualificação destes profissionais, que ocupam cargos e funções para os quais se exigem treinamento e experiência superior a dois anos.

Neste contexto, a partir de 2004, iniciou-se longa batalha judicial travada com o Ministério Público do Trabalho (MPT), que pretendia a substituição imediata da mão de obra terceirizada de Furnas. O assunto ganhou prioridade máxima na busca da mediação, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o MPT e a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), com a participação do Ministério Público Federal (MPF), da Advocacia-Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), que chegaram a consenso, pactuando acordo nos autos do Mandado de Segurança nº 27.066, em fevereiro de 2012.

A solução pactuada, que contempla a contratação paulatina de cerca de 550 aprovados no último concurso da Empresa, em substituição à mão de obra terceirizada, com desligamento de forma escalonada até 2018 com direitos reconhecidos e assegurados, pôs fim ao embate que perdurou por mais de uma década.

A partir de 2013, os ajustes na força de trabalho de Furnas serão significativamente impactados pelos efeitos dos acordos para Desmobilização dos Terceirizados, resultando em expressiva redução no quantitativo de pessoal.

Os acordos preveem o desligamento escalonado dos terceirizados, no período entre 2014 e 2018, e a convocação de concursados, conforme cronograma a seguir:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Desligamentos	0	130	196	196	391	392	1.305
Convocações	110	110	110	110	110	0	550

Consta ainda no acordo o ingresso no quadro próprio de Furnas de, aproximadamente, 234 terceirizados com início de lotação anterior a 21.12.1993, com base nos termos do Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Também, com base nesses acordos, Furnas está oferecendo Proposta de Acordo Individual aos terceirizados que desejam se desligar da Empresa até dezembro de 2013. Mediante adesão à Proposta, os profissionais farão jus ao recebimento de 72% do montante referente ao adicional por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificação de férias e abonos correspondentes ao período de março de 2007 a fevereiro de 2012, apurados nos mesmos moldes utilizados por Furnas para pagamento desses benefícios aos seus empregados, no âmbito do PREQ.

Desconsiderando as implicações adicionais da reestruturação organizacional ainda a ser realizada e tomando como base uma empresa de referência em eficiência operacional, apenas com as medidas já adotadas por Furnas, estima-se uma redução na força de trabalho de aproximadamente 35%.

Aproximação e Integração da Organização, das Pessoas e dos Espaços Físicos

A integração organizacional teve início com a reunião de todos os diretores em um único andar, em instalações simples, mas funcionais, e continua em andamento com a implantação de novo *layout* dos escritórios, contemplando a aglutinação de áreas afins, anteriormente dispersas pelos edifícios da Sede. O novo padrão privilegia espaços abertos, propiciando maior sinergia nas ações.

Também foi investido na aproximação entre a alta direção e o corpo funcional, com uma gestão baseada no respeito, no diálogo e na transparência.

Foram criados canais de comunicação que permitem e estimulam a integração da alta direção com os colaboradores, tais como o canal Fale com o Presidente e o evento Café com o Presidente, além de mecanismos baseados em redes sociais, o uso da intranet e a valorização da Ouvidoria.

Relação com Órgãos de Fiscalização, Controle e Regulação

Também merecem destaque os esforços da atual direção de Furnas para melhorar a relação com os órgãos de controle. Para tanto, foi criado um comitê específico que centraliza e organiza a comunicação com o Tribunal de Contas da União, com a Controladoria-Geral da União e com os Ministérios Públicos, no sentido de dar maior celeridade, transparência e clareza ao atendimento de solicitações.

Da mesma forma, também foi criado um comitê específico para tratar das questões relacionadas à Aneel.

Recuperação do Sistema Atual

Com o objetivo de aumentar a robustez e o desempenho operacional do Sistema Furnas, foram retomados os investimentos em melhorias e reforços no sistema de transmissão e modernização do parque gerador. São 152 empreendimentos, em 49 subestações e nove linhas de transmissão, que contemplam ações de melhorias, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão entre 2011 e 2014. Estas obras foram consolidadas no Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Instalações em Operação (PGET), cuja execução baseia-se em estrutura de gestão estratégica e integrada e em esquema matricial por meio de gestores de projeto, de modo a garantir sua qualidade e o cumprimento de prazos e custos estabelecidos.

Na mesma linha, o Plano Geral de Empreendimentos de Geração em Instalações em Operação (PGER) trata da conclusão das modernizações das UHE Furnas (investimento total de R\$ 634 milhões com conclusão prevista para 2014) e Luiz Carlos Barreto de Carvalho (investimento total de R\$ 568 milhões, praticamente concluída).

Modelagem para o Crescimento

A expansão de Furnas está centrada na manutenção de seu *market share* (9% da geração e 19% da transmissão), com foco na geração a partir de fontes hidrelétricas e outras formas de energia renovável. Esse crescimento baseia-se no desenvolvimento e no fortalecimento de parcerias com agentes de mercado, trazendo mais efetividade ao alinhamento da Empresa ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

Estruturaram-se na Empresa atividades de suporte à sua expansão e crescimento, englobando o planejamento estratégico, a prospecção de mercado, o desenvolvimento de parcerias, as estratégias de competitividade, a gestão do portfólio de projetos e, principalmente, as atividades de acompanhamento e gestão dos resultados das Sociedades em que Furnas tem participação.

Foram também estabelecidos normas e critérios para a governança em parcerias nos negócios de geração e transmissão, inclusive no que se refere à coordenação do envolvimento das áreas internas de Furnas em todo o processo. As atividades envolveram a análise técnica, a seleção de parceiros, a estruturação societária e financeira, a elaboração de instrumentos contratuais e societários, a elaboração e coordenação da aprovação de planos de negócio e a coordenação das atividades das Sociedades constituídas, até a assinatura dos contratos de concessão ou de comercialização de energia.

Ainda em termos de evolução da governança interna, destaca-se a criação do Comitê de Novos Negócios (CNN), cuja finalidade é subsidiar a Diretoria com recomendações técnicas sobre acompanhamento de participações e novas oportunidades de negócio. O CNN conta com ampla participação dos executivos da Empresa, permitindo a discussão de estratégias e de processos de governança, com difusão dos critérios e condições societárias, financeiras e tributárias contidas nas modelagens econômico-financeiras, cujos resultados também apoiarão as decisões da Diretoria Executiva.

Em relação aos novos negócios, considerando a própria condição de Empresa de economia mista e buscando total transparência em seus atos na prospecção e crescimento no mercado, Furnas passou a se valer de Chamada Pública para Novas Oportunidades de Negócios, na internet e em veículos impressos, com o objetivo de selecionar potenciais parceiros, detentores de capital, direitos, projetos e/ou oportunidades de negócio na área de energia e que a considerem parceira estratégica e se alinhem ao seu referencial de missão, visão, valores e governança empresarial, com vistas a formação de seu portfólio de projetos para participação imediata ou futura.

Os interessados em constituir parcerias devem obrigatoriamente se cadastrar na Chamada Pública e, sempre que houver oportunidade de negócio, Furnas encaminha às empresas interessadas cadastradas, que atendam às premissas de participação, informações adicionais e solicitação da documentação necessária, bem como os critérios técnicos, comerciais, jurídicos e estratégicos a serem adotados na seleção da parceria, tornando o processo isonômico, legal e transparente.

Até dezembro de 2012, foram contabilizados 219 investidores e empreendedores cadastrados, dentre os quais 96 empresas interessadas em estabelecer parcerias em projetos eólicos. No total, são cerca de 7.500 MW em projetos inscritos para participação em leilões de geração hídrica, térmica convencional, térmica à biomassa, eólica, geração por meio de resíduos sólidos e geração solar, além de 17 propostas de parcerias para os leilões de transmissão, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Cadastro de Empreendedores

Tipo de Cadastro	Nº de Cadastrados
Empreendedores	154
Investidores	65
Total	219

Número de Empresas Cadastradas

Tipo de Cadastrado	Nº de Cadastrados
Empreendedores	59
Investidores	44
Total	103

Tipo de Projeto Cadastrado	Nº de Cadastro
Geração	151
Biomassa	3
Eólicas	96
Solar	18
Resíduos Sólidos	2
Central Geradora Hidrelétrica (CGH)	1
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	26
UHE	3
UTE Biodiesel	2
Alienação de Ativos	3
UHE	1
Linhas de Transmissão	2
Total	154

Como resultado deste posicionamento estratégico dos novos negócios na Empresa, podemos destacar a parceria inédita com um Fundo de Investimento que, após todo o processo descrito anteriormente, sagrou-se vencedor, em associação com Furnas, do Lote D do Leilão de Transmissão Aneel nº 07/2012, viabilizando uma estrutura financeira que possibilitará a expansão da Empresa.

O encerramento do processo de reestruturação da Empresa culminará com a realização, em 2013, da revisão de seu Plano Estratégico, cumprindo as premissas dos seus direcionadores estratégicos:

Missão: atuar com excelência empresarial e responsabilidade socioambiental no Setor de Energia Elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

Visão de Futuro: ser o maior e mais bem sucedido agente brasileiro no Setor de Energia Elétrica.

Valores: sua atuação e gestão devem seguir os seguintes preceitos:

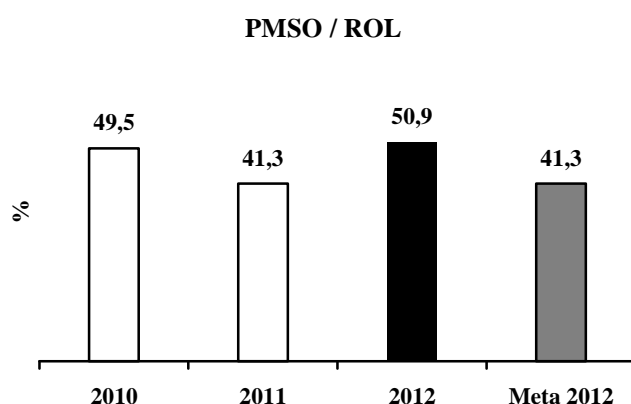
- valorização das Pessoas, reconhecendo que nossa força de trabalho é um de nossos mais valiosos ativos;
- trabalho em Rede, com pluralidade e cooperação;
- foco em Resultados, levando em conta, em todas as ações, o impacto na Empresa;
- adaptabilidade, desenvolvendo capacidade para as mudanças do nosso ambiente de negócio;
- sustentabilidade, atuando com responsabilidade econômica, social e ambiental;
- transparência, através da interação permanente com a sociedade para atendimento de suas necessidades e divulgação dos resultados empresariais; e
- empreendedorismo, atuando proativamente para superar os desafios.

2.4. INDICADORES

Com o objetivo de fortalecer as Empresas do Sistema Eletrobras e com foco na transformação empresarial pretendida e delineada pelo Governo Federal, em 2009 foi celebrado Contrato de Metas e Desempenho Empresarial (CMDE) entre a Eletrobras e suas Controladas visando ações para o cumprimento de metas de desempenho para estimular a melhoria financeira, operacional e estratégica das Empresas. Assim, estabeleceu critérios para avaliação das metas a serem cumpridas, com base no Balanço Regulatório vigente em 2009, com ajustes definidos pela mesma. Neste contexto, seguem os indicadores do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial, a partir de 2010.

Custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas (PMSO) / Receita Operacional Líquida (ROL)

Meta: Estimular a redução de gastos



	R\$ Milhões		
	2010	2011	2012
PMSO Ajustado (Sem Eletronuclear e Despesa de Construção)	2.556	2.304	3.011
Pessoal	869	1.011	1.174
Material	42	43	50
Serviços de Terceiros	580	624	704
Combustível para Produção de Energia Elétrica	7	45	162
Parcela de Combustível Subsidiada pela CCC	-	-	-
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.585	2.390	2.106
Compra de Energia parcela Eletronuclear	(1.756)	(1.934)	(1.361)
Outros	229	126	176
ROL Ajustada (Sem Eletronuclear e Receita de Construção)	5.161	5.580	5.909
Geração	4.902	5.117	5.609
Distribuição	-	-	-
Outras Receitas Operacionais	34	52	52
Receita de O&M	747	874	960
Receita Financeira (Ativo Financeiro)	1.035	1.191	1.213
(-) Encargos Setoriais	(269)	(304)	(377)
(-) Encargos sobre Receita	(245)	(298)	(345)
(-) Receita Parcela Eletronuclear	(1.042)	(1.050)	(1.203)
PMSO/ROL (%)	49,5	41,3	50,9

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
PMSO/ROL	↓	41,3%	50,9%	- 23,2%

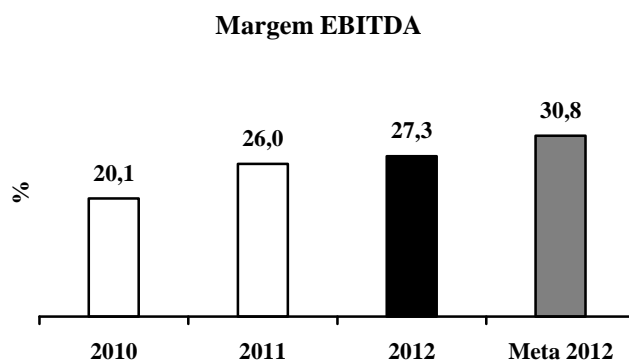
Análise Crítica

A variação para a meta deve-se basicamente em função:

- do PMSO que apresentou aumento em relação ao orçado;
- a PLR que em função de Furnas ter apresentado resultado negativo foi incluída como PMSO, conforme previsto no protocolo.

Lucro Líquido Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA) / Receita Operacional Líquida (ROL)

Meta: Aumentar o Nível da Margem EBITDA



	R\$ Milhões		
Margem EBITDA	2010	2011	2012
EBITDA	1.378	2.010	2.383
ROL	6.861	7.728	8.716
PMSO	(4.561)	(4.283)	(4.570)
Outras Despesas Operacionais	(923)	(1.435)	(1.762)
Provisões SPE	-	-	-
Margem EBITDA (%)	20,1	26,0	27,3

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Margem EBITDA	↑	30,8%	27,3%	- 11,2%

Análise Crítica

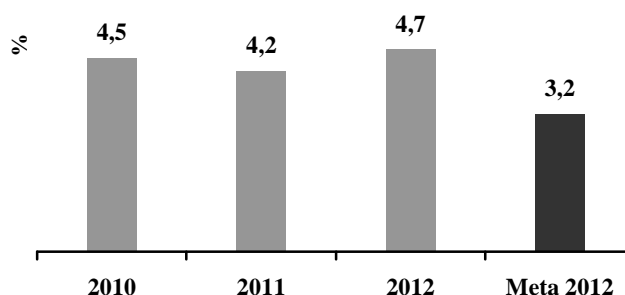
A variação para a meta deve-se basicamente em função:

- do PMSO que apresentou aumento em relação ao orçado;
- a PLR que em função de Furnas ter apresentado resultado negativo foi incluída como PMSO, conforme previsto no protocolo.

Dívida Líquida / EBITDA

Meta: Reduzir o grau de alavancagem financeira

Dívida Líquida / EBITDA



	R\$ Milhões		
Dívida Líquida / EBITDA	2010	2011	2012
Dívida Líquida	6.212	8460	11.308
(+) Estoque da Dívida	7.520	9.605	12.892
(-) Recebíveis	759	633	742
(-) Caixa	549	512	843
EBITDA	1.378	2.010	2.383
Dívida Líquida / EBITDA (%)	4,5	4,2	4,7

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Dívida Líquida / EBITDA	↓	3,2	4,7%	-47,7%

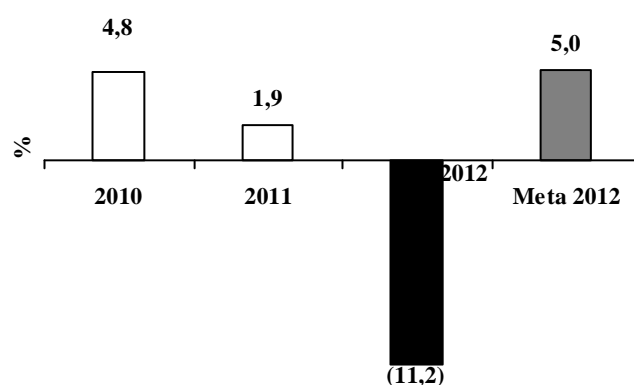
Análise Crítica

A variação para a meta ocorreu, basicamente, em função da variação da Dívida Líquida (orçado x realizado). O valor da Dívida Líquida projetada para o exercício foi de R\$ 7,8 bilhões, sendo que o realizado foi de R\$ 11,3 bilhões. Além disso, o EBITDA teve o impacto do PMSO que apresentou aumento em relação ao orçado e a PLR que, em função de Furnas ter apresentado resultado negativo, foi incluída como PMSO, conforme previsto no protocolo.

Rentabilidade do Patrimônio Líquido (Lucro Líquido / Patrimônio Líquido)

Meta: Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido

Rentabilidade do Patrimônio Líquido



	R\$ Milhões		
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	2010	2011	2012
Lucro Líquido	636	260	(1322)
Patrimônio Líquido	13.281	13.405	11.830
Patrimônio Líquido Acumulado (%)	4,8	1,9	-11,2

Avaliação

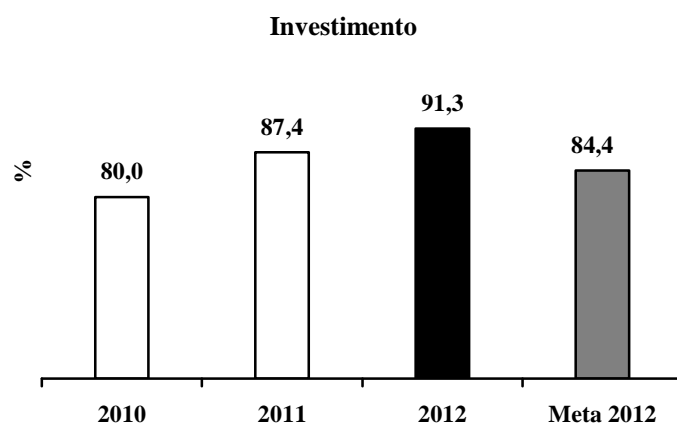
		Meta	Resultado	Δ%
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	↑	5,0%	11,2%	- 325,6%

Análise Crítica

O resultado apurado no final do exercício de 2012 deve-se, principalmente, pelo impacto dos ajustes contábeis decorrentes da renovação das concessões que correspondem ao montante de R\$ 2 bilhões.

Investimento (Investimento Realizado / Investimento Aprovado)

Meta: Aumentar o nível histórico de realização de investimentos



	R\$ Milhões		
Investimento	2010	2011	2012
Investimento Realizado	1.586	2.019	2.621
(+) Investimento Corporativo	1.245	988	1.148
(+) Parcerias	340	1.032	1.473
Investimento Aprovado	1.983	2.310	2.872
(+) Investimento Corporativo	1.607	1.264	1.277
(+) Parcerias	375	1.046	1.595
Investimento Realizado / Investimento Aprovado (%)	80,0	87,4	91,3

Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Investimento Realizado / Investimento Aprovado	↑	84,4%	91,3%	8,1%

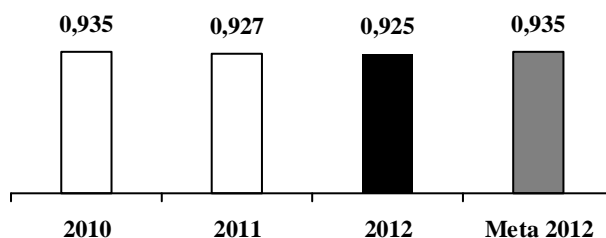
Análise Crítica

A meta foi alcançada satisfatoriamente.

Índice de Disponibilidade de Geração

Meta: Aumentar o índice de disponibilidade de geração

Fator de Disponibilidade de Geração



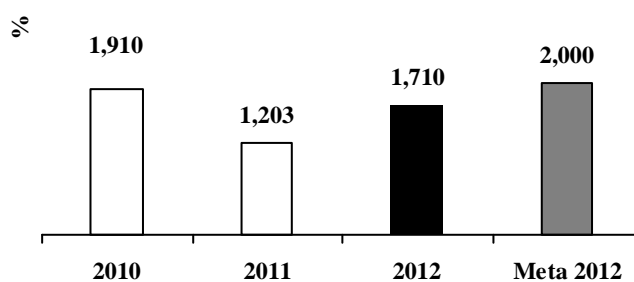
Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Índice de Disponibilidade de Geração	↑	0,935	0,925	-1,1%

Parcela Variável Descontada em Transmissão

Meta: Reduzir a parcela variável descontada em transmissão

Parcela Variável



Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
Parcela Variável Descontada em Transmissão (%)	↓	2,000	1,710	14,5%

Análise Crítica

A meta foi alcançada satisfatoriamente.

Índice de Satisfação dos Colaboradores

Meta: obter um nível mínimo de satisfação dos colaboradores

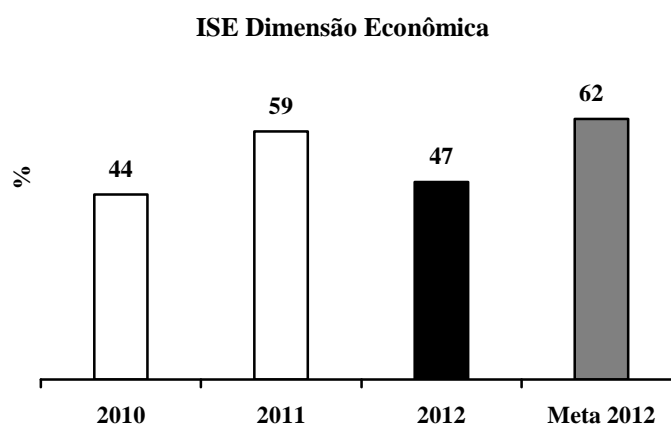
	2010	2011	2012	Meta 2013
Índice de Satisfação dos Colaboradores (%) ↑	70,2	67,8	-	66,2

Análise Crítica

Em 2012 não houve apuração deste indicador pois a avaliação passou a ocorrer a cada dois anos.

ISE Dimensão Econômica

Meta: Elevar a pontuação do indicador no ISE Bovespa

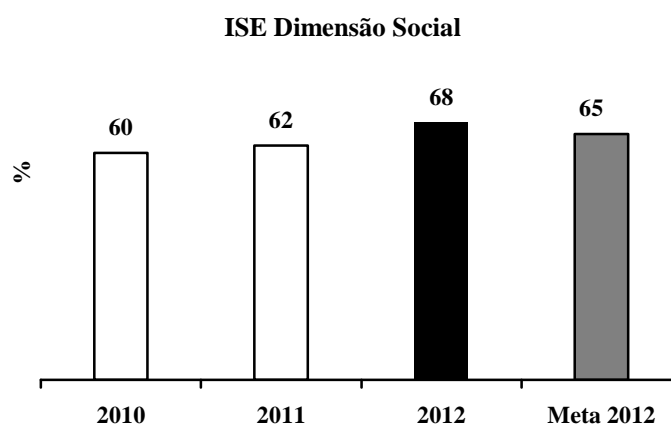


Avaliação

		Meta	Resultado	$\Delta\%$
ISE Dimensão Econômica	↑	62	47	-24,0%

ISE Dimensão Social

Meta: Elevar a pontuação do indicador no ISE Bovespa



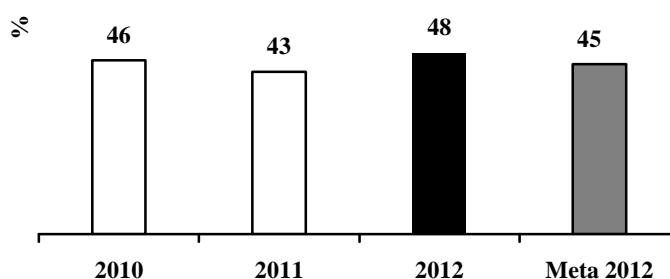
Avaliação

		Meta	Resultado	$\Delta\%$
ISE Dimensão Social	↑	65	68	4,5%

ISE Dimensão Ambiental

Meta: Elevar a pontuação do indicador no ISE Bovespa

ISE Dimensão Ambiental



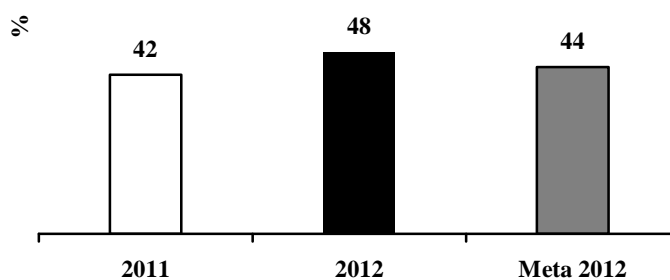
Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
ISE Dimensão Ambiental	↑	45	48	7,6%

ISE Dimensão Mudanças Climáticas

Meta: Elevar a pontuação do indicador no ISE Bovespa

ISE Dimensão Mudanças Climáticas



Avaliação

		Meta	Resultado	Δ%
ISE Dimensão Mudanças Climáticas	↑	44	48	8,2%

Análise Crítica

Em 2012, Furnas atingiu sua melhor pontuação nos Indicadores de Sustentabilidade Empresarial (ISE Bovespa), no que tange às iniciativas Ambiental, Social e de Mudanças Climáticas, confirmando o foco para a gestão com base no desenvolvimento sustentável.

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

As políticas e práticas de Governança Corporativa de Furnas estão focadas na transparência de gestão, no respeito no relacionamento com todos os seus *stakeholders*, no tratamento equitativo e na prestação de contas clara e objetiva de sua atuação, todos alinhados com seu Código de Ética.

O aprimoramento da Governança Corporativa é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos, que seguem as recomendações do Manual de Organização da Empresa, no qual estão incluídos o Estatuto Social, o Regimento Interno, as Políticas e Normas de Organização, e as diretrizes que norteiam a atuação dos Comitês Internos que apoiam a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, e as descrições de atribuições de todos os órgãos formais de sua estrutura organizacional.

O modelo se fundamenta, também, na definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, no que se refere à formulação, à aprovação e à execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Empresa, bem como do Conselho Fiscal, na fiscalização dos atos e das contas da Administração.

Estrutura Societária

Furnas, sociedade anônima de economia mista federal de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação das suas ações por meio de *American Depositary Receipts* (ADR), nível 2, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) da Bolsa de Nova York e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE – Bovespa).

Em 2012, o Capital Social de Furnas, no valor de R\$ 6.031.154.365,54 (seis bilhões, trinta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Eletrobras	50.736.235.610	99,82	14.120.855.145	98,56
Outros	91.699.531	0,18	205.181.476	1,44
Total	50.827.935.141	100,00	14.326.036.621	100,00

A Eletrobras realizou dois aportes caracterizados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), nos montantes de R\$ 300 milhões e R\$ 200 milhões. No entanto, a integralização no capital social da Empresa requer aprovação da Assembleia de Acionistas, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2013.

O montante de R\$ 25,4 milhões correspondente à atualização do AFAC concedido, no valor de R\$ 300 milhões, calculada pela taxa Selic, será integralizado posteriormente.

Estrutura de Governança Corporativa

A Governança Corporativa de Furnas é representada pelos relacionamentos da Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, a Eletrobras contrata serviços de auditoria independente, para todas as empresas do Sistema, com a finalidade de atestar a adequação de atos ou fatos para atribuir características de confiabilidade a atividades mediante utilização de procedimentos técnicos específicos. No caso das demonstrações financeiras, tem por objetivo a emissão de pareceres sobre a adequação das contas da Empresa, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e com a legislação específica pertinente.

Assembleia Geral de Acionistas

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para alienar, no todo ou em parte, ações do seu Capital Social ou de suas Controladas; proceder abertura e aumento do Capital Social; vender debêntures de que seja titular, de empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos que forem propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal.

Em 2012, a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu em 30 de abril para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2011 e alterar a composição do Conselho Fiscal.

Duas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE) foram realizadas no exercício para deliberar sobre eleição de conselheiro representante dos empregados e sobre prorrogação dos contratos de concessão de geração e de transmissão de energia elétrica.

Conselho de Administração

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração é composto por até seis membros, brasileiros, acionistas, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais, dentre eles, designarão o Presidente do Conselho, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição. Dentre os membros do Conselho de Administração é escolhido o Diretor-Presidente da Empresa. Um dos membros do Conselho é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e outro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto dos seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Empresa em conjunto com as autoridades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente. Este colegiado, em 2012, reuniu-se 17 vezes.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva constitui-se de um Diretor-Presidente e de cinco Diretores, gestores dos negócios da Empresa, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, com direito a reeleição, que exercem suas funções em regime de tempo integral, nas seguintes áreas de atividade: Presidência; Gestão Corporativa; Finanças; Expansão; Operação; e Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações. As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas. Em 2012, foram realizadas 53 reuniões.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal compõe-se de três membros efetivos e respectivos suplentes, brasileiros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos por AGO para mandato de um ano, podendo ser reeleitos, observando-se os requisitos e impedimentos fixados pela legislação vigente. Um de seus membros efetivos e respectivo suplente são indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. Em 2012, este colegiado reuniu-se 12 vezes para fiscalizar os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, emitiu 3 pareceres no ano de 2012. O primeiro, relativo à análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras do exercício de 2011, tendo sido favorável, com recomendação de aprovação por parte dos acionistas, na Assembleia Geral. O segundo, relativo às remunerações pagas aos diretores e conselheiros de Furnas, no período de abril de 2011 a março de 2012 e o terceiro relativo à proposta de aumento do Capital Social de Furnas.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna é subordinada ao Presidente do Conselho de Administração e promove o exame das atividades desenvolvidas pelas unidades organizacionais, com o objetivo de analisar a gestão das mesmas e verificar procedimentos, controles aplicados, sistemas informatizados, registros, arquivos de documentos e dados, e cumprimento de diretrizes, atos normativos internos e preceitos da legislação vigente.

Em 2012, foram realizados 45 trabalhos de auditoria, oriundos do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint) e de demandas especiais que surgiram ao longo do exercício. Foram concluídos mais 20 trabalhos referentes a 2011, o que resultou na emissão de 65 relatórios decorrentes da atuação direta da Auditoria Interna, propiciando o fortalecimento do ambiente de controle interno, por meio da melhoria em sistemas, aprimoramento de normativos e cumprimento da legislação vigente, entre outros ganhos.

Além disso, em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à Lei *Sarbanes Oxley* (SOX), necessária à certificação do Sistema Eletrobras, a Auditoria Interna realizou avaliação dos Sistemas Contábil e de Controles Internos da Empresa para o exercício de 2012, cuja emissão do Relatório está previsto para o primeiro trimestre de 2013, após o término dos trabalhos de certificação. Foram testados 228 controles referentes a 19 processos de Negócios, 3 de Tecnologia da Informação e um de *Entity Level Controls* (Controles em Nível da Entidade), em atendimento à avaliação dos riscos mais relevantes determinados pela materialidade definida pela Eletrobras, gerando, no decorrer dos trabalhos, a emissão de relatórios de auditoria aos gestores dos processos, com as deficiências de controle identificadas e as respectivas recomendações.

O relacionamento da Empresa com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) se dá de forma ininterrupta, durante todo o exercício, para cumprir as disposições legais quanto aos procedimentos da auditoria anual de contas, pelo órgão de controle interno, para organização e formalização das peças que constituem o processo de contas e para atender a demandas de rotina que fazem parte das atribuições dos mesmos.

Gestão de Riscos

A gestão integrada de riscos corporativos é reconhecida por Furnas como um instrumento fundamental à tomada de decisões estratégicas por parte da Alta Administração, visando à sustentabilidade do seu negócio. É associada a benefícios tangíveis e intangíveis como a melhoria da

imagem institucional perante os *stakeholders*, a garantia da qualidade dos serviços prestados à sociedade e a geração de valor para os acionistas.

Em janeiro de 2012, foi criada a Superintendência de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos, que vem desenvolvendo atividades para solidificar na Empresa uma política de gestão de riscos corporativos, que teve início com a elaboração do Plano Diretor de Gestão de Riscos Corporativos.

Alinhada com a Política de Gestão de Riscos da *Holding*, foi instituído o Comitê de Gestão de Riscos, para promover a incorporação dos conceitos e práticas de Gestão de Riscos Corporativos em Furnas.

Controle Interno

O exercício de adequado Controle Interno das empresas modernas é de fundamental importância e envolve todos os métodos e medidas adotados na organização para proteger seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas (*American Institute of Certified Public Accountants – AICPA*).

Operado pela Alta Administração da Empresa e pelos níveis gerenciais apropriados, envolve todas as atividades e rotinas relacionadas ao cumprimento do seu Objeto Social, para respeitar e cumprir as políticas e procedimentos traçados, garantir o desenvolvimento ordenado e eficiente das ações, incluindo a adesão às políticas administrativas, bem como a salvaguarda dos ativos, a prevenção e identificação de fraudes e erros e o registro completo e correto das operações. Os Sistemas de Controle Interno da Empresa permitem que cada Área opere de forma eficiente e eficaz para oferecer garantia de que os processos, serviços e produtos estejam adequadamente protegidos. Tal processo auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio, demonstrando maior transparência e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras adquiriu o direito de negociar ações no nível II na Bolsa de Valores de Nova York, exigindo que as suas subsidiárias se adequassem aos requerimentos da Lei *Sarbanes-Oxley*, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos.

A fim de certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos no âmbito das empresas Eletrobras, foram definidos os controles mitigadores dos riscos aos quais a empresa está exposta. Para manter essa condição, a *Holding* deve entregar e divulgar anualmente suas demonstrações financeiras e a certificação anual dos controles internos à *U.S. Securities and Exchange Commission (SEC)*.

O escopo dos processos mais relevantes para a Certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das Demonstrações Financeiras da Empresa. No ano de 2012, foram selecionados 21 sub-processos, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Participações, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Venda de Energia, Processo de Tecnologia, Gestão de Contingências, Gestão Contábil, Gestão Tributária, Empréstimos e Financiamentos e Gestão de Ativo Fixo.

Comitês Internos

Colegiados permanentes compostos por representantes de cada Diretoria, os 23 Comitês Internos apoiam a Diretoria Executiva no cumprimento das políticas internas de gestão, dentre os quais destacam-se: Coordenador de Planejamento Estratégico e Empresarial, Informática, Recursos Humanos, Pesquisa e Desenvolvimento, Seguros, Comercialização de Energia, Segurança da Informação, Comissão de Ética, Coordenação de Novos Negócios, Sustentabilidade Empresarial, Gestão de Riscos, e Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização (CAOEF).

Políticas Internas

As Políticas Internas da Empresa são definidas por meio de instrumentos balizadores dos atos deliberativos da Diretoria Executiva, que cobrem os seguintes temas: Estoques, Informática, Recursos Humanos, Segurança Empresarial, Ambiental, Responsabilidade Social, Transportes, Segurança da Informação, Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional, Segurança Patrimonial, Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Material, Propriedade Intelectual, Gestão Sociopatrimonial, Gestão de Resíduos e Educação Ambiental.

Princípios Éticos e Compromissos de Conduta

Desde 2010, Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas do Sistema Eletrobras, que tem por base a definição clara dos princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, diretores, membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento.

O cumprimento dos princípios éticos e compromissos de conduta é monitorado pela Comissão de Ética que tem por objetivo orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente a imputação ou o procedimento suscetível de censura, supervisionar os certames da Empresa e desenvolver atribuições definidas pela Presidência.

Desde março de 2012 todos os contratos firmados por Furnas com fornecedores incluem uma cláusula no qual o contratado se compromete a tomar conhecimento e a adotar o Código de Ética de Furnas.

Em 2012, a Comissão de Ética recebeu 18 denúncias das quais, após a devida análise, 15 se constituíram em processo de apuração.

No Portal Ética, na intranet, encontram-se a legislação vigente, perguntas e respostas relativas à gestão da ética em empresas públicas, os serviços Fale Conosco e o Canal Denúncia de Desvios Éticos e o monitoramento dos casos analisados pela Comissão de Ética, entre outras informações.

Em novembro de 2012, a Comissão de Ética, em conjunto com a Ouvidoria e o Grupo Gênero, promoveu o 1º Fórum de Ética, Ouvidoria e Gênero de Furnas, apresentando como tema Transparência, Cidadania e Diversidade. O referido Fórum contou com a presença e o pronunciamento da Ministra de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Helena de Bairros, e abordou temas como: Assédio Moral no Trabalho; Contribuição da Ouvidoria para a Organização; Lei de Informação ao Cidadão; e ações desenvolvidas pela CGU para a promoção da transparência dos gastos públicos.

Ouvidoria

A Ouvidoria atua como canal de atendimento aos colaboradores e como veículo de comunicação e relacionamento com o cidadão, consolidando-se como instrumento à disposição do público interno e externo, prestando, ao mesmo tempo, serviço aos gestores da Empresa e reforçando o compromisso de Furnas com a sociedade.

O acesso à Ouvidoria é assegurado por meio de: formulário eletrônico no *site* de Furnas, fax, telefone, pessoalmente, carta ou outro documento. Em todas essas formas de comunicação o nome do manifestante é mantido em sigilo e o conteúdo da mensagem tratado com seriedade, isenção e de forma reservada.

Com a aprovação da Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, a Controladoria-Geral da União (CGU) desenvolveu um sistema informatizado para atendimento ao público, a ser utilizado por todas as empresas e órgãos públicos abrangidos pela referida Lei. Em obediência à nova legislação, foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) que disponibiliza, no *site* de Furnas, diversas informações de interesse público.

Além disso, a Ouvidoria administra o canal Fale com o Presidente, exclusivo para a comunicação do público interno, para esclarecer dúvidas e encaminhar sugestões e comentários.

Em 2012, foram postadas 1.105 manifestações, das quais 1.013 solucionadas, 49 canceladas por duplicidade de conteúdo, 18 por ausência de informações do manifestante, 7 por erro de sistema, 1 por não ser de competência da Empresa e 17 encaminhadas à Comissão de Ética. Nesse contexto, foram postadas manifestações dos seguintes tipos: 265 reclamações, 240 solicitações, 125 dúvidas, 106 sugestões, 90 comentários, 75 denúncias, 68 comunicações, 15 comunicações referentes a meio ambiente, 10 agradecimentos e 7 elogios.

Principais Relacionamentos de Furnas

Visando manter relacionamento ativo com as entidades representativas no Setor de Energia Elétrica, a Empresa está presente nos principais fóruns e mantém relacionamento constante com instituições representativas, como: Ministério de Minas e Energia (MME), Eletrobras, Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), assim como com órgãos nas esferas estadual e municipal, em função de construir e operar empreendimentos situados em grande parte do território nacional.

Adicionalmente, Furnas participa de diversos fóruns e associações de classe, no País e no exterior, a saber: Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ) da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro (CREA-RJ), Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee), Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira de Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate), Associação Brasileira da Infraestrutura e das Indústrias de Base (Abdib), Associação Brasileira de Ensaio Não Destrutivos e Inspeção (ABENDI), Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Comitê Brasileiro do Conselho Mundial da Energia (CBCME), associado ao Conselho Mundial da Energia (*World Energy Council* – WEC), Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigré-Brasil), associado ao Conselho Internacional das Grandes Redes Elétricas (*Conseil International des Grands Réseaux Electriques* – Cigré), Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB), associado ao Comitê Internacional de Grandes Barragens (*International Committee on Large Dams* – Icold), Associação Internacional de Hidroeletricidade (*International Hydropower Association* – IHA), entre outras.

3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise Crítica: A análise dos quesitos teve como base os resultados dos trabalhos elaborados pela Superintendência de Gestão de Riscos e Controles Internos. Com relação à Lei Sarbanes Oxley (SOx), e em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos, em que o Presidente e o Diretor Financeiro da Eletrobrás devem certificar, anualmente, a eficácia do ambiente de controles internos independentemente da avaliação executada pelos auditores externos, foi realizada a avaliação dos Controles Internos da Administração pela Auditoria Interna juntamente com a Consultoria Deloitte, contratada pela Eletrobrás para o exercício de 2012.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					
Fonte: Superintendência de Gestão de Riscos e Controles Internos (CR.F).					

3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal, aprovada em Assembleia Geral Ordinária, em abril de 2012, é de 10% da remuneração média mensal (excluídos os benefícios) percebidos pela Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292/1996, o que correspondeu, em dezembro de 2012 a R\$ 3.491,99.

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva foi fixada pelo Conselho de Administração, com base em decisão do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), comunicada pela Eletrobras por meio do Ofício CTA DA - 4011/2012, de 28.05.2012, que resultou em um montante em R\$ 34.631,34 e para o Diretor Presidente em R\$ 36.362,90, não computados os benefícios (seguro de vida em grupo, seguro funeral, plano de saúde, ajuda de custo de transferência, auxílio-refeição, participação nos lucros e resultados e auxílio moradia).

Em relação à remuneração variável, os membros da Diretoria Executiva têm direito a participação nos lucros e resultados e abono especial.

Os benefícios concedidos aos membros da Diretoria Executiva são: seguro de vida em grupo, seguro funeral, plano de saúde, ajuda de custo de transferência, auxílio refeição, participação nos lucros e resultados, auxílio moradia, auxílio creche/educacional e fundo de pensão.

3.3.2. Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Valores em R\$ 1,00

QUADRO A.3.2. REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL															
Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro (a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Attila de Castro Filho	11/07/2012	-	-	-	-	-	-	-	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	5.237,99	22.697,94
Carlos Augusto Vidoto	12/11/2010	-	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	6.983,98	44.792,00
Flavio Decat de Moura	15/02/2011	-	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	6.983,98	44.792,00
Francisco Romario Wojcicki	25/04/2008	-	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	6.983,98	44.792,00
José da Costa Carvalho Neto	05/08/2011	-	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	6.983,98	44.792,00
Luiz Paulo Fernandez Conde	15/08/2007	11/07/2012	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	-	-	-	-	-	23.840,06
Vladimir Muskatirovic	30/04/2010	-	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	6.983,98	44.792,00
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (a) (Titular - T / Suplente - S)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Antonio de P. F. Passos (T)	25/04/2008	30/04/2012	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	-	-	-	-	-	-	-	-	13.364,09
Fabiana M.A.Rodopoulos (T)	01/05/2012	-	-	-	-	-	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	5.819,98	30.263,91
Sonia Regina Jung (T)	30/04/2010	-	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	6.983,98	44.792,00
Ticiane Freitas de Sousa (T)	15/06/2011	-	3.290,70	3.290,70	3.290,70	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	3.491,99	6.983,98	44.792,00

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

3.3.3. Demonstrativo Sintético da Remuneração

QUADRO A.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES			Valores em R\$ 1,00
Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:	7	9	9
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	270.498,00	240.001,26	232.219,53
a) salário ou pró-labore	270.498,00	240.001,26	232.219,53
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	270.498,00	240.001,26	232.219,53
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-
Identificação do Órgão			
Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:	4	4	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	133.212,00	136.454,13	110.117,43
a) salário ou pró-labore	133.212,00	136.454,13	110.117,43
b) benefícios diretos e indiretos	-	-	-
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	-	-	-
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	-	-	-
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	133.212,00	136.454,13	110.117,43
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-
Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:	6	10	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	2.687.070,70	2.901.132,22	2.666.865,52
a) salário ou pró-labore	2.478.002,58	2.660.434,80	2.462.129,38
b) benefícios diretos e indiretos	106.467,33	158.429,90	82.593,10
- tíquete refeição	70.576,32	48.343,52	33.277,50
- auxílio creche/reembolso educacional	14.291,01	22.672,36	27.715,60
- auxílio moradia	21.600,00	21.600,00	21.600,00
- ajuda de custo de transferência pela nomeação	-	65.814,02	-

c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	102.600,79	82.267,52	122.143,04
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)			
e) bônus	-	-	-
f) participação nos resultados	376.370,34	354.311,42	293.115,56
g) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
h) comissões	-	-	-
i) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	3.063.441,04	3.255.443,64	2.959.981,08
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

3.3.4. Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

QUADRO A.3.4 – DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES		Valores em R\$ 1,00	
Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Executiva			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
I – Bônus (a+b+c+d)			
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
b) valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
d) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	1.177.107,58	1.097.273,18	1.097.273,18
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
f) valor máximo previsto no plano de remuneração	800.737,24	742.961,76	697.755,10
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	376.370,34	354.311,42	293.115,56
III – Total (I + II)	1.177.107,58	1.097.273,18	1.097.273,18

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO

Não se aplica a Furnas.

3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Não se aplica a Furnas.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Não se aplica a Furnas.

4.1.1. Informações sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a Furnas.

4.1.2. Informações sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a Furnas.

4.1.3. Informações sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.3 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)					
Descrição	Construção da Usina Hidrelétrica de Batalha, localizada no rio São Marcos, entre os municípios de Cristalina (GO) e Paracatu (MG), com área inundada de 138,13 km². Serão 2 turbinas do tipo Kaplan, com uma potência total instalada de 52,5 MW. Além disso, contempla a conexão da UHE ao SIN, por meio de 1 linha de transmissão 138 kV com 75 km de extensão em circuito simples, entre a SE Batalha (implantação de 1 módulo geral 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 2 vãos de conexão de transformador 138 kV) e a SE Paracatu 1 (implantação de 1 entrada de linha 138 kV), pertencente a Cemig.					
Objetivo	0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária					
Órgão ou Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
147.368.199	236.879.763	233.283.896	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Adicionar 52,5 MW de potência instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHE)	MW	-	-	236.879.763	233.283.896

Obs.: N/A – Não Aplicável.

Análise Crítica

Essa iniciativa é composta pela Ação 25.752.2033.1A01.0033 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de Extensão (MG/GO). O empreendimento tem como objetivo disponibilizar 52,5 MW novos ao sistema elétrico interligado através de duas Unidades Geradoras, conforme o seguinte cronograma:

Unidade Geradora 1, com 26,75 MW – maio/2013;

Unidade Geradora 2, com 26,75 MW – junho/2013.

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal e, em 2012, atingiu 90% de execução física.

Identificação da Iniciativa						
Código	000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RS)					
Descrição	Construção da Usina Hidrelétrica de Simplício e da Pequena Central Hidrelétrica, localizadas no rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Três Rios (RJ), Sapucaia (RJ), Além Paraíba (MG) e Chiador (MG), com área inundada de 13,56 km ² . Serão 5 turbinas, sendo 3 do tipo Francis para UHE Simplício (com 101,9 MW cada) e 2 do tipo Kaplan para PCH Anta (com 14 MW cada), com uma potência total instalada de 333,7 MW. Além disso, contempla uma linha de transmissão interligando a subestação da PCH Anta à subestação da UHE Simplício, bem como a conexão da UHE ao SIN,					

	por meio de 1 linha de transmissão 138 kV com 120 km de extensão em circuito duplo, entre a SE Simplício (implantação de 1 módulo geral 138 kV, 3 vãos de conexão de transformador 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 1 vão de interligação de barra) e a SE Rocha Leão (implantação de 1 entrada de linha 138 kV).
Objetivo	0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.
Órgão ou Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
175.785.704	108.572.259	101.173.797	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Iniciativa

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Adicionar 333,7 MW de potência instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHE)	MW	-	-	108.572.259	101.173.797

Análise Crítica

Essa iniciativa é composta pela Ação 25.752.2033.1G98.0030 - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ). O empreendimento tem como objetivo disponibilizar 333,7 MW novos ao sistema elétrico interligado através de três Unidades Geradoras na UHE Simplício e duas Unidades Geradoras na PCH Anta, conforme o seguinte cronograma:

UHE Simplício: Unidade Geradora 1, com 101,9 MW – abril/2013;
 Unidade Geradora 2, com 101,9 MW – abril/2013;
 Unidade Geradora 3, com 101,9 MW – maio/2013;
 UHE Anta: Unidade Geradora 1, com 14 MW – junho/2013;
 Unidade Geradora 2, com 14 MW – julho/2013;

Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal e, em 2012, atingiu 90% de execução física.

Fonte: SIGPLAN, Assessoria de Estudos Gerenciais (AEG.E) e Departamento de Orçamento (DOR.F).

4.1.4. Informações sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.4 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação

Código	25.752.2033.200J.0001
Descrição	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
Iniciativa	002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações
Unidade Responsável	32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - FURNAS - Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
444.641.195	235.757.021	199.833.780	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação de reforços e melhorias em subestações e linhas de transmissão voltados à adequação do suprimento de energia elétrica em função do aumento da demanda no	*	*	*	235.757.021	199.833.780

país visando adequar o sistema elétrico, em concordância com o Programa de Expansão da Transmissão (PET), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), e as indicações do PAR (Plano de Ampliação e Reforços) do ONS. Compreende os reforços e melhorias autorizados pela Aneel nas instalações que compõem o sistema de transmissão de Furnas.					
---	--	--	--	--	--

* Ação Orçamentária classificada como Atividade e caracterizada pela implantação contínua de projetos de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

Análise Crítica

A cada ano vários novos projetos são incorporados ao elenco existente em fase de implantação por meio de Resoluções Autorizativas da Aneel, com prazos de implantação estipulados pela Agência Reguladora variando de 6 meses a 48 meses, dependendo de sua complexidade e importância para o setor elétrico.

Em 2012 esta Ação Orçamentária continha 117 Reforços Autorizados em fase de implantação dos quais 21 foram energizados no exercício, conforme a seguir:

- SE Porto Colômbia - substituição de 3 disjuntores de 345 kV, 12 transformadores de corrente, 12 chaves seccionadoras, nos vãos da LT 345 kV Porto Colômbia-Volta Grande, LT 345 kV Itumbiara-Porto Colômbia e vão de interligação das barras BR8A e BR8B - 345 kV e substituição de 3 filtros de onda e retirada de 2 filtros de onda nos vãos das linhas LT 345 kV Porto Colômbia-Volta Grande e LT 345 kV Itumbiara-Porto Colômbia.
- SE Mascarenhas de Moraes - implantação de 1 vão de linha para conexão da LT 138 kV Mascarenhas de Moraes-Franca 3, da CPFL.
- SE Tijuco Preto - extensão do barramento de 345 kV, de forma a viabilizar o remanejamento de capacitores e de vãos de LT, para permitir a operação do setor de 345 kV com duas seções de barramento, devido à superação por corrente de curto-circuito; instalação de dois bancos de reatores limitadores de curto e obras de vãos de LT e de capacitores *shunt* associados.
- SE Luiz Carlos Barreto de Carvalho - substituição de 12 chaves seccionadoras e 7 disjuntores, além da substituição de 12 seccionadores e 6 disjuntores em 345 kV dos vãos de geradores superados por nível de curto-circuito.
- SE Furnas - substituição de 9 disjuntores, 40 seccionadores, 24 transformadores de corrente e 5 filtros de onda no setor de 345 kV, nos vãos de linha de Furnas-Mascarenhas de Moraes, Furnas-Luiz Carlos Barreto, Furnas-Itutinga 1 e 2, Furnas-Poços de Caldas 1, Furnas-Poços de Caldas 2 e Furnas-Pimenta 1; no vão de amarre e no vão de seccionamento de barras, além da substituição de 8 disjuntores, 16 seccionadores e 24 transformadores de corrente em 345 kV, sendo 1 disjuntor, 2 seccionadores e 3 transformadores de corrente para os vãos das unidades geradoras UG1, UG2, UG3, UG4, UG5, UG6, UG7 e UG8.
- SE Poços de Caldas - substituição de 10 disjuntores, 47 chaves seccionadoras, 24 transformadores de corrente e 2 filtros de onda de 345 kV dos vãos de linha Poços de Caldas 1 e 2, Luiz Carlos Barreto 1 e 2, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Campinas e do vão do autotransformador AT51 e a substituição de 4 disjuntores, 47 seccionadores, 20 transformadores de corrente e 3 filtros de onda de 345 kV dos vãos dos autotransformadores AT01, AT02, AT03 e AT04. Todos os equipamentos foram substituídos devido a superação de nível de curto circuito. Implantação do 6º banco de autotransformadores 345/138 kV, composto por 3 x 75 MVA + reserva da SE e seu vão associado - 1 disjuntor, 5 chaves seccionadoras, 3 transformadores de corrente, 3 transformadores de potencial capacitivo e 3 para-raios em 345 kV, bem como 1 disjuntor, 3 chaves seccionadoras, 6 transformadores de corrente, 1 transformador de potencial capacitivo e 3 para-raios em 138 kV.
- SE Cachoeira Paulista - substituição de 2 bobinas de bloqueio na LT 500 kV Cachoeira Paulista-Tijuco Preto circuito 1, no terminal Cachoeira Paulista.
- SE Ivaiporã - instalação de 2 bancos de reatores e uma unidade reserva 69 kV / 180 MVar (para o terciário do autotransformador AT03), e instalação de 2 módulos de conexão 69 kV (3 chaves seccionadoras e 2 disjuntores) para os bancos de reatores.
- SE Guarulhos - implantação de 2 bancos capacitores 100 MVar e 150 MVar em 345 kV e respectivos vãos de conexão compostos por 2 disjuntores de 345 kV, 3 chaves seccionadoras sem lâmina de terra e 2 com lâmina de terra, todas de 345 kV.

- Foz do Iguaçu - implantação das barras A e B de 500 kV; instalação de 4 vãos de linha para Itaipu circuitos 1, 2, 3 e 4, contendo cada vão os seguintes equipamentos de 500 kV: 1 disjuntor, 3 chaves seccionadores, 6 transformadores de corrente, 3 para-raios e 3 transformadores de potencial; instalação de 4 vãos de interligação de barras, contendo cada vão os seguintes equipamentos de 500 kV: 1 disjuntor, 2 chaves seccionadores e 3 transformadores de corrente; instalação de 4 vãos de conexão aos bancos de autotransformadores monofásicos AT01, AT02, AT03 e AT04, contendo cada vão os seguintes equipamentos de 500 kV: 1 disjuntor, 3 chaves seccionadores, 3 transformadores de corrente e 3 transformadores de potencial; substituição nos antigos vãos de autotransformadores monofásicos dos seguintes equipamentos de 500 kV: 4 disjuntores, 12 transformadores de corrente e 6 chaves seccionadores.
- SE Barro Alto - implantação de 1 banco de transformadores monofásicos 230/69/13,8 kV - 3x16,67 MVA.
- SE Bandeirantes - instalação provisória e disponibilização para operação comercial de um banco de autotransformadores 345/230-13,8 kV, 3x166,6 MVA, proveniente da Subestação Itapeti, de propriedade da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP); substituição de 10 seccionadores 230 kV (vão do autotransformador AT02 e vão da LI Bandeirantes-Xavantes circuito 1), substituição de 5 disjuntores 230 kV (vão do autotransformador AT01, vãos da LI Bandeirantes-Xavantes circuito 2, da LI Bandeirantes-Anhanguera circuito 1, da LI Bandeirantes-Anhanguera circuito 2 e vão de interligação de barras), substituição de 3 transformadores de corrente 230 kV (vão do autotransformador AT 04); substituição de 2 bobinas de bloqueio 230 kV (vãos da LI Bandeirantes-Xavantes circuito 1, da LI Bandeirantes-Xavantes circuito 2).
- SE Brasília Sul - instalação de 1 banco de autotransformadores de 345/230 kV - 225 MVA, 3 transformadores de potencial capacitivo, 3 transformadores de corrente, 3 para-raios, 5 chaves seccionadores e 1 disjuntor de 345 kV, além de 3 transformadores de potencial capacitivo, 3 transformadores de corrente, 3 para-raios, 5 chaves seccionadores e 1 disjuntor de 230 kV. Instalação de 3 transformadores de corrente, 3 para-raios, 5 chaves seccionadores e 1 disjuntor de 345 kV e 3 para-raios de 138 kV para viabilização da individualização do banco de autotransformadores AT 09 de 345/138/13,8 kV - 150 MVA; substituição de 8 disjuntores de 138 kV por superação de corrente de curto circuito nos vãos de linha de Brasília Sul-Taguatinga circuitos 1 e 2, Brasília Sul-Brasília Norte circuitos 1, 2 e 3, vão de interligação de barras de 138 kV, vãos dos transformadores AT 01 e AT 04.
- SE Brasília Geral - instalação de 1 autotransformador trifásico de 230/34,5 kV - 60 MVA, instalação de 1 seccionador de 230 kV, instalação de 5 seccionadores e 3 transformadores de corrente de 34,5 kV necessários à conexão do novo autotransformador trifásico TR4; instalação de um novo vão de interligação completo, compreendendo disjuntor, 3 transformadores de corrente e 2 chaves seccionadoras.
- SE Samambaia - implantação de 1 banco de autotransformadores monofásicos 345/138/13,8 kV - 3x75 MVA.
- SE Rio Verde - instalação do 3º banco de autotransformadores 230/138 kV, 3x33,3 MVA e respectivos vãos de conexão de transformador.
- SE Parque das Emas - seccionamento da linha de transmissão 138 kV Rio Verde-Couto Magalhães, com a implantação de dois trechos de 300 metros de linha 138 kV para a SE Parque das Emas; instalação de 2 módulos de entrada de linha 138 kV, arranjo barra principal e de transferência e construção de casa de controle.
- SE Itumbiara - substituição de 5 disjuntores 230 kV (1 disjuntor do vão de amarre, 1 disjuntor do vão da LT Itumbiara-Cachoeira Dourada, 1 disjuntor do vão da LT Itumbiara-Rio Verde circuito 1, 1 disjuntor do vão do autotransformador AT01 e 1 disjuntor do vão do autotransformador AT02); substituição de 8 disjuntores 345 kV (1 disjuntor do vão de amarre, 1 disjuntor do vão da LT Itumbiara-Porto Colômbia, 1 disjuntor do vão da LT Itumbiara-Bandeirantes circuito 1, 1 disjuntor do vão da LT Itumbiara-Bandeirantes circuito 2, 1 disjuntor do vão do autotransformador T50, 1 disjuntor do vão do autotransformador T53, 1 disjuntor do vão do autotransformador AT01 e 1 disjuntor do vão do autotransformador AT02); substituição de 2 bobinas de bloqueio e a substituição de 3 transformadores de corrente no terminal de Itumbiara do vão da linha de 345 kV Itumbiara-Porto Colômbia.
- SE Adrianópolis - substituição de 10 chaves seccionadoras, 6 transformadores de corrente e 3 bobinas de bloqueio nos vãos de saída de LT para a SE Jacarepaguá.
- SE UTE Campos - substituição de 5 disjuntores e 14 chaves seccionadoras de 69 kV, energização parcial de 2 chaves seccionadores e 2 disjuntores, além da substituição de 10 Disjuntores de 138 kV nos vãos de linha para SE Campos 1 e 2, Italva 1 e 2, Mombaça 1 e 2, nos vãos dos transformadores AT01, AT02 e AT03 e no vão de interligação de barras, já estão concluídos 6 disjuntores, sendo que, 5 disjuntores foram energizados antes de 2011 e 1 em 2012, estando pendentes 4 disjuntores.
- SE Vitória - substituição de 2 disjuntores dos circuitos das LT Pitanga 1 e 2 e de 3 seccionadores isoladoras do disjuntor da LT Pitanga 3.

O não atingimento dos resultados financeiros ocorreu devido a atraso no fornecimento de equipamentos já contratados para diversas subestações, tais como: disjuntores, chaves seccionadoras, painéis e cabos, bem como cancelamentos e reprogramações de desligamentos solicitados, impedindo a plena realização financeira no exercício.

Identificação da Ação						
Código		25.752.2033.200M.0001				
Descrição		Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica				
Iniciativa		01G1 - Manutenção do parque gerador de energia				
Unidade Responsável		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
42.086.993	60.255.996	58.948.558	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação de ações necessárias à manutenção e modernização em Usinas em operação de forma a garantir as condições operacionais adequadas ao atendimento à demanda com confiabilidade e segurança, além de aprimorar e otimizar as condições de funcionamento das unidades geradoras, preservando o desempenho e a maior eficiência das usinas.	*	*	*	60.255.996	58.948.558

* Ação Orçamentária classificada como Atividade e caracterizada pela implantação contínua de projetos de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

Análise Crítica

As principais atividades desenvolvidas, em 2012, foram as seguintes:

- Na UHE Mascarenhas de Moraes - construção da oficina/ferramentaria e do escritório de campo na área industrial; construção de edificação para o transporte leve da operação, adequação da rede de esgoto e construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), da vila residencial.
- Na UHE Porto Colômbia - construção da Brigada de Emergência (BEM) e do Centro de Defesa Ambiental (CDA). Além de obras civis na subestação da área industrial 13,8 kV /440-220 V e recuperação e pintura das grades dos vertedouros (*stop logs*).
- Na UHE Itumbiara - construção de caixa separadora de água e óleo próxima à casa de força; ampliação de garagem no setor de transporte na área industrial; adequação para acessibilidade da área de serviço ao elevador da casa de controle e desobstrução de drenos na galeria de drenagem da barragem de concreto (margem direita).
- Na UHE Marimbondo - fechamento da área industrial e adequação da infraestrutura para instalação de sistemas de segurança; construção de parede corta-fogo entre o tanque de combustível do gerador diesel e o transformador de serviço auxiliar da subestação; construção de bacia de contenção para o transformador auxiliar do galpão de jateamento; adequação da brita nas bacias de contenção dos transformadores elevadores, autotransformadores e reatores na subestação elevadora.
- Na UHE Corumbá - construção de rampa de acesso para barcos a jusante da Usina, construção de edificação para abrigo de resíduos industriais e melhoria da iluminação externa.
- Na UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho - construção de estacionamento coberto para o hotel II, o anexo II, e para o almoxarifado da Usina; recuperação do concreto dos condutos forçados; pintura interna da casa de força; pintura dos guarda corpos escadas e tampas metálicas da tomada d'água e do vertedouro; limpeza, polimento e aplicação de resina no piso da casa de força e do edifício de controle; limpeza e pintura da fachada da Usina e canal de fuga; melhoria do paisagismo e revitalização da área industrial e do mirante; contenção de erosão e adequação da rede de drenagem ao lado do gabião na Subestação.
- Na UHE Furnas - construção de almoxarifado na área da vila residencial de Furnas; construção do novo escritório administrativo, reconstituição do enrocamento *rip-rap* de montante, limpeza do concreto na área dos condutos forçados da Usina e recuperação dos tanques J-1 a J-9 e A-11 na Estação de Piscicultura.

Também foram desenvolvidas em todas as Usinas em operação no sistema Furnas os serviços de: auscultação e análise de

desempenho estrutural/geotécnico das obras civis das usinas hidrelétricas e áreas anexas; gerência técnica do Sistema de Segurança de Barragens (SSB) para controle de dados da instrumentação; coordenação/execução dos projetos de recuperação e manutenção das obras civis e áreas anexas das usinas e planejamento e desenvolvimento de Sistema de armazenamento e análise das informações de inspeção técnica (Sistema de Inspeção Visual - SIV).

Identificação da Ação						
Código		25.752.2033.4478.0001				
Descrição		Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste				
Iniciativa		01G2 - Manutenção do sistema de transmissão				
Unidade Responsável		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
432.472.158	242.621.810	193.873.841	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação de ações e atividades necessárias para garantir a operação e a manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando assegurar as condições operacionais adequadas e evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos.	*	*	*	242.621.810	193.873.841

* Essa Ação Orçamentária é classificada como Atividade e é caracterizada pela implantação contínua de diversos eventos no sistema de transmissão com intensa multiplicidade de atividades e, por isso, não possui unidade de medida e meta física.

Análise Crítica

No ano de 2012 foram desenvolvidas atividades referentes aos empreendimentos integrantes do Plano Geral de Empreendimentos de Transmissão em Operação (PGET) que compõem o plano de revitalização da transmissão, consistindo de substituição e revitalização de equipamentos elétricos, incluindo aqueles destinados à manobra, medição, proteção e/ou teleproteção e serviços auxiliares, em 46 subestações, sendo que dois projetos foram energizados esse ano:

- SE Itutinga - substituição de 3 disjuntores de 345 kV, sendo 1 disjuntor no vão de Linha Furnas-Itutinga 1, 1 disjuntor no vão de Linha Furnas-Itutinga 2 e 1 disjuntor no vão de amarração.
- SE Porto Colômbia - substituição de 1 disjuntor de 345 kV e 5 chaves seccionadoras de 138 kV, 12 para-raios de 362 kV, 21 para-raios de 145 kV, duas caixas de sintonia e duas bobinas de bloqueio do VL 345 kV Marimbondo, 2 caixas de sintonia e 2 bobinas de bloqueio do VL 345 kV Itumbiara, por obsolescência, falta de sobressalente e final de vida útil e retirada de 1 caixa de sintonia e 1 bobina de bloqueio do VL 345 kV Itumbiara.

Além desses, continuaram em andamento atividades referentes à implantação e modernização do sistema de telecomunicação para apoio ao sistema de proteção, dos quais destacamos a conclusão da:

- implantação da via óptica OPGW na LT Brasília Sul-Barro Alto 230 kV.
- implantação do sistema de comunicação móvel UHF nas Subestações Campos, Santa Cruz, Poços de Caldas, Vitória e Cachoeira Paulista.

Houve atraso no fornecimento de equipamentos para a implantação do Aperfeiçoamento da Observabilidade e Controlabilidade do Sistema Interligado Nacional (Sinocon) e para a modernização do Sistema de Proteção em diversas Subestações de Furnas.

O não atingimento dos resultados financeiros ocorreu devido a atrasos no fornecimento de equipamentos e materiais para o Sinocon, na elaboração do projeto básico e no processo licitatório para a contratação dos serviços de modernização do sistema de ar condicionado na regional Rio e Escritório Central, além disso houve fracasso em alguns editais.

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.121X.0031
Descrição	Implantação do Sistema de Transmissão Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 (500 kV–180 km) – (MG)
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
25.952.152	26.533.729	26.500.683	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ações necessárias para a implantação de LT 500 kV, com extensão aproximada de 180 km, origem na SE Bom Despacho 3 e término na SE Ouro Preto 2. Contempla 2 entradas de linha, 1 interligação de barra em 500 kV, adequação do módulo geral e dos barramentos, 4 unidades monofásicas de reator de linha, e demais instalações associadas. A meta para 2012 era atingir 40% de avanço físico global.	Sistema implantado	12%	12%	26.533.729	26.500.683

Análise Crítica

Empreendimento adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel 006/2008, de 03/10/2008. O contrato de concessão nº 003/2009 – Aneel foi assinado em 28/01/2009.

Devido à criação de uma Reserva Biológica na Serra da Moeda após a realização do leilão da Aneel, houve a necessidade de sua desafetação pela Prefeitura e Câmara Municipal de Moeda. Com isso, a emissão da Licença Ambiental de Instalação (nº 003/2012) foi emitida somente em 18/10/2012 pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (Copam).

Em 2012 foram desenvolvidas atividades de projeto e fornecimento de equipamentos e materiais, além das ações necessárias à regularização fundiária das áreas necessárias ao empreendimento envolvendo desapropriações e remanejamentos bem como as ações de preservação e conservação ambientais.

A construção da linha de transmissão foi iniciada em outubro de 2012.

O empreendimento apresenta 40% de avanço físico e sua energização está prevista para 29/11/2013.

Identificação da Ação						
Código		25.752.2033.12DB.0030				
Descrição		Implantação de Linha de Transmissão UHE Mascarenhas (MG)-Linhares (ES) (230 kV, com 99 km) e de Subestação associada em Linhares (230/138 kV)				
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações				
Unidade Responsável		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.720.612	3.627.514	2.933.607	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ações necessárias para a implantação da LT Mascarenhas-Linhares, 230 kV, com extensão de 99 km; da SE Mascarenhas 230 kV com 1 entrada de linha; e da SE Linhares 230/138 kV, com módulo geral 230 kV, 1 banco de autotransformadores monofásicos 230/138 kV, de 150 MVA (3 unidades de 50 MVA e 1 reserva), e conexões associadas, interligação de barras 230 kV, interligação de barras 138 kV, 1 entrada de linha 230 kV e 4 entradas de linha 138 kV. A meta para 2012 era atingir 5% de avanço físico global.	Obra executada	2%	0%	3.627.514	2.933.607

Análise Crítica

Empreendimento adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel 005/2009, de 27/11/2009. O contrato de concessão nº 006/2010 – Aneel foi assinado em 12/07/2010.

Houve necessidade de mudança no local de instalação da SE Linhares em função de problemas técnicos e fundiários. A nova área da subestação foi definida e a aquisição dos terrenos encontra-se em andamento. Isso acarretou atraso no término dos serviços topográficos e na obtenção da Licença Prévia.

Em 17/07/2012 foi deferido o Pedido de Antecipação dos Efeitos de Tutela, possibilitando que Furnas realize os serviços necessários à implantação da linha de transmissão na área dos requeridos da Ação de Obrigação de Fazer.

Houve necessidade de implantação de uma variante, alterando o traçado da linha, devido à interferência com o cone de aproximação do aeródromo de Colatina. Esta alteração atenderá também ao afastamento necessário em relação a pista de pouso de uma propriedade particular.

A Licença Prévia não foi emitida até a presente data. Em consequência, o cronograma do empreendimento deverá ser revisado.

Identificação da Ação

Código	25.752.2033.14L2.0001
Descrição	Ampliação do sistema de Geração de Energia Elétrica
Iniciativa	000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ampliações do sistema de geração de energia elétrica de Furnas, por meio da implantação de usinas hidrelétricas, nas quais cada usina hidrelétrica tenha valor igual ou inferior ao limite estabelecido para a individualização de uma iniciativa no PPA.	Sistema implantado	0%	0%	0	0

Análise Crítica

Em 2012 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação

Código	25.752.2033.14L3.0001
Descrição	Ampliação do sistema de Transmissão de Energia Elétrica
Iniciativa	0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	3.337.877	407.917	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	% de Execução	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Ampliações do sistema de transmissão de energia elétrica de Furnas, por meio da implantação de linhas de transmissão e de subestações nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Sistema ampliado	2%	0%	3.337.877	407.917

Análise Crítica

Atualmente essa Ação está composta por dois empreendimentos, conforme a seguir:

1. LT 230 kV Xavantes-Pirineus

Consiste na implantação da LT Xavantes-Pirineus, em 230 kV, com 50 km de extensão, localizada no Estado de Goiás. Empreendimento adjudicado à Furnas por meio do Leilão Aneel nº 004/2011, Lote D, de 02/09/2011. O Contrato de Concessão nº 014/2011-Aneel foi assinado em 09/12/2011.

Em 07/02/2012 foram entregues à Aneel os projetos básicos da subestação e da linha de transmissão.

Houve necessidade de alteração do traçado da linha de transmissão em função da incorporação de área rural ao Distrito Agro-Industrial de Anápolis (Anápolis-GO), o que impactou o encerramento do EIA/RIMA.

A Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás concordou com o requerimento imediato de licença de instalação para a regularização da LT 230 kV Xavantes-Pirineus. Com isso não será necessário instaurar o processo de licenciamento ambiental prévio, sendo suficientes os procedimentos referentes à Licença de Instalação.

Em dezembro foram iniciados os trabalhos relativos ao Projeto Executivo e Fornecimentos.

Encontram-se em andamento as atividades relativas à Gestão Ambiental e Fundiária.

O cronograma do empreendimento foi impactado pela necessidade de alterações no projeto bem como pelo atraso na emissão do Licenciamento Ambiental, ainda pendente.

2. SE Zona Oeste 500/138 kV

Consiste na implantação de 1 banco de transformador 500/138 kV - (3+1R) x 300 MVA e respectivas conexões de unidades transformadoras.

Empreendimento adjudicado à Furnas por meio do Leilão Aneel nº 002/2012, Lote E, de 09/03/2012. O Contrato de Concessão nº 016/2012 - Aneel foi assinado em 10/05/2012.

Em 10/09/2012 foi entregue à Aneel o projeto básico do empreendimento.

Em 26/09/2012 foi assinado o contrato de empreitada global, cujo objeto consiste no fornecimento de equipamentos, materiais e sistemas, e na execução dos serviços de: comissionamento, testes, treinamento, ensaios de tipo e de operação, obras civis, montagem eletromecânica e projetos básico e executivo do empreendimento.

Em outubro de 2012 o Ibama informou não ser necessário o licenciamento ambiental prévio, o que permitiu o início das atividades de projeto executivo e fabricação dos equipamentos.

Encontram-se em andamento as atividades relativas à Gestão Ambiental e Fundiária, além do levantamento topográfico e sondagens na área da ampliação.

O cronograma do empreendimento foi impactado pela demora na conclusão do processo de licitação bem como pelo atraso na emissão do Licenciamento Ambiental, ainda pendente.

Identificação da Ação						
Código		25.752.2033.14L5.0001				
Descrição		Implantação de Parque Eólico de Geração de Energia Elétrica				
Iniciativa		00X - Implantação de Parques Eólicos				
Unidade Responsável		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação de usinas geradoras de energia elétrica que utilizem a fonte eólica para gerar energia, nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Parque implantado	0%	0%	0	0

Análise Crítica

Em 2012 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.14L6.0001
Descrição	Implantação de Usina Termelétrica a Biomassa
Iniciativa	000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação de usinas termelétricas de geração de energia elétrica que utilizem a biomassa como combustível, nas quais cada empreendimento individualizado tenha valor que não justifique a inclusão de uma iniciativa no PPA.	Usina implantada	0%	0%	0	0

Análise Crítica

Em 2012 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.14LE.0001
Descrição	Ampliação da Capacidade de Geração de Usinas em Operação
Iniciativa	002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Promover implementações em usinas de geração de energia elétrica que visem aumentar a capacidade de energia a ser disponibilizada ao sistema, considerando os empreendimentos cujo valor total do investimento seja inferior ao valor considerado para a criação de uma Iniciativa.	Capacidade ampliada	0%	0%	0	0

Análise Crítica

Em 2012 não houve atividade para essa Ação.

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.1A01.0033
Descrição	Implantação da Linha de Transmissão Macaé (RJ)-Campos (RJ) e Subestações Associadas, 3º Circuito (345 kV - 92 km)
Iniciativa	027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.663.810	1.162.775	1.039.571	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação da LT Macaé-Campos, 3º circuito, com 92 km de extensão,	Sistema implantado	1%	0%	1.162.775	1.039.571

	circuito simples, em 345 kV, e subestações associadas. A meta prevista de 1% deve-se ao pagamento de eventos pendentes visando concluir o empreendimento (atingir 100%).					
--	--	--	--	--	--	--

Análise Crítica

Este empreendimento foi adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel 001/2004 – lote G, de 30/09/2004.

O Empreendimento entrou em operação em 02/06/2010.

As realizações foram relativas a pagamento de indenizações e aceites finais do empreendimento.

A previsão de pagamento das indenizações não ocorreu na sua integralidade em virtude de atraso na documentação por parte de alguns proprietários atingidos na área do empreendimento, restando pagamentos ainda para 2013. A realização física foi de 0,8% e, por isso, não foi registrada realização física, haja vista que o sistema só admite valores inteiros e há orientação de se deixar 1% para 2013, valor mínimo de meta física admitido pelo sistema de monitoramento para acompanhar qualquer previsão orçamentária.

Identificação da Ação	
Código	25.752.2033.1G96.0001
Descrição	Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha, com 52,5 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 75 km de Extensão (MG/GO)
Iniciativa	04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
147.368.199	236.879.763	233.283.896	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Construção da UHE Batalha, com área inundada de 138,13 km ² . Serão 2 turbinas do tipo Kaplan, com potência total instalada de 52,5 MW. Contempla a conexão da UHE ao SIN, por meio de 1 linha de transmissão 138 kV, com 75 km de extensão, entre a SE Batalha (implantação de 1 módulo geral 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 2 vãos de conexão de transformador 138 kV) e a SE Paracatu 1 (implantação de 1 entrada de linha 138 kV), pertencente a Cemig. A meta prevista para 2012 era atingir 93% de evolução física global do empreendimento.	Usina implantada	16%	13%	236.879.763	233.283.896

Análise Crítica

Empreendimento adjudicado a Furnas através do Leilão Aneel 002/2005, de 16/12/2005. O Contrato de Concessão nº 002/2006 – MME foi assinado em 15/08/2006. Este empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

Tiveram andamento as atividades de fornecimento e montagem eletromecânica no vertedouro, tomada d'água, casa de força, bem como as obras civis na casa de força, vertedouro, tomada d'água, barragem e na Subestação da UHE Batalha.

O aterro da barragem foi concluído em outubro/2012.

Houve reprogramação do cronograma em função do aumento da área de supressão de vegetação na bacia do reservatório, que inicialmente estava prevista em 251 há passou para cerca de 3.060 ha.

A Licença de Operação foi emitida em novembro/2012, e o enchimento do reservatório foi iniciado no mesmo mês.

O empreendimento atingiu 90% de execução física.

O início da operação comercial do empreendimento está previsto para ocorrer em 2013, conforme a seguir:

Unidade Geradora UG 1 - prevista para maio/2013;

Unidade Geradora UG 2 - prevista para junho/2013.

Identificação da Ação						
Código		25.752.2033.1G97.0035				
Descrição		Implantação da Linha de Transmissão Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste, em 345 kV, com 50 km e de Subestações Associadas (SP)				
Iniciativa		0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações				
Unidade Responsável		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
52.453.242	45.554.277	37.021.069	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	O empreendimento consiste basicamente na construção das instalações dos circuitos em 345 kV Tijuco Preto- Itapeti (Circuitos 3 e 4) e Itapeti-Nordeste (circuito duplo, com a construção inicial apenas de um circuito) e os respectivos equipamentos terminais de manobra, proteção, supervisão e controle, telecomunicações. A meta para 2012 era atingir 85% de avanço físico global.	Linha implantada	9%	9%	45.554.277	37.021.069

Análise Crítica

Empreendimento adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel 001/2005 (lote G), de 17/11/2005. O contrato de concessão N° 007/2006 foi assinado em 27/04/2006.

Como a Licença Ambiental de Instalação foi emitida somente para o trecho Tijuco Preto-Itapeti, Furnas solicitou à Aneel autorização para implantação do Empreendimento em dois trechos independentes: LT 345 kV Tijuco Preto- Itapeti e Subestações Associadas e LT 345 kV Itapeti-Nordeste e Subestações Associadas.

LT Tijuco Preto-Itapeti

A construção do trecho LT 345 kV Tijuco Preto-Itapeti e Subestações Associadas teve continuidade em 2012, com as atividades de obras civis, fornecimento e montagem eletromecânica além das atividades relativas à Gestão Ambiental e Fundiária.

Em 13/09/2012 foi emitida a Licença de Operação somente para a LT Tijuco Preto-Itapeti, a qual possui previsão de entrada em operação em janeiro/2013.

LT Itapeti-Nordeste

A Licença Ambiental de Instalação, para o trecho LT Itapeti-Nordeste foi emitida pelo órgão ambiental em 31/07/2012.

Em consequência do atraso na emissão da Licença de Instalação a empresa contratada para executar os serviços de construção declinou do contrato. Novo processo licitatório encontra-se em andamento.

Identificação da Ação						
Código		25.752.2033.1G98.0030				
Descrição		Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício, com 305,7 MW, da PCH Anta, com 28 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 kV, com 120 km de extensão (MG/RJ)				
Iniciativa		000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RJ)				
Unidade Responsável		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
175.785.704	108.572.259	101.173.797	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Implantação da UHE Simplício e da PCH Anta, com área inundada de 13,56	Usina implantada	5%	5%	108.572.259	101.173.797

km2. Serão 5 turbinas, sendo 3 do tipo Francis para UHE Simplício (com 101,9 MW cada) e 2 do tipo Kaplan para PCH Anta (com 14 MW cada), com uma potência total instalada de 333,7 MW. Além disso, contempla uma LT entre a SE da PCH Anta à SE da UHE Simplício, bem como a conexão da UHE ao SIN, por 1 LT 138 kV, com 120 km de extensão, entre a SE Simplício (1 módulo geral 138 kV, 3 vãos de conexão de transformador 138 kV, 1 entrada de linha 138 kV e 1 vão de interligação de barra) e a SE Rocha Leão (implantação de 1 entrada de linha 138 kV). A meta prevista para 2012 era atingir 90% de evolução física global do empreendimento.					
--	--	--	--	--	--

Análise Crítica

Empreendimento adjudicado a Furnas por meio do Leilão Aneel 002/2005, de 16/12/2005. O Contrato de Concessão nº 003/2006 – MME foi assinado em 15/08/2006. Esse empreendimento integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

A Licença de Operação foi emitida em junho/2012 com condicionantes.

As principais atividades que tiveram andamento em 2012 foram as de construção civil e montagem eletromecânica nas casas de força da UHE Simplício e da PCH Anta; nas Subestações de Anta, Simplício e Rocha Leão; nas Linhas de Transmissão Anta-Simplício e Simplício-Rocha Leão.

A montagem eletromecânica das três unidades geradoras da UHE Simplício foram concluídas, além das Estações de Tratamento de Esgoto de Anta (Distrito de Sapucaia), Sapucaia (Centro) e Sapucaia de Minas (Distrito de Chiador).

Houve atraso na conclusão da construção da linha de transmissão Simplício-Rocha Leão pois dependia da regularização de embargo de imissão de posse referente a duas torres, que foi resolvida em dezembro/2012. Com isso a previsão de conclusão passou para janeiro/2013.

O início do enchimento do reservatório estava condicionado à conclusão dos serviços de ligação sanitária das residências atingidas pelo empreendimento e não foi iniciado aguardando a liberação judicial.

O início da operação comercial do empreendimento está previsto para ocorrer em 2013, conforme a seguir:

UHE Simplício Unidade Geradora 1, com 101,9 MW – abril/2013;
 Unidade Geradora 2, com 101,9 MW – abril/2013;
 Unidade Geradora 3, com 101,9 MW – maio/2013;

UHE Anta Unidade Geradora 1, com 14 MW – junho/2013;
 Unidade Geradora 2, com 14 MW – julho/2013;

Em 2012 esse empreendimento atingiu 90 % de execução física.

Identificação da Ação

Código	25.752.2033.3292.0031
Descrição	Modernização da Usina Hidrelétrica Furnas, com 1.216 MW (MG)
Iniciativa	01G1 - Manutenção do parque gerador de energia
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.973.142	79.459.639	79.032.052	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contempla a modernização da UHE Furnas, que consiste na atualização	Usina modernizada	3%	2%	79.459.639	79.032.052

	tecnológica das 8 Unidades Geradoras e na implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção da usina. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras, permitindo a operação remota da usina e aumentando a segurança operacional e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da usina. A meta prevista para 2012 era atingir 95% de evolução física global do empreendimento.					
--	--	--	--	--	--	--

Análise Crítica

Foram concluídas as modernizações das Unidades Geradoras 2, 3, 4, 5 e 6.

Encontram-se em andamento as modernizações das Unidades Geradoras 1, 7 e 8.

A meta física efetivamente realizada foi de 2,9%. O sistema de informações SIOP não aceita casa decimal, sendo assim, o valor informado foi truncado na unidade decimal.

Identificação da Ação

Código	25.752.2033.3414.0033
Descrição	Ampliação da Capacidade da Usina Termelétrica Santa Cruz - Fase 1 - com acréscimo de 350 MW , através de Ciclo Combinado (RJ)
Iniciativa	002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.876.651	8.110.000	6.600.581	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Considera a ampliação da UTE Santa Cruz, com o aumento da capacidade das unidades 1 e 2, por meio da implantação de ciclo combinado a gás natural, disponibilizando 350 MW novos. A meta prevista para 2012 era atingir 99% de evolução física global do empreendimento.	Usina ampliada	1%	0%	8.110.000	6.600.581

Análise Crítica

Os Turbogeneradores a Gás (UG 11 e UG 21) estão liberados para operação em ciclo aberto utilizando gás natural como combustível.

Em 2012 foram realizados: testes hidrostáticos das caldeiras de recuperação; testes dos Sistemas de Supervisão e Controle (entrada e saída de dados); reforma da bomba de água de alimentação da caldeira (BAC 1B); comissionamento do sistema de alimentação de fosfato; calibração de equipamentos/instrumentos (válvulas, transmissores, termômetros, termopares, manômetros, etc); ensaios e testes elétricos de equipamentos (transformadores, cubículos, transformadores de potência e transformadores de corrente, centro de cargas e centro de controle de motores).

A realização, tanto financeira quanto física, foi inferior ao previsto devido às dificuldades encontradas na realização do comissionamento dos turbogeneradores em ciclo combinado utilizando gás natural como combustível. Sendo assim, foi deliberado pelo encerramento amigável do contrato com a empresa contratada e encontra-se em elaboração novo processo licitatório para o comissionamento.

Identificação da Ação

Código	25.752.2033.7066.0031
Descrição	Modernização da Usina Hidrelétrica Luiz Carlos Barreto de Carvalho, com 1.050 MW (MG)
Iniciativa	01G1 - Manutenção do parque gerador de energia
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
28.009.608	37.512.542	37.482.862	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	% de Execução Física	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contempla a modernização da UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho a qual consiste na atualização tecnológica das Unidades Geradoras e na implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção da usina. Contempla, também, a digitalização da usina, através da adequação das suas unidades geradoras, permitindo a operação remota da usina e aumentando a segurança operacional e a confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil da usina. A meta prevista para 2012 era atingir 98% de evolução física global do empreendimento	Usina modernizada	2%	2%	37.512.542	37.482.862

Análise Crítica

Foram concluídas as modernizações das Unidades Geradoras 1, 2, 3, 4, e 6. A Unidade Geradora 6 retornou a operação em 2012.

Fonte: SIGPLAN, Assessoria de Estudos Gerenciais (AEG.E) e Departamento de Orçamento (DOR.F).

4.1.5. Informações sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Não se aplica a Furnas.

4.1.6. Informações sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.6 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ						
Identificação da Ação						
Código	25.122.0807.4101.0001					
Descrição	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis					
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
17.265.742	11.563.033	7.377.928	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realização das ações necessárias às melhorias, modernizações, adequação e manutenção dos bens imóveis da Empresa, bem como aos sistemas de infraestrutura a eles associados, de forma a assegurar as condições necessárias de funcionamento e apoio ao desenvolvimento das atividades fins.	*	*	*	11.563.033	7.377.928

* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.

Análise Crítica

Foram realizadas diversas obras de melhorias de alvenaria, de estruturas e de instalações em edificações.

Foram realizadas manutenções nas tubulações de água, esgoto e energia elétrica e obras de infraestrutura na área dos laboratórios de concreto e de hidráulica, contemplando os sistemas elétrico e telefônico, redes de coleta de esgoto, distribuição de água, drenagem pluvial, combate a incêndio e urbanismo.

O não atingimento dos resultados financeiros ocorreu devido a atraso nos processos licitatórios referentes à contratação dos serviços de urbanização em Goiás e no atraso da obra de ampliação e modificação do escritório de manutenção da SE de Adrianópolis.

Identificação da Ação						
Código		25.122.0807.4102.0001				
Descrição		Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos				
Unidade Responsável		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
29.607.355	27.939.801	23.424.801	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Realização de serviços de aquisição, manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade de Furnas para adequar a infraestrutura de apoio.	*	*	*	27.939.801	23.424.801

* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.

Análise Crítica

Em 2012 foram realizadas aquisições de equipamentos e instrumentos para os laboratórios de Furnas, tais como: câmara triaxial; granulômetro óptico; mini carregadeira; analisador; calibrador; célula de carga externa; conjunto de moto bomba portátil; controlador de pressão/volume; decímetro digital e martelo digital, entre outros. Além disso, também foram realizadas aquisições de equipamentos gerais, tais como: retro escavadeira; martelo pneumático; gerador de energia; aparelhos de ar condicionado; mobiliário; veículos tipo perua para fiscalização e etc.

O não atingimento dos resultados financeiros ocorreu devido ao fracasso no processo licitatório para aquisição de veículos leves para fiscalização.

Identificação da Ação						
Código		25.126.0807.4103.0001				
Descrição		Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento				
Unidade Responsável		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Unidade Orçamentária		32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
23.989.314	45.653.035	37.332.687	N/A	N/A	N/A	N/A
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento de propriedade de Furnas.	*	*	*	45.653.035	37.332.687

* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.

Análise Crítica

Em 2012 foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- implantação da rede operativa de telecomunicação, compreendendo as redes locais para atendimento aos serviços de proteção, controle e supervisão nas usinas e subestações;
- atividades relacionadas à manutenção evolutiva e corretiva do sistema geográfico de informações de Furnas (Gisfurnas);
- manutenção evolutiva dos servidores, software e treinamento do Sistema de Detecção de Descarga Atmosférica (SISDAT);
- implantação da Rede Integrada de Sincronismo (RISO);
- renovação e aquisição de licenças de software;
- aquisição de equipamentos de informática, tais como: microcomputadores, *notebooks*, *scanners*, *nobreaks*, impressoras, painel de LCD *wall*;
- projeto, implantação e comissionamento da rede de comunicação de dados de Furnas nas áreas regionais (Subestações: Vitória, Cachoeira Paulista, Funil, Porto Colômbia, Campinas, Tijuco Preto, Jacarepaguá, Brasília Sul, Rio Verde e Mogi das Cruzes; Usinas: Funil, Porto Colômbia, Campos e Santa Cruz; além do Quilômetro Zero);
- projeto, implantação e comissionamento da rede de micro-ondas digital da Rota Itaipu;
- comissionamento do Sistema de Rádio para apoio e manutenção da LT Ibiúna-Batéias;
- projeto, implantação e comissionamento do sistema de telefonia sobre *Internet Protocol* (IP) – (Subestações: Bandeirantes, Brasília Sul e Jacarepaguá; UTE Santa Cruz; escritórios regionais e escritório central).
- comissionamento da rede de comunicação sem fio das áreas regionais;
- aquisição de equipamentos, projeto e comissionamento da rede operativa para Subestação Bom Despacho;
- conclusão do Sistema de Comunicação Móvel UHF da UHE Funil.

O não atingimento dos resultados financeiros ocorreu devido a atraso na realização de serviços de instalação e comissionamento do sistema de microondas digital, sistema de rádio para apoio e manutenção, ampliação e atualização técnica da rede corporativa LT Ibiúna-Batéias e rede integrada de sincronismo.

Identificação da Ação

Código	25.752.2119.8549.0001
Descrição	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
Unidade Responsável	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.
Unidade Orçamentária	32228 - Furnas Centrais Elétricas S.A.

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.462.013	102.298.617	101.600.786	N/A	N/A	N/A	N/A

Metas do Exercício Para a Ação

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Considera a implementação de ações de preservação e conservação socioambientais inerentes aos empreendimentos em operação, tais como: a) Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental, inclusive aquelas relacionadas à renovação das Licenças de Operação dos empreendimentos, conforme determinação da Aneel; b) Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas, tanto relativo aos empreendimentos de geração quanto ao sistema de transmissão, de acordo com exigências dos órgãos de controle ambiental; c) Ações de natureza social e ambiental decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.	*	*	*	102.298.617	101.600.786

* Essa Ação tem característica de realização contínua e que considera uma multiplicidade de atividades e por isso está classificada como atividade. Sendo assim, não possui unidade de medida e meta física.

Análise Crítica

Entre os principais eventos destacam-se os Programas de Recuperação de Áreas Degradadas, os Termos de Ajustamento de Conduta e Condicionantes Ambientais voltados ao cumprimento de exigências inerentes à obtenção e renovação de Licença de Operação de diversas instalações.

Tiveram andamento, em 2012, as atividades de recuperação de áreas remanescentes por meio do plantio de espécies arbóreas nativas nas UHE Itumbiara, Corumbá, Marimondo, Mascarenhas de Moraes, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Funil, Porto Colômbia e Furnas.

Além disso, foram realizados programas ambientais de monitoramento da ictiofauna e limnologia, programas de educação ambiental.

Na UHE Itumbiara tiveram andamento as seguintes atividades: implantação nos municípios da área de influência indireta da UHE Itumbiara, o programa de educação ambiental, em atendimento às condicionantes da Licença de Operação vigente; realização do Programa de Levantamento da Fauna Terrestre e Aquática da usina; construção de caixa separadora de água e óleo e sistemas de drenagem na subestação da usina, além da recuperação de erosões na margem direita do reservatório da usina.

Na UHE Corumbá foi concluída a execução da proteção de enrocamento de talude da margem esquerda do Canal de Fuga.

Na UHE Marimondo foi concluída a construção de sistema de tratamento de esgoto para a Casa de Relés e oficina de pintura.

Tiveram andamento o monitoramento e o gerenciamento dos demais programas ambientais nas Usinas Serra da Mesa, Corumbá e Santa Cruz e nas LT Foz do Iguaçu-Ivaiporã, Itaberá-Tijucu Preto III e Cachoeira Paulista-Adrianópolis III, os quais são requisitos das respectivas Licenças de Operação.

Os contratos de compensação ambiental para as LT Ivaiporã- Itaberá III, Batéias- Ibiúna, Outro Preto II-Vitória e Foz do Iguaçu-Ivaiporã III.

Concluído o Convênio Furnas/UFMT-Museu Rondon, que teve como objetivo a construção da reserva técnica destinada à guarda do material arqueológico, pré-histórico e histórico.

Dada continuidade às ações de atendimento ao MAB do APM Manso (reassentamento).

Fonte: SIGPLAN, Assessoria de Estudos Gerenciais (AEG.E) e Departamento de Orçamento (DOR.F).

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO A.4.7. – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Furnas Centrais Elétricas S.A.	32228	32228

4.2.2. Programação de Despesas

4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.4.8 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES						Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários	Grupos de Despesas Correntes						
	1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
	Exercícios		Exercícios		Exercícios		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.351.372.921	1.193.000.000	472.144.350	448.213.346	1.176.763.550	1.186.251.754
	PLOA						
CRÉDITOS	LOA						
	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
CRÉDITOS	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		1.351.372.921	1.193.000.000	472.144.350	448.213.346	1.176.763.550	1.186.251.754

Fonte: Decretos nº 7.628, de 30.11.2011, e nº 7.883, de 28.12.2012; Ofício de Remanejamento Eletrobras nº 1.179, de 30/11/2012; e Departamento de Orçamentos (DOR.F).

Ofício nº 1.179

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa de Dispêndios Globais (PDG)

Secretaria Executiva

Remanejamento 2012

Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais

Demonstrativo de Usos e Fontes

Empresa: FURNAS Centrais Elétricas S.A.

		Valores em R\$ 1,00	
Usos	Valor	Fontes	Valor
Dispêndios de Capital	4.354.213.454	Receitas	8.221.037.280
Investimentos	1.276.839.688	Receita Operacional	7.916.138.248
Inversões Financeiras	1.595.283.354	Receita Não Operacional	304.899.032
Amortizações Operações de Crédito LP	888.654.005	Retorno de Aplicações Financeiras LP	97.537.172
Operações Internas	450.497.414	Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	328.994.000
Outras Fontes	438.156.591	Operações de Crédito	2.089.899.000
Outros Dispêndios de Capital	593.436.407	Operações de Crédito Internas - Moeda	1.959.898.000
Dispêndios Correntes	7.201.437.488	Operações de Crédito Externas - Moeda/Outra	130.001.000
Pessoal e Encargos Sociais	1.351.372.921	Outros Recursos - Longo Prazo	606.213.589
Materiais e Produtos	3.265.271.305	Empréstimos / Financiamentos (Não Inst.Fin.)	487.234.143
Serviços de Terceiros	571.837.812	Demais Recursos de LP	118.9797.446
Utilidades e Serviços	24.793.419	Total dos Recursos	11.343.681.041
Tributos e Encargos Parafiscais	985.883520	Variação de Capital de Giro	(51.771.101)
Encargos Financeiros e Outros	472.144.350	Ajustes Receitas e Despesas Financeiras	(64.047.060)
Operações Internas	144.872.647	Variação do Disponível	327.788.062
Outras Fontes	327.271.703		
Demais Dispêndios Correntes	530.134.161		
Total dos Usos	11.555.650.942	Total Líquido dos Recursos	11.555.650.942

4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.4.9 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL						Valores em R\$ 1,00		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 - Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		1.516.827.890	1.256.235.527	1.046.175.552	303.033.000	888.654.005	491.862.441
	PLOA		1.516.827.890	1.256.235.527				
	LOA		1.516.827.890	1.256.235.527				
CRÉDITOS	Suplementares		261.223.126	200.106.736	366.830.380	743.142.552		
	Especiais	Abertos		7.787.715				
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		(501.211.328)	(200.106.736)				
Outras Operações								
Total			1.276.839.688	1.264.023.242	1.595.283.354	1.046.175.552	888.654.005	491.862.441

Fonte: Leis nº 12.593, de 18.01.2012, e nº 12.595, de 19.12.2012; e Departamento de Orçamentos (DOR.F).

4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

QUADRO A.4.10 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA						Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários		7 – Despesas Correntes		8 – Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	3.000.281.121	2.827.465.100	3.633.934.869	2.051.130.968		
	PLOA						
CRÉDITOS	LOA						
	Suplementares			628.053.506	943.249.288		
	Especiais				7.787.715		
	Extraordinários						
	Créditos Cancelados			(501.211.328)	(200.106.736)		
	Outras Operações						
Total		3.000.280.821	2.827.465.100	3.760.777.047	2.802.061.235		

Fonte: Departamento de Orçamentos (DOR.F).

4.2.2.4. Análise Crítica

Os dados foram extraídos dos Demonstrativos de Usos e Fontes de 2011 e 2012, tendo como base os Decretos aprovados.

Coluna 1 – Pessoal e Encargos Sociais: a variação de 2011 para 2012 justifica-se pela previsão de gasto com Programa de Desligamento Voluntário iniciado em outubro de 2011. Por força da Instrução CVM nº 600, o valor previsto para 2012 inclui os elegíveis ao Programa de Desligamento de 2012 e 2013. O PDG não considera o valor de mão-de-obra contratada nesta rubrica por se tratar de Prestação de Serviços. Variação inferior a 10%.

Coluna 2 – Juros e Encargos da Dívida: redução inferior a 10%, resultante da variação nas taxas de juros.

Coluna 3 – Outras Despesas Correntes: o montante refere-se a Serviços de Terceiros, Utilidades e Serviços, Materiais de Consumo e Outros Dispendios Correntes. Não foi considerada a Compra de Energia; Combustível Vinculado à Produção e Tributos. Variação inferior a 10%.

Coluna 4 – Investimentos: Ver item 4.1.4.

Coluna 5 – Inversões Financeiras: a variação orçamentária decorre das novas participações acionárias, provenientes dos Leilões Aneel no ano de 2012 e, principalmente, ao estágio da obra de implantação da UHE Santo Antônio, que demandou recursos na ordem de R\$ 1,120 bilhão.

Coluna 6 – Amortização da Dívida: a variação de acréscimo refere-se ao ajuste feito na Revisão para atender as operações de portabilidade crédito e rolagem de dívidas.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica a Furnas.

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa com Créditos Originários

4.2.4.1.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO A.4.12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS			Valores em R\$ Mil	
Modalidade de Contratação	Despesa Realizada		Despesa Paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.135.074	592.823		
a) Convite	3.918	4.221		
b) Tomada de Preços	20.195	16.984		
c) Concorrência	395.755	181.438		
d) Pregão	715.206	390.180		
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	267.654	132.627		
g) Dispensa	202.890	28.471		
h) Inexigibilidade	64.764	104.156		
3. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	1.474.563	1.174.098		
j) Pagamento em Folha	1.465.658	1.166.882		
k) Diárias	8.905	7.216		
5. Outros *	291.146			
6. Total (1+2+3+4+5)	3.168.437	1.899.548		

Observação: Inclui despesas de Pequeno Vulto (R\$ 44.830 milhões) e Pequeno Vulto Eletrônico (R\$ 1.155 milhão). O restante (R\$ 245.161 milhões), refere-se a despesas não classificadas por tipo de licitação decorrente de erro de procedimentos dos gestores. O problema foi corrigido e a partir de 2013 todas as despesas são obrigatoriamente classificadas por modalidade de contratação.

Fonte: SAP/ERP.

4.2.4.1.2. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO A.4.13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS					Valores em R\$ 1,00			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	1.376.207.342	1.094.327.602						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida	335.541.218	276.328.344						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	1.394.753.398	1.313.947.062						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	1.147.868.416	987.845.210						
1º elemento de despesa								

Grupos de Despesa	Realizada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras	1.473.100.501	1.031.545.260						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida	868.102.839	493.773.409						
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Programa de Dispendios Globais e Departamento de Orçamentos (DOR.F).

Análise Crítica

Item 1 – Despesas de Pessoal: variação superior decorrente do reconhecimento como despesa do Programa de Desligamento Voluntário (PREQ), no valor R\$ 246 milhões. Ver análise crítica do subitem 4.2.2.1, coluna 1.

Item 2 – Juros e Encargos da Dívida: acréscimo em relação ao ano anterior, justificado pelo aumento na Captação de Recursos para fazer frente aos novos investimentos assumidos pela Empresa.

Item 3 – Outras Despesas Correntes: variação inferior a 10%.

Item 4 – Investimentos: ver item 4.1.4

Item 5 – Inversões Financeiras: a realização maior, no ano de 2012, refere-se ao aporte na UHE Santo Antônio, que representa 76% da realização financeira no ano. O empreendimento encontra-se com 81% de avanço físico.

Item 6 – Amortização da Dívida: tendo em vista a possibilidade de alongamento no perfil de sua dívida, Furnas realizou duas operações de portabilidade de créditos, migrando dívidas contraídas inicialmente junto ao Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, com novas condições contratuais e, ainda, promoveu a rolagem da dívida com a Caixa Econômica Federal.

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Não se aplica a Furnas.

4.2.4.2.2. Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Não se aplica a Furnas.

4.2.4.2.3. Análise Crítica

Não se aplica.

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

5.1. Reconhecimento de Passivos

Inexistente.

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Inexistente.

5.1.2. Análise Crítica

Inexistente.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica.

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica.

5.2.2. Análise Crítica

Não se aplica.

5.3. Transferências de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.5.3. CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FURNAS Centrais Elétricas S.A.									
CNPJ: 23.274.194./0001-19					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
1	9000000027	19093137000166	3.855.484,65	-	1.495.103,93	3.855.484,65	23/11/2009	31/12/2012	4
1	9000000299	36886778000197	439.442,40	-	217.281,32	352.395,28	05/07/2010	05/05/2013	1
1	9000000312	05514248000194	178.759,67	-	92.759,20	170.388,27	30/08/2010	30/08/2012	4
1	9000000427	33645086000169	124.991,00	-	124.991,00	124.991,00	14/02/2012	31/12/2012	1
1	9000000430	01994969000198	382.916,00	-	254.344,00	254.344,00	01/03/2012	01/10/2013	1
1	9000000433	27000512000104	419.383,24	-	419.383,24	419.383,24	12/03/2012	31/12/2012	4
1	9000000434	04030287000153	297.066,00	-	88.542,00	88.542,00	22/03/2012	21/03/2014	1
1	9000000436	18363952000135	416.684,10	-	416.684,10	416.684,10	22/03/2012	31/12/2012	1
1	9000000446	17921537000197	36.596,62	-	36.596,62	36.596,62	10/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000447	23278898000160	46.000,00	-	46.000,00	46.000,00	10/05/2012	31/12/2012	1
1	9000000448	14914071000104	7.500,00	-	7.500,00	7.500,00	10/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000449	17922477000127	29.300,00	-	29.300,00	29.300,00	10/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000451	23285018000182	47.687,40	-	47.687,40	47.687,40	21/05/2012	31/12/2012	4

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
1	9000000454	20456398000182	29.750,40	-	29.750,40	29.750,40	23/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000456	17894049000138	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	28/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000459	19507078000125	23.997,16	-	23.997,16	23.997,16	30/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000460	17910472000184	20.545,00	-	20.545,00	20.545,00	30/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000461	22830020000122	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	30/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000463	01029518000110	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	30/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000464	29138393000186	14.999,95	-	14.999,95	14.999,95	30/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000466	40358848000101	21.652,90	-	21.652,90	21.652,90	30/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000467	73759979000150	43.800,00	-	43.800,00	43.800,00	31/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000468	33763251000187	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	31/05/2012	31/12/2012	1
1	9000000469	17707274000118	24.596,41	-	24.596,41	24.596,41	01/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000470	33645086000169	67.331,26	-	67.331,26	67.331,26	01/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000471	28732246000762	13.525,60	-	13.525,60	13.525,60	30/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000472	01576713000160	14.920,00	-	14.920,00	14.920,00	01/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000473	27187087000104	79.000,00	-	79.000,00	79.000,00	01/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000474	05725078000197	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	01/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000475	06118122000163	9.690,00	-	9.690,00	9.690,00	01/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000476	31844632000165	36.491,27	-	36.491,27	36.491,27	01/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000477	29392388000103	27.438,00	-	27.438,00	27.438,00	29/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000478	20456125000138	35.560,00	-	35.560,00	35.560,00	29/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000479	31272560000129	9.897,00	-	9.897,00	9.897,00	06/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000480	06097773000114	14.737,00	-	14.737,00	14.737,00	06/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000481	06040402000104	13.349,10	-	13.349,10	13.349,10	06/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000484	19508944000100	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	11/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000485	19509173000168	41.613,60	-	41.613,60	41.613,60	11/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000486	02982396000145	13.893,00	-	13.893,00	13.893,00	11/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000487	04363587000154	13.247,00	-	13.247,00	13.247,00	11/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000488	18246371000113	65.000,00	-	65.000,00	65.000,00	11/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000489	20678835000102	29.999,74	-	29.999,74	29.999,74	11/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000490	21417837000100	29.964,00	-	29.964,00	29.964,00	11/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000491	19055193000106	15.599,00	-	15.599,00	15.599,00	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000492	19128099000130	15.010,92	-	15.010,92	15.010,92	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000493	03949517000110	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000494	20901740000106	35.000,00	-	35.000,00	35.000,00	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000495	21407275000114	75.000,00	-	75.000,00	75.000,00	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000496	20925210000106	5.650,00	-	5.650,00	5.650,00	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000497	08991324000140	14.928,75	-	14.928,75	14.928,75	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000498	19110287000130	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000499	04499268000170	32.870,00	-	32.870,00	32.870,00	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000500	19084458000102	44.331,00	-	44.331,00	44.331,00	11/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000501	16652638000147	27.430,00	-	27.430,00	27.430,00	13/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000503	18575647000107	76.780,28	-	76.780,28	76.780,28	18/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000504	02202620000139	14.711,00	-	14.711,00	14.711,00	18/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000510	26118448000106	29.842,00	-	29.842,00	29.842,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000511	60975737002529	35.000,00	-	35.000,00	35.000,00	27/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000512	07158848000192	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	11/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000513	18083055000178	10.472,90	-	10.472,90	10.472,90	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000514	17218991000348	14.877,00	-	14.877,00	14.877,00	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000515	04278718000103	28.553,96	-	28.553,96	28.553,96	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000516	22702401000126	13.215,00	-	13.215,00	13.215,00	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000517	31317597000126	14.879,00	-	14.879,00	14.879,00	26/06/2012	31/12/2012	4

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
1	9000000519	00573287000149	36.363,91	-	36.363,91	36.363,91	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000520	22229967000182	17.400,00	-	17.400,00	17.400,00	27/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000521	06222758000150	58.735,00	-	58.735,00	58.735,00	27/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000522	17416868000170	50.000,00	-	50.000,00	50.000,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000523	19090067000192	69.610,00	-	69.610,00	69.610,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000524	32356438001337	7.000,00	-	7.000,00	7.000,00	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000525	48553564000188	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	27/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000526	18240010000160	17.640,00	-	17.640,00	17.640,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000527	17418906000123	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	27/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000528	75426148000191	34.800,00	-	34.800,00	34.800,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000529	19132299000166	45.000,00	-	45.000,00	45.000,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000530	02188582000107	12.512,00	-	12.512,00	12.512,00	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000532	09028285000143	9.530,00	-	9.530,00	9.530,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000533	04678485000128	30.002,04	-	30.002,04	30.002,04	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000534	06790078000133	9.079,00	-	9.079,00	9.079,00	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000535	41774639000101	21.878,05	-	21.878,05	21.878,05	27/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000536	03325482000148	14.079,00	-	14.079,00	14.079,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000537	17862038000176	36.900,00	-	36.900,00	36.900,00	27/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000538	78277191000120	29.863,96	-	29.863,96	29.863,96	27/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000539	06004855000177	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000540	17895640000100	13.360,00	-	13.360,00	13.360,00	13/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000541	19107754000173	25.000,00	-	25.000,00	25.000,00	27/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000542	23245293000172	60.500,00	-	60.500,00	60.500,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000543	21410212000117	14.997,02	-	14.997,02	14.997,02	02/07/2012	31/12/2012	4
1	9000000544	48276828000101	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000545	48276786000109	53.000,00	-	53.000,00	53.000,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000546	24852956000180	35.578,00	-	35.578,00	35.578,00	29/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000547	00871222000180	19.220,98	-	19.220,98	19.220,98	29/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000548	23952906000101	58.675,23	-	58.675,23	58.675,23	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000549	18243261000106	13.200,00	-	13.200,00	13.200,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000550	77412799000158	133.965,00	-	133.965,00	133.965,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000551	17904913000135	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000552	25644279000177	147.231,37	-	147.231,37	147.231,37	26/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000553	20917324000104	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000554	01192982000123	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000555	07835924000157	23.975,00	-	23.975,00	23.975,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000556	18298174000148	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000557	11206394000155	12.291,00	-	12.291,00	12.291,00	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000558	18781765000171	29.999,99	-	29.999,99	29.999,99	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000560	20926275000168	30.640,00	-	30.640,00	30.640,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000561	20935771000188	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000563	20660320000185	4.080,00	-	4.080,00	4.080,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000564	00548211000163	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	26/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000565	06172012000180	5.940,00	-	5.940,00	5.940,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000566	02631906000130	21.468,45	-	21.468,45	21.468,45	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000567	23280084000160	75.542,99	-	75.542,99	75.542,99	03/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000568	00909916000169	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000570	21040498000196	60.469,42	-	60.469,42	60.469,42	03/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000571	41885005000126	41.716,00	-	41.716,00	41.716,00	09/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000572	45890811000143	14.970,00	-	14.970,00	14.970,00	03/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000573	00824895000189	7.490,15	-	7.490,15	7.490,15	29/06/2012	31/12/2012	1

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
1	9000000574	77317485000176	3.400,67	-	3.400,67	3.400,67	09/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000575	12816226000144	14.995,43	-	14.995,43	14.995,43	09/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000576	02171255000142	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	25/06/2012	31/12/2012	4
1	9000000577	77770881000154	25.600,00	-	25.600,00	25.600,00	03/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000578	19016211000140	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	03/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000579	06349139000121	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	25/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000580	20406120000109	30.000,00	-	30.000,00	30.000,00	09/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000581	04101613000176	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	28/06/2012	31/12/2012	1
1	9000000582	24665630000143	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	09/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000585	19128214000176	14.115,87	-	14.115,87	14.115,87	30/07/2012	31/12/2012	1
1	9000000586	09626741000157	110.000,00	-	110.000,00	110.000,00	27/07/2012	31/12/2012	4
1	9000000587	17084484000105	14.790,20	-	14.790,20	14.790,20	27/07/2012	31/12/2012	4
1	9000000593	08345005000168	13.760,00	-	13.760,00	13.760,00	28/05/2012	31/12/2012	4
1	9000000600	21419502000121	26.625,00	-	26.625,00	26.625,00	08/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000601	25660499000194	151.031,06	-	102.446,53	102.446,53	08/08/2012	30/06/2013	1
1	9000000602	08916916000106	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	08/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000603	00637144000153	25.713,30	-	25.713,30	25.713,30	08/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000605	20169827001021	7.430,00	-	7.430,00	7.430,00	09/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000607	08932859000140	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	09/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000608	12449452000134	13.407,80	-	13.407,80	13.407,80	09/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000609	01287416000103	63.100,00	-	63.100,00	63.100,00	08/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000610	12459949000133	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	10/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000611	01788362000151	150.285,08	-	75.142,54	75.142,54	06/07/2012	05/07/2013	1
1	9000000613	01346688000129	14.178,00	-	14.178,00	14.178,00	14/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000614	23953177000108	46.020,00	-	46.020,00	46.020,00	16/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000615	01337774000175	20.110,00	-	20.110,00	20.110,00	16/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000616	04545780000106	442.342,58	-	165.589,76	165.589,76	06/07/2012	31/12/2013	1
1	9000000617	02491318000148	286.476,83	-	106.739,05	106.739,05	27/07/2012	31/12/2013	1
1	9000000618	45999729000151	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	17/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000619	52581444000161	25.516,00	-	25.516,00	25.516,00	17/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000620	04810983000182	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	17/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000621	49068554000110	36.688,47	-	36.688,47	36.688,47	17/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000622	05527180000188	399.790,00	-	121.710,00	121.710,00	06/07/2012	05/01/2014	1
1	9000000623	04716721000153	26.282,00	-	26.282,00	26.282,00	21/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000624	01944279000124	10.382,00	-	10.382,00	10.382,00	20/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000625	02548580000181	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	21/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000626	51258333000156	32.000,00	-	32.000,00	32.000,00	24/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000627	12886090000149	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	28/08/2012	31/12/2012	4
1	9000000632	04745168000187	14.900,00	-	14.900,00	14.900,00	03/09/2012	31/12/2012	4
1	9000000633	72406242000190	71.946,70	-	27.233,00	27.233,00	06/07/2012	05/07/2014	1
1	9000000635	08490891000113	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	30/08/2012	31/12/2012	1
1	9000000636	07721142000197	15.000,00	-	15.000,00	15.000,00	13/09/2012	31/12/2012	1
1	9000000637	04158233000178	46.136,91	-	46.136,91	46.136,91	17/09/2012	31/12/2012	4
1	9000000638	19019447000130	46.029,66	-	46.029,66	46.029,66	25/09/2012	31/12/2012	1
1	9000000642	21020987000186	102.270,00	-	77.870,00	77.870,00	06/07/2012	05/05/2013	1
1	9000000643	01953356000102	13.000,00	-	13.000,00	13.000,00	25/09/2012	31/12/2012	1
1	9000000645	05485034000137	16.500,00	-	16.500,00	16.500,00	25/09/2012	31/12/2012	1
1	9000000646	73794125000104	424.813,00	-	126.150,00	126.150,00	06/07/2012	05/07/2014	1
1	9000000648	28465292000157	7.915,60	-	7.915,60	7.915,60	10/10/2012	31/12/2012	4
1	9000000654	19053370000115	13.190,00	-	13.190,00	13.190,00	11/10/2012	31/12/2012	1
1	9000000659	02171263000199	13.437,00	-	13.437,00	13.437,00	19/11/2012	31/12/2012	1

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global (R\$)	Contra-partida (R\$)	No Exercício (R\$)	Acumulado até o Exercício (R\$)	Início	Fim	
1	9000000667	03364319000194	16.193,36	-	16.193,36	16.193,36	13/12/2012	31/12/2012	1
1	9000000671	04603490000171	6.020,00	-	6.020,00	6.020,00	19/12/2012	31/12/2012	1
1	9000000672	10697734000125	13.000,00	-	13.000,00	13.000,00	13/12/2012	31/12/2012	1
1	9000000679	10689504000114	199.091,26	-	156.225,00	156.225,00	28/12/2012	28/12/2013	1
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Observação:

O convênio 9000000042, assinado em 18/01/2010, com previsão de término em 07/01/2012, no valor de R\$ 197.000,00, foi excluído pois não houve repasse em 2012.

Fonte: Sistema SAP/ERP e Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P).

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.5.4 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.						
CNPJ: 23.274.194./0001-19				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício Independentemente do Ano de Celebração do Instrumento (Valores em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	167	14	224	8.253.568,72	1.250.142,28	10.294.562,38
Contrato de Repasse	0	0	0	-	-	-
Termo de Cooperação	0	0	0	-	-	-
Termo de Compromisso	0	0	0	-	-	-
Totais	167	14	224	8.253.568,72	1.250.142,28	10.294.562,38

Fonte: Sistema SAP/ERP e Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P).

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que Permanecerão Videntes no Exercício de 2013 e Seguintes

QUADRO A.5.5 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 23.274.194./0001-19			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	12	3.347.470,91	1.683.587,16	1.663.883,75	50,29
Contrato de Repasse	0	-	-	-	0,00
Termo de Cooperação	0	-	-	-	0,00
Termo de Compromisso	0	-	-	-	0,00
Totais	12	3.347.470,91	1.683.587,16	1.663.883,75	

Fonte: Sistema SAP/ERP e Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P).

5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.5.6 - RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE					Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 23.274.194./0001-19		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contrato de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	170	0	0
		Montante Repassado	8.253.568,72	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
2011	Contas Prestadas	Quantidade	14	0	0
		Montante Repassado	1.250.142,28	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas Prestadas	Quantidade	237	0	0
		Montante Repassado	10.399.687,38	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	-	0	-
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	-
Observação: Todas as prestações de contas recebidas em Furnas foram analisadas até 31/12/2012, como base de referência do quadro acima.					
Fonte: Sistema SAP/ERP e Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P).					

5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.5.7 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE					Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente Ou Contratante					
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 23.274.194./0001-19			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			170	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas Analisadas	12	0
			Contas NÃO Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		1.683.587,16	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	158	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	-	-

Exercício da Prestação de Contas	Quantitativos e Montantes Repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de Contas Prestadas		12	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	12	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2010	Quantidade de Contas Prestadas		237	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	237	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Observação: Todas as prestações de contas recebidas em Furnas foram analisadas. Levando-se em consideração a data de 31/12/2012 como base de referência do quadro acima, e a data de 21/03/2013 como data base da coleta das informações, todos os prazos de análise das prestações de contas estão vencidos, não havendo prestação com prazo de análise ainda não vencido.

Fonte: Sistema SAP/ERP e Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P).

Repasses Realizados em 2012 ao Fundo de Infância e Adolescência

Nº Doc. Contábil	Data Repasse	Valor Repassado (R\$)	CNPJ Beneficiário	FIA Beneficiário	Município	UF
1900428105	28/12/2012	300.000,00	03507530000208	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Chapada dos Guimarães	MT
1900400983	18/10/2012	500.000,00	03723329000179	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD	Brasília	DF

Fonte: Sistema SAP/ERP e Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P).

5.3.6. Análise Crítica

As transferências em parcela única, decorrentes do Edital do Programa Furnas Social, são acompanhadas *in loco*, prévia e posteriormente, pelos técnicos desta UJ. Inicialmente os técnicos emitem um relatório quanto à compatibilidade da demanda e a situação constatada. Na(s) visita(s) subsequente(s) é verificada a aplicabilidade da verba recebida.

No caso de transferências com mais de uma parcela, os desembolsos só são realizados após a apresentação das prestações de contas e a consequente análise dos técnicos.

No caso de inadimplência quanto às prestações de contas, são emitidas correspondências para as entidades convenientes/contratadas, a intervalos regulares, solicitando a prestação de contas com prazo para a apresentação das mesmas.

Caso a entidade não apresente a prestação de contas, encaminha-se um pedido de parecer ao Departamento Jurídico e, conforme sua orientação solicita-se a atualização monetária e aplicabilidade de multa, se couber, ao Departamento Financeiro.

Quando se identifica que o valor transferido não foi usado em sua totalidade, a área gestora solicita a devolução da diferença por meio de um documento de cobrança emitido pelo Departamento Financeiro, exceto no caso dos Patrocínios por Lei *Rouanet*, que obedecem à legislação específica.

Caso o pagamento não seja efetuado, o Departamento Financeiro informa ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

Quando é identificada qualquer suspeita de irregularidade no cumprimento do instrumento contratual, solicita-se à Auditoria Interna que verifique a situação. Caso seja comprovada a irregularidade, o Departamento Jurídico abre um processo judicial de cobrança e a Divisão de Cadastro de Furnas adverte ou suspende por até dois anos este Fornecedor em sua relação com todas as Empresas do Sistema Eletrobras.

Em 2012, a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião foi incluída no Cadin devido ao não pagamento de cobrança no valor de R\$ 77.697,20, referente ao convênio 9000000339.

5.4. Suprimento de Fundos

Não se aplica.

5.4.1. Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos

Não se aplica.

5.4.1.1. Suprimento de Fundos – Visão Geral

Não se aplica.

5.4.1.2. Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não se aplica.

5.4.1.3. Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Não se aplica.

5.4.1.4. Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

Não se aplica.

5.4.1.5. Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Não se aplica.

5.4.1.6. Análise Crítica

Não se aplica.

5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplica.

5.5.1. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplica.

5.5.2. Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Não se aplica.

5.5.3. Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídica e Física

Não se aplica.

5.5.4. Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Física e Jurídica

Não se aplica.

5.5.5. Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

Não se aplica.

5.5.6. Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Não se aplica.

5.5.7. Comunicações à RFB

Não se aplica.

5.5.8. Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Não se aplica.

5.5.9. Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal

Não se aplica.

5.5.10. Fiscalizações Realizadas pela RFB

Não se aplica.

5.6. Gestão de Precatórios

Não se aplica.

5.6.1. Requisições e Precatórios da Administração Direta

Não se aplica.

5.6.2. Requisições e Precatórios da Administração Indireta

Não se aplica.

5.6.3. Análise Crítica

Não se aplica.

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.135	4.258		
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há			
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há			
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	4.242	164	447
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há			
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há			
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há			
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há			
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (Requisitados)	Não há	16	4	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	5.135	4.258	168	448

Observações: Servidores sem Vínculo com a Administração Pública – Requisitados sem função de chefia.

Não inclui 311 gerentes e 14 assessores externos, descritos no quadro A.6.3. Os 6 diretores não estão incluídos pois não fazem parte do número de efetivos.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	53
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	53
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	4
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	4
5.5. Mandato Classista	

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	49
6.1. Acidente de Trabalho em Atividade	2
6.2. Acidente de Trabalho no Trajeto	1
6.3. Enfermidade Comum	29
6.4. Licença Gala	1
6.5. Licença Maternidade	3
6.6. Mandato Sindical	13
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	106

Observação: Lei nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	20	6	1
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		20	6	1
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há			
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		311	56	91
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		2	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		333	62	92

Observação: Servidores de Outros Órgãos e Esferas – Requisitados com função de chefia.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provedimento de Cargo Efetivo					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	273	1.012	1.116	1.537	304
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provedimento de Cargo em Comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	1	5	11
2.3. Funções Gratificadas	0	34	75	171	31
3. Totais (1+2)	274	1.048	1.192	1.713	346

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE –
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			113	122	1.827	1.362	685	120	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	19			
2.3. Funções Gratificadas					4	87	179	36	5
3. Totais (1+2)	0	0	113	122	1.832	1.468	864	156	18

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES									Valores em R\$ 1,00		
Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	333.679.721,66		45.093.053,43	159.089.274,94	72.159.801,74	60.005.098,45	93.380.335,50		23.295.244,75	786.702.530,47
	2011	344.419.829,97		34.855.828,84	126.307.985,00	7.771.979,72	66.218.665,22	57.125.221,82		19.860.431,39	656.559.941,96
	2010	304.315.905,45		31.531.603,86	108.468.659,53	6.310.392,04	52.310.944,89	81.239.476,95		24.024.516,74	608.201.499,46
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	2.667.498,88		374.556,22	1.005.078,98	80.335,65	1.849.033,08	2.137.021,42			8.113.524,23
	2011	4.618.383,09		853.042,01	791.430,70	91.253,69	845.723,49	2.474.686,73			9.674.519,71
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	4.914.071,08		465.685,06	288.658,92	44217,53	93.215,47	702.430,20			6.508.278,26
	2011	4.885.727,01		184.384,61	84.090,64	0,00	222.558,81	39.847,53			5.416.608,60
	2010	5.753.491,00		498.877,34	233.891,97	81,84	60.044,90	926.223,30			7.472.610,35
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	79.447.712,83		7.977.888,52	7.849.329,83	4895781,71	11.017.705,85	14.087.550,46			125.275.969,20
	2011	95.632.020,67		7.697.541,58	3.604.855,56	853.299,51	4.911.131,12	9.452.966,57			122.151.815,01
	2010	89.011.920,66		7.709.066,30	3.278.792,71	983.488,02	5.330.729,52	14.518.461,45			120.832.458,66

Observação: A Lei pela qual o item Retribuições se sustenta, não se aplica a Furnas. Não há despesas de Exercícios Anteriores.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G) e Consultoria Jurídica (CJ.P).

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO A.6.7. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral		
1.1. Voluntária	-	-
1.2. Compulsório	-	-
1.3. Invalidez Permanente	-	-
1.4. Outras	-	-
2. Proporcional	5.802	402
2.1. Voluntária	5.584	399
2.2. Compulsório	-	-
2.3. Invalidez Permanente	218	3
2.4. Outras	-	-
3. Totais (1+2)	5.802	402

Observação:

Contempla os Planos Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD).

Fonte: Gerência de Estatística e Atuária da Fundação Real Grandeza (FRG).

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.8. INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	989	95
1.1. Integral	-	-
1.2. Proporcional	989	95
2. Em Atividade	373	10
3. Total (1+2)	1.362	105

Observação:

Contempla os Planos Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD).

Fonte: Gerência de Estatística e Atuária da Fundação Real Grandeza (FRG).

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Inexistente.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Inexistente.

6.1.7. Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

QUADRO A.6.9 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	170	193	164	184
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	170	193	164	184

Observação: Para o registro do TCU estão sendo incluídas as admissões dos Assessores Externos.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

QUADRO A.6.10 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	464	239	463	229
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	464	239	463	229

Observação: Para o registro do TCU estão sendo incluídas as demissões dos Assessores Externos.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

QUADRO A.6.11 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	21	4	30	109
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	21	4	30	109
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	53	124	170	116
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total	53	124	170	116

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Inexistente.

6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos

Inexistente.

6.1.8. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

Absenteísmo Doença Não Ocupacional

Considera-se Absenteísmo Doença Não Ocupacional a falta motivada por problema de saúde não relacionado diretamente com as atividades laborais do empregado.

Absenteísmo Doença Não Ocupacional - 2012		
Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Enfermidade comum	10.193	28.701
Enfermidade comum (a partir 16º dia)	121	10.536
Licença comum aposentado (a partir 16º dia)	72	3.844
Total	10.386	43.081

Com o objetivo de internalizar a cultura do comportamento seguro, Furnas investiu em programas de sensibilização para a adoção de hábitos saudáveis de vida que, incorporados ao inconsciente coletivo, resultam na melhoria do indicador Absenteísmo.

- **Atividades Esportivas**

Promove o intercâmbio e a integração dos colaboradores de todas as localidades da Empresa, possibilitando a troca de experiências, valores de culturas, por meio de atividades esportivas correlacionadas à manutenção e promoção de hábitos saudáveis. Nesta atividade destaca-se: sala de condicionamento físico, ginástica laboral, corridas, caminhadas, oficina de vôlei e futebol, torneios de integração e massagem desportiva. Em 2012, houve 23.686 participações e a atividade esportiva de destaque foi a V Olimpíada Nacional de Furnas.

- **Atividades Psicossociais**

Tem como objetivo o gerenciamento do estresse com a realização de atividades alternativas de relaxamento, tais como: shiatsu (massoterapia) e yoga. Quantidade de participações em atividades psicossociais em 2012: 2.649.

- **Campanha de Vacinação**

Realizada anualmente em todas as áreas da Empresa, imuniza os colaboradores, como medida de prevenção da gripe e H1N1. Em 2012, foram imunizados 6.400 empregados.

- **Prevenção e Tratamento de Dependência Química (Programa Reviver)**

Trata a força de trabalho, aposentados e dependentes que usam álcool, drogas e outras substâncias tóxicas. Pelo fato da doença crônica e recorrente do uso de drogas apresentar alto nível de reincidência, o Programa procura atuar por meio de grupos terapêuticos de apoio. Além disso, age de forma preventiva e orienta os usuários e seus familiares sobre os diversos aspectos e consequências da doença, entre eles, os relativos à saúde, sociais, laborais e previdenciários.

- **Atividades Culturais e de Integração (Coral, Teatro e Caminhadas Culturais)**

Sensibiliza os participantes para outros aspectos importantes da qualidade de vida e no trabalho, além de incentivar novos talentos. A comunicação, o relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe são fatores importantes na construção de uma ambiente saudável.

- **Sobremesa Cultural**

Integra a força de trabalho a partir de apresentações de teatro, cinema e música, durante o horário do almoço.

Absenteísmo Doença Ocupacional

Considera-se Absenteísmo Doença Ocupacional a falta motivada por problema de saúde relacionado diretamente às atividades laborais do empregado ou a acidente do trabalho. Em 2012, foram registrados somente ocorrências de acidentes de trabalho, não havendo caso de doenças ocupacionais.

Absenteísmo Doença Ocupacional - 2012		
Tipo de Ocorrência	Número de Ocorrências	Dias Perdidos
Acidente de Trabalho (até 15 dias)	33	287
Acidente de Trabalho (a partir 16º dia)	4	509
Acidente de Trabalho de Trajeto (até 15 dias)	18	138
Acidente de Trabalho de Trajeto (a partir 16º dia)	1	29
Total	56	963

Em 2012, foram desenvolvidos os seguintes programas e ações para prevenção e redução de riscos de doenças ocupacionais:

- **Capacitação das Brigadas de Emergência, CIPA e USEG**

Ações para estimular a prática de atividades físicas, visando reduzir o sedentarismo e melhorar o condicionamento dos empregados e a capacitação física para a função, quando exigida.

- **Capacitação Equipe Técnica de Segurança no Trabalho**

Capacita os profissionais de segurança no trabalho, visando atender aos requisitos necessários para o desempenho de atividades com riscos laborais.

- **Campanha de Prevenção de Acidente de Trabalho**

Sensibiliza e educa os colaboradores para práticas saudáveis de comportamento, corrigindo e minimizando situações de riscos, por meio da prevenção e antecipação de ocorrências indesejáveis.

- **Treinamento em Suporte Básico de Vida**

Ensina os procedimentos que devem ser adotados em situação de emergência, preparando os profissionais para prestarem os primeiros socorros em caso de acidentes. É voltado para equipes que trabalham em atividades ou áreas de risco.

- **Programa de Educação e Cultura Prevencionista**

Estimula a evolução da cultura prevencionista da Empresa visando reduzir a ocorrência de acidentes do trabalho e consequente redução dos valores pagos no futuro, em decorrência do Fator Acidentário de Prevenção (FAP). Os temas são: Prevenção e Tratamento de Dependência Química, Gestão de Acidente de Trabalho, Gerenciamento do Estresse, Segurança Baseada no Comportamento, Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional de Empresas Contratadas e Assédio Moral no Trabalho.

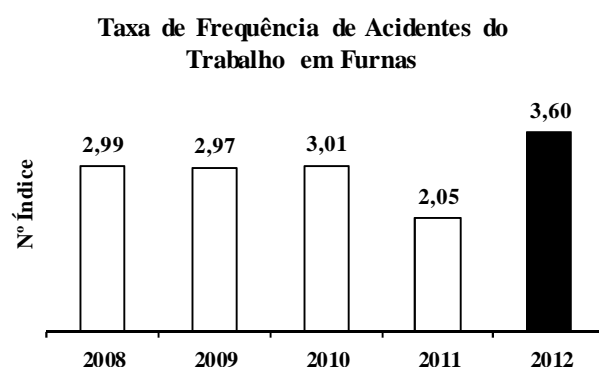
Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho

Este indicador é obtido relacionando o número de acidentes com afastamento por milhão de horas-pessoas em exposição a situações de risco.

Segundo o Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2011, da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge), a taxa média de frequência de acidentes do trabalho do setor foi 3,46.

A evolução da Taxa de Frequência de Acidentes do Trabalho de Furnas, nos últimos cinco anos, é demonstrada a seguir.

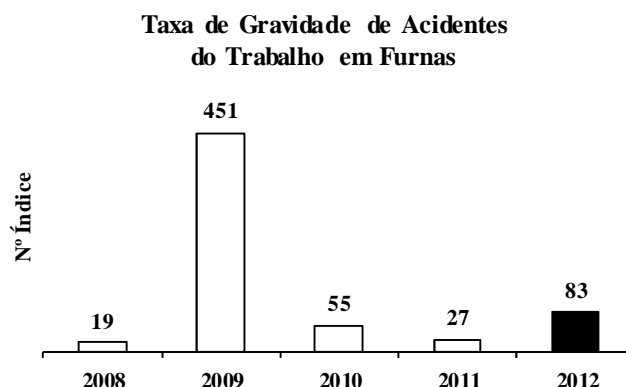


Taxa de Gravidade de Acidentes do Trabalho

Este indicador é obtido relacionando o número de dias perdidos mais dias debitados, por milhão de horas-pessoas em exposição a situações de risco.

A Empresa vem implantando metodologia de gestão nas áreas operacionais, com o objetivo de aprimorar suas ações de segurança do trabalho e higiene industrial, intensificando, assim, as ações de prevenção e controle para redução de acidentes, notadamente os de maior gravidade.

Segundo o Relatório de Estatísticas de Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro 2011, da Fundação Coge, a taxa média de gravidade de acidentes do trabalho do setor foi 581.

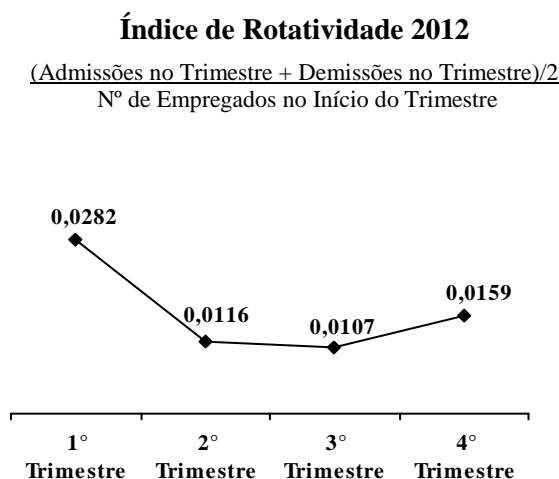


Doenças Ocupacionais

Considera-se Doença Ocupacional aquela relacionada às atividades laborais do empregado. Em 2012, não foram registrados casos de doença ocupacional.

Rotatividade (*Turnover*)

Turnover é o índice de rotatividade de pessoal usado para definir a flutuação e o volume de pessoas que ingressam e que saem da companhia, em um determinado período de tempo.



Educação Continuada 2012

Furnas prioriza o investimento em seus colaboradores, fator determinante para o alinhamento das diretrizes da Educação Corporativa ao Planejamento Estratégico de Furnas. Para tanto, procura desenvolver as capacidades técnicas, competências gerais e específicas dos mesmos, por meio de sua Unidade de Educação Corporativa, que tem por objetivo promover a formação continuada dos empregados a partir da política e diretrizes de educação corporativa da Empresa.

Indicador	Fórmula	2012
Participantes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de empregados treinados}}{\text{Total de empregados}}$	55%
Participação de Gerentes em ações educacionais	$\frac{\text{Total de gerentes treinados}}{\text{Total de gerentes}}$	72%
Custo médio por hora (custo/hora/ação educacional)	$\frac{\text{Custo total em ações educacionais}}{\text{Total de horas ações educacionais}}$	R\$ 124,20
Custo de ação educacional por empregado treinado	$\frac{\text{Custo das ações educacionais}}{\text{Total de empregados treinados}}$	R\$ 1.531,79
Carga horária média por participação	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Nº participações em ações educ.}}$	6,91 h
Carga horária média por participantes	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Nº participantes em ações educ.}}$	12,33 h
Carga horária média por empregados	$\frac{\text{TCH ações educacionais}}{\text{Número de empregados}}$	6,82 h

Diante dos novos desafios do mercado de energia, Furnas tem investido em sua Unidade de Educação Corporativa, visando:

- contribuir para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa, tendo em vista o aumento da competitividade e da sustentabilidade, como também viabilizando o crescimento pessoal e profissional da Empresa, por meio da educação continuada;
- racionalizar custos e maximizar resultados com as ações educacionais e de gestão do conhecimento ofertadas;
- instituir e potencializar o aprendizado organizacional, coletivo e individual de forma permanente.

Em 2012, foram investidos R\$ 5.336.785,40 na formação continuada dos empregados da Empresa. A carga horária total dedicada foi de 44.390 horas, sendo esse total dividido em cursos de curta e de longa duração, seminários, *workshops* e palestras. Participaram em ações educacionais 55% dos empregados, totalizando 969 eventos educacionais ofertados com 6.211 participações e 3.484 participantes.

Em relação à Educação à Distância, foram capacitados 203 empregados em cursos oferecidos pela Direct to Company (Dtcom) e disponibilizados, através do Prisma Virtual, cursos e tutoriais *on line* tais como: O Uso da Crase, Nova Ortografia, Etiqueta Profissional, Redação Empresarial e Correspondência Eletrônica, para que os empregados da Empresa acessem quantas vezes julgarem necessário para sua autoinstrução.

O projeto O Modelo de Educação Corporativa de Furnas: Ferramenta para o Desenvolvimento da Estratégia e das Pessoas, recebeu, em 2012, prêmio da Fundação Coge de reconhecimento ao investimento feito por Furnas no desenvolvimento do patrimônio humano e capacitação de funcionários, colaboradores e parceiros. O Prêmio tem por objetivo divulgar práticas bem sucedidas de empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

Abaixo são apresentadas algumas ações realizadas 2012, que permitiram promover a educação continuada dos empregados de forma ampla, estratégica e participativa:

Educação Corporativa

- Avaliação de Desempenho e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), com o objetivo de auxiliar gerentes, tirando dúvidas sobre o tema proposto;
- MBA em Finanças, em parceria com o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), destinado a gerentes e demais profissionais estratégicos para a Empresa que atuam na área financeira, ou ainda, com a captação, gestão de novos negócios e/ou comercialização.
- *Workshop* para especificação dos requisitos técnicos do Banco de Especialistas que será construído com base no conceito de mídia social – Ferramenta de Gestão do Conhecimento.
- Conclusão da 89ª turma do Curso de Treinamento Básico (CTB) para operadores, em parceria com o Centro Técnico de Ensaio e Medições (CTE.O) / Centro de Treinamento de Furnas (CTFU.O) com atividades práticas por meio de simuladores de operação para que os empregados possam atuar em ambiente simulado como se estivessem numa sala de operação.
- Continuação da construção das trilhas e aprendizagem, com o *workshop* Trilha de Formação Gerencial, onde foram discutidos e validados conteúdos relevantes para as ações educacionais que deverão compor a Trilha.

Gestão do Conhecimento

- Programa de Repasse de Conhecimentos – PRC. O programa propicia a retenção e transferência de conhecimentos dos profissionais que se desligarão de nossa Empresa.
- Implementação da primeira Comunidade de Prática para discussão de temas da área de Manutenção de Equipamentos de Usinas Hidrelétricas, Termelétricas e de Subestações, com o patrocínio da Diretoria de Operação – DO.
- Implementação de Base de Conhecimentos para registro e produção de novos conhecimentos sobre a Gestão de Projetos de Empreendimentos, com o patrocínio da Diretoria de Expansão – DE.
- Lançamento de ferramentas de gestão do conhecimento: banco de especialistas e “Fóruns de Discussão”.
- Elaboração dos mapas dos conhecimentos críticos prioritários de Furnas (captação de recursos financeiros, comercialização de energia, engenharia, gestão de processos e projetos, formatação de novos negócios e gestão das participações).

Disciplina

Tipo	Número
Advertência	2
Suspensão	1
Demissão por justa causa	0

Aposentadoria versus Reposição do Quadro

Ingresso em 2012 – Concurso Público*	161
Egresso PREQ em 2012	440

* Ingressos via concursos de 2002, 2005 e 2009. Incluído os judiciais. Além do ingresso via concursos, ocorreram admissões de assessores externos e admissões judiciais sem concurso.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.14 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Administrador	40	38	38	0	1
Advogado	28	30	31	0	3
Ajudante de Técnico	4	4	4	0	0
Analista de Sistemas	48	49	52	0	3
Arquiteto	4	5	5	0	1
Arquivista	4	4	4	0	0
Ascensorista	3	3	3	0	0
Assessor de Comunicação	2	2	2	0	0
Assessor de Suprimentos	1	0	0	0	0
Assessor Técnico	224	218	210	0	3
Assistente de Administração	274	285	299	0	2
Assistente de Técnico	106	110	111	0	2
Assistente Social	9	9	9	0	0
Auxiliar de Administração	17	19	20	0	0
Auxiliar de Manutenção	41	42	43	0	0
Auxiliar de Processamento de Dados	2	2	2	0	0
Auxiliar de Técnico	38	36	42	0	0
Auxiliar de Enfermagem	9	9	9	0	0
Biólogo	6	5	5	0	0
Bombeiro Hidráulico	2	2	2	0	0
Comandante de Aeronave	1	2	2	0	1
Contador	12	12	12	0	0
Dentista	2	2	2	0	0
Desenhista	1	2	2	0	0
Desenhista Projetista	3	3	3	0	0
Economista	7	7	7	0	0
Eletricista de Linha de Transmissão	19	19	22	0	0
Encarregado de Produção	6	6	6	0	0
Enfermeiro	8	8	8	0	0
Engenheiro	110	108	114	0	2
Engenheiro Agrônomo	3	3	3	0	0
Especialista em Manutenção Eletroeletrônica	6	6	6	0	0
Especialista em Manutenção Eletromecânica	13	13	15	0	0
Estatístico	1	1	1	0	0
Gráfico	5	5	5	0	0
Marceneiro	3	3	3	0	0
Mecânico de Máquinas e Veículos	2	2	2	0	0
Médico	10	10	10	0	0
Motorista	29	34	35	0	0
Nutricionista	1	1	1	0	0
Operador de Sistemas Elétrico e de Telecomunicações	6	6	7	0	0
Operador de Computador	1	1	2	0	0

Operador de Guindaste	2	5	5	0	0
Operador de Hidrelétricas e Subestações de Energia Elétrica	75	80	87	0	4
Operador de Máquina de Terraplanagem	1	1	1	0	0
Operador de Termelétrica	7	7	8	0	0
Pedreiro	2	2	2	0	0
Professor de Educação Física	2	3	4	0	0
Programador	3	3	3	0	0
Químico	2	2	2	0	0
Químico Analista	1	1	2	0	0
Secretária	5	4	4	0	0
Servente	1	1	1	0	0
Sociólogo	2	2	3	0	0
Supervisor de Produção	1	1	1	0	0
Técnico de Contabilidade	1	1	1	0	0
Técnico de Laboratório Clínico	2	2	2	0	0
Técnico de Nível Médio	224	225	228	0	3
Técnico de Segurança do Trabalho	17	17	17	0	0
Técnico em Processamento de Dados	33	34	37	0	0
Técnico de Enfermagem	11	11	11	0	0
Técnico Especializado	3	4	4	0	1
Telefonista	3	3	3	0	0
Topógrafo	3	3	3	0	0
Zelador	3	3	3	0	0
Total	1.515	1.541	1.591	0	26

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Em fevereiro de 2012, Furnas firmou os acordos para Desmobilização dos Terceirizados com a Federação Nacional dos Urbanitários e o Ministério Público do Trabalho, com aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) e homologação do Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Mandado de Segurança 27.066.

Os acordos preveem o desligamento paulatino dos terceirizados, no período entre 2014 e 2018, e a convocação de candidatos aprovados no concurso público realizado em 2009, conforme cronograma a seguir:

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Desligamentos	0	130	196	196	391	392	1.305
Convocações	110	110	110	110	110	0	550

Consta ainda no acordo, o ingresso, no quadro próprio de Furnas, de aproximadamente 233 terceirizados com início de lotação anterior a 21/12/1993, com base nos termos do Enunciado 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Também com base nos acordos, Furnas está oferecendo aos terceirizados que possuem ação judicial de isonomia com os empregados efetivos e que desejem se desligar da empresa até dezembro de 2013 uma Proposta de Acordo Individual. Mediante adesão à proposta, os profissionais farão jus ao recebimento de 72% do montante referente ao Adicional por Tempo de Serviço, Participação nos Lucros, Gratificação de Férias e abonos correspondentes ao período de março de 2007 a fevereiro de 2012, apurados nos mesmos moldes utilizados por Furnas para pagamento desses benefícios aos seus empregados.

Em 2012, foram desligados 26 terceirizados tanto através do Acordo individual como por motivos diversos e foram convocados 238 concursados.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO A.6.15 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Aline Perdigão Correa	Arquiteto				
Ana Lea Meirelles de Araújo Rosa	Advogado				
Cristiane Martins da Silva Rua	Engenheiro				
Dario Luiz Mateus Dourado	Assessor Técnico				
Diogo Guimaraes Alves	Analista de Sistemas				
Fagner Rodrigo de Mendonca Pereira	Técnico de Nível Médio				
Fernando Paes dos Santos	Operador de UHE e SE de Energia Elétrica				
Gilda Medeiros Garcia	Advogado				
Grasiela Aparecida de Paula	Operador de UHE e SE de Energia Elétrica				
Jose Alfredo Rios Sender	Assessor Técnico				
Josiel Pereira da Silva	Assistente de Técnico				
Luciana Rocha Daiub	Engenheiro				
Luiz Gonzaga Simões	Assistente de Técnico				
Marcele Fortini Araújo Fernandes	Assessor Técnico				
Marcelo do Nascimento Farias	Assistente de Administração				
Marcos Jose Rodarte	Operador de Hidrelétricas e Subestações de Energia Elétrica				
Maria Raquel Rodrigues Reis	Assistente de Administração				
Mario Navarro da Costa Rangel	Advogado				
Mauricio Cavadas de Oliveira	Analista de Sistemas				
Ophyr Martins da Silva	Técnico Especializado				
Paulo Cesar Perico	Técnico de Nível Médio				
Roberta Rezende de S. Cordero	Analista de Sistemas				
Roberto Bastos Torres	Administrador				
Rosivaldo Alves dos Santos	Técnico de Nível Médio				
Samir Arana Pereira	Operador de UHE e SE de Energia Elétrica				
Thelbio Mazzo Brum Manso	Comandante de Aeronave				

Observação: Não há publicação no DOU porque são funcionários de empresas terceirizadas.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO A.6.16 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Ministério Público do Trabalho	Acórdão 576-2012	16/02/2012	550

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G).

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.17. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA													
Unidade Contratante													
Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.													
UG/Gestão: CNPJ: 23.274.194/0001-19													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natu reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	8000000424	36.529.998/0001-63	11/01/2010	10/01/2012	17	12		5			E
2011	L	O	8000004798	10.413.205/0001-52	11/01/2012	11/03/2013	17	12		5			A
2010	V	O	8000002022	08.362.390/0001-51	08/07/2010	07/07/2013	3	3					P
2010	L	O	8000002829	04.394.582/0001-99	16/09/2010	15/09/2013	5	5					P
2011	L	O	8000004615	02.931.592/0001-90	07/12/2011	06/12/2013	8	7		1			P
2011	V	O	8000004020	02.841.990/0001-16	14/04/2011	13/04/2012				16			E
2012	V	E	2000070287	05.290.522/0001-99	02/05/2012	28/10/2012				16			E
2012	V	E	8000005322	05.290.522/0001-99	01/07/2012	01/10/2012				12			E
2012	V	E	2000081458	05.290.522/0001-99	13/09/2012	11/12/2012				4			E
2012	V	E	2000081457	04.825.494/0001-02	05/10/2012	02/01/2013				4			A
2011	L	O	8000004006*	02.630.719/0001-31	01/07/2011	11/03/2013		8		3			A
2012	V	O	8000005842	02.841.990/0001-16	10/12/2012	09/12/2013				23			A
2012	V	O	8000005844	19.009.885/0001-18	14/12/2012	13/12/2013				21			A
2010	L	O	8000003487	08.003.201/0001-54	19/11/2010	10/03/2013		20		38			A
2009	V	O	18.571	05.502.450/0001-04	24/01/2009	24/04/2013	8	8	0	0	0	0	P
2010	L	O	8000002982**	01.569.755/0001-74	12/09/2010	11/09/2013	44	44	1	1	0	0	P
2011	L	O	8000004296	68.000.199/0001-91	01/08/2011	31/07/2013	33	33					A
2012	V	O	8000005428	03.772.051/0001-20	29/08/2012	28/08/2014			19	19			A
2011	L	O	8000003843	09.583.222/0001-59	01/03/2011	28/02/2014		4					A
2012	L	O	8000004952	36.529.998/0001-63	05/03/2012	04/03/2014	158	158					A
2011	V	O	8000004486	03.007.660/0001-92	15/09/2011	14/09/2013	46	46					A
2010	V	O	8000001262	03.007.660/0001-93	01/03/2010	01/06/2013	13	13					P
2009	V	O	8000003893	00.283.018/0001-48	01/03/2011	28/02/2014	***	***	***	***	***	***	P
2011	V	O	8000003895	31.546.484/0003-64	01/03/2011	28/02/2014	***	***	***	***	***	***	P
2012	V	O	8000005272	09.267.406/0001-00	01/06/2012	28/02/2014	***	***	***	***	***	***	P
2011	V	O	8000003943	31.546.484/0003-64	16/03/2011	15/03/2014	***	***	***	***	***	***	A
2012	V	O	8000004847	03.108.004/0001-86	01/02/2012	31/01/2014	***	***	***	***	***	***	A
2012	V	O	8000005353	64.860.087/0001-97	13/08/2012	12/08/2014	***	***	***	***	***	***	A
2012	V	O	8000005576	00.914.430/0001-19	25/10/2012	24/04/2014	***	***	***	***	***	***	A
2011	V	O	8000003722	07.447.107/0001-21	24/01/2011	23/05/2013	***	***	***	***	***	***	A
2011	V	O	8000004280	02.841.990/0002-05	14/07/2011	13/07/2013	***	***	***	***	***	***	P
2012	V	O	8000005468	11.640.382/0001-34	20/09/2012	19/09/2014	***	***	***	***	***	***	A
2012	V	O	8000005470	09.434.186/0001-61	17/09/2012	16/03/2015	***	***	***	***	***	***	A
2010	V	O	8000006887	05.014.372/0001-90	01/05/2010	30/04/2014	***	***	***	***	***	***	P
2011	V	O	8000004251	00.914.430/0001-19	21/07/2011	20/07/2013	***	***	***	***	***	***	A
2009	V	O	8000000326	02.601.159/0001-97	30/12/2009	29/12/20132	***	***	***	***	***	***	P
2012	V	O	8000005808	66.700.295/0001-17	03/12/2012	02/12/2014	***	***	***	***	***	***	A
2012	V	O	8000005184	68.565.530/0001-10	01/06/2012	31/05/2013	***	***	***	***	***	***	A

2011	V	O	8000004182	31.276.470/0001-06	01/06/2012	31/05/2013	***	***	***	***	***	***	P
2011	V	O	8000004352	68.565.530/0001-10	01/08/2011	31/07/2013	***	***	***	***	***	***	A
2010	L	O	8000002982	00.283.018/0001-48	13/09/2010	12/09/2013	***	***	***	***	***	***	P
2010	L	O	8000000756	03.342.141/0001-80	18/02/2010	17/02/2014	***	***	***	***	***	***	P
2010	L	O	8000000759	03.342.141/0001-80	01/02/2010	31/01/2014	***	***	***	***	***	***	P
2010	L	O	8000000977	03.342.141/0001-80	18/02/2010	17/02/2014	***	***	***	***	***	***	P
2012	L	O	8000004825	11.699.013/0001-17	01/02/2010	31/01/2014	***	***	***	***	***	***	P
2012	L	O	8000005404	05.576.482/0001-46	21/08/2012	20/08/2013	***	***	***	***	***	***	A
2011	L	O	8000004408	03.342.141/0001-80	01/09/2011	28/02/2014	***	***	***	***	***	***	P
2012	L	O	8000005323	13.159.550/0001-08	07/07/2012	06/01/2015	***	***	***	***	***	***	A
2012	L	O	8000005716	39.750.831/0001-16	31/10/2012	29/04/2014	***	***	***	***	***	***	A
2011	L	O	8000004259	09.583.222/0001-59	01/07/2011	30/06/2013	***	***	***	***	***	***	A
2012	L	O	8000004990	39.750.831/0001-16	02/04/2012	01/04/2014	***	***	***	***	***	***	A
2009	L	O	8000000321	07.990.946/0001-91	22/06/2009	21/06/2013	***	***	***	***	***	***	P
2012	L	O	8000004866	04.231.640/0001-63	08/02/2012	07/02/2014	***	***	***	***	***	***	A
2008	L	O	18.419	04.994.527/0001-30	03/11/2008	02/11/2013	***	***	***	***	***	***	P
2008	L	O	18.134	64.925.019/0001-21	01/08/2008	31/07/2013	***	***	***	***	***	***	P
2011	L	O	8000004636	04.712.320/0001-25	07/11/2011	06/11/2013	***	***	***	***	***	***	A
2012	L	O	8000005581	07.755.950/0001-75	22/10/2012	21/04/2014	***	***	***	***	***	***	A
2012	L	O	8000005609	06.305.533/0001-68	22/10/2012	21/04/2014	***	***	***	***	***	***	A
2012	L	O	8000005773	07.581.273/0001-16	21/11/2012	20/05/2014	***	***	***	***	***	***	A

Observações:

* Contrato com vigência inicial de 24 meses, aditado por igual período em janeiro de 2011. Em janeiro de 2013 foi aditado, novamente, por 3 meses.

** Contrato aditado por 12 meses em setembro de 2012.

*** Não foi exigido nível de escolaridade e nem estabelecido número de funcionários. A Contratada fornece mão de obra necessária à execução dos serviços contratados e mantém equipe com número de pessoas compatível com a produtividade estipulada no contrato.

Nota: Para o serviço de vigilância armada é informado a quantidade de postos de 24, 12, 14,5 e 15 horas e não a quantidade de pessoas, ficando a cargo de cada empresa contratada disponibilizar a quantidade ideal para atender ao contrato, respeitando também as convenções coletivas de trabalho das regiões.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Superintendências de Suprimentos (SR.G), Departamento de Construção de Transmissão Leste (DTL.E), Departamento de Construção de Transmissão Sul (DTS.E), Departamento de Construção de Geração Simplício (DGS.E), Departamento de Tecnologia de Empreendimentos (DCT.E), Superintendência de Produção Leste (PS.O) e/ou informações das contratadas.

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.6.18. – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante

Nome: Furnas Centrais Elétricas S.A.

UG/Gestão:

CNPJ: 23.274.194/0001-19

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natu reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	12	O	19.390	29.212.545/0001-43	01/02/2010	31/01/2014	8		88		112		A
2010	12	O	19.391	45.022.415/0001-02	01/02/2010	31/01/2014	8		130		111		A
2010	12	O	19.392	29.212.545/0001-43	01/02/2010	31/01/2014	54		230		174		A
2010	12	O	19.395	45.022.415/0001-02	01/02/2010	31/01/2014	4		54		103		A
2010	12	O	19.396	29.212.545/0001-43	01/02/2010	31/01/2014	46		326		67		A

Ano do Contrato	Área	Natu reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	8000004317	05.466.147/0001-95	02/09/2011	28/02/2013	14	6		8			P
2012	5 / 6	O	8000004913	04.394.582/0001-99	01/03/2012	28/02/2014			11	7		4	P
2011	5 / 6	O	8000004001	04.394.582/0001-99	05/04/2011	04/04/2013			5	5			P
2011	2	O	8000004413	08.362.390/0001-51	07/10/2011	07/10/2013			4	4			P
2009	5	O	8000000842	68.565.530/0001-40	31/08/2009	30/08/2013	138	138					P
2012	4	O	8000005195	27.830.827/0001-89	29/05/2012	28/05/2014	85	85					A
2007	9	O	8000000353	36.192.235/0001-70	24/04/2007	24/04/2013	3	3					A
2012	8	O	2000075447	32.086.274/0001-31	02/08/2012	02/02/2013	1	1					A
2012	9	O	8000005390	00.028.986/0001-08	28/08/2012	03/11/2014	3	3					A
2010	2	O	8000001390	50.705.268/0001-05	16/03/2010	15/03/2014			5	5			P
2009	5	O	8000000842	68.565.530/0001-40	31/08/2009	30/08/2013	138	138					P
2012	4	O	8000005195	27.830.827/0001-89	29/05/2012	28/05/2014	85	85					A
2007	9	O	8000000353	36.192.235/0001-70	24/04/2007	24/04/2013	3	3					A
2012	8	O	2000075447	32.086.274/0001-31	02/08/2012	02/02/2013	1	1					A
2012	9	O	8000005390	00.028.986/0001-08	28/08/2012	03/11/2014	3	3					A

Observações:

* Não foi exigido nível de escolaridade e nem estabelecido número de funcionários. Refere-se a quantidade de postos de trabalho e não a quantidade de pessoas, ficando a cargo de cada empresa contratada disponibilizar a quantidade ideal para atender ao contrato, respeitando também as convenções coletivas de trabalho das regiões.

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis;
11. Manutenção de bens imóveis;
12. Brigadistas;
13. Apoio administrativo – Menores aprendizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G), Superintendência de Suprimentos (SR.G), Departamento de Construção de Transmissão Leste (DTL.E) e Departamento de Construção de Transmissão Sul (DTS.E) e/ou informações das contratadas.

6.2.6. Composição do Quando de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim	196	228	213	180	2.148.734,16
1.2 Área Meio	125	152	143	151	1.628.817,70
2 Nível Médio					
2.1 Área Fim	101	108	101	72	637.811,03
2.2 Área Meio	28	41	37	38	214.368,66
2. Total (1+2)	450	529	494	441	4.629.731,55

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

As diretrizes que norteiam a utilização de veículos estão no Manual de Organização de Furnas, Documentos da Organização/Política de Transportes, disponível na Intranet, que estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades de transporte da Empresa.

A utilização da frota é administrada localmente, ou seja, em cada Área onde Furnas possui instalações, e é acompanhada e controlada pelo Órgão Central de Transportes, de tal forma a possibilitar a recomendação e orientação sobre as melhores práticas relativas à aquisição, manutenção e a melhor forma de utilização dos equipamentos, baseado nos critérios de otimização e eficiência.

Caberá ao usuário de equipamentos de transporte da Empresa observar as seguintes recomendações:

- atender às disposições do Código de Trânsito Brasileiro (CTB);
- zelar para que o seu uso seja única e exclusivamente com o objetivo de viabilizar as atividades da Companhia;
- identificar a necessidade de equipamento de transporte para manter e operacionalizar as atividades de sua área de atuação;
- proceder ao controle da utilização e manutenção adequada do equipamento sob seu poder;
- cumprir as normas e procedimentos definidos pelo Órgão Central de Transporte;
- enviar, sempre que necessário, informações relativas ao assunto ao Órgão Central de Transporte.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Em suas atividades gerenciais, administrativas e operacionais, Furnas conta com o apoio de sua frota de veículos, que viabiliza o deslocamento de seu corpo técnico na execução de seus serviços, assegurando a manutenção e ampliação dos empreendimentos da Empresa.

A frota de veículos é um recurso facilitador das atividades no que tange à interligação das instalações de Furnas, cuja abrangência é interestadual e em muitas regiões remotas, que sem onerar progressivamente os custos fixos decorrentes da manutenção de uma frota, proporciona ganhos com a economia de tempo e agilidade para o desempenho de suas atividades.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

A frota própria de Furnas é composta por 1.038 veículos, sendo 54 para atender ao Escritório Central e 984 para atender às áreas regionais.

Tipo de Veículo	Quantidade	km Rodado	Custo de Manutenção	Custo por km	Idade Média
Automóvel	376	5.498.096	2.267.871,75	0,41	7
Caminhão	156	1.225.588	1.537.411,92	1,25	13
Caminhonete	256	3.753.543	2.314.125,26	0,62	7
Furgão	28	116.420	55.201,64	0,47	6
Micro-ônibus	21	205.734	183.049,71	0,89	8

Tipo de Veículo	Quantidade	km Rodado	Custo de Manutenção	Custo por km	Idade Média
Moto	14	67.415	18.717,73	0,28	8
Ônibus	12	75.046	118.743,70	1,58	24
Picape	138	1.263.273	815.145,46	0,65	12
Trator	8	11.643	1.269.957,94	10,98	12
Utilitário	29	350.099	174.233,63	0,50	11

Obs.: Composição do custo do transporte: combustível, lubrificantes, manutenção, pedágios, estacionamentos, IPVA e outros.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

Ver quadro do item c.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Ver quadro do item c.

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

Ver quadro do item c.

g) Plano de substituição da frota

A substituição ocorre anualmente, em articulação com as provisões orçamentárias para este fim, avaliando-se os impactos da depreciação inerente ao uso do veículo.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A frota própria de Furnas atende as necessidades permanentes de deslocamentos em suas instalações. O custo é amortizado ao longo do prazo, com progressão decrescente, considerando o volume de serviços prestados e a renovação da frota.

A locação de veículo se dá apenas nas necessidades eventuais, ou seja, pontuais e localizadas, cuja aquisição seria economicamente inviável a médio e longo prazo.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

A Empresa dispõe de um sistema informatizado que controla e faz a medição dos serviços de transporte terrestre.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

A frota terceirizada atende as necessidades eventuais de deslocamentos, principalmente durante as obras dos empreendimentos para as quais Furnas exerce atividades temporárias, sem assumir custos com uma estrutura para longo prazo.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

Contrato	Nome do Fornecedor	CNPJ	Vigência	Valor (R\$)	Realizado	Tipo de Veículo / Quantidade			Custo com Combustível (R\$)	Tipo de Licitação
						Automóvel	Picape	Utilitário		
8000004026	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	29.07.2011 a 29.07.2013	763.000,00	708.851,25	6		2	42.914,37	Pregão Eletrônico
8000004147	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	12.08.2011 a 11.08.2013	853.387,18	504.460,91	3		2	31.902,52	Pregão Eletrônico
8000004186	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	29.07.2011 a 29.07.2013	1.920.000,00	1.098.295,80	9		7	81.428,45	Pregão Eletrônico
8000004200	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	14.08.2011 a 14.02.2013	1.748.963,04	1.746.158,14	24			432.000,00	Pregão Eletrônico
8000004304	Empreendimento e Participações Barroca Ltda.	16.579.740/0001-40	05.08.2011 a 04.08.2013	1.692.799,68	1.171.564,74	9		6	167.471,00	Pregão Eletrônico
18.812*	GMX Locações e Serviços Ltda.	09.542.711/0001-62	06.07.2009 a 05.01.2014	291.000,04	223.176,02	1		1	13.142,00	Pregão Eletrônico
8000003512	Andre Victor Agência de Viagens e Turismo Ltda.	05.685.530/0001-34	01.12.2010 a 30.04.2013	960.103,76	516.979,04	7			267.264,56	Pregão Eletrônico
8000005793	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	26.11.2012 a 25.11.2014	2.427.051,67	177.668,08	21			156.663,60	Pregão Eletrônico
8000005828	Conplan Empreendimentos e Serviços	05.389.546/0001-08	10.12.2012 a 09.12.2014	592.513,92	57.664,05	6			9.412,44	Pregão Eletrônico
8000005869	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	20.12.2012 a 20.12.2013	1.527.641,32	0,00	16	6	3		Pregão Eletrônico
8000004469	Empresa de Ônibus Rosa Ltda.	72.189.988/0004-32	26.09.2011 a 28.02.2013	729.300,00	644.300,00			3	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000004317	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	02.09.2011 a 28.02.2013	2.680.200,00	1.466.634,98		10	4	312.209,24	Pregão Eletrônico
8000001061	Empresa de Transporte e Turismo N. Sra. de Lourdes	01.294.491/0001-93	02.12.2008 a 01.12.2013	799.615,00	611.332,80			1	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000000778	Capuano Fretamento e Turismo Ltda.	02.973.929/0001-22	12.01.2009 a 11.04.2013	601.133,64	572.374,59			1	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000004043	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	05.05.2011 a 04.05.2013	756.000,00	609.806,67		9		85.500,00	Pregão Eletrônico
8000004413	L. A. Duarte & Roberti Ltda.	08.362.390/0001-51	07.10.2011 a 07.10.2013	577.822,30	323.801,98	8			88.000,00	Pregão Eletrônico

Contrato	Nome do Fornecedor	CNPJ	Vigência	Valor (R\$)	Realizado	Tipo de Veículo / Quantidade			Custo com Combustível (R\$)	Tipo de Licitação
						Automóvel	Picape	Utilitário		
8000005595	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	01.11.2012 a 31.10.2014	3.149.000,00	627.029,95	40			Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000005658	Auto Locadora Nader Ltda.	04.293.745/0001-47	01.11.2012 a 30.10.2014	1.192.143,12	277.300,10	8			Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000005640	AGM3 Locação de Veículos e Serviços Ltda.	09.632.388/0001-18	01.09.2012 a 28.02.2015	1.829.000,00	339.551,77	7	2	3	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000005793	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	01.12.2012 a 30.11.2014	2.427.055,95	368.584,76	9		12	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000005310	L. A. Duarte & Roberti Ltda.	08.362.390/0001-51	01.08.2012 a 31.07.2013	608.949,72	409.344,44	9		2	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000004979	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	01.04.2012 a 30.09.2014	1.299.998,00	546.186,44	7	2		Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000005828	Conplan Empreendimentos e Serviços	21.299.292/0001-85	17.12.2012 a 16.12.2014	592.513,92	110.214,44	6			Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
19221	Valoriza Locadora de Veículos Ltda.	05.163.020/0001-05	10.12.2009 a 09.02.2012	2.494.000,00	2.731.697,20	38	2	10	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000003385	Salute Locação e Empreendimentos Ltda.	05.466.147/0001-95	29.10.2010 a 28.12.2012	2.567.884,02	2.566.854,89	9	12		Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
800003971	Veloz Transrio Ltda	00.530.512/0001-60	28.03.2011 a 27.03.2013	1.513.971,42	1.479.669,98	17			Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
19401	JN Rent a Car Locadora de Veículos Ltda.	07.353.344/0001-23	12.12.2009 a 30.06.2012	900.000,00	1.216.296,41	5	2	3	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
18589	Ouro Verde Transporte e Locação Ltda.	75.609.123/0001-23	02.02.2009 a 01.02.2013	1.024.731,46	2.430.611,69	9		3	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
18487	Kalinda do Brasil Locação, Transporte e Turismo Ltda.	04.287.564/0001-08	01.12.2008 a 29.11.2012	1.463.850,00	3.117.701,23	14		1	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
17013	JR Gomes Locadora	05.436.104/0001-67	01.04.2007 a 31.03.2012	1.070.000,00	2.623.125,96	5	2	3	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000003499	Conplan Empreendimentos e Serviços	21.299.292/0001-85	01.12.2010 a 30.11.2012	721.045,20	721.045,20	6			Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000003695	Costa do Sol Car Service Vip Ltda.	08.520.030/0001-30	01.02.2011 a 31/01/2013	733.729,92	731.709,33	3			Custo da Contratada	Pregão Eletrônico
8000004265	Piekarz Service Ltda.	12.017.928/0001-68	01/07/2011 a 30/06/2013	378.000,00	42.827,04			2	Custo da Contratada	Pregão Eletrônico

Observação:

* Embora este contrato tenha sido realizado e administrado por esta UJ, os serviços são prestados exclusivamente no âmbito do Programa Luz para Todos, no Estado de Goiás, não havendo qualquer impacto sobre as atividades de Furnas.

Fonte: Superintendência de Suprimentos (SR.G), Superintendência de Empreendimentos de Geração (SG.E) e Superintendência de Produção Sudeste (PS.O).

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão

Ver quadro do item b.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

As diretrizes que norteiam a utilização de veículos estão no Manual de Organização de Furnas, Documentos da Organização/Política de Transportes, disponível na Intranet, que estabelece diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades de transporte da Empresa.

A utilização da frota terceirizada é administrada localmente, ou seja, em cada Área onde Furnas possui instalações, e é acompanhada e controlada pelo Órgão Central de Transportes, de tal forma a possibilitar a recomendação e orientação sobre as melhores práticas relativas à aquisição, manutenção e a melhor forma de utilização dos equipamentos, baseado nos critérios de otimização e eficiência.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A frota terceirizada complementa a frota própria para atendimento a demanda, incluindo análise de custo x benefício, de forma a possibilitar a Empresa obter a melhor utilização possível entre veículos próprios e terceirizados.

Os serviços são essenciais para atender às necessidades de transporte de pessoas, materiais, documentos e pequenas cargas relacionadas aos serviços da UJ em toda sua área de atuação. São serviços acessórios e de natureza contínua, não se enquadrando no escopo das atividades-fim da Empresa e, portanto, mais viáveis pela terceirização. Esta opção faz com que essa UJ evite a incorporação de custos operacionais com processos de aquisição de frota própria, manutenção e acompanhamento dessa frota, além da contratação de empregados (motoristas e mecânicos) para atender a um processo eminentemente acessório.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Ver quadro do item b.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra

Furnas não faz gestão do desempenho do veículo alugado.

h) Idade média anual, por grupo de veículos

Furnas não faz gestão do desempenho do veículo alugado.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado

Furnas não faz gestão de manutenção do veículo alugado.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

Furnas controla os serviços por meio de seus fiscais de contratos.

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Não se aplica a Furnas.

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica a Furnas.

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Não se aplica a Furnas.

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.

Quesitos a serem avaliados	
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Fonte: Superintendência de Organização e Tecnologia da Informação (TI.G) e Coordenação de Segurança da Informação (SI.P).

8.2. ANÁLISE CRÍTICA

Furnas não possui Plano Estratégico de TI formalizado e executado, entretanto, em agosto de 2012 foi contratada instituição renomada para desenvolver um PDTI alinhado ao planejamento estratégico corporativo. O trabalho foi desenvolvido em etapas, com cronograma pré-estabelecido, conforme abaixo.

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação		
Módulo	Produto	Previsão Entrega
I	Plano do Projeto	1º mês
I	Modelos de Referência e Diretrizes de Conformidade (Negócio e TI)	1º mês
I	Consolidação das Políticas e Diretrizes de TI existentes.	1º mês
II	Relatório de Percepção do Negócio sobre Governança de TI	3º mês
II	Cadeia de Valor de TI	4º mês
II	Resultados da Análise SWOT	4º mês
III	Recomendações acerca de Segurança da Informação	5º mês
II	Inventário de Necessidades das Áreas de Negócio (Demandas de TI)	5º mês
II	Diagnóstico Parcial de Maturidade dos Processos de TI COBIT (Parte I)	5º mês
II	Priorização dos Processos de TI	6º mês
III	Diretrizes de Inovação e Tecnologias Emergentes	6º mês
II	Mapa Estratégico de TI (BSC)	6º mês
II	Diagnóstico Parcial de Maturidade dos Processos de TI COBIT (Parte II)	6º mês
III	Recomendações acerca da Arquitetura da Informação	7º mês
II	Relatório dos Mecanismos Decisórios de Governança de TI	7º mês
II	Diagnóstico Parcial de Maturidade dos Processos de TI COBIT (Parte III)	7º mês
II	Consolidação dos Diagnósticos da Situação Atual de Arquitetura de TI	8º mês
II	Diagnóstico Parcial de Maturidade dos Processos de TI COBIT (Parte IV)	8º mês
II	Diagnóstico Final de Maturidade dos Processos de TI COBIT (Parte V)	8º mês
III	Recomendações acerca dos Serviços de TI (Infraestrutura, Redes e Telecomunicações)	9º mês
III	Estrutura Organizacional Revisada	10º mês
III	Plano de Gestão de Pessoas	10º mês
II	Levantamento e Diagramação de Processos Prioritários de TI	11º mês
III	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Plano de Ação	12º mês

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
Ver considerações gerais.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
Ver considerações gerais.					
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	x				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 					
Ver considerações gerais.					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	x				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	x				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					
Ver considerações gerais.					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			x		
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 					
Ver considerações gerais.					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.		x			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	x				
Ver considerações gerais.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			x		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				x	
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>Embora as atividades da Empresa relacionadas à conservação de energia sejam voltadas tanto para o público interno quanto para o externo, em 2012, foram focadas no público externo. A divulgação interna se processa por meio de <i>folders</i>.</p>					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.					x
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>A campanha foi feita por meio de <i>workshops</i>, palestras, jogos recreativos, distribuição de sementes, exposição de peixes naturais dos reservatórios das usinas de Furnas, parceria com a Fundação Rio Zoo</p>					

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
que realizou uma exposição com animais característicos das áreas de abrangência da Empresa, notadamente do cerrado e da mata atlântica. Além disso, nos últimos anos foram aprovadas as políticas de Recursos Hídricos, Recursos Florestais, Educação Ambiental e de Gestão de Resíduos.					

Considerações Gerais:

Tendo em vista que as contratações e compras são realizadas por meio de licitação, obedecendo à Lei de Licitações e Contratos (nº 8.666/1993), que regulamenta as aquisições para órgãos públicos, não é possível incluir critérios de sustentabilidade nas licitações, a fim de garantir aos participantes tratamento igualitário.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA					Valores em R\$ 1,00		
Adesão a Programas de Sustentabilidade							
Nome do Programa		Ano de Adesão			Resultados		
Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)		2012			Furnas aderiu ao Programa em outubro de 2012, tempo insuficiente para atingir resultados.		
Programa da Coleta Seletiva Solidária		2008			Em cinco anos de programa, Furnas contribuiu para a geração de renda para 2.800 catadores e promoveu a destinação adequada de 850 toneladas de materiais recicláveis (papel, plástico, metal e vidro). Somente em 2012, foram destinadas 105 toneladas.		
Greenhouse Gas Protocol		2008			Em 2012, Furnas realizou iniciativas buscando a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e a proteção da camada de ozônio em seus processos: substituição do gás refrigerante R-22 por gases refrigerantes isentos de cloro na UHE Marimondo e na SE Campinas, atendendo ao Protocolo de Montreal, do qual o Brasil é signatário; substituição do combustível utilizado no acionamento das turbinas das UTE Santa Cruz e Campos, trocando óleo combustível por gás natural.		
Recurso Consumido		Quantidade			Valor		
		Exercícios					
		2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)		40.219	49.009	48.766			
Água (m³) *		127.523					
Energia Elétrica (MWh) **		37.625	16.796	17.088			
				Total			

* Consumo apenas de fontes provenientes de redes de abastecimento.

** Consumo de energia elétrica apenas do Escritório Central.

Fonte: Superintendência de Gestão Ambiental (GA.E).

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012**10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO****10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício**

A Auditoria Interna atuou junto aos técnicos do TCU intermediando o atendimento às suas solicitações junto às áreas responsáveis quando da realização de fiscalizações no âmbito de Furnas.

Da mesma forma, acompanhou o andamento dos processos fiscalizados pelo TCU atuando na cobrança do cumprimento das recomendações e/ou determinações recebidas por meio de acórdãos e/ou ofícios.

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	020.177/2010-0	50/2012 1ª C	1.7. e 1.8.	-	Ofício 59/2012 Secex 9ª
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação					
Recomendar a Furnas Centrais Elétricas, com fundamento no art. 250, início III, do Regimento Interno/TCU, que observe e aplique, na elaboração de editais para contratação de serviços continuados, os preceitos e modelos de planilhas de custos e formação de preços previstos na IN/MPOG nº 2/2008, alterada pelas IN/MPOG nº 3, 4 e 5/2009, bem como pela Portaria MPOG nº 7/2011; 1.7.2. à 9ª Secex que avalie a inclusão em seu plano de fiscalização anual, de acordo com juízo de oportunidade e conveniência, de proposta de fiscalização com o objetivo de verificar a ocorrência de concessão de progressão salarial por mérito no âmbito dos contratos de terceirização de mão de obra em Furnas atualmente em vigência.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Corporativa – DG					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão. Enviada Correspondência Interna DP.I.022.2012, encaminhando o acórdão para a DG, órgão responsável, para conhecimento e adoção das medidas previstas no cumprimento das determinações.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	032.732/2011-2	0576/2012 Plenário	-	-	Ofício 249/2012 – GM-MME
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478

Descrição da Deliberação					
Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. que informe nos relatórios de gestão de suas contas anuais, em seção específica, já a partir do exercício de 2012 até 2018, sobre as medidas adotadas visando ao cumprimento dos acordos judiciais pactuados no âmbito do MS STF 27.066, em especial, quanto ao cronograma de substituição de terceirizados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Corporativa – DG					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão. Foi enviada Correspondência Externa, DP.E.266.2012 para o CGU e DP.E.261.2012, para a Eletrobrás informando o Plano de Ação de Furnas. O desligamento dos terceirizados começará a partir de 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	002.741/2012-1	1054/2012 Plenário	-	-	Ofício 532/2012 – Secex 3ª
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação					
Determinou “a todas as unidades centrais”: Exigir das empresas contratadas, por ocasião de cada ato de pagamento, a apresentação da devida certidão negativa de débitos trabalhistas de modo a dar efetivo cumprimento às disposições constantes dos artigos 27, IV, 29, V, e 55, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão Corporativa - DG, Diretoria de Planejamento, Gestão de Negócios e de Participações - DN, Diretoria de Expansão - DE, Diretoria de Finanças - DF e Presidência - DP					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão. Emitida Circular Geral 028.2012, em 02.07.2012, para atender às determinações do TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	028.352/2010-6	1089/2012 Plenário	-	-	Ofício 1205/2012 – Secex RJ-D2
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478

Descrição da Deliberação

Determinar a Furnas Centrais Elétricas S. A. que promova, até decisão final, o acompanhamento da Ação de Cobrança em desfavor da Caixa de Assistência dos Funcionários de Furnas (CAEFE), a qual se encontra tramitando na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, fazendo constar, em seu Relatório de Gestão Anual, informações sobre as decisões interlocutórias e desdobramentos que porventura ocorram, encaminhando imediata comunicação a esta Corte de Contas na oportunidade do desfecho da ação de cobrança.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Negócios e de Participações – DN Consultoria Jurídica – C.J.P	Não se aplica

Síntese da Providência Adotada

Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.

Enviada a Correspondência Interna DP.I.135.2012 para a Diretoria de Novos Negócios - DN e Consultoria Jurídica - C.J.P contendo a seguinte determinação: As providências deverão ser imediata e oportunamente implementadas, inclusive, pela C.J.P, para, também, repassar as informações que constarão do Relatório de Gestão Anual.

Síntese dos Resultados Obtidos

Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.	60478

Deliberações do TCU**Deliberações Expedidas pelo TCU**

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	020.169/2010-8	4047/2012 1ª Câmara	-	-	Ofício 428/2012 – Secex 9ª

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.	60478

Descrição da Deliberação

Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A. (Eletrobras Furnas) que adapte, em 120 (cento e vinte) dias, a sua Instrução Normativa nº 009/1993 à Lei nº 9.784/1999 e à Lei nº 8.666/1993, quanto à forma de organização dos processos no âmbito da Administração Pública Federal, apresentando a este Tribunal, no próximo Relatório de Gestão, o cumprimento da determinação.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Engenharia – DE Diretoria de Gestão – DG Consultoria Jurídica – C.J.P	Não se aplica

Síntese da Providência Adotada

Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.

Com objetivo de atender à determinação do TCU foi substituída a IN.009.93 pela criação da IN.003.2012 – Organização da Documentação de Processo Licitatório, aprovada em 29.10.2012 .

Síntese dos Resultados Obtidos

Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	007.166/2012-5	5832/2012 2ª Câmara	-	-	Ofício 0484/2012 Secex 9ª
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação					
Determinar à Furnas Centrais Elétricas S.A., que se abstenha de prorrogar o Contrato 80-00004330 ao término de sua vigência atual.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Gestão – DG e Consultoria Jurídica – CJ.P					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão. Emitida a Correspondência Interna CJ.P.I.106.2012, da CJ par Auditoria Interna, informando que não houve renovação do Contrato em cumprimento ao Acórdão do TCU. O Contrato finalizou em 01.08.2012 e os processos objeto do contrato em comento encontram-se sob acompanhamento do corpo próprio de advogados de Furnas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	022.849/2006-0	3015/2012 Plenário	-	-	Ofício 2773/2012 Secex 9ª
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.					60478
Descrição da Deliberação					
Determinar a Furnas Centrais Elétricas S.A que as contratações por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, restrinjam-se unicamente aos casos em que reste comprovado o nexo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto a ser contratado, observando sempre a razoabilidade do preço cotado, bem como a inexistência de outras entidades em condições de prestar os serviços a serem contratados, devendo ser promovida, caso contrário, licitação para a escolha da melhor proposta técnica, em obediência ao princípio constitucional da isonomia.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Comitê Permanente de Atendimento a Organismos Externos de Fiscalização - CAOEF					Não se aplica
Síntese da Providência Adotada					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão. Enviada Correspondência da Presidência, CI.DP.I.279.2012, de 20.12.2012, para providência da CAOEF.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Observado o conteúdo das orientações do referido Acórdão.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.					

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Inexistem pendências de atendimento.

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI			
UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria nº 201203831	Constatação (026) Recomendação 001	Ofício 205/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Estabelecer, nos modelos contratuais para contratação de serviços, Cláusula específica para a definição de Acordo de Nível de Serviços, bem como a sua correlação ao pagamento a ser efetivado, com parâmetros objetivos que permitam o desconto das faturas no caso de não cumprimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Organização e Tecnologia da Informação – TI.G			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada carta TI.G.023.2012, de 27/06/2012, aos gerentes da TI.G, informando sobre recomendação do CGU acerca de ausência de cláusula de ANS nos contratos. Enviado para o jurídico de Furnas, carta APP.G.I. 173.2012, em 29/06/2012, solicitando parecer referente a cláusula de ANS para constar nos contratos celebrados pela TI.G. Emitido parecer do jurídico, DAC.P.I.303.2012, de 23/07/2012, aprovando a sugestão de cláusulas de ANS para inclusão nos contratos da TI.G. Encontra-se em fase de aprovação um processo que garantirá a inclusão de cláusula de ANS, sempre que for cabível, nos contratos celebrados pela TI.G.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Em desenvolvimento para implantação. Prazo para atendimento 30/11/2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.			
UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	Relatório de Auditoria nº 201203831	Constatação (026) Recomendação 002	Ofício 205/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Implementar controles internos que permitam a verificação da efetiva utilização de cláusula de ANS nos contratos de serviços celebrados e de sua correlação ao pagamento a ser efetivado.			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Superintendência de Organização e Tecnologia da Informação – TI.G	Não se aplica
Síntese da Providência Adotada	
A Assessoria de Planejamento e Projetos – APP.G, responsável pela gestão administrativa dos contratos da TI.G, passou a analisar todos os projetos básicos que subsidiarão a elaboração dos editais, no que tange a cláusula ANS. Encontra-se em fase de aprovação um processo para garantir o controle dos pagamentos baseado nas respectivas cláusulas de ANS.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Em desenvolvimento para implantação. Prazo para atendimento 30/11/2012.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.	

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	Relatório de Auditoria nº 201203831	Constatação (018) Recomendação 001	Ofício 205/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Realizar a contratação por inexigibilidade apenas quando restar configurada a singularidade do objeto e demais exigências legais.			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Consultoria Jurídica – CJ.P	Não se aplica
Síntese da Providência Adotada	
Nos próximos processos de contratação por inexigibilidade de licitação será realizada uma análise apurada quanto à singularidade do objeto e demais exigências legais, cabendo destacar, mais uma vez, o entendimento de FURNAS no sentido de que, no caso em tela, foram cumpridos todos os requisitos legais, inclusive quanto à singularidade do objeto da contratação.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.	

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	Relatório de Auditoria nº 201203831	Constatação (018) Recomendação 002	Ofício 205/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.	60478

Descrição da Recomendação

Sempre que ocorra a contratação de serviços advocatícios para a defesa de dirigentes e ex-dirigentes, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social, firmar a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados a fim de assegurar o ressarcimento dos valores despendidos com a defesa, devidos nos casos de condenação por conduta ilegal ou ofensiva aos princípios da administração pública.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Consultoria Jurídica – C.J.P	Não se aplica

Síntese da Providência Adotada

Nos próximos processos de contratações de serviços advocatícios para a defesa de dirigentes e ex-dirigentes, será exigida a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados a fim de assegurar o ressarcimento dos valores despendidos com defesa, devidos nos casos de condenação por conduta ilegal ou ofensiva aos princípios da administração pública, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social de FURNAS.

Síntese dos Resultados Obtidos

Nenhuma outra contratação de serviços advocatícios para a defesa de dirigentes e ex-dirigentes foi realizada após a recomendação em questão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

UNIDADE JURISDICIONADA

Denominação Completa	Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.	60478

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	Relatório de Auditoria nº 201203831	Constatação (018) Recomendação 003	Ofício 205/2012

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.	60478

Descrição da Recomendação

Formalizar, no caso do Contrato n.º 8000003850, a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados de ressarcimento à ELETROBRAS FURNAS dos valores despendidos no caso de condenação por conduta ilegal ou ofensiva aos princípios da administração pública.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Consultoria Jurídica – C.J.P	Não se aplica

Síntese da Providência Adotada

Não havia qualquer recomendação anterior neste sentido. Nas próximas contratações de serviços advocatícios para a defesa de dirigentes e ex-dirigentes, será exigida a assinatura de termos de compromisso pelos dirigentes tutelados a fim de assegurar o ressarcimento dos valores despendidos com a defesa, devidos nos casos de condenação por conduta ilegal ou ofensiva aos princípios da administração pública, nos termos do artigo 17 do Estatuto Social de FURNAS.

Síntese dos Resultados Obtidos

Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

UNIDADE JURISDICIONADA								
Denominação Completa			Código SIORG					
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478					
Recomendações do OCI								
Recomendações Expedidas pelo OCI								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida					
06	Relatório de Auditoria nº 201108792	Constatação (026) Recomendação 001	Não se aplica					
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG					
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478					
Descrição da Recomendação								
Finalizar imediatamente o levantamento estabelecido nos itens 9.1.1.1 e 9.1.1.2 do Acórdão TCU n.º 2.132/2010 - Plenário e responder ao DEST e à Eletrobras.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
Superintendência de Organização e Tecnologia da Informação – TI.G			Não se aplica					
Síntese da Providência Adotada								
A partir de 2013, os ajustes na força de trabalho de Furnas serão significativamente impactados pelo efeito do acórdão para Desmobilização dos Terceirizados firmados, em fevereiro de 2012, com a Federação Nacional dos Urbanitários e o Ministério Público do Trabalho, com aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) e homologação do Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do mandato 27.066, que resultarão em expressiva redução no quantitativo de pessoal. Furnas prevê o desligamento paulatino dos terceirizados, no período entre 2014 e 2018, e a convocação de concursados (2099), conforme cronograma a seguir:								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Desligamento Terceirizados -	50	18	0	130	196	196	391	377
Síntese dos Resultados Obtidos								
Observado o conteúdo das orientações do referido OCI. Prazo para atendimento será em dezembro/2018								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								
Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.								

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação Completa			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	Relatório de Auditoria nº 201108792	Constatação (021) Recomendação 001	Não se aplica
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Furnas Centrais Elétricas S.A.			60478
Descrição da Recomendação			
Elaborar Planejamento Estratégico de TI de forma a ordenar a alocação dos recursos e definir prioridades entre as atividades finalísticas da organização para as aquisições relacionadas a TI.G.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Organização e Tecnologia da Informação – TI.G			Não se aplica
Síntese da Providência Adotada			
Foi contratada, em 22/08/2012, vinculada ao termo contratual nº 8000005368, empresa especializada para implantação do PDTI de Furnas. Prazo para atendimento 30/08/2013.			

Síntese dos Resultados Obtidos

Observado o conteúdo das orientações do referido OCI.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram destacados fatores positivos/negativos para cumprimento da recomendação.

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Inexistem pendências de atendimento.

10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ**

A Auditoria Interna é subordinada ao presidente do Conselho de Administração de Furnas e está estruturada em três órgãos: Superintendência de Auditoria Interna (AD), Departamento de Programação de Auditoria (DPA), Departamento Operacional de Auditoria (DOA).

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

Relatório Número / Área Auditada	015.2012 Departamento de Construção de Geração Simplício (DGS.E) Programa de Investimento
Principais Não-Conformidades Destacadas em Relatórios para Diretorias/Superintendências e Áreas Auditadas	Identificação de divergências em percentuais significativos entre os quantitativos medidos e pagos e os quantitativos revisados (realocação da Rodovia BR-393)
Explicação/Ação da Área Auditada, no Momento do Trabalho	Não foi emitida Ata de Reunião de Encerramento de Auditoria.
Posição Atual da Pendência	Correspondência Interna (CI) SG.E.I.095.2012, de 09.04.2012 para a Auditoria Interna (AD). Contrato nº 18.915 – Relocação da BR 393/Medição Final. Em razão da diferença de R\$ 16.634.547,22 encontrada após medição final enviamos a CI SG.E.I.085.2012 solicitando orientação da Consultoria Jurídica (CJ.P) para cobrança do valor. CI SG.E.I.166.2012, de 22.05.2012 para a AD, atendendo ao RAU nº 15.2012, e complementando as informações da CI SG.E.I.095.2012. Envio da CI DGS.E.I.422.2012. 1.1. Envio da correspondência DGS.E.E.289.2012, de 09.05.2012, à Integral Engenharia, sobre a diferença de R\$ 16.634.547,22. CI DGS.E.I.531.2012, de 20.06.2012 para a AD. Envio da CI DGS.E.I.294.2012, à Superintendência de Engenharia (SG.E), em 17.04.2012, com análise comparativa dos quantitativos referente aos serviços previstos no projeto de relocação da BR 393. O relatório de medição final que subsidiou a elaboração da referida planilha foi encaminhado à SG.E por meio da CI DGS.E.I.233.2012, de 03.04.2012. CI SG.E.I.021.2013, de 15.01.2013, e CI DGS.E.I.029.2013, de 10.01.2013, informando sobre a emissão da fatura 1800026136.2012.001, no valor de R\$ 16.634.547,22, vencendo em 17.06.2012, cuja cobrança encontra-se suspensa por determinação do juízo da 51ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, estando <i>sub judice</i> .

Ação da Auditoria	<p>Diante do exposto, preventivamente, recomendamos que seja efetuada a medição de todos os serviços efetivamente realizados, para consolidação dos cálculos dos valores pagos.</p> <p>Recomendamos, ainda, que, caso seja confirmada a diferença entre os valores pagos e aqueles apurados quando da conclusão da medição final, a SG.E apresente as justificativas cabíveis e ações a serem adotadas para recuperação de valores.</p> <p>A Auditoria Interna emitiu a CI AD.I.081.2012, de 15.06.2012, para o DGS.E, solicitando informar a situação atual das pendências tratadas nos Relatórios de Auditoria de nº 015.2012 e 016.2012 (Departamento de Construção de Geração Simplício – DGS.E).</p> <p>Reavaliaremos em 30.03.2013.</p>
Relatório Número / Área Auditada	<p>016.2012</p> <p>Departamento de Construção de Geração Simplício – DGS.E</p> <p>Programa de Investimento</p>
Principais Não-Conformidades Destacadas em Relatórios para Diretorias/Superintendências e Áreas Auditadas	<p>Identificação de divergências significativas entre os quantitativos medidos e pagos e os quantitativos revisados (AHE Simplício - Realocação da Ferrovia FCA).</p>
Explicação/Ação da Área Auditada, no Momento do Trabalho	<p>Não foi emitida Ata de Reunião de Encerramento de Auditoria.</p>
Posição Atual da Pendência	<p>CI SG.E.I.117.2012, de 19.04.2012, envio de cópia da CI.DGS.E.I.302.2012 com o cronograma de realização de relatório de medição e memória de cálculo referente aos Contratos 18.180 (CONVAP), 8000001197 (Integral - Trecho I) e 8000002487 (Integral - Trechos II e III).</p> <p>CI DGS.E.I.302.2012/ CI DGS.E.I.531.2012, o trabalho tem prazo de conclusão até 29.06.2012.</p> <p>CI DGS.E.I.546.2012, de 29.06.2012, que prorroga o prazo de conclusão para 05.07.2012.</p> <p>CI.SG.E.I.021.2012, de 15.01.2013 e CI.DGS.E.I.029.2013, de 10.01.2012, informando sobre a emissão da fatura 1800027000.2012.001, no valor de R\$ 14.544.925,55, vencendo em 24.09.2012, cuja cobrança encontra-se suspensa por determinação do juízo da 28ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, estando <i>sub judice</i>.</p> <p>CI DRP.O.E.050.2012, anexo, cuja apólice nº 453110011 da Generali Brasil Seguros S.A., encontra-se em nossos arquivos.</p>
Ação da Auditoria	<p>Recomendamos, preventivamente, que seja efetuada a medição de todos os serviços efetivamente realizados, para consolidação dos cálculos dos valores pagos.</p> <p>Recomendamos, ainda, que, caso seja confirmada a diferença entre os valores pagos e aqueles apurados quando da conclusão da medição final, a SG.E apresente as justificativas cabíveis e ações a serem adotadas para recuperação de valores.</p> <p>A Auditoria Interna, emitiu a correspondência AD.I.081.2012, de 15.06.2012 para o DGS.E, solicitando informar a situação atual das pendências. (Vide RAU 015.2012)</p> <p>Reavaliaremos em 30.03.2013.</p>

Relatório Número / Área Auditada	034.2012 Departamento de Recursos Financeiros e Seguros (DRF.F) Contas a Receber
Principais Não-Conformidades Destacadas em Relatórios para Diretorias/Superintendências e Áreas Auditadas	Inexistência de reconciliação entre os valores recebidos e a receber Saldo a receber de R\$ 354.426.435,38 decorrente de conciliação entre os valores recebidos e a receber, detalhado abaixo.
Explicação/Ação da Área Auditada, no Momento do Trabalho	Multas e penalidades por descumprimento de cláusula contratual. A pendência provocou a inscrição da Cien no Cadin em julho de 2006. A questão foi levada à esfera judicial em maio de 2010, conduzida pela Superintendência de Comercialização de Energia (CE.N) e pela Consultoria Jurídica (CJ.P) na ação ordinária nº 0150142-62.2010.8.19.0001, distribuída ao juízo da 49ª Vara Cível da Capital do Estado do Rio de Janeiro.
Posição Atual da Pendência	O processo encontra-se concluso ao juiz, aguardando sentença. A SC.F lançou em PDD o valor de R\$134.283.721,81.
Ação da Auditoria	Recomendamos acompanhar a adoção das ações previstas nos Planos de Ação para os assuntos tratados nas letras a, b, c e d deste Relatório, mantendo esta Auditoria Interna informada sobre os resultados obtidos; elaborar planos de ação, junto às áreas responsáveis pelos registros pendentes de recebimentos, visando o recebimento dos valores; conciliar os valores registrados no Contas a Receber; analisar, em conjunto com a Assessoria de Planejamento Tributário e Análise Contábil (APT.F), a melhor forma de apresentação dos valores registrados no Contas a Receber.

Relatório Número / Área Auditada	041.2012 Departamento de Geração Oeste (DGO.E) Investimento
Principais Não-Conformidades Destacadas em Relatórios para Diretorias/Superintendências e Áreas Auditadas	Termo Contratual 8000002026 - Integral Engenharia Ltda. - 28 itens medidos e pagos na 18ª medição – fevereiro de 2012, no montante de R\$ 339.226,27, que não constam na planilha de preço do Termo Contratual. - 227 itens foram quantitativamente medidos a maior em relação aos quantitativos definidos na planilha de preços do Termo Contratual, e pagos na 18ª medição – fevereiro de 2012, no montante de R\$ 1.060.828,04.
Explicação/Ação da Área Auditada, no Momento do Trabalho	O Departamento informou que para os dois itens ocorreram alterações no projeto básico, necessárias à realização de serviços, cujas justificativas detalhadas constam no Relatório DGO.E.AG.021.2012-R0. Acrescentou que o processo de regularização está em andamento.
Posição Atual da Pendência	CI SG.E.I.390.2012, de 01.11.2012, e CI DGO.E.I.827.2012 emitida para AD, em 30.10.2012, informando que o assunto foi encaminhado em 30.10.2012 para análise e parecer do Financeiro e do Jurídico, através da CI DGO.E.I.825.2012 e CI DGO.E.I.826.2012, respectivamente. Estão no aguardo dos pareceres para o cumprimento das pendências. CI DGO.E.I.883.2012 emitida para o DPA em 23.11.2012 informando a respostas dos pareceres Jurídicos e Financeiros e foi enviado para a Diretoria aguardando a sua aprovação para conclusão do processo.
Ação da Auditoria	Recomendamos que a execução de itens do objeto do contrato em quantidade superior à prevista no orçamento da licitação deve ser previamente autorizada por meio de termo aditivo contratual submetido à Consultoria Jurídica. Emitida CI DPA.I.099.2012, em 22.11.2012, cobrando as pendências. Reavaliaremos em 30.03.2013.

Relatório Número / Área Auditada	047.2012 Superintendência de Relações Institucionais (RI.P) Contratação
Principais Não-Conformidades Destacadas em Relatórios para Diretorias/Superintendências e Áreas Auditadas	Divergências no montante de R\$ 198.156,44 provenientes das diferenças entre as veiculações contratadas e as efetivamente realizadas. As veiculações provém da campanha Ouro Azul, aprovada pela Secom, no valor de R\$ 1.870.514,20, para serem veiculadas nos jornais do Comércio, Correio Braziliense, Estado de Minas, Aqui BH e Aqui DF.
Explicação/Ação da Área Auditada, no Momento do Trabalho	Parte da entrega prevista no pacote refere-se a espaço à disposição de Furnas, para uso quando lhe for mais conveniente. Temos espaço reservado, nessa condição, nos seguintes veículos: Jornal Correio Braziliense (4 inserções); Jornal Aqui DF (5 inserções); Jornal Estado de Minas (2 inserções); Jornal Aqui BH (5 inserções); Jornal do Comércio (1 inserção).
Posição Atual da Pendência	Emitida a CI DCC.P.I.032.2013 para o Departamento de Comunicação Social (DCO.P), em 11.01.2013, informando que o parecer concluiu pelo ajuizamento de Ação de Cobrança em face da empresa D&M Brasil, para reaver o valor de R\$ 198.156,44.
Ação da Auditoria	Adotar, imediatamente, as medidas administrativas cabíveis, com o apoio da Consultoria Jurídica, visando à recuperação, com os devidos acréscimos legais, do valor de R\$ 198.156,44, pago antecipada e indevidamente à D&M Brasil Propaganda Ltda., uma vez que não houve a efetiva prestação do serviço no prazo contratual, ou seja, em consonância com a finalidade da Campanha Outro Azul, objetivada no ajuste. Não efetuar pagamentos sem a devida comprovação da contraprestação dos serviços, salvo se presente interesse público devidamente demonstrado, previsão no edital e exigência de garantias, em consonância com o subitem 9.2 do Acórdão nº 1.442/2003, 1ª Câmara do TCU, Sessão realizada em 08.07.2003. Reavaliaremos em 30.03.2013.
Relatório Número / Área Auditada	064.2012 Departamento de Desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão (DDI.G) Contratação
Principais Não-Conformidades Destacadas em Relatórios para Diretorias/Superintendências e Áreas Auditadas	Accenture do Brasil Ltda. Divergências entre as horas informadas/faturadas pela Accenture – igualmente pagas pela área gestora sem validação das horas – e aquelas constantes do Sistema de Acesso. Não foram implantados os Processos de Gerenciamento de Problemas, Liberação, Qualidade e <i>Compliance</i> , previstos na Cláusula Objeto. Não foram apresentados os respectivos comprovantes de qualificação técnica dos consultores alocados aos serviços pelas Contratadas Accenture e Megawork, previstos no subitem 3.10 Dimensionamento de Equipe. Nos meses de fevereiro e março de 2012 verificamos a existência de divergências entre as horas registradas no Sistema de Acesso de Furnas e aquelas informadas/faturadas pela Contratada Megawork, contemplado atividades realizadas por seu pessoal nas dependências de Furnas.
Explicação/Ação da Área Auditada, no Momento do Trabalho	Essas diferenças são decorrentes de vários fatores, como dias não trabalhados por Furnas, compensados por seus empregados via Banco de Horas (dias ponte), ausências ou atrasos por motivos particulares, previamente negociados com as gerências de Furnas e prestação do serviço, com o consentimento de Furnas, em modo remoto. As horas não trabalhadas foram apresentadas à Accenture, tendo sido elaborando e definido um plano de compensação dessas horas. Doravante, mensalmente será apurado o total de horas não trabalhadas e aquelas que não forem compensadas no mês subsequente serão glosadas. Será enviada tabela de compensação. Os processos acima referidos estão implementados parcialmente no conjunto de

	<p>ferramentas oriundo do Projeto Sintonia – SAP Desk, MDM e GASAP. Estudos estão sendo feitos para melhorar o processo.</p> <p>A comprovação da qualificação técnica baseou-se na análise do <i>Curriculum Vitae</i> de cada consultor. Todavia, encaminharia Solicitação à Accenture da comprovação documental da qualificação, tal como consta do Termo Contratual.</p> <p>Vale para este caso a mesma explicação do item 4. A exemplo do que ocorreu com os profissionais da Accenture, foi estabelecido um plano de compensação para as horas não trabalhadas. Será enviada tabela de compensação.</p>
Posição Atual da Pendência	
Ação da Auditoria	<p>Recomendamos subordinar a liberação para pagamento de quaisquer medições/faturas apresentadas pelas Contratadas à efetiva validação (mediante assinatura) do representante da área gestora, visando evitar pagamentos de horas faturadas e não trabalhadas.</p> <p>Adotar, com a ajuda da Consultoria Jurídica, as providências cabíveis visando não apenas o ressarcimento a Furnas das horas pagas a maior a Contratadas Accenture, mas, também, a imposição das penalidades cabíveis (cobrança indevida).</p> <p>Reavaliaremos em 30.03.2013.</p> <p>Recomendamos cumprir e exigir o cumprimento, pelas Contratadas, das disposições contratuais.</p> <p>Reavaliaremos em 30.03.2013.</p> <p>Recomendamos aplicar às Contratadas as multas contratualmente previstas, no caso de descumprimento ou cumprimento irregular das disposições contratuais.</p> <p>Reavaliaremos em 30.03.2013.</p> <p>Cumprir e exigir o cumprimento, pelas Contratadas, das disposições contratuais.</p> <p>Reavaliaremos em 30.03.2013.</p> <p>Recomendamos subordinar a liberação para pagamento de quaisquer medições/faturas apresentadas pelas Contratadas à efetiva validação (mediante assinatura) do representante da área gestora, visando evitar pagamentos de horas faturadas e não trabalhadas.</p> <p>Adotar, com a ajuda da Consultoria Jurídica, as providências cabíveis visando não apenas o ressarcimento a Furnas das horas pagas a maior a Contratada Megawork, mas, também, a imposição das penalidades cabíveis (cobrança indevida).</p> <p>Reavaliaremos em 30.03.2013.</p>

RAU	Valores Identificados (R\$)	Funções Auditadas	Escopo
RAU 015	16.634.547,22	Contratação	Contratos – 5SI
RAU 016	14.544.925,55	Contratação	Contratos – 5SI
RAU 034	354.426.435,38	Contas a Receber	Devedores Diversos
RAU 041	1.060.828,04	Contratação	Contratos – 5BT
RAU 047	198.156,44	Contratação	Contratos (Pendência)
RAU 064	221.128,35	Tecnologia da Informação	Operação da TI Corporativa
Total	387.086.020,98		

c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência

Dos 65 relatórios de auditoria emitidos no exercício de 2012, foram destacadas 263 não conformidades, onde 43 itens permanecem pendentes de implementação. O Percentual de pendências é de 16,35 %.

d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna

A Auditoria mantém controle das recomendações pendentes de implementação, com base nos prazos estabelecidos na Ata de Reunião, avaliando regularmente o status de cada uma, a partir da data de emissão do Relatório da Auditoria.

Os exames de continuação, realizados para aferir o cumprimento das recomendações propostas, são tipicamente mais curtos na sua duração do que os exames operacionais. Normalmente, envolvem consultas à gerência da área e testes com abrangência limitada ao assunto.

e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna

A ferramenta *Audit Automation Facilities* (AAF): (Plataforma Lotus Notes) é um *software* de gestão de auditoria interna que permite ganhos de eficiência com redução de custos e riscos decorrentes de controles manuais. O programa é utilizado para documentação dos papéis de trabalho de auditoria e gerenciamento de toda a execução dos trabalhos realizados.

f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

No intuito de implantar medidas corretivas para os pontos de não-conformidade identificados, a Auditoria Interna (AD) encaminha os Relatórios de Auditoria para as áreas responsáveis, com cópia para os seus Diretores, para que as mesmas efetuem a implantação dos planos de ação. Os Relatórios de Auditoria também são enviados para CGU, conforme disposto no Art. 8º da Instrução Normativa nº 07 da CGU.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

Ao final do ano, é elaborado o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (Raint), onde são consolidados os trabalhos realizados ao longo do ano conforme definido no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint), bem como contempla o acompanhamento da implementação das recomendações da Auditoria Interna, e das determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e orientações da Controladoria Geral da União (CGU). O Raint é distribuído à CGU e ao Conselho Fiscal. Furnas não possui comitê de auditoria.

10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDNA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	62	92	333
	Entregaram a DBR	62	92	333
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Superintendência de Gestão de Pessoas (RH.G) / Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G).

10.3.2. Análise Crítica

Não houve pendência referente à entrega da DBR. A unidade interna incumbida de gerenciar a recepção das DBR é o Departamento de Suporte a Gestão de Pessoas (DAP.G), que não possui sistema informatizado para este gerenciamento. A entrega das DBR se dá por meio de papel, sem análise por Furnas de eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida. A guarda das DBR é feita em arquivos específicos, devidamente lacradas, mantendo a preservação do sigilo fiscal.

10.4. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Furnas não possui registros no SIASG e no SICONV referentes a convênios ou outros instrumentos congêneres porque utiliza recursos próprios.

10.4.1. Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Quadro A.10.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de direito, que as informações referentes aos contratos de investimento estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), conforme estabelece o Artigo 19, §5º, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2013.

Wellington Lima Cristiano
Superintendente de Gestão de Riscos e Controles Internos
CPF 645.383.117-15

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELA NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1. Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Não se aplica a Furnas.

11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Não se aplica. Furnas não é regida pela Lei nº 4.320/1964.

11.2.1. Declaração Plena

Não se aplica. Furnas não é regida pela Lei nº 4.320/1964.

11.2.2. Declaração com Ressalva

Não se aplica. Furnas não é regida pela Lei nº 4.320/1964.

11.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI Nº 4.320/1964 E PELA NBC T 16.6 APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.133/2008

Não se aplica. Furnas não é regida pela Lei nº 4.320/1964.

11.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1976

Empresa do Sistema Eletrobras
CNPJ nº 23.274.194/0001-19

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (em milhares de reais)

A T I V O	Nota	Individual		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	6	2.462	115.665	284.552	511.877
Títulos e valores mobiliários	7	509.279	525.842	558.141	617.315
Clientes	8	935.106	986.311	1.036.609	1.027.622
Remuneração de participações societárias		35.171	5.627	-	-
Ativo financeiro - concessões do serviço público	10	-	-	46.812	14.940
Impostos e contribuições sociais	11	148.953	68.524	179.944	96.308
Direito de ressarcimento	9	9.937	9.937	10.897	9.937
Cauções e depósitos vinculados	12	15.329	18.056	35.139	36.862
Almoxarifado	13	24.954	23.840	25.775	24.474
Instrumentos financeiros derivativos	41.1	-	-	1.142	3.617
Indenizações das concessões	14	1.515.986	-	1.515.986	-
Outros	15	394.966	106.891	427.212	134.762
		3.592.143	1.860.693	4.122.209	2.477.714

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Cientes	8	398.922	450.549	399.204	450.549
Impostos e contribuições sociais	11	980.272	1.136.940	1.030.568	1.222.378
Almoxarifado	13	89.047	80.909	89.047	80.909
Cauções e depósitos vinculados	12	386.699	310.197	465.890	392.617
Adiantamento para futuro aumento de capital	27	-	-	31.253	29.709
Ativo financeiro – concessões do serviço público	10	6.329.851	7.580.769	7.701.048	8.368.789
Indenizações das concessões	14	2.174.808	-	2.174.808	-
Outros	15	679.729	53.782	837.200	109.031
		11.039.328	9.613.146	12.729.018	10.653.982
Investimentos	16	3.607.783	2.358.862	12.332	12.579
Imobilizado	17	5.769.432	8.480.566	14.355.093	15.558.459
Intangível	18	98.193	108.852	1.024.723	1.040.858
		20.514.736	20.561.426	28.121.166	27.265.878
TOTAL DO ATIVO		24.106.879	22.422.119	32.243.375	29.743.592

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(em milhares de reais)

Continuação

P A S S I V O		Nota	Individual		Consolidado	
			31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
CIRCULANTE						
- Fornecedores	19	833.344	812.903	1.032.488	926.935	
Financiamentos e empréstimos	20	593.812	678.373	1.356.078	1.814.278	
Impostos e contribuições sociais	21	310.725	230.432	347.835	263.709	
Obrigações estimadas	22	497.853	339.979	500.782	343.495	
Encargos setoriais	23	86.796	76.971	91.650	80.753	
Concessões a pagar - uso do bem público	25	-	-	38.261	35.233	
Benefícios pós-emprego	24	65.597	248.240	65.597	248.240	
Remuneração aos acionistas		-	64.497	-	65.713	
Pesquisa e desenvolvimento	28	6.724	6.170	13.079	6.209	
Outros	30	101.335	34.126	244.764	132.104	
		2.496.924	2.492.065	3.694.306	3.923.539	
NÃO CIRCULANTE						
Fornecedores	19	-	-	89.892	71.852	
Financiamentos e empréstimos	20	6.087.370	4.156.567	11.535.983	8.703.740	
Impostos e contribuições sociais	21	524.860	802.452	616.139	875.623	
Obrigações estimadas	22	-	247.793	-	247.793	
Concessões a pagar - uso do bem público	25	44.673	42.230	1.130.333	1.083.529	
Provisões para riscos (contingências)	26	865.178	622.689	872.013	627.347	
Benefícios pós-emprego	24	552.784	271.861	552.784	271.861	
Adiantamentos para futuro aumento de capital	27	525.450	300.000	525.450	300.000	
Pesquisa e desenvolvimento	28	214.749	184.832	214.867	184.881	
Provisão para contratos onerosos	29	1.490.215	-	1.490.215	-	
Outros	30	1	3.485	216.718	155.282	
		10.305.280	6.631.909	17.244.394	12.521.908	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31				
Capital social		6.031.154	6.031.154	6.031.154	6.031.154	
Reservas de capital		5.690.383	5.690.383	5.690.383	5.690.383	
Reservas de lucros		493.059	1.814.857	493.059	1.814.857	
Outros resultados abrangentes		(909.921)	(431.740)	(909.921)	(431.740)	
Dividendos adicionais propostos		-	193.491	-	193.491	
		11.304.675	13.298.145	11.304.675	13.298.145	
TOTAL DO PASSIVO		24.106.879	22.422.119	32.243.375	29.743.592	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Nota	Individual		Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	32	7.623.673	7.049.311	8.715.517	7.727.546
CUSTO OPERACIONAL	33	(5.049.184)	(4.987.737)	(5.376.836)	(5.154.415)
Custo com energia elétrica		(2.589.794)	(2.843.636)	(2.685.891)	(2.762.394)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.105.542)	(2.390.029)	(2.170.528)	(2.287.691)
Encargos de uso da rede elétrica		(484.252)	(453.607)	(515.363)	(474.703)
Custo de operação		(2.459.390)	(2.144.101)	(2.690.945)	(2.392.021)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(1.813.707)	(1.649.040)	(1.861.972)	(1.678.923)
Combustível e água para produção de energia elétrica		(161.684)	(44.667)	(161.688)	(44.667)
Utilização de recursos hídricos		(221.414)	(184.877)	(236.640)	(200.806)
Depreciação e amortização		(236.077)	(240.847)	(328.381)	(324.183)
Outros		(26.508)	(24.670)	(102.264)	(143.442)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO		(511.522)	(418.668)	(987.211)	(739.381)
LUCRO BRUTO		2.062.967	1.642.906	2.351.470	1.833.750
DESPESAS OPERACIONAIS	34	(1.045.135)	(882.936)	(1.055.654)	(883.298)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		1.017.832	759.970	1.295.816	950.452
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		(8.631)	(59.145)	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	35	(127.678)	(301.322)	(367.982)	(531.993)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI Nº 12.783/2013		881.523	399.503	927.834	418.459
Ganho (Perda) – Lei nº 12.783/2013	36	(2.067.037)	-	(2.067.037)	-
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI Nº 12.783/2013		(1.185.514)	399.503	(1.139.203)	418.459
Imposto de renda e contribuição social	37	(35.741)	(315.036)	(85.918)	(342.272)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(100.543)	175.408	(96.677)	(183.688)
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.321.798)	259.875	(1.321.798)	259.875

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de R\$)

	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Lucro (Prejuízo) do período	(1.321.798)	259.875	(1.321.798)	259.875
Outros resultados abrangente				
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego	(597.192)	(266.277)	(597.192)	(266.277)
Efeitos fiscais sobre benefícios pós-emprego	121.584	90.534	121.584	90.534
Outros:				
Ajuste de avaliação patrimonial – hedge investida	(2.704)	(2.692)	(2.704)	(2.692)
Ajuste acumulado de conversão em investida	131	184	131	184
Total do resultado abrangente do exercício	(1.799.979)	81.624	(1.799.979)	81.624

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADOS	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	6.031.154	5.690.383	1.812.970	-	53.793	(253.489)	13.334.801
Ajuste de avaliação patrimonial – Hedge investida	-	-	-	-	-	(2.692)	(2.692)
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	184	184
Dividendo adicional aprovado – AGO de 15.06.2011	-	-	-	-	(53.783)	-	(53.783)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	(11.107)	11.107	-	-	-
Ajuste benefício pós-emprego (CVM 600/09)	-	-	-	-	-	(175.743)	(175.743)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	259.875	-	-	259.875
Destinação do resultado:							
Constituição de reserva legal	-	-	12.994	(12.994)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	(64.497)	-	-	(64.497)
Dividendo adicional a ser aprovado pela AGO	-	-	-	(193.491)	193.491	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	6.031.154	5.690.383	1.814.857	-	193.491	(431.740)	13.298.145
Ajuste de avaliação patrimonial – Hedge investida	-	-	-	-	-	(2.704)	(2.704)
Ajuste acumulado de conversão em investida	-	-	-	-	-	131	131
Dividendo adicional aprovado – AGO de 30.04.2012	-	-	-	-	(193.491)	-	(193.491)
Ajuste benefício pós-emprego (CVM 600/09)	-	-	-	-	-	(475.608)	(475.608)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.321.798)	-	-	(1.321.798)
Destinação do resultado:							
Absorção do Prejuízo do exercício	-	-	(1.321.798)	1.321.798	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	6.031.154	5.690.383	493.059	-	-	(909.921)	11.304.675

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
(em milhares de reais)

	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.185.514)	399.503	(1.139.203)	418.459
Despesas (Receitas) que não Afetam o Capital Circulante Líquido				
Depreciação e amortização	236.077	240.847	328.381	324.183
Variação monetária / cambiais líquidas	85.776	86.198	29.252	151.343
Renda de aplicação financeira	(41.178)	(27.337)	(62.675)	(49.897)
Encargos financeiros	270.571	242.461	479.128	430.547
Resultado de equivalência patrimonial	8.631	59.145	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	252.246	41.608	252.246	41.608
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas e cíveis	359.538	115.418	359.597	115.714
Plano de readequação do quadro de pessoal (PREQ)	66.112	340.930	66.112	340.930
Provisões p/redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	334.928	349.443	334.928	349.443
Provisão para perdas com contratos onerosos	1.490.215	-	1.490.215	-
Resultado de operações com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(651)
Reversão de provisões operacionais (PLCD, Contingências e FRG)	(187.604)	(50.533)	(187.604)	(50.533)
Baixa de imobilizado	1.910.539	3.370	1.910.539	3.628
Baixa do ativo financeiro – Lei nº 12.783/2013	2.301.331	-	2.301.331	-
Receita de ativo financeiro pela RAP	(1.212.992)	(1.190.746)	(1.271.689)	(1.235.685)
Encargos da reserva global de reversão	218.077	-	235.838	-
Subtotal	4.906.753	610.307	5.126.396	839.089
(Acréscimos) Decréscimos nos Ativos / Passivos Operacionais	5.500	(67.442)	(58.848)	(20.182)
Pagamento de encargos financeiros	(330.944)	(383.854)	(506.831)	(420.563)
Amortização de ativo financeiro pela RAP	1.515.226	1.435.093	1.502.068	1.380.970
Efeito Lei nº 12.783/2013	(806.336)	-	(806.336)	-
Indenização Lei nº 12.783/2013	(3.622.275)	-	(3.622.275)	-
Pagamento de encargos da reserva global de reversão	(217.866)	(205.242)	(217.866)	(205.472)
Recebimento de encargos financeiros	5.798	10.548	6.532	10.548
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(130.944)	(221.013)	(138.172)	(229.573)
Cauções e depósitos vinculados	(135.181)	(70.042)	(135.181)	(71.445)
Créditos de energia renegociados recebidos	220.499	228.928	251.738	228.928
Pagamento de participação nos lucros	(106.039)	(96.319)	(112.180)	(96.356)
Pagamento de refinanciamentos de impostos e contribuições – principal	(76.599)	(70.705)	(76.599)	(70.705)
Pagamento à entidade de previdência complementar	(293.810)	(228.119)	(293.810)	(228.119)
Subtotal	(3.978.471)	399.275	(4.148.912)	298.213
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	933.782	942.140	918.636	1.117.120
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.865.231	1.237.358	2.825.832	2.057.954
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(249.928)	(265.993)	(1.265.746)	(341.661)
Integralização de capital	-	-	300.475	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	200.000	300.000	200.000	300.000
Pagamento de remuneração aos acionistas	(271.322)	(78.010)	(271.321)	(89.825)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.543.981	1.193.355	1.789.240	1.926.468

Continua

	Individual		Consolidado	
	31.12.1012	31.12.1012	31.12.1012	31.12.1012
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	(3.109)	-	(3.109)
Recebimento de empréstimos e financiamentos concedidos	-	2.190	-	2.190
Aquisições de ativo financeiro	(511.522)	(418.668)	(987.212)	(739.381)
Resgate de aplicação em renda fixa e renda variável	57.741	-	55.055	(123.470)
Aquisições de ativo imobilizado	(750.944)	(635.383)	(1.985.886)	(2.181.902)
Aquisições de ativo intangível	(5.588)	(15.095)	(6.868)	(15.609)
Aquisições de investimentos em participações societárias	(1.473.103)	(1.031.711)	(10.290)	(19.571)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	92.450	6.087	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.590.966)	(2.095.689)	(2.935.201)	(3.080.852)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(113.203)	39.806	(227.325)	(37.264)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	115.665	75.859	511.877	549.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	2.462	115.665	284.552	511.877
	(113.203)	39.806	(227.325)	(37.264)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

(em milhares de reais)

	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1. GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas de vendas de energia e serviços	8.345.994	7.651.520	9.592.322	8.395.613
Menos:				
Insumos				
Custo de energia comprada	(2.105.542)	(2.390.029)	(2.170.528)	(2.287.691)
Materiais	(49.710)	(42.737)	(51.922)	(43.726)
Serviços de terceiros	(704.126)	(623.778)	(728.240)	(639.677)
Outros custos operacionais	(2.149.095)	(1.458.811)	(2.756.730)	(1.935.047)
2. VALOR ADICIONADO BRUTO	3.337.521	3.136.165	3.884.902	3.489.472
Depreciação e amortização	(236.077)	(240.847)	(328.381)	(324.183)
Constituição/ reversão de provisões	(2.249.323)	(447.423)	(2.249.382)	(447.719)
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	852.121	2.447.895	1.307.139	2.717.570
Receitas financeiras (transferências)	509.167	207.726	554.333	231.516
Equivalência patrimonial	(8.631)	(59.145)	-	-
4. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.352.657	2.596.476	1.861.472	2.949.086
5. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	1.059.871	982.525	1.081.810	995.520
Governo (impostos e contribuições)	486.317	443.197	637.365	523.520
Encargos financeiros e variação monetária	636.845	509.048	922.315	763.509
Participações dos empregados nos lucros	114.372	97.635	114.372	97.635
Encargos setoriais	377.050	304.196	427.408	309.027
Dividendos	-	64.497	-	64.497
Dividendo adicional proposto	-	193.491	-	193.491
Lucros retidos	(1.321.798)	1.887	(1.321.798)	1.887
TOTAL	1.352.657	2.596.476	1.861.472	2.949.086

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (INDIVIDUAL E CONSOLIDADO)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

Furnas - Centrais Elétricas S.A. (“Furnas” ou “Empresa”) é uma empresa de economia mista de capital fechado, localizada na Rua Real Grandeza, 219 – Botafogo – Rio de Janeiro, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, atuando na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins e participante de Sociedades de Propósito Específico (SPE). A comercialização de energia realiza-se com empresas distribuidoras de energia e consumidores de todo o território nacional.

O sistema de produção de energia elétrica de Furnas cuja concessão pertence em sua totalidade a Empresa, é composto por 8 (oito) usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 (duas) em parceria com a iniciativa privada, com uma potência instalada de 8.662 MW*, e 2 (duas) usinas termelétricas com 962 MW* de capacidade, totalizando 9.624 MW*.

Das oito usinas, seis foram afetadas pela Lei nº 12.783, de 11 janeiro de 2013 que estão sendo operadas e mantidas pela Empresa e duas, não afetadas: Itumbiara e Mascarenhas de Moraes, pois seus vencimentos estão previstos para 2020 e 2023.

No parque gerador de Furnas está incluída a potência de 1.275 MW* relativa à Usina de Serra da Mesa, cabendo à CPFL Geração S.A. 657 MW* (51,54%) e a Furnas, que detém o direito da concessão, 618 MW* (48,46%), bem como o Aproveitamento Múltiplo de Manso, com potência instalada de 212 MW*, cabendo 148 MW* (70%) a Furnas e 64 MW* (30%) à Proman.

Em fase de construção está a Usina Hidrelétrica de Batalha com potência instalada de 52,5 MW*, com previsão de entrada em operação em maio de 2013.

A Usina de Simplício/Anta com potência instalada de 333,7 MW* teve sua construção concluída no 1º trimestre de 2012, mas por decisão de uma liminar dos Ministérios Públicos Federal e Estadual não teve permissão para encher o reservatório até 31 de dezembro de 2012 (Vide nota 43.2).

* Informações não auditadas.

Além do parque de geração próprio, Furnas participa societariamente, com outras empresas, na construção e operação das seguintes usinas:

USINAS HIDRELÉTRICAS / EÓLICAS	CAPACIDADE (MW) *
Peixe Angical	452,00
Foz do Chapecó	855,00
Serra do Facão	212,58
Retiro Baixo	82,00
Santo Antônio	3.150,40
Baguari	140,00
Inambari	2.200,00
Teles Pires	1.820,00
Eólica Rei dos Ventos 1 (RN)	58,45
Eólica Rei dos Ventos 3 (RN)	60,12
Eólica Miassaba 3 (RN)	68,47

USINAS HIDRELÉTRICAS / EÓLICAS	CAPACIDADE (MW) *
Eólica Famosa I (RN)	22,50
Eólica Pau Brasil (CE)	15,00
Eólica Rosada (RN)	30,00
Eólica São Paulo (CE)	17,50
Eólica Goiabeira (CE)	19,20
Eólica Horizonte (CE)	14,40
Eólica Jandaia 1 (CE)	19,20
Eólica Jandaia 2 (CE)	19,20
Eólica São Januário (CE)	19,20
Eólica Ubatuba (CE)	12,60
Eólica Nsa Sra de Fátima (CE)	28,80
Eólica Pitombeira (CE)	27,00
Eólica Santa Catarina (CE)	16,80
Eólica São Clemente (CE)	19,20

* Informações não auditadas

O sistema de transmissão é composto por 54 subestações (SE), incluindo as SE de Macaé e Zona Oeste, por cessão, conforme Contrato de Cessão de Uso, e as SE Iriri e Itatiba; 19.420 km* de linhas de transmissão (LT), sendo 17.807 km* em corrente alternada e 1.612 km* em corrente contínua, na tensão de ± 600 kV; além da capacidade de transformação de 106.986,84 MVA*.

* Informações não auditadas.

Estão em fase de construção os seguintes empreendimentos de transmissão:

Empreendimento	Proprietário	Extensão (km)
LT 138 kV Anta-Simplício	Furnas	26
LT 138 kV Simplício-Rocha Leão	Furnas	118
LT 230 kV Mascarenhas-Linhares	Furnas	91
LT 345 kV Tijuco Preto-Itapeti	Furnas	21
LT 345 kV Itapeti-Nordeste	Furnas	30
LT 500 kV Bom Despacho 2-Ouro Preto 3	Furnas	180
LT 138 kV Batalha-Paracatu	Furnas	85

Furnas também está participando da construção dos seguintes empreendimentos de transmissão sob o regime de SPE:

Empreendimento	Proprietário	Extensão (km)
LT 138 kV CS Jataí-Mineiros	Transenergia Renovável	61,4
LT 138 kV CS Mineiros-Morro Vermelho	Transenergia Renovável	60
LT 138 kV CS Jataí-UTE Jataí	Transenergia Renovável	51,2
LT 138 kV CS Jataí-UTE Perolândia	Transenergia Renovável	40
LT 138 kV CS Mineiro -UTE Água Emendada	Transenergia Renovável	24
LT 138 kV CS Morro Vermelho-Alto Taquari	Transenergia Renovável	31
LT 138 kV CS Quirinópolis-UTE Quirinópolis	Transenergia Renovável	38
LT 138 kV CS Quirinópolis-UTE Boa Vista	Transenergia Renovável	16,7
LT 138 kV CS Edéia-UTE Tropical Bioenergia I	Transenergia Renovável	49
LT 138 kV CS Edéia-UTE Tropical Bioenergia II	Transenergia Renovável	21
LT 230 kV CS Palmeiras-Edéia	Transenergia Renovável	60
LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros-Quirinópolis	Transenergia Renovável	52

Empreendimento	Proprietário	Extensão (km)
LT 230 kV Chapadão-Jataí	Transenergia Renovável	128
LT 230 kV Palmeiras-Edéia	Transenergia Renovável	60
LT 230 kV Trindade-Carajás	Goiás Transmissão	29
LT 230 kV Trindade -Xavantes	Goiás Transmissão	37
LT 345 kV Viana 2-Viana	MGE Transmissão	10
LT 500 kV Mesquita -Viana 2	MGE Transmissão	248
LT 500 kV Rio Verde Norte-Trindade	Goiás Transmissão	193
LT 600 kV Porto Velho-Araraquara	IE Madeira	2.375

Em relação aos contratos de aquisição de energia, o firmado com a Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), de 1.475 MW médios, venceu no dia 31 de dezembro de 2012.

A comercialização de energia por Furnas está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado para a comercialização de energia para as concessionárias de distribuição e outro caracterizado por contratos livremente pactuados. A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece a diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

NOTA 2 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujos detalhamentos, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

2.1 Geração de Energia Elétrica

Usina	Participação de FURNAS (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW)* ⁽¹⁾	Energia Assegurada (MW médio)*	Data da Concessão Original	Data de Vencimento Original	Data da Assinatura da Renovação	Data de Vencimento Renovado
Em Operação								
Hidrelétricas								
Furnas	100	Grande	1.216,00	598,00	26.07.1957	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	100	Grande	1.050,00	495,00	18.06.1962	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Marimondo	100	Grande	1.440,00	726,00	03.03.1967	07.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Porto Colômbia	100	Grande	320,00	185,00	11.03.1967 e 20.08.1968	16.03.2017	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Mascarenhas de Moraes	100	Grande	476,00	295,00	31.10.1973	31.10.2023	Não afetada	Não afetada
Funil	100	Paraíba do Sul	216,00	121,00	16.06.1961 e 10.03.1967	07.07.2015	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Itumbiara	100	Paranaíba	2.082,00	1.015,00	26.02.1970	26.02.2020	Não afetada	Não afetada
Corumbá I	100	Corumbá	375,00	209,00	05.10.1981 e 29.11.1984	29.11.2014	04.12.2012 ⁽²⁾	31.12.2042
Hidrelétricas Compartilhadas (Parceria)								
Manso	70	Manso	212,00	92,00	10.02.2000	09.02.2035	Não afetada	Não afetada
Serra da Mesa	48,46	Tocantins	1.275,00	671,00	06.05.1981 e 12.11.2004	07.05.2011	27.04.2012 ⁽³⁾	12.11.2039
Termelétricas								
Santa Cruz	100	Rio de Janeiro	932,00	332,00	22.08.1963 e 10.03.1967	07.07.2015	Afetada, mas ainda não prorrogada	
Campos (Roberto Silveira)	100	Campos dos Goytacazes	30,00	21,00	27.07.2007	27.07.2027	Não afetada	Não afetada
São Gonçalo (fora de operação)	100	São Gonçalo	-	-	12.01.1953 e 14.07.1977	Prorrogação negada	Não afetada	Não afetada
Em Construção								
Hidrelétricas								
Batalha	100	São Marcos	52,50	48,80	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada
Simplicio/Anta	100	Paraíba do Sul	333,70	191,30	15.08.2006	14.08.2041	Não afetada	Não afetada

* Informações não auditadas.

⁽¹⁾ Potência homologada pela Aneel. ⁽²⁾ 1º Termo aditivo ao contrato nº 004/2004. ⁽³⁾ Portaria MME nº 262, de 27 de abril de 2012, portanto não afetada pela Lei nº 12.783/2013.

Em relação ao quadro 2.1, cabe destacar que, em 13 de outubro de 2009, ocorreu o julgamento do processo instaurado na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para prorrogação de concessões das Usinas Termelétricas (UTE) de Campos e de São Gonçalo (vencidas desde 27 de julho de 2007). Por este julgamento, a Aneel encaminhou orientação ao Ministério de Minas e Energia (MME) para que fosse prorrogada a concessão da UTE Campos e negada a prorrogação da UTE São Gonçalo, tornando-se necessária a formulação de critérios pelo MME para a operacionalização desta reversão à União. Em 28 de janeiro de 2011, pela Portaria MME nº 30, foi prorrogada pelo prazo de 20 anos e a título não oneroso, a contar de 27 de julho de 2007, a concessão para exploração da UTE Campos, necessitando, ainda, da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2004 celebrado entre Furnas e o Poder Concedente.

Ainda no que diz respeito ao quadro 2.1, a Portaria MME nº 262, de 27 de abril de 2012, prorrogou, pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir de 12 de novembro de 2004, data de assinatura do Contrato de Concessão nº 05/2004-Aneel-AHE Serra da Mesa, a concessão de uso de bem público para exploração do aproveitamento hidrelétrico denominado UHE Serra da Mesa, com potência instalada de 1.275 MW, necessitando, ainda, da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 005/2004-Aneel-AHE Serra da Mesa celebrado entre Furnas e o Poder Concedente.

Cabe destacar que a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, determinou que as concessões de geração hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do Poder Concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos.

Em 03 de dezembro de 2012, a Assembleia de Acionistas de Furnas aprovou as condições previstas pela MP nº 579/2012 e Decreto nº 7.805/2012 e a Empresa terá, portanto, prorrogadas por até trinta anos as concessões das suas usinas hidrelétricas alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074/1995 - Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá I.

Em 4 de dezembro de 2012, Furnas aceitou os termos para a prorrogação das suas concessões alcançadas pela citada Lei, conforme as seguintes condições:

- I - remuneração por tarifa calculada pela Aneel para cada usina hidrelétrica;
- II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), a ser definida pela Aneel, conforme regulamento do Poder Concedente; e
- III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

No que toca as usinas termelétricas, a MP nº 579/2012 prevê que as respectivas concessões poderão ser prorrogadas, a critério do Poder Concedente, uma única vez, pelo prazo de até vinte anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação do serviço e a segurança do sistema, e que tais usinas poderão ser contratadas diretamente, sob a forma de energia de reserva.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa, na forma de parceria, em SPE detentoras de concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Usina	Participação de FURNAS (%)	Rio/Local	Potência Instalada (MW)* ⁽¹⁾	Energia Assegurada (MW médio)*	Data da Concessão	Data de Vencimento
Hidrelétricas em Operação						
Peixe Angical	40,0000	Tocantins	451,80	271,00	07.11.2001	06.11.2036
Baguari	30,6122	Doce	140,00	80,20	15.08.2006	14.08.2041
Foz do Chapecó	40,0000	Uruguai	855,00	432,00	07.11.2001	06.11.2036
Serra do Facão	49,4737	São Marcos	212,58	182,40	07.11.2001	06.11.2036
Retiro Baixo	49,0000	Paraopeba	82,00	38,50	15.08.2006	14.08.2041
Santo Antônio (Mesa) ⁽²⁾	39,0000	Madeira	644,31	453,70	13.06.2008	12.06.2043
Hidrelétricas em Construção						
Santo Antônio (Mesa) ⁽²⁾	39,0000	Madeira	2.506,09	977,20	13.06.2008	12.06.2043
Teles Pires	24,5000	Teles Pires	1.819,80	915,40	07.06.2011	07.06.2046
Eólicas em Construção						
Rei dos Ventos 1	24,5000	Galinhos/RN	58,45	21,00	09.12.2010	09.12.2045
Rei dos Ventos 3	24,5000	Galinhos/RN	60,12	21,00	09.12.2010	09.12.2045
Miassaba 3	24,5000	Macau/RN	68,47	22,00	09.12.2010	09.12.2045
Famosa 1	49,0000	Tibau/RN	22,50	11,10	20.08.2010	19.08.2045
Pau Brasil	49,0000	Icapuí/CE	15,00	7,70	20.08.2010	19.08.2045
Rosada	49,0000	Tibau/RN	30,00	13,40	20.08.2010	19.08.2045
São Paulo	49,0000	Icapuí/CE	17,50	8,10	20.08.2010	19.08.2045
Goiabeira	49,0000	Aracati/CE	19,20	9,90	20.08.2010	19.08.2045
Horizonte	49,0000	Aracati/CE	14,40	7,30	20.08.2010	19.08.2045
Jandaia 1	49,0000	Fortim/CE	19,20	14,10	20.08.2010	19.08.2045
Jandaia 2	49,0000	Aracati/CE	19,20	9,90	20.08.2010	19.08.2045
São Januário	49,0000	Fortim/CE	19,20	9,00	20.08.2010	19.08.2045
Ubatuba	49,0000	Aracati/CE	12,60	5,80	20.08.2010	19.08.2045
Nossa Senhora de Fátima	49,0000	Fortim/CE	28,80	12,80	20.08.2010	19.08.2045
Pitombeira	49,0000	Aracati/CE	27,00	13,90	20.08.2010	19.08.2045
Santa Catarina	49,0000	Aracati/CE	16,80	8,50	20.08.2010	19.08.2045
São Clemente	49,0000	Fortim/CE	19,20	9,30	20.08.2010	19.08.2045

* Informações não auditadas.

⁽¹⁾ Potência homologada pela Aneel.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2012, havia 9 unidades geradoras em operação comercial do total de 44 unidades do empreendimento. As demais continuam em construção.

A capacidade total instalada de geração de energia é de 7.175 MW para as usinas operadas e mantidas cuja concessão é de Furnas, de 1.487 MW para as usinas de propriedade compartilhada e de 1.885 MW para as usinas sob parceria (SPE), totalizando assim 10.365 MW.

Considerando o percentual de participação de Furnas nos empreendimentos em que as concessões são da Empresa, de propriedade compartilhada e em parceria (SPE), a capacidade total instalada das usinas em operação é, respectivamente, 8.137 MW, 766 MW e 689 MW, totalizando 9.592 MW.

A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- (i) existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionada;
- (ii) existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva; e
- (iii) disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseada na disponibilidade hídrica das bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia por meio do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

2.2 Transmissão de Energia Elétrica

O sistema de transmissão de Furnas é segregado pelos contratos de concessão discriminados a seguir:

Contrato N°	Empreendimento	Estado da Federação	Data da Assinatura do Contrato	Início da Concessão	Prazo da Concessão	Término da Concessão
034/2001	Expansão da Interligação Sul - Sudeste	PR, SP	09.05.2001	09.05.2001	30 anos	08.05.2031
062/2001	Diversos empreendimentos alcançados pela Lei nº 12.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	04.12.2012	01.01.2013	30 anos	31.12.2043
006/2005	LT Macaé-Campos C3	RJ	04.03.2005	04.03.2005	30 anos	03.03.2035
007/2006	LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	27.04.2006	30 anos	26.04.2036
003/2009	LT Bom Despacho3-Ouro Preto 2 – 500 kV	MG	28.01.2009	28.01.2009	30 anos	27.01.2039
006/2010	LT Mascarenhas-Linhares 230 kV – CS SE Linhares – 230/138 kV	ES	12.07.2010	12.07.2010	30 anos	11.07.2040
014/2011	LT Xavantes-Pirineus, CS, 230 kV	GO	09.12.2011	09.12.2011	30 anos	08.12.2041
016/2012	SE Zona Oeste (Transformador 500/138 kV)	RJ	10.05.2012	10.05.2012	30 anos	09.05.2042

Os principais quantitativos do sistema de transmissão de Furnas podem ser assim elencados:

Descritivo	Quantidade		
	Contrato 062/2001	Outros	Total
Subestações	46	8	54
Km de linhas de transmissão	18.666	754	19.420
Estruturas de linhas de transmissão	41.743	1.686	43.429
Capacidade de transformação (MVA)	105.487	1.500	106.987
Transformadores	692	2	694
Reatores <i>shunt</i> e de alisamento	242	10	252
Disjuntores	1.029	15	1.044
Compensadores estáticos	4	-	4
Compensadores síncronos	9	-	9

O sistema de Furnas é supervisionado de forma geral pelo Centro de Operação do Sistema, localizado no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais.

Os centros de operação regionais têm como principais encargos a coordenação de manobras e a normalização do sistema elétrico após eventuais perturbações. São quatro centros:

- (i) Centro Regional Minas, localizado na UHE de Furnas, em cuja área de responsabilidade estão incluídas as usinas do rio Grande;
- (ii) Centro Regional Rio, localizado na SE de Jacarepaguá, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- (iii) Centro Regional São Paulo, localizado na SE de Campinas, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação da grande São Paulo e o sistema de transmissão proveniente da UHE de Itaipu;
- (iv) Centro Regional Goiás, localizado na UHE de Itumbiara, cuja área de responsabilidade inclui os troncos de alimentação dos estados de Goiás, Mato Grosso, parte do Tocantins e do Distrito Federal.

2.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km desde o Estado do Paraná até São Paulo. Este sistema possui três linhas em corrente alternada 750 kV e duas linhas em corrente contínua ± 600 kV, necessárias para contornar o problema de diferentes frequências utilizadas por Brasil e Paraguai.

2.2.2 SE do sistema de transmissão de Furnas

Subestações do Sistema de Transmissão

Nome	Localização	Nome	Localização
Adrianópolis	Nova Iguaçu/RJ	Itutinga	Itutinga/MG
Angra	Angra dos Reis/RJ	Ivaiporã	Manoel Ribas/PR
Araraquara	Araraquara/ SP	Jacarepaguá	Rio de Janeiro/RJ
Bandeirantes	Aparecida de Goiânia/GO	Macaé	Macaé/RJ
Barro Alto	Barro Alto/GO	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes/SP
Brasília Geral	Brasília/DF	Niquelândia	Niquelândia/GO
Brasília Sul	Brasília/DF	Pirineus	Anápolis/GO
Cachoeira Paulista	Cachoeira Paulista/SP	Poços de Caldas	Poços de Caldas/MG
Campinas	Campinas/SP	Resende	Resende/RJ
Campos	Campos dos Goytacazes/RJ	Rio Verde	Rio Verde/GO
Foz do Iguaçu	Foz do Iguaçu/PR	Rocha Leão	Rio das Ostras/RJ
Grajaú	Rio de Janeiro/RJ	Samambaia	Brasília/DF
Guarulhos	São Paulo/SP	São José	Belford Roxo/RJ
Gurupi	Gurupi/TO	São Gonçalo	São Gonçalo/RJ
Ibiúna	Ibiúna/SP	Tijuco Preto	Mogi das Cruzes/SP
Imbariê	Duque de Caxias/RJ	Viana	Viana/ES
Iriri	Macaé/RJ	Vitória	Serra/ES
Itaberá	Itaberá/SP	Zona Oeste*	Rio de Janeiro/RJ
Itatiba	Itatiba/SP		

* Construída pela TKCSA a partir do seccionamento da Linha de Transmissão 500 kV Angra-Grajaú, de propriedade de Furnas, com a finalidade de conectar a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) à rede básica do SIN, atualmente é de propriedade desta empresa, mas será transferida para Furnas através de um termo de transferência não onerosa, conforme legislação vigente. Esta transferência ainda não foi realizada em virtude de ajustes no CCT - Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão, que estão sendo negociados entre TKCSA, Furnas e Aneel.

Subestações Associadas a Usinas	
Nome	Localização
SE Usina de Campos	Campos dos Goytacazes/RJ
Corumbá	Caldas Novas/GO
Funil	Itatiaia/RJ
Furnas	São José da Barra/MG
Itumbiara	Araporã/MG
Luiz Carlos Barreto	Pedregulho/SP
Mascarenhas de Moraes	Ibiraci/MG
Marimbondo	Fronteira/MG
Manso	Chapada dos Guimarães/MT
Porto Colômbia	Planura/MG
Santa Cruz	Rio de Janeiro/RJ
Serra da Mesa	Minaçu/GO
Baguari	Governador Valadares/MG
Peixe Angical	Peixe/TO
Retiro Baixo	Curvaló/MG
Serra do Facão	Catalão/GO
Foz do Chapecó	Águas de Chapecó/SC

O quantitativo de subestações de Furnas pode ser assim resumido:

Propriedade Integral	
Transmissão	36
Associadas à usinas	10
Subtotal 1	46
Parceria Público-Privada	
Transmissão	0
Associadas à usinas	2
Subtotal 2	2
Sociedade de Propósito Específico	
Transmissão	1
Associadas à usinas	5
Subtotal 3	6
Total Geral	54

2.2.3 Parcerias de Furnas com outras sociedades (SPE) em projetos de transmissão

Investida	Linha	Km ⁽¹⁾	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
Centroeste de Minas	LT 345 kV Furnas-Pimenta 2	62,7		04.03.2005	30 anos
Goiás Transmissão	LT 500 kV Rio Verde Norte-Trindade	193	Trindade em 500/230 kV – 1200 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 230 kV Trindade-Xavantes	37			
	LT 230 kV Trindade-Carajás	29			

Investida	Linha	Km ⁽¹⁾	Subestação	Data da Outorga	Prazo da Concessão
IE Madeira	LT Coletora Porto Velho-Araraquara 2	2.375	Estação retificadora nº 02 CA/CC, em 500/±600 kV – 3.150 MW	26.02.2009	30 anos
	Lote F		Estação Inversora nº 02 CC/CA, em ±600/500 kV – 2.950 MW	26.02.2009	
MGE Transmissão	LT 500 kV Mesquita-Viana 2	248	Viana 2 em 500/345kV – 900 MVA	12.07.2010	30 anos
	LT 345 kV Viana 2-Viana	10			
Transenergia Goiás	LT 230 kV Serra da Mesa-Niquelândia	100	Entrada de linha 230 kV SE Serra da Mesa	19.11.2009	30 anos
	LT 230 kV Niquelândia-Barro Alto	88	2 Entradas de linha 230 kV SE Niquelândia		
			Entrada de linha 230 kV SE Barro Alto		
Transenergia Renovável	LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros-Quirinópolis	52		23.04.2009	30 anos
	LT 230 kV CD Chapadão-Jataí Taquari	128			
	LT 230 kV CS Palmeiras-Edéia	60			
Transenergia São Paulo	2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas-Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV	1	Itatiba 500/138 kV Entrada de linha 500 kV SE Campinas e SE Ibiúna	19.11.2009	30 anos
Transirapé	LT 230 kV Irapé-Araçuaí 2	61		15.03.2005	30 anos
Transleste	LT 345 kV Montes Claros-Irapé	138		18.02.2004	30 anos
Transudeste	LT 345 kV Itutinga-Juiz de Fora	144		04.03.2005	30 anos
Consórcio Caldas Novas			Ampliação da Subestação da Usina de Corumbá 345/138kV (150 MVA) de propriedade de FURNAS	16.06.2011	30 anos

⁽¹⁾ Valores aproximados.

Nota: SE = subestação; CD = circuito duplo; CS = circuito simples.

2.3 Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

2.3.1 Descrição da alteração da legislação

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões sobre a renovação das concessões de energia elétrica, tratadas nos art. 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, ou seja, se as mesmas poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista depende da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no Valor Novo de Reposição (VNR). Os principais marcos para a implementação do disposto na Medida Provisória nº 579/2012 (atual Lei nº 12.783/2013), são apresentados a seguir:

Data do Evento	
12/09/2012	Publicação da Medida Provisória nº 579/2012.
17/09/2012	Edição do Decreto de regulamentação nº 7.805/2012.
15/10/2012	Prazo para manifestação de interesse de renovação de contratos de concessão pelas empresas.
01/11/2012	Aprovação das minutas dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão.
01/11/2012	Publicação das tarifas de geração e das receitas permitidas de transmissão.
04/12/2012	Prazo limite para assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão.
11/12/2012	Aprovação dos valores da Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão – TUST.
19/12/2012	Resolução homologatória provisória das cotas de energia para as distribuidoras.
01/01/2013	Início de validade das novas receitas permitidas das transmissoras, TUST e tarifas das geradoras.
11/01/2013	A Medida Provisória nº 579/2012 é convertida na Lei nº 12.783/2013 de 20 de janeiro de 2013.
20/01/2013	Resolução homologatória definitiva das cotas de energia para as distribuidoras.
05/02/2013	Revisão tarifária extraordinária das distribuidoras para percepção das tarifas pelos consumidores.

Em 31 de outubro de 2012, o MME publicou as Portarias que definiram:

- (i) as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas no art. 1º da Medida Provisória (Portaria nº 578/2012); e
- (ii) as receitas anuais permitidas das instalações integrantes das concessões de transmissão enquadradas no art. 6º da Medida Provisória (Portaria nº 579/2012).

Adicionalmente, o MME e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, que fixou os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602/MME/MF.

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos Lei nº 12.783/2013, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

2.3.1.1 Impactos no negócio geração afetados diretamente pela Lei nº 12.783/2013

Recebimento de indenização dos ativos de geração não amortizados, pelos valores definidos nas Portarias nº 580 e nº 602 mencionadas anteriormente. O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Art. 3º da Portaria nº 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. Conforme facultado pelo art. 4º da Portaria nº 580, supracitada, a Empresa optou pelo recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa:

Contrato de concessão 004/2004, com relação a UHE Marimbondo optou pelo recebimento à vista de R\$ 64.368 mil, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizada nos termos do art. 3º da citada Portaria Interministerial. Para a UHE Corumbá I, optou por receber R\$ 679.880 mil em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1 de novembro de 2012, atualizadas nos termos da citada portaria, e acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

No art. 2º do Decreto nº 7.850, citado anteriormente, até 31 de dezembro de 2013, as concessionárias de geração deverão submeter à Aneel, na forma definida por esta instituição, as informações complementares (posteriores ao Projeto Básico), necessários para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis efetuados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados. Posteriormente, os valores apurados serão objeto, a critério do Poder Concedente, de indenização ou reconhecimento na base tarifária, nesse caso incorporados quando dos processos tarifários.

Alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de distribuição até então. A tarifa será calculada com base nos custos de O&M acrescido da taxa de 10% (empresa eficiente). Além disso, futuramente poderá ser incluída parcela de ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela Aneel.

Os novos investimentos (repontencialização e expansão) ocorridos a partir de 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.

Alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do SIN, a ser definida pela Aneel, que será destinada ao mercado regulado.

Redução ou eliminação dos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão (RGR), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

2.3.1.2 Impactos no negócio transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/2013

Recebimento de indenização dos ativos de transmissão adquiridos após 31 de maio de 2000 não amortizados, pelos valores definidos na Portaria nº 580 mencionada anteriormente. O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Art. 3º da Portaria nº 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. Conforme facultado pelo Art. 4º da Portaria nº 580, supracitada, a Empresa optou pelo recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa:

Contrato de concessão 062/2001 optou por receber R\$ 2.878.028 mil em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1 de novembro de 2012, atualizadas nos termos da citada portaria, e acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à Aneel as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000, ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo Poder Concedente, conforme § 8º do art. 15 da Lei nº 12.783/2013, que quando homologada será paga em 30 anos, atualizada na forma de regulamento.

A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada de forma a cobrir os custos de O&M da Empresa acrescida de remuneração, inicialmente de 10% (empresa eficiente). Adicionalmente, poderá ser incluída parcela de receita para remunerar ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela Aneel.

Os novos investimentos (reforços e melhorias) ocorridos após 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.

Eliminação da Reserva Global de Reversão (RGR) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e redução da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para 25% da taxa vigente.

2.3.2 Informações e Decisões da Empresa

Furnas possui 8 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva e 2 usinas termelétricas, perfazendo 8.137 MW de capacidade instalada, e seu sistema de transmissão totaliza 19.420 km de linhas na tensão ± 600 kV, sendo 18.666 km pertencentes ao contrato nº 062/2001.

Nesse contexto, em 15 de outubro de 2012, a Empresa protocolou junto à Aneel, manifestação de interesse de renovação de todos os seus contratos de concessão, objetivando a prorrogação dos mesmos, conforme previsto na citada Medida Provisória.

Dita manifestação tinha natureza preliminar, visando resguardar o direito das empresas à prorrogação, face ao prazo decadencial previsto do Decreto nº 7.805/2012. É fato, contudo, que os estudos para a decisão final quanto à pretensão de serem assinadas as prorrogações dependeriam de informações que somente vieram a ser publicadas nos dias 01 e 29 de novembro de 2012.

Em 1º de novembro, foram divulgadas as Portarias do Ministério de Minas e Energia nºs 578 e 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União na mesma data, referentes às novas tarifas e aos valores das indenizações a serem pagas às empresas geradoras e transmissoras de energia elétrica, com concessões a vencer até 2017.

A Empresa tinha como prazo limite para avaliação e aceitação das condições de indenização e tarifas, a data estipulada pelo Poder Concedente para assinatura dos termos aditivos aos contratos de concessão de geração e transmissão, prevista para 4 de dezembro de 2012.

Nos termos da MP nº 579/2012, as concessões de geração hidrelétrica alcançadas pelo art. 19 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, poderiam ser prorrogadas, a critério do Poder Concedente, uma

única vez, pelo prazo de até trinta anos. A prorrogação dependia da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

- I - remuneração por tarifa calculada pela Aneel para cada usina hidrelétrica;
- II - alocação de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do SIN, a ser definida pela Aneel, conforme regulamento do Poder Concedente; e
- III - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

As concessões de geração de energia termelétrica podiam ser prorrogadas, a critério do Poder Concedente, uma única vez, pelo prazo de até vinte anos.

As concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, podiam ser prorrogadas, a critério do Poder Concedente, uma única vez, pelo prazo de até trinta anos. A prorrogação dependia da aceitação expressa das seguintes condições pelas concessionárias:

- I - receita fixada conforme critérios estabelecidos pela Aneel; e
- II - submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela Aneel.

Ficou estabelecido que as concessões de geração e transmissão de energia elétrica que não fossem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos MP nº 579, seriam licitadas quando do encerramento do atual prazo – 2015, na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Dada à sua relevância, esta matéria foi encaminhada à deliberação da 165ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de dezembro de 2012, a qual deliberou pela aprovação da prorrogação dos Contratos de Concessão nº 061/2001 – Aneel e 004/2004 – Aneel, nos termos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, alterada pela Medida Provisória nº 591, de 29 de novembro de 2012, do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, da Portaria nº 578/MME, de 31 de outubro de 2012, da Portaria MME nº 579, de 31 de outubro de 2012, da Portaria Interministerial nº 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012 e Portaria Interministerial nº 602/MME/MF, de 29 de novembro de 2012.

A seguir, são demonstrados os efeitos da Lei nº 12.783/2013, por segmento de negócio (geração e transmissão):

2.3.2.1 Geração

			R\$ Mil
Indenização dos Ativos			
Ativos Afetados Contrato nº 004/2004	Valor Residual Regulatório 31.12.2012	Valor Residual Contábil 31.12.2012	Valor de Indenização
Furnas			
UHE Marimbondo	64.445	-	64.368
UHE Funil	19.525	-	-
UHE Porto Colômbia	23.281	-	-
UHE Furnas	568.862	(a) 514.825	-
UHE Luiz Carlos B. Carvalho	551.634	(a) 480.893	-
UHE Corumbá I	1.665.738	-	679.880

Ativos Afetados Contrato nº 004/2004	Valor Residual Regulatório 31.12.2012	Valor Residual Contábil 31.12.2012	Valor de Indenização
UTE Santa Cruz	661.977	661.977	-
Subtotal Afetados	3.555.462	1.657.695	744.248
Ativos Não Afetados			
Furnas	4.944.155	4.944.155	-
Subtotal Não Afetados	4.944.155	4.944.155	-
Total Ativos de Geração	8.499.617	5.601.850	744.248

(a) Valores referentes a modernizações a serem homologadas pela Aneel, transferidos para ativo financeiro.

2.3.2.2 Transmissão

R\$ Mil					
Contratos Afetados	Valor Residual Regulatório 31.12.2012	Transferência do Ativo Financeiro Transmissão	Baixa RBSE Não Autorizada	Valor Residual Contábil 31.12.2012	Valor de Indenização
Furnas					
Contrato nº 062/2001 – RBNI	1.969.729	-	-	-	2.878.028
Contrato nº 062/2001 – RBSE	(a) 5.016.255	(b) (154.593)	(c) (331.602)	4.530.060	-
Subtotal Contratos Afetados	6.985.984	(154.593)	(331.602)	4.530.060	2.878.028
Contratos Não Afetados					
Furnas	804.074	-	-	804.074	-
Subtotal Contratos Não Afetados	804.074	-	-	804.074	-
Total Contratos de Transmissão	7.790.058	(154.593)	(331.602)	5.334.134	2.878.028

(a) Valor referente a RBSE a ser homologada pela Aneel.

(b) Valor referente aos ativos de transmissão das UHE de Batalha e Simpício e materiais em depósito.

(c) Valor baixado correspondente a investimentos realizados na RBSE a partir de maio de 2000. Embora sem previsão legal para indenização, a Empresa pleiteará ressarcimento ao Poder Concedente.

2.3.3 Efeitos decorrentes da Lei nº 12.783/2013

2.3.3.1 Concessões de Geração

2.3.3.1.1 Indenização do Projeto Básico

R\$ Mil			
Usina	Valor Contábil Líquido	Valor de Indenização	Ganho (Perda)
Porto Colômbia	23.281	-	(23.281)
Marimbondo	64.445	64.368	(77)
Corumbá I	1.665.738	679.880	(985.858)
Funil	19.525	-	(19.525)
Furnas	54.037	-	(54.037)
Estreito	70.741	-	(70.741)
Total	1.897.767	744.248	(1.153.519)

2.3.3.1.2 Investimentos após o projeto básico

R\$ Mil			
Usina	Valor Contábil Líquido	Valor Novo de Reposição (VNR)	Valor a Receber *
UHE Furnas	514.825	576.315	514.825
UHE Estreito	480.893	626.290	480.893
Total	995.718	1.202.605	995.718

* Valores sujeitos à homologação da Aneel.

2.3.3.1.3 Geração Térmica

	R\$ Mil		
Usina	Valor Contábil Líquido	Valor Novo de Reposição (VNR)	Valor a Receber **
UTE Santa Cruz	661.977	2.664.688	-
Total	661.977	2.664.688	-

** Até o presente momento, não foram definidos pela Aneel o valor de indenização dos ativos de geração térmica e outros detalhes inerentes à nova formatação de negócio a ser proposta pelo Governo para a renovação de concessão de ativos dessa natureza. O Valor Novo de Reposição (VNR) determinado pela Administração foi a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto nº 7.805/12, conforme descrito na Nota 1, podendo a referida estimativa sofrer alterações até a homologação final dos ativos indenizáveis.

Com relação aos ativos indenizados, não existem contingências relacionadas a estes ativos.

2.3.3.2 Concessões de Transmissão

2.3.3.2.1 Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE (Contrato nº 062/2001)

	R\$ Mil		
Investimento	Valor Contábil Líquido	Valor Novo de Reposição (VNR)	Valores a Receber *
Até maio de 2000	4.530.060	6.458.231	4.530.060
Total	4.530.060	6.458.231	4.530.060

* Valores sujeitos à homologação da Aneel.

2.3.3.2.2 Rede Básica de Novos Investimentos - RBNI (Contrato nº 062/2001)

	R\$ Mil		
Investimento	Valor Contábil Líquido	Indenização NT nº 396/2012-SER/Aneel	Ganho (Provisão)
Após maio de 2000	1.969.729	2.878.028	908.299
Total	1.969.729	2.878.028	908.299

2.3.3.3 Impactos de Contrato Oneroso

	R\$ Mil
Descritivo	Contrato Oneroso
Geração	
Funil	83.158
Total geração	83.158
Transmissão	
Contrato nº 062/2001	1.407.057
Total transmissão	1.407.057
Total	1.490.215

Os resultados acima apresentados são decorrentes de metodologia adotada cujas premissas estão descritas na nota 17.3.

2.3.4 Impactos nas concessões afetadas pela Lei nº 12.783/2013:

2.3.4.1 Empréstimos e financiamentos vinculados às concessões diretamente afetadas pela Lei nº 12.783/2013 e impactos nas cláusulas restritivas dos empréstimos (*covenants*)

O montante de empréstimos e financiamentos vinculados às modernizações das usinas de Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho (Estreito), diretamente afetadas pela Lei nº 12.783/2013, corresponde a R\$ 130.950 mil em 31 de dezembro de 2012. Suas garantias e *covenants* correspondentes estão relacionadas na nota 20.5.

2.3.4.2 Passivo socioambiental e passivos relacionados às ações judiciais e contingências

Não há passivos socioambientais, ações judiciais nem contingências associadas as usinas afetadas.

2.3.4.3 Apresentação dos impactos contábeis

Os impactos contábeis da Lei nº 12.783/2013 estão demonstrados na nota 36.

2.4 Contrato entre Furnas e Eletronuclear

Furnas, subsidiária da Eletrobrás, tinha contrato exclusivo de compra e venda de energia com sua parte relacionada Eletronuclear até 2014. A energia produzida pelas usinas Angra 1 e Angra 2 era comprada integralmente por Furnas que a colocava no mercado pelos preços dos leilões de energia. Historicamente, os preços de compras praticados eram um custo aproximadamente 40% maior que o seu preço de venda.

Especificamente no caso da Eletronuclear, as normas e diretrizes que regulamentam a aquisição de sua energia foram estabelecidas pelo Decreto nº 2.655/1998, com a redação dada pelo Decreto nº 4.550/2002, pela Portaria do MME nº 320/2004 e pela Resolução Aneel nº 400/2006. Tais instrumentos legais estabelecem que a totalidade da energia da Eletronuclear (1.475 MW médios) deve ser adquirida por Furnas, a um preço que garanta o equilíbrio econômico-financeiro da geradora nuclear.

Neste sentido, Furnas contou com a totalidade de seus recursos (empreendimentos próprios e contratos de compra) para participação nos leilões de energia existente, e, de acordo com as regras emanadas dos editais dos leilões, estabeleceu um único preço para a venda da totalidade de sua energia. Tal preço de venda foi determinado de forma a assegurar uma margem operacional adequada para a Empresa, compatível com a situação vigente no mercado de energia elétrica.

Entretanto, cumpre assinalar que os preços contratuais adotados pela compra de energia da Eletronuclear sofreram um incremento bem acima daquele previsto, quando comparados aos preços de venda de energia praticados após sua participação no 1º leilão de energia existente, ocorrido em dezembro de 2004. O referido aumento, dada a sua origem, foi um fato extraordinário e imprevisível, alheio ao controle de Furnas, ocasionando uma redução de sua margem operacional.

Após gestões junto à sua Controladora Eletrobras, à Aneel e ao MME, foi editada, em 09 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111, estabelecendo que, a partir de 2010, um critério para reduzir o impacto financeiro decorrente da comercialização, por Furnas, da energia proveniente da Eletronuclear. De acordo com a referida Lei, ficou autorizada a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência.

Em relação ao período entre 2010 e 2012, a Lei nº 12.111/2009 define que será calculado um diferencial entre a tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência, ficando a Eletronuclear autorizada a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado.

2.4.1 Tarifas praticadas definitivas entre Furnas e Eletronuclear

Considerando as variações do custo de combustível revisados e fiscalizados, refletiram as alterações na taxa de referência conforme tabela:

Descrição	12.2009 a 12.2010	12.2010 a 12.2011	12.2011 a 12.2012
Tarifa praticada provisória (R\$/MWh)	137,66	145,48	148,79
Tarifa de referência (R\$/MWh)	115,68	121,79	130,29
Resolução Homologatória	REH nº 1.091/2010	REH nº 1.091/2010	REH nº 1.235/2011

Furnas realizou os pagamentos, no período de 2009 a 2012, pela tarifa provisória de comercialização com a Eletronuclear. Com a homologação das tarifas de referência do período de 2009 a 2012 a Eletronuclear reconhece que possui uma obrigação de devolver a Furnas R\$ 224.906 mil decorrente dessa diferença. Foi celebrado contrato entre as partes contendo os prazos de vencimento do montante e atualização envolvida (Vide nota 15.1.1 e 33.1).

Considerando as tarifas praticadas, o diferencial entre a tarifa praticada e a tarifa de referência para os anos de 2010 a 2012, em atendimento a Lei nº 12.111/2009 e a Resolução Homologatória nº 1.406 da Aneel, os valores a serem ressarcidos a Furnas seriam de R\$ 581.431 mil (Vide nota 15.1.1 e 33.1).

Os valores do diferencial para as distribuidoras, deverão ser pagos à Eletronuclear em três parcelas de R\$ 193.810 mil nos anos de 2013 a 2015 e repassados a Furnas.

2.4.1.1 Tarifas praticadas pela Eletronuclear

Os valores da tarifa contratual de energia da Eletronuclear praticadas nos períodos de 2011 e 2012 foram os seguintes:

- (i) de 05 de dezembro de 2010 a 04 de dezembro de 2011: R\$ 136,91/MWh – Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012;
- (ii) de 05 de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2012: R\$ 144,57/MWh - Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012.

2.4.1.2 Diferença entre as tarifas definitivas e as provisórias

A Resolução Homologatória Aneel nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, homologou em seu art. 1º as tarifas definitivas praticadas pela Eletronuclear nos exercícios 2010, 2011 e 2012, ou seja, no período de 5 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, que resultou em uma diferença de R\$ 224.906 mil a ser devolvido a Furnas. Dessa forma, a Empresa está registrando em dezembro de 2012 um crédito na receita de suprimento de R\$ 224.906 mil, tendo como contrapartida um contas a receber de igual valor lançada à conta de Devedores Diversos (Vide nota 15.1.1 e 33.1).

2.4.1.3 Diferencial entre a tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência

Também através da Resolução nº 1.406/2012, a Aneel homologou no caput do art. 2º o diferencial de que trata o art. 12 da Lei nº 12.111/2009, em R\$ 581.431 mil. Trata-se da diferença verificada, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência. A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da Eletronuclear, homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

No parágrafo primeiro do art. 2º dessa mesma, dispõe a Aneel que esse diferencial deverá ser pago à Eletronuclear em duodécimos pelas concessionárias de distribuição, nos anos de 2013 a 2015.

2.4.1.4 Nova regulamentação de comercialização

O contrato entre a Eletronuclear e Furnas, assinado em 10 de julho de 2001, prevê sua vigência até 31 de dezembro de 2014. No entanto, com a regulamentação da Aneel para o dispositivo do art. 12 da Lei nº 12.111/2009, mediante as edições em 21 de dezembro de 2012, da Resolução Normativa nº 530 e da Resolução Homologatória nº 1.407, a partir de 01 de janeiro de 2013, toda a receita decorrente da geração das usinas Angra 1 e 2 será rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição do SIN.

Portanto, os totais dos ativos reconhecidos em 31 de dezembro de 2012 somam R\$ 828.997 mil (valores originais) referentes:

- (i) As diferenças das tarifas praticadas definitivas e provisórias entre Furnas e Eletronuclear para os anos de 2010 a 2012, de R\$ 131,41/MWh, R\$ 136,91/MWh e R\$ 144,57/MWh, respectivamente que somam R\$ 224.906 mil (Vide nota 15.1.1 e 33.1); e
- (ii) O valor do diferencial entre a tarifa praticada e a de referência a ser repassado à Furnas entre 2013 a 2015 de R\$ 581.431 mil, e as respectivas parcelas anuais a serem pagas pelas distribuidoras (Vide nota 15.1.1 e 33.1).

O quadro abaixo demonstra as variações de tarifas e o montante consolidado do ativo:

Descrição	12.2009 a 12.2010	12.2010 a 12.2011	12.2011 a 12.2012
1.Tarifa de referência (R\$/MWh)	115,68	121,79	130,29
2.Tarifa praticada (R\$/MWh)	137,66	145,48	148,79
3.Diferencial de tarifa (R\$/MWh) (2-1)	21,97	23,69	18,50
4.Energia Assegurada Anual (R\$/MWh)	12.921.000	12.921.000	12.921.000
5.Diferencial Verificado (R\$ Mil) (3x4)	283.907	(K) 306.078	(M) 239.012
6.Diferencial Acumulado em R\$ Mil (L=J+K); (N=L+M)	(J) 283.907	(L) 589.985	(N) 828.997

NOTA 3 – BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa compreendem:

- (i) Demonstrações financeiras consolidadas - preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estão convergentes com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e seguiram os princípios, métodos e critérios adotados no encerramento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.
- (ii) Demonstrações financeiras individuais - preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM e CFC que são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a

legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as normas internacionais, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da investidora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da investidora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da investidora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Empresa optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

3.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Cabe destacar que as demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros provenientes de suas investidas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2013.

3.2.1 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

3.2.2 Uso de Julgamentos e Estimativas Contábeis

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da administração da Empresa e suas investidas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras individuais e de suas investidas, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Empresa e de suas investidas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Empresa e de suas investidas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

3.2.2.1 Ativo fiscal diferido

O mesmo critério adotado para apuração e contabilização do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) direto é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas, levando-se em consideração a capacidade de realização futura pela geração de lucros tributáveis.

O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar, ou não, o montante do ativo fiscal diferido.

3.2.2.2 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Empresa e de suas investidas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para cálculo do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário.

Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência, na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor.

Também impactam no cálculo das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Empresa, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão.

Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição. Base de determinação de indenização pelo Poder Concedente sobre concessões de serviço público. A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo Poder Concedente sobre concessões de serviço público.

A Empresa adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do Poder Concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.

3.2.2.3 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros

A Empresa reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e outros. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Empresa revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

3.2.2.4 Obrigações atuariais

As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

3.2.2.5 Vida útil dos bens do imobilizado

A Empresa utiliza os critérios definidos na Resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.

3.2.3 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

NOTA 4 - BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais de Furnas e de suas investidas (SPE). A consolidação foi preparada considerando a característica de compartilhamento das políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais, as informações financeiras das sociedades investidas, relativas aos empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Os resultados das investidas adquiridas ou alienadas estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela investidora. Todas as transações, saldos, receitas e

despesas, bem como as participações no capital, reservas e lucros acumulados registradas no conjunto de empresas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados das coligadas e controladas em conjunto, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação proporcional, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (IAS 28), em seus itens 24 e 25, são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora.

Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes.

Desta forma, foram utilizadas as demonstrações financeiras das investidas em 30 de novembro de 2012. A adoção desse procedimento apresentou, em 2012, um efeito negativo irrelevante de R\$ 824 mil referente ao resultado de um mês (dezembro), estando portanto, mantida a comparabilidade com o exercício anterior.

Segue abaixo o quadro atualizado da participação de Furnas em suas investidas:

Participação (%)		
Geração	31.12.2012	31.12.2011
Madeira Energia S.A.	39,00	39,00
Geração	30.11.2012	30.11.2011
Baguari Energia S.A.	30,6122	30,6122
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,50	24,50
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,50	24,50
Chapecoense Geração S.A.	40,00	40,00
Cia. Hidrelétrica Teles Pires	24,50	24,50
Energia dos Ventos I S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos II S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos III S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos IV S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos V S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos VI S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos VII S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos IX S.A.	49,00	-
Energia dos Ventos X S.A.	49,00	-
Enerpeixe S.A.	40,00	40,00
Inambari Geração de Energia S.A.	19,60	19,60
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,50	24,50
Retiro Baixo Energia S.A.	49,00	49,00
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	49,4737
Transmissão	30.11.2012	30.11.2011
Caldas Novas Transmissão	49,90	49,90
Centroeste de Minas S.A.	49,00	49,00
Cia. Transirapé de Transmissão S.A.	24,50	24,50
Cia. Transleste de Transmissão S.A.	24,00	24,00
Cia. Transudeste de Transmissão S.A.	25,00	25,00
Goiás Transmissão	49,00	49,00

Participação (%)		
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50	24,50
Luziânia – Niquelândia Transmissora S.A.	49,00	49,00
MGE Transmissão	49,00	49,00
Transenergia Goiás S.A.	49,00	49,00
Transenergia Renovável S.A.	49,00	49,00
Transenergia São Paulo S.A.	49,00	49,00

NOTA 5 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas e políticas contábeis relacionadas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Empresa e suas investidas em suas demonstrações financeiras.

5.1 Mudanças nas participações em sociedades existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos contábeis das participações da Empresa e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas sociedades. A diferença entre o valor pelo qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas, ou recebidas, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Empresa.

Quando há mudança de participação, o ganho ou a perda na alienação é calculado pela diferença entre: a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual, e o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da investida, e participações não controladoras, se houver. Quando os ativos da investida são registrados aos valores justos e o correspondente ganho, ou perda acumulado, é reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio, os valores reconhecidos anteriormente em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio são contabilizados como se a Empresa tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos diretamente para a conta “Lucros acumulados”, conforme requerido pelas normas internacionais aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga investida na data da perda de controle, é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pelo CPC 38 ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou controlada em conjunto.

5.2 Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como “mantido para venda”, caso em que é contabilizado de acordo com o CPC 31.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo, e em seguida, ajustados para fins de reconhecimento da participação da investidora no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Quando a parcela da investidora no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da investidora na coligada), a investidora deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se tiver incorrido em obrigações legais, ou constituídas, ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

Qualquer montante, que exceda o custo de aquisição sobre a participação da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada, na data de aquisição, é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis, que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável com relação ao investimento em uma coligada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável, de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo, menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda, por redução ao valor recuperável, é reconhecida, de acordo com o CPC 1 (R1), exceto o ágio, na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando qualquer uma das empresas realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas ao conjunto.

5.3 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos, das devoluções concedidas ao comprador e outras deduções similares.

A Empresa reconhece receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades: geração, transmissão e comercialização.

O valor da receita não é considerado mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Há reconhecimento de receita de:

- (i) vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismos de Realocação de Energia (MRE) e *Spot* no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Empresa, ajustados, posteriormente, por ocasião da disponibilidade dessas informações;
- (ii) remuneração de ativo financeiro de transmissão;

- (iii) de construção; e
- (iv) outras, relacionadas a outros serviços.

A receita proveniente da venda de geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Não existe consumidor que isoladamente, represente mais de 10% ou mais do total do faturamento.

A Receita Anual Permitida (RAP) definida no Contrato do Serviço de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Empresa pela disponibilização das instalações do seu sistema de transmissão. É composta pela RPB (parcela referente às instalações da Rede Básica) mais a RPC (parcela referente às demais instalações de transmissão e conexões).

A RPB está subdividida em Rede Básica de Sistema Existente - RBSE (receita referente aos ativos de transmissão indicados na Resolução Aneel nº 167/2000, para as instalações de transmissão existentes na época), mais Rede Básica Novas instalações - RBNI (receita referente aos novos ativos a serem incorporados ao sistema de transmissão da empresa), ambas reajustadas anualmente pelo IGP-M.

Nas novas concessões, obtidas em leilões públicos de transmissão, a receita corresponde ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada, anualmente, pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada quatro anos, durante os 30 anos de duração da concessão. Contabilmente a receita é auferida com base na taxa de remuneração de cada um dos contratos de transmissão e que leva em consideração o fluxo de composição do ativo financeiro e as projeções de entrada de caixa.

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão dos contratos é assim determinado:

- (i) os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório; e
- (ii) a receita referente a serviços, com base em tempo e materiais contratados, é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: a atividade fim da Empresa para os itens no escopo da ICPC 01 (R1) – *contrato de concessão* é a transmissão de energia elétrica; toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica; e a Empresa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros sejam realizados e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva, aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

5.4 Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários, que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira, devem ser convertidos utilizando a taxa vigente da data da transação.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado, no período em que ocorrerem, exceto:

- (i) variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionada a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;
- (ii) variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (*hedge*) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e
- (iii) variação cambial sobre itens monetários a receber, ou a pagar, com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização de itens monetários.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período. Neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

5.5 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

5.6 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são refletidas, sistematicamente, no resultado durante os períodos nos quais há o reconhecimento como despesas dos custos correspondentes que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas com a finalidade de oferecer às empresas suporte financeiro imediato, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

5.7 Benefícios a empregados

A Empresa opera um fundo de pensão em que os planos são financiados por pagamentos a seguradoras, ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. Existem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual são feitas contribuições fixas a uma entidade separada.

Para a empresa, não existem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida.

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como: idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, com relação ao plano de pensão de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação ao plano de contribuição definida, são feitas contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Não há nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso, em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros, estiver disponível. A Empresa possui outros benefícios pós-emprego relacionados com seguro de vida e plano de saúde que também foram determinados atuarialmente e que se encontram provisionados.

A Empresa alterou o método de contabilização dos ganhos e perdas atuariais e passou a reconhecer tais itens de forma integral na rubrica “Outros Resultados Abrangentes” no Patrimônio Líquido, conforme previsto no CPC 33.

5.8 Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

5.9 Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual é esperado, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

5.10 Imobilizado

Os bens de geração: terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos; não qualificáveis na ICPC 01 (R1) – *Contrato de Concessão*, estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas (Vide nota 16).

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são efetuados em conformidade com as regras estabelecidas pelo órgão regulador.

O Poder Concedente, representado por Agência Reguladora, é responsável por estabelecer a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens.

5.11 Estoques

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles classificados no Ativo Não Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

5.12 Ativos intangíveis

Seguem as políticas para os seguintes tipos de ativos intangíveis:

5.12.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

5.12.2 Ativos intangíveis gerados internamente - gastos com pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno), é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- (iv) como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- (v) a disponibilidade de adequados recursos técnicos financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- (vi) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

5.12.3 Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual equivale ao seu custo.

5.12.4 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

5.12.5 Ativo intangível proveniente do direito da exploração das concessões

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões de FURNAS decorre de:

- (i) Uso do Bem Público (UBP): Determinadas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de UBP. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

5.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (excluindo o ágio)

No fim de cada exercício, o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis são revisados para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor

recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, calcula-se o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponível para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

5.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

5.15 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

5.16 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

5.16.1 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

5.16.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio de resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou
- (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que é administrado em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou
- (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio de resultado no reconhecimento inicial se:

- (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou
- (ii) for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos; e
- (iii) seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e

- (iv) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio de resultado.

5.16.3 Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa no qual existe a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

5.16.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado.

5.16.5 Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros é considerado imaterial.

5.16.6 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio de resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir:

- (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
- (ii) violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
- (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
- (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o período médio de 180 dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores, anteriormente baixados, são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Quando um ativo financeiro classificado como disponível para venda é considerado irrecuperável, os ganhos e as perdas acumulados, reconhecidos em outros resultados abrangentes, são reclassificados para o resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento, na data dessa reversão, não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

5.16.7 Baixa de ativos financeiros

A baixa de um ativo financeiro é efetuada, apenas, quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Se não houver transferência, nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, há o reconhecimento da participação retida e o respectivo passivo nos valores a pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, é mantido o reconhecimento desse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

Na baixa de um ativo financeiro que não seja em sua totalidade, há a alocação do valor contábil anterior do ativo financeiro entre a parte que ele continua a reconhecer devido ao envolvimento contínuo e a parte que ele não mais reconhece, com base no valor justo relativo dessas partes na data da transferência. A diferença entre o valor contábil alocado à parte que não é mais reconhecida

e a soma da contrapartida recebida pela parte que não é mais reconhecida e qualquer ganho ou perda acumulado alocado e reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda acumulado reconhecido em “Outros resultados abrangentes” é alocado entre a parte que continua a ser reconhecida e a parte que não é mais reconhecida, com base no valor justo relativo dessas partes.

5.17 Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Seguem as políticas para os seguintes tipos de passivos financeiros e instrumentos de patrimônio:

5.17.1 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos são classificados como passivos financeiros, ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

5.17.2 Instrumentos de patrimônio

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

5.17.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Outros passivos financeiros”.

5.17.3.1 Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

5.17.3.2 Baixa de passivos financeiros

A baixa de passivos financeiros é precedida somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

5.17.3.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

A Empresa e suas investidas aplicam CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- a) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- b) informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- c) inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos da Empresa e suas investidas mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012.

R\$ Mil				
Descritivo	Consolidado			Saldo total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos para negociação	-	1.142	-	1.142
Títulos para negociação	558.141	-	-	558.141
Aplicação financeira vinculada	-	97.955	-	97.955
Total do ativo	558.141	9.097	-	657.238

A tabela abaixo apresenta os ativos da Empresa e suas investidas mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

R\$ Mil				
Descritivo	Consolidado			Saldo total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativo				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Derivativos para negociação	-	3.617	-	3.617
Títulos para negociação	617.315	-	-	617.315
Aplicação financeira vinculada	-	101.112	-	101.112
Total do ativo	617.315	104.729	-	722.044

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do Ibovespa 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

A Empresa não possui ativos no Nível 3.

5.17.3.4 Instrumentos financeiros por categoria

R\$ Mil					
Consolidado					
Descritivo	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Derivativos Usados para Hedge	Disponível para Venda	Total
31 de dezembro de 2012					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	558.141	-	-	558.141
Aplicação financeira vinculada	-	97.955	-	-	97.955
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.142	-	-	1.142
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	9.237.080	3.690.794	-	-	12.927.874
Total	9.237.080	4.348.032	-	-	13.585.112

R\$ Mil				
Consolidado				
Descritivo	Passivos Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Derivativos Usados para Hedge	Mensurados ao Custo Amortizado	Total
31 de dezembro de 2012				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	-	-	12.892.061	12.892.061
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	1.122.380	1.122.380
Total	-	-	14.014.441	14.014.441

R\$ Mil					
Consolidado					
Descritivo	Empréstimos e Recebíveis	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Derivativos Usados para Hedge	Disponível para Venda	Total
31 de dezembro de 2011					
Ativo, conforme o balanço patrimonial					
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	617.317	-	-	617.317
Aplicação financeira vinculada	-	101.112	-	-	101.112
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.617	-	-	3.617
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	9.915.743	-	-	-	9.915.743
Total	9.915.743	722.044	-	-	10.637.787

R\$ Mil				
Descritivo	Consolidado			Total
	Passivos Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Derivativos Usados para <i>Hedge</i>	Mensurados ao Custo Amortizado	
31 de dezembro de 2011				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	-	-	10.518.018	10.518.018
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	998.787	998.787
Total	-	-	11.516.805	11.516.805

5.18 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguem as disposições contidas no CPC 09 – *Demonstração do Valor Adicionado*.

Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

5.19 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos, e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Empresa estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social, e após as devidas destinações legais, a Empresa registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório no passivo circulante e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Empresa.

Os lucros não destinados deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos da Lei nº 10.303/2001.

5.20 Demais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. A seguir, as práticas contábeis para as rubricas elencadas:

5.20.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.20.2 Contas a Receber de Consumidores, concessionárias e permissionárias

São decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência.

5.20.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

5.20.4 Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos, auferidos até a data do balanço.

5.20.5 Investimentos

Os investimentos em sociedades com influência significativa, ou com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte de um mesmo grupo, ou estejam sob controle comum, estão registrados pelo método de equivalência patrimonial, e os demais registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisões para perdas, quando aplicável.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada no passivo.

5.20.6 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição líquido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução Aneel nº 44, de 17 de março de 1999, e atos complementares daquela Agência, conforme previsto pela Orientação Técnica OCPC 05 – *Contratos de Concessão* (item 111).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidos" na demonstração do resultado.

5.20.7 Intangível

É registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e *software* de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Neste grupo também estão incluídos os valores provenientes do direito de uso da infraestrutura para ser utilizada pela outorgante, que são estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica, os quais são registrados pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontados a valor presente a taxa implícita do projeto.

5.20.8 Ativo Financeiro – Receita Anual Permitida (RAP) e Ativo Financeiro Indenizável

Em 31 de dezembro de 2012, a Empresa possui ativos financeiros a receber no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrentes da aplicação do modelo financeiro, previsto nas ICPC 01 (R1) e OCPC 05, no montante (consolidado) de R\$ 7.701.048 mil, dos quais R\$ 3.154.468 mil correspondem a RAP e R\$ 4.593.392 mil, indenizável. Cabe ressaltar, que estes valores nas demonstrações individuais são: R\$ 4.326.683 mil para ativo financeiro indenizável e R\$ 2.003.168 mil para RAP, totalizando R\$ 6.329.851 mil.

Os contratos de concessão regulamentam a exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica pela Empresa, na qual:

- (i) o preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. Os contratos têm sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão está sujeita a revisão anual devido a aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações; e
- (ii) os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa.

A infraestrutura recebida ou construída é recuperada com a aplicação de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte pela RAP, durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar esse encargo.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

5.20.9 Adoção da ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e OCPC 05 – Contratos de Concessão

A ICPC 01 (R1), ICPC 17 e OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização e evidenciação de contratos de concessões de serviços públicos a entidades privadas e definem os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados a esses serviços. A Empresa possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente, representante do Governo Federal, sendo todos os contratos, por segmento, similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

O sistema de tarifação da transmissão é controlado pela Aneel e é reajustado anualmente e revisado a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Empresa como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por meio de avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação mediante a definição de preço e a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Empresa, de contratos, oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e de leilões de compra e venda de energia elétrica realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e as vendidas, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na Nota 2.

A ICPC 01 visa fornecer o enquadramento contábil à atividade desenvolvida por operadores de infraestruturas em regime de concessão público-privada, na qual esteja subjacente a prestação de serviços de utilidade pública, foi adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em dezembro de 2009, aplicando-se aos exercícios iniciados após aquela data. A Empresa aplica esta Interpretação desde 1º de janeiro de 2010. No entanto, em 13 de dezembro de 2011, saiu a Deliberação CVM nº 677 que aprovou a revisão da ICPC 01, passando a denominá-la ICPC 01 (R1), com aplicação aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Após análise detida da referida interpretação, a Empresa não encontrou mudanças significativas as políticas e procedimentos já adotados.

A ICPC 01 (R1) aplica-se aos contratos de concessão público - privados nos quais o concedente:

- (i) controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- (ii) controla ou regula o preço aos quais os serviços são fornecidos; e
- (iii) controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01 (R1) uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- (i) infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;
- (ii) acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- (iii) operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- (iv) operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do concedente, quer dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos; e
- (v) infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou também de forma onerosa.

No negócio de transmissão de energia elétrica, a ICPC 01 (R1) é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro, tendo em vista o fato dessa atividade não estar sujeita a riscos de crédito e demanda.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Empresa e suas coligadas e controladas reconheceram um Ativo Financeiro, correspondente a remuneração pelo uso da infraestrutura, e um Ativo Financeiro indenizável, correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente pelo concedente.

O sistema de tarifação da geração de forma geral foi baseado em tarifa regulada até 2004. Após essa data e em conexão com as mudanças na regulamentação do setor, foi alterada de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras podem participar em leilões de energia destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão.

Adicionalmente, as geradoras podem efetuar contratos de venda bilaterais com os consumidores que se enquadram na categoria de consumidores livres (definição base no consumo de MW). Com base nesses aspectos, a infraestrutura de geração permaneceu registrada como ativo imobilizado.

5.20.10 Concessões a Pagar

A Empresa, mediante suas concessões nas usinas de Simplício e Batalha, e por intermédio de suas investidas: Cia Hidrelétrica Teles Pires, Chapecoense Geração S.A., Enerpeixe S.A., Retiro Baixo Energética S.A., Serra do Facão Energia S.A. e Madeira Energia S.A., possui contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas hidrelétricas de: Batalha, Simplício, Teles Pires, Foz do Chapecó, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, a partir da análise da característica dos negócios, dos contratos e do estágio do empreendimento, os valores das concessões das usinas de Batalha, Simplício, Teles

Pires, Foz do Chapecó, Peixe Angical, Retiro Baixo, Serra do Facão e Santo Antônio foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo de longo prazo.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

5.21 Demais assuntos do setor elétrico

5.21.1 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Empresa.

5.21.2 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3% da sua receita anual.

Cabe destacar que pelo art. 21 da Lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR:

“I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III – as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei.”

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a RGR de que trata o art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

5.21.3 Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo art. 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

5.21.4 Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: CFURH =

$TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica.

5.21.5 Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC)

Criada pelo Decreto nº 73.102/1973 é paga mensalmente por todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do País.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel, para cada concessionária, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas. A partir do ano de 2008, restringe-se à cobertura de custos de geração termoeletrica dos sistemas isolados.

O art. 24 da Lei nº 12.783, de 11 janeiro de 2013 extingue o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, de que trata o § 3º do art. 1º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993.

5.21.6 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação alterada pelo art. 23 da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Sendo assim, a CDE conforme art. 23 da Lei nº 12.783/2013, visa ao desenvolvimento energético dos Estados, além dos seguintes objetivos:

- I. promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional;*
- II. garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda;*
- III. prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustível (CCC);*
- IV. prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras vinculadas à indenização por ocasião da reversão das concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária;*
- V. promover a competitividade da energia produzida a partir da fonte carvão mineral nacional nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, destinando-se à cobertura do custo de combustível de empreendimentos termelétricos em operação até 6 de fevereiro de 1998, e de usinas enquadradas no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; e*
- VI. promover a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, termossolar, fotovoltaica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, outras fontes renováveis e gás natural.*

Seus recursos serão provenientes:

- I. quotas anuais pagas por todos os agentes que comercializem energia com consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição;*
- II. dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público (UBP);*

- III. das multas aplicadas pela Aneel a concessionárias, permissionárias e autorizadas; e*
- IV. dos créditos da União de que tratam os arts. 17 e 18 da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012.*

Ainda pela Lei nº 12.783/2013, mediante redação do art. 20, fica a CDE de que trata o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autorizada a contratar operações de crédito, com o objetivo de cobrir eventuais necessidades de indenização aos concessionários de energia elétrica, por ocasião da reversão de concessões ou para atender à finalidade de modicidade tarifária.

5.21.7 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel.

5.21.8 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (Tfsee)

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários e permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos.

5.21.9 Uso de Bem Público (UBP)

Corresponde aos valores estabelecidos no contrato de concessão para exploração do potencial de energia hidráulica o qual é registrado pelo valor das retribuições ao Poder Concedente pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico, descontada, a valor presente, a taxa implícita do projeto.

5.22 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A seguir listam-se novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB mas que não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil, pelo CPC.

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos previstos para a sua adoção nas demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes: (i) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados. O saldo não reconhecido em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 145; (ii) a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida deverá gerar um pequeno aumento do custo do plano na demonstração de resultado.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitida em maio de 2011, e incluída como alteração ao texto do CPC 19(R2) - "Negócios em Conjunto". A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto.

IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Empresa e suas investidas.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes à algumas IFRS acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

5.22.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

5.22.1.1 Normas novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas

Alterações à IFRS 7 - Divulgação - Transferência de ativos financeiros

As modificações, à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo certo nível de exposição no ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

Esta norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012 e não gerou impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

Alterações à IAS 12 -Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes

As modificações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro apresentam uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos deve refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira na qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo. Especificamente, de acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 - Propriedade para Investimento sejam recuperadas através de venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja invalidada em determinadas circunstâncias. Esta norma entrou em vigor em 1º de janeiro de 2012 e não gerou impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa.

5.22.1.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Novas normativas e revisões sobre consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações

Em maio de 2011, um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações foi emitido, incluindo a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revisada em 2011) e IAS 28 (revisada em 2011).

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico será retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em *Joint Ventures*. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação, onde duas ou mais partes têm controle conjunto, deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures* – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Por outro

lado, de acordo com a IAS 31, existem três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

Em junho de 2012, as modificações às IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação destas IFRS pela primeira vez. Essas cinco normas, juntamente com as respectivas modificações relacionadas às regras de transição, são aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Administração espera que a aplicação dessas cinco normas não tenha um efeito significativo sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras no que diz respeito ao resultado auferido, tendo em vista que tanto pelo método da equivalência patrimonial como pelo da consolidação de saldos o resultado não é alterado.

No entanto, em termos de distribuição entre as linhas de ativos e passivos pelo novo método perde-se robustez e detalhamento das operações do grupo pelas diversas rubricas das demonstrações financeiras, uma vez que permanece apenas os valores da empresa individual com toda a movimentação das investidas agrupada na linha de investimentos com sua contrapartida em resultado.

Demais normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" com relação a outros resultados abrangentes	A principal modificação resultante destes adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas, subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes.	Exercícios anuais iniciados após 1º de julho de 2012
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	Exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015
IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo"	O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.	Exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 7 e IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas	As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”. As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.	Exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013 (IFRS 7 – itens de divulgação) e após 1º de janeiro de 2014 (IAS 32)
Melhorias anuais ao ciclo de IFRS 2009 – 2011 (maio de 2012)	<u>Alterações à IAS 16</u> As alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, equipamentos reservas e equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado caso estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16 ou, de outra forma, como estoque. <u>Alterações à IAS 32</u> As alterações à IAS 32 esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Impostos sobre o lucro.	Exercícios anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013

A Empresa está avaliando o impacto destes Pronunciamentos e Orientações sobre suas Demonstrações Financeiras, não tendo sido, ainda, editadas normas correspondentes no Brasil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Consolidado.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e bancos	2.462	4.684	7.301	47.110
Aplicação financeira	-	110.981	277.251	464.767
Total	2.462	115.665	284.552	511.877

Em 31 de dezembro de 2012, o valor consolidado de aplicação financeira refere-se a aplicações financeiras de liquidez imediata – com menos de três meses – efetuadas pelas investidas, do qual destacamos: R\$ 72.089 mil (IE Madeira); R\$ 43.239 mil (Madeira Energia S.A.) e R\$ 43.272 mil (Enerpeixe).

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica compõe-se como segue:

Descritivo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fundos de investimentos	508.361	524.180	517.312	524.180
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	918	1.662	918	1.662
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	75.666
Debêntures	-	-	-	2.573
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	-	39.911	13.234
Total circulante	509.279	525.842	558.141	617.315

7.1 Em 31 de dezembro de 2012, do valor consolidado de R\$ 517.312 mil registrados em fundos de investimentos, no circulante, destaca-se que:

a) R\$ 278.422 mil refere-se posição de Furnas no fundo BB Extramercado FAE – Fundo de Investimento em Renda Fixa que é um fundo multicotista destinado a receber aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias das autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem como das fundações supervisionadas pela União (Regulamento art. 3º); e

b) R\$ 229.923 mil refere-se à aplicação de Furnas no fundo de investimento Extra Mercado Brasil – CEF (Caixa Econômica Federal).

Vale destacar que estes fundos não são exclusivos, pois os títulos serão recomprados no final (títulos públicos).

7.2 Em 31 de dezembro de 2012, do valor consolidado de R\$ 39.911 mil classificados em CDB, destacam-se as aplicações das seguintes investidas: Baguari Energia (R\$ 21.868 mil), Centroeste de Minas (R\$ 14.794 mil) e Transenergia Renovável (R\$ 6.389 mil).

NOTA 8 – CLIENTES

Descritivo	R\$ Mil					
	Individual					
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Clientes Parcelamento	31.12.2012	31.12.2011
Suprimento de energia	504.897	20.990	292	-	526.179	536.922
Uso da rede elétrica	261.901	1.255	7.317	-	270.473	260.280
Comercialização de energia						
Consumidores	-	-	-	-	-	52
Parcelamento (NOTA 8.2)	-	-	-	190.178	190.178	168.310
Outros						
Consumidores industriais	18.326	1.640	6	-	19.972	25.297
(-) PCLD (NOTA 8.1)	-	(1.299)	(7.615)	(62.782)	(71.696)	(4.550)
Total Circulante	785.124	22.586	-	127.396	935.106	986.311

Descriativo	Individual				31.12.2012	31.12.2011
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Cientes Parcelamento		
Suprimento de energia	-	-	14.111	-	14.111	14.111
Uso da rede elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276
Comercialização de energia						
Consumidores	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Parcelamento (NOTA 8.2)	-	-	-	540.189	540.189	450.549
(-) PCLD (NOTA 8.1)	-	-	(313.947)	(141.267)	(455.214)	(313.947)
Total Não Circulante	-	-	-	398.922	398.922	450.549
Total	785.124	22.586	-	526.318	1.334.028	1.436.860

R\$ Mil

Descriativo	Consolidado				31.12.2012	31.12.2011
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Cientes Parcelamento		
Suprimento de energia	592.779	19.959	678	-	613.416	590.337
Uso da rede elétrica	235.471	730	7.953	-	244.154	247.214
Comercialização de						
Consumidores	314	-	-	-	314	1.044
Parcelamento (NOTA 8.2)	-	-	-	190.178	190.178	168.310
Outros						
Consumidores	42.541	1.640	6	-	44.187	25.601
Outros	16.056	-	-	-	16.056	-
(-) PCLD (NOTA 8.1)	-	(277)	(8.637)	(62.782)	(71.696)	(4.884)
Total Circulante	887.161	22.052	-	127.396	1.036.609	1.027.622
Suprimento de energia	616	-	14.111	-	14.727	14.111
Uso da rede elétrica	-	-	6.276	-	6.276	6.276
Comercialização de						
Consumidores	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Parcelamento (NOTA 8.2)	-	-	-	540.189	540.189	450.549
(-) PCLD (NOTA 8.1)	(334)	-	(313.947)	(141.267)	(455.548)	(313.947)
Total Não Circulante	282	-	-	398.922	399.204	450.549
Total	887.443	22.052	-	526.318	1.435.813	1.478.171

A Empresa mantém registrados créditos no montante de R\$ 1.334.028 mil (31.12.2011 - R\$ 1.436.860 mil), dos quais R\$ 293.560 mil representam valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito da CCEE (sucessor do Mercado Atacadista de Energia – MAE), referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação está suspensa em virtude da concessão de liminares nas ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição contra a Aneel e a CCEE.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo de Mercado da CCEE, a resolução dessas pendências implica em uma nova contabilização e liquidação pelas partes envolvidas sem a interveniência da CCEE.

Diante da incerteza de sua realização financeira, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa considerando a integralidade do montante a receber, estando estes valores registrados no ativo não circulante.

8.1 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

R\$ Mil						
Descritivo	Individual			Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31.12.2011	(4.550)	(313.947)	(318.497)	(4.884)	(313.947)	(318.831)
Constituição	(67.146)	(141.267)	(208.413)	(67.146)	(141.601)	(208.747)
Reversão	-	-	-	334	-	334
Saldo em 31.12.2012	(71.696)	(455.214)	(526.910)	(71.696)	(455.548)	(527.244)

No exercício de 2012, Furnas constituiu uma PCLD no valor de R\$ 208.413 mil, dos quais R\$ 204.049 mil – sendo R\$ 141.267 mil registrada no ativo não circulante e o restante no circulante – referem-se ao valor a receber da Celg, em função do não reconhecimento de parte da dívida desta para com Furnas. A Empresa vai tomar as medidas cabíveis para o recebimento integral do valor e reverter a PCLD constituída. No entanto, a Administração decidiu manter a PCLD enquanto o trâmite não finalizar.

8.2 Parcelamentos

Os parcelamentos são decorrentes de créditos de energia financiados com os seguintes intervenientes:

R\$ Mil				
Descritivo	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Tesouro Nacional	112.427	112.917	112.427	112.917
Celg D	72.536	55.393	72.536	55.393
Celipa	6.634	-	6.634	-
(-) Ajuste a valor presente	(1.419)	-	(1.419)	-
Total circulante	190.178	168.310	190.178	168.310
Tesouro Nacional	352.162	384.181	352.162	384.181
Celg D	161.313	66.368	161.313	66.368
Celipa	29.550	-	29.550	-
(-) Ajuste a valor presente	(2.836)	-	(2.836)	-
Total não circulante	540.189	450.549	540.189	450.549

Os créditos de energia financiados têm as seguintes características:

a) Tesouro Nacional - Em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993), foi assinado em 30 de março de 1994, um contrato de cessão de crédito entre a União e Furnas, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro, para refinanciamento da dívida da Celg, relativa à compra de energia, que estabeleceu as seguintes condições financeiras:

(i) A dívida da União resultante do crédito adquirido será paga a Furnas em 240 parcelas mensais consecutivas, vencíveis nas mesmas datas de vencimento das prestações do contrato de refinanciamento dessa mesma dívida, assinado entre a União e a Celg. Tendo em vista o atual fluxo de pagamentos do contrato, a dívida não será inteiramente liquidada em seu prazo de vencimento (2014). Sendo assim, como previsto em contrato, a dívida pode ser prorrogada por mais 120 meses além do prazo original;

(ii) Os juros remuneratórios são calculados sobre o saldo devedor à taxa nominal de 11% a.a., que corresponde à média ponderada das taxas estabelecidas nos contratos originais da dívida confessada; e

(iii) Atualização monetária plena sobre o saldo devedor, com base no IGP-M, ou outro índice que venha a ser determinado pelo poder executivo da União.

b) Celg D - Mediante o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre Furnas e Celg, no montante de R\$ 378.938 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu um débito referente ao faturamento de energia própria, sendo estabelecidas as seguintes cláusulas financeiras para liquidação dos compromissos:

(i) O prazo estimado de pagamento é de 216 meses, sendo o saldo devedor corrigido mensalmente pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros *pro rata die* à taxa de 1% a.m.; e

(ii) Os pagamentos mensais são liquidados mediante o produto da cobrança da tarifa de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 2,56% do faturamento bruto mensal disponibilizado pela Celg. A fim de assegurar esses pagamentos, foi criada uma conta vinculada no banco interveniente, de movimentação exclusiva para esse contrato, na qual a Celg autoriza, em caráter irrevogável e irretratável, a transferência destes valores mensais a Furnas.

c) A empresa Centrais Elétricas do Pará S.A. – Celpa acumulava com Furnas uma dívida vencida de energia, no montante de R\$ 35.472 mil, apresentando pedido de recuperação judicial em fevereiro de 2012. Aprovado na Assembleia Geral de Credores realizada em 01 de setembro de 2012, o Plano de Recuperação apresenta as seguintes condições:

(i) retificação do montante devido para R\$ 36.184 mil; e

(ii) pagamento em 60 (sessenta) parcelas mensais de R\$ 603 mil, com vencimento no último dia de cada mês a partir de fevereiro de 2013.

Os montantes apresentados se aproximam dos valores justos de realização.

NOTA 9 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

Descritivo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Outros				
Ressarcimento Aneel – Compensador Síncrono	-	-	960	-
Energia Livre (RTE)	16.199	16.211	16.199	16.211
(-) PCLD	(6.262)	(6.274)	(6.262)	(6.274)
Total Circulante	9.937	9.937	10.897	9.937

NOTA 10 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

R\$ Mil			
Individual			
Movimentação	Ativo financeiro		
	Indenizável	RAP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.442.259	2.138.510	7.580.769
Ingressos	1.340.348	166.892	1.507.240
Atualização monetária	-	1.212.992	1.212.992
Amortização	-	(1.515.226)	(1.515.226)
Baixa da Lei nº 12.783 – CT nº 062/2001	(2.455.924)	-	(2.455.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.326.683	2.003.168	6.329.851
Não circulante	4.326.683	2.003.168	6.329.851

R\$ Mil			
Consolidado			
Movimentação	Ativo financeiro		
	Indenizável	RAP	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.662.928	2.720.801	8.383.729
Ingressos	1.422.390	663.778	2.086.168
Reclassificação de saldo	(37.442)	37.442	-
Atualização monetária	15.955	1.259.280	1.275.235
Amortização	(14.515)	(1.526.833)	(1.541.348)
Baixa da Lei nº 12.783 – CT nº 062/2001	(2.455.924)	-	(2.455.924)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.593.392	3.154.468	7.747.860
Circulante	2.339	44.473	46.812
Não circulante	4.591.053	3.109.995	7.701.048

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Empresa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – *Contratos de Concessão*, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (i) parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (ii) parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e
- (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Vale ressaltar que, do saldo registrado na rubrica “baixa da Lei nº 12.783 – CT 062/2001”, R\$ 331.602 mil corresponde a investimentos na Rede Básica do Sistema Existente (RBSE) não autorizados pelo Poder Concedente, o restante R\$ 2.124.322 mil, refere-se ao saldo da Rede Básica Novas Instalações (RBNI) baixados por força da Lei.

Os ativos remanescentes do contrato 062/2001 referem-se a RBSE, e serão submetidos à avaliação e homologação da Aneel nos termos da Lei.

NOTA 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Neste grupo classificam-se:

Descrição	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Tributos a recuperar	148.953	68.524	179.944	96.308
Total circulante	148.953	68.524	179.944	96.308
Tributos a recuperar	-	-	30.757	37.581
Impostos diferidos	862.754	573.506	862.754	617.323
Créditos tributários	1.129.396	563.434	1.148.935	567.474
(-) Provisão para não realização - IR	(744.028)	-	(744.028)	-
(-) Provisão para não realização - CS	(267.850)	-	(267.850)	-
Total Não Circulante	980.272	1.136.940	1.030.568	1.222.378

Baseado no atual cenário econômico projetado para exercícios futuros, decorrente das alterações propostas pela Lei nº 12.783/2013, a Empresa decidiu por constituir provisão para não realização de créditos tributários no valor total de R\$ 1.011.878 mil.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), provenientes de diferenças temporárias, provisões para contingências e provisões para créditos de liquidação duvidosa, serão utilizados de acordo com o desfecho das ações judiciais e o ressarcimento e a arrecadação de consumidores e concessionários, respectivamente.

Ano	R\$ Mil	
	Individual	Consolidado
2013	148.953	159.675
2014	128.770	138.039
2015	144.761	155.181
2016	149.147	159.883
2017	154.943	166.096
Após 2017	402.651	431.638
Total	1.129.225	1.210.512
Circulante	148.953	179.944
Não Circulante	980.272	1.030.568

11.1 Tributos a recuperar

Classificam-se nesta rubrica, no ativo circulante e não circulante, os impostos e contribuições a recuperar até fim do exercício, como segue:

Descrição	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	87.322	50.005	95.272	56.225
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	35.966	16.869	36.660	19.117
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	22.161	32	30.888	5.459
IRPJ – saldo de exercícios anteriores	-	-	46	-
Pasep/Cofins compensáveis	-	-	13.362	13.812
ICMS a recuperar	284	284	339	375
INSS	3.220	1.334	3.238	1.318
Outros	-	-	139	2
Total circulante	148.953	68.524	179.944	96.308
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	-	18.519	23.957
Pasep/Cofins compensáveis	-	-	8.837	13.025
ICMS a recuperar	69.027	63.216	71.417	63.216
(-) Provisão para perdas	(69.027)	(63.216)	(69.027)	(63.216)
INSS	-	-	30	16
Outros	-	-	981	583
Total não circulante	-	-	30.757	37.581

Os créditos de IRPJ e CSLL são oriundos de pagamentos a maior, efetuados no exercício, a serem compensados até o fim do exercício seguinte.

Os créditos de ICMS referem-se ao Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira que fizeram entre si a Eletronorte e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Mato Grosso (Dermat), com a interveniência do Governo do Estado do Mato Grosso, para a realização de obras e serviços de implantação e asfaltamento da estrada de acesso a APM Manso.

Por meio da Resolução do Conselho Nacional de Desestatização nº 02/1999, complementada pela de nº 04/1999, o Governo Federal aprovou a transferência dos ativos do APM Manso da Eletronorte para Furnas e, conseqüentemente, a titularidade dos referidos créditos.

O Convênio de Compromisso e Cooperação Financeira expirou em 31 de dezembro de 2002 e os créditos de ICMS não foram pagos a Furnas, decorridos 60 dias após o término do referido Convênio. Desde então, Furnas manteve contatos com a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso visando o ressarcimento dos referidos créditos.

Nos exercícios de 2007 e 2008, a Secretaria de Estado de Fazenda do Estado do Mato Grosso efetuou auditoria nas empresas envolvidas na execução das obras e serviços necessários à implementação e asfaltamento do acesso a Usina de Manso. A referida auditoria foi concluída em 4 de novembro de 2008, tendo como resultado o relatório – Processo 100081-001/2005, emitido pela Gerência Executiva de Fiscalização Segmentada do Estado do Mato Grosso. Os valores apontados no referido relatório não apresentaram diferenças significativas daqueles registrados contabilmente em Furnas.

Diante do encerramento desse levantamento, a Administração da Empresa solicitou formalmente um posicionamento da Secretaria sobre a regularização da referida pendência, não obtendo

resposta até a presente data. Sendo assim, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor da totalidade dos créditos a recuperar referente ao ICMS de Manso, tendo em vista a falta de qualquer pronunciamento por parte do Governo do Estado do Mato Grosso.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor da PCLD está registrado no ativo não circulante no total de R\$ 69.027 mil, refletindo um aumento de R\$ 5.811 mil em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2011, R\$ 63.216 mil.

11.2 Impostos Diferidos

A Empresa mantém reconhecidos até o limite de realização em ativo – nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, de 15 de setembro de 2009, impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes às novas práticas contábeis, como evidenciado a seguir:

\$ Mil				
Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adições temporárias				
Impairment – CPC 01	(a) 1.028.266	693.335	1.028.266	693.335
DAG – CPC 27	119.891	119.891	119.891	119.891
Perdas Atuariais – CPC 33	(b) 1.389.356	762.856	1.389.356	762.856
Ativo financeiro – ICPC 01	-	110.700	-	110.700
(-) Provisão para não realização de créditos tributários	(c) (1.288.886)	-	(1.288.886)	-
	1.248.627	1.686.782	1.248.627	1.686.782
Créditos Tributários				
Imposto de renda	312.157	421.696	312.157	421.696
Contribuição social	112.376	151.810	112.376	151.810
	424.533	573.506	424.533	573.506
Total não circulante	424.533	573.506	424.533	573.506

NOTAS:

(a) R\$ 263.033 mil Simplicio, R\$ 55.330 mil Batalha e R\$ 16.568 mil Campos (Vide nota 17.5);

(b) Variação pelas perdas atuariais apuradas no exercício (Vide nota 24); e

(c) Constituição de provisão baseada no cenário econômico projetado, decorrente das alterações no negócio introduzidas pela Lei nº 12.783/2013.

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9%, para a Contribuição Social, e 25% para o Imposto de Renda dos ajustes da adoção dos novos pronunciamentos contábeis.

11.3 Créditos Tributários

A Empresa mantém registrados em ativo, créditos tributários que poderão ser utilizados para redução de cargas tributárias futuras, especificados como segue:

R\$ Mil				
Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adições temporárias				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(a) 865.177	622.689	868.877	622.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(a) 887.747	655.091	887.747	655.091
Provisão para perda realização imobilizado	12.502	12.502	12.502	12.502
Provisão energia comprada - Eletronuclear	-	25.947	-	25.947
Provisão Plano de Incentivo ao				
Desligamento de Pessoal	(b) 66.112	340.930	66.112	340.930

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Provisão para perda – contrato oneroso	(c) 1.490.214	-	1.490.214	-
Outras provisões nas investidas	-	-	53.768	10.741
(-) Provisão para não realização de créditos tributários	(1.687.225)	-	(1.687.225)	-
	1.634.527	1.657.159	1.691.995	1.667.900
Prejuízos fiscais	-	-	-	1.141
	1.634.527	1.657.159	1.691.995	1.669.041
Créditos Tributários				
Imposto de renda	408.632	414.290	422.998	417.260
Contribuição social	147.107	149.144	152.279	150.214
	555.739	563.434	575.277	567.474
Total não circulante	555.739	563.434	575.277	567.474

NOTAS:

- (a) Aumento da base em função do complemento de provisões no exercício (Vide nota 26 – provisão para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e outros, e, nota 8.1 – PCLD);
- (b) A redução da base é decorrente da adesão ao plano, que deixa de ser uma provisão e passa a ser um compromisso; e
- (c) Provisão constituída no período em função da Lei nº 12.783/2013 (Vide nota 29 – provisão para contrato oneroso).

Os efeitos tributários contemplaram a aplicação das alíquotas de 9% para a Contribuição Social e de 25% para o Imposto de Renda aplicados sobre as diferenças temporárias.

NOTA 12 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Cauções e depósitos vinculados	15.396	18.123	16.104	18.153
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	97.955	101.112
Cauções e depósitos vinculados a litígios	386.632	310.130	386.970	310.214
Total	402.028	328.253	501.029	429.479
Circulante	15.329	18.056	35.139	36.862
Não Circulante	386.699	310.197	465.890	392.617

12.1 Aplicações financeiras vinculadas

O saldo de aplicações financeiras vinculadas no total de R\$ 97.955 mil refere-se a valores reservados das investidas exigidos pelo BNDES como garantia para fins de amortizações dos financiamentos além de outras operações contratuais em que sejam solicitadas este tipo garantia, decomposto como segue:

12.1.1 Chapecoense

Aplicações financeiras (conta reserva) no montante de R\$ 30.766 mil classificadas como mantidas até o vencimento, que foram constituídas com o objetivo de atender condições previstas no contrato de financiamento junto ao BNDES. Para o contrato de financiamento do BNDES, a conta reserva foi constituída no valor equivalente a, no mínimo, três vezes a última prestação vincenda do serviço da dívida.

12.1.2 Mesa

Conta reserva no valor de R\$ 30.020 mil que corresponde ao montante equivalente aos três últimos valores mensais devidos do Contrato de Operação e Manutenção da UHE Santo Antônio e também em atendimento às cláusulas contratuais de financiamento com o BNDES.

12.1.3 Enerpeixe

Aplicação financeira no valor de R\$ 19.268 mil mantida em conta de reserva, como garantia, para cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos.

12.1.4 Serra do Facão Energia

Aplicações financeiras no Banco Bradesco no total de R\$ 13.337 mil mantidas em contas reservadas como garantia das seguintes operações: a) financiamento do BNDES cuja aplicação tem estimativa de remuneração de 98,87% da variação do CDI no período; e b) contrato de prestação de serviços de operação e manutenção com a Energisa. Esta aplicação tem estimativa de remuneração de 98,87% da variação do CDI no período.

12.1.5 Retiro Baixo

Aplicações financeiras no total de R\$ 4.564 mil mantido no Fundo Banco Santander FIC Títulos Públicos, refere-se a constituição de reserva financeira exigida pelo contrato de financiamento do BNDES que deve corresponder a, no mínimo, três vezes o valor da última prestação vencida do financiamento, mais a soma dos três últimos pagamentos do contrato de Operação e Manutenção.

12.2 Cauções e depósitos vinculados a litígios

Em 31 de dezembro de 2012, do montante de R\$ 386.970 mil (31.12.2011 - R\$ 310.214 mil), na rubrica de cauções e depósitos vinculados a litígios, destacamos que R\$ 274 mil referem-se a valores depositados em juízo pela investida Teles Pires; e o montante de R\$ 363.898 mil referem-se a diversos depósitos judiciais efetuados por Furnas em função principalmente de ações trabalhistas, cíveis e outras das quais destacamos: R\$ 105.382 mil depositados em função de ações envolvendo Aneel; R\$ 76.928 mil referente a atualização monetária; R\$ 31.071 mil em favor de Furnas referentes a diversas causas; R\$ 32.508 mil em favor de Berreta Coelho; e R\$ 19.588 mil em favor de diversos sindicatos.

NOTA 13 – ALMOXARIFADO

Descritivo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Material				
Almoxarifado	109.080	101.097	109.901	101.731
Destinado a alienação	4.665	2.994	4.665	2.994
Outros	140	166	140	166
	113.885	104.257	114.706	104.891
Compras em curso	-	376	-	376
Adiantamentos a fornecedores	116	116	116	116
Total	114.001	104.749	114.822	105.383
Circulante	24.954	23.840	25.775	24.474
Não Circulante	89.047	80.909	89.047	80.909

Os itens classificados em almoxarifado são para consumo normal no curso das atividades da Empresa e, quando usados, são levados a resultado como despesa do exercício.

NOTA 14 – INDENIZAÇÕES DAS CONCESSÕES

R\$ Mil				
Descrição	Individual e consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Juros	Principal	Total	Total
Contrato 062/2001	45.677	2.878.028	2.923.705	-
Contrato 004/2004				
Marimbondo	1.746	64.368	66.114	-
Corumbá I	21.095	679.880	700.975	-
Subtotal	22.841	744.248	767.089	-
Total	68.518	3.622.276	3.690.794	-
Circulante	28.455	1.487.531	1.515.986	-
Não circulante	40.063	2.134.745	2.174.808	-

14.1 Indenizações Lei nº 12.783/2013

14.1.1 Geração

Furnas optou pelo recebimento da indenização de R\$ 64.368 mil à vista (R\$ 66.114 mil atualizada até 31 de dezembro de 2012), a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão, atualizada pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012; e de R\$ 679.880 mil em parcelas mensais (R\$ 700.975 mil atualizada até 31 de dezembro de 2012), a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria anteriormente citada, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

14.1.2 Transmissão

Furnas optou pelo recebimento da indenização de R\$ 2.878.028 mil em parcelas mensais (R\$ 2.923.705 mil atualizada até 31 de dezembro de 2012), a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente em 1º de novembro de 2012, atualizadas pelo IPCA nos termos do art. 3º da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

NOTA 15 – OUTROS

Este grupo de contas compõem-se de diversos valores a receber dispostos como segue:

R\$ Mil				
Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Empresas de energia elétrica	263.387	1.339	263.387	1.339
(-) Ajuste a valor presente - empresas de energia elétrica	(13.830)	-	(13.830)	-

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adiantamento a fornecedores	145.488	90.599	145.956	100.237
(-) PCLD – adiantamento a fornecedores	(59.056)	(36.465)	(59.056)	(36.465)
Desativações e alienações em curso	18.061	16.684	18.061	16.684
FRG	5.106	2.243	5.106	2.243
Serviços prestados a terceiros	4.781	12.375	4.796	12.375
(-) PCLD – serviços prestados a terceiros	(1.352)	(5.181)	(1.352)	(5.181)
Alienações de bens e direitos	3.401	3.219	3.470	3.219
(-) PCLD – alienações de bens e direitos	(3.033)	(3.114)	(3.033)	(3.114)
Dispêndios a reembolsar (inclui em curso)	16.944	8.014	33.390	25.813
(-) PCLD – dispêndios a reembolsar	(2.446)	(2.256)	(2.446)	(2.256)
Empregados	8.553	12.435	9.225	12.515
Empréstimos concedidos	3.345	2.998	3.345	2.998
Recebimentos – renegociação a receber (inclui RBE)	3.152	2.524	3.152	2.524
Despesas pagas antecipadamente	1.923	1.269	14.163	1.269
Outros	616	285	2.952	639
(-) PCLD – outros	(74)	(77)	(74)	(77)
Total Circulante	394.966	106.891	427.212	134.762
Empresas de energia elétrica	751.565	180.282	751.565	180.282
(-) Ajuste a valor presente - empresas de energia elétrica	(27.665)	-	(27.665)	-
(-) PCLD – empresas de energia elétrica	(180.120)	(180.120)	(180.120)	(180.120)
Outros créditos Gamek	20.539	18.418	20.539	18.418
(-) PCLD – Outros crédito Gamek	(20.539)	(18.418)	(20.539)	(18.418)
Bens e direitos destinados a alienação	14.467	15.579	14.467	15.579
Títulos precatórios - Finsocial	12.339	14.894	12.339	14.894
Empréstimos concedidos	7.912	11.199	7.912	11.199
Recebimentos – renegociação a receber (inclui RBE)	1.088	-	1.088	-
Concessões a licitar	3.862	3.862	3.862	3.862
Concessões licitadas	1.250	7.871	1.250	7.871
Despesas pagas antecipadamente	-	-	45.034	38.314
Fundo LabUAT - Cepel	95.000	-	95.000	-
Outros	18.960	21.688	131.397	38.623
(-) PCLD – Outros	(18.929)	(21.473)	(18.929)	(21.473)
Total Não Circulante	679.729	53.782	837.200	109.031

A seguir, um detalhamento das principais rubricas listadas no quadro acima:

15.1 Empresas de energia elétrica

Do montante consolidado de R\$ 1.014.952 mil que ajustado a valor presente - R\$ 41.495 mil – totaliza R\$ 973.457 mil, dos quais R\$ 723.900 mil estão classificados no não circulante e o restante no circulante, é importante destacar que se tratam de valores a receber de Furnas com diversas empresas de energia, as quais ressaltamos:

15.1.1 Eletronuclear

Furnas tem a receber desta empresa do grupo, R\$ 786.889 mil referentes a suprimento de energia, ajustado a valor presente, bem como prestação de serviços e dispêndios a reembolsar, elencados a seguir:

	R\$ Mil
Descritivo	31.12.2012
Diferencial de tarifa	581.431
Diferencial de tarifa	224.906
Ajuste a valor presente (circulante + não circulante)	(41.495)
Atualização monetária	19.979
Subtotal a receber do diferencial de tarifa	784.821
Prestação de serviços e dispêndios a reembolsar	2.068
Total a receber	786.889

O valor de R\$ 224.906 mil a ser recebido da Eletronuclear correspondente à diferença da tarifa cobrada pela Eletronuclear em relação à tarifa definitiva homologada pela Aneel, bem como do valor de R\$ 581.431 mil correspondente ao diferencial de que se refere o art. 12 da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, que será cobrado das concessionárias de distribuição e repassado a Furnas, todos de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012 (Vide nota 2.4).

15.1.2 Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Em 1998, Furnas e Cien firmaram contrato de compra e venda de 700 MW de potência firme com energia associada para importação de energia da Argentina.

A importação da energia da Argentina está lastreada em contratos firmados entre a Cien e a *Compañia de Transmision del Mercosul S.A.* e, também, com a empresa Endesa Costanera, associados, respectivamente, à transmissão e à produção de energia em território argentino.

A crise de suprimento de gás natural na Argentina motivou o direcionamento deste insumo da importação de energia para atendimento às necessidades de seu mercado interno.

Diante da indisponibilidade de geração e transporte de energia contratados, fato este constatado por meio de fiscalização da Aneel, em 30 de março de 2005, o MME, por meio da Portaria nº 153, reduziu a garantia física de energia da interconexão Garabi 1, de propriedade da Cien, de 1.000 MW médios para 240,8 MW médios, cuja comercialização era feita por Furnas. Posteriormente, em 20 de junho de 2006, a Aneel editou a Resolução Normativa nº 224, que reduziu a zero a garantia física da interconexão.

Por força da não entrega da energia, caracterizou-se o inadimplemento contratual, por parte da Cien acarretando a aplicação de multas e ressarcimentos previstos no contrato.

A Cien não reconhece as penalidades alegando que, devido à escassez de energia no mercado argentino, o Governo daquele País mudou as regras do setor, permitindo a exportação de energia elétrica somente se a demanda estiver garantida.

Diante das incertezas quanto à realização dos créditos, Furnas constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os valores registrados contabilmente, no total de R\$ 134.284 mil.

Em 30 de dezembro de 2009, a Aneel, por meio do Despacho nº 4.843, reduziu os montantes de energia e potência associada aos contratos celebrados, no âmbito do ambiente regulado, entre Furnas e as distribuidoras Ceal, Cepisa, Ampla e Coelce, em razão da extinção da energia disponibilizada pela Cien para Furnas.

A Administração da Empresa está envidando esforços junto à sua controladora Eletrobras e ao MME para equacionar as pendências relativas ao não cumprimento das cláusulas contratuais pactuadas entre as partes.

15.1.3 Adiantamento a fornecedores – Eletrobras Participações S.A. – Eletropar

O projeto Eletronet, iniciado em 1999, com participação de Furnas, consistiu na implantação de uma rede nacional de transmissão de informações a longa distância, suportada por fibras ópticas em cabos para-raios instalados em substituição aos cabos para-raios convencionais existentes na infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica.

Os anos de 2001 e 2002 foram marcados por profundas dificuldades no que se refere à captação de recursos financeiros para investimentos no setor de telecomunicações. Tais dificuldades impactaram de forma negativa o negócio Eletronet uma vez que, para a sua estruturação, previa-se a utilização de financiamentos viabilizados pelos seus principais fornecedores, o que não se confirmou. A Eletronet deixou de repassar os pagamentos da Receita Fixa do Negócio, relativa ao Direito de Passagem e Direitos sobre Fibras Ópticas.

Em 15 de maio de 2003, foi decretada a falência com continuidade operacional da Eletronet, sendo que a Eletropar apropriou-se, junto à massa falida, de todos os créditos devidos pela Eletronet. Quando da liquidação ou eventual equacionamento da dívida, Furnas poderá recuperar, pelo menos em parte, os valores não repassados pela Eletronet. Diante da incerteza do recebimento, a Empresa registrou uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor de todas as receitas cobradas e não repassadas, montante esse equivalente a R\$ 15.740 mil.

15.1.4 Contas a receber Chesf

No exercício de 2010, do valor complementado na provisão para créditos de liquidação duvidosa, R\$ 30.096 mil eram referentes aos créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf referentes às operações, de setembro de 2000 a setembro de 2002, no Mercado Atacadista de Energia (MAE) e o valor reembolsado por este.

Desde 2003, técnicos de Furnas e Chesf tentam equacionar esse valor. A Chesf não reconhece o valor lançado por Furnas em setembro de 2003, alegando que o referido débito já foi regularizado, mediante encontro de contas, efetuado pela *Holding* por ocasião de uma das liquidações do MAE. Furnas não concorda e afirma desconhecer qualquer acordo formal entre as partes no qual esse débito fosse liquidado.

15.1.5 Fundo Patrimonial LabUAT Abrigado

Em 28 de dezembro de 2012, Furnas adquiriu quotas no Fundo Patrimonial para o Laboratório de Ultra Alta Tensão (LabUAT) no valor de R\$ 95.000 mil.

O principal objetivo do LabUAT é apoiar a realização das pesquisas experimentais necessárias para o desenvolvimento de novas tecnologias de linhas de transmissão de alta capacidade, em corrente alternada e em corrente contínua, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias com menor perda. A introdução de inovações tecnológicas em empreendimentos de transmissão, como, por exemplo, as Linhas de Potência Natural Elevada (LPNE) — conceito em que Cepel já desenvolveu relevante acervo metodológico e computacional, com resultados práticos no SIN, obtidos em parceria com as empresas do Sistema Eletrobras, como a Chesf e Furnas — tem reflexos econômicos e ambientais importantes, pois, entre outros aspectos, permitirá o uso de torres mais compactas em faixas de passagem menores.

Atualmente, em nível internacional, somente a República Popular da China possui instalações laboratoriais com capacidades similares às previstas para o LabUAT do Cepel.

15.2 Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa para as rubricas deste grupamento de contas é a seguinte:

Descriativo	Circulante	Não Circulante	R\$ Mil
			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(47.093)	(220.011)	(267.104)
(+) Complemento/constituição	(35.523)	(2.121)	(37.644)
(-) Reversão/baixas ocorridas	16.655	2.544	19.199
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(65.961)	(219.588)	(285.549)

15.3 Empréstimos e financiamentos concedidos

Descriativo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Programa Reluz – Prefeitura de Goiânia	1.302	2.012	1.302	2.012
O N S	5.970	7.555	5.970	7.555
Programa Reluz – Prefeitura de Jataí	3.985	4.630	3.985	4.630
Total	11.257	14.197	11.257	14.197
Circulante	3.345	2.998	3.345	2.998
Não Circulante	7.912	11.199	7.912	11.199

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

A rubrica de investimentos de Furnas está decomposta como segue:

Descriativo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Participações societárias permanentes				
Sociedade de Propósito Específico (SPE) ^(a)				
Baguari Energia S.A. (Baguari)	89.239	90.346	-	2.248
Brasventos Eolo Geradora Energia	23.629	7.561	254	245

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Brasventos Miassaba 3 Geradora	32.419	10.333	-	490
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	303.627	276.365	-	-
Cia. Hidrelétrica Teles Pires ^(b)	89.816	93.550	-	15.852
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste)	23.795	20.718	-	-
Companhia Transirapé de Transmissão (Transirapé)	11.360	10.713	-	-
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	25.687	23.630	-	118
Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	13.871	13.894	-	(39)
Enerpeixe S.A.	514.735	536.652	-	-
Goiás Transmissão S.A.	101.646	40.540	6.223	-
Inambari Geração de Energia (Igesa)	6.640	6.937	-	730
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	239.746	179.878	-	-
Madeira Energia S.A. (MESA) ^(c)	1.669.041	645.738	-	61
MGE Transmissão S.A.	63.431	34.217	5.880	-
Rei dos Ventos 3 Geradora	21.807	9.688	-	2.695
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	110.078	106.068	-	58
Serra do Facão Energia S.A.	104.098	145.463	-	-
Transenergia Goiás S.A.	2.512	2.785	-	-
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	107.865	70.821	4.900	5.880
Transenergia São Paulo S.A.	31.315	24.602	4.900	1.321
Subtotal investimentos avaliados pela MEP	3.586.357	2.350.499	22.157	29.659
Caldas Novas Transmissão	6.467	50	6.467	50
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	931	-	931	-
Energia dos Ventos I S.A.	167	-	167	-
Energia dos Ventos II S.A.	123	-	123	-
Energia dos Ventos III S.A.	152	-	152	-
Energia dos Ventos IV S.A.	216	-	216	-
Energia dos Ventos V S.A.	157	-	157	-
Energia dos Ventos VI S.A.	206	-	206	-
Energia dos Ventos VII S.A.	216	-	216	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	157	-	157	-
Energia dos Ventos IX S.A.	167	-	167	-
Energia dos Ventos X S.A.	137	-	137	-
Subtotal investimentos não avaliados pela MEP	9.096	50	9.096	50
Subtotal investimentos em SPE	3.595.453	2.350.549	31.253	29.709
Valores reclassificados para AFAC no consolidado	-	-	(31.253)	(29.709)
Subtotal de investimentos em SPE	3.595.453	2.350.549	-	-
Outros investimentos				
Terrenos para uso futuro	1.883	1.883	1.883	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição	10.447	6.430	10.447	6.430
Outros investimentos Brasventos Miassaba 3 Geradora	-	-	-	4.266

Descritivo	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Outros investimentos Transirapé	-	-	2	-
Subtotal de outros investimentos	12.330	8.313	12.332	12.579
Total de investimentos	3.607.783	2.358.862	12.332	12.579

NOTA:

(a) Todas as SPE são auditadas anualmente e revisadas trimestralmente, com exceção de Baguari que é apenas anualmente.

(b) Em dezembro de 2012, foi modelada uma reestruturação societária na Cia Teles Pires em que foi criada a Teles Pires Participações (TPP) como instrumento de alavancagem financeira dos acionistas para o empreendimento UHE Teles Pires, detendo 99,01% do capital social da Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP). A TPP é composta por Furnas e Eletrosul, cada uma detendo 24,72% das ações da companhia e Neoenergia, detendo 50,56% das ações da companhia. A CHTP possui o Capital Social distribuído entre TPP, com 99,01% e OEB com 0,9%. A TPP realizou emissão de debêntures no montante de R\$ 650 milhões, subscritas pelo FI-FGTS. O Estatuto Social da TPP foi registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) em 16 de janeiro de 2013.

(c) Em 31 de dezembro de 2012 a investida Madeira Energia S.A. (MESA) da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.166.329 mil (R\$ 454.868 mil – parcela relativa a Furnas). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com os aportes de recursos de seus acionistas. Ainda, a investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações, incluindo a realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 14.527.352 mil (R\$ 5.665.667 mil – parcela de Furnas).

16.1 Mutação do investimento individual e consolidado nos períodos indicados:

R\$ Mil									
		Saldo Individual em		Equiva- lência Patri- monial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo Individual em		Saldo Consolidado em
Descritivo	Part. (%)	31.12.2011	Aportes				31.12.2012	Eliminações	31.12.2012
Participações Societárias Permanentes									
Sociedade de Propósito Específico (SPE)									
Baguari Energia S.A.	30,6122	90.346	-	8.623	-	(9.730)	89.239	(89.239)	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,5000	7.561	16.691	(623)	-	-	23.629	(23.375)	254
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,5000	10.333	22.885	(799)	-	-	32.419	(32.419)	-
Caldas Novas	49,9000	50	6.417	-	-	-	6.467	-	6.467
Centroeste de Minas	49,0000	20.718	-	3.963	-	(886)	23.795	(23.795)	-
Chapecoense Geração S.A.	40,0000	276.365	-	32.763	-	(5.501)	303.627	(303.627)	-
Cia Hidrelétrica Teles Pires	24,5000	93.550	-	(3.734)	-	-	89.816	(89.816)	-
Enerpeixe	40,0000	536.652	-	76.523	-	(98.440)	514.735	(514.735)	-
Goiás Transmissão S.A.	49,0000	40.540	56.840	4.566	-	(300)	101.646	(95.423)	6.223
Inambari Geração de Energia	19,6000	6.937	453	(919)	169	-	6.640	(6.640)	-
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	179.878	67.620	(7.752)	-	-	239.746	(239.746)	-
Madeira Energia S.A.	39,0000	645.738	1.126.504	(100.458)	(2.743)	-	1.669.041	(1.669.041)	-
MGE Transmissão S.A.	49,0000	34.217	27.440	1.975	-	(201)	63.431	(57.551)	5.880
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	9.688	12.894	(775)	-	-	21.807	(21.807)	-
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	106.068	-	4.010	-	-	110.078	(110.078)	-
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	145.463	-	(40.360)	-	(1.005)	104.098	(104.098)	-
Transenergia Goiás S.A.	49,0000	2.785	-	(273)	-	-	2.512	(2.512)	-
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	70.821	32.830	4.214	-	-	107.865	(102.965)	4.900
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	24.602	4.900	2.378	-	(565)	31.315	(26.415)	4.900
Transirapé	24,5000	10.713	-	1.969	-	(1.322)	11.360	(11.360)	-
Participações societárias permanentes									
Sociedade de Propósito Específico (SPE)									
- continuação									
Transleste	24,0000	23.630	-	4.042	-	(1.985)	25.687	(25.687)	-
Transudeste	25,0000	13.894	-	2.036	-	(2.059)	13.871	(13.871)	-

Descritivo	Part. (%)	Saldo Individual em 31.12.2011	Aportes	Equiva- lência Patri- monial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo Individual em 31.12.2012	Eliminações	Saldo Consolidado em 31.12.2012
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	49,0000	-	931	-	-	-	931	-	931
Energia dos Ventos I S.A.	49,0000	-	167	-	-	-	167	-	167
Energia dos Ventos II S.A.	49,0000	-	123	-	-	-	123	-	123
Energia dos Ventos III S.A.	49,0000	-	152	-	-	-	152	-	152
Energia dos Ventos IV S.A.	49,0000	-	216	-	-	-	216	-	216
Energia dos Ventos V S.A.	49,0000	-	157	-	-	-	157	-	157
Energia dos Ventos VI S.A.	49,0000	-	206	-	-	-	206	-	206
Energia dos Ventos VII S.A.	49,0000	-	216	-	-	-	216	-	216
Energia dos Ventos VIII S.A.	49,0000	-	157	-	-	-	157	-	157
Energia dos Ventos IX S.A.	49,0000	-	167	-	-	-	167	-	167
Energia dos Ventos X S.A.	49,0000	-	137	-	-	-	137	-	137
Subtotal		2.350.549	1.378.103	(8.631)	(2.574)	(121.994)	3.595.453	(3.564.200)	31.253
Saldo reclassificado para a rubrica de AFAC		-	-	-	-	-	-	(31.253)	(31.253)
Outros investimentos									
Terrenos para uso futuro		1.883	-	-	-	-	1.883	-	1.883
Investimentos pelo custo de aquisição		6.430	4.017	-	-	-	10.447	-	10.447
Outros investimentos Transenergia São Paulo		-	-	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos Transirape		-	-	-	-	-	-	2	2
Outros investimentos Transleste		-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		8.313	-	-	-	-	12.330	2	12.332
Total da rubrica investimentos		2.358.862	1.382.120	(8.631)	(2.574)	(121.994)	3.607.783	(3.595.451)	12.332

16.2 Resumo das informações das SPE

No quadro abaixo os valores apresentados representam a participação percentual de FURNAS nos investimentos.

R\$ Mil								
Descrição	%	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Receita operacional líquida	Lucro (prejuízo) do período
Data Base 31.12.2012								
Madeira Energia S.A.	39,0000	5.743.410	317.338	3.842.279	549.488	1.668.981	133.482	(100.458)
Subtotal		5.743.410	317.338	3.842.279	549.488	1.668.981	133.482	(100.458)
Data Base 30.11.2012								
Baguari Energia S.A.	30,6122	76.678	24.915	-	94.986	6.607	13.249	6.679
Brasventos Eolo Geradora de Energia	24,5000	37.040	13.959	26.154	17.932	6.913	-	(637)
Brasventos Miassaba 3 Geradora	24,5000	54.194	17.774	26.500	35.969	9.499	-	(809)
Chapecoense Geração S.A.	40,0000	1.289.039	84.947	774.794	295.565	303.627	229.767	32.564
Cia Hidrelétrica Teles Pires	24,5000	374.579	33.442	186.380	131.825	89.816	-	(3.592)
Cia de Transmissão Centroeste de Minas (Centroeste)	49,0000	21.602	16.800	12.285	5.849	20.268	5.465	3.706
Companhia de Transmissão Transirapé (Transirapé)	24,5000	21.536	2.917	10.678	2.415	11.360	4.180	2.290
Companhia de Transmissão Transleste (Transleste)	24,0000	36.604	2.378	11.099	2.313	25.570	6.602	4.701
Companhia de Transmissão Transudeste (Transudeste)	25,0000	24.549	3.926	11.895	2.669	13.911	4.401	2.714
Enerpeixe S.A.	40,0000	698.111	105.274	144.775	143.875	514.735	145.081	67.074
Goiás Transmissão S.A.	49,0000	184.767	17.619	98.090	21.269	83.027	112.992	4.729
Inambari Geração de Energia	19,6000	5.119	1.170	-	41	6.248	-	(835)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5000	767.008	74.831	514.855	87.238	239.746	251.449	(9.264)
MGE Transmissão S.A.	49,0000	117.480	9.859	56.335	25.213	45.791	79.842	2.369
Rei dos Ventos 3 Geradora	24,5000	37.185	13.231	27.489	14.014	8.913	-	(699)
Retiro Baixo Energética S.A.	49,0000	197.025	9.922	85.085	10.592	111.270	24.133	4.947
Serra do Facão Energia S.A.	49,4737	999.066	55.969	276.560	674.352	104.123	66.355	(38.327)
Transenergia Goiás S.A.	49,0000	2.633	179	-	291	2.521	280	(200)
Transenergia Renovável S.A.	49,0000	191.708	19.042	85.968	55.913	68.869	46.707	4.710
Transenergia São Paulo S.A.	49,0000	50.867	3.183	19.658	9.298	25.094	23.274	2.061
Subtotal		5.186.790	511.337	2.368.600	1.631.619	1.697.908	1.013.777	84.181
TOTAL		10.930.200	828.675	6.210.879	2.181.107	3.366.889	1.147.259	(16.277)

16.3 Outros investimentos

Tratam-se de investimentos adquiridos pelo custo de aquisição e, que quando aplicável, são avaliados a valor de mercado.

NOTA 17 – IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado de FURNAS que não estão dentro dos critérios estabelecidos na ICPC 01 (R1) em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são:

Descrição	R\$ Mil	
	Individual	
	31.12.2012	31.12.2011
EM SERVIÇO		
Custo		
Terrenos	278.271	366.776
Reservatórios, barragens e adutoras	2.035.754	4.883.458
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.131.751	1.364.902
Máquinas e equipamentos	1.909.515	3.012.564
Veículos	26.953	26.171
Móveis e utensílios	21.681	21.707
Subtotal	5.403.925	9.675.578
Depreciação		
Reservatórios, barragens e adutoras	(860.551)	(1.843.722)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(539.923)	(662.244)
Máquinas e equipamentos	(730.369)	(1.264.511)
Veículos	(21.794)	(21.510)
Móveis e utensílios	(14.579)	(13.610)
Subtotal	(2.167.216)	(3.805.597)
TOTAL EM SERVIÇO	3.236.709	5.869.981
TOTAL EM CURSO	2.645.263	2.723.125
(-) Obrigações vinculadas a concessões	(112.540)	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO - TOTAL	5.769.432	8.480.566

17.1 Obrigações Vinculadas a concessões

Descrição	Individual e consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Amortização	81.998	81.998
Participação da União	28.539	28.539
Outras	2.003	2.003
TOTAL	112.540	112.540

O saldo de amortizações é proveniente das reservas para amortização constituídas até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Cabe destacar que os valores referentes a geração correspondem a usinas não afetadas e os de transmissão referem-se a RBSE não alcançadas pela Lei nº 12.783/2013.

17.2 Cabe ressaltar que a composição do imobilizado de Furnas, por macroatividade, apresenta o seguinte detalhamento:

R\$ Mil					
Descritivo	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	31.12.2012	31.12.2011	
			Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Geração	2,92	5.188.561	(2.052.039)	3.136.522	5.783.978
Administração	8,39	213.824	(114.058)	99.766	85.495
Comercialização	10,52	1.540	(1.119)	421	508
Subtotal		5.403.925	(2.167.216)	3.236.709	5.869.981
Em curso					
Geração	-	2.469.610	-	2.469.610	2.708.552
Transmissão	-	153.815	-	153.815	-
Administração	-	21.838	-	21.838	14.573
Subtotal		2.645.263	-	2.645.263	2.723.125
(-) Obrigações vinculadas a concessão		(112.540)	-	(112.540)	(112.540)
Imobilizado líquido - total		7.936.648	(2.167.216)	5.769.432	8.480.566

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Cabe ressaltar que segundo a legislação vigente pela Aneel, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

17.3 Premissas para o cálculo do *Impairment*

A Administração da Empresa avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais desgastes desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinada a mensuração de eventuais perdas. Quando não é possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Empresa calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Em função da renovação do contrato de concessão nº 062/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013, a Empresa mudou a sua característica com relação à atividade de Transmissão: antes, todos os bens destinados a essa atividade eram tratados como Ativos Financeiros, uma vez que todos os contatos de transmissão foram assim considerados.

Com a renovação, o contrato nº 062/2001 passou a ser considerado como Prestação de Serviço de Operação e Manutenção. Como consequência, os bens inerentes a esta Concessão (linhas e subestações) foram baixados, e os bens destinados a Operação e Manutenção (equipamentos gerais, almoxarifado) ou que não faziam parte dessa Concessão, foram reclassificados para o Ativo Imobilizado.

A seguir, as principais premissas para avaliação do modelo *Impairment*, por unidade operativa, adotado por Furnas:

(i) Custos – Pessoal, Material, Serviços e Outros (PMSO)

Foi considerada a curva dos custos até 2020, fornecidos pela área de orçamento. Após 2020, foram considerados os custos sem crescimento.

Para o cálculo do PMSO, foi considerado um programa de ajuste de redução de custos operacionais da ordem de R\$ 370.000 mil, contendo as seguintes premissas:

- Redução do quadro de pessoal por meio de Plano de Incentivo a Aposentadoria;
- Minimização de custos de materiais, serviços e outros associados a redução do quadro de pessoal; e
- Redução de custos com contratações, patrocínios e publicidades.

(ii) Receitas

Usinas Afetadas - Considerada a Receita Anual de Geração (RAG) de cada usina estabelecida pela Aneel, e aplicada a correção pelo IPCA (Boletim Focus de 17 de janeiro de 2013).

Usinas não Afetadas - Considerada a curva da receita fornecida pela área de comercialização no cenário de R\$ 90/MWh até o vencimento da concessão. Após a renovação, foi considerada a receita fornecida para Itumbiara, Mascarenhas Moraes e Serra da Mesa e, para as demais usinas, foi calculada a receita de forma a obter uma margem EBITDA de 10%, similar ao conceito contido no cálculo da RAG estabelecida pela Aneel para as usinas afetadas.

(iii) Impostos e Encargos

PIS/Cofins - Alíquota de 9,65% sobre a Receita Bruta (Lucro Real).

P&D - 1% da ROL.

Cfurh - Valores enviados pela área de comercialização.

Taxa Aneel - 0,4% sobre a Receita Bruta.

RGR – a) Ativos Afetados: 0%; b) Ativos Não Afetados: 2,5% até a data de vencimento da concessão.

TUST – Considerado o valor da TUST realizado em 2012 para a projeção de todos os ativos, com exceção de Serra da Mesa, o qual a partir de maio de 2014 com redução de 48,46%, em decorrência do término do contrato de compra e venda de energia.

(iv) Valor Novo de Reposição (VNR)

Considerados os Valores Novos de Reposição (VNR) fornecidos pela Engenharia, cujo cálculo está descrito a seguir:

a) Usinas Hidrelétricas - Metodologia de Orçamentação

a.1) Definição dos custos de Implantação dos Empreendimentos

A orçamentação de todas as usinas hidrelétricas constantes do Parque Gerador de Furnas foi realizada com dados obtidos através de informações do Projeto Básico representativo de cada empreendimento.

Para cada usina, foi elaborada planilha de custos que é referência para o Setor Elétrico Nacional e que compõe o denominado Orçamento Padrão Eletrobras – OPE.

Para tal, foi realizado o preenchimento com os dados dos quantitativos de obras civis e de fornecimento eletromecânicos, inseridos em cada projeto, de forma a possibilitar o início da valoração dos serviços.

A única exceção à regra utilizada refere-se às Usinas Hidrelétricas de Batalha e Simplício, usinas recentes, cujos orçamentos já foram realizados com base no preenchimento da planilha OPE, constante de seus projetos aprovados pela Aneel. Desta forma, para as referidas usinas o orçamento existente foi apenas corrigido pelo IPCA.

a.1.1) Custos Civis

A partir dos quantitativos listados para cada item de serviço de uma usina hidrelétrica foi inserido o seu respectivo custo unitário, custo este representativo dos valores praticados para a UHE Teles Pires, cujo Projeto Básico e respectivo OPE foram devidamente aprovados pela Aneel. Esta usina fez parte do Leilão 04/2010, em que Furnas, em parceria com a iniciativa privada, se sagrou vitoriosa. Este foi o último projeto hidrelétrico em que a empresa obteve a Concessão para a sua implantação e operação.

Além disto, este mesmo empreendimento foi utilizado pela EPE, quando do cálculo do VNR das usinas afetadas pela MP 579, referendando, desta forma, a sua utilização.

Os custos unitários de Teles Pires referem-se à data base de novembro/2010, sendo adotado para sua atualização o IGP-M.

Ressalta-se que a metodologia é a mesma que é utilizada no período pré leilão para estimar o CAPEX de um novo empreendimento.

a.1.2) Custos Eletromecânicos

A orçamentação dos equipamentos eletromecânicos foi baseada no peso dos equipamentos projetados, além de consultas ao mercado. Para a definição do peso são utilizadas metodologias distintas para cada equipamento, conforme a seguir apresentado:

- Turbinas Hidráulicas: utilizou-se a metodologia publicada na Water Power & Dam Construction de June 1981 – “Cost Analysis of Hydraulic Turbines” por L. H. Sheldon;
- Geradores Síncronos: utilizou-se a metodologia publicada no Manual de Viabilidade de Eletronorte – GTCM/1978;
- Equipamentos Hidromecânicos: utilizou-se metodologia constante do livro Comportas Hidráulicas – capítulo 7 – Paulo Cezar Ferreira Erbsti;

- Equipamentos de Movimentação de Carga: utilizou-se Ábaco da Eletrobras (GTCN – Peso Próprio Total de Ponte Rolante e Guindaste, Pórtico – Departamento de Geração).

A esta estimativa de peso é aplicado um valor em reais por quilograma que é informado extra oficialmente por fabricantes, e que se refere a valor atual. Trata-se de um preço ponderado pelos diversos materiais e operações de fabricação aplicados ao equipamento.

O valor obtido é o custo FOB, sendo a ele acrescido 5%, referente a transporte e seguros e 10% referente à montagem e testes.

Ressaltamos que a atualização dos preços foi realizada pelo IPCA.

a.1.3) Aspectos Ambientais e Fundiários

Os aspectos fundiários foram norteados pelas seguintes premissas, visando a sua adequação ao valor de mercado:

- Preços unitários das terras: adotados os preços levantados e praticados no AHE Simplício para quase todos os empreendimentos, à exceção da Usina de Corumbá, cuja referência foi o preço praticado no reservatório do AHE Batalha;
- Áreas totais consideradas: calculadas com base no último levantamento aerofotogramétrico contratado para as usinas em questão, envolvendo a soma da área desapropriada para o reservatório e o canteiro de obras, com a devida exclusão das áreas das calhas dos rios;
- Valor das benfeitorias: equivalente a 20% do valor total das terras, tomando como referência o que vem ocorrendo no AHE Batalha e considerado costumeiramente nas estimativas da conta 10 do Orçamento Padrão Eletrobrás (OPE);
- Outros - estimativa referente aos custos de relocação de infra-estrutura, aluguéis temporários, remanejamento de população, etc., equivalente a 10% do valor total das terras para quase todos os empreendimentos, à exceção da Usina de Furnas onde foram atingidos e remanejados diversos núcleos urbanos, para a qual estima-se o valor de 20%.

Em relação aos aspectos ambientais de licenciamento foi inserido valor pertinente a 5% dos custos diretos do empreendimento.

a.1.4) Outros Custos Associados

Aos valores obtidos a partir do Projeto Básico foram adicionados custos pertinentes a riscos geológicos, hidrológicos e topográficos, seguros, administração dos contratados, dentre outros, de forma a compor o CAPEX do empreendimento.

Tal premissa baseou-se no fato do Projeto Básico não representar todo o investimento necessário à implantação do empreendimento, uma vez que as atividades ali inseridas refletem apenas àquelas relativas aos quantitativos de obras civis e equipamentos eletromecânicos.

Além dos valores do Projeto Básico foram inseridos custos relativos às melhorias e modernizações realizadas em cada empreendimento, quando aplicáveis, os quais basearam-se em contratos firmados para a implantação dos serviços.

b) Usina Termelétrica de Santa Cruz - Metodologia de Orçamentação

Para a UTE Santa Cruz, por ser um empreendimento de fonte termelétrica, foi utilizada metodologia própria e específica vinculada a esta fonte de energia, sendo realizada a avaliação de custos de implantação de uma usina similar com características semelhantes.

Para tal, visando a avaliação do investimento das instalações das unidades a vapor, considerando os turbogeradores à vapor com caldeiras à óleo combustível, na data base julho de 2012, foi utilizado o software THERMOFLOW.

Este *software* tem reconhecimento internacional, largamente utilizado para desenvolvimento de projetos de termelétricas em ciclo aberto ou combinado, que se utiliza de uma base de dados permanentemente atualizada, envolvendo informações técnicas de equipamentos, preços de fornecimentos e serviços.

O THERMOFLOW possui os módulos de projeto de ciclos a gás (GT PRO & GT MASTER) e de ciclos a vapor (STEAM PRO & STEAM MASTER), os quais associados ao módulo de orçamento (PEACE) possibilitam o desenvolvimento do projeto das instalações, incluindo além da seleção do turbogerador, as caldeiras, condensadores, bombas, tubulações, etc, assim como os seus custos e dos serviços associados a esta implementação.

Desta forma, foram utilizados os dados técnicos das unidades a vapor, através do balanço térmico, disponibilizado pelo fabricante na época da implantação do empreendimento, de cada unidade geradora, de modo a simular o custo atualizado da implementação destas unidades, através da definição dos equipamentos atualmente disponíveis no mercado com desempenho similar.

Ressaltamos que a utilização do software THERMOFLOW para estudos de viabilidade / projeto básico de usinas térmicas é uma prática usualmente adotada.

Os valores das unidades geradoras a gás, assim como os valores da implantação do ciclo combinado, são referentes aos contratos nº 13.853 - Fornecimento e 13.894 - Serviços (Siemens-Westinghouse) e 13.959 (Fiat Engineering).

(v) Investimentos

Considerado o estágio em que as usinas de Batalha e Simplício se encontram: em construção e enchimento de reservatório, respectivamente, foram orçados em 2013, para os ativos de Batalha e Simplício, os valores de R\$ 135,9 milhões e R\$ 173,8 milhões, respectivamente.

(vi) Renovação da Concessão

Foi considerado que os ativos não afetados serão renovados dois anos antes da data de vencimento da concessão, com exceção de Santa Cruz, o qual será renovado apenas no ano do vencimento por um prazo de 20 anos.

(vii) Depreciação

Utilizada a taxa da Aneel conforme sua Resolução nº 474/2012.

(viii) UBP

Foi considerado UBP para os ativos de Batalha e Simplício, nos valores de R\$ 277,4 milhões ao ano e R\$ 1.211,75 milhões ao ano, respectivamente.

Taxa de desconto – *Weighted Average Cost of Capital* (WACC) = custo médio ponderado de capital: a) Ativos de Geração: 4,98% a.a. real; e b) Ativo de Transmissão: 4,73% a.a. real.

Na determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) correspondente à RBSE, foram utilizadas as seguintes premissas:

(i) Identificação dos ativos

Foram utilizadas as informações modulares constantes do SIGET/Aneel, acrescidas de um conjunto de ativos, identificados por Furnas, como disponibilizados à operação do sistema e que não constam da relação do SIGET publicada na Resolução nº 1.313/2012. Estes ativos estão identificados nas planilhas modulares.

(ii) Precificação dos ativos

Foi utilizado na precificação dos módulos as informações constante do Banco de Preços de Junho de 2012. Os valores obtidos foram atualizados para dezembro de 2012, com base na variação do IGP-M. Na ausência de informações no banco de preços Aneel, verificadas exclusivamente para o caso de módulos de equipamentos, foram utilizados preços de aquisição do equipamento fornecido pelo DEL e desconsiderados eventuais custos de obras associados a instalação dos mesmos.

(iii) Data de entrada em operação

Para o cálculo da depreciação foi utilizada a data de entrada em operação da função de transmissão e caso tenha havido substituição do equipamento principal, foi considerada a data da última substituição.

(iv) Depreciação

Foi calculada a depreciação linear levando em conta a data de entrada em operação conforme descrita acima e o tempo de vida útil previsto no manual de contabilidade da Aneel.

Após aplicação da metodologia utilizando as premissas acima elencadas, Furnas efetuou os testes de *impairment* e avaliou a existência de contratos onerosos culminando nos seguintes ajustes:

- a) Baixa total do valor contábil dos ativos da UTE Campos que foi considerado não recuperável;
- b) Complemento do *impairment* das UHE Batalha e Simplício;
- c) Reconhecimento de contrato oneroso para UHE Funil e para o contrato de transmissão 062/2001, em decorrência de que as tarifas estabelecidas não cobrem os atuais custos de operação e manutenção.

17.4 . Movimentação do ativo imobilizado individual

R\$ Mil							
DESCRIPTIVO	SALDO EM 31.12.2011	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS		EFEITOS DA LEI Nº 12.783/13	SALDO EM 31.12.2012
SERVIÇO				SERVIÇO	OUTROS		
CUSTO							
Terrenos	366.776	-	-	91	-	(88.596)	278.271
Barragens, reservatórios e adutoras	4.883.458	-	-	513	-	(2.848.217)	2.035.754
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.364.902	-	-	4.115	-	(237.266)	1.131.751
Máquinas e equipamentos	3.012.564	-	(138.597)	47.701	(12.242)	(998.854)	1.909.515
Veículos	26.171	-	(1.762)	1.057	983	-	26.953
Móveis e utensílios	21.707	-	(901)	729	(407)	-	21.681
Subtotal	9.675.578	-	(141.260)	54.206	(11.666)	(4.172.933)	5.403.925
DEPRECIAÇÃO							
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.843.722)	(92.377)	-	-	-	1.075.548	(860.551)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(662.244)	(34.930)	-	-	-	157.251	(539.923)
Máquinas e equipamentos	(1.264.511)	(90.928)	135.442	-	2.691	486.299	(730.369)
Veículos	(21.510)	(1.493)	1.746	-	(41)	-	(21.794)
Móveis e utensílios	(13.610)	(1.165)	329	-	9	-	(14.579)
Subtotal	(3.805.597)	(220.893)	137.517	-	2.659	1.719.098	(2.167.216)
TOTAL EM SERVIÇO	5.869.981	(220.893)	(3.743)	54.206	(9.007)	(2.453.835)	3.236.709
EM CURSO							
Terrenos	213.851	33.376	-	(91)	-	(2.516)	244.620
Barragens, reservatórios e adutoras	1.513.707	230.577	-	(6)	-	(16.796)	1.727.482
Edificações, obras civis e benfeitorias	122.300	20.413	-	(3.400)	-	-	139.313
Máquinas e equipamentos	1.130.442	366.366	(27)	(47.671)	-	(420.337)	1.028.773
Veículos	732	1.244	-	(1.057)	-	-	919
Móveis e utensílios	-	729	-	(729)	-	-	-
A ratear	430.256	85.107	-	(1.252)	-	-	514.111
Provisão para ajuste ao valor recuperável de	(693.338)	(334.928)	-	-	-	-	(1.028.266)
Transformação, fabricação e reparo	1.863	13.136	-	-	-	-	14.999
Compras em andamento	3.312	-	-	-	-	-	3.312
TOTAL EM CURSO	2.723.125	416.020	(27)	(54.206)	-	(439.649)	2.645.263
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	-	-	-	-	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO - TOTAL	8.480.566	195.127	(3.770)	-	(9.007)	(2.893.484)	5.769.432

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31.12.2010	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS		SALDO EM 31.12.2011
				SERVIÇO	OUTROS	
SERVIÇO						
CUSTO						
Terrenos	367.151	-	(666)	291	-	366.776
Barragens, reservatórios e adutoras	4.879.954	-	-	3.504	-	4.883.458
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.361.516	-	(93)	3.704	(225)	1.364.902
Máquinas e equipamentos	2.900.889	-	(7.243)	119.437	(519)	3.012.564
Veículos	25.454	-	(1.212)	2.048	(119)	26.171
Móveis e utensílios	20.887	-	(84)	293	611	21.707
Subtotal	9.555.851	-	(9.298)	129.277	(252)	9.675.578
DEPRECIACÃO						
Barragens, reservatórios e adutoras	(1.750.939)	(92.783)	-	-	-	(1.843.722)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(625.380)	(36.994)	83	-	47	(662.244)
Máquinas e equipamentos	(1.181.987)	(87.325)	4.575	-	226	(1.264.511)
Veículos	(21.072)	(1.616)	1.174	-	4	(21.510)
Móveis e utensílios	(11.866)	(1.792)	73	-	(25)	(13.610)
Subtotal	(3.591.244)	(220.510)	5.905	-	252	(3.805.597)
TOTAL EM SERVIÇO	5.964.607	(220.510)	(3.393)	129.277	-	5.869.981
EM CURSO						
Terrenos	192.764	21.377	-	(290)	-	213.851
Barragens, reservatórios e adutoras	1.426.053	90.683	-	(3.029)	-	1.513.707
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.289	12.580	-	(3.569)	-	122.300
Máquinas e equipamentos	925.333	314.832	-	(109.723)	-	1.130.442
Veículos	443	2.338	-	(2.049)	-	732
A ratear	236.369	204.504	-	(10.617)	-	430.256
Provisão para ajuste ao valor recuperável de ativos	(343.895)	(349.443)	-	-	-	(693.338)
Transformação, fabricação e reparo	12.794	(10.931)	-	-	-	1.863
Compras em andamento	3.312	-	-	-	-	3.012
TOTAL EM CURSO	2.566.462	285.940	-	(129.277)	-	2.723.125
(-) Obrigações vinculadas a concessão	(112.540)	-	-	-	-	(112.540)
IMOBILIZADO LÍQUIDO - TOTAL	8.418.529	65.430	(3.393)	-	-	8.480.566

17.5. Movimentação do ativo imobilizado consolidado

R\$ Mil							
DESCRIPTIVO	SALDO EM 31.12.2011	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIAÇÃO	TRANSFERÊNCIAS CUSTO /SERVIÇOS	EFEITOS DA LEI Nº 12.783/13	SALDO EM 31.12.2012
Geração/comercialização							
Em serviço	12.062.791	-	(30.347)	-	3.232.733	(4.172.933)	11.092.244
Depreciação acumulada	(3.863.395)	-	5.636	(296.909)	-	1.719.098	(2.435.570)
Em curso	8.055.608	2.448.518	(119.328)	-	(3.228.630)	(439.649)	6.716.519
Total Geração/comercialização	16.255.004	2.448.518	(144.039)	(296.909)	4.103	(2.893.484)	15.373.193
Administração							
Em serviço	214.174	-	(16.260)	-	17.286	-	215.200
Depreciação acumulada	(107.647)	-	8.360	(15.309)	-	-	(114.597)
Em curso	2.806	40.685	-	-	(21.389)	-	22.102
Total administração	109.333	40.685	(7.900)	(15.309)	(4.103)	-	122.706
Provisão para ajustes ao valor recuperável de ativos (Impairment)							
UTE Campos (Roberto Silveira)	-	(16.565)	-	-	-	-	(16.565)
UHE Batalha	(498.028)	(55.330)	-	-	-	-	(553.358)
UHE Simplício	(195.310)	(263.033)	-	-	-	-	(458.343)
Total Impairment	(693.338)	(334.928)	-	-	-	-	(1.028.266)
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão							
Participação da União Federal	(11.153)	-	-	-	-	-	(11.153)
Outros						-	
Participação da União, Estados e Municípios	(19.389)	-	-	-	-	-	(19.389)
Reservas de amortização	(81.998)	-	-	-	-	-	(81.998)
Total obrigações especiais	(112.540)	-	-	-	-	-	(112.540)
TOTAL GERAL	15.558.459	2.154.275	(151.939)	(312.218)	-	(2.893.484)	14.355.093

Do saldo de imobilizado em curso consolidado (geração) no total de R\$ 7.136.426 mil (R\$ 31.12.2011 – R\$ 8.055.608 mil), destacamos que R\$ 2.538.658 mil referem-se à Madeira Energia S.A. (31.12.2011 – R\$ 4.488.905 mil). Este montante refere-se, principalmente, a adiantamentos a fornecedores para os contratos firmados de compras de máquinas e equipamentos da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, para substancialmente, a construção, transporte e montagem das 44 turbinas de geração de energia e dos painéis de controle.

Com a entrada em operação comercial das UG 1 e UG 9, foram unitizados (transferidos para serviço) pela investida Madeira Energia, aproximadamente, R\$ 3.217.741 mil (parcela de Furnas).

						R\$ Mil
DESCRIPTIVO	SALDO EM 31.12.2010	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIACÃO	TRANSFERÊNCIAS CUSTO/SERVIÇOS	SALDO EM 31.12.2011
Geração /comercialização						
Em serviço	11.622.137	167.459	(17.152)	-	290.347	12.062.791
Depreciação acumulada	(3.506.196)	-	3.826	(361.025)	-	(3.863.395)
Em curso	5.854.652	2.502.806	(11.503)	-	(290.347)	8.055.608
Total geração/comercialização	13.970.593	2.670.265	(24.829)	(361.025)	-	16.255.004
Administração						
Em serviço	217.099	308	(3.233)	-	-	214.174
Depreciação acumulada	(97.710)	-	2.055	(11.992)	-	(107.647)
Em curso	(45.672)	48.485	(7)	-	-	2.806
Total administração	73.717	48.793	(1.185)	(11.992)	-	109.333
Provisão para ajustes ao valor recuperável de ativos (Impairment)						
UHE Batalha	(230.546)	(267.482)	-	-	-	(498.028)
UHE Simplício	(113.349)	(81.961)	-	-	-	(195.310)
Total Impairment	(343.895)	(349.443)	-	-	-	(693.338)
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão						
Participação da União Federal	(11.153)	-	-	-	-	(11.153)
Outros						
Participação da União, Estados e Municípios	(19.389)	-	-	-	-	(19.389)
Reservas de amortização	(81.998)	-	-	-	-	(81.998)
Total obrigações especiais	(112.540)	-	-	-	-	(112.540)
TOTAL GERAL	13.587.875	2.369.615	(26.014)	(373.017)	-	15.558.459

Durante o exercício de 2011, a investida Madeira Energia, iniciou o processo de unitização, que consiste no arrolamento, valoração e cadastramento dos bens, direitos e instalações em conformidade com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), Resolução Normativa nº 367/2009.

O saldo das Reservas para Amortização é proveniente dos valores constituídos até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

17.6 Novas taxas de depreciação

Em 16 de fevereiro de 2012, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 474/2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico, taxas estas adotadas pela Empresa para fins societários, por representar adequadamente a vida útil dos bens.

Tais alterações passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 e trazem mudanças em relação às últimas estimativas de vida útil e taxas de depreciação adotadas até 31 de dezembro de 2011, para o ativo imobilizado em serviço.

A seguir, as principais revisões nas taxas anuais de depreciação:

Unidades de Cadastro (UC)	Taxa anual de depreciação (Em %)		Aumento/ (redução) Em %
	Até 31.12.2011	A partir de 01.01.2012	
Caldeira	5,00	4,00	(1,00)
Condutor classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,50	2,70	0,20
Conversor de frequência	4,00	6,67	2,67
Equipamento geral	10,00	6,25	(3,75)
Equipamento geral de informática	10,00	16,67	6,67
Estrutura (torre) igual ou superior a 69 kV	2,50	2,70	0,20
Estrutura da tomada d'água	4,00	2,86	(1,14)
Estrutura suporte de equipamento e de barramento	2,50	3,13	0,63
Painel, mesa de comando e cubículo	3,00	3,57	0,57
Sistema de aterramento	2,50	3,03	0,53
Sistema de proteção, medição e automação	3,00	6,67	3,67
Transformador de aterramento	2,00	3,33	1,33
Transformador de força	2,50	2,86	0,36
Turbina a gás	5,00	4,00	(1,00)
Veículos	20,00	14,29	(5,71)

NOTA 18 – INTANGÍVEL

R\$ Mil

Descritivo	R\$ mil				
	Individual				Saldo
	Saldo	Movimentação		Saldo	
	31.12.2011	Adição	Amortizaçã	Transferência	31.12.2012
Vinculados concessão - geração					
Em serviço					
Custo	95.336	-	-	2.882	98.218
Amortização	(39.009)	-	(16.247)	-	(55.256)
	56.327	-	(16.247)	2.882	42.962
Em curso					
Custo	52.525	5.588	-	(2.882)	55.231
	52.525	5.588	-	(2.882)	55.231
Total vinculados concessão - geração	108.852	5.588	(16.247)	-	98.193

R\$ Mil

					R\$ mil
Descriativo	Consolidado				Saldo
	Saldo	Movimentação		Transferência	
	31.12.2011	Adição	Amortização		
Vinculados concessão - geração					
Em serviço					
Custo	969.218	-	(844)	66.738	1.035.112
Amortização	(39.789)	-	(48.672)	-	(88.461)
	929.429	-	(49.516)	66.738	946.651

Descriativo	Consolidado			
	Saldo	Movimentação		Saldo
	31.12.2011	Adição	Amortização	31.12.2012
Em curso				
Custo	111.429	32.601	-	(66.738)
	111.429	32.601	-	(66.738)
Obrigações especiais	-	50	-	50
Total vinculados concessão - geração	1.040.858	32.651	(49.516)	-
Vinculados concessão - transmissão				1.023.993
Em serviço				
Custo	-	689	-	-
Amortização	-	-	(34)	-
		689	(34)	-
Em curso				655
Custo	-	56	-	-
	-	56	-	56
Total vinculados concessão - transmissão	-	745	(34)	-
Não vinculados concessão – outros				711
Administração				
Outros	-	19	-	-
Total não vinculados concessão - outros	-	19	-	-
Total	1.040.858	33.415	(49.706)	-
				1.024.723

Em 31 de dezembro de 2012, Furnas mantém registrado no intangível o custo com *software* de manutenção de sistema corporativo, no total de R\$ 98.193 mil, sendo este último deduzido da amortização acumulada de R\$ 55.256 mil, calculada à taxa de 20% a.a.

Do valor de R\$ 55.231 mil registrado no intangível em curso de Furnas, R\$ 44.673 mil referem-se ao valor dos contratos de concessão onerosa de Furnas com a União para a utilização do bem público (UBP) para a geração de energia elétrica das usinas de Batalha e Simplício. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente. O saldo remanescente, R\$ 10.558 mil, refere-se a ao valor das faixas de servidões.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante (Vide nota 25).

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

NOTA 19 – FORNECEDORES

Descriativo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Materiais e serviços	287.115	298.539	441.294	327.475
Fornecedores de energia elétrica – suprimento	348.753	453.963	372.795	463.700
Fornecedores de energia elétrica – encargos de uso da rede	46.508	45.327	55.642	46.109
Fornecedores de energia elétrica – CCEE	148.472	13.133	160.111	13.941
Outros	2.496	1.941	2.646	75.710
TOTAL CIRCULANTE	833.344	812.903	1.032.488	926.935

Descritivo	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Materiais e serviços	-	-	6.206	9.146
Retenção contratual (investida Mesa)	-	-	83.686	62.706
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	89.892	71.852

19.1 Fornecedores de energia elétrica - suprimento

Em 31 de dezembro de 2012, do saldo consolidado no valor de R\$ 372.795 mil, R\$ 264.204 mil (31.12.2011 - R\$ 358.367 mil) referem-se ao contrato de venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, assinado entre Eletronuclear e Furnas em 10 de julho de 2001, com vigência a partir de 1º de julho de 2001 até 31 de dezembro de 2012 (Vide nota 2.4).

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1 Composição do endividamento – individual (por contraparte)

R\$ Mil

Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2012				31.12.2011			
				Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
					Circul.	Não			Circul.	Não	
Moeda Estrangeira											
Eletrabras											
Eletrabras – BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	592	7.259	32.665	40.516	662	6.663	36.647	43.972
Eletrabras - Eximbank	YEN	06.04.2018	Juros 1,92%a.a. + tx. adm. 2% a.a.	1.761	35.908	161.579	199.248	2.184	36.801	202.399	241.384
Subtotal Instituições financeiras				2.353	43.167	194.244	239.764	2.846	43.464	239.046	285.356
BID	US\$	15.12.2031	Taxa flutuante base US\$ x Libor	70	-	130.880	130.950	-	-	-	-
Subtotal				70	-	130.880	130.950	-	-	-	-
Subtotal Moeda Estrangeira				2.423	43.167	325.124	370.714	2.846	43.464	239.046	285.356
Moeda Nacional											
Eletrabras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	115	202.842	2.800.408	3.003.365	241	116.946	2.574.374	2.691.561
Eletrabras	Não indexado	2014 a 2018	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	-	28.393	112.401	140.794	-	27.193	137.906	165.099
Eletrabras	Selic	30.08.2020	Selic	-	-	139.164	139.164	-	-	-	-
Subtotal Instituições Financeiras				115	231.235	3.051.973	3.283.323	241	144.139	2.712.280	2.856.660
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.213	58.550	736.404	797.167	2.892	58.522	794.925	856.339
BNDES	TJLP	15.05.2018	TJLP + 2,18% a.a.	146	3.857	47.159	51.162	190	3.857	51.015	55.062
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	528	12.792	153.508	166.828	688	12.792	166.301	179.781
Banco do Brasil	CDI	10.2012	103% a 104% CDI	-	-	-	-	3.916	183.000	-	186.916
Banco do Brasil	CDI	31.10.2018	107% CDI	2.521	-	750.000	752.521	-	-	-	-
CEF	CDI	27.07.2020	111% CDI	7.271	-	212.760	220.031	9.882	191.972	-	201.854
CEF	CDI	03.08.2020	111% CDI	12.985	-	400.000	412.985	-	-	-	-
CEF	CDI	15.10.2020	111% CDI	1.359	-	86.569	87.928	-	-	-	-
CEF	CDI	26.10.2020	111% CDI	1.545	-	113.975	115.520	-	-	-	-
CEF - Finame	R\$ / TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	182	-	9.898	10.080	-	-	-	-
BASA	CDI	15.02.2013	101,9% CDI	13.792	193.000	-	206.792	19.972	-	193.000	212.972
BASA	CDI	31.07.2017	102,89% CDI	6.131	-	200.000	206.131	-	-	-	-
Subtotal				48.673	268.199	2.710.273	3.027.145	37.540	450.143	1.205.241	1.692.924
Subtotal moeda				48.788	499.434	5.762.246	6.310.468	37.781	594.282	3.917.521	4.549.584
Total empréstimos e financiamentos				51.211	542.601	6.087.370	6.681.182	40.627	637.746	4.156.567	4.834.940

20.2 Composição do endividamento – consolidado (por contraparte)

R\$ Mil											
Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2012			Total	31.12.2011			Total
				Encargos	Principal			Encargos	Principal		
					Circul.	Não Circul.			Circul.	Não circul.	
Moeda Estrangeira											
Eletrobras – BID	US\$	06.04.2018	Juros 4,66% a.a. + tx. adm. 0,75% a.a.	592	7.259	32.665	40.516	662	6.663	36.647	43.972
Eletrobras - Eximbank	YEN	06.04.2018	Juros 1,92% a.a. + tx. adm. 2% a.a.	1.761	35.908	161.579	199.248	2.184	36.801	202.399	241.384
BID	US\$	15.12.2031	Libor	70	-	130.880	130.950	-	-	-	-
Subtotal Moeda Estrangeira				2.423	43.167	325.124	370.714	2.846	43.464	239.046	285.356
Moeda Nacional											
Eletrobras	IPCA	2021 a 2030	6% a.a. + 1% tx. adm.	115	202.842	2.800.408	3.003.365	241	116.946	2.574.374	2.691.561
Eletrobras	Selic	30.08.2020	Selic	-	-	139.164	139.164	-	-	-	-
Eletrobras	Não indexado	2014 a 2017	5% a 7,5% a.a. + tx. adm. 1,5 a 2% a.a.	-	28.393	112.401	140.794	-	27.193	137.906	165.099
Subtotal Eletrobras				115	231.235	3.051.973	3.283.323	241	144.139	2.712.280	2.856.660
Instituições Financeiras											
BNDES	TJLP	15.07.2026	TJLP + 1,91% a.a.	2.213	58.550	736.404	797.167	2.892	58.522	794.925	856.339
BNDES	TJLP	15.05.2018	TJLP + 2,18% a.a.	146	3.857	47.159	51.162	190	3.857	51.015	55.062
BNDES	TJLP	15.12.2025	TJLP + 3% a.a.	528	12.792	153.508	166.828	688	12.792	166.301	179.781
BNDES	TJLP	15.01.2016	TJLP + 4,5% a.a.	560	45.542	98.673	144.775	739	45.541	144.214	190.494
BNDES	TJLP	09.2027	TJLP + 2,49 a 2,95% a.a.	2.356	52.074	720.364	774.794	2.649	51.813	768.561	823.023
BNDES	TJLP	15.07.2012	TJLP + 2,8% a.a.	-	-	372.908	372.908	-	138.566	-	138.566
BNDES	TJLP	2024 a 2034	TJLP + 2,4 a 3,8% a.a.	-	-	2.995.782	2.995.782	-	-	2.746.723	2.746.723
BNDES	TJLP	12.2025	TJLP + 2,75% a.a.	-	6.454	77.991	84.445	-	6.456	84.461	90.917
BNDES	TJLP	2027	TJLP + 2,28% a.a.	-	39.348	237.212	276.560	19.507	15.759	260.344	295.610
BNDES	TJLP	15.04.2023	TJLP + 3% a.a.	-	91	12.194	12.285	-	96	13.347	13.443
BNDES	TJLP	-	TJLP + 2,07 a 2,47% a.a.	-	1.483	18.175	19.658	(351)	661	11.940	12.250
BNDES	TJLP	15.06.2012	TJLP + 2,40% a.a.	822	185.558	-	186.380	-	78.239	-	78.239

BNDES	TJLP	01.07.2027	TJLP + 1,30% a.a.	975	-	103.249	104.224	-	-	-	-
BNDES	TJLP	2029	TJLP + 2,51% a.a.	-	231	79.912	80.143	-	-	-	-
BNDES	TJLP	2026	TJLP + 1,98% a 2,38% a.a.	-	16.604	69.364	85.968	-	-	-	-
Banco do Brasil - CCB	CDI	31.10.2018	107% CDI	2.521	-	750.000	752.521	-	-	-	-
Banco do Brasil - CCB	CDI	10.2012	103% a 104% CDI	-	-	-	-	3.916	183.000	-	186.916
CEF	CDI	27.07.2020	111,0% CDI	7.271	-	212.760	220.031	9.882	191.972	-	201.854
CEF	CDI	03.08.2020	111,0% CDI	12.985	-	400.000	412.985	-	-	-	-
CEF	CDI	15.10.2020	111,0% CDI	1.359	-	86.569	87.928	-	-	-	-
CEF	CDI	26.10.2020	111,0% CDI	1.545	-	113.975	115.520	-	-	-	-
CEF - Finame	R\$ / TJLP	17.01.2022	2,5% a.a. + TJLP	182	-	9.898	10.080	-	-	-	-
BASA	CDI	15.02.2013	101,9% CDI	13.792	193.000	-	206.792	19.972	-	193.000	212.972
BASA	CDI	31.07.2017	102,89% CDI	6.131	-	200.000	206.131	-	-	-	-
BASA	Não indexado	-	Juros 10% a.a.	-	-	224.379	224.379	-	-	213.746	213.746
Banco do Espírito Santo	CDI	15.12.2011	CDI + 4% a.a.	-	-	-	-	3.612	56.350	-	59.962
Outros	Não indexado	-	-	1.841	92.733	109.561	204.135	222	82.301	24.427	106.950
Subtotal instituições financeiras				55.227	708.317	7.830.037	8.593.581	63.918	925.925	5.473.004	6.462.847
Subtotal moeda nacional				55.342	939.552	10.882.010	11.876.904	64.159	1.070.064	8.185.284	9.319.507
Subtotal de empréstimos e financiamentos				57.765	982.719	11.207.134	12.247.618	67.005	1.113.528	8.424.330	9.604.863

20.2 Composição do endividamento – consolidado (por contraparte)

Continuação

R\$ Mil

Continuação											
Contraparte	Moeda/ Indexador	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	31.12.2012				31.12.2011			
				Encargos	Principal		Total	Encargos	Principal		Total
					Circul.	Não			Circul.	Não circul.	
Debêntures											
Debêntures	IPCA	30.09.2012/2013 e 30.12.2012	IPCA + juros de 6,5% a.a.	-	-	-	-	85.010	443.243	279.410	807.663
Debêntures	IPCA	30.09.2013	IPCA + juros de 6,5% a.a.	66.953	247.437	-	314.390	-	-	-	-
Debêntures	IPCA	Anuais a partir 2023	IPCA + juros de 6,5% a.a.	-	-	307.728	307.728	-	-	-	-
Debêntures	IPCA	14.11.2017		-	590	9.840	10.430				
Debêntures	IPCA	14.11.2017		-	614	11.281	11.895				
Debêntures	CDI	15.09.2012	106,5% CDI	-	-	-	-	2.592	102.900	-	105.492
Subtotal debêntures				66.953	248.641	328.849	644.443	87.602	546.143	279.410	913.155
TOTAL				124.718	1.231.360	11.535.983	12.892.061	154.607	1.659.67	8.703.740	10.518.01

20.3 Composição dos empréstimos e financiamentos (por tipo de moeda e indexador)

Moeda/Indexador	Individual						Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011			31.12.2012			31.12.2011		
	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%	\$ Mil	R\$ Mil	%
Moeda estrangeira												
US\$	83.908	171.466	2,6	23.442	43.972	0,9	83.908	171.466	1,3	23.442	43.972	0,4
Yen	8.400.000	199.248	3,0	9.929.412	241.384	5,0	8.400.000	199.248	1,6	9.929.412	241.384	2,3
		370.714	5,6		285.356	5,9		370.714	2,9		285.356	2,7
Moeda nacional												
CDI		2.001.908	30,0		601.742	12,4		2.001.908	15,5		767.196	7,3
IPCA		3.003.365	45,0		2.691.561	55,7		3.625.483	28,1		3.499.224	33,3
TJLP		1.025.237	15,3		1.091.182	22,6		6.163.159	47,8		5.480.447	52,1
SELIC		139.164	2,0		-	-		139.164	1,1		-	-
		6.169.674	92,3		4.384.485	90,7		11.929.714	92,5		9.746.867	92,7
Não Indexado		140.794	2,1		165.099	3,4		591.633	4,6		485.795	4,6
		6.310.468	94,4		4.549.584	94,1		12.521.347	97,1		10.232.662	97,3
Total		6.681.182	100,0		4.834.940	100,0		12.892.061	100,0		10.518.018	100,0

As variações das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos, são as seguintes:

Moeda/Indexador	Variação Anual (%)	
	2012	2011
US\$	8,94	11,30
Yen	(2,43)	17,41
IPCA	5,84	6,50

O saldo do principal do endividamento não circulante tem seus vencimentos assim programados:

R\$ Mil				
Individual				
31.12.2012				
Vencimento	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	31.12.2011
2013	-	-	-	476.439
2014	297.413	43.167	340.580	310.016
2015	318.788	47.132	365.920	320.176
2016	346.688	51.099	397.787	327.574
Após 2016	4.799.357	183.725	4.983.083	2.722.362
Total	5.762.246	325.123	6.087.370	4.156.567

R\$ Mil				
Consolidado				
31.12.2012				
Vencimento	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	31.12.2011
2013	-	-	-	909.853
2014	589.047	43.167	632.214	535.839
2015	654.166	47.132	701.298	593.492
2016	776.062	51.099	827.161	572.345
Após 2016	9.191.584	183.726	9.375.310	6.092.211
Total	11.210.859	325.124	11.535.983	8.703.740

20.4 Mutação dos empréstimos e financiamentos

R\$ Mil					
Individual					
Descritivo	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	632.063	3.917.521	46.310	239.046	4.834.940
Ingressos/capitalização	-	2.162.425	-	120.308	2.282.733
Encargos	353.214	-	12.445	-	365.659
Variação monetária e cambial	-	155.645	-	8.646	164.291
Transferências para o circulante	473.345	(473.345)	42.876	(42.876)	-
Amortizações	(910.400)	-	(56.041)	-	(966.441)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	548.222	5.762.246	45.590	325.124	6.681.182

O valor total de R\$ 966.441 mil de Furnas, compõe-se de amortizações (principal + juros) no valor de R\$ 923.668 + transferência para imobilizado no valor de R\$ 42.773 mil.

R\$ Mil

Consolidado					Total
Descritivo	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.767.968	8.464.694	46.310	239.046	10.518.018
Ingressos/capitalização	615.005	3.167.851	-	120.308	3.903.164
Encargos	568.315	267.650	12.445	-	848.410
Variação monetária e cambial	33.643	155.644	-	8.646	197.933
Transferências para o circulante	844.980	(844.980)	42.876	(42.876)	-
Amortizações/capitalização	(2.519.423)	-	(56.041)	-	(2.575.464)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.310.488	11.210.859	45.590	325.124	12.892.061

20.5 Garantias e Covenants

Empresa	Tipo	Descrição
FURNAS	Garantia	Os contratos de empréstimo/financiamento celebrados por Furnas preveem garantias de diversas modalidades, de acordo com cada negociação levada a efeito junto as Instituições Financeiras e com a <i>Holding</i> Eletrobras, que varia de acesso a conta corrente por meio de procuração, nota promissória, seguro garantia ou fiança bancária, aval corporativo da Eletrobras e garantia do Tesouro Nacional.
	Covenant	Alguns contratos preveem o LAJIDA suficiente para honrar com as obrigações assumidas nos respectivos instrumentos e outros a manutenção do indicador PL / Ativo Total maior ou igual a 0,3, ora no balanço de Furnas, ora no da Eletrobras, quando se apresenta como interveniente garantidora da operação de crédito.
CHAPECOENSE	Garantia	Penhor de direitos creditórios, penhor dos direitos emergentes da concessão, cessão e vinculação de receita, administração de contas, penhor de ações e carta de fiança corporativa no valor de 100% do montante financiado.
	Covenant	Os contratos de financiamento possuem cláusulas que requerem que a controlada mantenha, durante o período de amortização do contrato, índice de cobertura do serviço da dívida de, no mínimo, 1,2. O coeficiente é calculado dividindo-se o valor do fluxo de caixa líquido das operações pelo valor do serviço da dívida. O cálculo é realizado semestralmente, e em 31 de dezembro de 2012 a controlada apresentava índice de 1,4.
ENERPEIXE	Garantia	(a) Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.; (b) Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros: - Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e - As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVE. (c) Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; (d) Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas; (e) Em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento.
	Covenant	(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3. (b) Restrição de pagamento de dividendos. São indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da investida exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos <i>covenants</i> impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. Até 31 de dezembro de 2012 todos os <i>covenants</i> das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Empresa	Tipo	Descrição
MADEIRA	Garantia	(a) Penhor da totalidade das ações da controlada de propriedade da investida, dando as mesmas para o BNDES através da celebração do contrato de penhor de ações e outras avenças; (b) Cessão fiduciária entre a Controlada e o BNDES, envolvendo os direitos de titularidade da mesma, em decorrência do contrato de concessão de uso do bem público para geração de energia elétrica, incluindo os direitos creditórios de sua titularidade referentes aos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVE) e dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR); (c) Cessão fiduciária entre a sua controlada e o BNDES e entre a sua controlada e o Banco da Amazônia S.A. envolvendo os contratos de concessão e de comercialização de energia tratados anteriormente; e (d) Cessão condicional dos contratos do projeto de execução da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, através da assinatura do contrato de cessão fiduciária de direitos, administração de contas e outras avenças.
	Covenant	O financiamento contratado pela sua controlada junto ao BNDES, mencionado anteriormente, possui cláusulas restritivas, dentre outras, quanto à relação entre ativo total e patrimônio líquido, as quais vem sendo adequadamente cumpridas pela investida.
IE MADEIRA	Garantia	As seguintes garantias serão compartilhadas entre BNDES e o Banco da Amazônia S.A., na proporção dos financiamentos de longo prazo: (a) Penhor das ações de emissão da Companhia, de propriedade dos acionistas: CTEEP-Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (51%), Furnas - Centrais Elétricas S.A. (24,5%) e Companhia Hidroelétrica do São Francisco-CHESF (24,5%), correspondente à participação de cada um destes acionistas no capital da investida, em favor do BNDES e do Banco da Amazônia S.A., em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações dos contratos de financiamento; (b) Cessão fiduciária de todos os direitos creditórios da investida; (c) Cessão fiduciária dos direitos emergentes dos Contratos de Concessões nº 013/2009-Aneel e nº 015/2009-Aneel e dos Contratos de Prestação do Serviço de Transmissão nº 010/2009 e nº 012/2009, e posteriores aditivos, firmados pela investida com o ONS.
	Covenant	Todas as exigências e cláusulas restritivas (<i>covenants</i>) estabelecidos nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela investida. A totalidade dos recursos de financiamento e debêntures destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão.
RETIRO BAIXO	Garantia	Cartas de fiança obtidas de instituições financeiras e repassadas ao BNDES.
	Covenant	-
SERRA DO FACÃO	Garantia	(a) Cessão fiduciária de direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 129/2001; (b) Penhor de ações da investida, fornecida pelos acionistas Alcoa Alumínio S.A., Furnas - Centrais Elétricas S.A. e Camargo Corrêa Energia S.A.
	Covenant	De acordo com as cláusulas contratuais, a investida deve atender durante o período de amortização do contrato o seguinte índice financeiro: - Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. A Administração da investida entende que, em 31 de dezembro de 2012, está alcançando o respectivo índice.
TRANSIRAPÉ	Garantia	Os recursos foram contratados sem garantias.
	Covenant	Não existem cláusulas restritivas (<i>covenants</i>) para os contratos da investida.
TRANSLESTE	Garantia	Penhor de ações, penhor de direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas.
	Covenant	Não existem cláusulas restritivas (<i>covenants</i>) para os contratos da Investida.
TRANSUDESTE	Garantia	Os recursos foram contratados sem garantias.
	Covenant	Não existem cláusulas restritivas (<i>covenants</i>) para os contratos da Investida.
TRANSENERGIA RENOVÁVEL	Garantia	A beneficiária cedeu fiduciariamente, através de "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", celebrado em 15 de fevereiro de 2012, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2009 - Aneel, firmado com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; e do Contrato de Prestação de

Empresa	Tipo	Descrição
		Serviços de Transmissão nº 013/2009, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). As intervenientes, J. Malucelli e Furnas, deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do contrato e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da beneficiária de sua titularidade.
	<i>Covenant</i>	-
TRANSENERGIA SÃO PAULO	Garantia	A beneficiária cedeu fiduciariamente, através de "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", a totalidade dos direitos creditórios de que era titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 024/2009 - Aneel, firmado com a União, representada pela Aneel; e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 006/2009, firmado com o ONS. As intervenientes, J. Malucelli e Furnas, deram ao BNDES, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do contrato e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da beneficiária de sua titularidade.
	<i>Covenant</i>	-
GOIÁS TRANSMISSÃO	Garantia	(a) Penhor dos direitos emergentes da concessão; (b) Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão; e (c) Todos os direitos oriundos das obrigações contratuais da investida.
	<i>Covenant</i>	O contrato de financiamento firmado pela Investida contempla cláusulas restritivas relativas a índices de cobertura do serviço da dívida. A Investida apresenta índice de cobertura do serviço da dívida que atende aos limites estabelecidos no contrato.
MGE TRANSMISSÃO	Garantia	(a) Penhor dos direitos emergentes da concessão; (b) Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão; e (c) Todos os direitos oriundos das obrigações contratuais da investida.
	<i>Covenant</i>	O contrato de financiamento firmado pela Investida contempla cláusulas restritivas relativas a índices de cobertura do serviço da dívida. A investida apresenta índice de cobertura do serviço da dívida que atende aos limites estabelecidos no contrato.
TELES PIRES	Garantia	As garantias que asseguram o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento ("garantias") estão consubstanciadas nos instrumentos denominados documentos do financiamento, através de fianças proporcionais da Neoenergia S.A. e da Eletrobras, nas razões de 51% e 49% da dívida, respectivamente.
	<i>Covenant</i>	-
BRASVENTOS EOLO	Garantia	O empréstimo com o BNDES está garantido pela totalidade da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pela Investida e ainda, os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Energia de Reserva celebrado entre a investida e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
	<i>Covenant</i>	O contrato de empréstimo também prevê cláusulas restritivas que pode exigir que a Investida pague o empréstimo antes da data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2012, tais cláusulas foram atendidas pela investida.
BRASVENTOS MIASSABA	Garantia	O empréstimo com o BNDES está garantido pela totalidade da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pela investida e ainda, os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Investida e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
	<i>Covenant</i>	O contrato de empréstimo também prevê cláusulas restritivas que pode exigir que a investida pague o empréstimo antes da data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2012, tais cláusulas foram atendidas pela investida.
REI DOS VENTOS	Garantia	O empréstimo com o BNDES está garantido pela totalidade da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pela investida e ainda, os direitos de crédito decorrentes do Contrato de Energia de Reserva celebrado entre a Investida e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
	<i>Covenant</i>	O contrato de empréstimo também prevê cláusulas restritivas que pode exigir que a investida pague o empréstimo antes da data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2012, tais cláusulas foram atendidas pela investida.

NOTA 21 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

21.1 Composição

Descritivo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Circulante				
Tributos a recolher	310.725	230.432	347.835	263.709
Total circulante	310.725	230.432	347.835	263.709
Não circulante				
Tributos a recolher	444.883	544.767	448.534	544.869
Passivos fiscais diferidos	79.977	257.685	167.605	330.754
Total não circulante	524.860	802.452	616.139	875.623

21.1.2 Tributos a recolher

Neste grupo são classificados os impostos e contribuições a pagar:

Descritivo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Parcelamento Especial (Paes)	98.863	99.049	98.863	99.049
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	24.815	2.074	34.511	19.523
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	10.149	746	19.536	7.237
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	40.437	27.685	41.303	28.322
PASEP/COFINS	31.043	19.381	36.392	22.382
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	6.892	4.585	7.568	4.756
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	24.342	33.193	26.096	34.731
Impostos retidos – Lei nº 10.833	30.277	22.780	30.612	22.999
ICMS/ISS	43.626	20.692	51.751	23.921
Outros	281	247	1.203	789
Total circulante	310.725	230.432	347.835	263.709
Parcelamento Especial (Paes)	444.883	544.767	444.883	544.767
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	268	75
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	30	27
ICMS diferido	-	-	3.353	-
Total não circulante	444.883	544.767	448.534	544.869

21.1.2.1 Parcelamento Especial (Paes) – Lei nº 10.684/2003

Em 1 de março de 2000, a Empresa formalizou a opção ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis) com o objetivo de regularizar os débitos, junto à União, relativos ao Pasep e Cofins decorrentes, principalmente, da decisão desfavorável do julgamento, por parte da Secretaria da Receita Federal, do auto de infração, emitido em 30 de abril de 1999, relativo a fatos geradores do período de 1994 a 1998.

Contudo, em 30 de maio de 2003 por meio da Lei nº 10.684, o Governo Federal instituiu o Paes, que se destinava a promover a regularização de débitos tributários e previdenciários vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Desta forma, em 31 de julho de 2003, a Empresa optou pelo Paes, transferindo os saldos do Refis para esta nova modalidade de parcelamento. O valor a ser recolhido representa 1,5% do faturamento mensal, com prazo de financiamento limitado a 180 meses e saldo devedor corrigido pela TJLP. Com esta opção, a Empresa incluiu, também, os valores relativos ao parcelamento especial do ITR (60 meses) e os débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido incidentes sobre as operações no âmbito da CCEE.

O montante da dívida do Paes, em 31 de dezembro de 2012, está assim discriminado:

	R\$ Mil
Descritivo	Individual
DÉBITO TOTAL CONSOLIDADO INCLUÍDO NO PAES EM 31.07.2003	968.789
Valor dos pagamentos efetuados até 31.12.2008	(582.183)
Atualização monetária até 31.12.2008	430.130
Crédito ILL Compensado	(7.872)
SALDO EM 31.12.2009 (102 PARCELAS)	808.864
Valor dos pagamentos efetuados no exercício de 2010	(108.821)
Atualização monetária no exercício de 2010	30.574
SALDO EM 31.12.2010 (90 PARCELAS)	730.617
Valor dos pagamentos efetuados no exercício de 2011	(113.266)
Atualização monetária no exercício de 2011	26.465
SALDO EM 31.12.2011 (78 PARCELAS)	643.816
Valor dos pagamentos efetuados em 2012	(121.377)
Atualização monetária em 2012	21.307
SALDO EM 31.12.2012 (66 PARCELAS)	543.746
Saldo no Passivo Circulante em 31.12.2012 (12 parcelas)	98.863
Saldo no Passivo Não Circulante em 31.12.2012 (54 parcelas)	444.883

21.1.3 Passivos fiscais diferidos

A Empresa mantém reconhecidos – nos termos dos pronunciamentos técnicos CPC 26 e 32, aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, de 15 de setembro de 2009 –, imposto de renda (alíquota de 25%) e contribuição social (alíquota de 9%) diferidos resultantes de diferenças temporárias, decorrentes dos ajustes às novas práticas contábeis.

	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
Descritivo	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pis/Pasep diferido	-	-	13.227	36.825
Cofins diferido	-	-	61.052	-
IRPJ diferido	58.806	189.474	64.133	215.513
CSLL diferido	21.171	68.211	23.026	78.416
Outros	-	-	6.167	-
Total não circulante	79.977	257.685	167.605	330.754

A realização dos passivos diferidos foi estimada em 31 de dezembro de 2012 conforme abaixo:

	R\$ Mil	
Ano	Individual	Consolidado
2014	3.552	7.444
2015	3.846	8.060
2016	4.413	9.248
Após 2016	68.166	142.853
Total Não Circulante	79.977	167.605

NOTA 22 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
Descritivo	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Programa de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ)	218.522	93.137	218.522	93.137
Participações nos lucros (PLR)	114.455	106.093	114.455	106.093
Folha de pagamento	55.033	50.220	55.463	50.608
Provisão de férias	42.628	37.428	43.195	38.868
Provisão de 13º salário	-	-	277	247
Provisão de gratificação de férias	31.972	28.071	31.972	28.075
Provisão para contribuição FRG sobre férias	6.040	5.126	6.040	5.126
INSS sobre provisão de férias	21.881	13.839	22.019	14.729
INSS sobre provisão de 13º salário	-	-	-	156
FGTS sobre provisão de férias	5.967	5.240	5.997	5.631
Adiantamento de 13º salário	-	-	1.344	-
Adicional Senai sobre provisão de férias	149	131	149	131
Honorários/encargos dos administradores	757	300	761	300
Sebrae ⁽¹⁾ sobre provisão de férias	449	394	448	394
Outras	-	-	140	-
Total Circulante	497.853	339.979	500.782	343.495
Programa de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ)	-	247.793	-	247.793
Total Não Circulante	-	247.793	-	247.793

⁽¹⁾Sebrae = Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

NOTA 23 – ENCARGOS SETORIAIS

	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
Descritivo	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	49.572	42.239	50.482	42.566
Quota para o Proinfa	-	578	-	579
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	35.335	32.400	38.937	35.435
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	1.889	1.574	2.231	2.173
Total passivo circulante	86.796	76.791	91.650	80.753

23.1 RGR

Destina-se a prover recursos para os casos de reversão e encampação dos serviços de energia elétrica.

23.2 CFURH

Destina-se a indenizar os Estados, os Municípios e o Distrito Federal pela utilização dos territórios em que se localizam instalações destinadas à produção de energia elétrica ou que tenham áreas invadidas por águas dos reservatórios.

NOTA 24 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Furnas possui contratos com a Fundação Real Grandeza (FRG) – fundo de pensão – para a concessão de benefícios pós-emprego aos seus funcionários bem como contribui como patrocinadora deste fundo. Abaixo, a posição (resumida) do passivo de Furnas com a FRG:

Descriativo	R\$ Mil					
	Individual e Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Termo de reconhecimento e consolidação de dívidas	-	-	-	197.710	-	197.710
Contrato da reserva a amortizar	56.441	121.421	177.862	50.530	167.078	217.608
Contribuições amortizantes Plano BD	9.156	44.555	53.711	-	-	-
Outros benefícios (Ajuste atuarial, seguro de vida e saúde)	-	386.808	386.808	-	104.783	104.783
Total	65.597	552.784	618.381	248.240	271.861	520.101

A variação de saldo total no valor de R\$ 98.280 mil de 2012 em relação a 2011, deve-se:

- a) a liquidação do termo de reconhecimento de dívida que em 2011 era de R\$ 197.710 mil;
- b) amortização de R\$ 39.746 mil do contrato de reserva a amortizar;
- c) novo empréstimo para a FRG que em 31 de dezembro de 2012 está registrado pelo valor de R\$ 53.711 mil; e
- d) ao aumento de provisão no valor de R\$ 282.025 mil em outros benefícios ocorrido em função do déficit atuarial calculado pelo laudo efetuado pelos atuários independentes.

24.1 Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões

A Empresa é Patrocinadora Instituidora da Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (FRG), pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes. Em decorrência da cisão das atividades nucleares, ocorrida em 1997, a Eletronuclear tornou-se, também, patrocinadora do Plano de Benefício Definido (BD).

Em 9 de abril de 2003, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC), através do Ofício nº 379/SPC/GAB/CGTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da Real Grandeza ao Plano de Contribuição Definida (CD), o que possibilitou a adesão, a partir de 1º de maio de 2003, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a Real Grandeza administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido (Plano BD) e outro na modalidade de Contribuição Variável (Plano CD).

No período compreendido entre 1 de junho de 2002 e 31 de agosto de 2002, foi oferecida aos participantes do Plano BD, a opção de migrar do Plano BD para dois novos planos aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar: um Plano Saldado, aprovado em abril de 2001, e o Plano CD, aprovado em março de 2002. Os participantes ativos poderiam optar pela migração simultânea aos Planos Saldados e de Contribuição Definida ou pela migração exclusiva para o Plano CD. Já os assistidos, somente, poderiam fazer a opção de migrar para o Plano Saldado.

Em ambos os planos em vigor, o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da Empresa é composta de uma parcela mensal equivalente à dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

De acordo com o Regulamento do Plano CD, a Empresa efetuará Contribuição Regular em nome de cada participante ativo equivalente a (i) menos (ii) menos (iii), onde:

- (i) Contribuição Básica efetuada pelo participante no mês, correspondente a 2% do salário de contribuição, mais um percentual a sua escolha entre 4,5% e 10% da parcela do seu salário excedente a 7 UR (UR = R\$ 283,84);
- (ii) Contribuição Específica de valor, calculada em bases atuariais, para cobertura dos benefícios de risco e de eventual parcela dos benefícios mínimos dos Participantes;
- (iii) Contribuição Complementar, igual a um percentual, calculada em bases atuariais, destinada ao financiamento das despesas administrativas.

A soma das contribuições Regular, Específica e Complementar está limitada a soma dos percentuais de 9,4% e da diferença mensal, positiva ou negativa, entre 9,4% e o efetivo percentual das Contribuições Regular, Específica e Complementar.

Em resumo, no plano BD, os benefícios são concedidos com base no salário de atividade, descontado o valor garantido pelo regime geral da previdência social. O programa garante a concessão de um patamar mínimo de renda, além do resgate ou portabilidade de contribuições para desligados e a possibilidade de continuarem vinculados mesmo após o rompimento do vínculo empregatício, mediante contribuição plena. Além disso, há a concessão de um pecúlio por morte, em regime de pagamento único.

O plano CD, por sua vez, oferece basicamente os mesmos benefícios, entretanto sem paralelo direto com os salários da atividade. Constitui um plano de acumulação de poupanças durante a fase da vida ativa na empresa, com reversão em renda de aposentadoria.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Empresa e são contabilizados e controlados pela FRG.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

Em 31 de dezembro de 2012, as contribuições da Empresa à Fundação Real Grandeza, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 27.011 mil (31.12.2011 - R\$ 23.914 mil).

O perfil populacional dos participantes do Plano BD está abaixo demonstrada:

DADOS POPULACIONAIS	2012	2011
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	2.266	2.737
1.2. Idade Média	54,0	54,2
1.3. Serviço Creditado (total)	28,6	28,4
1.4. Tempo para Aposentadoria	4,4	6,8
1.5 Salário Médio em R\$	11.816	10.551
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	5.458	5.087
2.2. Idade Média	66,9	66,7
2.3. Benefício Médio em R\$	6.374	5.581
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	1.297	1.221
3.2. Idade Média	66,1	65,3
3.3. Benefício Médio em R\$	1.675	1.536
População Total	9.021	9.045

24.1.1 Termos de compromissos

Como parte das providências necessárias ao enquadramento da FRG aos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 e, especificamente, em relação ao prescrito no art. 6º, que estabelecia que as Entidades Fechadas de Previdência Privada patrocinadas por órgãos públicos deveriam rever, no prazo de dois anos a contar da publicação da Emenda, seus planos de benefícios, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos.

Em 14 de dezembro de 2000, a Empresa celebrou com a Fundação um Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças, no valor de R\$ 619.743 mil (base 31 de dezembro de 1999), consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001, compromissos da Patrocinadora estabelecidos no Estatuto e no Regulamento do programa previdenciário, preponderantemente relativos a tempos de serviços anteriores à inscrição dos participantes na Real Grandeza. O saldo do reconhecimento e consolidação de dívidas que em 31 de dezembro de 2011, correspondia a R\$ 197.710 mil, foi encerrado em 31 de outubro de 2012, de forma antecipada.

Em 13 de outubro de 2003, dando sequência ao processo de reequilíbrio do Plano de Benefício Definido e atendendo à determinação da Secretaria de Previdência Complementar, a Real Grandeza firmou com Furnas o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de sua responsabilidade referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante total de R\$ 240.348 mil, apurado em novembro de 2001, corrigido com base no fator de atualização do Plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescidos de juros de 6% a.a., estão sendo pagos, a partir de janeiro de 2004, em 144 parcelas mensais e sucessivas. O saldo devedor da obrigação reconhecida por Furnas, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 177.862 mil (31.12.2011 - R\$ 217.608 mil), dos quais R\$ 56.441 mil (31.12.2011 - R\$ 50.530 mil) classificados no passivo circulante.

Considerando que a Real Grandeza foi instituída por Furnas e o Plano BD foi criado antes da edição da revogada Lei Federal nº 6.435, de 15 de julho de 1977, e que a edição dessa lei e circunstâncias posteriores impuseram a revisão do custeio do plano BD até então pactuado, com a previsão de duas alíquotas a cargo do patrocinador do Plano BD assim especificadas:

- (i) contribuição específica criada para adaptação a Lei Federal nº 6.435/77; e

- (ii) contribuição específica criada para eliminação de déficit passado, com a implantação do Plano Especial de Custeio em 1995.

E, tendo em vista que:

- (iii) o plano de custeio atuarialmente revisto adotou para essas duas alíquotas a nomenclatura de *contribuições amortizantes*;
- (iv) tais alíquotas incidem sobre o valor da folha de salários dos participantes ativos do Plano BD, tudo de forma a garantir o cumprimento dos compromissos assumidos por Furnas desde a constituição da FRG e, posteriormente, pela Eletronuclear.

Ainda de acordo com a legislação vigente que introduziu regra na qual estabelece o prazo máximo para amortização de parcela não coberta de reserva matemática de benefícios concedidos e a conceder e que os valores vinculados ao custeio dos compromissos referidos nos itens (i) e (ii) acima foram apurados atuarialmente, conforme consta no Parecer Atuarial, datado de 7 de abril de 2011 e confeccionado por atuário independente.

Destacando que a então Secretaria de Previdência Complementar por intermédio de Relatório de Fiscalização de 22 de agosto de 2007, determinou a FRG a contratação com os patrocinadores do financiamento da parcela das *contribuições extraordinárias amortizantes*.

Esclarecendo que essa obrigação financeira, ora constituída por meio das contribuições amortizantes, corresponde a R\$ 79.929 mil, das quais cabe a Furnas o valor de R\$ 61.458 mil e a Eletronuclear, R\$ 18.471 mil – valores referenciados em 31 de dezembro de 2010.

Foi firmado por Furnas e a FRG, em 1º de outubro de 2012, um Contrato de Pactuação de Obrigação Financeira no valor de R\$ 61.458 mil com o respectivo parcelamento de pagamento, nas seguintes condições:

- (i) pagamento em 86 parcelas mensais e sucessivas no valor de R\$ 876 mil cada;
- (ii) vencendo a primeira parcela no dia 10, do mês subsequente a assinatura do contrato, e, as seguintes, no dia 10 dos meses subsequentes;
- (iii) atualização monetária desde a data de referência, 31 de dezembro de 2010, até a data do efetivo pagamento pela variação do INPC do IBGE, acrescidos de juros correspondentes ao período decorrido entre a data de referência e a data do recolhimento da primeira prestação, calculados à taxa mensal equivalente a 6% a.a.

O perfil da dívida de longo prazo de Furnas com a FRG está assim relacionada:

Vencimento	R\$ Mil	
	31.12.2012	31.12.2011
2013	-	52.482
2014	68.373	55.630
2015	72.473	58.966
2016	10.595	-
2017	11.231	-
2018	3.304	-
Total	165.976	167.078

A dívida de Furnas com a FRG possui a seguinte mutação em moeda nacional:

Descriativo	R\$ Mil		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	248.240	167.078	415.318
Adições	-	61.457	61.457
Juros	23.993	-	23.993
Variação monetária	-	24.615	24.615
Pagamento de juros	(24.077)	-	(24.077)
Pagamento do principal	(269.733)	-	(269.733)
Transferência para o circulante	87.174	(87.174)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	65.597	165.976	231.573

24.2 Outros benefícios pós-emprego

24.2.1 Seguro de vida

A Empresa subsidia 75% dos prêmios de uma apólice de seguro de vida em grupo para os empregados em atividade, mas estende a possibilidade de adesão aos aposentados de qualquer espécie, desde que paguem a integralidade do prêmio. Há a identificação de passivos pós-emprego, uma vez que o prêmio é coletivo, equalizado para ambas as massas populacionais, de ativos e de aposentados. Como o prêmio calculado separadamente para a massa de inativos é significativamente maior que o da massa ativa, ocorre a transferência intergeracional de prêmios pagos, aí incluído o subsídio dado pela Empresa. Os passivos foram calculados com base nos dados das apólices relativas ao exercício, adotando, por hipótese, que a adesão dos atuais ativos à continuidade de vínculo na apólice deverá ser mantida nos níveis hoje observados.

24.2.2 Seguro-saúde

A Empresa concede aos aposentados por invalidez, e a seus dependentes, a cobertura de gastos médicos. De acordo com os dados de custos incorridos, foram avaliados, sob a hipótese de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, conforme tábua biométrica selecionada, os compromissos potenciais de longo prazo.

24.3 Efeitos do Plano BD, Assistência Saúde e Seguro

24.3.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas		
	2012	2011
Taxa anual de juro atuarial real (i)	3,49%	5,46%
Taxa anual de inflação projetada	4,9%	4,50%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	1,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98%	100%
Hipóteses Atuariais		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000

Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light fraca	Light fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R\$ 2.107.407 mil (31.12.2011 - R\$ 817.302 mil).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

24.3.2 Planos de benefícios em 31 de dezembro

R\$ Mil				
Descriativo	2012			Total
	Plano BD	Saúde	Seguro	
Alterações nas obrigações				
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	6.808.288	96.091	8.692	6.913.071
Custo do serviço	7.929	-	-	7.929
Custos dos juros	674.656	9.807	887	685.350
Contribuições de participantes do plano	61.852	-	-	61.852
Benefícios pagos/adiantados	(435.585)	(4.300)	-	(439.885)
(Ganhos) ou perdas atuariais	3.411.195	35.306	733	3.447.234
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	10.528.335	136.904	10.312	10.675.551
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do exercício	8.215.095	-	-	8.215.095
Retorno esperado dos investimentos	823.640	-	-	823.640
Contribuições patronais	107.040	-	-	107.040
Contribuições de participantes do plano	63.211	-	-	63.211
Benefícios pagos/adiantados	(435.585)	-	-	(435.585)
Ganhos ou (perdas) atuariais	1.283.768	-	-	1.283.768
Valor justo dos ativos no fim do exercício	10.057.169	-	-	10.057.169
Superávit (déficit) no final do exercício	(471.166)	(136.904)	(10.312)	(618.382)
Dívida contratada	(231.574)	-	-	(231.574)
Superávit (déficit) no final do exercício	(471.166)	(136.904)	(10.312)	(618.382)
Custo Periódico Líquido (resultado)				
Custo do serviço líquido (líquido de contribuições de beneficiários)	7.929	-	-	7.929
Custo dos juros	674.656	9.807	887	685.350
Retorno esperado dos ativos financeiros	(823.639)	-	-	(823.639)
Total do Custo Periódico Líquido	(141.054)	9.807	887	(130.360)
2011				
Descriativo	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Obrigações com benefícios projetados no início do exercício	6.422.162	138.273	7.579	6.568.014

Descritivo	2012			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Custo do serviço	54.276	5.963	43	60.282
Custos dos juros	620.003	14.449	657	635.109
Benefícios pagos/adiantados	(365.597)	(4.050)	-	(369.647)
(Ganhos) ou perdas atuariais	77.444	(58.544)	413	19.313
Obrigações com benefícios projetados no fim do exercício	6.808.288	96.091	8.692	6.913.071
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do exercício	7.616.664	-	-	7.616.664
Retorno esperado dos investimentos	804.210	-	-	804.210
Contribuições patronais	83.229	-	-	83.229
Contribuições de participantes	63.497	-	-	63.497
Benefícios pagos/adiantados	(365.597)	-	-	(365.597)
Ganhos ou (perdas) atuariais	13.092	-	-	13.092
Valor justo dos ativos no fim do exercício	8.215.095	-	-	8.215.095
Superávit (déficit) no final do exercício	1.406.807	(96.091)	(8.692)	1.302.024
(Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidas	(1.406.807)	-	-	(1.406.807)
Obrigações reconhecidas no final do exercício	-	(96.091)	(8.692)	(104.783)
Dívida contratada	(415.318)	-	-	(415.318)
Custo Periódico Líquido (resultado)				
Custo do serviço líquido (líquido de contribuições de beneficiários)	(34.155)	5.963	43	(28.149)
Custo dos juros	620.003	14.449	657	635.109
Retorno esperado dos ativos financeiros	(804.209)	-	-	(804.209)
Total do Custo Periódico Líquido	(218.361)	20.412	700	(197.249)

As principais categorias de ativos do plano de benefício definido no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Descritivo	R\$ Mil	
	2012	2011
Valores disponíveis imediatos	783	473
Realizáveis previdenciários	15.890	45.248
Investimentos em ações	36.662	13.200
Investimentos em fundos	9.485.578	7.680.922
Investimentos imobiliários	329.080	337.638
Empréstimos e financiamentos	240.251	239.472
Outros	99	25.316
(-) Exigíveis previdenciários	(51.081)	(108.876)
(-) Exigíveis de investimentos	(93)	(18.298)
Total dos ativos	10.057.169	8.215.095

24.3.3 Obrigações registradas no Balanço Patrimonial

Obrigações registradas no Balanço Patrimonial	R\$ Mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Programa Previdenciário	471.166	415.318
Programa de Saúde	136.903	96.091
Programa de Seguro	10.312	8.692
Total	618.381	520.101

24.3.4 Resumo dos impactos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes

	R\$ Mil	
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31.12.2012	31.12.2011
Programa Previdenciário	1.140.946	579.793
Programa de Saúde	105.540	70.234
Programa de Seguro	8.780	8.047
Total	1.255.266	658.074

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício	31.12.2012	31.12.2011
Programa Previdenciário	(561.153)	(343.288)
Programa de Saúde	(35.306)	77.534
Programa de Seguro	(733)	(523)
Total	(597.192)	(266.227)

24.3.5 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Empresa espera contribuir com R\$ 107.040 mil com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

24.3.6 Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

	R\$ Mil
Variação nas taxas de custos médicos	2012
Efeito no Custo Juros - Aumento 1%	2.139
Efeito no Custo Juros - Redução 1%	(1.815)
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1%	25.018
Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1%	(21.226)

24.3.7 O histórico dos ajustes pela experiência do plano de benefício definido está apresentado a seguir:

	R\$ Mil			
Descritivo	2012	2011	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	10.528.335	6.808.288	6.422.162	6.030.533
Valor justo dos ativos do plano	(10.057.169)	(8.215.095)	(7.616.664)	(6.259.445)
Superávit/(Déficit)	(471.166)	1.406.807	1.194.502	228.912
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	3.411.195	77.444	116.307	116.553
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	1.283.768	13.092	1.005.790	755.671

NOTA 25 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DO BEM PÚBLICO

A seguir, a composição de saldo das concessões a pagar:

	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo não circulante				
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	(a) 44.673	42.230	44.673	42.230
Cia Teles Pires	-	-	19.924	17.400
Chapecoense Geração S.A.	-	-	241.916	230.962

	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Enerpeixe S.A.	-	-	47.661	49.647
Retiro Baixo Energética S.A.	-	-	3.758	3.676
Serra do Facão Energia S.A.	-	-	532.427	547.229
Madeira Energia S.A. – MESA	-	-	80.092	76.159
Total ativo não circulante	44.673	42.230	970.451	967.303
Passivo circulante				
Chapecoense Geração S.A.	-	-	20.852	19.498
Enerpeixe S.A.	-	-	7.178	6.627
Retiro Baixo Energética S.A.	-	-	131	123
Serra do Facão Energia S.A.	-	-	4.046	3.856
Madeira Energia S.A. – MESA	-	-	6.054	5.129
Total circulante	-	-	38.261	35.233
Passivo não circulante				
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	44.673	42.230	44.673	42.230
Cia Teles Pires	-	-	19.924	17.599
Chapecoense Geração S.A.	-	-	245.930	236.560
Enerpeixe S.A.	-	-	81.201	77.029
Retiro Baixo Energética S.A.	-	-	3.631	3.564
Serra do Facão Energia S.A.	-	-	660.937	635.722
Madeira Energia S.A. – MESA	-	-	74.037	70.825
Total não circulante	44.673	42.230	1.130.333	1.083.529

(a) Em 31 de dezembro de 2012, o valor de Furnas refere-se às usinas de Batalha, R\$ 8.321 mil e Simplício R\$ 36.352 mil.

25.1 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

Ano	Individual		Consolidado		R\$ Mil
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	
2013	-	1.255	-	6.625	
2014	2.089	1.975	9.451	7.171	
2015	2.089	1.975	15.741	7.128	
2016	2.089	1.975	16.108	6.968	
2017	2.089	1.975	16.482	6.968	
Após 2017	36.317	33.075	1.072.551	1.048.669	
Total não circulante	44.673	42.230	1.130.333	1.083.529	

25.2 Movimentação do passivo

Descrição	R\$ Mil	
	Individual	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	42.230	1.118.762
Ingressos	-	38.455
Encargos	-	10.735
Variação monetária	2.443	11.082
(-) Amortizações	-	(10.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	44.673	1.168.594

25.3 Informação sobre os pagamentos do uso do bem público

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Empresa ajustou, a valor presente, esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação:

Usinas/Anos de pagamento	Valor Original		Valor Atualizado	
	Pagamento	Pagamento	Pagamento	Pagamento
	Anual	Total	Anual	Total
Da Empresa:				
Batalha – 35	309	8.725	431	8.321
Simplício – 35	1.187	34.036	1.657	35.923
Das Investidas:				
Teles Pires – 35	5.515	193.025	6.170	215.950
Foz do Chapecó – 26	19.261	504.000	42.128	662.946
Peixe Angical – 26	6.800	197.200	17.037	220.947
Retiro Baixo – 31	238	6.902	267	7.743
Serra do Facão – 29	40.618	1.073.000	98.136	1.335.935
Santo Antônio – 35	12.132	379.267	15.384	481.267

25.3.1 Chapecoense Geração S.A.

A vigência do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 7 de novembro de 2001, podendo ser prorrogada, a critério da Aneel, desde que a concessionária assim o requeira, pelo menos 36 meses antes do final desse prazo.

O Contrato de Concessão também estabelece que seja pago, a título de Uso do Bem Público (UBP), o montante de R\$ 504.000 mil (base de preços de junho de 2001), em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. Conforme o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, de 4 de dezembro de 2008, o UBP seria pago em 26 anos, ou seja, em 314 parcelas mensais. O início do pagamento ocorreu em outubro de 2010, quando da entrada em operação comercial da UG1 da UHE Foz do Chapecó.

Portanto, em outubro de 2010, foi efetuado o primeiro pagamento da parcela de UBP. O valor do pagamento é corrigido anualmente, ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base uma ponderação da variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) em 40% e do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 60%. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.268.127 mil. O valor atualizado das parcelas mensais é de R\$ 4.010 mil. O saldo desse contrato, ajustado a valor presente, é de R\$ 664.094 mil (cuja parcela correspondente à Furnas é R\$ 265.638 mil) em 31 de dezembro de 2012.

25.3.2 Serra do Facão S.A.

O valor a pagar referente ao UBP é devido mensalmente a partir do início das operações.

O Contrato de Concessão nº 129/2001, assinado em novembro de 2001, determina que a energia elétrica produzida pelo empreendimento seja comercializada pela Empresa, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Segundo Aditivo do Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de UBP (Concessão onerosa), a partir da entrada em operação da 1ª máquina até novembro de 2036. O valor original total fixado pelo segundo aditivo do contrato é de R\$ 1.073.000 mil o qual vem sendo atualizado anualmente pela variação do IGP-M, até junho de 2011, e pela variação do IGP-M e do IPCA, a partir de julho de 2011. O valor total atualizado e líquido de

pagamentos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 2.347.185 mil (cuja parcela correspondente à Furnas é R\$ 1.161.239 mil) descontado a valor presente, na data do balanço, pela taxa de 5,74%. Os valores vêm sendo pagos mensalmente, desde julho de 2010.

NOTA 26 – PROVISÕES PARA RISCOS

FURNAS e suas investidas são partes envolvidas em diversas ações no âmbito administrativo e do judiciário – principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível. A Administração, de acordo com a Deliberação CVM nº 489/2005, que aprovou o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Empresa em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.	Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Contábeis.

26.1 A seguir, a movimentação por tipo de risco provável:

R\$ Mil				
Individual				
Descritivo	31.12.2011	Adições/Reversões	Pagamentos	31.12.2012
Trabalhistas	227.567	3.487	-	231.054
Tributários	98.807	220.480	-	319.287
Cíveis e outros	296.315	18.522	-	314.837
Total não circulante	622.689	242.489	-	865.178

R\$ Mil				
Consolidado				
Descritivo	31.12.2011	Adições/Reversões	Pagamentos	31.12.2012
Trabalhistas	227.995	3.561	-	231.556
Tributários	98.807	220.480	-	319.287
Cíveis e outros	300.545	20.625	-	321.170
Total não circulante	627.347	244.666	-	872.013

Ações judiciais movidas contra a Empresa e suas investidas que se encontram registradas:

26.1.1 Riscos cíveis e outros prováveis

As ações cíveis e outras estão basicamente relacionadas às reclamações de terceiros referentes a ações de desapropriações e reintegração de posse, além de outras demandas relacionadas a acidentes, ações indenizatórias diversas e, ainda, decorrentes de indenização pecuniária em ação reivindicatória.

26.1.2 Riscos trabalhistas prováveis

Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações principalmente vinculadas a: (a) adicional de periculosidade e insalubridade, (b) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias bem como outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito ou mesmo tendo recebido o direito julgou que foi por valor diverso do que deveria.

26.1.3 Riscos tributários prováveis

26.1.3.1 De Furnas

- (i) A principal ação (15374-001.504/2001-65) registrada neste grupo refere-se ao questionamento de autos de infração lavrados contra Furnas em 3 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante histórico de R\$ 602.767 mil, em decorrência de exclusões da base de cálculo dos referidos tributos de receitas provenientes do transporte de energia de Itaipu, de receitas provenientes de Repasse da Energia adquirida de Itaipu e da RGR – Reserva Global de Reversão, por um período de dez anos.

Em 09 de julho de 2010, Furnas foi intimada a tomar ciência do acórdão 3401-00.326 que reconheceu a decadência de parte do crédito tributário, com fundamento na Súmula Vinculante nº 8 do STF, passando o montante atualizado para R\$ 246.204 mil. Posteriormente, foi interposto Recurso Especial de Divergência contra o referido acórdão o qual não foi conhecido, em sessão realizada em 17 de outubro de 2012. Dessa forma, foram esgotadas as possibilidades de recurso na esfera administrativa, restando, tão somente, a possibilidade de oposição e Embargos Declaratórios, para sanar eventual omissão, contradição ou obscuridade na decisão.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, constituiu provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 246.204 mil.

O processo 18471.001.315/2008-59 versa sobre lançamentos decorrentes de diferenças entre valores de PIS/Cofins declarados/pagos e os valores escriturados, apurados com base na escritura fiscal e contábil de Furnas, pelo fato de ter excluído das suas bases de cálculo os valores referentes à RGR, ocorrido nos períodos de competência de outubro de 2005 a março de 2007, com valor atualizado de R\$ 60.608 mil.

A empresa interpôs Recurso Especial de Divergência contra o acórdão que manteve a decisão que julgou procedente os lançamentos, com chances remotas de êxito, na esfera administrativa, em função das últimas decisões sobre o tema.

26.2 A seguir, a movimentação por tipo de risco possível:

				R\$ Mil
Descritivo	31.12.2011	Individual		31.12.2012
		Adições/ Reversões	Pagamentos	
Trabalhistas	164.356	71.016	-	235.372
Tributários	179.180	2.704.326	-	2.883.506
Cíveis e outros	365.004	292.962	-	657.966
Total não circulante	708.540	3.068.304	-	3.776.844

Descritivo	Consolidado			
	31.12.2011	Adições/ Reversões	Pagamentos	31.12.2012
Trabalhistas	164.645	632.108	-	796.753
Tributários	179.180	2.704.326	-	2.883.506
Cíveis e outros	372.434	2.225.573	-	2.598.007
Total	716.259	5.562.007	-	6.278.266

Ações judiciais movidas contra a Empresa e suas investidas com probabilidade de perda possível:

26.2.1 Furnas

26.2.1.1 Processos tributários

- (i) Processo nº 16682.720.517/2011-98 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em função de procedimento fiscal para verificação da apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, particularmente no que concerne a valores considerados a título de: redução da receita líquida; despesas com depreciação; e outras despesas operacionais. Valor em 31 de dezembro de 2012: R\$ 954.623 mil.
- (ii) Processo nº 16682.720.516/2011-43 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal para verificação de eventual insuficiência de recolhimento ou declaração das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins no período de out/2006 a dez/2009. Valor em 31 de dezembro de 2012: R\$ 901.379 mil.
- (iii) Processo nº 15374.001.505/2001-18 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal que verificava a exclusão da base de cálculo do Pasep/Cofins, de receitas provenientes de Encargos do Consumidor (RGR), e Repasse de Energia Adquirida de Itaipu. Valor em 31 de dezembro de 2012: R\$ 440.969 mil.
- (iv) Processo nº 16682.720.331/2012-10 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em razão de ter se utilizado dos saldos negativos de IRPJ e de CSLL apurados ao final do ano-calendário de 2009, mediante procedimento de compensação considerado irregular pelo Auditor Fiscal, uma vez que Furnas não entregou à Receita Federal a DCOMP para efetivar compensação. Valor em 31 de dezembro de 2012: R\$ 411.646 mil.

26.2.2 Das investidas

- (i) A investida Chapecoense S.A. possui ações de risco possível que totalizam o montante de R\$ 30.068 mil (parte consolidada em Furnas caso fosse contabilizada) – e correspondem, basicamente, a ações de desapropriações e indenizações impetradas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido afetadas pela construção nas áreas dos reservatórios da usina de sua controlada Foz do Chapecó Energia S.A. Vale destacar que a investida possui R\$ 12.378 mil (parcela de Furnas) de depósitos judiciais registrados no ativo imobilizado relacionados a processos de desapropriações.

- (ii) A investida Mesa relata que o Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), responsável pelo desenvolvimento do projeto executivo, obras civis, fornecimento dos equipamentos eletromecânicos, montagem e comissionamento da UHE Santo Antônio, está pleiteando uma compensação financeira, junto a sua controlada Santo Antônio Energia S.A., referente a elevação dos custos da obra em função das greves e paralisações ocorridas nos anos de 2009, 2010, 2011, e 2012 que elevaram os valores dos benefícios concedidos à classe trabalhadora, assim como pelos custos incorridos em função do período paralisado e da improdutividade nos momentos imediatamente antes e depois das paralisações. Diante do exposto, a sua controlada estima como perda possível o valor total de R\$ 560.878 mil (R\$ 218.742 mil - parcela correspondente a Furnas).

Cabe ressaltar, que além do risco acima mencionado, existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento no montante de R\$ 126.603 mil (consolidado Mesa - parcela correspondente a Furnas), cuja perda foi estimada como possível, as quais são periodicamente reavaliadas pelos assessores jurídicos e pela administração da investida, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível destacam-se as seguintes:

- a) Trabalhistas. Diversas ações nas quais a sua controlada responde em sua maioria, subsidiariamente, em que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade.
- b) Cíveis. O Ibama lavrou o auto de infração, por meio do qual aplicou sanção pecuniária no valor de R\$ 10.000 mil (R\$ 3.900 mil - parcela correspondente a FURNAS), tendo sido indicados os art. 61 e 4º, I e III, do Decreto Federal nº 6.514/2008, como disposições normativas justificadoras da autuação. A sua controlada apresentou defesa administrativa perante a Secretaria de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia. O processo encontra-se aguardando decisão da Secretaria.

As demais ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta das desapropriações realizadas.

- (iii) A investida Enerpeixe S.A. possui processos de natureza cível em andamento que são periodicamente reavaliados. Esses processos foram estimados como perda possível não exigindo, portanto, constituição de provisão em suas demonstrações financeiras.
- (iv) A investida Serra do Facão no ano de 2012 apresentou defesa em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual de Goiás na Justiça Estadual de Goiás, no fórum de Catalão, com o valor da causa atualizado em R\$ 14.835 mil (parcela correspondente a Furnas) sobre os mesmos fatos relativos a mortandade de peixes no reservatório da UHE Serra do Facão. O risco dessa ação foi determinado como possível pelos assessores legais da empresa e, portanto, não foi constituída a provisão para esse risco.

A investida tem outras ações de natureza trabalhista e cível envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos advogados da empresa e de seus consultores legais externos, para as quais não há provisão constituída com os valores envolvidos de R\$ 503 mil e de R\$ 247 mil, respectivamente (parte consolidada em Furnas caso fosse contabilizada).

- (v) A investida Teles Pires é parte envolvida em quatro processos legais, com natureza de Ação Cível Pública no que tange a parte ambiental do empreendimento. Tais processos têm prognóstico de perda possível, segundo avaliação de sua Administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos.

Ação	R\$ Mil	
	Valor (Parcela de Furnas)	
1. Ausência do estudo do componente indígena	882.000 ^(A)	
2. Ausência de consulta livre prévia dos povos indígenas afetadas pelo empreendimento	882.000 ^(A)	
3. Situação irregular dos termos de pactuação com municípios	4.043	
4. Situação irregular com relação à legislação estadual do Mato Grosso	245	

^(A) Os valores destacados foram fixados, unilateralmente, pelo Ministério Público e são considerados pela Administração como meramente informativos, não necessariamente atribuíveis ao valor de uma possível perda.

NOTA 27 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

Descritivo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo não circulante	-	-	31.253	29.709
Passivo não circulante	525.450	300.000	525.450	300.000

27.1 AFAC Ativo

Descritivo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
AFAC para as seguintes SPE				
Baguari Energia S.A. (Baguari)	-	-	-	2.248
Brasventos Eolo Geradora Energia	-	-	254	245
Brasventos Miassaba 3 Geradora	-	-	-	490
Caldas Novas Transmissão	-	-	6.467	50
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	-	15.852
Companhia Transleste de Transmissão (Transleste)	-	-	-	118
Companhia Transudeste de Transmissão (Transudeste)	-	-	-	(39)
Goiás Transmissão S.A.	-	-	6.223	-
Inambari Geração de Energia (Igesa)	-	-	-	730
Madeira Energia S.A. (MESA)	-	-	-	61
MGE Transmissão S.A.	-	-	5.880	-
Rei dos Ventos 3 Geradora	-	-	-	2.695
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	-	-	-	58
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	-	-	4.900	5.880
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	4.900	1.321
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	-	-	931	-
Energia dos Ventos I S.A.	-	-	167	-
Energia dos Ventos II S.A.	-	-	123	-
Energia dos Ventos III S.A.	-	-	152	-
Energia dos Ventos IV S.A.	-	-	216	-
Energia dos Ventos V S.A.	-	-	157	-
Energia dos Ventos VI S.A.	-	-	206	-

Descritivo	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Energia dos Ventos VII S.A.	-	-	216	-
Energia dos Ventos VIII S.A.	-	-	157	-
Energia dos Ventos IX S.A.	-	-	167	-
Energia dos Ventos X S.A.	-	-	137	-
Total	-	-	31.253	29.709

27.2 AFAC Passivo

Descritivo	R\$ Mil	
	Individual	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	300.000	300.000
Ingressos	200.000	200.000
Encargos + Variação monetária	25.450	25.450
Saldo em 31 de dezembro de 2012	525.450	525.450

Esta rubrica, classificada no passivo não circulante de Furnas, refere-se aos aportes efetuados pela Eletrobras nos valores de:

A) R\$ 300.000 mil para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de investimentos e inversões financeiras nas SPE –, liberados em 28 de dezembro de 2011, como relacionado abaixo:

- (i) UHE Santo Antônio aporte de R\$ 204.000 mil;
- (ii) UHE Teles Pires aporte de R\$ 16.000 mil; e
- (iii) Obras do Programa Geral de Empreendimentos de Transmissão (Corporativo): R\$ 80.000 mil.

B) R\$ 200.000 mil para contrapartida dos compromissos assumidos por Furnas – cobrir despesas de Furnas com investimentos próprios e inversões financeiras na SPE Madeira Energia, UHE Santo Antônio –, liberados em parcela única em 25 de maio de 2012.

Caso o prazo para efetivação do aumento de capital, com respectiva capitalização seja superior a 1 (um) ano, haverá atualização pela Selic.

Cabe destacar que na hipótese de não ocorrer a integralização dos referidos AFAC em capital em Furnas, os recursos serão transformados em contrato de financiamento para pagamento, sujeitos às seguintes condições:

- (i) Amortização. O saldo devedor será pago pelo sistema francês de amortização (tabela price), em 240 parcelas mensais, vencendo-se a primeira no dia 30 (trinta) do mês subsequente à data de assinatura do contrato de confissão de dívida e as demais com vencimento no dia 30 (trinta) dos meses subsequentes;
- (ii) Juros. Serão pagos no dia 30 de cada mês, pela taxa de juros de financiamento de longo prazo da Eletrobras (TFE) correspondente a 6,0% a.a., calculados *pro rata tempore* sobre o saldo devedor corrigido. Essa TFE poderá ser reavaliada semestralmente, a critério da Eletrobras;
- (iii) Taxa de administração. Equivale a 1% a.a., calculada *pro rata tempore* sobre o saldo devedor corrigido;
- (iv) Reajuste do saldo devedor. O reajuste do saldo devedor será efetuado anualmente, de acordo com a legislação vigente, na data de aniversário do contrato, com base na variação *pro rata tempore* do IPCA, calculado pelo IBGE;
- (v) Outras despesas. A Eletrobras cobrará também toda e qualquer despesa que se fizer necessária para a segurança e a regularização de seus direitos creditícios, devendo as mesmas serem pagas no prazo de 10 (dez) dias da emissão do aviso de débito pela Eletrobras;

(vi) Garantia.

- a. AFAC R\$ 300.000 mil. Vinculação da receita própria de Furnas, podendo ser revista, complementada ou substituída a critério da Eletrobras, durante o prazo de vigência do contrato de confissão de dívida e/ou até que o saldo devedor esteja totalmente quitado. Para apuração do valor do eventual contrato de confissão de dívida, o valor do AFAC será corrigido desde a data de sua concessão até a data de celebração do respectivo contrato de confissão de dívida, aplicando-se os juros e reajustes calculados conforme AFAC.
- b. AFAC R\$ 200.000 mil. Em garantia aos compromissos assumidos no contrato de confissão de dívida, Furnas ofertará Carta de Fiança ou outra de igual eficácia aos débitos previstos neste instrumento, podendo ser revista, complementada ou substituída a critério da Eletrobras, durante o prazo de vigência do contrato de financiamento e/ou até que o saldo devedor esteja totalmente quitado, excluindo do contrato padrão, a cláusula relativa à Intervenção Bancária, devido a não utilização dos recebíveis como garantia

(vii) Outras obrigações.

- a. AFAC R\$ 300.000 mil. Apresentar Nota Promissória referente à parcela liberada, registrar o contrato e obter autorização do Dest para financiamento de longo prazo, conforme Decreto nº 3.735/2001;
- b. AFAC R\$ 200.000 mil. Apresentar Nota Promissória referente à parcela liberada, registrar o contrato em Cartório de Registro de Títulos e Documentos no Rio de Janeiro. A Nota Promissória destina-se a cobrir o saldo devedor do Contrato, não tendo vinculação com a receita própria de Furnas;

- (viii) Juros de Mora e Multa. No caso de atraso de pagamento, Furnas pagará à Eletrobras juros de mora de 1% ao mês, além de multa de 10%, ambos calculados sobre as parcelas devidas.

NOTA 28 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

R\$ Mil				
Descritivo	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	4.983	4.482	5.624	4.904
Ministério de Minas e Energia	2.492	2.242	2.740	2.453
Pesquisa e Desenvolvimento – projetos próprios	214.736	184.832	223.354	190.603
Total	222.211	191.556	231.718	197.960
Circulante	7.462	6.724	16.851	13.079
Não circulante	214.749	184.832	214.867	184.881

NOTA 29 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

R\$ Mil			
Descritivo	Individual e Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011	
Provisão para UHE Funil - geração	83.158	-	
Provisão para Contrato nº 062/2001 - transmissão	1.407.057	-	
Total	1.490.215	-	
Não circulante	1.490.215	-	

O valor consolidado de R\$ 1.490.215 mil refere-se a provisão para perda com concessão onerosa apurada em virtude da Lei nº 12.783/2013. Vide quadro resumo na nota 2.3.3.4 e premissas utilizadas no cálculo do *Impairment* na nota 17.3.

						R\$ Mil
Descritivo	Saldo em 31.12.2010	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências Custo/Serviços	Saldo Em 31.12.2011
Geração /comercialização						
Em serviço	11.622.137	167.459	(17.152)	-	290.347	12.062.791
Depreciação acumulada	(3.506.196)	-	3.826	(361.025)	-	(3.863.395)
Em curso	5.854.652	2.502.806	(11.503)	-	(290.347)	8.055.608
Total geração/comercialização	13.970.593	2.670.265	(24.829)	(361.025)	-	16.255.004
Administração						
Em serviço	217.099	308	(3.233)	-	-	214.174
Depreciação acumulada	(97.710)	-	2.055	(11.992)	-	(107.647)
Em curso	(45.672)	48.485	(7)	-	-	2.806
Total administração	73.717	48.793	(1.185)	(11.992)	-	109.333
Provisão para ajustes ao valor recuperável de ativos (Impairment)						
UHE Batalha	(230.546)	(267.482)	-	-	-	(498.028)
UHE Simplício	(113.349)	(81.961)	-	-	-	(195.310)
Total Impairment	(343.895)	(349.443)	-	-	-	(693.338)
(-) Obrigações especiais vinculadas à concessão						
Participação da União Federal	(11.153)	-	-	-	-	(11.153)
Outros						
Participação da União, Estados e Municípios	(19.389)	-	-	-	-	(19.389)
Reservas de amortização	(81.998)	-	-	-	-	(81.998)
Total obrigações especiais	(112.540)	-	-	-	-	(112.540)
Total Geral	13.587.875	2.369.615	(26.014)	(373.017)	-	15.558.459

Durante o exercício de 2011, a investida Madeira Energia, iniciou o processo de unitização, que consiste no arrolamento, valoração e cadastramento dos bens, direitos e instalações em conformidade com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), Resolução Normativa nº 367/2009.

O saldo das Reservas para Amortização é proveniente dos valores constituídos até 1971, nos termos do Decreto Federal nº 41.019/1957 e que foram aplicadas, até aquela data, na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica.

NOTA 30 – OUTROS

Este grupo de contas compõem-se de diversos valores a pagar dispostos como segue:

Descrição	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adiantamentos - diversos	570	360	570	3
Dividendos	-	-	542	-
Cauções em garantia	753	950	753	1.583
Provisões para licença ambiental	-	-	87.426	91.157
Credores diversos	14.213	13.821	69.287	20.047
Ressarcimento – CCEAR ⁽¹⁾	69.475	-	69.475	-
Outras obrigações	-	-	387	319
Contribuições FRG	16.324	18.995	16.324	18.995
Total Circulante	101.335	34.126	244.764	132.104
FGTS conta empresa	1	2	1	2
Provisões para licença ambiental	-	-	76.357	114.635
Credores diversos	-	3.483	45.986	4.615
Outras obrigações	-	-	94.374	33.205
Recursos recebidos antecipadamente	-	-	-	2.825
Total Não Circulante	1	3.485	216.718	155.282

⁽¹⁾ CCEAR= Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.

30.1 Provisões para licença ambiental

Do valor total consolidado de R\$ 163.783 mil registrado no passivo circulante e não circulante, destacam-se que:

- (i) O valor de R\$ 157.953 mil (parcela consolidada em Furnas) provisionado pela investida MESA é proveniente de obrigações relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais decorrentes da construção da UHE Santo Antônio. Essas obrigações são registradas em contrapartida ao Imobilizado em curso - Reservatório, barragens e adutoras.

Este montante está assim classificado e registrado:

Descrição	R\$ Mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Circulante		
Programas básicos ambientais	85.010	90.992
Provisões – impactos erosivos a jusante	2.375	-
Subtotal	87.385	90.992
Não circulante		
Compensação ambiental	28.869	27.292
Programas básicos ambientais	41.699	85.539
Subtotal	70.568	112.831
Total	157.953	203.823

Nas rubricas “Programas básicos ambientais” estão registradas as estimativas dos gastos socioambientais que a Santo Antônio Energia – controlada da MESA - incorrerá a fim de mitigar o impacto causado pela construção da UHE Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos na Licença de Instalação nº 540/2008.

O saldo registrado em “Compensação ambiental”, calculado com base na Lei nº 9.985/2000 e no Decreto nº 6.848/2009, corresponde a 0,5% (R\$ 21.902 mil – parcela consolidada em Furnas) do valor de referência do empreendimento, previsto na Licença de Instalação nº 540/2008 e definido na Licença de Operação nº 1.044/2011, expedidas pelo Ibama.

Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, são atualizados pelo IPCA Especial e, em 31 de dezembro de 2012, equivalem a R\$ 28.869 mil (parcela consolidada em Furnas). Esta compensação está sendo analisada prioritariamente pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal para definir a destinação dos recursos.

Contudo, a investida MESA já possui uma estimativa da realização dos Programas básicos ambientais (PBA) registrados no passivo não circulante. Vide cronograma abaixo:

	R\$ Mil			
Ano	2014	2015	2016	Total
Realização dos PBA (parcela Furnas)	24.036	12.541	5.122	41.699

A rubrica “Impactos erosivos a jusante” corresponde aos gastos que a investida incorrerá a fim de compensar, mitigar e fazer cessar os impactos socioambientais causados pelo empreendimento a jusante da sua controlada UHE Santo Antônio, conforme Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre MESA, Ministério Público do Estado de Rondônia, Ministério Público Federal, Ibama, IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Município de Porto Velho, Coordenadorias Estadual e Municipal de Defesa Civil e o Corpo de Bombeiros Militar. Mesa possui seguros contratados, com limite de indenização de até R\$ 27.300 mil, que estão sendo acionados para eventual cobertura dos gastos.

- (ii) O valor de R\$ 5.115 mil refere-se a provisão que a Chapecoense possui em função de obrigações relacionadas com ações ambientais de proteção, monitoramento, reflorestamento, recuperação e compensação dos impactos socioambientais decorrentes da construção do seu empreendimento hidrelétrico de acordo com o Termo de Compromisso nº 26/2006, celebrado com o Ibama, e custos condicionais relacionados a programas socioambientais propostos para manutenção da Licença de Operação nº 949/2010. Sobre esta provisão não incide nenhuma atualização.

30.2 Credores diversos

Do valor total consolidado de R\$ 115.273 mil registrado no passivo circulante e não circulante, vale ressaltar que o montante de R\$ 99.394 mil refere-se a obrigação da investida Mesa com:

- (i) Concessionárias e permissionárias no valor de R\$ 93.936 mil como segue:

Em 2011, a controlada da investida Mesa – Santo Antônio Energia – firmou contrato de fornecimento de energia nº 211/2011 com a BTG Pactual. Dentre outras cláusulas, o contrato estabelecia que a BTG pagasse, a título de antecipação, a sua controlada, valor referente ao total de energia contratada pela vigência do contrato, a partir do momento em que a 4ª unidade geradora da Usina entrasse em operação, atualizado a partir de 1º de fevereiro de 2012 em 100% do CDI-DI. A BTG Pactual Empresa Operadora do Mercado Energético Ltda. pagou em 11 de julho de 2012 à

Controlada R\$ 261.531 mil, em cumprimento ao referido contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 211/2011.

- (ii) Credores diversos no valor de R\$ 5.458 mil.

30.3 Outras obrigações

Do valor total consolidado de R\$ 94.761 mil registrado no passivo circulante e não circulante, é importante mencionar que o montante de R\$ 88.218 mil refere-se a uma obrigação de Furnas com a investida Teles Pires em função de valores não aportados até 31 de dezembro de 2012, conforme opção contratual presente no Termo de Compromisso e Outras Avenças, datado de 18 de junho de 2012 entre Furnas, Eletrosul e Teles Pires Participações.

30.4 Ressarcimento CCEARs

No âmbito na CCEE há cláusulas contratuais presentes nos contratos por disponibilidade firmados entre os agentes, cujo objetivo é identificar os valores dos ressarcimentos, aos agentes compradores de CCEAR por disponibilidade, originários do eventual descumprimento das obrigações previstas pelos vendedores nos termos destes contratos.

Sendo assim, o valor consolidado de R\$ 69.475 mil refere-se a estes tipos de ressarcimentos, seja: pela insuficiência de geração, indisponibilidade, geração inferior à inflexibilidade contratual ou ao despacho do ONS.

NOTA 31 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio da Empresa, no valor de R\$ 11.304.675 mil, está assim composto:

31.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital da Empresa no total de R\$ 6.031.154 mil (31.12.2011 – R\$ 6.031.154 mil) está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Descrição	Quantidade de Ações em 31.12.2012			Percentual
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas S.A. - Eletrobras	50.736.236	14.120.855	64.857.091	99,54%
Outros	91.699	205.182	296.881	0,46%
Total	50.827.935	14.326.037	65.153.972	100,00%

Descrição	Quantidade de Ações em 31.12.2011			Percentual
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Centrais Elétricas S.A. - Eletrobras	50.736.236	14.120.855	64.857.091	99,54%
Outros	91.699	205.182	296.881	0,46%
Total	50.827.935	14.326.037	65.153.972	100,00%

31.2 Reserva de Capital

Descriativo	R\$ Mil	
	Individual e Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	3.405.297	3.405.297
Outros		
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	2.181.449	2.181.449
Correção monetária do ativo imobilizado	103.637	103.637
Total	5.690.383	5.690.383

31.3 Reserva de lucros

Descriativo	R\$ Mil	
	Individual e Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Legal	418.803	418.803
Lucros para expansão	74.256	1.131.512
Lucros a realizar	-	264.542
Total	493.059	1.814.857

31.4 Dividendo adicional proposto

Descriativo	R\$ Mil	
	Individual e Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Dividendo do exercício à disposição da Assembleia	-	193.491
Total	-	193.491

31.5 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Descriativo	R\$ Mil	
	Individual e Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
ORA	(909.921)	(431.740)
Total	(909.921)	(431.740)

NOTA 32 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descriativo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receita Operacional				
Fornecimento de energia elétrica	200.192	213.625	366.924	217.008
Suprimento de energia elétrica	5.106.158	4.680.840	5.648.598	5.023.105
Energia de curto prazo	302.741	222.052	331.245	232.201
Receita de O & M	960.211	873.955	961.967	876.579
Remuneração financeira	1.212.992	1.190.746	1.271.689	1.235.685
Receita de construção	511.522	418.668	987.211	775.005

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Outras receitas	52.178	51.634	24.688	36.030
	8.345.994	7.651.520	9.592.322	8.395.613
Deduções à receita operacional				
Impostos e contribuições sobre a receita	(345.271)	(298.013)	(449.397)	(359.040)
Quota para a reserva global de reversão	(218.077)	(202.376)	(218.557)	(202.776)
Pesquisa e desenvolvimento	(74.212)	(68.882)	(123.820)	(73.313)
Outros encargos do consumidor	(84.761)	(32.938)	(85.031)	(32.938)
	(722.321)	(602.209)	(876.805)	(668.067)
Receita Operacional Líquida	7.623.673	7.049.311	8.715.517	7.727.546

A receita da Empresa é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, da construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e em contratos do sistema de transmissão.

32.1 Fornecimento e suprimento de energia elétrica com seus respectivos MWh

Descrição	Individual			
	31.12.2012		31.12.2011	
	MWh*	R\$ Mil	MWh*	R\$ Mil
Suprimento ⁽¹⁾	54.955.132	5.106.158	53.433.018	4.680.840
Energia de curto prazo	-	302.741	-	222.052
Fornecimento industrial	1.275.194	200.192	1.459.155	213.625
Total	56.230.326	5.609.091	54.892.173	5.116.517

* Informação não auditada.

Descrição	Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
	MWh* ^(a)	R\$ Mil	MWh* ^(a)	R\$ Mil
Suprimento ⁽¹⁾	54.955.132	5.648.598	53.433.018	5.023.105
Energia de curto prazo	-	331.245	-	232.201
Fornecimento industrial	1.275.194	366.924	1.459.155	217.008
Total	56.230.326	6.346.767	54.892.173	5.472.314

* Informação não auditada.

^(a) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as investidas não informaram as quantidades de MWh correspondentes as receitas auferidas para fins consolidação.

⁽¹⁾ Conforme previsto no art. 12, da Lei nº 12.111/2009, fica a Eletronuclear autorizada a repassar a Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência, e em consonância ao disposto no art. 2º da Resolução Homologatória da Aneel nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, a Empresa está registrando a crédito da conta de resultado como receita operacional de energia elétrica - suprimento o valor de R\$ 581.431 mil, tendo como contrapartida um contas a receber da Eletronuclear de igual valor registrado a conta de Clientes (Vide nota 8).

NOTA 33 – CUSTO OPERACIONAL

R\$ Mil				
Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(2.105.542)	(2.390.029)	(2.170.528)	(2.287.691)
Encargos de uso da rede elétrica	(484.252)	(453.607)	(515.363)	(474.703)
Subtotal	(2.589.794)	(2.843.636)	(2.685.891)	(2.762.394)
Custo de operação				
Pessoal	(1.059.871)	(982.525)	(1.081.810)	(995.520)
Material	(49.710)	(42.737)	(51.922)	(43.726)
Serviços de terceiros	(704.126)	(623.778)	(728.240)	(639.677)
Depreciação e amortização	(236.077)	(240.847)	(328.381)	(324.183)
Utilização de recursos hídricos	(221.414)	(184.877)	(236.640)	(200.806)
Combustível e água para produção de energia elétrica	(161.684)	(44.667)	(161.688)	(44.667)
Outros				
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(21.746)	(19.114)	(23.181)	(20.412)
Uso do Bem Público (UBP)	-	-	(73.710)	(117.134)
Impostos e taxas	(4.762)	(5.556)	(5.373)	(5.896)
Subtotal	(2.459.390)	(2.144.101)	(2.690.945)	(2.392.021)
TOTAL	(5.049.184)	(4.987.737)	(5.376.836)	(5.154.415)

33.1 Energia elétrica comprada para revenda com seus respectivos MWh

R\$ Mil				
Descrição	Individual			
	31.12.2012		31.12.2011	
	MWh*	R\$ Mil	MWh*	R\$ Mil
Contratos iniciais / bilaterais	(17.653.547)	(1.892.260)	(16.761.194)	(2.366.195)
Energia de curto prazo	-	(213.282)	-	(23.834)
Total	(17.653.547)	(2.105.542)	(16.761.194)	(2.390.029)

* Informação não auditada.

R\$ Mil				
Descrição	Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
	MWh*	R\$ Mil	MWh*	R\$ Mil
Contratos iniciais / bilaterais	(17.653.547)	(1.944.904)	(16.761.194)	(2.262.842)
Energia de curto prazo	-	(225.624)	-	(24.849)
Total	(17.653.547)	(2.170.528)	(16.761.194)	(2.287.691)

* Informação não auditada.

O montante de energia comprada (consolidado) no valor de R\$ 2.170.528 mil que é disponibilizado para venda pela Empresa é composto pela energia dos seus empreendimentos de geração própria, como também pela energia adquirida mediante contratos firmados com as empresas: CPFL Geração S.A. (Semesa), Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (Cemat) e Produtores Energéticos de Manso S.A. (Proman).

A energia proveniente da Eletronuclear no valor total de R\$ 1.263.585 mil era adquirida até 31 de dezembro de 2012 por Furnas, através de contrato de compra e venda de energia, com tarifa fixada pela Aneel.

O faturamento contratual de 5 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2012 foi realizado utilizando as tarifas provisórias publicadas pela Aneel mediante as Resoluções Homologatórias nº 1.091, de 30 de novembro de 2010 e nº 1.235, de 22 de dezembro de 2011.

Em 30 de novembro de 2010, a Resolução Homologatória nº 1.091 estabeleceu as tarifas de referência definitivas e as tarifas praticadas provisórias da Eletronuclear com vigência nos períodos de 5 de dezembro de 2009 a 4 de dezembro de 2010 e 5 de dezembro de 2010 a 4 de dezembro de 2011 era como segue:

Descritivo	2010	2011
1 - Tarifa de Referência (R\$/MWh)	115,68	121,79
2 - Tarifa Praticada (R\$/MWh)	137,66	145,48
3 = (2 – 1) Diferencial de Tarifa (R\$/MWh)	21,98	23,69
4 - Energia Assegurada Anual (GWh)	12.921	12.921
5 = (3 x 4) Diferencial Verificado (R\$ Mil)	284.004	306.098
6 - Diferencial Acumulado (R\$ Mil)	284.004	590.102

O art. 1º da Resolução Homologatória nº 1.406/2012 – SRE/Aneel, homologou as tarifas praticadas pela Eletronuclear no período de dezembro de 2009 a dezembro de 2012 em valores inferiores àqueles das tarifas provisórias, gerando um crédito para Furnas, contra a Eletronuclear, no valor de R\$ 224.905 mil.

O art. 2º da mesma resolução estabeleceu o valor de R\$ 581.431 mil como o diferencial a ser pago pelas distribuidoras a Eletronuclear e que será repassado pela Eletronuclear à Furnas, conforme art. 12 da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009.

33.2 Principais Custos e Despesas Operacionais com Treinamento e Benefícios Diversos (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2012, do montante de custos e de despesas operacionais consolidados, no valor de R\$ 7.419.701 mil (31.12.2011 - R\$ 6.777.094 mil), Furnas possui R\$ 6.605.841 mil (31.12.2011 - R\$ 6.289.341 mil). Neste montante, estão incluídos os valores que a Empresa incorreu com treinamentos e benefícios diversos para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de seus colaboradores, dos quais listamos os principais:

Descritivo	R\$ Mil	
	Individual	
	31.12.2012 **	31.12.2011 **
Remuneração	776.858	728.934
Encargos sociais	324.795	267.867
Auxílio alimentação	61.351	61.810
Convênio assistencial e outros benefícios	274.515	69.153
Previdência privada	25.260	23.914
Saúde	123.784	108.177
Segurança e saúde no trabalho	10.869	8.790
Educação	3.893	2.923
Cultura	1.906	1.633

Descritivo	Individual	
	31.12.2012 **	31.12.2011 **
Capacitação e desenvolvimento profissional	19.342	16.984
Creches ou auxílio creche	11.859	11.660
Provisão gratificação	66.974	59.391
Indenizações trabalhistas (constitucional)	47.920	57.773
(-) consumo de atividades *	(71.898)	(89.619)
Hospedagem e alimentação no país	24.095	22.137
Consultorias	27.681	21.734
Total	1.729.204	1.373.261

* Valores transferidos de custo para investimento.

** Informações não auditadas.

NOTA 34 – DESPESAS OPERACIONAIS

Descritivo	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Plano de readequação do quadro de pessoal - PREQ	(66.112)	(340.930)	(66.112)	(340.930)
Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas, cíveis e outras	(359.538)	(115.418)	(359.538)	(115.714)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(252.246)	(41.608)	(252.246)	(41.608)
Reversão de provisões	253.717	50.533	253.717	50.533
Ganhos na alienação de bens e direitos	1.487	3.370	1.487	3.370
Ajuste em virtude do teste de recuperabilidade - <i>Impairment</i>	(334.928)	(349.444)	(334.928)	(349.444)
Perdas na desativação de bens e direitos	(296)	(2.178)	(296)	(2.178)
Ajuste por sobre/(falta) de material de depósito no inventário	18	(119)	18	(119)
Perdas na alienação de bens e direitos	(3.544)	(273)	(3.544)	(273)
Doações e contribuições não vinculadas	(4.733)	(3.179)	(4.733)	(3.179)
Doações	(31.945)	(25.388)	(32.779)	(25.388)
Arrendamento e Aluguéis	(60.222)	(57.403)	(62.539)	(58.355)
Seguros	(15.030)	(20.750)	(19.478)	(22.643)
Diversas despesas + (recuperação de despesas)				
+ gastos c/ serviços prestados +(outras receitas)	(76.116)	(85.800)	(78.674)	(85.052)
Reembolso Médico - Hospitalar e Odontológico	(15.323)	(13.860)	(15.323)	(13.860)
Despesas com Eventos, Patrocínio, Projetos institucionais Sócio-culturais	(10.294)	(5.443)	(10.387)	(5.548)
Despesas com estagiários, bolsistas – concurso e bolsa de estudo	(6.913)	(6.518)	(6.916)	(6.550)
Reembolso escolar, creche, vale transporte, auxílio transferência e auxílio-doença suplementação	(14.036)	(14.261)	(14.036)	(14.261)
Diferencial Alíquotas ICMS	(33.991)	(8.535)	(33.991)	(8.545)
Compensações por perdas e danos	(72.360)	(1.055)	(72.423)	(1.867)
Gastos Ambientais	(458)	(233)	(458)	(233)
Custas Judiciais (inclui judiciais trabalhistas)	(18.502)	(3.369)	(18.513)	(3.332)
Ressarcimento por indisponibilidade de energia	(79.363)	-	(79.363)	-
Ganhos atuariais	155.593	158.925	155.593	158.925
Despesas gerais e administrativas das investidas	-	-	(192)	2.953
Total	(1.045.135)	(882.936)	(1.055.654)	(883.298)

34.1 Provisão para riscos com ações fiscais, trabalhistas, cíveis e outros

O aumento deve-se, substancialmente, ao provisionamento dos processos: 18471.001.315/2008-59 e 15374.000.504/2001-65 referentes aos autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil relacionados a PIS/Cofins (Vide nota 26.1.3.1).

34.2 PCLD

A variação de R\$ 210.638 mil é decorrente, basicamente, da constituição de provisão sobre valores oriundos de renegociação contratual com empresa de energia elétrica (Vide nota 8.1).

34.3 Reversão de provisões

Compõem-se da seguinte forma:

- a) Reversão de PCLD – R\$ 19.588 mil;
- b) Reversão de provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e outros – R\$ 117.049 mil;
- e
- c) Reversão do Preq em função de desistências – R\$ 117.080 mil.

34.4 Compensações por perdas e danos

Do valor consolidado de R\$ 72.423 mil, R\$ 71.645 mil referem-se à compensações pagas em juízo ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) da região do APM Manso.

34.5 Ressarcimento por indisponibilidade de energia

Nesta rubrica registram-se os valores apurados no exercício de 2012. A contrapartida a liquidar está registrada no passivo (Vide nota 30.4).

NOTA 35 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Descrição	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Receita Financeira				
Renda de aplicações financeiras	41.178	27.337	62.675	49.897
Juros s/ créditos de energia financiados e emprést. concedidos	59.434	69.698	57.993	69.698
VM s/ créditos de energia financiados e emprést. concedidos	243.751	43.352	243.751	43.352
VM e acréscimo moratório - energia vendida	3.043	5.449	3.045	5.483
Outras variações cambiais e monetárias ativas	46.269	48.212	46.309	48.332
Outras receitas financeiras	115.492	13.678	140.560	14.754
Subtotal	509.167	207.726	554.333	231.516
Despesa Financeira				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(330.005)	(238.772)	(537.121)	(363.446)
Encargos financeiros sobre parcelamento especial (Paes)	(21.307)	(26.465)	(21.307)	(26.465)
Encargos de debêntures	-	-	(11.130)	(54.939)
Variação monetária e cambial – empréstimos e financiamentos	(153.145)	(159.939)	(164.371)	(173.850)
Outras variações monetárias passivas	(21.221)	(18.414)	(67.046)	(69.768)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(37.250)	(31.703)	(37.536)	(31.703)
Outras despesas financeiras	(73.917)	(33.755)	(83.804)	(43.338)
Subtotal	(636.845)	(509.048)	(922.315)	(763.509)
Total	(127.678)	(301.322)	(367.982)	(531.993)

35.1 Outras receitas financeiras

A variação de saldo entre dezembro de 2012 e 2011 na rubrica de “outras receitas financeiras” decorre da contabilização em 2012, das atualizações dos valores a título de indenização da Lei nº 12.783/2013 e atualização do valor a receber de Eletronuclear, a saber:

R\$ Mil	
Descritivo	31.12.2012
Indenizações	68.518
Eletronuclear	19.979
Total	88.497

NOTA 36 – GANHO (PERDA) – LEI Nº 12.783/2013

Efeitos da Lei nº 12.783/2013 e MP nº 591/2012

R\$ Mil

Descritivo	Efeitos Patrimoniais				DRE	
	Valor Contábil (líquido)	Indenização Recebida	Ajuste a VNR	CT Oneroso	Saldo Líquido	Ganho (perda) (Lei nº 12.783/2013)
Geração						
Empreendimentos já prorrogados	2.893.485	744.248	(1.153.519)	(83.158)	995.718	(1.236.677)
Parcela Indenizada						
Projeto básico	1.897.767	744.248	(1.153.519)	(83.158)	-	(1.236.677)
Parcela não indenizada						
Modernizações e melhorias	(a) 995.718	-	-	-	(a) 995.718	-
Empreendimentos prorrogáveis (após 2017)	5.606.132	-	-	-	5.606.132	-
Projeto básico	5.606.132	-	-	-	5.606.132	-
TOTAL GERAÇÃO	8.499.617	744.248	(1.153.519)	(83.158)	6.601.850	(1.236.677)
Preço/tarifa média – praticada até 2012	R\$ 90,00					
Preço/tarifa média – praticada a partir de 2013	R\$ 90,00					
Descritivo	Efeitos Patrimoniais				DRE	
	Valor Contábil (líquido)	Indenização Recebida	Ajuste a VNR / Baixa	CT Oneroso	Saldo Líquido	Ganho (perda) (Lei nº 12.783/2013)
Transmissão						
Empreendimentos já prorrogados	6.985.984	2.878.028	422.104	(1.407.057)	4.530.060	(830.360)
Parcela Indenizada						
Rede básica – novos empreendimentos (RBNI)	1.969.729	2.878.028	908.299	-	-	908.299
Parcela não indenizada						
Rede básica – serviços existentes (RBSE)	5.016.255	-	(b) (486.195)	(1.407.057)	4.530.060	(1.738.659)
Empreendimentos prorrogáveis (após 2017)	804.074	-	-	-	804.074	-
Projeto básico	804.074	-	-	-	804.074	-
TOTAL TRANSMISSÃO	7.790.058	2.878.028	422.104	(1.407.057)	5.334.134	(830.360)
EFEITO LÍQUIDO TOTAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	16.289.675	3.622.276	(731.415)	(1.490.215)	11.935.984	(2.067.037)

(a) Valor transferido para ativo financeiro.

(b) Vide nota 2.3.2.2.

NOTA 37 – IRPJ E CSLL NO RESULTADO

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstrados:

R\$ Mil

Descrição	Individual			
	31.12.2012		31.12.2011	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(1.185.514)	(1.185.514)	399.503	399.503
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	296.378	106.696	(99.876)	(35.955)
Efeitos das adições e exclusões:				
Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT)	(1.975)	(711)	(4.537)	13.874
Provisões operacionais	(625.759)	(225.273)	(43.562)	(8.141)
Equivalência patrimonial	(2.157)	(777)	19.758	7.113
Outros				
Demais adições/exclusões	305.260	109.893	94.888	25.277
Constituição/reversão créditos tributários	(71.955)	(25.904)	(123.126)	(42.945)
Incentivos fiscais	-	-	3.966	-
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	39.440	14.198
Total	(100.208)	(36.076)	(113.049)	(26.579)
Corrente	(26.279)	(9.462)	(231.637)	(83.399)
Diferido	(73.929)	(26.614)	118.588	56.820
Total	(100.208)	(36.076)	(113.049)	(26.579)
Total	(136.284)		(139.628)	

Descrição	Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	IRPJ (25%)	CSLL (9%)
Lucro antes dos impostos	(1.139.203)	(1.139.203)	418.459	418.459
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	284.801	102.528	(104.615)	(37.661)
Efeitos das adições e exclusões:				
Ajustes da Lei nº 11.941/2009 (RTT)	(1.975)	(711)	(4.537)	13.874
Provisões operacionais	(625.759)	(225.273)	(42.219)	(26.734)
Outros				
Demais adições/exclusões	285.406	96.247	108.478	48.036
Constituição/reversão créditos tributários	(71.955)	(25.904)	(123.805)	(47.005)
Incentivos fiscais	-	-	3.966	-
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	39.440	14.198
Total	(129.482)	(53.113)	(123.292)	(35.292)
Corrente	(58.908)	(27.010)	(247.990)	(94.282)
Diferido	(70.574)	(26.103)	124.698	58.990
Total	(129.482)	(53.113)	(123.292)	(35.292)
Total	(182.595)		(158.584)	

NOTA 38 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2012, foram de R\$ 33.394,79 e R\$ 1.281,70, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Empresa. Esses valores incluem os salários, gratificações, comissões e adicionais. Cabe destacar ainda que em dezembro de 2012, o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 36.362,90.

Em atendimento ao CPC 05 (R1) apresentamos, abaixo, o gasto total com a remuneração do pessoal-chave da Administração, composto por Conselheiros de Administração e Fiscal e Diretores Executivos.

Descrição	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Honorários de Diretoria e Conselheiros	(3.746)	(4.163)	(7.181)	(8.543)
Encargos sociais	(833)	(949)	(1.261)	(1.384)
Benefícios + contribuições sociais diversas	(114)	-	(228)	-
Total	(4.693)	(5.112)	(8.670)	(9.927)

Obs.: Em 31 de dezembro de 2012, não foram informados os valores de remuneração dos administradores das empresas Centroeste de Minas, Baguari Energia, Brasventos Miassaba 3 e Caldas Novas.

NOTA 39 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

39.1 Empresas do grupo

R\$ Mil

Saldos	Cientes	Cientes Parcelamentos	Participação societária permanente	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos captados	Contas a receber	(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Outros Créditos	Contas a pagar	AFAC	Saldo líquido
Eletoacre	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21
Eletoabras	-	-	159	(5.272)	(c) (3.523.087)	902	-	-	(54)	(g) (525.450)	(4.027.352)
CGTEE	405	-	-	-	-	-	-	-	-	-	405
CHESF	14.685	-	300	(4.794)	-	30.109	(f) (30.096)	-	-	-	10.204
Eletrosul	101	-	-	(3.552)	-	62	-	-	(60)	-	(3.449)
Eletronorte	10.561	-	-	(4.254)	-	110	-	-	(127)	-	6.290
Ceron	203	-	-	-	-	15	-	-	-	-	218
Ceal	9.085	-	-	-	-	7	-	-	-	-	9.092
Cepisa	11.533	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	11.530
Eletronuclear	1.040	-	-	(b) (264.204)	-	(d) 786.889	-	-	-	-	523.725
Itaipu	-	-	-	(36)	-	48	-	-	-	-	12
Eletropar	-	-	-	-	-	21.197	(e) (15.740)	-	-	-	5.457
Amazonas	-	-	-	-	-	10	-	-	(15)	-	(5)
CELG-D	26.606	(a) 233.005	-	(4)	-	-	(204.049)	(a) 844	-	-	56.402
Total 31.12.2012	74.240	233.005	459	(282.116)	(3.523.087)	839.349	(249.885)	844	(259)	(525.450)	(3.432.900)
Total 31.12.2011	47.037	-	1.114	(373.234)	(3.142.016)	53.978	(45.836)	3.482	(769)	(300.000)	(3.756.244)

(c) O valor de 233.005 + 844 = 233.849 = 72.536 (circulante) + 161.313 (não circulante) da nota 8.2 / (b) Nota 19.1 / (c) nota 20.1 / (d) nota 15.1.1 / (e) nota 15.1.3 / (f) nota 15.1.4 / (g) nota 27.2

Transações	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/Receitas	Saldo líquido
Eletroacre	-	-	-	326	-	-	-	-	326
Eletrobras	-	-	-	-	-	15	(b) (399.614)	5.529	(394.070)
CGTEE	-	-	-	3.049	-	-	-	-	3.049
CHESF	(11.773)	-	(43.902)	134.258	-	22	-	60	78.665
Eletrosul	-	-	(32.880)	207	-	-	-	(678)	(33.351)
Eletronorte	(14.562)	-	(38.903)	97.763	-	-	(20)	(930)	43.348
Ceron	-	-	-	2.241	-	-	-	(43)	2.198
Ceal	-	74.472	-	5.484	-	-	-	-	79.956
Cepisa	-	81.885	-	6.274	-	-	-	-	88.159
Eletronuclear	(a) (1.263.585)	-	-	9.446	23	25.091	-	(733)	(1.229.758)
Itaipu	-	-	-	-	460	128	-	(700)	(112)
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	(153)	(153)
Celg-D	-	179.865	-	54.228	-	214.643	-	(262)	448.474
Total 31.12.2012	(1.289.920)	336.222	(115.685)	313.276	483	239.899	(399.634)	2.090	(913.269)
Total 31.12.2011	(1.941.689)	147.431	(109.046)	240.545	65	-	(337.692)	33	(2.000.353)

Em atendimento à Resolução Aneel nº 22, de 04 de fevereiro de 1999, e nos termos da deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro 2008, a Empresa está apresentando os saldos e transações com partes relacionadas.

(a) | nota 33.1

(b) | nota 35 - Sendo que os valores de Eletrobras estão compostos abaixo:

Descritivo	R\$ Mil
Encargos de dívidas	(215.126)
IOF	(7.238)
Outras VM e VC de empréstimos e financiamentos	(151.800)
Outras despesas financeiras	(25.450)
Total	(399.614)

39.2 Fundação Real Grandeza (FRG) e SPE

R\$ Mil											
	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC (a)	Participação societária permanente (a)	Outros Créditos	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo líquido
Saldos											
Empresas de Geração											
Enerpeixe	23	536	(23)	-	29.640	-	514.735	-	-	-	544.911
Baguari	-	40	-	-	9.729	82.632	6.607	-	-	-	99.008
Retiro Baixo	-	-	-	2.561	-	58	110.020	-	-	-	112.639
Serra Facão Energia	-	-	-	-	-	-	104.098	-	-	-	104.098
Chapecoense	1.113	794	-	-	(2.773)	-	303.627	-	-	-	302.761
Madeira Energia	1.903	3.073	-	-	-	-	1.669.041	-	-	-	1.674.017
Inambari	-	-	-	-	-	-	6.640	-	-	-	6.640
Brasventos Eolo	-	-	-	-	-	16.691	6.938	-	-	-	23.629
Brasventos Miassaba	-	-	-	-	-	22.885	9.534	-	-	-	32.419
Rei dos Ventos 3	-	-	-	-	-	12.894	8.913	-	-	-	21.807
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	-	-	-	-	89.816	-	-	-	89.816
Energia dos Ventos I	-	-	-	-	-	-	167	-	-	-	167
Energia dos Ventos II	-	-	-	-	-	-	123	-	-	-	123
Energia dos Ventos III	-	-	-	-	-	-	152	-	-	-	152
Energia dos Ventos IV	-	-	-	-	-	-	216	-	-	-	216
Energia dos Ventos V	-	-	-	-	-	-	157	-	-	-	157
Energia dos Ventos VI	-	-	-	-	-	-	206	-	-	-	206
Energia dos Ventos VII	-	-	-	-	-	-	216	-	-	-	216
Energia dos Ventos VIII	-	-	-	-	-	-	157	-	-	-	157
Energia dos Ventos IX	-	-	-	-	-	-	167	-	-	-	167
Energia dos Ventos X	-	-	-	-	-	-	137	-	-	-	137
Subtotal de Geração	3.039	4.443	(23)	2.561	36.596	135.160	2.831.667	-	-	-	3.013.443
Empresas de Transmissão											
Transleste	-	-	-	-	(1.652)	-	25.687	-	(126)	-	23.909
Transudeste	23	-	-	-	(379)	-	13.871	-	(79)	-	13.436

Saldos	Contas a receber	Clientes	(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	Rendas / Empréstimos e Financiamentos a receber	Dividendos a receber	AFAC (a)	Participação societária permanente (a)	Outros Créditos	Fornecedores	Contas a pagar	Saldo líquido
Transirapé	-	-	-	-	(460)	-	11.360	-	(45)	-	10.855
Centroeste	52	-	-	-	-	3.527	20.268	-	(54)	-	23.793
Transenergia Renovável	17	-	-	-	-	24.556	83.309	-	(8)	-	107.874
IE Madeira	-	-	-	-	-	-	239.746	-	-	-	239.746
Transenergia São Paulo	333	-	-	-	566	7.987	23.328	-	(5)	-	32.209
Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	2.512	-	-	-	2.512
MGE Transmissão	257	-	-	-	201	27.440	35.991	-	-	-	63.889
Goiás Transmissão	38	-	-	-	300	56.840	44.806	-	-	-	101.984
Caldas Novas Transmissão	98	-	-	-	-	6.417	50	-	-	-	6.565
Luziânia-Niquelândia Transmissora	-	-	-	-	-	-	931	-	-	-	931
Subtotal de Transmissão	818	-	-	-	(1.424)	126.767	501.859	-	(317)	-	627.703
Total SPE	3.857	4.443	(23)	2.561	35.172	261.927	3.333.526	-	(317)	-	3.641.146
FRG	19.390	-	(22)	-	-	-	-	-	80	(507.126)	(487.678)
Total 31.12.2012	23.247	4.443	(45)	2.561	35.172	261.927	3.333.526	-	(237)	(507.126)	3.153.468
Total 31.12.2011	1.226	629	-	-	5.627	202.417	2.148.132	4.609	(753)	(438.949)	1.922.938

(a) O saldo somado destas duas colunas – por SPE – encontram-se na nota 16.

R\$ Mil

Transações	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/	Saldo líquido
Empresas de Geração									
Enerpeixe	-	-	-	4.914	3.046	-	-	76.524	84.484
Baguari	-	-	-	382	-	-	-	8.623	9.005
Retiro Baixo	-	-	-	-	-	1.524	-	4.010	5.534
Serra Facão Energia	-	-	-	-	91	-	(3.885)	(40.326)	(44.120)
Chapecoense	-	-	-	7.227	5.943	-	-	32.762	45.932
Madeira Energia	-	-	-	15.191	25.406	-	-	(100.311)	(59.714)
Inambari	-	-	-	-	-	-	-	(919)	(919)

Transações	Compra de Energia	Venda de Energia	Encargos sobre o uso da rede elétrica	Remuneração do ativo financeiro	Receita de prestação de serviços	Receita financeira	Despesa financeira	Outras Despesas/	Saldo líquido
Brasventos Eolo	-	-	-	-	-	-	-	(623)	(623)
Brasventos Miassaba	-	-	-	-	-	-	-	(799)	(799)
Rei dos Ventos 3	-	-	-	-	-	-	-	(775)	(775)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	-	-	-	-	196	-	-	(3.734)	(3.538)
Subtotal de Geração	-	-	-	27.714	34.682	1.524	(3.885)	(25.568)	34.467
Empresas de Transmissão									
Transleste	-	-	(1.193)	-	-	-	-	4.041	2.848
Transudeste	-	-	(734)	-	132	-	-	2.173	1.571
Transirapé	-	-	(501)	-	-	-	-	1.969	1.468
Centroeste	-	-	(506)	-	542	-	-	4.037	4.073
Transenergia Renovável	-	-	(106)	-	(8)	-	-	4.214	4.100
IE Madeira	-	-	-	-	-	-	-	(7.752)	(7.752)
Transenergia São Paulo	-	-	(24)	-	755	-	-	2.378	3.109
Transenergia Goiás	-	-	-	-	-	-	-	(273)	(273)
MGE Transmissão	-	-	-	-	2.042	-	-	1.901	3.943
Goiás Transmissão	-	-	-	-	870	-	-	4.567	5.437
Caldas Novas Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	684	684
Subtotal de Transmissão	-	-	(3.064)	-	4.333	-	-	17.939	19.208
FRG	-	-	-	-	-	279	4	(79.464)	(79.181)
Total 31.12.2012	-	-	(3.064)	27.714	39.015	1.803	(3.881)	(87.093)	(25.506)
Total 31.12.2011	(123.032)	-	(2.907)	5.866	18.014	(59.145)	(7.003)	(62.048)	(230.255)

NOTA 40 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Empresa possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos os quais Furnas tem direito.

40.1 Energia Elétrica

	Posições Vendidas ⁽¹⁾	Regulado	Livre
2014	Volume MWh *	29.866.033,88	105.120,00
	Preço MWh (R\$/MWh) *	51,22	134,30
	Total (R\$ Mil)	1.529.653	14.118
2015	Volume MWh *	28.635.850,70	519.625,68
	Preço MWh (R\$/MWh) *	48,56	125,53
	Total (R\$ Mil)	1.390.440	65.226
2016	Volume MWh *	28.714.305,08	415.641,31
	Preço MWh (R\$/MWh) *	48,49	123,30
	Total (R\$ Mil)	1.392.481	51.249
2017	Volume MWh *	26.341.320,00	415.641,31
	Preço MWh (R\$/MWh) *	41,20	123,30
	Total (R\$ Mil)	1.085.245	51.249
2018	Volume MWh *	26.341.320,00	415.641,31
	Preço MWh (R\$/MWh) *	41,20	123,30
	Total (R\$ Mil)	1.085.245	51.249
Após 2018	Volume MWh *	26.341.320,00	415.641,31
	Preço MWh (R\$/MWh) *	41,20	123,30
	Total (R\$ Mil)	1.085.245	51.249

⁽¹⁾ Consideradas as reduções de CCEAR para substituição pelas cotas de garantia físicas, conforme Resolução Homologatória nº 1.410, publicada no dia 24 de janeiro de 2013, e as respectivas RAG.

	Posições Compradas	Empresa 1	Empresa 2
2014	Volume MWh *	241.776,00	605.140,80
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40	144,85
	Total (R\$ Mil)	33.220	87.655
2015	Volume MWh *	241.776,00	-
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40	-
	Total (R\$ Mil)	33.220	-
2016	Volume MWh *	241.776,00	-
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40	-
	Total (R\$ Mil)	33.220	-
2017	Volume MWh *	241.776,00	-
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40	-
	Total (R\$ Mil)	33.220	-
2018	Volume MWh *	241.776,00	-
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40	-
	Total (R\$ Mil)	33.220	-

Posições Compradas		Empresa 1	Empresa 2
Após 2018	Volume MWh *	241.776,00	-
	Preço MWh (R\$/MWh) *	137,40	-
	Total (R\$ Mil)	33.220	-

* informações não auditadas.

Contratos assinados pelas empresas listadas acima com outras empresas do setor elétrico visando o suprimento/venda de energia elétrica. No caso da Empresa que não tenha geração de energia em quantidade suficiente em determinado período, pode-se recorrer a compra de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para honrar o contrato de fornecimento de energia. Todavia, neste caso, a Empresa fica exposta ao valor do período do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que pode ser maior que os valores de venda expostos nos contratos acima, ficando a Empresa sujeita a perdas financeiras nestas operações.

40.2 Compromissos Socioambientais

Furnas, como integrante do Governo Federal, alinhada às diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às diretrizes que norteiam as ações das Empresas do Sistema Eletrobras quanto a promoção do desenvolvimento sustentável – que busca equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental –, salienta este compromisso investindo em projetos sociais e atividades culturais, pautados pelo respeito ao meio ambiente e às comunidades no entorno de suas instalações, visando resguardar o futuro das novas gerações. Para tanto, apoia-se sempre numa abordagem preventiva aos desafios ambientais e no incentivo ao uso de tecnologias que não agredam o meio ambiente.

É tão forte esse comprometimento que se expressa em sua missão: *“Atuar com excelência e responsabilidade socioambiental no setor de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade”*.

A fim de atender suas metas estratégicas relacionadas às ações de proteção, monitoramento, recuperação ou compensação dos impactos socioambientais bem como a legislação ambiental vigente, foram feitos investimentos e gastos com projetos e estudos detalhados como seguem:

Descritivo	R\$ Mil	
	Individual	
	31.12.2012	31.12.2011
A – Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa		
1) Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	25.293	24.165
Subtotal	25.293	24.165
B – Investimentos em programas e/ou projetos externos		
2) Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	29.183	42.996
3) Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	40	521
4) Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	5.939	1.372
Subtotal	35.162	44.889
C – Total dos investimentos em meio ambiente (A+B)	60.455	69.054

Os referidos gastos encontram-se registrados nas despesas operacionais.

40.2.1 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC)

a) Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - UHE Simplício

Firmado em 20 de fevereiro de 2013 entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Município de Sapucaia-RJ e a Empresa, referente a questões ambientais identificadas nos municípios atingidos pela UHE Simplício, no Rio Paraíba do Sul, em que Furnas se obriga a implementar, e manter até à assunção pelos Municípios atingidos, Estações de Tratamento de Esgoto, Redes Coletoras, bem como manter o controle de vazão e qualidade da água. Tais ações deverão estar concluídas no decorrer de 2013 e 2014. Atrasos de mais de 15 dias em relação ao cronograma ensejarão a aplicação de multas diárias de R\$ 10 mil. Este Termo de Ajustamento de Conduta extingue a Ação Civil Pública nº 2010.51.13.000406-9, junto à 1ª Vara Federal de Três Rios.

b) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta -TAC - LT Itaberá-Tijuco Preto

Firmado em 15 de dezembro de 2000, pelo Ministério Público Federal (Procuradoria da República no estado de São Paulo), Furnas, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em face da implantação da LT Itaberá - Tijuco Preto, em que Furnas se obriga a desenvolver Programas e Projetos Culturais e Sociais, Programas de Fauna, de Comunidades Indígenas, de Patrimônio Histórico e Arqueológico e outros relacionados com questões ambientais. O prazo desse TAC se estende por 10 anos, sendo que cada ação tem um cronograma específico. Cada ação que não seja cumprida está sujeita a sanções sendo que o TAC estabelece multas de R\$ 25 mil a R\$ 100 mil, dependendo do tempo de inadimplência. Este Termo está em processo de avaliação, em conjunto com o Ministério Público Federal, e emissão de termo de encerramento de atividades já concluídas, e serão elaborados Termos Aditivos para as atividades específicas de ações ainda em curso.

c) Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC assinado em 15 de dezembro de 2000, devido à implantação da Linha de Transmissão em 750 kV Itaberá-Tijuco Preto III (Processo 1999.61.00.048465-6)

Cabe esclarecer que o referido TAC está em processo de avaliação, em conjunto com o Ministério Público Federal, e emissão de termo de encerramento de atividades já concluídas, e serão elaborados Termos Aditivos para as atividades específicas de ações ainda em curso.

c.1) Prazos

Para cada atividade (item do TAC) prevista há um prazo definido, atingindo até 10 (dez) anos em alguns casos, sendo que o mesmo "poderá ser ampliado, com a concordância do MPF e dos demais órgãos envolvidos". Listamos algumas ações e programas ora estabelecidos, com suas respectivas metas de prazos:

- 1.1. Programas e Projetos Culturais e Sociais e à Compensação ambiental - prazo de até 180 dias – em andamento;
- 1.2. Programa de Fauna - em até 365 dias – concluído;
- 1.3. Programa PRAD - em até 10 anos (incluindo manutenção) – concluído;
- 1.4. Programa Campos Eletromagnéticos - em até 18 meses – concluído;
- 1.5. Programa das Comunidades Indígenas – em até 5 anos prorrogáveis por igual período – em andamento;
- 1.6. Programa do Patrimônio Histórico e Arqueológico - em até 360 dias - em andamento; e

1.7. Demais programas e obrigações (Projetos – PBA, Passivo Ambiental das LT I e II, Estudos, Dano Moral Coletivo, entre outros) – prazos variáveis em até 30 dias – concluído.

c.2) Condicionamentos

Os programas e ações ambientais estabelecidos no referido TAC foram elaborados e aprovados com anuência e participação dos órgãos licenciadores bem como fiscalizadores que assinaram esse Termo, além da Secretaria do Verde do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo e o Instituto Florestal de São Paulo.

c.3) Penalidades

Estão estabelecidas no TAC sanções, para cada ação e programa, que não tenha sido efetivamente cumprido, ressaltando que, nas Disposições Finais do referido Termo estabelece-se multa de R\$ 25 mil a R\$ 100 mil, variável em função do tempo de inadimplência.

Todo valor do referido TAC está vinculado a UFIR ou índice oficial que a substituir.

Ressalta-se que, até o presente momento, não foi aplicada qualquer penalidade a este Termo de Ajustamento de Conduta da LT 750 kV Itaberá - Tijuco Preto III.

40.2.2 Políticas Ambientais

As ações de Furnas e sua atuação junto à comunidade são norteadas por cinco políticas: Ambiental; de Recursos Hídricos; de Recursos Florestais; de Educação Ambiental; e de Gestão de Resíduos.

Essas políticas foram desenvolvidas pelo corpo técnico e gestores da Empresa, além de representantes da sociedade.

Sendo assim, a Empresa observa e atende a legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal bem como seu cumprimento acerca desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais.

NOTA 41 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

41.1 Instrumentos Financeiros

A Empresa e suas investidas em conjunto operam com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável (concessão), contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

R\$ Mil				
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Clientes	1.334.028	1.436.860	1.435.813	1.478.171
Ativo financeiro – concessão de serviço público	6.29.851	7.580.769	7.747.860	8.383.729
Empréstimos concedidos	11.257	14.197	11.257	14.197
Direitos de ressarcimento	9.937	9.937	10.897	9.937

	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	31.253	29.709
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	509.279	525.842	558.141	617.315
Indenizações das concessões – Lei nº 12.783/2013	3.690.794	-	3.690.794	-
Aplicações financeiras vinculadas (cauções e depósitos vinculados)	-	-	97.955	101.112
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.142	3.617
Total Ativos financeiros	11.885.146	9.567.605	13.585.112	10.637.787
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	6.681.182	4.834.940	12.892.061	10.518.018
Fornecedores e outras obrigações	833.344	812.903	1.122.380	998.787
Total Passivos financeiros	7.514.526	5.647.843	14.014.441	11.516.805

41.2 Gestão de Riscos

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Empresa apresenta passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
Exposição à moeda estrangeira	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Passivos				
Dólar norte-americano	(171.466)	(43.972)	(171.466)	(43.972)
Iene	(199.248)	(241.384)	(199.248)	(241.384)
Total	(370.714)	(285.356)	(370.714)	(285.356)
Passivo líquido exposto	(370.714)	(285.356)	(370.714)	(285.356)

Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Empresa contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados às taxas Selic e TJLP.

Exposição à taxa de juros	R\$ Mil			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Passivos				
Selic	(139.164)	-	(139.164)	-
TJLP	(1.025.237)	(1.091.182)	(6.163.159)	(5.480.447)
Outros				
CDI	(2.001.908)	(601.742)	(2.001.908)	(767.196)
IPCA	(3.003.365)	(2.691.561)	(3.625.483)	(3.499.224)
Total	(6.169.674)	(4.384.485)	(11.929.714)	(9.746.867)
Passivo líquido exposto	(6.169.674)	(4.384.485)	(11.929.714)	(9.746.867)

Risco de preço

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas de Furnas passam a receber a Receita Anual de Geração (RAG), homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social (PIS), ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A RAG será composta dos custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização das usinas hidrelétricas, quando cabíveis, determinados pela Aneel com base em parâmetros de eficiência, além dos encargos e tributos, inclusive os encargos de Conexão e Uso dos Sistemas de Transmissão ou de Distribuição de responsabilidade da concessionária.

A RAG será reajustada anualmente, no dia 1º de julho de cada ano, a partir de 2014, exceto para os anos em que ocorra a revisão tarifária, conforme fórmula estabelecida em seu contrato de renovação da concessão.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida (RAP), julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Empresa incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Empresa atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Empresa busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Empresa tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Risco de liquidez

A Empresa atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

R\$ Mil					
Descritivo	Individual				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	(593.812)	(340.580)	(1.578.322)	(4.168.468)	(6.681.182)

R\$ Mil					
Descritivo	Consolidado				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	(1.356.078)	(632.214)	(1.528.369)	(9.375.400)	(12.892.061)

41.3 Gestão de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 podem ser assim sumariados:

R\$ Mil

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Financiamentos e empréstimos	6.681.182	4.834.940	12.892.061	10.518.018
Fornecedores	833.344	812.903	1.122.380	998.787
Menos:				
Caixa e equivalentes de caixa	(2.462)	(115.665)	(284.552)	(511.877)
Direitos de ressarcimento	(9.937)	(9.937)	(10.897)	(9.937)
Outros				
TVM	(509.279)	(525.842)	(558.141)	(617.315)
Dívida líquida (A)	6.992.848	4.996.399	13.160.851	10.377.676
Patrimônio líquido	11.304.675	13.298.145	11.304.675	13.298.145
Total do capital (B)	18.297.523	18.294.544	24.465.526	23.675.821
Índice de alavancagem financeira (C = A/B x 100)	38,22%	27,31%	53,79%	43,83%

41.4 Estimativa do Valor Justo

A Empresa usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

R\$ Mil

Individual	31.12.2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	509.279	-	-	509.279
Total	509.279	-	-	509.279

R\$ Mil

Individual	31.12.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	525.842	-	-	525.842
Total	525.842	-	-	525.842

R\$ Mil

Consolidado	31.12.2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	558.141	-	-	558.141
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.142	-	1.142
Outros				
Aplicação financeira vinculada	-	97.955	-	97.955
Total	558.141	99.097	-	657.238

R\$ Mil

Consolidado	31.12.2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	617.315	-	-	617.315
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.617	-	3.617
Outros				
Aplicação financeira vinculada	-	101.112	-	101.112
Total	617.315	104.729	-	722.044

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

41.5 Análise de Sensibilidade

Para essa análise de sensibilidade, as premissas macroeconômicas consideradas foram as estabelecidas pela *Holding Eletrobras*, como segue:

Individual							
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2013			Indexador		Saldo R\$ Mil		
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGP-M	271.941	565.638	5,3%	3,98%	2,66%	562.327	559.013
Total	271.941	565.638				562.327	559.013

Individual							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			Indexador		Saldo R\$ Mil		
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGP-M	271.941	565.638	5,3%	6,64%	7,97%	568.938	572.250
Total	271.941					568.938	572.250

Individual							
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2013			Indexador		Saldo R\$ Mil		
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	555	1.154	5,3%	3,98%	2,66%	1.140	1.125
Total	555	1.154				1.140	1.125

Individual							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			Indexador		Saldo R\$ Mil		
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	555	1.154	5,3%	6,64%	7,97%	1.168	1.182
Total	555	1.154				1.168	1.182

Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de câmbio.

Individual							
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2013			Indexador		Saldo R\$ Mil		
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar (R\$/US\$)	80.032	166.466	2,080	1,550	1,040	124.849	83.233
IENE (R\$/¥)	85.804	178.472	0,026	0,020	0,013	129.826	86.550
Total	165.836	344.938				254.675	169.783

Individual							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			Indexador		Saldo R\$ Mil		
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar (R\$/US\$)	80.032	166.466	2,080	2,600	3,120	208.082	249.699
IENE (R\$/¥)	85.804	178.472	0,026	0,033	0,039	216.376	259.651
Total	165.836	344.938				424.458	509.350

Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Individual							
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 2013			Indexador		Saldo R\$ Mil		
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
TJLP	488.048	1.015.139	5,0%	3,75%	2,50%	1.014.643	1.014.140
IPCA	1.387.628	2.886.266	5,7%	4,24%	2,83%	2.848.096	2.809.946
Selic	938.942	1.953.000	7,3%	5,48%	3,65%	1.940.524	1.927.945
Total	2.814.618	5.854.405				5.803.263	5.752.031

Individual							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			Indexador		Saldo R\$ Mil		
Moeda (Risco)	Saldo US\$ Mil	Saldo R\$ Mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
TJLP	488.048	1.015.139	5,0%	6,25%	7,50%	1.015.631	1.016.122
IPCA	1.387.628	2.886.266	5,7%	7,06%	8,48%	2.924.432	2.962.594
Selic	938.942	1.953.000	7,3%	9,13%	10,95%	1.965.376	1.977.656
TOTAL	2.814.618	5.854.405				5.905.439	5.956.372

NOTA 42 – SEGUROS

Os principais seguros da Empresa, com base nos valores de risco, estão abaixo demonstrados por modalidade e data de vigência:

Riscos	Individual			
	Vigência		R\$ Mil	
	Início	Término	Importância Segurada	Prêmio
Riscos de Engenharia – AHE Simplício ⁽¹⁾	30.04.2012	31.12.2012	324.368	761
Responsabilidade Civil – AHE Simplício ⁽¹⁾	30.04.2012	31.12.2012	20.400	260
Risco de garantia – Executante/Fornecedor CT 15.308 (Siemens) ⁽²⁾	31.07.2009	31.07.2012	3.400	16
Risco de garantia – Executante/Fornecedor CT 15.309 (Siemens) ⁽²⁾	31.07.2009	31.07.2012	1.275	6
Risco de garantia – Fiel Cumprimento AHE Simplício	30.12.2011	30.09.2013	144.151	212
Risco de garantia – Executante/Concessão – UHE Batalha	21.10.2011	13.04.2013	32.191	60
Risco de garantia – Executante Prestador de Serviços (O&M Santo Antônio)	25.05.2012	30.05.2013	2.255	6
Responsabilidade Civil Geral	25.10.2012	25.10.2013	35.000	550
Riscos de Engenharia – AHE Batalha	14.11.2011	29.06.2013	206.554	2.207
Responsabilidade Civil – UHE Batalha	14.11.2011	29.06.2013	30.000	912
Aeronáutico	06.09.2012	06.09.2013	4.135	24
Transportes aéreo/interestadual/perímetro urbano	24.03.2011	24.03.2013	1.002	609
Responsabilidade civil facultativa veículos	21.08.2012	21.08.2014	50 por veículo	166

⁽¹⁾ Seguro vencido em virtude do término da obra sem necessidade de renovação dos seguros.

⁽²⁾ Apólices ainda não renovadas, com processo de licitação em andamento (PE.DAQ.G00010.2013). Em 19 de setembro de 2012, houve um fracasso da licitação PE.DAQ.G.00134.2012, iniciada em 12 de junho de 2012.

Riscos Operacionais: Desde 27 de junho de 2011, Furnas vem adotando o auto-seguro de suas instalações e desenvolveu um Termo de Referência, em conjunto com as demais empresas do Sistema Eletrobras, sob coordenação da *Holding*, para subsidiar o processo de contratação de Consultoria Especializada para Política de Seguro de *All Risks*.

Risco de Garantia: cobertura de Seguro que tem por objetivo oferecer garantia nos seguintes casos: (a) Concorrência (*Bid Bond*) – utilizado para manter firmes as propostas, salvaguardando o licitante dos custos decorrentes da não assinatura de Contratos; (b) Executante (*Performance Bond*) – utilizado como garantia da performance e fiel cumprimento de contratos; (c) Judicial – garante o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o executado necessite realizar no trâmite de procedimentos judiciais.

Aeronáutico: cobertura para prejuízos sofridos por aeronaves de propriedade do contratante e se subdivide em: casco, que trata da aeronave, motores, célula, etc.; e RETA que trata de prejuízos causados a terceiros como passageiros, carga, tripulação, pessoas e bens no solo (este seguro é obrigatório).

Responsabilidade Civil: cobertura para o reembolso de indenizações que o segurado venha a ser obrigado a pagar em consequência de lesões corporais ou danos materiais, por ele provocados involuntariamente (por omissão, negligência ou imprudência) a terceiros ou a pessoas pelos quais possa responder civilmente.

Riscos de Engenharia: este seguro dá cobertura a vários riscos decorrentes de falha de Engenharia nas suas diversas etapas. Existem várias modalidades deste seguro, cada qual com

explicitação dos riscos cobertos: Instalação e Montagem, Obras Cíveis em Construção, Quebra de Máquinas (computadores e equipamentos de Informática também estão incluídos), etc.

Transportes Nacionais e Internacionais: cobre danos causados ao objeto segurado, especialmente à carga transportada (mercadorias em geral, principalmente as afins do segurado, mudanças domésticas, malotes, bagagem, mostruário, equipamentos elétricos, remessa postal, etc.), por roubo, desaparecimento e danificação, com indenização por reembolso.

NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES

43.1 Investida Mesa

Em 11 de janeiro de 2013, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), a Escritura Particular da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, celebrada entre a Santo Antônio Energia (controlada da Mesa), como emissora, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciário e representante do debenturista e a investida Mesa, como interveniente anuente. A emissão será em janeiro de 2013 e o valor total é de R\$ 420.000 mil.

Em 15 de janeiro de 2013, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Aneel, mediante o Despacho de seu Superintendente nº 91/2013, decidiu liberar a unidade geradora 10, de 69.590 kW, para início da operação em teste a partir de 16 de janeiro de 2013, conforme Processo nº 48500.003984/2008-31.

Em 17 de janeiro de 2013, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Aneel, mediante o Despacho de seu Superintendente nº 105/2013, decidiu liberar a unidade geradora 11, de 69.590 kW, para início da operação comercial a partir de 18 de janeiro de 2013, conforme Processo nº 48500.003984/2008-31.

43.2 Usina de Simplício

Iniciou em 23 de fevereiro de 2013, o enchimento do reservatório da usina hidrelétrica de Simplício, projeto cujas obras foram iniciadas há seis anos. O empreendimento terá capacidade de gerar energia suficiente para abastecer uma cidade de 800 mil habitantes, equivalente a 191,3 MW médios.

Furnas estima que com as vazões observadas recentemente, o enchimento deve durar cerca de 26 dias. Considerando este cenário, a previsão de entrada em operação da primeira unidade geradora é em meados de abril deste ano.

Ainda segundo Furnas, esta usina é um projeto ímpar na história da estatal porque para evitar a inundação de uma extensa área urbana e de terras cultiváveis, o projeto conta com um conjunto de canais, túneis, diques e reservatórios que desviaram parte do rio por 30 quilômetros.

Sendo assim, em função deste circuito hidráulico – que aproveita o desnível de 115 metros existente no relevo local para garantir a potência instalada do empreendimento – Simplício apresenta uma relação entre área inundada e potência de 0,05 km²/MW, uma das menores do mundo.

JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE AGUIAR
Superintendência de Contabilidade
CRC - RJ 026.157/O-5 – Contador

FERNANDO SERGIO LOPES ROSA
Departamento de Contabilidade
CRC - RJ 061.286/O-3 – Contador

11.5. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

11.5.1. Composição Acionária do Capital Social como Investida

QUADRO A.11.3 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL				
UJ COMO INVESTIDA – POSIÇÃO EM 31/12/2012				
Denominação completa: Furnas Centrais Elétricas S.A.				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	77,871286	77,871286	77,871286
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est. S. Paulo - DAEE	0,117534	0,117534	0,117534
	Fundos de Pensão			
	CERES- Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,022359	0,022359	0,022359
% Governo		78,011179	78,011179	78,011179
Free Float	Pessoas Físicas	0,000822	0,000822	0,000822
	Pessoas Jurídicas	0,000027	0,000027	0,000027
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,000849	0,000849	0,000849
Subtotal Ordinárias (%)		78,012028	78,012028	78,011526
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Outras Entidades Governamentais			
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras	21,673053	21,673053	21,673053
	Depto. de Águas Energia Elétrica Est.S.Paulo - DAEE	0,146042	0,146042	0,146042
	Fundos de Pensão			
	CERES - Fund. Seg. Soc. Sist. Embrapa e Embrater	0,022360	0,022360	0,022360
% Governo		21,841455	21,841455	21,841455
Free Float	Pessoas Físicas	0,042452	0,042453	0,042868
	Pessoas Jurídicas	0,104065	0,104064	0,103649
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	0,146517	0,146517	0,146517
Subtotal Preferenciais (%)		21,987972	21,987972	21,987972
Total		100,000000	100,000000	100,000000

11.5.2. Composição Acionária da UJ como Investidora

QUADRO A.11.4 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES			
UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2012			
Denominação Investidora	Furnas Centrais Elétricas S.A.		
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
ENERPEIXE S.A.	40,00	40,00	40,00
BAGUARI ENERGIA S.A.*	30,61	30,61	30,61
RETIRO BAIXO ENERGÉTICA S.A.	49,00	49,00	49,00
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	40,00	40,00	40,00
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. **	49,47	49,47	49,47
MADEIRA ENERGIA S.A.	39,00	39,00	39,00
INAMBARI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	19,60	19,60	19,60
REI DOS VENTOS 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
BRASVENTOS EOLO GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50

Empresa Investida	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
BRASVENTOS MIASSABA 3 GERADORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
CIA. HIDRELÉTRICA TELES PIRES ***	-	24,50	-
TELES PÍRES PARTICIPAÇÕES S.A. ***	24,72	-	-
CIA. TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO	24,00	24,00	24,00
CIA. TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO	24,50	24,50	24,50
CIA. TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO	25,00	25,00	25,00
CIA. DE TRANSMISSÃO CENTROESTE DE MINAS	49,00	49,00	49,00
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	24,50	24,50	24,50
TRANSENERGIA GÓIAS S.A.	49,00	49,00	49,00
TRANSENERGIA SÃO PAULO S.A.	49,00	49,00	49,00
GOIÁS TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00	49,00
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	49,00	49,00	49,00
MGE TRANSMISSÃO S.A.	49,00	49,00	49,00
CALDAS NOVAS TRANSMISSÃO S.A.	49,90	49,90	-
LUZIÂNEA-NIQUELÂNDIA S.A.	49,00	49,00	-
ENERGIA DOS VENTOS I A X	49,00	-	-
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A. **	100,00	100,00	100,00

Observação:

* Consórcio UHE Baguari: Furnas (30,6122%) e Cemig GT (69,3878%) formam a SPE Baguari Energia S.A, detentora de 49% de participação no Consórcio UHE Baguari. A participação de Furnas na UHE Baguari, corresponde a 15% do total da formação Societária.

** Serra do Facão Energia S.A: Furnas detém 30,19% das ações ordinárias e 19,28% das ações preferenciais do total das ações da Sociedade, perfazendo um montante de 49,47% em sua participação na Serra do Facão Energia S.A.

*** UHE Teles Pires: A Teles Pires Participações detém 99,1% na Companhia Hidrelétrica Teles Pires (CHTP), cuja participação acionária de Furnas na CHTP perfaz em 24,5%.

11.6. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Impactos da Lei 12.783/2013

Conforme descrito na Nota 2.3, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e

a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. As concessionárias deverão submeter à Aneel as informações para o cálculo dos ativos não depreciados. O prazo para envio destas informações será disposto pelo poder concedente.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, o Decreto nº 7.850/2012 em seu artigo 2º estipula que, até 31 de dezembro de 2013, devem ser submetidas à Aneel as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 4.530.059 mil e R\$ 995.718 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2012 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2.3.3, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Até o presente momento, não foram definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel o valor de indenização dos ativos de geração térmica e outros detalhes inerentes à nova formatação de negócio a ser proposta pelo Governo para a renovação de concessão de ativos dessa natureza. O valor residual contábil dos ativos de geração térmica a serem afetados pelas mudanças promovidas no ambiente regulatório corresponde a R\$ 661.977 mil em 31 de dezembro de 2012, cujo valor estimado de indenização pelo Valor Novo de Reposição - VNR é de aproximadamente R\$ 3.122.575 mil, determinado pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretações do Decreto 7.805/12, conforme descrito na Nota 2.3.3, podendo a referida estimativa sofrer alterações até a homologação final dos ativos indenizáveis.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Ênfase - continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

Em 31 de dezembro de 2012, a investida Madeira Energia S.A. ("MESA"), na qual Furnas participa com 39%, apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.166.329 mil (R\$ 454.868 mil - parcela relativa a Furnas). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Companhia conta com os aportes de recursos dos seus acionistas. Ainda, a investida MESA está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações, incluindo a realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, que em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 14.527.352 mil (R\$ 5.665.667 mil - parcela relativa a Furnas). Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC 1RJ092563/O-1

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

12.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro da Empresa é avaliado com base nas demonstrações financeiras elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e em pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e por normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com base nas novas práticas contábeis, Furnas apresenta seu balanço de forma individual e consolidada, que inclui suas participações em outras sociedades, destacando-se:

Demonstração dos Resultados

O Resultado do Serviço de Furnas teve um crescimento de mais de 30% em relação ao exercício anterior, decorrente do retorno dos ativos corporativos e dos investimentos em participações acionárias em outras empresas.

O efeito da contabilização da Lei nº 12.783/2013 foi integralmente provisionado no exercício de 2012, no montante de R\$ R\$ 2.067 milhões, referentes a baixa dos ativos e cálculo dos contratos onerosos, diretamente vinculados a Empresa. Entretanto, o impacto proveniente do novo marco regulatório reverteu o resultado do exercício para uma posição de prejuízo de R\$ 1.322 milhões.

A tendência de crescimento para os próximos exercícios deverá permanecer, tendo em vista os ajustes de gestão já iniciados e parcialmente implantados e a continuidade da política de investimentos em participações acionárias.

Existe, ainda, a possibilidade da reversão parcial das referidas provisões, dependendo da evolução dos preços de energia no mercado, da variação dos indicadores macroeconômicos e do reconhecimento pela Aneel do direito a indenizações no setor de transmissão e modernização de usinas.

Resultado do Serviço Individual

	R\$ Milhões	
	Individual	
	31.12.2012	31.12.2011
Receita Operacional Líquida	7.624	7.049
Custo Operacional/Construção	(5.561)	(5.406)
Lucro Operacional	2.063	1.643
Despesas Operacionais	(1.045)	(883)
Resultado do Serviço	1.018	760
Resultado da Equivalência Patrimonial	(9)	(59)
Resultado Financeiro	(128)	(301)
Resultado Antes da Lei nº 12.783/2013	881	400
Ganho (Perda) Lei nº 12.783/2013	(2.067)	-
Resultados Antes dos Impostos	(1.186)	400
Impostos (IRPJ + CS)	(136)	(140)
Lucro Líquido do Exercício	(1.322)	260

O Resultado do Exercício na forma consolidada também demonstra que o efeito da Lei nº 12.783/2013 foi totalmente provisionado pela Empresa.

Resultado do Serviço Consolidado

	R\$ Milhões	
	Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011
Receita Operacional Líquida	8.715	7.728
Custo Operacional/Construção	(6.364)	(5.894)
Lucro Operacional	2.351	1.834
Despesas Operacionais	(1.056)	(883)
Resultado do Serviço	1.295	951
Resultado Financeiro	(368)	(532)
Resultado Antes da Lei nº 12.783/2013	928	419
Ganho (Perda) Lei nº 12.783/2013	(2.067)	-
Resultados Antes dos Impostos	(1.139)	419
Impostos (IRPJ + CS)	(183)	(159)
Lucro Líquido do Exercício	(1.322)	260

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado apresenta a composição da riqueza criada pela Empresa, bem como sua distribuição.

Apesar do prejuízo apresentado no exercício, a remuneração do trabalho e do Governo (impostos e contribuições) não foram afetados. O principal impacto será registrado no Patrimônio Líquido da Empresa que passará de R\$ 13,3 bilhões para R\$ 11,3 bilhões.

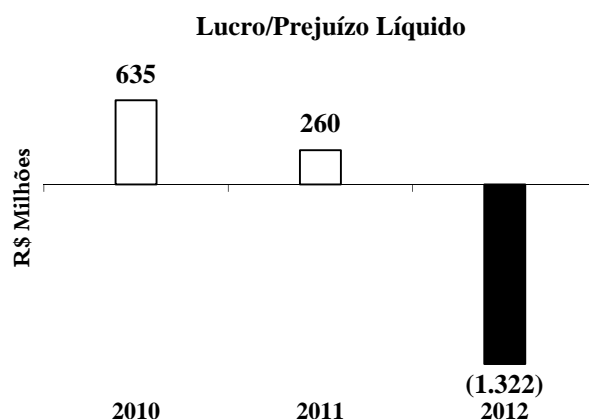
	Individual		R\$ Milhões Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
1. Geração do Valor Adicionado				
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	8.346	7.652	9.592	8.396
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	-
Insumos				
Custo de Energia Comprada	(2.106)	(2.390)	(2.170)	(2.288)
Materiais	(50)	(43)	(52)	(44)
Serviços de Terceiros	(704)	(624)	(728)	(640)
Outros Custos Operacionais	(2.149)	(1.459)	(2.762)	(1.935)
2. Valor Adicionado Bruto	3.337	3.136	3.880	3.489
Depreciação e Amortização	(236)	(241)	(328)	(324)
Constituição / Reversão de Provisões	(2.249)	(447)	(2.245)	(448)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	852	2.448	1.307	2.717
Receitas Financeiras (Transferências)	509	207	554	232
Equivalência Patrimonial	(8)	(59)	-	-
4. Valor Adicionado a Distribuir	1.353	2.596	1.861	2.949
5. Distribuição do Valor Adicionado				
Remuneração do Trabalho	1.060	983	1.082	996
Governo (Impostos e Contribuições)	486	443	637	524
Encargos Financeiros e Variação Monetária	637	509	922	763
Participações dos Empregados nos Lucros	115	98	114	98
Dividendos	-	64	-	64
Dividendos Adicionais Propostos	-	193	-	193
Encargos Setoriais	377	304	428	309
Lucros (Prejuízos) Retidos	(1.322)	2	(1.322)	2
Total da Distribuição do Valor Adicionado	1.353	2.596	1.861	2.949

Indicadores Econômico-Financeiros

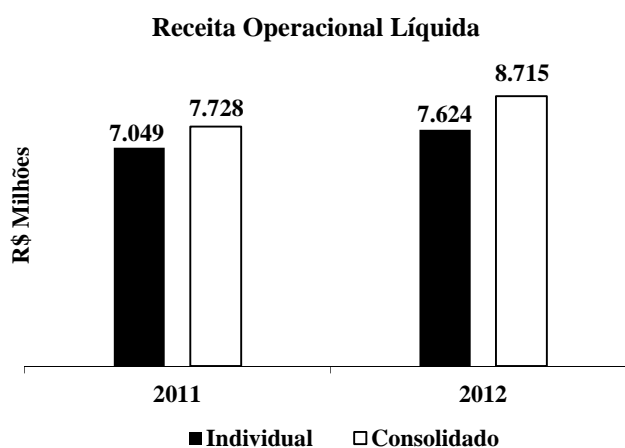
Os indicadores foram calculados tendo por base as Demonstrações Financeiras na forma individual e consolidada. Esta última incorpora, à operação do parque industrial próprio, os efeitos das SPE nas quais Furnas participa acionariamente.

O Prejuízo Líquido do Exercício oculta a reversão de queda verificada de 2011 para 2012, e a tendência de crescimento projetada para os próximos exercícios, em face da otimização de custos operacionais e da política de investimentos em participações societárias, adotadas antes da publicação da MP nº 579/2012, seguida pela Lei nº 12.783/2013.

Para os próximos exercícios, o Lucro Líquido será reflexo do resultado dos serviços da Empresa, com projeções realistas de crescimento, uma vez que as provisões necessárias foram integralmente lançadas em 2012.



O crescimento da receita operacional líquida individual e consolidada de 8,2% e de 12,8%, respectivamente, em relação ao exercício anterior, ficou acima da inflação medida no período. Esta diferença de crescimento é reflexo da política da Empresa de investir em participações societárias.

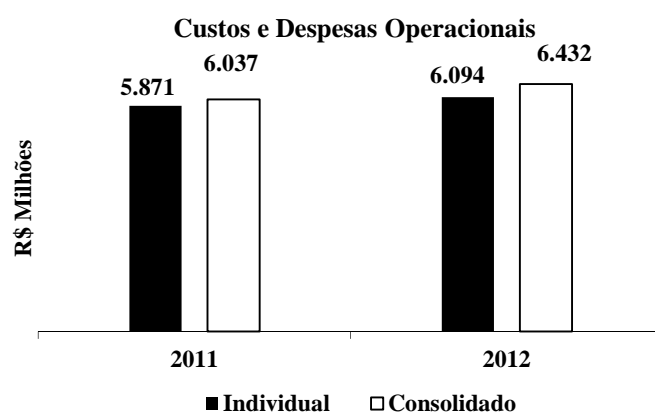


O crescimento nominal de 3,8% dos custos e despesas operacionais no individual, demonstra que não houve crescimento real nessas rubricas.

Em 2011 os custos e despesas representavam 83,3% da Receita e em 2012 baixaram para 79,9%, o que confirma uma melhora no desempenho da Empresa.

Esse viés tende a aumentar uma vez que os impactos da otimização de custos e despesas operacionais serão mais efetivos a partir de 2014.

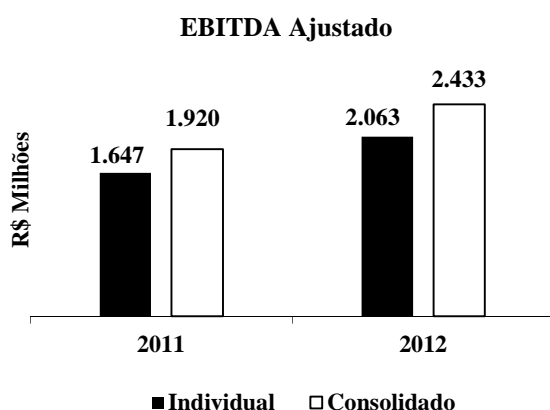
Os custos e despesas operacionais não contemplam custos de construção.



O quadro a seguir detalha a composição dos custos e despesas operacionais.

	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Custo Operacional	5.049	4.988	5.377	5.154
Custo com Energia Elétrica (compra e encargos)	2.590	2.844	2.686	2.762
Custo de Operação	2.459	2.144	2.691	2.392
Pessoal	1.060	982	1.082	996
Material	50	43	52	44
Serviços de Terceiros	704	624	728	640
Depreciação e Amortização	236	241	328	324
Utilização de Recursos Hídricos	221	185	237	201
Combustível e Água para Produção de Energia Elétrica	162	44	162	45
Outros	26	25	102	142
Despesas Operacionais	1.045	883	1.055	883
Provisão Plano de Readequação do Quadro de Pessoal (PREQ)	66	341	66	341
Outras Provisões	358	106	358	106
Ajuste <i>Impairment</i>	335	349	335	349
Outras Despesas	286	87	296	87
Custo Operacional + Despesas Operacionais	6.094	5.871	6.432	6.037

O EBITDA Ajustado Individual demonstra que em 2012 houve crescimento de 25,3% em relação ao exercício anterior e, no consolidado, crescimento de 26,7% no mesmo período. O investimento em participações acionárias agregou 17,9% de valor à Empresa, no exercício de 2012. A comparação com o valor agregado de 16,6%, em 2011, demonstra uma tendência de crescimento em função desta política de investimentos adotada por Furnas.



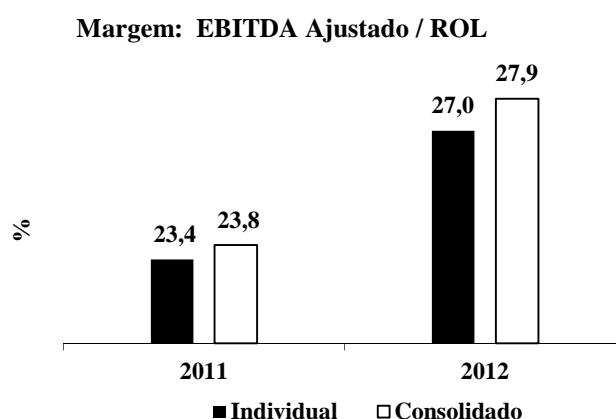
Em 2012, para melhor dimensionar a geração de riqueza pelos ativos da Empresa, não foi considerado o efeito das provisões não recorrentes, constituídas para o programa de desligamento voluntário (R\$ 66 milhões), para os riscos com ações fiscais trabalhistas e cíveis (R\$ 360 milhões) e para a dívida da Centrais Elétricas de Goiás S.A. (Celg – R\$ 204 milhões), cujo contrato é regulado no ambiente institucional do mercado de energia elétrica.

Da mesma forma, não foi considerado efeito do *impairment* da geração das usinas não afetadas pela Lei nº 12.783/2013 (Simplicio e Batalha).

O quadro a seguir demonstra o cálculo do EBITDA Ajustado:

	R\$ Milhões			
	Individual		Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Resultado do Serviço	1.018	760	1.296	950
Provisões Não Recorrentes	630	456	630	456
Depreciação	236	241	328	324
<i>Impairment</i>	335	349	335	349
Ganhos Atuariais	(156)	(159)	(156)	(159)
EBITDA	2.063	1.647	2.433	1.920

A Margem do EBITDA cresceu 15,4% no individual e 17,2% no consolidado. Considerando esse nível de crescimento, em 3 a 4 anos a Empresa alcançará uma margem compatível com outras empresas de geração e transmissão fora do Sistema Eletrobras.



Execução Orçamentária

Investimentos Corporativos

Em 2012, Furnas realizou R\$ 2.621 milhões em investimentos próprios e em participações societárias, representando 91% de execução do orçamento anual aprovado.

As Ações Orçamentárias do Governo Federal sob responsabilidade direta de Furnas, constantes do PPA 2012-2015, corresponderam, em 2012, a um volume de investimento de R\$ 1.148 milhões, valores orçamentários informados ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), conforme relacionado a seguir:

	R\$ Milhões
	Realizado 2012
Geração	
Implantação UHE Simplício	101,17
Implantação UHE Batalha	233,29
Modernização UHE Luiz Carlos Barreto	37,48
Modernização UHE Furnas	79,03
Manutenção do Sistema de Geração	58,95
Ciclo Combinado UTE Santa Cruz	6,60
Subtotal Geração	516,53
Transmissão	
Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão	199,83
Transmissão LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste	37,02
Implantação da LT Macaé-Campos 3	1,05
Implantação do Sistema de Transmissão Mascarenhas-Linhares	2,93
Ampliação do Sistema de Transmissão	0,41
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	193,87
Sistema de Transmissão Bom Despacho 3-Ouro Preto 2	26,50
Subtotal Transmissão	461,61
Outros	
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	37,33
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	23,42
Preservação/Conservação Ambiental	101,59
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	7,38
Subtotal Outros	169,72
Total	1.147,86

No segmento Geração foram investidos R\$ 516,53 milhões, sendo R\$ 334,46 milhões na expansão e R\$ 182,07 milhões na modernização e manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica de Furnas.

Além dos empreendimentos UHE Simplício / PCH Anta e UHE Batalha, e respectivas transmissões associadas, os quais responderam por 45% dos investimentos do período, destacam-se as modernizações das UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho e Furnas, em operação, respectivamente, desde 1969 e 1963, que totalizaram 10% do realizado. A modernização dessas usinas envolve a recuperação de turbinas, geradores e sistemas associados, bem como a implantação de novos sistemas de controle, comando, supervisão, monitoramento e proteção. Tem por objetivo permitir aumento da segurança operacional e da confiabilidade dos equipamentos e sistemas eletromecânicos, prolongando a vida útil das usinas.

No segmento Transmissão foram investidos R\$ 461,61 milhões, com destaque para a implantação das linhas de transmissão integrantes do PAC, de extrema importância para a expansão do SIN. Os investimentos em reforços nos sistemas de transmissão nos estados de São Paulo, de Minas Gerais, do Paraná, do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, de Goiás, de Mato Grosso e do Distrito Federal, e na manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica responderam por 34,3% do total realizado no exercício. Essas ações têm por objetivo implantar reforços voltados a adequação do suprimento de energia elétrica em subestações e linhas de transmissão e consideram as indicações constantes do Plano de Ampliações e Reforços (PAR), do ONS, e do Programa de Expansão da Transmissão (PET), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), de grande relevância para o desempenho e a segurança do SIN, além de projetos voltados a manutenção, reabilitação e otimização das instalações de transmissão, incluindo a aquisição de sobressalentes e equipamentos reserva necessários a evitar indisponibilidades e aumentar a confiabilidade.

Os investimentos em manutenção e adequação da infraestrutura de Furnas somaram R\$ 68,13 milhões, representando 5,9% do total realizado em 2012, distribuídos em ações relativas aos bens imóveis, ativos de informática, informação e teleprocessamento, além dos bens móveis tais como veículos, máquinas, equipamentos e instrumentos para execução das diversas atividades da Empresa. Quanto a implementação de ações e programas de conservação e preservação ambiental, decorrentes da implantação das instalações de geração e de transmissão, foram investidos R\$ 101,59 milhões.

Investimentos em Participações Societárias (SPE) em 2012

Além dos investimentos nos empreendimentos próprios, Furnas realizou aportes nas SPE das quais possui participação, de acordo com os seus Planos de Negócio. Estes aportes totalizaram R\$ 1.473,1 milhões no período, com destaque para a SPE Madeira Energia, que recebeu R\$ 1.126,5 milhões, e que energizou nove unidades geradoras no ano, disponibilizando 644,4 MW para o SIN.

SPE	Participação de Furnas (%)	Empreendimento	Realizado (R\$ Milhões)
Geração			
Madeira Energia S.A.	39,0	UHE Santo Antônio	1.126,5
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,5	EOL Rei dos Ventos 1	16,7
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,5	EOL Rei dos Ventos 3	12,9
Brasvento Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,5	EOL Miassaba 3	22,9
Inambari Geração de Energia S.A.	19,6	UHE Inambari	0,5
10 Parques Eólicos			1,7
Cia. Hidrelétrica Teles Pires S.A.	24,5	UHE Teles Pires	-
Subtotal Geração			1.181,1
Transmissão			
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,5	LT Porto Velho-Araraquara 2	67,6
Laboratório de Ultra Alta Tensão/Cepel			95,0

SPE	Participação de Furnas (%)	Empreendimento	Realizado (R\$ Milhões)
Transenergia Renovável S.A.	49,0	ICG e IEG	32,8
Transenergia São Paulo S.A.	49,0	SE Itatiba	4,9
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A.	49,0	SE Luziânia e SE Niquelândia	0,9
Goiás Transmissão S.A.	49,0	LT Rio Verde Norte- Trindade	56,8
MGE Transmissão S.A.	49,0	LT Mesquita-Viana 2	27,4
Caldas Novas Transmissão S.A.	49,9	SE Corumbá	6,4
Subtotal Transmissão			292,0
Total			1.473,1

Destacamos, a seguir, o total dos investimentos realizados desde o ano de 2008, corrigido pelo IPCA para dezembro 2012:

Total de Investimentos Realizados de 2008 a 2012

Ano	Investimentos Corporativos	Inversões Financeiras	Total Moeda Corrente	R\$ Milhões
				Total Moeda Constante Dez/2012
2008	1.087,2	304,6	1.391,8	1.733,2
2009	1.433,3	206,1	1.639,3	1.957,1
2010	1.245,3	340,4	1.585,7	1.787,4
2011	988,7	1.031,6	2.020,3	2.138,2
2012	1.147,9	1.473,1	2.621,0	2.621,0

Captação de Recursos

No exercício de 2012 foram realizadas operações para captação de recursos que alcançaram o montante de R\$ 2.230 milhões, entre financiamentos em moeda nacional e estrangeira e Aportes para Futuro Aumento de Capital efetuados pela *Holding*.

Desse montante, R\$ 1.360 milhões foram realizados com instituições financeiras nacionais, sendo R\$ 750 milhões provenientes do Banco do Brasil (BB), R\$ 200 milhões do Banco da Amazônia (BASA) e R\$ 410 milhões da Caixa Econômica Federal (CEF).

A *Holding* realizou financiamento de R\$ 250 milhões e aportou R\$ 500 milhões para futuro aumento de capital.

Ainda no decorrer desse exercício foram recebidas parcelas no montante de R\$ 120 milhões, vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), firmado em dólares americanos, para as modernizações das Usinas Hidrelétricas Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho.

Todos esses recursos foram aplicados em investimentos nas empresas em que Furnas detêm participação e em ativos resultantes de empreendimentos realizados diretamente por Furnas.

Visando melhorar o perfil da dívida da Empresa, foram realizadas operações de rolagem da dívida com a CEF e portabilidade do BB para a CEF, no montante de R\$ 412 milhões.

Além das operações de financiamento, foi firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) convênio de cooperação técnica até o limite de US\$ 500 mil, não reembolsáveis, destinados a seleção e contratação de Consultoria, visando a realização do programa de cooperação técnica para reestruturação organizacional e operacional da Empresa.

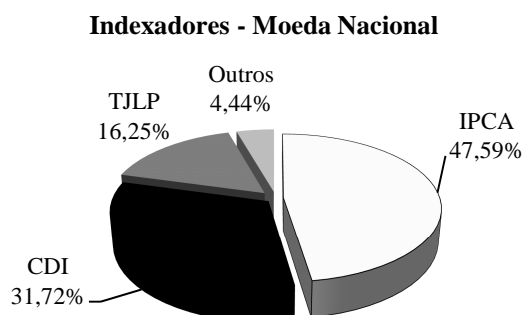
A composição do endividamento total no final do exercício, com 9% no Curto Prazo e 91% no Longo Prazo, está representada no quadro a seguir:

Empréstimos e Financiamentos

	R\$ Milhões
Moeda Estrangeira	
Eletrobras	240
BID	131
Subtotal Moeda Estrangeira	371
Moeda Nacional	
Eletrobras	3.283
BNDES	1.015
CEF	846
Banco do Brasil	753
BASA	413
Subtotal Moeda Nacional	6.310
Total	6.681

Basicamente, o endividamento de Furnas concentra-se em moeda nacional, apresentando somente 5,55% do total em moeda estrangeira. Deste endividamento em moeda nacional, a maior concentração, 47,59% é indexada ao IPCA, decorrente dos empréstimos realizados com a Eletrobras.

O gráfico a seguir demonstra a distribuição dos indexadores dos financiamentos:

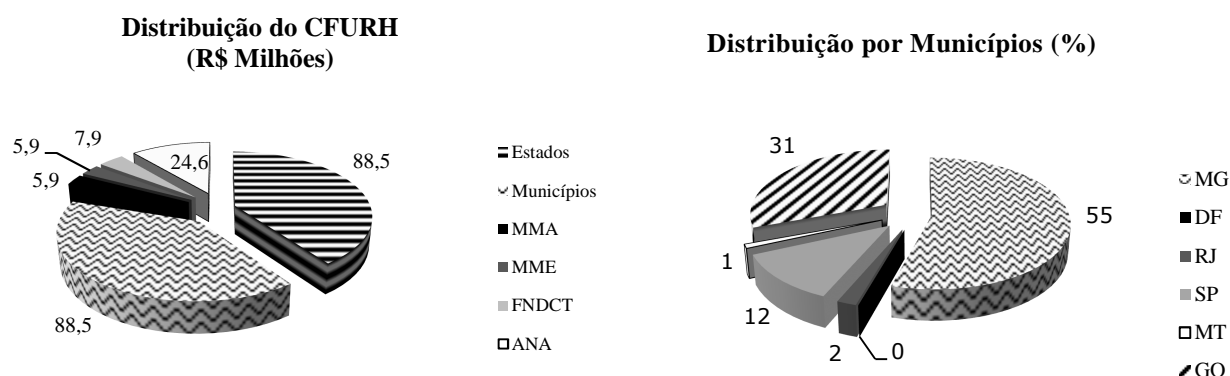


Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH é o percentual pago pelas concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pela utilização de recursos hídricos.

Em 2012, Furnas distribuiu R\$ 221,3 milhões, beneficiando as administrações de cinco estados, do Distrito Federal, de 146 municípios e órgãos da administração direta da União. Do total arrecadado, R\$ 88,5 milhões foram pagos aos estados e outros R\$ 88,5 milhões foram repartidos entre os 146 municípios. Minas Gerais, que conta com o maior número de hidrelétricas, recebeu R\$ 48,5 milhões, seguido por Goiás (R\$ 27,3 milhões), São Paulo (R\$ 10,3 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 1,5 milhão), Mato Grosso (R\$ 867,3 mil) e Distrito Federal (R\$ 10,8 mil).

Da parte que cabe a União, os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e de Minas e Energia (MME) receberam R\$ 5,9 milhões cada, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) recebeu R\$ 7,9 milhões, e a Agência Nacional de Águas (ANA), R\$ 24,6 milhões. Os gráficos, a seguir, demonstram a distribuição dos recursos provenientes do CFURH:



Furnas também contribui, indiretamente, na compensação paga por outras cinco usinas nas quais possui participação acionária: Baguari (15%) e Retiro Baixo (49%), em Minas Gerais; Peixe Angical (40%), no Tocantins; Foz do Chapecó (40%), entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e Serra do Facão (49,47%), em Goiás. Em 2012, essas hidrelétricas pagaram R\$ 40,4 milhões em *royalties* da água.

PREMIAÇÕES

XVI Prêmio ANEFAC – Fipecafi – Serasa Experian

Com base no Relatório da Administração e nas Demonstrações Financeiras 2011, publicado em 2012, a Empresa recebeu, em agosto, prêmio concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e pela Serasa Experian.

Intitulado Troféu Transparência, o prêmio tem por finalidade incentivar a transparência corporativa e avaliar as práticas de transparência nas informações contábeis divulgadas, na mídia impressa, aos acionistas, aos colaboradores, aos fornecedores, aos governos, aos consumidores e aos demais *stakeholders*.

Prêmio Fundação Coge

Em dezembro, o projeto intitulado Modelo de Educação Corporativa de Furnas – Ferramenta para o Desenvolvimento da Estratégia e das Pessoas foi classificado em primeiro lugar, na categoria Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas, do Prêmio Fundação Coge, promovido pela Fundação

Comitê de Gestão Empresarial, que tem por objetivo premiar e divulgar projetos e ações bem sucedidas implantadas por empresas do Setor Elétrico.

Prêmio Brasil de Ação Ambiental

Pelo segundo ano consecutivo, Furnas conquistou o Prêmio Brasil de Ação Ambiental, promovido pela Casa Brasil e Jornal do Brasil em parceria com o Sistema Firjan e com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. A Empresa foi a única, a vencer em duas categorias: Comunicação Social, pelas ações desenvolvidas no Programa de Comunicação Social da UHE Simplício; e Educação Ambiental, com o Projeto TransFORMAR.

Premiação pela ONU

Furnas recebeu prêmio por sua notória contribuição a assentamentos sustentáveis, conferido pela Divisão de Desenvolvimento Sustentável da ONU, durante conferência sobre Aglomerados Populacionais Sustentáveis, no Escritório Central da Empresa, aberta pelo Sub-Secretário da ONU para Assuntos Econômicos e Sociais e pelo Secretário-Geral da Rio+20.

Prêmio *Top of Mind*

Na XIV edição do Prêmio *Top of Mind*, do Jornal de Brasília, Furnas foi reconhecida como a Empresa de energia elétrica mais lembrada pelos consumidores do Distrito Federal. As ganhadoras foram apontadas em pesquisa realizada com 1.118 pessoas de diferentes idades e classes sociais.

Trabalhos Premiados

Dos cinco trabalhos premiados no XXVII Congresso Brasileiro de Manutenção (Abraman), no Rio de Janeiro, dois foram de empregados de Furnas.

O trabalho Desempenho de Bateria de Lítio-Íon para Aplicação Estacionária, projeto inédito na América Latina no qual observou-se que a eficiência de recarga da bateria de lítio-íon, totalmente recicladas, é em torno de 90 a 98% (nas de chumbo-ácidas é em torno de 70 a 80%), foi premiado neste Congresso e considerado o melhor trabalho de telecomunicações no XXI SNPTEE. Será utilizado na elaboração da recomendação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para este tipo de bateria.

CERTIFICAÇÕES

ISO/IEC 17025

O Centro Técnico de Ensaios e Medições, instalado em São José da Barra (MG), foi acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 – Requisitos Gerais para a Competência dos Laboratórios de Ensaio e de Calibração (aplicável a laboratórios de calibração e de ensaio), na classe ensaio químico.

Esta acreditação é concedida para laboratório que realize serviços de calibração e/ou ensaio, em atendimento a própria demanda interna ou de terceiros, independente ou vinculado a outra organização, de entidade governamental ou privada, nacional ou estrangeiro, independente do seu porte ou área de atuação.

Empresa Cidadã

Pelo décimo ano consecutivo, Furnas recebe certificado de Empresa Cidadã concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ), pela qualidade e abrangência das informações contábeis e socioambientais presentes no seu Relatório de Sustentabilidade.

O projeto do CRC-RJ, criado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e com a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio), objetiva incentivar a melhoria constante das informações contábeis e socioambientais publicadas nos relatórios de organizações de todos os portes, segmentos e regiões do País.

ISO 9001

A Divisão de Cadastro e Avaliação de Fornecedores foi auditada pelo Instituto de Controle da Qualidade Brasil (ICQ Brasil) e recebeu a certificação ISO 9001:2008 – que estabelece requisitos de gestão da qualidade necessários a uma empresa demonstrar sua capacidade para fornecer produtos que aumentem a satisfação do cliente.

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 – CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

13. PARTE B, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

13.1. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE

Não se aplica a Furnas.

13.2. INFORMAÇÕES SOBRE O FUNDO PARTIDÁRIO A SEREM PRESTADAS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS – TRE

Não se aplica a Furnas.

14. PARTE B, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

15. PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda, detalhado por publicidade institucional, legal, mercadológica, de utilidade pública e patrocínios, relacionando dotações orçamentárias dos programas de trabalho utilizados, valores e vigências dos contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda, e os valores e respectivos beneficiários de patrocínios culturais e esportivos

Publicidade Institucional**Contrato:** Arcos Propaganda Ltda.**Vigência do Contrato:** 10/02/2010 a 10/02/2013**Valor do Contrato:** R\$ 60.000.000,00

Campanha	PAD	Item PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Campeonato Carioca	1001	Institucional	11/jan	2.551.700,00
Guia Fone Fácil	1002	Institucional	10/jan	4.750,00
Rádio Itatiaia	1007	Institucional	02/mar	832.588,74
Carrinhos Elétricos Galeão	1011	Institucional	06/fev	40.256,25
Paineis Galeão	1012	Institucional	06/fev	267.401,25
Programa Gilberto Amaral	1017	Institucional	09/mar	158.874,54
Projeto Carnaval 2012 - Mídia	1021	Institucional	13/fev	52.250,00
Campanha 55 Anos Furnas	1022	Institucional	02/mar	6.158.147,15
Painéis Aeroportos Brasil	1024	Institucional	08/mar	2.177.400,02
Showbol SP	1027	Institucional	09/mar	342.000,00
JB On Line	1033	Institucional	09/abr	45.956,25
Liga Futsal 2012	1034	Institucional	13/abr	1.085.850,00
Renovação Carros Elétricos G	1036	Institucional	03/mai	23.750,00
Renovação Painéis Galeão	1037	Institucional	19/abr	802.203,75
Painel Ponte Rio-Niterói	1038	Institucional	19/abr	293.550,00
Showbol Seleções Nordeste	1044	Institucional	26/abr	154.375,00
Anuário Eólico	1047	Institucional	11/mai	17.128,22
Showbol Brasileiro	1050	Institucional	18/mai	456.000,00
Revista Folha	1052	Institucional	18/jun	9.120,00
Painéis Aeroporto Porto Velho	1053	Institucional	22/mai	117.670,41
Revista Justiça e Cidadania	1055	Institucional	06/jul	42.750,00
Usina de Simplício (Rádios)	1058	Institucional	18/jun	52.603,38
Liga Mundial de Vôlei 2012	1060	Institucional	25/mai	66.500,00
Camp. Enchimento Simplício	1067	Institucional	02/jul	54.026,31
55 Anos – Sustentação Internet	1073	Institucional	22/06	285.000,00
Grand Prix de Vôlei 2012	1074	Institucional	14/jun	56.406,25
55 Anos – Sustentação Cinema	1075	Institucional	28/jun	282.919,50
Revista Viver Brasil	1076	Institucional	27/jun	59.039,83
Queimadas	1080	Utilidade Pública	08/ago	3.750.224,67
Revista Adesg	1081	Institucional	02/ago	119.496,23
Renovação Painéis Galeão	1083	Institucional	29/jun	1.069.605,00
Renovação Carros Elétricos G	1084	Institucional	03/jul	161.025,00
Campanha Tijuco Preto	1094	Institucional	17/jul	43.612,03
Renovação Ponte Rio-Niterói	1095	Institucional	10/ago	274.022,22
Revista Justiça e Cidadania	1105	Institucional	10/out	27.208,00
Queimadas - Rádios	1108	Institucional	14/set	254.017,37
Camp. Usina Serra da Mesa	1111	Institucional	-	3.039,24
Jornal do Comércio	1112	Institucional	14/set	65.485,88

Campanha	PAD	Item PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Rádio Band News	1113	Institucional	21/set	145.755,58
Rádio Bradesco FM	1114	Institucional	17/set	95.667,36
Revista ACIE – 50 Anos	1117	Institucional	01/out	15.747,20
Sustentação 55 Anos - Internet	1122	Institucional	05/nov	101.726,00
Rádio MPB FM	1123	Institucional	24/out	115.481,86
Rádio Tupi	1124	Institucional	15/out	95.000,00
Prêmio Transparência Revistas	1125	Institucional	23/out	550.942,05
Revista Potencialidades	1135	Institucional	09/nov	11.841,67
Subtotal Geral Mídia				23.390.114,21

Produção	Siref - Ação	PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Produção Filme Institucional 55 Anos	1	Institucional	16/02/2012	896.100,00
Roteiro Filme 55 Anos	2	Institucional	15/02/2012	5.139,00
Produção Anúncio Carnaval 2012	4	Institucional	17/02/2012	9.405,60
Criação e Produção Spot 55 Anos	9	Institucional	29/02/2012	13.155,20
Finalização Anun. Guia Fone Fácil	10	Institucional	29/02/2012	696,40
Peças e Finalização - Camp. 55 Anos	11	Institucional	01/03/2012	15.135,20
Custo Geração Filme 55 Anos - Cinema	13	Institucional	01/03/2012	16.480,00
Produção Vídeo Mosaico “Viva Furnas”	14	Institucional	02/03/2012	26.127,43
Produção Filme (Documentário) J. Cotrim	15	Institucional	07/03/2012	282.309,78
Custo Geração 55 Anos	16	Institucional	06/03/2012	103.264,00
Produção Peças Internet Camp. 55 Anos	17	Institucional	05/03/2012	43.251,84
Criação E Produção Anun. Camp. 55anos	19	Institucional	19/03/2012	133.320,00
Custo Cópia Filme 55 Anos - Espn	20	Institucional	08/03/2012	1.068,00
Campanha 55 Anos – Produção Peças	21	Institucional	09/03/2012	40.740,00
Reutilização Spot Institucional 2011	22	Institucional	09/03/2012	1.250,00
Impressão DVD J. Cotrim	23	Institucional	09/03/2012	4.062,00
Produção Empena 55 Anos	24	Institucional	28/03/2012	5.775,00
Nova Finalização Filme 55 Anos (Lettering)	25	Institucional	27/03/2012	5.400,00
Produção e Instalação Empena BI C	26	Institucional	11/mai	72.531,65
Produção Arte Empenas Ponte e Barra	27	Institucional	11/abr	5.775,00
Animação Usina Simplício	28	Institucional	16/abr	50.556,97
Banner JB	29	Institucional	12/abr	4.232,81
Nova Produção Empena Bloco C	31	Institucional	17/mai	20.150,65
Locução Adicional Usina de Simplício	32	Institucional	22/mai	18.914,99
Portabilidade Mapa Digital	33	Institucional	23/mai	89.464,61
Anúncio Revista Eletrobras	34	Institucional	22/mai	487,60
Produção Áudio Queimadas	36	Utilidade Pública	13/jun	259.700,00
Finalização Anunc. Viver Brasil (Bonificação)	37	Institucional	11/jun	487,60
Produção Spot – Rd. Juventude FM	38	Institucional	11/jun	2.300,00

Campanha	PAD	Item PAC	Data da Conformidade	Valor (R\$)
Filme Usina Eólica Famosa I	39	Institucional	19/jun	52.002,79
Peças Internet (2ª Fase da Camp.)	40	Institucional	29/jun	3.588,14
Finalização Anúncio Viver Brasil	41	Institucional	27/jun	487,60
Finalização Anúncio Revista Folha	42	Institucional	27/jun	696,40
Produção Pen Drives Relatório Anual 2011	43	Institucional	27/jun	119.792,14
Produção Camp. Enchimento Simplicio	44	Institucional	03/jul	4.800,80
Relatório Anual 2011 - Impressão	45	Institucional	28/jun	85.121,26
Custo Das Vozes Queimadas 2011	46	Utilidade Pública	29/jun	155.000,00
Relatório Anual – Custo Interno	47	Institucional	16/jul	92.575,20
Finalização Anúnc. Revista Encontro	48	Institucional	10/jul	975,20
Internacionalização Mapa Digital	49	Institucional	13/jul	91.260,53
Implementação Canal YT	52	Institucional	15/ago	320.700,00
Custo Cópias E Geração Queimadas	53	Utilidade Pública	16/ago	68.815,00
Integração Mapa Digital Google Maps	54	Institucional	12/set	111.924,30
Produção Lona Fachada Real Grandeza	56	Institucional	14/set	20.043,75
Custo Relatório De Sustentabilidade	58	Institucional	26/set	165.721,78
Finalizações Anúncios - Diversos	59	Institucional	01/out	5.874,00
Produção Novas Placas Galeão	61	Institucional	10/out	13.300,50
Migração Mapa Digital - Droid	62	Institucional	08/out	160.211,03
Spots Rádios Esportivas	63	Institucional	15/out	4.030,00
Gravação Espera Telefônica Furnas	64	Institucional	18/out	2.138,00
Finalizações Diversas	65	Institucional	18/out	1.142,40
Anúncio Prêmio Transparência	66	Institucional	25/out	4.264,00
Integração Mapa Digital Google Maps - Droid	70	Institucional	14/nov	105.553,06
Internacionalização Mapa Digital - Droid	71	Institucional	14/nov	103.179,88
Mobilidade Cartão Virtual	72	Institucional	22/nov	74.243,81
Mobilidade Cartão Virtual IOS	73	Institucional	22/nov	108.308,41
Mobilidade Casa Virtual - Droid	74	Institucional	23/nov	201.506,50
Mobilidade Casa Virtual - IOS	75	Institucional	22/nov	179.485,10
Subtotal Geral Produção 2012				4.384.022,91
Total Mídia + Produção 2012				27.774.137,12

Publicidade Legal

Despesas com Publicidade Legal – Ano 2012

Agência Brasil – Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106148755	1.301,30	19/01/2012	165704	ESTADO DE MINAS
5106148753	1.834,56	19/01/2012	165703	CORREIO BRAZILIENSE
5106148743	1.260,00	19/01/2012	165328	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106148738	619,20	19/01/2012	165327	TRIBUNA DO NORTE

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106148735	1.260,00	19/01/2012	165326	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106148655	832,37	19/01/2012	165325	O POPULAR
5106148653	832,37	19/01/2012	165324	O POPULAR
5106148652	274,40	19/01/2012	164873	DIÁRIO DE FRANCA
5106148650	274,40	19/01/2012	164872	DIÁRIO DE FRANCA
5106148648	274,40	19/01/2012	164871	DIÁRIO DE FRANCA
5106146000	1.590,40	19/01/2012	164596	JORNAL DO COMMERCIO
5106145998	1.590,40	19/01/2012	164595	JORNAL DO COMMERCIO
5106145993	1.363,20	19/01/2012	164594	JORNAL DO COMMERCIO
5106145991	145,80	19/01/2012	164034	FOLHA DA MANHÃ
5106145988	145,80	19/01/2012	163462	FOLHA DA MANHÃ
5106145957	900,90	19/01/2012	163149	O POPULAR
5106145956	367,20	19/01/2012	162699	RÁDIO MÓDULO FM
5106145884	145,80	19/01/2012	161137	FOLHA DA MANHÃ
5106145881	156,52	19/01/2012	160359	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106145879	156,52	19/01/2012	160358	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106145876	156,52	23/01/2012	160357	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106151859	156,52	25/01/2012	161467	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106151857	156,52	25/01/2012	161466	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106151856	134,16	25/01/2012	161465	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106151855	820,12	25/01/2012	166425	FOLHA DE NOTICIAS
5106151854	1.572,48	25/01/2012	166424	CORREIO BRAZILIENSE
5106151851	1.572,48	25/01/2012	166423	CORREIO BRAZILIENSE
5106151848	594,55	25/01/2012	166422	O POPULAR
5106151846	1.590,40	25/01/2012	166069	JORNAL DO COMMERCIO
5106151844	2.376,00	25/01/2012	166068	CORREIO BRAZILIENSE
5106151841	921,60	25/01/2012	166067	O DIA
5106151837	1.136,00	25/01/2012	166066	JORNAL DO COMMERCIO
5106151830	1.590,40	25/01/2012	166065	JORNAL DO COMMERCIO
5106151828	1.136,00	25/01/2012	166064	JORNAL DO COMMERCIO
5106151826	1.136,00	25/01/2012	166063	JORNAL DO COMMERCIO
5106151824	1.590,40	25/01/2012	165334	JORNAL DO COMMERCIO
5106151822	1.590,40	25/01/2012	165333	JORNAL DO COMMERCIO
5106151818	1.136,00	25/01/2012	165332	JORNAL DO COMMERCIO
5106151816	1.363,20	25/01/2012	165331	JORNAL DO COMMERCIO
5106151810	1.136,00	25/01/2012	165330	JORNAL DO COMMERCIO
5106151806	1.363,20	25/01/2012	165329	JORNAL DO COMMERCIO
5106151997	1.075,20	31/01/2012	167139	JORNAL DO COMMERCIO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106151995	1.817,60	31/01/2012	167138	JORNAL DO COMMERCIO
5106151992	1.058,40	31/01/2012	167137	GAZETA DO POVO
5106151988	1.058,40	31/01/2012	167136	GAZETA DO POVO
5106151985	1.834,56	31/01/2012	167135	CORREIO BRAZILIENSE
5106151984	1.834,56	31/01/2012	167134	CORREIO BRAZILIENSE
5106151980	1.260,00	31/01/2012	167133	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106151970	1.136,00	31/01/2012	166725	JORNAL DO COMMERCIO
5106151969	1.590,40	31/01/2012	166724	JORNAL DO COMMERCIO
5106151961	1.363,20	31/01/2012	166723	JORNAL DO COMMERCIO
5106151960	1.363,20	31/01/2012	166722	JORNAL DO COMMERCIO
5106151958	1.363,20	31/01/2012	166721	JORNAL DO COMMERCIO
5106151955	1.136,00	31/01/2012	166720	JORNAL DO COMMERCIO
5106151877	1.209,60	31/01/2012	166719	GAZETA DO POVO
5106151876	1.834,56	31/01/2012	166718	CORREIO BRAZILIENSE
5106151875	1.834,56	31/01/2012	166717	CORREIO BRAZILIENSE
5106151873	2.115,00	31/01/2012	166716	A TARDE (BA)
5106151872	1.692,00	31/01/2012	166715	A TARDE (BA)
5106151871	1.692,00	31/01/2012	166714	A TARDE (BA)
5106151870	1.184,40	31/01/2012	166713	A GAZETA (MT)
5106154070	274,40	03/02/2012	169378	DIÁRIO DE FRANCA
5106153508	235,20	03/02/2012	169379	DIÁRIO DE FRANCA
5106153502	145,80	03/02/2012	169377	FOLHA DA MANHA
5106153499	145,80	03/02/2012	169376	FOLHA DA MANHA
5106153490	1.363,20	03/02/2012	169375	JORNAL DO COMMERCIO
5106153487	1.301,30	03/02/2012	169006	ESTADO DE MINAS
5106153481	1.301,30	03/02/2012	169005	ESTADO DE MINAS
5106153479	1.136,00	03/02/2012	169004	JORNAL DO COMMERCIO
5106153476	1.136,00	03/02/2012	169003	JORNAL DO COMMERCIO
5106153472	1.136,00	03/02/2012	169001	JORNAL DO COMMERCIO
5106153469	274,40	03/02/2012	168999	DIÁRIO DE FRANCA
5106153468	274,40	03/02/2012	168998	DIÁRIO DE FRANCA
5106153463	1.815,00	03/02/2012	168997	DIÁRIO DO NORDESTE
5106153454	1.537,80	03/02/2012	168996	DIÁRIO DO NORDESTE
5106153447	2.250,08	03/02/2012	168995	VALOR ECONOMICO
5106153417	1.346,40	03/02/2012	168992	O LIBERAL (PA)
5106153416	1.764,00	03/02/2012	168991	O LIBERAL (PA)
5106153414	1.346,40	03/02/2012	168990	O LIBERAL (PA)
5106153410	1.346,40	03/02/2012	168989	O LIBERAL (PA)

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106153406	1.346,40	03/02/2012	168988	O LIBERAL (PA)
5106153341	482,40	03/02/2012	168396	TRIBUNA DO NORTE (RN)
5106153339	562,80	03/02/2012	168395	TRIBUNA DI NORTE (RN)
5106153334	1.470,00	03/02/2012	168394	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106153331	1.974,00	03/02/2012	168393	A TARDE (BA)
5106153329	1.417,50	03/02/2012	168392	JORNAL DO COMMERCIO
5106153244	1.301,30	03/02/2012	168073	ESTADO DE MINAS
5106153242	1.474,20	03/02/2012	168072	ESTADO DE MINAS
5106153241	1.115,40	03/02/2012	168071	ESTADO DE MINAS
5106153239	1.115,40	03/02/2012	168070	ESTADO DE MINAS
5106153238	1.301,30	03/02/2012	168069	ESTADO DE MINAS
5106153237	1.301,30	03/02/2012	168068	ESTADO DE MINAS
5106153236	1.974,00	03/02/2012	168067	A TARDE (BA)
5106153235	1.974,00	03/02/2012	168066	A TARDE (BA)
5106153234	1.184,40	03/02/2012	168065	A GAZETA (MT)
5106153233	1.184,40	03/02/2012	168064	A GAZETA (MT)
5106153232	1.015,20	03/02/2012	168063	A GAZETA (MT)
5106153230	1.015,20	03/02/2012	168062	A GAZETA (MT)
5106153229	1.353,60	03/02/2012	168061	A GAZETA (MT)
5106153228	1.564,68	03/02/2012	167543	JORNAL DA TARDE
5106153227	1.564,68	03/02/2012	167542	JORNAL DA TARDE
5106153225	182,00	03/02/2012	167541	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106153224	626,40	03/02/2012	167540	MOGI NEWS
5106153223	748,00	03/02/2012	167539	O REGIONAL
5106153222	145,80	03/02/2012	167538	FOLHA DA MANHA
5106153220	1.363,20	03/02/2012	167537	JORNAL DO COMMERCIO
5106153218	1.363,20	03/02/2012	166735	JORNAL DO COMMERCIO
5106153217	1.363,20	03/02/2012	166732	JORNAL DO COMMERCIO
5106153216	1.590,40	03/02/2012	166731	JORNAL DO COMMERCIO
5106153214	1.590,40	03/02/2012	166730	JORNAL DO COMMERCIO
5106153194	1.590,40	03/02/2012	166729	JORNAL DO COMMERCIO
5106153192	1.363,20	03/02/2012	166728	JORNAL DO COMMERCIO
5106153189	1.136,00	03/02/2012	166727	JORNAL DO COMMERCIO
5106153187	1.136,00	03/02/2012	166726	JORNAL DO COMMERCIO
5106152426	156,00	03/02/2012	167142	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106152425	182,00	03/02/2012	167141	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106152424	182,00	03/02/2012	167140	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106154611	1.301,30	14/02/2012	174431	ESTADO DE MINAS

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106154610	235,20	14/02/2012	174430	DIÁRIO DE FRANCA
5106154604	1.719,90	14/02/2012	174056	ESTADO DE MINAS
5106154602	1.301,30	14/02/2012	174055	ESTADO DE MINAS
5106154599	1.301,30	14/02/2012	173644	ESTADO DE MINAS
5106154598	1.165,01	14/02/2012	173643	O POPULAR
5106154595	832,37	14/02/2012	173642	O POPULAR
5106154579	832,37	14/02/2012	173641	O POPULAR
5106154576	594,55	14/02/2012	173640	O POPULAR
5106154573	594,55	14/02/2012	173639	O POPULAR
5106154569	713,46	14/02/2012	173638	O POPULAR
5106154566	1.843,20	14/02/2012	173200	O DIA
5106154563	1.363,20	14/02/2012	173199	JORNAL DO COMMERCIO
5106154558	1.136,00	14/02/2012	173198	JORNAL DO COMMERCIO
5106154557	1.590,40	14/02/2012	173197	JORNAL DO COMMERCIO
5106154555	1.363,20	14/02/2012	173196	JORNAL DO COMMERCIO
5106154512	1.363,20	14/02/2012	173195	JORNAL DO COMMERCIO
5106154510	1.590,40	14/02/2012	173194	JORNAL DO COMMERCIO
5106154509	1.590,40	14/02/2012	173193	JORNAL DO COMMERCIO
5106154508	1.590,40	14/02/2012	173192	JORNAL DO COMMERCIO
5106154507	1.590,40	14/02/2012	173191	JORNAL DO COMMERCIO
5106154505	1.572,48	14/02/2012	172855	CORREIO BRAZILIENSE
5106154504	1.058,40	14/02/2012	172487	GAZETA DO POVO
5106154503	466,56	14/02/2012	172486	JORNAL BOM DIA
5106154502	6.890,40	14/02/2012	172105	ESTADO DE SÃO PAULO
5106154501	8.115,80	14/02/2012	172104	ESTADO DE SÃO PAULO
5106154500	8.115,80	14/02/2012	172103	ESTADO DE SÃO PAULO
5106154496	1.301,30	14/02/2012	172102	ESTADO DE MINAS
5106154495	1.136,00	14/02/2012	172101	JORNAL DO COMMERCIO
5106154491	1.590,40	14/02/2012	172100	JORNAL DO COMMERCIO
5106154490	1.572,48	14/02/2012	172099	CORREIO BRAZILIENSE
5106154488	2.772,00	14/02/2012	172098	CORREIO BRAZILIENSE
5106154486	1.834,56	14/02/2012	172097	CORREIO BRAZILIENSE
5106154485	274,40	14/02/2012	172096	DIÁRIO DE FRANCA
5106154404	2.258,62	14/02/2012	171116	ZERO HORA
5106154088	466,56	14/02/2012	171559	JORNAL BOM DIA
5106154087	1.590,40	14/02/2012	171558	JORNAL DO COMMERCIO
5106154086	1.470,00	14/02/2012	171557	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106154085	1.470,00	14/02/2012	171556	FOLHA DE PERNAMBUCO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106154084	1.935,96	14/02/2012	171118	ZERO HORA
5106154083	1.935,96	14/02/2012	171117	ZERO HORA
5106154082	2.710,34	14/02/2012	171115	ZERO HORA
5106154081	2.258,62	14/02/2012	171114	ZERO HORA
5106154080	2.258,62	14/02/2012	171113	ZERO HORA
5106154079	182,00	14/02/2012	170754	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106154078	1.537,80	14/02/2012	170752	DIÁRIO DO NORTE (CE)
5106154077	907,20	14/02/2012	170751	GAZETA DO POVO
5106154076	756,00	14/02/2012	170750	GAZETA DO POVO
5106154059	182,00	14/02/2012	170237	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106154054	1.115,40	14/02/2012	170236	ESTADO DE MINAS
5106154051	1.301,30	14/02/2012	170235	ESTADO DE MINAS
5106154050	1.301,30	14/02/2012	170234	ESTADO DE MINAS
5106154038	1.136,00	14/02/2012	170233	JORNAL DO COMMERCIO
5106154037	1.363,20	14/02/2012	170232	JORNAL DO COMMERCIO
5106154031	1.834,56	14/02/2012	170231	CORREIO BRAZILIENSE
5106154016	274,40	14/02/2012	170230	DIÁRIO DE FRANCA
5106154010	274,40	14/02/2012	170229	DIÁRIO DE FRANCA
5106154005	145,80	14/02/2012	171112	FOLHA DA MANHA
5106154000	1.590,40	14/02/2012	169755	JORNAL DO COMMERCIO
5106153998	145,80	14/02/2012	169007	FOLHA DA MANHA
5106153994	145,80	14/02/2012	169000	FOLHA DA MANHA
5106153988	145,80	14/02/2012	168994	FOLHA DA MANHA
5106153979	1.590,40	14/02/2012	166733	JORNAL DO COMMERCIO
5106153474	1.136,00	14/02/2012	169002	JORNAL DO COMMERCIO
5106153422	1.346,40	14/02/2012	168993	O LIBERAL (PA)
5106155801	2.250,08	15/02/2012	178857	VALOR ECONOMICO
5106155733	1.928,64	15/02/2012	178858	VALOR ECONOMICO
5106155731	1.685,60	15/02/2012	178856	JORNAL DO COMMERCIO
5106155730	1.685,60	15/02/2012	178855	JORNAL DO COMMERCIO
5106155728	1.444,80	15/02/2012	178854	JORNAL DO COMMERCIO
5106155727	1.590,40	15/02/2012	178600	JORNAL DO COMMERCIO
5106155726	1.136,00	15/02/2012	178599	JORNAL DO COMMERCIO
5106155721	1.590,40	15/02/2012	178598	JORNAL DO COMMERCIO
5106155717	1.363,20	15/02/2012	178597	JORNAL DO COMMERCIO
5106155716	1.136,00	15/02/2012	178596	JORNAL DO COMMERCIO
5106155714	1.444,80	15/02/2012	178473	JORNAL DO COMMERCIO
5106155695	562,80	15/02/2012	178472	TRIBUNA DO NORTE

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106155694	562,80	15/02/2012	178471	TRIBUNA DO NORTE
5106155688	145,80	15/02/2012	178470	FOLHA DA MANHÃ
5106154973	1.115,40	15/02/2012	178202	ESTADO DE MINAS
5106154972	1.115,40	15/02/2012	178201	ESTADO DE MINAS
5106154970	14.929,20	15/02/2012	178200	FOLHA DE SÃO PAULO
5106154969	1.301,30	15/02/2012	177949	ESTADO DE MINAS
5106154968	2.304,00	15/02/2012	177948	SUPER NOTÍCIA
5106154967	510,80	15/02/2012	177664	O VALE (S. J. DOS CAMPOS)
5106154966	510,80	15/02/2012	177663	O VALE (S.J. DOS CAMPOS)
5106154965	156,00	15/02/2012	176329	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106154959	6.956,40	15/02/2012	175875	ESTADO DE SÃO PAULO
5106154957	9.536,72	15/02/2012	175874	O GLOBO
5106154955	2.250,08	15/02/2012	175873	VALOR ECONOMICO
5106154951	2.918,40	15/02/2012	175119	O DIA
5106154949	1.800,00	15/02/2012	175118	SITE AMBIENTE ENERGIA
5106154933	145,80	15/02/2012	174942	FOLHA DA MANHÃ
5106154909	1.115,40	15/02/2012	174941	ESTADO DE MINAS
5106154908	1.136,00	15/02/2012	174940	JORNAL DO COMMERCIO
5106154906	1.363,20	15/02/2012	174939	JORNAL DO COMMERCIO
5106154904	907,20	15/02/2012	174938	GAZETA DO POVO
5106154897	874,80	15/02/2012	174741	JORNAL BOM DIA
5106154855	182,00	15/02/2012	174635	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106157292	1.945,44	24/02/2012	179521	CORREIO BRAZILIENSE
5106157290	274,40	24/02/2012	179520	DIÁRIO DE FRANCA
5106157283	8.762,60	24/02/2012	179317	ESTADO DE SÃO PAULO
5106157281	8.762,60	24/02/2012	179316	ESTADO DE SÃO PAULO
5106157278	1.590,40	24/02/2012	179315	JORNAL DO COMMERCIO
5106157276	1.204,00	24/02/2012	179314	JORNAL DO COMMERCIO
5106157274	1.444,80	24/02/2012	179313	JORNAL DO COMMERCIO
5106157273	1.204,00	24/02/2012	179312	JORNAL DO COMMERCIO
5106157105	1.363,20	24/02/2012	179311	JORNAL DO COMMERCIO
5106157103	1.590,40	24/02/2012	179310	JORNAL DO COMMERCIO
5106157102	1.136,00	24/02/2012	179309	JORNAL DO COMMERCIO
5106157098	1.136,00	24/02/2012	179308	JORNAL DO COMMERCIO
5106157096	1.136,00	24/02/2012	179307	JORNAL DO COMMERCIO
5106157094	1.590,40	24/02/2012	179306	JORNAL DO COMMERCIO
5106157068	1.685,60	24/02/2012	180609	JORNAL DO COMMERCIO
5106157044	1.590,40	24/02/2012	179305	JORNAL DO COMMERCIO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106157043	1.136,00	24/02/2012	179304	JORNAL DO COMMERCIO
5106157040	1.590,40	24/02/2012	179303	JORNAL DO COMMERCIO
5106157036	1.590,40	24/02/2012	179302	JORNAL DO COMMERCIO
5106157004	1.363,20	24/02/2012	179301	JORNAL DO COMMERCIO
5106157001	1.363,20	24/02/2012	179300	JORNAL DO COMMERCIO
5106156770	552,84	24/02/2012	180610	RÁDIO BOA VISTA FM
5106156764	1.685,60	24/02/2012	180608	JORNAL DO COMMERCIO
5106156760	1.685,60	24/02/2012	180607	JORNAL DO COMMERCIO
5106156759	1.685,60	24/02/2012	180606	JORNAL DO COMMERCIO
5106156757	1.444,80	24/02/2012	180605	JORNAL DO COMMERCIO
5106156752	1.945,44	24/02/2012	180604	CORREIO BRAZILIENSE
5106156742	182,00	24/02/2012	180386	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106156740	182,00	24/02/2012	180385	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106156737	274,40	24/02/2012	180384	DIÁRIO DE FRANCA
5106156734	1.404,48	24/02/2012	180195	ESTADO DE MINAS
5106156613	847,44	24/02/2012	180194	A TRIBUNA
5106156610	1.301,30	24/02/2012	179915	ESTADO DE MINAS
5106156609	1.115,40	24/02/2012	179914	ESTADO DE MINAS
5106156563	1.945,44	24/02/2012	179713	CORREIO BRAZILIENSE
5106156562	756,00	24/02/2012	179104	GAZETA DO POVO
5106156561	369,60	24/02/2012	179103	ENTRE RIOS
5106158678	274,40	05/03/2012	181948	DIÁRIO DE FRANCA
5106158677	235,20	05/03/2012	181947	DIÁRIO DE FRANCA
5106158674	196,00	05/03/2012	181946	DIÁRIO DE FRANCA
5106158672	7.510,80	05/03/2012	181802	ESTADO DE SÃO PAULO
5106158621	1.268,40	05/03/2012	181801	JORNAL DO COMMERCIO
5106158620	1.444,80	05/03/2012	181800	JORNAL DO COMMERCIO
5106158619	1.444,80	05/03/2012	181799	JORNAL DO COMMERCIO
5106158618	1.444,80	05/03/2012	181798	JORNAL DO COMMERCIO
5106158504	2.501,28	05/03/2012	181797	CORREIO BRAZILIENSE
5106158502	1.945,44	05/03/2012	181796	CORREIO BRAZILIENSE
5106158497	1.945,44	05/03/2012	181795	CORREIO BRAZILIENSE
5106158492	20.366,64	05/03/2012	181525	O GLOBO
5106158483	832,37	05/03/2012	181524	O POPULAR
5106158477	832,37	05/03/2012	181523	O POPULAR
5106158467	832,37	05/03/2012	181522	O POPULAR
5106158456	954,72	05/03/2012	181048	ESTADO DE MINAS
5106158412	2.488,36	05/03/2012	181047	SITE BRASIL ENERGIA

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106158405	1.404,48	05/03/2012	180831	ESTADO DE MINAS
5106158398	1.204,00	05/03/2012	180830	JORNAL DO COMMERCIO
5106158396	1.444,80	05/03/2012	180829	JORNAL DO COMMERCIO
5106158393	1.444,80	05/03/2012	180828	JORNAL DO COMMERCIO
5106160564	1.685,60	15/03/2012	182996	JORNAL DO COMMERCIO
5106160562	1.926,40	15/03/2012	182995	JORNAL DO COMMERCIO
5106160561	1.685,60	15/03/2012	182994	JORNAL DO COMMERCIO
5106160560	1.926,40	15/03/2012	182993	JORNAL DO COMMERCIO
5106160553	1.444,80	15/03/2012	182992	JORNAL DO COMMERCIO
5106160551	2.943,36	15/03/2012	182991	JORNAL DO COMMERCIO
5106160541	2.156,00	15/03/2012	182988	A TARDE
5106160427	2.156,00	15/03/2012	182987	A TARDE
5106160422	8.494,08	15/03/2012	182986	FOLHA DE SÃO PAULO
5106160420	33.976,32	15/03/2012	182985	FOLHA DE SÃO PAULO
5106160416	3.784,32	15/03/2012	182739	CORREIO BRAZILIENSE
5106160385	2.501,28	15/03/2012	182738	CORREIO BRAZILIENSE
5106160381	2.943,36	15/03/2012	182737	CORREIO BRAZILIENSE
5106160351	1.404,48	15/03/2012	182575	ESTADO DE MINAS
5106160347	1.404,48	15/03/2012	182574	ESTADO DE MINAS
5106160346	5.649,00	15/03/2012	182573	O GLOBO
5106160335	4.252,50	15/03/2012	182572	O GLOBO
5106160330	4.842,00	15/03/2012	182571	O GLOBO
5106160327	980,25	15/03/2012	182570	A CRÍTICA (AM)
5106160321	790,97	15/03/2012	182569	A CRÍTICA (AM)
5106160280	790,97	15/03/2012	182568	A CRÍTICA (AM)
5106160267	1.204,00	15/03/2012	182567	JORNAL DO COMMERCIO
5106160257	1.685,60	15/03/2012	182566	JORNAL DO COMMERCIO
5106162998	1.444,80	20/03/2012	184780	JORNAL DO COMMERCIO
5106162996	2.931,12	20/03/2012	184779	EXTRA
5106162993	594,55	20/03/2012	184778	O POPULAR
5106162987	1.926,40	20/03/2012	184777	JORNAL DO COMMERCIO
5106162984	1.204,00	20/03/2012	184776	JORNAL DO COMMERCIO
5106162982	1.444,80	20/03/2012	184775	JORNAL DO COMMERCIO
5106162093	5.649,00	20/03/2012	183752	O GLOBO
5106162092	5.649,00	20/03/2012	183751	O GLOBO
5106162091	1.360,80	20/03/2012	183750	GAZETA DO POVO
5106162090	1.360,80	20/03/2012	183749	GAZETA DO POVO
5106162089	1.058,40	20/03/2012	183748	GAZETA DO POVO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106162087	1.404,48	20/03/2012	183622	ESTADO DE MINAS
5106162086	1.497,87	20/03/2012	183621	O POPULAR
5106162083	1.165,01	20/03/2012	183620	O POPULAR
5106162080	274,40	20/03/2012	183619	DIÁRIO DE FRANCA
5106162079	274,40	20/03/2012	183618	DIÁRIO DE FRANCA
5106162073	1.444,80	20/03/2012	183491	JORNAL DO COMMERCIO
5106162071	1.764,00	20/03/2012	183490	O LIBERAL (PA)
5106162065	1.346,40	20/03/2012	183489	O LIBERAL (PA)
5106162062	1.346,40	20/03/2012	183487	O LIBERAL (PA)
5106162054	1.346,40	20/03/2012	183486	O LIBERAL (PA)
5106161953	145,80	20/03/2012	183485	FOLHA DA MANHÃ
5106161949	980,25	20/03/2012	183484	A CRÍTICA (AM)
5106158463	1.204,00	20/03/2012	181186	JORNAL DO COMMERCIO
5106163376	1.794,10	27/03/2012	184956	DIÁRIO DO NORDESTE
5106163374	2.419,20	27/03/2012	183761	GAZETA DO POVO
5106163371	1.881,60	27/03/2012	183760	GAZETA DO POVO
5106163370	1.058,40	27/03/2012	183759	GAZETA DO POVO
5106163367	1.881,60	27/03/2012	183758	GAZETA DO POVO
5106163366	9.387,00	27/03/2012	183757	O GLOBO
5106163307	12.069,00	27/03/2012	183756	O GLOBO
5106163304	9.387,00	27/03/2012	183755	O GLOBO
5106163300	7.654,50	27/03/2012	183754	O GLOBO
5106163180	7.263,00	27/03/2012	183753	O GLOBO
5106163173	3.035,52	27/03/2012	183303	O TEMPO
5106163167	2.350,08	27/03/2012	183302	O TEMPO
5106163166	2.350,08	27/03/2012	183301	O TEMPO
5106163164	2.656,08	27/03/2012	183300	O TEMPO
5106163162	2.056,32	27/03/2012	183299	O TEMPO
5106163160	2.056,32	27/03/2012	183298	O TEMPO
5106163158	832,37	27/03/2012	183297	O POPULAR
5106163157	832,37	27/03/2012	183296	O POPULAR
5106163150	1.070,19	27/03/2012	183295	O POPULAR
5106162976	62,64	27/03/2012	184417	O MOVIMENTO
5106162974	8.762,60	27/03/2012	184264	ESTADO DE SÃO PAULO
5106162970	8.762,60	27/03/2012	184265	ESTADO DE MINAS
5106162966	2.572,50	27/03/2012	184263	ESTADO DE MINAS
5106162960	1.203,84	27/03/2012	184083	ESTADO DE MINAS
5106162639	847,44	27/03/2012	183135	A TRIBUNA

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106162635	1.204,00	27/03/2012	183134	JORNAL DO COMMERCIO
5106162075	384,00	27/03/2012	183617	RADIO JURITI AM
5106162063	1.346,40	27/03/2012	183488	O LIBERAL (PA)
5106164875	1.404,48	29/03/2012	185488	ESTADO DE MINAS
5106164873	2.385,60	29/03/2012	185487	JORNAL DO COMMERCIO
5106164872	2.385,60	29/03/2012	185486	JORNAL DO COMMERCIO
5106164870	1.444,80	29/03/2012	185485	JORNAL DO COMMERCIO
5106164868	1.444,80	29/03/2012	185484	JORNAL DO COMMERCIO
5106164865	2.943,36	29/03/2012	185483	CORREIO BRAZILIENSE
5106164863	1.404,48	29/03/2012	185108	ESTADO DE MINAS
5106164859	1.404,48	29/03/2012	185107	ESTADO DE MINAS
5106164856	698,92	29/03/2012	184962	DIÁRIO CATARINENSE
5106164855	543,61	29/03/2012	184961	DIÁRIO CATARINENSE
5106164854	676,65	29/03/2012	184960	DIÁRIO CATARINENSE
5106164852	698,92	29/03/2012	184959	DIÁRIO CATARINENSE
5106164849	543,61	29/03/2012	184957	DIÁRIO CATARINENSE
5106164846	1.204,00	29/03/2012	184955	JORNAL DO COMMERCIO
5106164845	676,65	29/03/2012	184588	DIÁRIO CATARINENSE
5106164844	7.130,20	29/03/2012	184587	DIÁRIO DE SÃO PAULO
5106164839	1.444,80	29/03/2012	184586	JORNAL DO COMMERCIO
5106164836	1.794,10	29/03/2012	184416	DIÁRIO DO NORDESTE
5106164834	1.794,10	29/03/2012	184415	DIÁRIO DO NORDESTE
5106164829	1.794,10	29/03/2012	184414	DIÁRIO DO NORDESTE
5106164827	1.165,01	29/03/2012	184262	O POPULAR
5106164825	2.695,00	29/03/2012	184082	A TARDE (BA)
5106164809	2.695,00	29/03/2012	184081	A TARDE (BA)
5106164802	2.030,40	29/03/2012	184080	A GAZETA (MT)
5106164798	1.522,80	29/03/2012	184079	A GAZETA (MT)
5106164793	2.925,30	29/03/2012	184078	O TEMPO
5106164792	2.258,62	29/03/2012	183888	ZERO HORA
5106164780	4.517,24	29/03/2012	183887	ZERO HORA
5106160357	145,80	03/04/2012	182736	FOLHA DA MANHÃ
5106156997	145,80	03/04/2012	179299	FOLHA DA MANHÃ
5106165925	1.770,00	11/04/2012	186432	VALOR ECONOMICO
5106165923	1.685,60	11/04/2012	186430	JORNAL DO COMMERCIO
5106165922	1.204,00	11/04/2012	186429	JORNAL DO COMMERCIO
5106165920	1.444,80	11/04/2012	186428	JORNAL DO COMMERCIO
5106165916	277,76	11/04/2012	186112	RÁDIO PARANAÍBA

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106165915	295,80	11/04/2012	186111	RÁDIO PARANAÍBA
5106165913	555,52	11/04/2012	186110	RÁDIO PARANAÍBA
5106165912	591,60	11/04/2012	186109	RÁDIO PARANAÍBA
5106165907	2.695,00	11/04/2012	186108	A TARDE (BA)
5106165906	1.204,00	11/04/2012	186107	JORNAL DO COMMERCIO
5106165904	1.444,80	11/04/2012	186106	JORNAL DO COMMERCIO
5106165902	1.522,80	11/04/2012	186105	A GAZETA (MT)
5106165898	1.104,46	11/04/2012	185820	O DIA
5106165879	2.478,00	11/04/2012	185818	VALOR ECONOMICO
5106165876	1.764,00	11/04/2012	185817	O LIBERAL
5106165873	892,80	11/04/2012	185815	JORNAL DO TOCANTINS
5106164850	869,98	11/04/2012	184958	DIÁRIO CATARINENSE
5106168296	2.223,36	18/04/2012	188160	CORREIO BRZILIENSE
5106168295	1.404,48	18/04/2012	187970	ESTADO DE MINAS
5106168292	1.404,48	18/04/2012	187969	ESTADO DE MINAS
5106168291	1.203,84	18/04/2012	187968	ESTADO DE MINAS
5106168290	1.404,48	18/04/2012	187967	ESTADO DE MINAS
5106168287	1.843,20	18/04/2012	187535	SUPER NOTÍCIA
5106168280	2.925,30	18/04/2012	187534	O TEMPO
5106168271	3.565,10	18/04/2012	187533	DIÁRIO DE SÃO PAULO
5106168265	8.762,60	18/04/2012	187315	ESTADO DE SÃO PAULO
5106168234	8.762,60	18/04/2012	187314	ESTADO DE SÃO PAULO
5106168226	8.762,60	18/04/2012	187313	ESTADO DE SÃO PAULO
5106168100	8.762,60	18/04/2012	187312	ESTADO DE SÃO PAULO
5106168096	1.264,20	18/04/2012	187311	JORNAL DO COMMERCIO
5106168083	1.264,20	18/04/2012	187310	JORNAL DO COMMERCIO
5106168077	1.264,20	18/04/2012	187309	JORNAL DO COMMERCIO
5106167997	1.053,50	18/04/2012	187308	JORNAL DO COMMERCIO
5106167989	1.264,20	18/04/2012	187307	JORNAL DO COMMERCIO
5106167977	2.058,00	18/04/2012	187306	O LIBERAL
5106167975	3.889,20	18/04/2012	187305	DIÁRIO DE SÃO PAULO
5106167969	7.454,30	18/04/2012	187304	DIÁRIO DE SÃO PAULO
5106167961	3.466,80	18/04/2012	187303	DIÁRIO DE SÃO PAULO
5106167919	98.964,00	18/04/2012	187078	O GLOBO
5106167737	1.203,84	18/04/2012	187077	JORNAL DO TOCANTINS
5106167729	1.444,80	18/04/2012	186908	JORNAL DO COMMERCIO
5106167723	980,25	18/04/2012	186907	A CRÍTICA
5106167718	946,68	18/04/2012	186906	O DIA

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106167714	594,55	18/04/2012	186905	O POPULAR
5106167710	1.444,80	18/04/2012	186750	GAZETA DO POVO
5106167705	1.165,01	18/04/2012	186431	O POPULAR
5106165874	892,80	18/04/2012	185816	JORNAL DO TOCANTINS
5106162958	182,00	18/04/2012	184077	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106162952	182,00	18/04/2012	184076	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106162644	182,00	18/04/2012	183137	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106162641	156,00	18/04/2012	183136	JORNAL DA MANTIQUEIRA
5106169576	2.263,80	25/04/2012	189915	O TEMPO
5106169573	2.258,62	25/04/2012	189660	ZERO HORA
5106169570	1.264,20	25/04/2012	189658	JORNAL DO COMMERCIO
5106169568	1.474,90	25/04/2012	189657	JORNAL DO COMMERCIO
5106169559	1.264,20	25/04/2012	189226	JORNAL DO COMMERCIO
5106169558	1.264,20	25/04/2012	189225	JORNAL DO COMMERCIO
5106169556	1.474,90	25/04/2012	189224	JORNAL DO COMMERCIO
5106169554	1.053,50	25/04/2012	189223	JORNAL DO COMMERCIO
5106169551	1.264,20	25/04/2012	189222	JORNAL DO COMMERCIO
5106169549	1.053,50	25/04/2012	189221	JORNAL DO COMMERCIO
5106169548	1.264,20	25/04/2012	189220	JORNAL DO COMMERCIO
5106169544	1.264,20	25/04/2012	189219	JORNAL DO COMMERCIO
5106169540	2.223,36	25/04/2012	189218	CORREIO BRAZILIENSE
5106169533	2.903,94	25/04/2012	188453	ZERO HORA
5106169531	2.903,94	25/04/2012	188452	ZERO HORA
5106169518	3.162,07	25/04/2012	188451	ZERO HORA
5106169511	3.162,07	25/04/2012	188450	ZERO HORA
5106169510	2.258,62	25/04/2012	188449	ZERO HORA
5106169508	3.162,07	25/04/2012	188448	ZERO HORA
5106169475	676,65	25/04/2012	188443	DIÁRIO CATARINENSE
5106169575	32.280,00	26/04/2012	189914	O GLOBO
5106169571	1.053,50	26/04/2012	189659	JORNAL DO COMMERCIO
5106169567	16.163,40	26/04/2012	189228	FOLHA DE SÃO PAULO
5106169564	41.566,46	26/04/2012	189227	FOLHA DE SÃO PAULO
5106165892	722,40	26/04/2012	185819	TRIBUNA DO NORTE
5106172326	8.762,60	07/05/2012	190737	ESTADO DE SÃO PAULO
5106172325	8.762,60	07/05/2012	190736	ESTADO DE SÃO PAULO
5106172324	8.762,60	07/05/2012	190735	ESTADO DE SÃO PAULO
5106172323	6.259,00	07/05/2012	190734	ESTADO DE MINAS
5106172319	1.843,20	07/05/2012	190733	SUPER NOTÍCIA

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106172304	1.843,20	07/05/2012	190732	SUPER NOTÍCIA
5106172301	2.263,80	07/05/2012	190731	O TEMPO
5106172299	1.971,20	07/05/2012	190730	A TARDE
5106172182	939,41	07/05/2012	190490	A CRÍTICA
5106172181	939,41	07/05/2012	190489	A CRÍTICA
5106172177	1.264,20	07/05/2012	190488	JORNAL DO COMMERCIO
5106172174	928,80	07/05/2012	190487	GAZETA DO POVO
5106172172	928,80	07/05/2012	190486	GAZETA DO POVO
5106172170	812,70	07/05/2012	190485	GAZETA DO POVO
5106172166	1.404,48	07/05/2012	190190	ESTADO DE MINAS
5106172152	1.667,52	07/05/2012	190189	CORREIO BRAZILIENSE
5106172150	1.794,10	07/05/2012	190187	DIÁRIO DO NORDESTE
5106172144	4.891,18	07/05/2012	190186	O DIA
5106174313	466,56	09/05/2012	191630	JORNAL BOM DIA (S.J.RIO PRETO)
5106174311	2.581,28	09/05/2012	191427	ZERO HORA
5106174304	2.581,28	09/05/2012	191426	ZERO HORA
5106174300	621,26	09/05/2012	191425	DIÁRIO CATARINENSE
5106174297	621,26	09/05/2012	191424	DIÁRIO CATARINENSE
5106174292	4.277,38	09/05/2012	191208	FOLHA DE SÃO PAULO
5106174288	951,28	09/05/2012	191102	O POPULAR
5106174286	951,28	09/05/2012	191049	O POPULAR
5106174277	713,46	09/05/2012	191014	O POPULAR
5106174262	1.971,20	09/05/2012	190893	A TARDE
5106169505	722,40	09/05/2012	188447	TRIBUNA DO NORTE
5106169503	722,40	09/05/2012	188446	TRIBUNA DO NORTE
5106169501	562,80	09/05/2012	188445	TRIBUNA DO NORTE
5106169486	562,80	09/05/2012	188444	TRIBUNA DO NORTE
5106167957	1.190,70	09/05/2012	187302	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106167934	1.190,70	09/05/2012	187301	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106167928	1.190,70	09/05/2012	187300	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106167925	1.190,70	09/05/2012	187299	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106174319	20.800,80	10/05/2012	191632	DIÁRIO DE SÃO PAULO
5106174317	3.944,50	10/05/2012	191631	O DIA
5106175058	1.264,20	14/05/2012	192169	JORNAL DO COMMERCIO
5106175057	1.683,99	14/05/2012	192168	O LIBERAL
5106175056	1.683,99	14/05/2012	192167	O LIBERAL
5106175054	1.053,50	14/05/2012	191877	JORNAL DO COMMERCIO
5106175053	1.264,20	14/05/2012	191876	JORNAL DO COMMERCIO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106175048	1.264,20	14/05/2012	191875	JORNAL DO COMMERCIO
5106175037	1.264,20	14/05/2012	191874	JORNAL DO COMMERCIO
5106175034	1.685,60	14/05/2012	191873	JORNAL DO COMMERCIO
5106175033	1.264,20	14/05/2012	191872	JORNAL DO COMMERCIO
5106175028	1.474,90	14/05/2012	191871	JORNAL DO COMMERCIO
5106175022	643,20	14/05/2012	191870	TRIBUNA DO NORTE
5106175021	643,20	14/05/2012	191869	TRIBUNA DO NORTE
5106175020	1.667,52	14/05/2012	191868	CORREIO BRAZILIENSE
5106175005	1.360,80	14/05/2012	191867	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106175004	1.360,80	14/05/2012	191866	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106175000	1.190,70	14/05/2012	191865	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106175750	562,80	17/05/2012	215796	TRIBUNA DO NORTE
5106175748	562,80	17/05/2012	215795	TRIBUNA DO NORTE
5106175746	562,80	17/05/2012	215794	TRIBUNA DO NORTE
5106175744	2.435,30	17/05/2012	215793	JORNAL DO COMMERCIO
5106175742	1.474,90	17/05/2012	215792	JORNAL DO COMMERCIO
5106175741	1.474,90	17/05/2012	215791	JORNAL DO COMMERCIO
5106175740	1.053,50	17/05/2012	215790	JORNAL DO COMMERCIO
5106175739	1.474,90	17/05/2012	215789	JORNAL DO COMMERCIO
5106175738	20.149,20	17/05/2012	215274	CORREIO BRAZILIENSE – BALANÇO RESUMIDO 2011
5106175734	32.983,50	17/05/2012	215454	O GLOBO
5106175731	1.264,20	17/05/2012	215273	JORNAL DO COMMERCIO
5106175730	1.264,20	17/05/2012	215272	JORNAL DO COMMERCIO
5106175729	928,80	17/05/2012	192776	GAZETA DO POVO
5106175726	8.762,60	17/05/2012	192539	ESTADO DE SÃO PAULO
5106175724	1.770,00	17/05/2012	192538	VALOR ECONOMICO
5106178151	3.305.700,65	04/06/2012	216903	BALANÇO INTEGRAL 2011 - O GLOBO
5106179625	1.770,00	06/06/2012	219362	VALOR ECONIMICO
5106179624	2.124,00	06/06/2012	219361	VALOR ECONIMICO
5106179620	43.769,70	06/06/2012	219360	BALANÇO RESUMIDO 2011 – VALOR ECONOMICO
5106179619	16.286,40	06/06/2012	219359	BALANÇO RESUMIDO 2011 – HOJE EM DIA
5106179617	1.264,20	06/06/2012	218986	JORNAL DO COMMERCIO
5106179616	1.474,90	06/06/2012	218985	JORNAL DO COMMERCIO
5106179522	1.053,50	06/06/2012	218984	JORNAL DO COMMERCIO
5106179519	2.992,80	06/06/2012	218983	BALANÇO RESUMIDO 2011 – O ESTADÃO (RO)
5106179517	2.170,88	06/06/2012	218982	DIÁRIO DO NORDESTE
5106179515	951,27	06/06/2012	218981	O POPULAR
5106179512	951,27	06/06/2012	218980	O POPULAR - DNT.N

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106179397	1.264,20	06/06/2012	218979	JORNAL DO COMMERCIO
5106180237	13.417,80	11/06/2012	217895	BALANÇO RESUMIDO 2011 - A TRIBUNA
5106180235	1.739,50	11/06/2012	217893	JORNAL DO COMMERCIO
5106180233	1.739,50	11/06/2012	217892	JORNAL DO COMMERCIO
5106180232	1.971,20	11/06/2012	217891	A TARDE
5106180230	1.971,20	11/06/2012	217890	A TARDE
5106180037	1.404,48	11/06/2012	217889	ESTADO DE MINAS
5106179396	928,80	11/06/2012	218978	GAZETA DO POVO
5106179395	580,50	11/06/2012	218977	GAZETA DO POVO
5106179392	12.912,00	11/06/2012	218686	O GLOBO
5106179389	17.455,68	11/06/2012	218685	BALANÇO RESUMIDO 2011 – ESTADO DE MINAS
5106179388	1.404,48	11/06/2012	218684	ESTADO DE MINAS
5106178419	21.547,50	11/06/2012	218419	BALANÇO RESUMIDO 2011 – ZERO HORA
5106178417	4.500,00	11/06/2012	218418	BALANÇO RESUMIDO 2011 – A NOTÍCIA (SC)
5106178413	4.740,75	11/06/2012	218417	BALANÇO RESUMIDO 2011 – DIÁRIO CATARINENSE
5106178380	1.264,20	11/06/2012	217894	JORNAL DO COMMERCIO
5106178378	2.223,36	11/06/2012	217693	CORREIO BRAZILIENSE
5106178375	2.223,36	11/06/2012	217692	CORREIO BRAZILIENSE
5106178370	1.667,52	11/06/2012	217691	CORREIO BRAZILIENSE
5106178367	713,46	11/06/2012	217690	O POPULAR
5106178365	114.252,96	11/06/2012	217689	FOLHA DE SÃO PAULO – BALANÇO RESUMIDO
5106178356	1.685,60	11/06/2012	217376	JORNAL DO COMMERCIO
5106178352	16.128,00	11/06/2012	217369	BALANÇO RESUMIDO 2011 – SUPER NOTÍCIA
5106178345	23.608,32	11/06/2012	217368	BALANÇO RESUMIDO 2011 – DIÁRIO DO NORDESTE
5106178335	14.720,40	11/06/2012	217367	BALANÇO RESUMIDO 2011 - A GAZETA
5106178324	10.345,17	11/06/2012	217366	BALANÇO RESUMIDO 2011 - O POPULAR
5106177692	1.264,20	11/06/2012	217375	JORNAL DO COMMERCIO
5106177689	1.264,20	11/06/2012	217374	JORNAL DO COMMERCIO
5106177686	696,60	11/06/2012	217373	GAZETA DO POVO
5106177684	946,68	11/06/2012	217372	O DIA
5106177681	1.843,20	11/06/2012	217371	SUPER NOTÍCIA
5106177679	1.843,20	11/06/2012	217370	SUPER NOTÍCIA
5106177660	7.510,80	11/06/2012	216908	ESTADO DE SÃO PAULO
5106177657	9.500,00	11/06/2012	216907	BALANÇO RESUMIDO 2011 – ESTADO DE SÃO PAULO
5106177653	7.510,80	11/06/2012	216906	ESTADO DE SÃO PAULO
5106177650	12.001,50	11/06/2012	216905	BALANÇO RESUMIDO 2011 – BRASIL ECONOMICO
5106177643	6.994,80	11/06/2012	216904	BALANÇO RESUMIDO 2011 – TRIBUNA DO NORTE
5106177633	5.625,00	11/06/2012	216902	BALANÇO RESUMIDO 2011 – JORNAL DE BRASÍLIA

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106176425	4.065,52	11/06/2012	216651	ZERO HORA
5106176423	13.860,00	11/06/2012	216650	BALANÇO RESUMIDO 2011 - O TEMPO
5106176421	23.665,74	11/06/2012	216649	BALANÇO RESUMIDO 2011 – JORNAL DO COMMERCIO
5106176420	10.100,70	11/06/2012	216648	BALANÇO RESUMIDO 2011 – GAZETA DO POVO
5106176419	490,00	11/06/2012	216647	VALOR ECONOMICO
5106176418	1.770,00	11/06/2012	216474	VALOR ECONOMICO
5106176417	2.124,00	11/06/2012	216473	VALOR ECONOMICO
5106176414	1.685,60	11/06/2012	216168	JORNAL DO COMMERCIO
5106176401	1.770,00	11/06/2012	216015	VALOR ECONOMICO
5106176399	2.124,00	11/06/2012	216014	VALOR ECONOMICO
5106180640	2.258,62	20/06/2012	219759	ZERO HORA
5106180639	2.258,62	20/06/2012	219758	ZERO HORA
5106180638	18.808,32	20/06/2012	219542	FOLHA DE SÃO PAULO
5106180634	8.762,60	20/06/2012	219541	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106180633	16.273,40	20/06/2012	219540	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106180631	16.273,40	20/06/2012	219539	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106180628	643,20	20/06/2012	219538	TRIBUNA DO NORTE
5106180627	1.203,84	20/06/2012	219537	ESTADO DE MINAS
5106182769	1.053,50	22/06/2012	222019	JORNAL DO COMMERCIO
5106182765	946,68	22/06/2012	222018	O DIA
5106182748	1.264,20	22/06/2012	221715	JORNAL DO COMMERCIO
5106182746	1.264,20	22/06/2012	221714	JORNAL DO COMMERCIO
5106182744	1.474,90	22/06/2012	221713	JORNAL DO COMMERCIO
5106182737	1.264,20	22/06/2012	221712	JORNAL DO COMMERCIO
5106182734	1.264,20	22/06/2012	221711	JORNAL DO COMMERCIO
5106182590	2.124,00	25/06/2012	221710	VALOR ECONOMICO
5106182589	1.945,44	25/06/2012	221709	CORREIO BRAZILIENSE
5106182587	58.104,00	25/06/2012	221708	O GLOBO
5106182586	1.404,48	25/06/2012	220826	ESTADO DE MINAS
5106182584	1.474,90	25/06/2012	220825	JORNAL DO COMMERCIO
5106182580	1.264,20	25/06/2012	220824	JORNAL DO COMMERCIO
5106182578	1.053,50	25/06/2012	220823	JORNAL DO COMMERCIO
5106182573	1.264,20	25/06/2012	220822	JORNAL DO COMMERCIO
5106182570	1.264,20	25/06/2012	220821	JORNAL DO COMMERCIO
5106182557	1.053,50	25/06/2012	220820	JORNAL DO COMMERCIO
5106182552	1.264,20	25/06/2012	220819	JORNAL DO COMMERCIO
5106182550	1.474,90	25/06/2012	220818	JORNAL DO COMMERCIO
5106183946	1.264,20	29/06/2012	220065	JORNAL DO COMMERCIO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106183945	1.264,20	29/06/2012	220064	JORNAL DO COMMERCIO
5106183943	1.264,20	29/06/2012	220063	JORNAL DO COMMERCIO
5106183938	1.360,80	29/06/2012	220062	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106183937	1.360,80	29/06/2012	220061	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106183932	2.223,36	29/06/2012	220060	CORREIO BRAZILIENSE
5106183930	19.458,42	29/06/2012	220059	BALANÇO RESUMIDO 2011 – JORNAL DO COMMERCIO
5106183928	1.605,12	29/06/2012	220058	ESTADO DE MINAS
5106183919	1.605,12	29/06/2012	220057	ESTADO DE MINAS
5106184550	836,00	02/07/2012	222940	DIÁRIO DA REGIÃO
5106184548	836,00	02/07/2012	222939	DIÁRIO DA REGIÃO
5106184544	1.724,80	02/07/2012	222938	A TARDE
5106184542	1.474,90	02/07/2012	222489	JORNAL DO COMMERCIO
5106184536	1.474,90	02/07/2012	222488	JORNAL DO COMMERCIO
5106184530	12.518,00	02/07/2012	222487	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106184524	12.518,00	02/07/2012	222486	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106160548	145,80	09/08/2012	182990	FOLHA DA MANHÃ
5106160543	145,80	09/08/2012	182989	FOLHA DA MANHÃ
5106190981	713,46	10/08/2012	223598	O POPULAR
5106190972	2.478,00	10/08/2012	223208	VALOR ECONÔMICO
5106190960	12.518,00	10/08/2012	224539	ESTADO DE SÃO PAULO
5106190957	12.518,00	10/08/2012	224538	ESTADO DE SÃO PAULO
5106190953	5.649,00	10/08/2012	223792	O GLOBO
5106190659	821,99	10/08/2012	227823	A CRÍTICA
5106190651	846,00	10/08/2012	226769	A GAZETA
5106190647	580,50	10/08/2012	228049	GAZETA DO POVO
5106190640	812,70	10/08/2012	228052	GAZETA DO POVO
5106190632	12.518,00	10/08/2012	226016	ESTADO DE SÃO PAULO
5106190629	12.518,00	10/08/2012	226015	ESTADO DE SÃO PAULO
5106190627	7.510,80	10/08/2012	226014	ESTADO DE SÃO PAULO
5106190613	1.940,40	10/08/2012	225467	O TEMPO
5106190601	812,70	10/08/2012	225232	GAZETA DO POVO
5106190600	2.409,12	10/08/2012	225231	ZERO HORA
5106190596	598,99	10/08/2012	225229	DIÁRIO CATARINENSE
5106190565	2.087,40	10/08/2012	226427	JORNAL DO COMERCIO
5106190555	1.683,99	10/08/2012	227667	O LIBERAL
5106190535	713,46	10/08/2012	228784	O POPULAR
5106190534	836,00	10/08/2012	228376	DIÁRIO DA REGIÃO
5106190532	836,00	10/08/2012	228375	DIÁRIO DA REGIÃO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106190530	400,00	10/08/2012	228374	JORNAL DA MANHÃ
5106190529	400,00	10/08/2012	228373	JORNAL DA MANHÃ
5106190526	598,99	10/08/2012	229097	DIÁRIO CATARINENSE
5106190524	10.978,20	10/08/2012	229096	DIÁRIO DO SÃO PAULO
5106190522	400,00	10/08/2012	228372	JORNAL DA MANHÃ
5106190518	400,00	10/08/2012	228370	JORNAL DA MANHÃ
5106190516	1.724,80	10/08/2012	228598	A TARDE
5106190513	713,46	10/08/2012	228596	O POPULAR
5106190512	594,55	10/08/2012	228595	O POPULAR
5106186824	400,00	10/08/2012	223206	JORNAL DA MANHA
5106186802	400,00	10/08/2012	223205	JORNAL DA MANHA
5106186788	821,99	10/08/2012	223204	A CRÍTICA
5106199979	1.871,35	20/09/2012	230529	FOLHA DE SÃO PAULO
5106198236	1.053,50	20/09/2012	229435	JORNAL DO COMERCIO
5106198229	2.263,80	20/09/2012	232222	O TEMPO
5106198227	2.263,80	20/09/2012	232221	O TEMPO
5106198225	1.264,20	20/09/2012	232220	JORNAL DO COMERCIO
5106198223	1.264,20	20/09/2012	232219	JORNAL DO COMERCIO
5106198220	1.264,20	20/09/2012	232218	JORNAL DO COMERCIO
5106198219	1.474,90	20/09/2012	232217	JORNAL DO COMERCIO
5106198217	1.264,20	20/09/2012	232216	JORNAL DO COMERCIO
5106198216	1.264,20	20/09/2012	232215	JORNAL DO COMERCIO
5106198215	1.264,20	20/09/2012	232214	JORNAL DO COMERCIO
5106198212	1.264,20	20/09/2012	232213	JORNAL DO COMERCIO
5106198210	1.053,50	20/09/2012	232212	JORNAL DO COMERCIO
5106198208	1.053,50	20/09/2012	232211	JORNAL DO COMERCIO
5106198205	1.053,50	20/09/2012	232210	JORNAL DO COMERCIO
5106198200	1.264,20	20/09/2012	232209	JORNAL DO COMERCIO
5106198197	2.223,36	20/09/2012	231997	CORREIO BRAZILIENSE
5106198195	1.404,48	20/09/2012	231996	ESTADO DE MINAS
5106198190	836,00	20/09/2012	231521	DIARIO DA REGIÃO
5106198186	836,00	20/09/2012	231520	DIÁRIO DA REGIÃO
5106198185	2.223,36	20/09/2012	231519	CORREIO BRAZILIENSE
5106198183	2.223,36	20/09/2012	231378	CORREIO BRAZILIENSE
5106198179	643,20	20/09/2012	231143	TRIBUNA DO NORTE
5106198174	2.223,36	20/09/2012	231142	CORREIO BRAZILIENSE
5106198171	7.510,80	20/09/2012	230959	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106198167	8.762,60	20/09/2012	230958	O ESTADO DE SÃO PAULO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106198164	7.510,80	20/09/2012	230957	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106198161	300,20	20/09/2012	230955	CORREIO DO POVO
5106198160	713,46	20/09/2012	230954	O POPULAR
5106198158	15.333,00	20/09/2012	230726	O GLOBO
5106198156	1.053,50	20/09/2012	230725	JORNAL DO COMERCIO
5106198151	1.053,50	20/09/2012	230724	JORNAL DO COMERCIO
5106198148	1.264,20	20/09/2012	230723	JORNAL DO COMERCIO
5106198147	1.264,20	20/09/2012	230722	JORNAL DO COMERCIO
5106198144	1.264,20	20/09/2012	230721	JORNAL DO COMERCIO
5106198140	1.264,20	20/09/2012	230720	JORNAL DO COMERCIO
5106198046	562,80	20/09/2012	230531	TRIBUNA DO NORTE
5106198044	1.203,84	20/09/2012	230530	ESTADO DE MINAS
5106198030	7.510,80	20/09/2012	229727	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106198025	8.762,60	20/09/2012	229726	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106198021	8.762,60	20/09/2012	229725	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106198018	8.762,60	20/09/2012	229724	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106198012	1.190,70	20/09/2012	229723	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106198008	1.264,20	20/09/2012	229430	JORNAL DO COMERCIO
5106198006	1.053,50	20/09/2012	229431	JORNAL DO COMERCIO
5106197999	1.264,20	20/09/2012	229432	JORNAL DO COMERCIO
5106197995	1.474,90	20/09/2012	229433	JORNAL DO COMERCIO
5106197977	1.474,90	20/09/2012	229434	JORNAL DO COMERCIO
5106197972	1.264,20	20/09/2012	229436	JORNAL DO COMERCIO
5106197823	1.264,20	20/09/2012	229437	JORNAL DO COMERCIO
5106201022	1.770,00	01/10/2012	223209	VALOR ECONOMICO
5106201020	1.474,90	01/10/2012	224542	JORNAL DO COMERCIO
5106201019	1.264,20	01/10/2012	224541	JORNAL DO COMERCIO
5106201017	8.762,00	01/10/2012	224540	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106201014	8.228,64	01/10/2012	224537	FOLHA DE SÃO PAULO
5106201012	1.899,52	01/10/2012	228051	DIARIO DO NORDESTE
5106201009	10.014,40	01/10/2012	226017	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106201008	8.762,60	01/10/2012	226013	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106201007	1.945,44	01/10/2012	226012	CORREIO BRAZILIENSE
5106201006	3.419,64	01/10/2012	225751	EXTRA (RJ)
5106201005	580,50	01/10/2012	225750	GAZETA DO POVO
5106201004	696,60	01/10/2012	225749	GAZETA DO POVO
5106201001	1.474,90	01/10/2012	225238	JORNAL DO COMERCIO
5106201000	1.264,20	01/10/2012	225236	JORNAL DO COMERCIO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106200999	1.264,20	01/10/2012	225235	JORNAL DO COMERCIO
5106200998	1.685,60	01/10/2012	225234	JORNAL DO COMERCIO
5106200997	1.264,20	01/10/2012	225233	JORNAL DO COMERCIO
5106200996	1.474,90	01/10/2012	226423	JORNAL DO COMERCIO
5106200995	1.264,20	01/10/2012	225237	JORNAL DO COMERCIO
5106198872	1.264,20	01/10/2012	226424	JORNAL DO COMERCIO
5106198869	1.264,20	01/10/2012	226425	JORNAL DO COMERCIO
5106198865	1.474,90	01/10/2012	226426	JORNAL DO COMERCIO
5106198859	1.264,20	01/10/2012	226952	JORNAL DO COMERCIO
5106198857	1.264,20	01/10/2012	226951	JORNAL DO COMERCIO
5106198849	1.404,48	01/10/2012	228788	ESTADO DE MINAS
5106198847	1.605,12	01/10/2012	228785	ESTADO DE MINAS
5106198844	832,37	01/10/2012	228597	O POPULAR
5106198839	1.264,20	01/10/2012	228594	JORNAL DO COMERCIO
5106198740	1.264,20	01/10/2012	228593	JORNAL DO COMERCIO
5106198738	1.053,50	01/10/2012	228592	JORNAL DO COMERCIO
5106198736	1.264,20	01/10/2012	228591	JORNAL DO COMERCIO
5106198733	1.184,40	01/10/2012	223207	A GAZETA
5106198709	1.264,20	01/10/2012	223203	JORNAL DO COMERCIO
5106198704	1.053,50	01/10/2012	226422	JORNAL DO COMERCIO
5106202867	1.264,20	08/10/2012	226771	JORNAL DO COMERCIO
5106202866	1.264,20	08/10/2012	226770	JORNAL DO COMERCIO
5106202179	890,88	08/10/2012	224679	O DIARIO - FRUTAL (MG)
5106202870	1.770,00	10/10/2012	228050	VALOR ECONOMICO
5106202854	1.899,52	10/10/2012	224310	DIARIO DO NORDESTE
5106202829	832,37	10/10/2012	223597	O POPULAR
5106202187	233,28	10/10/2012	227665	PONTAL
5106202186	233,28	10/10/2012	227664	PONTAL
5106202185	233,28	10/10/2012	227663	PONTAL
5106202184	233,28	10/10/2012	227662	PONTAL
5106202183	233,28	10/10/2012	227405	PONTAL
5106202177	1.190,70	10/10/2012	226624	FOLHA DE PERNAMBUCO
5106201013	33.087,00	10/10/2012	227824	O GLOBO
5106201010	8.762,60	10/10/2012	226018	O ESTADO DE SÃO PAULO
5106202771	475,20	11/10/2012	234245	MOGI NEWS
5106202770	1.940,40	11/10/2012	234244	O TEMPO
5106202769	1.940,40	11/10/2012	234243	O TEMPO
5106202764	1.264,20	11/10/2012	234239	JORNAL DO COMERCIO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106202762	1.264,20	11/10/2012	234238	JORNAL DO COMERCIO
5106202757	1.264,20	11/10/2012	234237	JORNAL DO COMERCIO
5106202755	8.762,60	11/10/2012	234092	ESTADO DE SÃO PAULO
5106202754	8.762,60	11/10/2012	234091	ESTADO DE SÃO PAULO
5106202753	793,60	11/10/2012	234090	JORNAL DO TOCANTINS
5106202743	1.971,20	11/10/2012	233573	A TARDE
5106202741	1.971,20	11/10/2012	233572	A TARDE
5106202728	1.264,20	11/10/2012	233337	JORNAL DO COMERCIO
5106202727	1.264,20	11/10/2012	233336	JORNAL DO COMERCIO
5106202725	1.053,50	11/10/2012	233335	JORNAL DO COMERCIO
5106202724	1.264,20	11/10/2012	233334	JORNAL DO COMERCIO
5106202723	5.590,00	11/10/2012	233333	VALOR ECONOMICO
5106202721	5.590,00	11/10/2012	233332	VALOR ECONOMICO
5106202719	2.478,00	11/10/2012	233331	VALOR ECONOMICO
5106202717	2.478,00	11/10/2012	233330	VALOR ECONOMICO
5106202715	1.770,00	11/10/2012	233329	VALOR ECONOMICO
5106202713	1.971,20	11/10/2012	233328	A TARDE
5106202712	928,80	11/10/2012	233026	GAZETA DO POVO
5106202711	928,80	11/10/2012	233025	GAZETA DO POVO
5106202709	928,80	11/10/2012	233024	GAZETA DO POVO
5106202704	1.770,00	11/10/2012	233022	VALOR ECONOMICO
5106202699	2.840,04	11/10/2012	233021	O DIA
5106202690	35.508,00	11/10/2012	232810	O GLOBO
5106204040	1.264,20	16/10/2012	237107	JORNAL DO COMERCIO
5106204000	7.510,80	16/10/2012	238214	ESTADO DE SÃO PAULO
5106203997	1.789,28	16/10/2012	238212	JORNAL DO COMERCIO
5106203994	1.789,28	16/10/2012	238210	JORNAL DO COMERCIO
5106203991	1.353,60	16/10/2012	238209	A GAZETA
5106203990	928,80	16/10/2012	237816	GAZETA DO POVO
5106203989	928,80	16/10/2012	237815	GAZETA DO POVO
5106203986	1.683,99	16/10/2012	237684	O LIBERAL
5106203984	25.365,00	16/10/2012	237683	O GLOBO
5106203982	1.264,20	16/10/2012	237682	JORNAL DO COMERCIO
5106203981	1.264,20	16/10/2012	237681	JORNAL DO COMERCIO
5106203980	1.264,20	16/10/2012	237680	JORNAL DO COMERCIO
5106203979	19.983,84	16/10/2012	237679	FOLHA DE SÃO PAULO
5106203976	1.474,90	16/10/2012	237678	JORNAL DO COMERCIO
5106203972	1.264,20	16/10/2012	237677	JORNAL DO COMERCIO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106203971	2.170,88	16/10/2012	237525	DIARIO DO NORDESTE
5106203969	2.170,88	16/10/2012	237524	DIARIO DO NORDESTE
5106203968	2.170,88	16/10/2012	237523	DIARIO DO NORDESTE
5106203966	4.102,28	16/10/2012	237296	O DIA
5106203958	1.353,60	16/10/2012	237293	A GAZETA
5106203955	1.264,20	16/10/2012	237109	JORNAL DO COMERCIO
5106203951	1.264,20	16/10/2012	237108	JORNAL DO COMERCIO
5106203944	1.264,20	16/10/2012	237106	JORNAL DO COMERCIO
5106203942	1.264,20	16/10/2012	237105	JORNAL DO COMERCIO
5106203940	1.264,20	16/10/2012	237104	JORNAL DO COMERCIO
5106203937	1.770,00	16/10/2012	236924	VALOR ECONOMICO
5106203935	1.794,10	16/10/2012	236644	DIARIO DO NORDESTE
5106203932	2.478,00	16/10/2012	236643	VALOR ECONOMICO
5106203928	2.478,00	16/10/2012	236642	VALOR ECONOMICO
5106203927	5.590,00	16/10/2012	236641	VALOR ECONOMICO
5106203924	1.474,90	16/10/2012	236327	JORNAL DO COMERCIO
5106203905	1.053,50	16/10/2012	236326	JORNAL DO COMERCIO
5106203901	1.264,20	16/10/2012	236325	JORNAL DO COMERCIO
5106203899	1.474,90	16/10/2012	236324	JORNAL DO COMERCIO
5106203895	1.264,20	16/10/2012	236323	JORNAL DO COMERCIO
5106203874	1.264,20	16/10/2012	236322	JORNAL DO COMERCIO
5106203855	1.474,90	16/10/2012	236321	JORNAL DO COMERCIO
5106203852	2.783,20	16/10/2012	236320	JORNAL DO COMERCIO
5106203845	1.264,20	16/10/2012	236319	JORNAL DO COMERCIO
5106203826	1.474,90	16/10/2012	236318	JORNAL DO COMERCIO
5106203824	2.783,20	16/10/2012	236317	JORNAL DO COMERCIO
5106203812	8.762,60	16/10/2012	235802	ESTADO DE SÃO PAULO
5106203805	2.223,36	16/10/2012	235800	CORREIO BRAZILIENSE
5106203793	2.366,70	16/10/2012	235226	O DIA
5106203781	1.264,20	16/10/2012	234606	JORNAL DO COMERCIO
5106203780	1.264,20	16/10/2012	234605	JORNAL DO COMERCIO
5106203778	1.264,20	16/10/2012	234604	JORNAL DO COMERCIO
5106203728	1.264,20	16/10/2012	234603	JORNAL DO COMERCIO
5106203721	1.264,20	16/10/2012	234602	JORNAL DO COMERCIO
5106203715	8.762,60	16/10/2012	235801	ESTADO DE SÃO PAULO
5106203707	1.264,20	16/10/2012	235644	JORNAL DO COMERCIO
5106203706	1.264,20	16/10/2012	235643	JORNAL DO COMERCIO
5106216756	1.446,48	14/12/2012	228371	CORREIO POPULAR

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106216681	1.404,48	14/12/2012	225465	ESTADO DE MINAS
5106215697	10.014,40	14/12/2012	238213	ESTADO DE SP
5106215696	1.789,28	14/12/2012	238211	JORNAL DO COMERCIO
5106215693	2.263,80	14/12/2012	237295	O TEMPO
5106215691	2.263,80	14/12/2012	237294	O TEMPO
5106215688	10.014,40	14/12/2012	236056	ESTADO DE SP
5106215683	2.223,36	14/12/2012	236055	CORREIO BRAZILIENSE
5106215680	2.223,36	14/12/2012	236054	CORREIO BRAZILIENSE
5106215669	832,37	14/12/2012	236053	O POPULAR
5106215665	1.404,48	14/12/2012	235647	ESTADO DE MINAS
5106215656	1.404,48	14/12/2012	235646	ESTADO DE MINAS
5106215654	1.605,12	14/12/2012	235645	ESTADO DE MINAS
5106215650	694,40	14/12/2012	235225	JORNAL DO TOCANTINS
5106215646	694,40	14/12/2012	234601	JORNAL DO TOCANTINS
5106215643	1.404,48	14/12/2012	234389	ESTADO DE MINAS
5106215638	832,37	14/12/2012	234388	O POPULAR
5106215635	951,28	14/12/2012	234242	O POPULAR
5106215627	951,28	14/12/2012	234241	O POPULAR
5106215617	951,28	14/12/2012	234240	O POPULAR
5106215607	951,28	14/12/2012	234236	O POPULAR
5106215599	52.261,35	14/12/2012	233571	FOLHA DE SÃO PAULO
5106215596	1.945,44	14/12/2012	233340	CORREIO BRAZILIENSE
5106215594	1.945,44	14/12/2012	233339	CORREIO BRAZILIENSE
5106215588	2.263,80	14/12/2012	233338	O TEMPO
5106215584	1.404,48	14/12/2012	233023	ESTADO DE MINAS
5106215581	1.404,48	14/12/2012	228787	ESTADO DE MINAS
5106215577	1.404,48	14/12/2012	228786	ESTADO DE MINAS
5106215574	15.281,76	14/12/2012	227666	FOLHA DE SÃO PAULO
5106215566	233,28	14/12/2012	227404	PONTAL
5106215563	1.152,36	14/12/2012	227142	JORNAL DE NEGOCIOS
5106215555	2.263,80	14/12/2012	226950	O TEMPO
5106215547	2.263,80	14/12/2012	225466	O TEMPO
5106215531	1.104,46	14/12/2012	225230	O DIA
5106215527	534,86	14/12/2012	225228	O DIARIO
5106215519	534,86	14/12/2012	225227	O DIARIO
5106215514	562,80	14/12/2012	224932	TRIBUNA DO NORTE
5106215499	534,86	14/12/2012	223601	O DIARIO
5106215490	534,86	14/12/2012	223600	O DIARIO

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106215487	832,37	14/12/2012	223599	O POPULAR
5106215483	534,86	14/12/2012	223361	O DIARIO
5106217172	1.945,44	20/12/2012	240141	CORREIO BRAZILIENSE
5106217171	20.175,00	20/12/2012	240140	O GLOBO
5106217170	6.259,00	20/12/2012	239944	ESTADO DE SP
5106217168	1.203,84	20/12/2012	239943	ESTADO DE MINAS
5106217150	6.416,07	20/12/2012	239942	FOLHA DE SÃO PAULO
5106217149	928,80	20/12/2012	239941	GAZETA DO POVO
5106217148	643,20	20/12/2012	239697	TRIBUNA DO NORTE
5106217147	643,20	20/12/2012	239696	TRIBUNA DO NORTE
5106217146	643,20	20/12/2012	239695	TRIBUNA DO NORTE
5106217145	2.263,80	20/12/2012	239694	O TEMPO
5106217144	1.685,60	20/12/2012	239693	JORNAL DO COMERCIO
5106217139	475,20	20/12/2012	239443	MOGI NEWS
5106217137	1.070,19	20/12/2012	239442	O POPULAR
5106217135	951,28	20/12/2012	239441	O POPULAR
5106217134	951,28	20/12/2012	239440	O POPULAR
5106217130	1.264,20	20/12/2012	239439	JORNAL DO COMERCIO
5106217126	1.264,20	20/12/2012	239438	JORNAL DO COMERCIO
5106217121	1.474,90	20/12/2012	239437	JORNAL DO COMERCIO
5106217120	1.264,20	20/12/2012	239436	JORNAL DO COMERCIO
5106217117	1.264,20	20/12/2012	238963	JORNAL DO COMERCIO
5106217113	1.971,20	20/12/2012	238962	A TARDE
5106217110	1.971,20	20/12/2012	238961	A TARDE
5106217106	1.971,20	20/12/2012	238960	A TARDE
5106217102	1.264,20	20/12/2012	238959	JORNAL DO COMERCIO
5106217096	1.264,20	20/12/2012	238958	JORNAL DO COMERCIO
5106217449	1.203,84	26/12/2012	243588	ESTADO DE MINAS
5106217447	1.264,20	26/12/2012	243587	JORNAL DO COMERCIO
5106217434	3.131,10	26/12/2012	243586	JORNAL DO COMERCIO
5106217431	1.474,90	26/12/2012	243585	JORNAL DO COMERCIO
5106217425	1.053,50	26/12/2012	243584	JORNAL DO COMERCIO
5106217424	1.264,20	26/12/2012	243583	JORNAL DO COMERCIO
5106217423	145,80	26/12/2012	243582	FOLHA DA MANHÃ
5106217421	145,80	26/12/2012	243581	FOLHA DA MANHÃ
5106217419	145,80	26/12/2012	243580	FOLHA DA MANHÃ
5106217417	6.759,72	26/12/2012	243285	ESTADO DE SP
5106217414	7.886,34	26/12/2012	243284	ESTADO DE SP

Nº do Doc. Contábil	Valor (R\$)	Data do Pagamento	Nota Fiscal	Veículo
5106217412	2.124,00	26/12/2012	243283	VALOR ECONOMICO
5106217411	1.224,00	26/12/2012	243282	HOJE EM DIA
5106217408	2.051,14	26/12/2012	242968	O DIA
5106217406	694,40	26/12/2012	242967	JORNAL DO TOCANTINS
5106217404	1.264,20	26/12/2012	242704	JORNAL DO COMERCIO
5106217403	1.264,20	26/12/2012	242703	JORNAL DO COMERCIO
5106217399	1.264,20	26/12/2012	242702	JORNAL DO COMERCIO
5106217396	1.474,90	26/12/2012	242701	JORNAL DO COMERCIO
5106217394	832,37	26/12/2012	242357	O POPULAR
5106217392	713,46	26/12/2012	242356	O POPULAR
5106217390	29.859,00	26/12/2012	242154	O GLOBO
5106217388	7.053,12	26/12/2012	242153	FOLHA DE SÃO PAULO
5106217385	2.117,50	26/12/2012	241877	DIÁRIO DO NORDESTE
5106217382	1.770,00	26/12/2012	241567	VALOR ECONOMICO
5106217379	5.206,74	26/12/2012	241566	O DIA
5106217377	1.474,90	26/12/2012	241565	JORNAL DO COMERCIO
5106217376	1.264,20	26/12/2012	241564	JORNAL DO COMERCIO
5106217374	1.053,50	26/12/2012	241562	JORNAL DO COMERCIO
5106217373	1.474,90	26/12/2012	241561	JORNAL DO COMERCIO
5106217372	1.264,20	26/12/2012	240659	JORNAL DO COMERCIO
5106217371	1.053,50	26/12/2012	240658	JORNAL DO COMERCIO
5106217369	1.264,20	26/12/2012	240657	JORNAL DO COMERCIO
5106217367	951,28	26/12/2012	240344	O POPULAR
5106217375	1.264,20	27/12/2012	241563	JORNAL DO COMERCIO
TOTAL	6.110.564,85			

Patrocínios

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio a Evento	9000000435	Clarion Events Brasil Exibições e Feiras Ltda., a título de patrocínio, com recursos para realização do evento <i>Wind Energy LatAm</i> 2012, realizado no período de 30 de janeiro a 01 de fevereiro de 2012, no Rio de Janeiro (RJ).	26/01/2012	26/01/2012	31/12/2012	65.300,00	Clarion Events Brasil Exposições e Feiras Ltda,	65.300,00
Patrocínio a Evento	9000000440	Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge), a título de patrocínio, com recursos para realização do IV JURE – Simpósio Jurídico das Empresas do Setor Elétrico –, realizado no período de 22 a 23 de março de 2012, no Rio de Janeiro (RJ).	19/03/2012	19/03/2012	31/12/2012	15.000,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge)	15.000,00
Patrocínio a Evento	9000000452	ACTA Diurna Marketing e Jornalismo Ltda., a título de patrocínio, com recursos para realização do 3º Congresso Fluminense de Municípios, realizado a no período de 03 e 04 de maio de 2012, no Centro de Convenções Sul América, no Rio de Janeiro (RJ).	22/05/2012	22/05/2012	31/12/2012	130.000,00	Acta Diurna Marketing e Jornalismo Ltda.	130.000,00
Patrocínio a Evento	9000000453	Associação Mineira de Municípios (AMM), a título de patrocínio, com recursos para realização do 29º Congresso Mineiro de Municípios, realizado no período de 08 a 10 de maio de 2012, em Belo Horizonte (MG).	22/05/2012	22/05/2012	31/12/2012	100.000,00	Associação Mineira de Municípios	100.000,00
Patrocínio a Evento	9000000502	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Fundação Renato Azeredo, a título de patrocínio, com recursos para realização da VI Semana da Engenharia da Universidade do Estado de Minas Gerais, realizada no período de 21 a 25 de maio de 2012, em João Monlevade (MG).	16/05/2012	16/05/2012	31/12/2012	2.000,00	Fundação Renato Azeredo	2.000,00
Patrocínio a Evento	9000000508	Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a título de patrocínio, com recursos para realização do Seminário de Responsabilidade Social, realizado no período de 11 de maio de 2012, em Fortaleza (CE).	03/05/2012	03/05/2012	31/12/2012	27.406,66	Associação Brasileira de Normas Técnicas	27.406,66

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio a Evento	9000000588	Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge), a título de patrocínio, com recursos para realização do V Simpósio de Suprimento e Logística das Empresas do Setor Elétrico – V SUPRE, realizado no período de 26 a 28 de junho de 2012, em Belo Horizonte (MG).	27/07/2012	27/07/2012	31/12/2012	45.670,00	Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Fundação Coge)	45.670,00
Patrocínio a Evento	9000000589	Instituto Venturi para Estudos Ambientais, a título de patrocínio, com recursos para realização do III Fórum Brasileiro de Energia, realizado no período de 11 a 13 de junho de 2012, em Foz do Iguaçu (PR).	20/06/2012	20/06/2012	31/12/2012	71.328,00	Instituto Venturi para Estudos Ambientais	71.328,00
Patrocínio a Evento	9000000590	Nouveau Promoções e Marketing Direto Ltda., a título de patrocínio, com recursos para realização do Congresso Mundial do ICLEI 2012, realizado no período de 14 a 17 de junho de 2012, em Belo Horizonte (MG).	26/06/2012	26/06/2012	31/12/2012	200.000,00	Nouveau Promoções e Marketing Direto Ltda.	200.000,00
Patrocínio a Evento	9000000591	Associação dos Restaurantes da Boa Lembrança, a título de patrocínio, com recursos para realização do Festival Gastronômico Rio Bom de Mesa, realizado no período de 26 de junho a 01 de julho de 2012, nas cidades Rio de Janeiro, Niterói, Petrópolis e Rio das Ostras (RJ).	23/07/2012	23/07/2012	31/12/2012	30.000,00	Associação dos Restaurantes da Boa Lembrança	30.000,00
Patrocínio a Evento	9000000596	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (Fundação Coppetec), a título de patrocínio, com recursos para realização do evento O Futuro é Sustentável: Tecnologia e Inovação para uma Economia Verde e Eliminação da Pobreza, realizado no período de 13 a 24 de junho de 2012, no Rio de Janeiro (RJ).	11/06/2012	11/06/2012	31/12/2012	299.900,00	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia	299.900,00
Patrocínio a Evento	9000000604	Associação Brasileira de Pontes e Estruturas (ABPE), a título de patrocínio, com recursos para realização do V Congresso Brasileiro de Pontes e Estruturas, realizado no período de 06 a 08 de junho de 2012, no Rio de Janeiro (RJ).	06/06/2012	06/06/2012	31/12/2012	25.000,00	Associação Brasileira de Pontes e Estruturas	25.000,00
Patrocínio a Evento	9000000612	Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção (ABENDI), a título de patrocínio, com recursos para realização do evento CONAEND & IEV 2012, a realizado no período de 16 a 19 de julho de 2012, em São Paulo (SP).	13/07/2012	13/07/2012	31/12/2012	36.000,00	Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção	36.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio a Evento	9000000631	Multieventos Organização e Gestão de Eventos Ltda. ME, a título de patrocínio, com recursos para realização do XIX Festival Internacional de Inverno de Música Erudita e Popular de Domingos Martins, realizado no período de 20 a 29 de julho de 2012, na cidade de Domingos Martins (ES).	18/07/2012	18/07/2012	31/12/2012	60.000,00	Multieventos Organização e Gestão de Eventos Ltda. ME	60.000,00
Patrocínio a Evento	9000000634	VB Editora e Comunicação Ltda., a título de patrocínio, com recursos para realização do evento Conexão Empresarial – Edição 2012, realizado no período de 14 a 17 de junho de 2012, em Araxá (MG).	28/06/2012	28/06/2012	31/12/2012	150.000,00	VB Editora e Comunicação Ltda.	150.000,00
Patrocínio a Evento	9000000649	Associação Brasileira da Propriedade Cultural, a título de patrocínio, com recursos para realização do XXXII Congresso Internacional de Propriedade Intelectual, realizado no período de 26 a 28 de agosto de 2012, em São Paulo (SP).	21/08/2012	21/08/2012	31/12/2012	30.000,00	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual	30.000,00
Patrocínio a Evento	9000000650	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), a título de patrocínio, com recursos para realização do evento ABINEE TEC 2012 - Fórum de Sustentabilidade, Energias Alternativas e Eficiência Energética, realizado no período de 03 a 05 de setembro de 2012, em São Paulo (SP).	28/08/2012	28/08/2012	31/12/2012	50.000,00	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica	50.000,00
Patrocínio a Evento	9000000651	PMKT Consultoria Estratégica Ltda., a título de patrocínio, com recursos para realização do evento 6º Encontro Empresarial Na Mão Certa, realizado no dia 22 de agosto de 2012, em São Paulo (SP).	20/08/2012	20/08/2012	31/12/2012	15.000,00	PMKT Consultoria Estratégica Ltda.	15.000,00
Patrocínio a Evento	9000000652	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), a título de patrocínio, com recursos para realização do evento Troféu Transparência 2012, realizado no dia 20 de setembro de 2012, em São Paulo (SP).	19/09/2012	19/09/2012	31/12/2012	90.000,00	Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade	90.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio a Evento	9000000653	Instituto Hartmann Regueira, a título de patrocínio, com recursos para a realização do I Fórum de Educação - <i>Bullying</i> , realizado no período de 31 de agosto a 1º de setembro de 2012, na cidade de Belo Horizonte (MG).	28/08/2012	28/08/2012	31/12/2012	15.000,00	Instituto Hartmann Regueira	15.000,00
Patrocínio a Evento	9000000655	Editora Jornal de Brasília Ltda., a título de patrocínio, com recursos para realização da 14ª edição do Prêmio <i>Top of Mind</i> , realizado no dia 21 de agosto de 2012, em Brasília (DF).	20/08/2012	20/08/2012	31/12/2012	98.000,00	Jornal de Brasília	98.000,00
Patrocínio a Evento	9000000662	Sociedade Brasileira de Proteção Elétrica (SBRAI), a título de patrocínio, com recursos para realização do evento GROUND 2012 & 5th LPE – <i>International Conference on Grounding and Earthing 2012 & 5th International Conference on Lightning Physics and Effects</i> , realizado de 25 a 29 de novembro de 2012, em Bonito (MS).	06/11/2012	06/11/2012	31/12/2012	30.000,00	Sociedade Brasileira de Proteção Elétrica SB-RAI	30.000,00
Patrocínio a Evento	9000000663	Sociedade Rádio e Televisão Alterosa S.A., a título de patrocínio, com recursos para realização do 11º Prêmio Furnas Ouro Azul, realizado em 17 de dezembro de 2012, em Belo Horizonte (MG).	08/11/2012	08/11/2012	31/12/2012	790.762,24	Sociedade Rádio e Televisão Alterosa S.A.	790.762,24
Patrocínio a Evento	9000000668	Viex Americas Organização de Feiras e Eventos Ltda., a título de patrocínio, com recursos para realização do 4º Fórum Nacional Eólico / Carta dos Ventos, realizado no período de 12 e 13 de novembro de 2012, em Salvador (BA).	06/11/2012	06/11/2012	31/12/2012	45.000,00	Viex Americas Organização de Feiras e Eventos Ltda.	45.000,00
Patrocínio a Evento	9000000669	Assessoria e Administração de Eventos Ltda., a título de patrocínio, com recursos para realização do XXIV Encontro Nacional da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais – XXIV Encontro Nacional da FENAFIM, realizado no período de 21 a 23 de novembro de 2012, em Belo Horizonte (MG).	14/11/2012	14/11/2012	31/12/2012	25.000,00	Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais	25.000,00
Patrocínio a Evento	9000000675	Banco da Providência, a título de patrocínio, com recursos para realização da 52ª Feira da Providência, realizada no período de 05 a 09 de dezembro de 2012, no Rio de Janeiro (RJ).	30/11/2012	30/11/2012	29/12/2013	80.000,00	Banco da Providência	80.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio Esportivo sem Incentivo	9000000592	Realização de evento que permite aos jovens das comunidades pacificadas do Rio de Janeiro (Vidigal e Mangueira) mostrarem seus talentos futebolísticos ao mundo inteiro utilizando a tecnologia da internet como plataforma. Por meio de <i>upload</i> de vídeos, captados por câmeras incorporadas ao campo estes jovens mostrarão suas capacidades no futebol em igualdade de condições. Os 12 jovens mais talentosos serão observados pelos times do Rio de Janeiro (Botafogo, Vasco e Fluminense) e 3 viajarão para a Itália para um estágio de uma semana no Inter de Milão.	25/05/2012	25/05/2012	28/12/2012	500.000,00	Sportplus Marketing Esportivo Ltda.	500.000,00
Patrocínio Esportivo com Incentivo	9000000678	Patrocínio ao Projeto FLA Olímpico - Esportes Aquáticos - Alto Rendimento	27/12/2012	27/12/2012	30/10/2013	450.000,00	Instituto Atleta Rubro Negro	450.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000424	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de exposição do artista Marcelo Ment, com apresentação de algumas de suas obras, feitas de telas, além de vídeos de suas intervenções urbanas pelo mundo. O objetivo da mostra é desenvolver e estimular a visitação e consumo de arte urbana pelo público e valorização desta e de seus artistas. A Exposição ocupou as galerias A e B do Espaço Cultural, no período compreendido entre 28 de janeiro e 04 de março de 2012.	12/01/2012	12/01/2012	02/05/2013	56.686,00	78 Rotações Produções e Eventos Culturais Ltda.	56.686,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000425	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 01 apresentação do show da pianista Paula Faour. Neste trabalho a pianista visita as obras de Marcos Valle e Burt Bacharach, apresentando novas concepções de arranjos que unem suas músicas, no dia 28 de janeiro de 2012.	16/01/2012	16/01/2012	16/06/2012	20.310,00	Nossa Vitória Produções e Serviços Gráficos Ltda. ME	20.310,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000428	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 01 apresentação do espetáculo musical do cantor, compositor e pianista Eduardo Dussek. Realizado no dia 02 de março de 2012.	02/02/2012	02/02/2012	31/12/2012	30.000,00	Tanto Silêncio Produções Ltda.	30.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000429	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de duas apresentações, nos dias 10 e 11 de março de 2012, do show Alma Lírica Brasileira, da cantora Mônica Salmaso, com participação do músico Teco Cardoso e do maestro Nelson Ayres.	10/02/2012	10/02/2012	31/12/2012	51.269,00	Turmalina Produções Artísticas Ltda. Me,	51.269,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000432	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 06 apresentações do espetáculo Felinda, no período de 17 de março a 01 de abril de 2012, aos sábados e domingos. O espetáculo é apresentado pelo grupo de teatro popular Companhia Carroça de Mamulengos, formado por músicos, palhaços e contadores de histórias, e tem como inspiração as canções, folguedos, contos e causos do povo brasileiro.	06/03/2012	06/03/2012	31/12/2012	72.600,00	Companhia Carroça de Mamulengos União dos Artistas	72.600,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000437	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de exposição do Artista Plástico Derlon Almeida no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, ocupando duas galerias, no período de 17 de março a 06 de maio de 2012. A exposição retrata a cultura popular nordestina, com base nas pesquisas do artista nas áreas de xilogravura e <i>street art</i> .	28/02/2012	28/02/2012	31/12/2012	36.927,00	Nuvem Produções Artísticas e Eventos Ltda.	36.927,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000438	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 03 apresentações do grupo Chicas, no espetáculo Chicas Celebram Jorge Mautner, baseado na obra deste compositor. Foram realizadas nos dias 20, 21 e 22 de abril de 2012.	23/03/2012	23/03/2012	31/12/2012	57.600,00	Zucca Produções Artísticas e Culturais Ltda.	57.600,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000439	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 01 show e 01 apresentação. No dia 13/04/2012, show de lançamento do cd Breves Minutos do cantor e compositor Zé Renato. No show, Zé Renato e seu quarteto de acento brasileiro-jazzístico traz com seu bom violão dando conta do recado na base harmônica, a liberdade para o quarteto enriquecer os arranjos com acordes inesperados. No dia 14/04/2012, apresentação do tradicional quarteto vocal Boca Livre, do qual Zé Renato faz parte desde sua criação em 1978.	16/03/2012	16/03/2012	31/12/2012	67.600,00	Primitá Assessoria, Produções e Serviços Artísticos Ltda.	67.600,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000443	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 04 espetáculos diferentes de contação de histórias, apresentados pela atriz Priscila Camargo, sendo os três primeiros voltados ao público infantil e o último voltado ao público adulto. Os espetáculos: Histórias da Mãe África, Caldeirão de Histórias, A Polegarina e Outras Histórias e Contos da Terra de Mil Povos foram apresentados nos dias 05, 12, 19 e 26 de maio de 2012.	02/04/2012	02/04/2012	31/12/2012	38.850,00	Hangar Produção Artísticas Ltda.	38.850,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000445	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 2 apresentações, nos dias 01 e 02 de junho, do show Brasileiros 3, lançamento da premiada trilogia Brasileiros do Hamilton de Holanda Quinteto, com show inspirado em grandes nomes da nossa história como Pixinguinha, Jacob do Bandolin, Baden Powell, entre outros.	10/05/2012	10/05/2012	02/05/2013	57.600,00	Brasileiros Produções Ltda.	57.600,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000462	Patrocínio ao projeto Outros Carnavais – Fotografias de Bina Fonyat, do segmento artes visuais, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	29/05/2012	29/05/2012	02/05/2013	60.100,00	Mariani Handofsky Projetos & Edições Ltda. me	60.100,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000465	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 06 apresentações do espetáculo Na Rotina dos Bares, que conta a história musical do Rio de Janeiro a partir dos bares da década de 40. Foram realizadas nos dias 16, 17, 23, 24 e 30/06 e 01/07/2012, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas. Além do espetáculo teatral, o projeto consiste também na realização de uma oficina denominada Do Poético ao Dramático, conduzida pelo autor e ator Marcos França, que tem como objetivo investigar possibilidades dramáticas em textos poéticos a partir do trabalho do ator.	30/05/2012	30/05/2012	31/12/2012	60.000,00	Marcos França Produções Artísticas Ltda.	60.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000506	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 02 shows do cantor Jards Macalé, nos dias 06 e 07 de julho.	19/06/2012	19/06/2012	31/12/2012	57.600,00	Maria do Carmo Braga Frate	57.600,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000509	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 06 apresentações do espetáculo teatral infanto-juvenil.	22/06/2012	22/06/2012	31/12/2012	95.000,00	Caleidoscópio Associação Cultural SC/ME	95.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000569	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de exposição da artista plástica Ana Durães. O projeto prevê exibição de 30 obras de grandes formatos e uma cenografia para ambientar o espaço com projeção e demais elementos.	10/07/2012	10/07/2012	02/05/2013	123.372,00	Clan Design e Programação Visual e Desenho Industrial Ltda.	123.372,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000597	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 01 apresentação, no dia 11/08/2012, do espetáculo musical MPB 4.	09/07/2012	09/07/2012	31/12/2012	37.600,00	Bateia Cultura Produções Artísticas Ltda. ME	37.600,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000598	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 03 apresentações musicais do espetáculo Conexão Sanfona: Gonzagão via Marcelo Caldi, nos dias 03, 04 e 05 de agosto.	13/07/2012	13/07/2012	31/12/2012	45.000,00	Carlos Belém Produções Artísticas e Culturais Ltda.	45.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000599	Realização, no Espaço Cultural Eletrobras Furnas, de 06 apresentações do espetáculo teatral Homens, Santos e Desertores.	13/07/2012	13/07/2012	31/12/2012	24.740,00	Casa dos Azulejos Produções Artísticas e Culturais Ltda.	24.740,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000630	Realização, no Espaço Furnas Cultural, de 08 apresentações, nos dias 15, 16, 22, 23, 29, 30/09 e 06 e 07/10/2012, do espetáculo teatral A Peça do Casamento.	20/08/2012	20/08/2012	31/12/2012	54.325,00	Primeira Página - Jornalismo e Comunicação Ltda.	54.325,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000640	Realização, no Espaço Furnas Cultural, de 02 apresentações do show musical da banda paraibana Cabruera, realizadas nos dias 19 e 20 de outubro de 2012.	10/09/2012	10/09/2012	02/05/2013	45.000,00	Renata Maria Gonçalves Mora	45.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000644	Realização, no Espaço Furnas Cultural, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2012, de 03 espetáculos de piano. O objetivo dos espetáculos é promover e difundir as origens da música erudita brasileira pelas obras de Chopin, Liszt, Alberto Neponuceno, Glauco Velasques, Leopoldo Miguez e Ernesto Nazareth.	03/10/2012	03/10/2012	31/12/2012	44.100,00	Dell'Arte Soluções Culturais Ltda.	44.100,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000647	Realização, no período de 19 de outubro de 2012 a 09 de dezembro de 2012, no Espaço Furnas Cultural, de exposição que reúne trabalhos de sete artistas, cubanos e brasileiros.	20/09/2012	20/09/2012	02/05/2013	56.372,00	QSP Consultoria e Projetos Culturais Ltda.	56.372,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000656	Realização, no Espaço Furnas Cultural, de 06 apresentações, nos dias 24 e 25 de novembro, 01 e 02, 08 e 09 de dezembro de 2012, do espetáculo teatral O Meu Sangue Ferve por Você.	01/11/2012	01/11/2012	31/12/2012	53.000,00	Entre Experiência, Cultura e Entretenimento Ltda.	53.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000658	Apresentação do show Dez Cordas do Brasil, do artista e maestro Jaime Alem.	05/11/2012	05/11/2012	02/05/2013	20.000,00	Musika Produções Artísticas Ltda.	20.000,00
Patrocínio Cultural sem Incentivo	9000000674	Projeto Multifonias PianOrquestra convida Manu Santos, Mariana Baltar e Maíra Freitas, do segmento Música.	17/12/2012	17/12/2012	02/05/2013	24.310,00	Gaia Produções Artísticas e Culturais Ltda.	24.310,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000431	Projeto Mulheres Luminosas, do segmento Artes Integradas/Artes Integradas, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 10-8809.	23/02/2012	23/02/2012	31/12/2012	50.000,00	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável	50.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000442	Projeto Plano Anual de Atividades e Manutenção 2012 do Instituto Inhotim, segmento Patrimônio Cultural/Museu, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 1111572.	19/03/2012	19/03/2012	31/12/2012	800.000,00	Instituto Cultural Inhotim	800.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000444	Projeto Projeto Literatudo, do segmento Artes Cênicas/Ações de capacitação e treinamento de pessoal, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 11-6885.	16/03/2012	16/03/2012	30/11/2012	150.000,00	Tempo Cultural Produções S/C Ltda.	150.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000450	Projeto Piano Itinerante com Miguel Proença, do segmento Música/Erudito, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 10-7075.	07/05/2012	07/05/2012	21/04/2013	200.000,00	Arsis Promoções Artísticas Ltda.	200.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000505	Projeto Grupo Corpo 2012, do segmento Artes Cênicas/Dança, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 119488.	15/06/2012	15/06/2012	31/12/2012	1.000.000,00	Corpo Ltda.	1.000.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000559	Projeto São João Carioca 2012, do segmento Música/Música Popular, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 120701	03/07/2012	03/07/2012	31/12/2012	500.000,00	Espiral Criação e Produção Cultural Ltda.	500.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000583	Projeto 42º Festival Nacional da Canção, do segmento Música/Música Popular	27/07/2012	27/07/2012	31/12/2012	150.000,00	FENAC Promoções e Eventos Ltda.	150.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000584	Projeto Festival Vale do Café 2012, do segmento Música/Música Instrumental através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 118483.	27/07/2012	27/07/2012	31/12/2012	80.000,00	Backstage Rio Empreendimentos e Produções Artísticas e Culturais Ltda.	80.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000629	Projeto Novas Perspectivas, do segmento Artes Cênicas/Ações de Capacitação e Treinamento de Pessoal, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 1111947.	11/07/2012	11/07/2012	30/05/2013	120.000,00	Grupo de Teatro Amador Cia de Teatro Contemporâneo	120.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000657	Projeto O Rio de Janeiro em Antigos Cartões Postais: Arquitetura e Paisagismo no Século XX, do segmento Humanidades/Edição de Livros, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 1012534.	11/10/2012	11/10/2012	31/12/2012	166.450,00	Leonardo de Mello Ribeiro Pinto	166.450,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000660	Projeto 50º Festival Villa Lobos, do segmento Música/Música Erudita, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 126514.	01/11/2012	01/11/2012	31/12/2012	200.000,00	Sarau Agência de Cultura Brasileira Ltda.	200.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000661	Projeto Pirai Fest Paladar Festival de Gastronomia e Cultura 2012 do segmento Música/Música Instrumental, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 126293.	19/10/2012	19/10/2012	31/12/2012	100.000,00	Veze Trê Produções e Eventos Ltda. ME	100.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000666	Projeto Corpo Cidadão, do segmento Artes Cênicas/Dança, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 1012433.	22/11/2012	22/11/2012	31/12/2012	300.000,00	Corpo Cidadão	300.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000673	Projeto Cinema Circulante A Caminhada Continua, do segmento Audiovisual/Difusão, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 113741.	27/11/2012	27/11/2012	31/12/2012	80.000,00	Epaminondas de Carvalho Filho	80.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000676	Projeto Parto para Liberdade: uma Breve História de Pedro Aleixo, do segmento Audiovisual/documentário, aprovado na Agência Nacional de Cinema (Ancine), sob o SALIC nº 100100, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	20/12/2012	20/12/2012	25/05/2013	300.000,00	Chediak Arte e Comunicação - Edição e Produção Artística Ltda.	300.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000677	Projeto Plano Anual de Atividades e Manutenção 2013 do Instituto Inhotim, do segmento Patrimônio Cultural/Preservação de Acervos Museológicos, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 128136, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada.	20/12/2012	20/12/2012	30/07/2013	300.000,00	Instituto Cultural Inhotim	300.000,00

Tipo	Nº	Objeto do Patrocínio	Data Assinatura	Início Vigência	Fim Vigência	Valor do Patrocínio (R\$)	Entidade Beneficiada	Valor Transferido em 2012 (R\$)
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000457	Projeto O Outro Lado do Vento, do segmento Audiovisual/longa-metragem, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado na Agência Nacional de Cinema (Ancine), sob o SALIC nº 090435.	29/05/2012	29/05/2012	31/12/2012	450.000,00	Cinelândia Brasil Produções Artísticas Ltda.	450.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000458	Projeto Coisas que a Gente não Vê, do segmento Artes Cênicas/Teatro, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 1114636.	29/05/2012	29/05/2012	31/12/2012	150.000,00	Alan Isidio de Abreu Produções Artísticas	150.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000482	Projeto Histórias de Alexandre, do segmento Artes Cênicas/Teatro, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 100360.	18/05/2012	18/05/2012	31/12/2012	70.000,00	M Baraka Projetos e Produções Culturais Ltda.	70.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000483	Projeto Histórias de Medo, do segmento Artes Cênicas/Teatro, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 120674.	25/05/2012	25/05/2012	31/12/2012	150.000,00	Hangar Produção Artísticas Ltda.	150.000,00
Patrocínio Cultural com Incentivo	9000000606	Projeto Quem Apagou a Luz?, do segmento Artes Cênicas/Teatro, através da liberação de recursos a serem transferidos à Patrocinada, aprovado no Ministério da Cultura, sob o PRONAC nº 117377.	28/06/2012	28/06/2012	02/04/2013	234.850,00	Cooperativa Paulista de Teatro	234.850,00
Total		74				10.317.627,90		10.317.627,90

Fonte: Sistema SAP/ERP e Departamento de Responsabilidade Sociocultural (DRS.P).

16. PARTE B, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

17. PARTE B, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

18. PARTE B, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

19. PARTE B, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

20. PARTE B, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

21. PARTE B, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

22. PARTE B, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

23. PARTE B, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

24. PARTE B, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

25. PARTE B, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

26. PARTE B, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

27. PARTE B, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

28. PARTE B, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

29. PARTE B, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

30. PARTE B, ITEM 18, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

31. PARTE B, ITEM 19, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

32. PARTE B, ITEM 20, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

33. PARTE B, ITEM 21, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

34. PARTE B, ITEM 22, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

35. PARTE B, ITEM 23, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

36. PARTE B, ITEM 24, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

37. PARTE B, ITEM 25, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

38. PARTE B, ITEM 26, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

39. PARTE B, ITEM 27, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

40. PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

41. PARTE B, ITEM 29, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

42. PARTE B, ITEM 30, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

43. PARTE B, ITEM 31, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

44. PARTE B, ITEM 32, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

45. PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

46. PARTE B, ITEM 34, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

47. PARTE B, ITEM 35, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica a Furnas.

48. PARTE B, ITEM 36, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Informações sobre as Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinadas

Identificação da Entidade

1. Nome

Real Grandeza

2. Razão Social

Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social

3. CNPJ

34.269.803/0001-68

4. Demonstrativo Anual

a) Valor Total da Folha de Pagamento Bruta dos Empregados Participantes

R\$ 1.465.658

* Informação contábil.

b) Valor Total das Contribuições Pagas pelos Empregados Participantes

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	37.644.147,21
Contribuição Definida (CD)	25.236.163,11
Total	62.880.310,32

c) Valor Total das Contribuições Pagas pela Patrocinadora

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	51.075.952,90
Contribuição Definida (CD)	21.898.767,59
Total	72.974.720,49

d) Valor Total de Outros Recursos Repassados pela Patrocinadora

Cobertura de despesas administrativas à FRG

Plano	Valor (R\$)
Benefício Definido (BD)	29.218.045,60
Contribuição Definida (CD)	3.125.522,49
13º Salário	221.728,51
Total	32.565.296,60

e) Discriminação da Razão ou Motivo do Repasse de Recursos que Não Sejam Contribuições

Discriminação	Valor (R\$)
Reconhecimento e Consolidação de Dívidas	231.573.704,96
Aluguel de edificações na Rua Real Grandeza, 219 (Blocos A, B e C)	41.046.833,49
Custeio Administrativo	136.197.678,87
Total	408.818.217,32

f) Valor Total por Tipo de Aplicação e Respectiva Fundamentação Legal

Os recursos garantidores são aplicados com base nas diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

g) Síntese da Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Não houve manifestação da secretaria de Previdência Complementar, extinta, atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

h) Avaliação da Política de Investimento da Entidade Fechada de Previdência Complementar, Evidenciando o Retorno das Aplicações, bem como sua Conformidade com a Resolução nº 3.792/2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN)

Política de Investimentos da FRG em 31.12.2012

Plano de Benefício Definido (BD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		Plano BD	Total FRG	
Renda Fixa	8.301.828.695	73,38	69,72	100,00
Renda Variável	2.246.106.899	19,86	18,86	70,00
Investimentos Estruturados	126.579.459	1,12	1,06	20,00
Imóveis	368.896.445	3,26	3,10	8,00
Empréstimos a participantes	269.216.919	2,38	2,26	15,00
Outros (Despesas a Pagar)	(90.810)	0,00	0,00	-
Total do Plano BD	11.312.537.607	100,00	95,01	

Plano de Contribuição Definida (CD)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		Plano CD	Total FRG	
Renda Fixa	253.943.950	61,73	2,13	100,00
Renda Variável	110.063.746	26,75	0,92	70,00
Investimentos Estruturados	8.238.925	2,00	0,08	20,00
Empréstimos a participantes	39.155.919	9,52	0,33	15,00
Outros (Despesas a Pagar)	2.014	0,00	0,00	-
Total do Plano CD	411.404.555	100,00	3,46	

Fundos Assistenciais (FA)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites ANS* Nº 159 (%)
		FA	Total FRG	
Renda Fixa	125.746.517	99,67	1,06	100,00
Empréstimos a participantes	417.373	0,33	0,00	-
Total dos Fundos Assistenciais	126.163.890	100,00	1,06	

* Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Programa Administrativo (PGA)

Segmento	Valor (R\$)	Participação (%)		Limites CMN Nº 3.792 (%)
		PGA	Total FRG	
Renda Fixa	51.723.739	90,72	0,44	100,00
Renda Variável	5.289.243	9,27	0,04	70,00
Outros (Conta Corrente)	3.750	0,01	0,00	-
Total do Programa Administrativo	57.016.732	100,00	0,48	

Rentabilidade dos Investimentos

A rentabilidade do Plano BD da Real Grandeza atingiu, em 2012, 22,84% que, comparada com a inflação acumulada de 6,20% (INPC/IBGE), resultou na taxa de rentabilidade real de 15,67%, equivalente a 9,12% acima da meta atuarial (INPC + 6% ao ano). O Plano BD, responsável por cerca de 95% dos recursos investidos, teve seu desempenho impactado positivamente em função do ótimo desempenho nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável no período.

No Plano CD, a rentabilidade calculada pela variação da cota, atingiu, no mesmo período, o percentual de 20,92% que, comparada com a inflação acumulada de 8,11% (IGP-DI), resultou na taxa de rentabilidade líquida de inflação, de 11,85%, acima da meta atuarial (IGP-DI + 6%), em função principalmente da redução das taxas de juros de longo prazo, o que impactou positivamente no desempenho da carteira de Renda Fixa.

Com relação aos Fundos Assistenciais compostos por recursos do plano de saúde gerido pela Real Grandeza, os investimentos tiveram rentabilidade de 32,61%, superando a variação de 8,49%, apresentada por sua meta de investimentos (taxa Selic), em 22,23 pontos percentuais.

Quanto ao Programa Administrativo, a rentabilidade do investimento ficou 0,05% abaixo da meta de investimentos da taxa Selic.

Discriminação	Rentabilidade de Investimento (%)	Meta de Rentabilidade Exigida (%)
Plano BD	22,84	12,57 *
Plano CD	20,92	14,60 **
Fundos Assistenciais	32,61	8,49 ***
Programa Administrativo	8,44	8,49 ***

* INPC + 6% a.a.

** IGP-DI + 6% a.a.

*** Selic.

5. Conclusões Contidas no Parecer da Auditoria Independente

RJPAR-13/008

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da
REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social
Rio de Janeiro - RJ

1. Escopo dos exames

Auditamos as demonstrações contábeis da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

continua...

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião

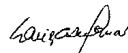
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REAL GRANDEZA – Fundação de Previdência e Assistência Social, em 31 de dezembro de 2012, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

5 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício, findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 28 de fevereiro de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2013.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRCMG - 757/O - F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador - CRCRJ - 046.114/O

6. Conclusões do último Estudo Atuarial

Fundação Real Grandeza - Plano de Contribuição Definida

1

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Fundação Real Grandeza e posicionado em 31/8/2012.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2012.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificamos que eles estavam suficientemente completos não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados considerando o regime de solidariedade dos compromissos entre todas as empresas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Portaria n.º 3.255 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/8/2012
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	2.503
Idade média (em anos)	42,5
Tempo de serviço médio (em anos)	6,9
Folha Salarial anual	245.618.631
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	26
Idade média (em anos)	43,7

Benefícios Concedidos	31/8/2012
Número de aposentados válidos	13
Idade média (em anos)	55,6
Benefício médio mensal	1.705
Número de aposentados inválidos ²	4

Fevereiro 2012

TOWERS WATSON 

Benefícios Concedidos	31/8/2012
Idade média (em anos)	54,4
Benefício médio mensal	980
Número de pensionistas (grupos familiares)	14
Idade média (em anos)	54,4
Benefício médio mensal	1.871

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Contribuição Definida conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos utilizamos as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Financeiras	2012	2011
Taxa real anual de juros	5,75% a.a.	6,00% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,00% para Furnas 2,50% para Real Grandeza	2,00% para Furnas 2,50% para Real Grandeza
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios do plano	100,00%	100,00%
Benefícios do INSS	100,00%	100,00%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Geracional ¹	RP-2000 Geracional ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled ²	RP-2000 Disabled ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Wyatt 1985 Disability Class ^{1 2}	Wyatt 1985 Disability Class ^{1 2}
Desligamento	T-1 Service Table	T-1 Service Table
Hipótese	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada

¹ RP-2000 Combined Healthy, específica por sexo, com projeção geracional pela escala AA a partir do ano base 2000.

² Tábua específica por sexo.

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Probabilidade de Aposentadoria ¹	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, poderia ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa da Fundação Real Grandeza, a taxa de retorno real de longo prazo é de 5,75% a.a., reduzida em 0,25% desde a última avaliação atuarial.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% para Furnas e 2,5% para a Real Grandeza por considerar que essas taxas refletem a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados. Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

¹ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Contribuição Definida, foram realizados estudos de aderência de hipóteses pela Towers Watson em 2011.

Os resultados desses estudos de aderência de hipóteses realizados indicaram aderência da tábua de mortalidade de inválidos para mulheres e para as demais tábuas o estudo foi inconclusivo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Capitalização Individual - Agregado

Calculamos os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e o Benefício Mínimo pelo método de financiamento Agregado que tem a característica de não gerar déficit para o plano, ou seja, o valor do Passivo Atuarial será equivalente ao patrimônio acumulado limitado ao Valor Presente dos benefícios futuros. Este é considerado um método conservador por não possuir déficit atuarial e ter um custo normal agregado e considerado estável para os Participantes.

Capitalização Individual – Saldo de Contas

Os demais benefícios, ou seja, Aposentadoria Normal, Aposentadoria Antecipada, Pensão por Morte – Participante Vinculado, Pensão por Morte – Participante Assistido, Complementação de Pecúlio, Resgate e Benefício Diferido são determinados pelo Saldo de Contas.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial adotado tende a gerar custos nivelados e depende diretamente do patrimônio do plano. Dessa forma rentabilidades superiores à meta atuarial podem gerar custos mais baixos bem como a performance dos ativos inferior à esperada tende a aumentar o custo do plano.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza de 31 de dezembro de 2012, o Patrimônio Social é de R\$ 432.199.705,10.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Real Grandeza para a manutenção de títulos marcados na curva, o plano de benefícios possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios, conforme determina Resolução nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	418.064.036,82
Provisões Matemáticas	418.064.036,82
<i>Benefícios Concedidos</i>	6.969.504,11
Contribuição Definida	1.658.788,11
Saldo de Conta de Assistidos	1.658.788,11
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	5.310.716,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.791.626,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	3.519.090,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	411.094.532,71
Contribuição Definida	394.513.038,84
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	169.730.632,99
Saldo de Contas – Parcela Participantes	224.782.405,85
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	0,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	16.581.493,87
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	34.500.726,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(17.919.232,13)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
□ Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	14.135.668,28

	Valores em R\$
Fundo Previdencial	0,00
Fundo Administrativo	12.868.108,84
Fundo de Investimento	1.267.559,44

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 projetado para 31/12/2012.

	Valores em R\$		Varição em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	418.064.036,82	418.064.036,82	0%
<i>Benefícios Concedidos</i>	6.969.504,11	5.557.570,65	25%
Contribuição Definida	1.658.788,11	1.658.788,11	0%
Benefício Definido	5.310.716,00	3.898.782,54	36%
<i>Benefícios a Conceder</i>	411.094.532,71	412.506.466,17	0%
Contribuição Definida	394.513.038,84	394.513.038,84	0%
Benefício Definido	16.581.493,87	17.993.427,33	-8%

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 418.064.036,82, apenas 5,2% (R\$ 21.892.209,87) são atuarialmente determinados com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois correspondem à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos e à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 94,8% restantes (R\$ 396.171.826,95) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Fundação Real Grandeza.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Fundação Real Grandeza consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos. O efeito isolado da redução da taxa real de juros correspondeu a um aumento no passivo atuarial de, aproximadamente, R\$ 700 mil.

VI – Plano de Custeio

Patrocinadoras

Segmento Benefício Definido:

De acordo com a Lei Complementar nº 108/2001 e o regulamento do plano, as patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de 2013, o desconto da contribuição específica de 0,67%, correspondente à parcela relativa aos benefícios de risco do plano.

TOWERS WATSON 

Towers Watson Confidential

Segmento Contribuição Definida:

No exercício de 2012, com base no cadastro de agosto/2012 informado pela Fundação Real Grandeza, observamos uma contribuição média de 7,36% do salário para aposentadoria programada, considerando contribuição regular das patrocinadoras.

A contribuição complementar, de 10,51% do valor da contribuição básica do participante, será descontada da contribuição da patrocinadora, representando 0,89% da Folha de Salários Reais de Contribuição. Esta contribuição é destinada ao financiamento das despesas administrativas do plano.

Participantes

As contribuições dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano e foram estimadas em 31/12/2012 em 8,48% da folha de salários.

Tendo em vista a natureza do plano, as taxas de contribuição apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Autopatrocinados

Os autopatrocinados deverão efetuar além das suas contribuições básicas, as contribuições regulares e as contribuições específicas que seriam feitas pela patrocinadora e as contribuições para despesas administrativas.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido devem arcar com as despesas administrativas do plano.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2012 com os que deverão ser praticados em 2013.

Tendo em vista a natureza do plano, apresentamos a seguir apenas as taxas de contribuição definidas atuarialmente.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/4/2013)	Plano de custeio anterior
Patrocinadores		
Normal	0,67%	0,29%
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,00%	0,00%
Custeio Administrativo	0,89%	0,82%
Contribuição Total dos Patrocinadores	1,56%	1,11%


Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/4/2013)	Plano de custeio anterior
Participantes		
Normal	0,00%	0,00%
Serviço Passado	0,00%	0,00%
Déficit Equacionado	0,00%	0,00%
Custeio Administrativo	0,00%	0,00%
Contribuição Total dos Participantes	0,00%	0,00%

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Contribuição Definida da Fundação Real Grandeza, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Towers Watson Consultoria Ltda.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2013


Sátyro Teixeira
MIBA nº 1158


Viviani Microni Macedo Alves
MIBA nº 1982

V:\Real Grandeza Fundacao de - 102980\12\RET\VAL\03 Deliver\Deliverables\FRG_Parecer Atuarial_CD_vf_180213.docx

TOWERS WATSON 

Towers Watson Confidential

Parecer Atuarial

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade e posicionado em 31/8/2012.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefício Definido são Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2012.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Fundação Real Grandeza, verificamos que estavam suficientemente completos, havendo necessidade apenas da aplicação dos seguintes ajustes nos salários, conforme praticado pelas Patrocinadoras e informado pela Fundação:

- 2,80% para refletir a inclusão do adicional de férias no cálculo do Salário Real de Benefícios (SRB), para os participantes das Patrocinadoras Furnas e Eletronuclear

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras oferecem o referido plano de benefícios a seus empregados considerando o regime de solidariedade dos compromissos entre todas as empresas.

O Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza encontra-se em extinção desde 7/7/2005.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela portaria N° 3.256 da então Secretaria de Previdência Complementar, de 24/12/2009, vigente desde sua publicação no Diário Oficial da União, em 29/12/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	31/8/2012
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	3.009
Idade média (em anos)	53,7
Tempo de serviço médio (em anos)	27,6
Folha de salários anual	459.237.273
Participantes em aguardo de benefício proporcional ¹	
Número	68
Idade média (em anos)	51,0

Benefícios Concedidos		31/8/2012
Número de aposentados válidos		5.571
Idade média (em anos)		66,5
Benefício médio mensal		6.185
Número de aposentados inválidos ²		215
Idade média (em anos)		63,0
Benefício médio mensal		2.724
Número de pensionistas (grupos familiares)		1.366
Idade média (em anos)		64,6
Benefício médio mensal		1.618

¹ Inclui os participantes considerados como benefício proporcional diferido presumido

² Inclui os auxílios-doença há mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a Fundação Real Grandeza e contam com o aval das patrocinadoras do plano de benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Financeiras	2012	2011
Taxa real anual de juros	5,75%	6,00%
Projeção do crescimento real de salário	2,00% para Furnas e Eletronuclear 0,0% para autopatrocinados	2,00% para Furnas e Eletronuclear 0,0% para autopatrocinados
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100,00%	100,00%
Benefícios do plano	100,00%	100,00%
Benefícios do INSS	100,00%	100,00%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Tábua de Mortalidade Geral	RP-2000 Geracional ¹	RP-2000 Geracional ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disabled ²	RP-2000 Disabled ²
Tábua de Entrada de Invalidez	Wyatt 1985 Disability Class 1 ²	Wyatt 1985 Disability Class 1 ²
Desligamento	T-1 Service Table – 20%	T-1 Service Table – 20%

¹ RP-2000 Combined Healthy, específica por sexo, com projeção geracional pela escala AA a partir do ano base 2000.

² Tábua específica por sexo.

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Hipótese Familiar	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada	Ativos: 90% casados e esposa 4 anos mais jovem Assistidos: família informada
Probabilidade de Aposentadoria ¹	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade	50% no 1º ano de elegibilidade 20% no 2º ano de elegibilidade 100% no 3º ano de elegibilidade ²

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, poderia ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa da Fundação Real Grandeza, a taxa de retorno real de longo prazo é de 5,75% a.a., reduzida em 0,25% desde a última avaliação atuarial.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras, Furnas Centrais Elétricas S.A. e Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2,0% por considerarem que essa taxa reflete as expectativas das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados. Para autopatrocinados, a taxa utilizada é de 0,0% a.a.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

¹ Para participantes na 2ª elegibilidade na data da avaliação, as probabilidades de aposentadoria utilizadas foram 70% e 100%. Em 2011 e 2012, para os participantes que optaram pelo PREQ, a data de saída por aposentadoria se sobrepõe à hipótese de aposentadoria utilizada

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, foram realizados estudos de aderência de hipóteses pela Towers Watson em 2011.

Os resultados desses estudos de aderência de hipóteses realizados indicaram aderência da tábua de mortalidade de inválidos para mulheres e para as demais tábuas o estudo foi inconclusivo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Capitalização Individual - Idade de Entrada

O Método de Idade Normal de Entrada – Percentual Constante é usado para determinar o custo do serviço e a obrigação projetada para aposentadoria, desligamento e demais benefícios. De acordo com este método, os custos normais para um empregado representam o financiamento de seu benefício com um percentual constante sobre o salário, desde a idade de entrada até a idade de aposentadoria. O custo normal do plano é a soma dos custos normais de todos os empregados.

Comentários sobre métodos atuariais

O método atuarial utilizado na avaliação dos benefícios gera custos nivelados para o grupo como um todo, podendo ter flutuações por ser usado para um grupo fechado.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da Fundação Real Grandeza de 31 de dezembro de 2012, o Patrimônio Social é de R\$ 11.491.222.970,29.

De acordo com informações prestadas pela Fundação Real Grandeza para a manutenção de títulos marcados na curva, o plano de benefícios possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação Real Grandeza.

IV – Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	11.379.940.292,73
Provisões Matemáticas	8.996.266.526,00
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>5.346.949.992,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	5.346.949.992,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	4.956.120.528,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	390.829.464,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>3.649.316.534,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Contas – Parcela Patrocinadores	0,00
Saldo de Contas – Parcela Participantes	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.573.454.906,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.816.224.489,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(124.991.441,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(117.778.142,00)
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	75.861.628,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	81.714.048,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(2.926.210,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(2.926.210,00)
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>0,00</i>
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	<i>2.383.673.766,73</i>
Resultados Realizados	2.383.673.766,73
Superávit Técnico Acumulado	2.383.673.766,73
Reserva de Contingência	2.249.066.631,50
Reserva Especial para Revisão de Plano	134.607.135,23
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00

	Valores em R\$
Fundos	111.282.677,56
Fundo Previdencial	0,00
Fundo Administrativo	49.985.561,20
Fundo de Investimento	61.297.116,36

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 projetado para 31/12/2012.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	8.996.266.526,00	8.601.615.812,92	4,6%
<i>Benefícios Concedidos</i>	5.346.949.992,00	5.693.629.962,13	-6,1%
Contribuição Definida	0,00	0,00	
Benefício Definido	5.346.949.992,00	5.693.629.962,13	-6,1%
<i>Benefícios a Conceder</i>	3.649.316.534,00	2.907.985.850,78	25,5%
Contribuição Definida	0,00	0,00	
Benefício Definido	3.649.316.534,00	2.907.985.850,78	25,5%

Os compromissos atuariais totais apurados na avaliação atuarial de 2012, de maneira geral, variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

A projeção dos números do exercício anterior, apresentada no quadro acima, considera que os participantes ativos iminentes teriam se aposentado durante o ano. Apesar de termos observado grande quantidade de aposentadorias durante o ano, o Plano de Benefício Definido da Real Grandeza ainda conta com uma grande quantidade de participantes ativos iminentes, que já possuem todas as elegibilidades necessárias para se aposentar, mas que ainda permanecem como ativos contribuintes e geram um ganho financeiro para o plano.

Essa situação pode ser verificada no quadro acima com o valor das provisões matemáticas de benefícios a conceder acima do esperado, enquanto as provisões de benefícios concedidos do exercício encerrado ficaram abaixo do projetado.

Observamos ainda um acréscimo nas provisões matemáticas devido principalmente a aumentos salariais médios superiores ao esperado e à redução da taxa de juros em 0,25%. O efeito isolado da redução da taxa real de juros representou um aumento de, aproximadamente, R\$237 milhões no passivo atuarial do plano.

VI – Fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar

Registramos que a então Secretaria de Previdência Complementar (SPC) realizou fiscalização sobre o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza no ano de 2007, questionando alguns

pontos por meio do Relatório nº 006/2007/ESRJ, de 22/8/2007, que guardam relação com as provisões matemáticas e custeio deste Plano.

A exemplo dos Pareceres Atuariais de encerramento dos exercícios de 2007 a 2011, a Towers Watson realizou diversos estudos com cenários variados de atendimento aos itens estabelecidos no Relatório de Fiscalização da então Secretaria de Previdência Complementar paralelamente à preparação dos resultados da avaliação atuarial de 2012. A Fundação Real Grandeza elaborou uma alteração regulamentar protocolizada no sistema CADPREVIC no dia 13/12/2012.

VII – Custo do Plano

O custo do plano apurado em percentual dos salários reais de contribuição é demonstrado na tabela a seguir:

Benefício	Custo em % do Salário
Aposentadorias	8,83
Aposentadoria por Invalidez	0,35
Pensão por Morte	0,07
Pecúlio / BPD	0,02
Custo normal	9,27

VIII – Plano de Custeio

Plano de Custeio Vigente

Conforme mencionado no item anterior, a então SPC questionou em seu Relatório de Fiscalização alguns itens relacionados ao custeio deste Plano, fazendo com que a Fundação Real Grandeza rediscutisse as taxas de contribuições aplicadas ao Plano de Benefício Definido junto à Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, contando com a elaboração de alguns estudos e simulações pela Towers Watson.

O plano de custeio vigente, denominado Plano de Custeio Especial, foi estabelecido em 1995 para Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza e definido em faixas salariais no seu regulamento. Os percentuais que continuam em vigor para o início de 2013 estão descritos abaixo:

● Contribuição de Participantes Ativos e Assistidos

Faixa Salarial/Benefício	Taxa sobre a parcela salarial/benefício
Até ½ Teto Previdência Social	2,40%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	4,60%
Acima de 1 Teto Previdência Social	13,00%

● Contribuição das Patrocinadoras

Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

– Contribuição da Patrocinadora Eletronuclear

Contribuição específica criada para adaptação à Lei 6.435/77:	2,85%
Contribuição específica criada para eliminação de déficit passado:	2,24%

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 8,40%, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim do período de atividade da população do Plano de Benefício Definido. Por sua vez, as Patrocinadoras contribuem com o mesmo percentual de contribuição dos Participantes Ativos e a Patrocinadora Eletronuclear fará contribuições adicionais de 5,09% até que o contrato de dívida referente a essas contribuições seja formalizado.

A contribuição média total de Participantes e Patrocinadoras, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, com base neste cenário de custeio, é de 17,94%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é de 6,89%. Considerando, no entanto, como base o cadastro de agosto de 2012, a contribuição média de assistidos é de 7,62% em relação à folha de benefícios do Plano.

Tendo em vista que o custeio dos benefícios de risco do plano e das despesas administrativas para os participantes do Plano de Benefício Definido, devem seguir critérios uniformes e não discriminatórios, conforme disposto na Instrução SPC nº 05 de 9/12/2003, informamos que conforme Capítulo XXIII do Regulamento do Plano, os participantes optantes pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar contribuições de 0,42% para custeio dos benefícios de risco, a ser aplicado sobre o benefício proporcional calculado e reajustado conforme definido no item 48 e seus subitens do Regulamento do Plano.

Plano de Custeio Proposto

O Conselho Deliberativo, através da RC nº 001/248, em reunião do dia 5/10/2012, aprovou um novo plano de custeio adequando as taxas de contribuição ao custo do plano proporcionando uma redução nas contribuições atualmente praticadas, conforme solicitado pela então Secretaria de Previdência Complementar.

Após aprovação das patrocinadoras do plano e do Dest, o processo de alteração regulamentar foi enviado para análise e aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 13/12/2012. Enquanto todos os trâmites para a implantação do novo plano de custeio não são concluídos, o Plano de Custeio Especial, descrito no item anterior, continuará vigente, em toda sua plenitude.

A elaboração do novo plano de custeio apresentado a seguir, leva em consideração as exigências da então SPC, os princípios de equilíbrio financeiro-atuarial do plano e outros aspectos identificados por um grupo designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Real Grandeza para avaliar questões legais e atuariais observadas historicamente no Plano de Benefício Definido.

As principais alterações no plano de custeio são:

- Adequação das contribuições ao custo normal do plano através da eliminação do excesso de contribuições em relação a esse custo
- Transformação das contribuições amortizantes em contrato de dívida a ser firmado entre as patrocinadoras do plano e a Real Grandeza

Assim, os percentuais definidos em faixas salariais e de benefício a serem aplicados para Patrocinadoras, Participantes Ativos e Assistidos passam a ser recalculados anualmente pelo atuário responsável visando o equilíbrio de custo e custeio, após a conclusão do processo de alteração regulamentar pela Previc. O Plano de custeio estabelecido pelo Conselho Deliberativo e enviado como parte integrante da alteração regulamentar para a Previc está descrito abaixo:

- Contribuição de Participantes Ativos

Faixa Salarial	Taxa sobre a parcela salarial
Até ½ Teto Previdência Social	1,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	3,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	9,00%

- Contribuição de Participantes Assistidos

Faixa Benefício da FRG	Taxa sobre a parcela de benefício
Até ½ Teto Previdência Social	0,50%
De ½ a 1 Teto Previdência Social	1,00%
Acima de 1 Teto Previdência Social	3,00%

- Contribuição das Patrocinadoras

Contribuição paritária à dos Participantes Ativos

A aplicação das taxas mencionadas anteriormente sobre o salário futuro dos Participantes Ativos gera uma contribuição média de 5,76% para participantes e patrocinadora, desde o momento desta avaliação atuarial até o fim de período de atividade da população do Plano de Benefício Definido, totalizando 11,52%.

A contribuição média de assistidos, nivelada desde a data desta avaliação até o término dos benefícios da população atual de assistidos, é 1,58%.

Caso o plano de custeio proposto acima pudesse ser implementado imediatamente, o custo normal do plano seria de 9,88% e o resultado seria superavitário em R\$1.700.224.394,00.

Destacamos ainda que as patrocinadoras Furnas e Eletronuclear assinaram os contratos de dívidas referentes às contribuições amortizantes de 5,09% da folha, descritas no plano de custeio vigente, em 1/10/2012 e 7/02/2013, respectivamente. A patrocinadora Furnas reconheceu a obrigação financeira de R\$ 61.458.311,71, fixada em 31/12/2010 a ser paga em 86 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 876.325,28, cada uma, atualizadas desde a Data de Referência até a data do pagamento pelo índice INPC – IBGE e juros à taxa mensal equivalente à 6% a.a. Já a patrocinadora Eletronuclear pagará 86 prestações mensais e sucessivas de R\$ 263.372,16, referentes à obrigação financeira de R\$ 18.470.776,05, em 31/12/2010. As parcelas também serão atualizadas pelo INPC e juros mensais equivalentes a 6% a.a. O registro contábil da patrocinadora Eletronuclear ocorrerá apenas no exercício 2013.

As taxas de contribuição acima descritas foram desenvolvidas com base na Avaliação Atuarial de 2011, realizada com o cadastro de agosto do mesmo ano. Recomendamos uma avaliação atuarial após aprovação da alteração regulamentar pra confirmar/ajustar os percentuais de contribuição.

Resumo comparativo do plano de custeio

Apresentamos a seguir quadro comparativo dos percentuais indicados para 2012 com os que deverão ser praticados em 2013.

Taxas de contribuição em % da folha de participação	Novo plano de custeio (a vigorar a partir de 1/4/2013)	Plano de custeio anterior
<i>Patrocinadores</i>		
Normal	8,400	8,395
Amortizante para Furnas/Eletronuclear	0,000 / 5,090	5,090
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total das Patrocinadoras Furnas/Eletronuclear	8,400 / 13,490	13,490
<i>Participantes</i>		
Normal	8,400	8,395
Serviço Passado	0,000	0,000
Déficit Equacionado	0,000	0,000
Custeio Administrativo	0,000	0,000
Contribuição Total dos Participantes	8,400	8,395

O custo administrativo é pago separadamente pelas patrocinadoras.

IX – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular da Fundação Real Grandeza, informamos que o plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.


O custeio previsto para o início de 2013 considera o cenário vigente, com base no Plano de Custeio Especial, definido em 1995, em que as taxas foram definidas no regulamento, mantendo o excesso de contribuições em relação ao custo normal do Plano de Benefício Definido que vem sendo observado nos últimos anos.

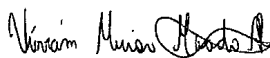
Com base em tais fatos, podemos concluir que o Plano de Benefício Definido da Fundação Real Grandeza, com base no plano de custeio vigente, encontra-se em superávit financeiro-atuarial, demonstrado como R\$ 2.249.066.631,50 de reserva de contingência e R\$134.607.135,23 de reserva especial, formado e pela contínua manutenção do excesso de contribuições em relação ao custo normal do plano, que apesar de onerar desnecessariamente as partes envolvidas no custeio do plano, vem possibilitando uma redução nas obrigações do plano.

Conforme consta neste parecer, as Patrocinadoras e o Dest aprovaram a alteração regulamentar que prevê revisões anuais das taxas de contribuições do plano, e tal alteração foi encaminhada para análise da Previc em 13/12/2012. Após a aprovação da Previc, recomendamos uma nova avaliação atuarial para ratificar os percentuais de contribuição aprovados pelo Conselho Deliberativo da entidade através da RC 001/248.

Towers Watson Consultoria Ltda.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2013.


Sátyro Florentino Teixeira Neto,
MIBA nº 1158


Viviam Microni Macedo Alves
MIBA nº 1982

V:\Real Grandeza Fundacao de - 102980\12\RET\VAL\03 Deliverables\FRG_ Parecer Atuarial_BD_vf_200213.docx

Fevereiro 2013

TOWERS WATSON 

II. Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas.

Não houve ação fiscal iniciada no exercício.

49. PARTE B, ITEM 37, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

50. PARTE B, ITEM 38, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

51. PARTE B, ITEM 39, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

52. PARTE B, ITEM 40, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

53. PARTE B, ITEM 41, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

54. PARTE B, ITEM 42, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

55. PARTE B, ITEM 43, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

56. PARTE B, ITEM 44, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

57. PARTE B, ITEM 45, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

58. PARTE B, ITEM 46, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.

59. PARTE B, ITEM 47, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/1/2012

Não se aplica.